



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Jorge Amilcar de Castro Santana

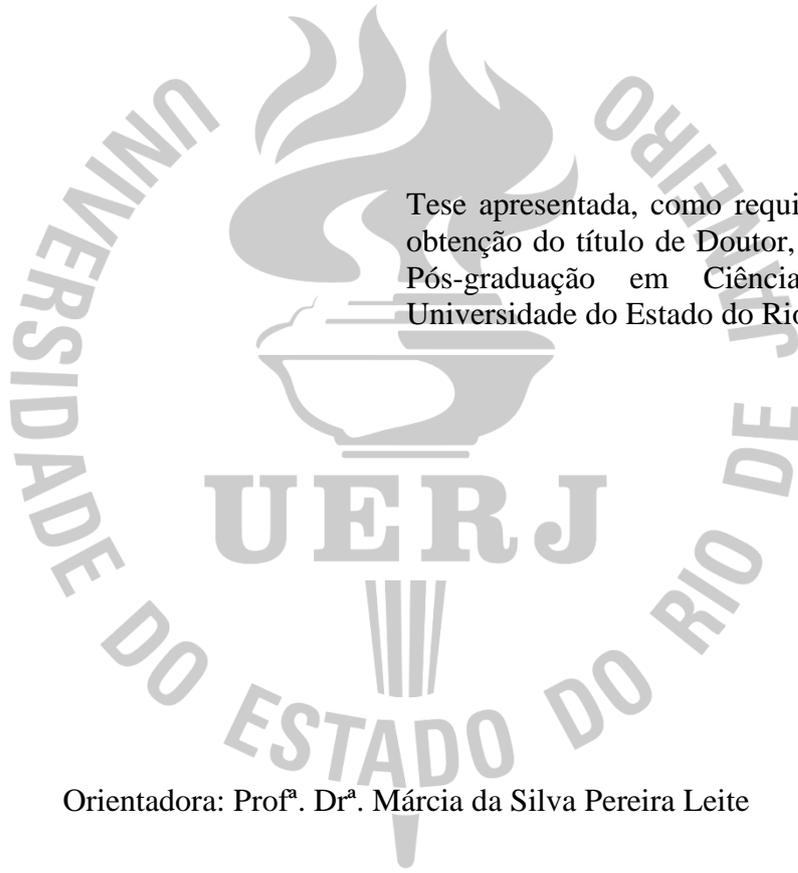
**Vivendo na adversidade: da ocupação ao auxílio aluguel. Vivências e
experiências de ex-moradoras da ocupação IBGE**

Rio de Janeiro

2023

Jorge Amilcar de Castro Santana

Vivendo na adversidade: da ocupação ao auxílio aluguel. Vivência e experiências de ex-moradoras da ocupação IBGE



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia da Silva Pereira Leite

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S232 Santana, Jorge Amilcar de Castro.
Vivendo na adversidade: da ocupação ao auxílio aluguel. Vivência e experiências de ex-moradoras da ocupação IBGE / Jorge Amilcar de Castro Santana. – 2023.
351 f.

Orientadora : Márcia da Silva Pereira Leite.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Mulheres – Teses. 3. Remoção (Habitação) – Teses. I. Leite, Márcia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jorge Amilcar de Castro Santana

Vivendo na adversidade: da ocupação ao auxílio aluguel. Vivência e experiências de ex-moradoras da ocupação IBGE

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 3 de maio de 2023.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Márcia da Silva Pereira Leite (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^ª. Dra. Patrícia Birman
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Edson Miagusko
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Daniel Hirata
Universidade Federal Fluminense

Doutora Adriana dos Santos Fernandes

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutorado a minha tia Irene de Castro já falecida, ao meu tio Waldyr do Santos, ao tio Vicente de Castro, ao meu pai Jorge Santana. Dedico a todos esses meus ancestrais que já não estão aqui mais entre nós. Entretanto se eu cheguei aqui, no término de um doutorado, o primeiro da família por parte de pai e mãe, foi graça a todos esses.

AGRADECIMENTOS

São muitos os amigos, familiares e companheiros de coração que foram fundamentais para a realização dessa pesquisa de doutorado. Iniciei pelos meus familiares que foram primordiais para chegar até aqui. Primeiramente minha mãe, que sempre foi uma grande incentivadora, apoiadora, companheira e prezou durante todos esses anos pelos meus estudos. Agradeço também aos meus queridos trios, também sempre me incentivando dar continuidade nos meus estudos são eles: Tio Maneca, Tio Zezinho, Tia Ilzemir e Tia Iraci.

Não poderia deixar agradecer aos meus primos queridos: Thyago, Juliana, Vitor, Wagner, Ellen, Valdir e Alexandre. Em especial, a minha prima Ellen, assistente social da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ela me forneceu informações sobre o processo de remoção da IBGE e também fez o primeiro contato para que eu pudesse ir até o CRAS da Mangueira conversar com assistentes sociais do equipamento.

Tem gente que diz que não fazemos amigos depois da adolescência, afirmação que discordo veementemente. Desde que entrei no mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ fiz grandes amigos, que foram importantes nesse processo de construção da tese de doutorado. Dessa forma quero agradecer a Vinicius Rodrigues, Cleiton Maia, Adriana Fernandes e Rossana Fraga. Todos esses foram imensamente amigos, companheiros e psicólogos nos momentos mais agudos da pesquisa.

Alguns amigos que fiz na graduação em História, no campus da UERJ- FFP, em São Gonçalo foram essenciais. Não só em me confortar nos momentos de tristeza e vontade de desistir do doutorado como também revisando os meus textos. Quero agradecer aos meus queridos amigos Guilherme Portella, Leonardo Diniz, Milena Melo, Diego Dezidério, Vitor Sabino, Isabela Araújo Bruno. Sem eles não seria possível a conclusão dessa pesquisa.

Alguns amigos da graduação e feitos a partir da graduação também foram importantes, revisando os meus textos e apoiando nas horas difíceis. Minha querida amiga Gleyce Carvalho, meu querido amigo Thiago Turíblio e minha querida amiga Fernanda Motta. Esse grupo de companheiros leram grande parte dos meus capítulos antes de enviá-los para minha orientadora e não poderia não deixar de agradecê-los nesse processo.

A remoção da ocupação IBGE Mangueira produziu uma grande dificuldade, pois não tinha ainda o contato dos moradores, que tinham se tornado ex-moradores. O desafio de conseguir mergulhar em um campo, onde os sujeitos estavam espalhados só foi superado com

ajuda de pessoas muito queridas. A canadense Emilie Gurrete, Lorota, Beatriz e Rejeane. Todos eles foram extremamente solícitos e solidários comigo e ajudaram em demasia a encontrar e contatar as ex-moradoras da IBGE, dessa forma criando a possibilidade para o início do trabalho de campo.

O meu grande amigo Leonardo Brito, um companheiro de todas as horas. Léo não leu nenhuma página da minha tese, mas me ajudou dando colo, conforto e palavras de animo nos momentos mais tenebrosos. Diante de sérios problemas psicológicos foi a graças a Léo que consegui dar início a terapia e foi também ele quem pagou o tratamento psicológico. Sem o qual não conseguiria encerrar esse processo, o gesto do meu amigo foi mais do que carinho mais um gesto profundamente de amor.

A minha amiga Aline Rocha foi uma grande incentivadora, amiga e companheira. Nós estramos no doutorado no mesmo, ela na UFF e eu na UERJ. Nós compartilhamos das mesmas agonias, inseguranças, dúvidas e medos. Essa proximidade dos sofrimentos de um doutorando nos deixou mais unidos, nos ajudando nos momentos de dores. Aline também foi uma das responsáveis por ler alguns capítulos da minha tese, sempre com muito cuidado, carinho e paciência. Seus longos áudios no *whatsapp* sempre me confortaram e muito.

Alguns amigos foram essenciais em questões em que tinha dificuldade para desenvolver, em especial para fazer cálculos. Quero agradecer ao meu primo Luiz Felipe, responsável por fazer alguns cálculos econômicos. Quero agradecer meu amigo Gabriel Mourão também responsável por fazer cálculos, explicar tributos e demais questões contábeis. E quero agradecer também a Brenda, que está fazendo mestrado e compartilhamos muitos dados e informações de nossos pesquisas.

No processo de construção da tese levei amigos para conhecer as minhas interlocutoras que se envolveram com suas histórias. Quero agradecer a Cris pelos mais de 10 gatos que ela recolheu na Mangueira para encaminhá-los para adoção. Quero agradecer a Viviane que fez nos anos de 2019 e 2020 festas de Natal e distribuiu presentes, junto com os membros do seu terreiro de Umbanda. Quero agradecer também a Rossana Fraga, pois ela que é fotógrafa tirou fotos lindas na festa de Natal no ano de 2020. Uma das fotos dela está até hoje na sala da casa de Maria dos filhos. E agradecer também a Raquel, uma caríssima amiga que ajudou em algumas questões relativas à Direito Penal. E agradecer ao meu amigo Felipe Barros por leituras essenciais dos meus textos.

Como professor não poderia deixar de agradecer a todos os professores que passaram em minha tenra vida. Quando eu falo em todos, refiro a todos, desde os primeiros professores

no Jardim Infância, passando pelos do Ensino Fundamental, pelos do Ensino Médio, os da Graduação e também os professores da Pós-Graduação. Todos eles contribuíram para minha formação como professor de História, como antropólogo e principalmente como cidadão. Sem eles, todos eles eu não poderia chegar aqui.

Quero e devo agradecer a todas as interlocutoras da minha pesquisa, seus familiares e seus amigos. Sem eles não poderia haver pesquisa e muito menos uma tese de doutorado. Todos os envolvidos direta e indiretamente foram companheiros, ajudaram e construíram essa tese de doutorado. Tenho um enorme carinho por todas as pessoas que conheci na favela da Mangueira a partir do trabalho de campo. Em especial, um imenso carinho pelas minhas interlocutoras e por seus filhos. Tenho muito a agradecer por elas terem confiado em mim para falar de assuntos espinhosos e delicados.

Quero agradecer ao mandato do vereador Tarcísio Motta (PSOL), atualmente deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Seu mandato como vereador foi o mais ativo e presente nas diversas lutas por moradia na capital fluminense. Na manifestação dos beneficiários do Auxílio Aluguel, devido ao atraso de dois meses do benefício um assessor de seu mandato esteve presente. E foi fundamental na pressão e negociação. O mandato atuou também realizando audiências públicas, denunciando o baixíssimo valor do benefício e defendendo a correção do valor do mesmo.

A minha orientadora no mestrado Patrícia Birman é uma pessoa que contribuiu densamente para o pesquisador que sou hoje. Foi por meio dela que aprendi a fazer trabalho de campo e fazer antropologia. Seus conselhos como seus esporros ecoam nos meus ouvidos até hoje e no momentos de dúvida sempre são instrumentos importantes para acertar as rotas e seguir em frente na construção do trabalho acadêmico. Quero agradecer aos professores do PPCIS e especialmente aos membros do Grupo de Pesquisa Cidades.

Por último quero agradecer a Márcia Leite, minha orientadora, uma professora fantástica, uma pesquisadora perspicaz e uma pessoa esplêndida. E o universo colaborou para me tornar seu orientando de doutorado, sua orientação, seu olhar clínico para as questões sociológicas e antropológicas e sua dedicação a orientação foram fundamentais para essa tese de doutorado. Sem Márcia Leite essa tese não seria possível. Quero agradecer aos meus amigos, familiares e demais companheiros que por esquecimento posso não ter citado os nomes aqui, mas que residem no meu coração. Obrigada a todos e todas.

RESUMO

SANTANA, Jorge Amilcar de Castro. *Vivendo na adversidade: da ocupação ao auxílio aluguel. Vivência e experiências das ex-moradoras da ocupação IBGE*. 2023. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Essa tese é uma etnografia acerca de seis mulheres que residiram durante anos em uma ocupação IBGE Mangueira, na favela da Mangueira. Após a remoção elas aguardam pela construção do condomínio do Minha Casa Minha Vida, onde serão reassentadas. Vivem em casas alugadas, são beneficiárias do Auxílio Aluguel e trabalham em atividades informais, ilegais e ilícitas. A vida precária, as adversidades, os problemas econômicos fazem dessas mulheres recorrerem a viração, arte do contornamento e aos ilegalismos. São também agentes da resistência ao inovarem com novas maneiras de contornar os novos dispositivos de segurança e controle social. E enfrentam os efeitos da política de encarceramento em massa, das políticas neoliberais e de criminalização da pobreza.

Palavras-chave: Ocupação. Remoção. Favela. Mulheres. Vivência.

ABSTRACT

SANTANA, Jorge Amilcar de Castro. *Living in adversity: from occupation to rental assistance. Life and experiences of former residents of the IBGE occupation.* 2023. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis is an ethnography about six women who have lived for years in the IBGE Mangueira occupation, located in the Mangueira slum. After being removed from their homes, they are waiting for the construction of the “Minha Casa, Minha Vida” condominium, where they will be resettled. They currently live in rented houses, receive rental assistance, and work in informal, illegal, and illicit activities. The precariousness of their lives, economic problems, and adversity often lead them to engage in subversive activities and illegality. They are also agents of resistance, employing innovative strategies to bypass new security and social control measures. They face the effects of mass incarceration policies, neoliberalism, and the criminalization of poverty.

Keywords: Occupation. Removal. Slum. Women. Lived experiences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Jornal O Globo, 21 de março de 2005.....	41
Figura 2 –	Mapa do bairro de Vila Isabel.....	137
Figura 3 –	Foto Restaurante	141
Figura 4-	Jornal Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2018.....	181
Figura 5-	Mapa do cemitério São Francisco Xavier.....	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Crescimento das bases do Segurança Presente.....	132
-------------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Categorias das bases do Segurança Presente.....	136
Tabela 2 –	Bolsa Família X Auxílio Brasil.....	298

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIDS	Síndrome Imunodeficiência Humana
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BNH	Banco Nacional de Habitação
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BNMP	Banco Nacional de Mandatos de Prisão
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCJF	Centro Cultural da Justiça Federal
CEIF	Centro Espírita Irmãos de Fé
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
DNT	Departamento Nacional de Trânsito
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FEB	Federação Espírita Brasileira
FEBEM	Fundação Estadual Para o Bem Estar do Menor
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo
FIESP	Federação de Indústria do Estado de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia do Trabalhador
HCE	Hospital Central do Exército

HGB	Hospital Geral de Bonsucesso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPM	Índice Geral de Preços do Comércio
IML	Instituto Médico Legal
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LCP	Lei de Contravenções Penais
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDB	Movimento Democrata Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
OUC	Operação Urbana Consorciada
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PMDB	Partido do Movimento Democrata Brasileiro
PPI	Política
PPP	Parceria Público Privada
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RG	Registro Geral
SINESP	Sistema Nacional de Segurança Pública
SEOP	Secretaria de Ordem Pública
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UOP	Unidade de Ordem Pública
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VEP	Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	MULHERES NAS DOBRAS DO INFORMAL, ILEGAL E ILÍCITO.....	39
1.1	Introdução.....	39
1.2	Vitória circulando com documentos sujos e limpos.....	49
1.3	Fátima, ingressos como uma das fontes de renda.....	63
1.4	Selma como resgatar a senha do cartão.....	75
1.5	Considerações finais.....	84
2	CIRCULAR, TRABALHAR E RESISTIR.....	102
2.1	Introdução.....	102
2.2	Vitória Circula, Vitória foge, Vitória é pobre.....	104
2.3	Segurança Presente: um novo dispositivo securitário.....	126
2.4	Checkpoints: vigilância e controle dos indesejáveis na Zona Norte do Rio de Janeiro.....	136
2.5	Considerações finais.....	147
3	MÃES, FILHOS E O CÁRCERE COTIDIANO.....	164
3.1	Introdução.....	164
3.2	Fátima e os corres dos filhos no cárcere e fora do cárcere.....	165
3.3	Selma, não vou mais visitar ninguém na cadeia.....	179
3.4	Luto e luta, quando o filho é assassinado pós-cárcere.....	189
3.5	Considerações finais.....	202
3.5.1	<u>Famílias em ao cárcere.....</u>	202
3.5.2	<u>Mães e seus agenciamentos.....</u>	210
3.5.3	<u>Analisando o enterro de um traficante.....</u>	220
4	TRABALHO DE RISCO E PANDEMIA DE COVID-19.....	242
4.1	Introdução.....	242
4.2	Verônica: trabalho, assédio e empreendedorismo.....	243
4.3	Adriana: emprego, violência e separação.....	256
4.4	Fátima Rodrigues: do BPC ao trabalho de carteira assinada.....	273
4.5	Considerações finais.....	283

4.5.1	<u>Trabalho essencial e a reprodução da vida</u>	283
4.5.2	<u>Trabalho formal, acréscimos e precariedade</u>	291
	CONCLUSÃO	307
	REFERÊNCIAS	347

INTRODUÇÃO

Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati
 Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
 Mangueira, Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
 São verde e rosa as multidões

História para ninar gente grande
 Samba enredo da Estação Primeira de Mangueira - 2019

A escolha do meu objeto de pesquisa nasceu a partir das grandes intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro para a realização dos megaeventos esportivos: Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016). Ainda quando cursava o mestrado. O período entre 2012 e 2016, a antiga capital do Brasil foi um grande canteiro de obras, produzindo uma série de dificuldades para seus cidadãos circularem. Para chegar às aulas de mestrado na UERJ, eu precisava fazer um caminho alternativo pelos bairros de Benfica e da favela da Mangueira, pois a Avenida Francisco Bicalho estava em obras. Foi nessa rota alternativa que me deparei com a ocupação IBGE Mangueira.

Ao passar em frente a uma mais conhecidas favelas da capital fluminense, as cenas dos moradores em frente a ocupação, nos antigos prédios do IBGE me despertaram atenção. O meu olhar era mais apurado, devido ao acompanhamento das pesquisas desenvolvidas pelas minhas nobres companheiras: Patricia Birman, Camila Pierorbon e Adriana Fernandes. A primeira, minha professora e orientadora de mestrado e minhas amigas de pós-graduação realizavam pesquisas fantásticas sobre as ocupações urbanas, no Centro do Rio de Janeiro, principalmente na região portuária também intensamente afetada pelas obras pré-eventos esportivos.

Foram elas, em grande parte que me despertaram para olhar aquela ocupação pelo qual passava em frente a partir de um olhar antropológico. E foi assim, de uma simples curiosidade sobre aquele lugar, que nasceu meu objeto de pesquisa. Deixei de estudar os imigrantes africanos para mergulhar de cabeça em uma ocupação de sem tetos. Por mais que alguns amigos e conhecidos me alertassem sobre o perigo de tal empreitada, devido à presença do tráfico de

drogas ilícitas no espaço de moradia. Esses alarmes não foram suficientes para me demover do meu projeto de pesquisa.

E foi assim, que deixei de fazer trabalho de campo nas favelas da Maré, para me jogar na favela da Mangueira. Foi assim, que deixei de ter como tema de pesquisa imigração e passei a pesquisar espaços coletivos de habitação popular. Foi assim que abandonei uma etnografia em que pesquisei em absoluto interlocutores homens para mergulhar em uma nova integralmente composta por mulheres. Foi assim, nesse somatório de oito anos de um historiador se aventurando na Antropologia Urbana, que posso dizer: “Aqui jaz um antropólogo”.

No desencadear da pesquisa prévia acerca da IBGE Mangueira pude notar a carência de pesquisas e bibliografia sobre aquele espaço de moradia com quase duas décadas de existência. Ao mesmo tempo, despertava-me o desafio de pesquisar uma ocupação espontânea, situada na Zona Norte, sem a direção de um movimento social e em uma favela. Essas três singularidades do objeto de pesquisa me induziram ainda mais a seguir em frente com aquela nova empreitada.

Por um lado havia muita motivação para pesquisar o espaço de moradia, de outro lado existiam imensos desafios. Como fazer contato com os moradores? Como lidar com a presença do tráfico de drogas ilícitas no varejo? Como adentrar no campo de pesquisa sem produzir desconfiança ou suspeita? Todos esses questionamentos estavam circulando na minha cabeça, sem que desistisse do que me propus, fazer uma etnografia de uma ocupação de sem tetos.

Na seleção para doutorado em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da UERJ fui aprovado para turma 2018. O meu doutorado iniciou em março de 2018, mas em abril os moradores da ocupação foram removidos e no mês seguinte os três prédios do IBGE foram implodidos. Entre os mais de 400 ocupantes removidos estão as minhas seis interlocutoras: Adriana, Fátima, Selma, Vitória, Tina, Verônica e Vitória. Por questões éticas e de segurança os nomes das interlocutoras e seus familiares, locais e ruas foram alterados.

Enquanto, as famílias aguardam a construção do condomínio elas estão recebendo o Auxílio Aluguel municipal, no valor de R\$ 400,00. Ao saber da notícia da remoção foi um misto de sensações, de um lado um objeto de pesquisa que estava sendo desaparecendo e por outro lado a felicidade por aquelas famílias conquistarem uma moradia própria. Era uma vitória

e ainda mais se tratando de uma ocupação espontânea, que não estava vinculada a um movimento social e sem uma luta institucional por moradia.

Segundo o vereador Tarcísio Motta (PSOL), do Rio de Janeiro o Auxílio Aluguel encontra-se no valor de R\$ 400,00, desde o ano de 2010¹. No período de 12 anos o benefício não teve nenhum reajuste, enquanto a inflação cresceu 95% no mesmo período. O parlamentar comparou o Auxílio Aluguel com o salário mínimo nos últimos anos. Em 2010, o benefício correspondia a 76% do salário mínimo e em 2022 apenas 33%. O que revela o quanto o valor do benefício está defasado o que produz efeitos na vida das minhas interlocutoras.

Os efeitos do atraso na conclusão do condomínio popular onde serão reassentadas as minhas interlocutoras são notórios. Algumas residem em casas insalubres e com sérios problemas estruturais. Outras têm dificuldades cotidianas em pagar o aluguel, pois o valor do benefício é insuficiente para arcar com uma residência que atenda minimamente as necessidades de suas famílias extensas. O principal resultado foi que algumas tentaram e ainda estão tentando residir em uma nova ocupação, a FAETEC² (Fundação de Apoio à Escola Técnica). Nos primeiros meses de 2021, a antiga escola da FAETEC foi ocupada por moradores da Mangueira, Tuiuti, Macacos, Borel e Formiga configurando um novo espaço de moradia para pessoas sem-teto, com problemas de moradia e pessoas em situação de rua.

No caso de Vitória que construiu dois barracos na nova ocupação é uma busca por sair do aluguel e ter uma casa maior do que a onde mora de aluguel atualmente. Selma também construiu um barraco, mas ficou pouco tempo morando na nova ocupação. Elas revelaram as dificuldades e traumas em residir novamente em uma ocupação, como ter de carregar água, os problemas com lixo e a desorganização do local.

Avalio que na minha caminhada de doutorado a existência de três *turning point*, expressão que pode ser traduzida para língua de Luiz Vaz de Camões como: “ponto de inflexão” ou “ponto do virada”. Esses pontos de virada foram fundamentais para a configuração deste trabalho final, foram viradas de grande importância para construção dessa presente etnografia.

¹ O vereador Tarcísio Motta apresentou uma emenda ao orçamento para que o valor do auxílio aluguel seja reajustado para R\$ 780,00. Disponível em: <
<https://twitter.com/MottaTarcisio/status/1602300047571419136?t=FJ9K4ZQ6z1dGiwJglTfc5A&s=08>> Acesso em 21 de dez. de 2022,

² Na favela da Mangueira existia uma escola da FAETEC, que foi fechada. No início de 2021 os moradores da Mangueira ocuparam o terreno e iniciaram uma nova ocupação.,

O primeiro *turning point* foi à perda e reconstrução do objeto de pesquisa, que foi significativamente transformado, logo nos primeiros dois meses do doutorado.

O fim da ocupação da IBGE Mangueira produziu uma crise na minha pesquisa de doutorado, pois o projeto de pesquisa construído ao longo de 2 anos deixou de existir. Eu só tinha ido apenas duas vezes ao meu campo de pesquisa, não tinha contato dos moradores e muito menos da rede de apoio que pudesse me auxiliar em localizá-los. Foi um período de desânimo, aflição e até a busca por uma nova ocupação para pesquisar. Era uma escuridão sem fim, de um doutorando no início da pesquisa, logo no primeiro semestre me encontrava completamente perdido.

Ao contar abatido para minha orientadora Prof^a. Dr^a Márcia Leite sobre o acontecido veio a luz. Com sua experiência de anos de docência, de pesquisa e conseguir olhar para possibilidades abertas a partir daquele evento. Ela conseguiu ajudar-me na reelaboração do projeto de pesquisa e apresentar novos caminhos a serem pesquisados. Essa reunião com minha orientadora significou de maneira metafórica um carro perdido, em locais desconhecidos pelo motorista, mas ao acionar o GPS (Global Position System) (Márcia Leite), um recálculo das rotas alternativas levaram o condutor ao destino final. Minha orientadora foi o meu GPS.

A reunião com a minha orientadora foi esclarecedora, trazendo caminhos de pesquisa possíveis. Então conjuntamente, definimos que a pesquisa seria a partir daquele ponto sobre os ex-moradores, e a vida, e espera pela construção da casa própria. Segundo o anúncio do prefeito esse processo seria rápido, em um ano e meio o condomínio do Minha Casa Minha Vida, onde seriam reassentadas as famílias, estaria pronto. Hoje (maio de 2023) completa-se cinco anos desde esse anúncio, nenhuma viga ou cimento foi colocada no terreno.

A mudança repentina da minha pesquisa assemelha-se com a pesquisa de mestrado realizada pela antropóloga Yvonne Maggie (1975), que resultou no livro *Guerra de Orixá: Um estudo de ritual e conflito*³. A antropóloga pretendia inicialmente pesquisar um terreiro de Umbanda, mas iniciar o trabalho de campo, o terreiro estava em processo de encerramento, após a morte do líder religioso. O que alterou sua pesquisa para uma análise do processo de fechamento do terreiro e as disputas entre as lideranças do terreiro de Umbanda. Com as devidas

³ A obra *Guerra de Orixá* (1975) é resultado da dissertação de mestrado da Yvonne Maggie em antropologia no Museu Nacional (UFRJ). O livro retrata o estudo de casa de um terreiro de Umbanda, que está em processo de fechamento, após o falecimento do líder religioso. A antropóloga analisa o conflito entre os membros do terreiro tanto no campo religioso como no das relações pessoais.

proporções minha pesquisa não foi mais sobre a ocupação IBGE, mas sobre a trajetória seis ex-moradoras após o fim daquele espaço de moradia.

A minha comparação da minha pesquisa com a da professora Yvonne Maggie é sobre perda do local de pesquisa e não do objeto de pesquisa em si. O objeto não foi perdido no caso dela, como no meu também. Contudo, o lugar onde seria realizado a pesquisa foi alterado, produzindo mudanças nos rumos da pesquisa e na própria metodologia da mesma. No meu caso a pesquisa deixou de ser sobre uma ocupação para uma pesquisa sobre as mulheres, ex-moradoras de uma ocupação vivendo na adversidade e a espera da casa própria, configurando o primeiro *turning point*.

Após a reorganização da pesquisa restava fazer contato com os moradores para dar início ao projeto de doutorado reformulado. Era um desafio maior, pois antes bastava ir à ocupação, porém agora os ex-moradores estavam espalhados pela favela da Mangueira ou até mesmo residindo em outros bairros. Essa tarefa não foi fácil, na verdade foi árdua e atravessou todo o ano de 2018. Para contatar os ex-moradores trabalhei em três frentes: a primeira foi à cineasta Émilie Beaulieu Gurétte ; a segunda frente foi a partir de Lorota e a terceira frente foi a partir da Clínica da Família Dona Zica.

A primeira frente, com Émilie Gurétte, foi realizada via *facebook*. Ela tinha dirigido e produzido um documentário sobre a ocupação IBGE Mangueira e o contraste com Jogos Rio 2016. A partir do contato via redes sociais ela me convidou para assistir a estreia do filme, no CCJF (Centro Cultural da Justiça Federal). Na exibição do filme a cineasta fretou uma van para transportar os ex-moradores para assistir o filme. Devido a minha timidez no dia , não consegui fazer contato com os antigos ocupantes.

A cineasta me convidou para ir nas casas das ex-moradoras da IBGE junto dela, pois ela tinha de entregar um DVD para cada um dos participantes. Dessa forma fui junto de Emilie na Mangueira, no Tuiuti, no Borel e nos Macacos e passamos na casa de diversas pessoas que moraram no antigo espaço de moradia. Ela até apresentou-me outras ex-moradoras da ocupação, entretanto sem que tivesse uma relação para desenvolver para uma pesquisa.

Ela também compartilhou um link comigo com as entrevistas na íntegra de 30 moradores da ocupação, onde pude compreender melhor as trajetórias de cada um. A ida nas casas junto de Emile contribuiu para que as minhas interlocutoras tivessem confiança em mim, devido a experiência positiva as quais elas tiveram com a canadense. Por diversas ações a

cineasta foi importante no meu processo de entrada no campo, mas sua maior contribuição foi ter me apresentado a Lorota.

A minha segunda frente foi a partir de Lorota. Fui apresentado a ele, que era morador da favela Metrô Mangueira que intitula-se relações públicas da favela e me apresentou algumas das interlocutoras da minha pesquisa, configurando a segunda frente de entrada no campo de pesquisa. O meu primeiro encontro com Lorota aconteceu em janeiro de 2019, por intermédio de Emilie. Ela me passou o contato de Lorota e pelo aplicativo de mensagens *whatsapp* combinamos o primeiro encontro. Marquei um encontro com ele na entrada da Mangueira, na localidade do Buraco Quente.

No primeiro dia Lorota me levou para fazer um passeio pela Mangueira. Passeamos neste dia mais de 4 horas passando por diversas localidades, bares, creches, etc. Ele não só me levou na casa das ex-moradoras do IBGE, como me levou no ponto mais alto da favela, me apresentou diversas pessoas, no ponto de venda de drogas ilícitas, ele me explicou sobre as cinco regiões⁴ em que a favela da Mangueira é dividida. A cada casa de uma ex-moradora da IBGE, ele me apresentava como estudante da UERJ que estava fazendo uma pesquisa sobre o IBGE. Nesse dia, ainda por intermédio dele, conheci Tina, Verônica e Adriana.

Ele é uma figura bastante conhecida na Mangueira e circula com desenvoltura por todas as regiões. Ele se orgulha de ter recebido jornalistas, fotógrafos, turistas, jogadores de futebol e artistas que foram visitar a favela. Ele também orgulha-se da sua boa relação com diversos traficantes que chefiaram e chefiam o comércio ilegal de drogas ilícitas. Como também, gaba-se de manter contato via telefone com alguns deles, que encontram-se presos. Lorota também conta já ter sido preso e ter feito parte do tráfico de drogas ilícitas. Ele fez questão de exibir fotos dele junto de diversas personalidades e famosos em visita a Mangueira.

Ele morava em uma casa, na favela Metrô Mangueira, onde funcionou no passado a sede da associação de moradores. Lorota relata ter sido um antigo traficante que lhe deu a casa. Ele tem uma filha de 14 anos, que mora com a avó materna⁵. Sua filha e sua ex-sogra também residiram na ocupação e hoje moram de aluguel na favela da Mangueira. Paulista é portador do vírus HIV e por vezes quando sua imunidade está baixa ele é obrigado a ficar internado por

⁴ As cinco áreas da favela da Mangueira são: Candelária, Fundação, Buraco Quente, Olaria e Vila Miséria.

alguns dias. Ele vive com o dinheiro do BPC que recebe por invalidez e de alguns bicos que faz, quando o conheci, ele fazia um serviço para um advogado de limpar o nome de pessoas que estavam na lista do SPC Serasa.

Ao ler o clássico livro *Sociedade da Esquina* (2005), de William Foot Whyte identifiquei com as devidas diferenças de Lorota com Doc, o informante principal do antropólogo norte-americano, em sua pesquisa na periferia de Boston. Assim como Doc foi fundamental para a entrada no campo na inserção do pesquisador nos grupos sociais e também a fazer contatos, de Corneville. Ele contribuiu plenamente para minha entrada no campo. E os desafios dessa relação entre informante e antropólogo também estão presentes no desenvolvimento da minha pesquisa. Além de algumas questões éticas na relação com Lorota.

Como ele foi pago pela cineasta canadense para ajudá-la durante a produção do documentário. Lorota também acreditou que a nossa relação também seria da mesma forma, apesar de ter o informado o contrário. Então, nas minhas idas a Mangueira, Tuiuti, Macacos e Borel com ele, sempre tinha algum pedido de ajuda financeira um almoço ou algo do tipo. Algumas vezes eu negava e em outras o ajudava. O que me despertava questões éticas sobre a relação do pesquisador/interlocutor. Em 2019, Lorota teve uma discussão com o presidente da associação de moradores da Mangueira e foi expulso da favela. Hoje está residindo no Jacarezinho e nosso contato tornou-se longínquo.

A terceira frente de entrada no campo de pesquisa foi a partir da unidade municipal de saúde da Mangueira. Na minha visita a Clínica da Família Dona Zica consegui algumas informações sobre o abominável Comitê de Ética. Chamo ironicamente de abominável, devido às inúmeras dificuldades para conseguir aprovação, somada a imensa burocracia. Um processo burocrático e repleto de detalhes meandros de deixar qualquer pesquisador zozó, em especial àqueles das Ciências Sociais. Pois só a partir da aprovação do meu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Uerj eu poderia realizar as entrevistas com a equipe da Clínica.

Além dessas indicações nesse mesmo dia tive uma conversa de 20 minutos com Beatriz, assistente social do equipamento público, quando ela se identificou logo de início com a minha pesquisa. Essa identificação como o envolvimento profissional e afetivo de Beatriz com os ex-moradores da ocupação foram fundamentais para que ela me auxiliasse a minha entrada no campo. Mesmo sem a minha aprovação pelo Comitê de Ética a assistente social tornou-se uma grande parceira na minha pesquisa.

Nesse primeiro dia trocamos o contato de telefone e em seguida passamos a nos comunicar pelo aplicativo de mensagens *whatsapp*. Foi através das nossas conversas que Beatriz me comunicou da reunião a qual a equipe da Clínica realizaria com os antigos moradores da IBGE. Ela me contou também sobre duas preocupações da equipe, a primeira de que os antigos moradores após a remoção não estavam frequentando a Clínica da Família. A segunda de que alguns dos ex-moradores estavam sofrendo de problemas relacionados a saúde mental e a hipótese era de que eram decorrentes da remoção, do fim da ocupação e do término dos laços de amizade e ajuda entre os moradores.

Diante dessa hipótese Beatriz organizou uma reunião na quadra da Mangueira para conversar com os ex-moradores que moravam na Mangueira ou em outros locais. Para reaproximá-los da clínica e tentar entender o que eles estavam sentindo no período pós-fim da ocupação. Ela convidou-me para participar da reunião e desta forma me ajudar a conhecer os ex-moradores e ver com quais deles eu poderia me aproximar para o desenvolvimento da minha pesquisa. Na reunião realizada na quadra da Mangueira estiveram presentes apenas mulheres, algumas acompanhadas dos seus filhos. Além de Beatriz estavam também a agente de saúde da clínica, a Rejeane.

A Rejeane também foi uma importante colaboradora para minha pesquisa. Em 2019, nós fizemos uma incursão na antiga FAETEC da Mangueira que está abandonada, pois ela tinha recebido informações de ex-moradores da IBGE residindo no local. Rejeane é nascida e criada na Mangueira como se diz na gíria nativa “ela é cria”. E, portanto detém um conhecimento ímpar sobre as pessoas e os lugares que permeiam esta pesquisa. Foi a partir de Emilie, Lorota, Beatriz e Rejeane que consegui avançar na pesquisa e no contato com minhas interlocutoras. Em janeiro de 2019 já tinha contato e relações com os sujeitos da minha pesquisa.

A favela da Mangueira constitui um capítulo a parte da minha pesquisa. Sempre me identifiquei com a escola de samba, mas sem nunca ter ido à quadra e muito menos na favela. E foi a pesquisa que me presenteou em entrar pela primeira vez no Palácio do Samba⁶, de assistir um ensaio, de acompanhar de perto os preparativos para o carnaval, de conhecer e tirar uma *selfie* com o grande sambista Nelson Sargento e de me arrepiar ao escutar de perto o som da “Surdo Um”⁷. Por todo esse encantamento e acolhimento defendo esta tese vestindo o manto sagrado verde e rosa.

⁶ Nome dado pelos integrantes da escola de samba da Mangueira para a quadra da agremiação de samba.

⁷ Apelido da bateria de ritmista da Estação Primeira de Mangueira.

A história da favela da Mangueira tem contornos que passam por políticas arbitrárias de remoção de moradias pobres, tais como as que produziram as primeiras favelas cariocas na virada do século XIX para o XX. Como afirma Sérgio Prattes Lima (2016) a população pobre que residia nos arredores da Quinta da Boa Vista foram removidos e buscaram abrigo no então Morro de Mangueira. E emenda que o morro foi desde o período colonial um refúgio para negros forros, famílias pobres ou removidas, ex-escravizados.

No início do século XX um fluxo de famílias pobres e precarizadas do Rio de Janeiro foram residir no Morro de Mangueira, em busca de moradia barata, da proximidade com o centro da cidade e a disponibilidade de transporte, devido à estação de trem⁸, que liga o subúrbio à Central do Brasil. A família do grande compositor e sambista Cartola tomou esse mesmo destino, saindo do Catete para residir na Mangueira, depois que o pai do grande sambista ficou desempregado. Como aponta Licia Valladares (2008) o Censo de favelas do Distrito Federal de 1948 aponta a Mangueira junto do Jacarezinho como as duas maiores favelas da Zona Norte.

E foi a partir da favela da Mangueira que me tornei padrinho. Antes de iniciar a minha pesquisa de doutorado eu não tinha nenhum afilhado, ao final ganhei três lindas afilhadas. A Tina convidou-me para ser padrinho de duas das suas filhas mais novas, a Ana Beatriz e Ana Carolina. Busco cumprir com meus compromissos de padrinho, mas eu não esperava mais uma. Em meados de 2022, minha interlocutora engravidou da sua quarta filha, a Ana Alice. Uma menina linda, de bochechas rechonchudas e cheia de cabelo, que não é muito de sorrir, mas é um bebê limdo.

Durante os cinco anos acompanhei as minhas interlocutoras em variados momentos de suas vidas, desde momentos de alegria, tristeza e euforia. Acompanhei o nascimento da filha de duas interlocutoras, uma com maior proximidade, a de Tina. Nos comunicamos durante as 48 horas de parto normal no hospital maternidade municipal Fernando Magalhães, São Cristovão. Pelo *whatsapp* Tina me contava os momentos de agonia e espera pelo nascimento da sua quarta filha. Infelizmente não consegui buscá-la no hospital como combinado, pois o meu carro teve um problema no dia anterior.

Também participei de uma manifestação em frente a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2019. Quando o pagamento do Auxílio Aluguel atrasou por cerca de dois meses e as famílias

⁸ O nome da escola de samba é Estação Primeira de Mangueira. O nome tem origem, porque a linha férrea que liga o centro da cidade ao subúrbio. A primeira estação em que havia uma escola de samba era a, Mangueira. O que deu origem ao nome Estação Primeira de Mangueira.

estavam inconformadas, com medo de serem despejadas por seus locatários. Foi um momento de tensão, em que os guardas municipais ameaçavam retirar por meio da força os manifestantes, com momentos de impasse e quase conflito físico. O ato político foi importante, pois alguns dias depois o benefício foi devidamente depositado nas contas dos beneficiários.

A pesquisa de doutorado me proporcionou momentos de tristeza como momentos de felicidade, tal como é a vida em sua essência. Um equilíbrio entre o bom e ruim, que por muitas vezes nós temos as retinas e a memórias mais atentas apenas para recordar das passagens trágicas. E acabamos criando psicologicamente uma ideia de que a vida é ruim, apesar de alguns escritores céticos partilharem de tal ideia. Dessa forma inicio a partir dos momentos tristes para finalizar com os felizes.

Das minhas seis interlocutoras, duas delas foram presas ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa: Vitória e Adriana. A primeira delas fiquei sabendo de sua prisão em um domingo de manhã. Acompanhei de perto as duas semanas de detenção, e só não visitei, pois ela não estava apta ainda a receber visitas. Suas amigas me enviavam via *whatsapp* fotos, informações e mensagens de Vitória no cárcere e até um PIX, que eu poderia enviá-la dinheiro. No dia seguinte a sua libertação fui até sua casa para abraçá-la e recebê-la de volta a liberdade.

Em especial, a prisão de Maria dos filhos me fez conhecer um pouco dos caminhos tortuosos do sistema de justiça, que já conhecia dos livros, mas não na prática. Dessa maneira conhecer sobre a esperança da possibilidade de sair na audiência de custódia, da expectativa de ser assistida por um bom defensor público, da espera angustiante de um recurso seja impetrado e de não saber para qual instituição penal um parente ou amigo foi encaminhado. A partir de Vitória conheci pela primeira vez a defensoria pública, a VEP (Vara de Execuções Penais), debati com a defensora pública sobre os malefício do programa Segurança Presente e assisti minha interlocutora procurar por uma defensora pública que lhe ajudou há 15 anos, apenas para agradecer-la.

Já no caso de Adriana foi mais triste e posso falar pouco sobre o assunto. Tive conhecimento de sua prisão por uma outra interlocutora. Ela avisou-me por mensagem para colocar no jornal televisivo do SBT. Quando assisti que minha interlocutora tinha sido presa sob acusação de agenciar suas filhas adolescentes a praticarem sexo com homens mais velhos, em troca de dinheiro. Após esse episódio não consegui mais acompanhar Adriana, não procurei saber como ela estava ou mesmo visitá-la.

Após assistir o documentário “ Escola base-um repórter enfrenta um passado”⁹ passei a refletir sobre minha atitude não ter procurado mais Adriana. O documentário aborda uma acusação da prática de pedofilia pelos proprietários de uma escola contra os estudantes. Depois de acusação, prisão e linchamento moral a denúncia mostrou-se falsa, contudo os acusados já tinham sofrido todos os efeitos perversos da fraudulenta acusação. Dessa forma pensei como condenei de antemão a minha interlocutora, que até o atual momento é uma suspeita.

Hoje talvez eu pudesse ter a visitado na prisão, mas acredito que a questão moral envolvida no crime pelo qual ela é acusada fez erroneamente me distanciar. Faço aqui uma autocritica de que a condenei de antemão, ao me afastar. Tenho refletido nessa questão ainda, afinal de contas o artigo 5º da Constituição Federal estabelece o princípio da presunção de inocência para todos os cidadãos. Contudo, por ser um crime envolvendo crianças, em especial com quem tive uma proximidade deixaram tudo em uma zona cinzenta a qual não consegui me desvencilhar.

Essa situação deixou-me abalado, em especial por ter uma relação de afeto e proximidade com os filhos de Adriana. Todos eles sempre carinhosos e afetuosos comigo, ainda tenho no meu celular fotos os quais tiramos juntos. Essa proximidade me gerou uma dificuldade em acompanhar tanto as crianças que ficaram com o pai, como também não ter ido visitar minha interlocutora. Não em busca de elementos para pesquisa, mas por uma pessoa com que tive o contato próximo por 4 anos e sempre apresentou ser uma mãe zelosa.

Também participei de momentos de tristeza, como está descrito no capítulo 3, a morte e o enterro de Tico, filho de Maria dos filhos. Não pude deixar de estar ao lado da minha interlocutora naquele momento de dor e despedida. Consegui prestar o mínimo de assistência nesse período delicado. A partir do convite feito por ela estive presente no enterro de seu filho, assassinado por policiais do BOPE, pouco tempo após ter saído do cárcere.

Acompanhei a batalha de Tina nas três vezes em que sua filha Ana Beatriz foi internada na UPA, devido a complicações respiratórias. A minha afilhada já sofria de problemas no sistema respiratório, contudo acredito na hipótese de que foram agravados pelas péssimas condições de moradia. Minha interlocutora residia em uma casa sem janelas, úmida, sem

⁹ O documentário “Escola base – Um repórter enfrenta o passado”, dirigido por Eliane Scarvodelli e Caio Cavechini, lançado em 2022 aborda o caso da Escola Base em São Paul. Os proprietários da escola foram falsamente acusados de praticar pedofilia com os alunos, produzindo um escândalo nacional, que mais tarde foi revelado tratar-se de uma mentira.

circulação de ar e com apenas 20 metros quadrados, com quatro pessoas habitando. A Ana Beatriz conseguiu superar essa batalha.

Apesar dos pesares a pesquisa também trouxe momentos felizes e foram alguns que posso me recordar. Um deles, marcante quando Verônica, Adriana e Fátima conseguiram empregos formais em 2020 e 2021. Elas estavam há 2 anos desempregadas, vivendo de bicos, *viração*, pequenos ilegalismos populares e sobrevivendo a partir dos benefícios sociais governamentais. E foi no período agudo da pandemia de Covid-19 que elas conseguiram empregos precários, porém de carteira assinada em hospitais e empresas de limpeza.

Os nascimentos de Ana Alice filha de Tina e de Maria, filha de Adriana foram também de grande felicidade para este pesquisador como para minhas interlocutoras. Foram dois “bebês pandêmicos” como são chamados popularmente. Pois foram crianças concebidas ou nascidas no período da pandemia de Sars-cov-2. O nascimento de crianças em um momento em que morriam milhares de pessoas resultou em um momento de alegria e esperança em um futuro vindouro. E no caso da Ana Alice fui agraciado como padrinho da linda menina.

O natal solidário organizado pelo CEIF (Centro Espiritualista Irmãos de Fé) centro de Umbanda da minha amiga Viviane, localizado no Andaraí. Ela ficou comovida e sensibilizada com as histórias das minhas interlocutoras e mobilizou seu terreiro para organizar um natal para as mães, filhos e netos das minhas interlocutoras. Por dois anos foi realizada uma festa com distribuição brinquedos, lanches, roupas, e presentes para mais de 50 pessoas, configurando um dos momentos de alegria e confraternização.

Outro momento de alegria foi Verônica assistindo o seu primeiro carnaval da Mangueira sendo campeã na avenida. Minha interlocutora conseguiu um trabalho temporário como faxineira, no setor das frisas, no Sambódromo. Uma ocupação que pagava pouco, com um chefe exigente e muito trabalho. Contudo, era o ano de 2019, quando a Mangueira conquistou o título de campeã do carnaval com o samba-enredo “ Histórias para ninar gente grande”. E ela fez questão de assistir a todo o desfile da escola verde-rosa, ignorando o seu chefe exigente.

A alegria de Verônica em presenciar a sua escola de samba do coração sendo campeã reflete um pouco de quanto a Mangueira é um instituição de identidade, orgulho e que gera um pertencimento positivo aos moradores da favela. E de certa forma meu batismo no campo foi na celebração do título. Quando fui para quadra da escola de samba sozinho comemorar a vitória, que trazia na letra do samba e em carros alegóricos uma singela homenagem a Marielle

Franco. Naquela quarta-feira de cinzas chuvosa e com falta de luz, a quadra da escola de samba virou um grande *aquilombamento* nos termos de Abdias Nascimento (1980). A quadra agremiação negra, diferentemente dos dias de ensaios, quando mesma fica alva, devido aos ingressos a preços estratosféricos, que podem ser pagos apenas pelas camadas abastadas.

Os ensaios pré-carnaval correspondem uma Mangueira que é branca e de classe média e os ensaios de rua outra Mangueira que é negra e favelada. Contudo, por mais que os ingressos sejam proibitivos para os moradores sempre dão um jeito. A sobrinha de Maria dos filhos, nos dias de ensaio repleto de turistas e gente das bandas da Zona Sul consegue entrar para ganhar uns trocados aos foliões mais caridosos. O que quase sempre aprendi no campo é maneiras de dobrar o sistema, de engenhosidade e de viração.

Não poderia deixar de citar o momento de alegria de Fátima, quando seu filho mais novo conseguiu a liberdade depois de alguns anos atrás das grades. Minha interlocutora estava entusiasmada em receber o seu rebento de volta. Ela estava vendo casa nova para alugar, móveis, empregos e tudo mais para o seu amago filho. Ela fez de tudo para receber em liberdade o seu filho da melhor forma possível, em menos de 2 anos era o segundo filho a qual ela tinha alegria de voltar a vida em sociedade.

As surpresas da pesquisa são inúmeras, desde aprender questões da vida cotidiana como a perereca. No inverno de 2020 cheguei na casa de Maria dos filhos reclamando do meu chuveiro, que estava há 2 meses com a resistência queimada. Eu não aguentava mais aquela situação de tomar banhos gélidos, o que para mim é um martírio. Quando ela me ensinou uma técnica, a qual ela aprendeu na prisão. A perereca é uma forma inusitada, engenhosa e perigosa dos presos brasileiros para tomar um banho quente. Ela me explicou que bastava eu tirar os fios do ferro de passar roupa. Depois ligar na tomada e colocar a outra parte em balde com água, em poucos minutos a água fica quente, pronta tomar banho.

As práticas sociais das minhas interlocutoras que envolvem inúmeras questões foram me surpreendendo ao longo da etnografia. A dificuldade de comunicação sempre foi um obstáculo, pois a mudança de número de celular era algo constante e por diversos motivos. Desde um celular, que foi vendido, passando por um celular quebrado e até mesmo por um celular que a linha foi cortada devido ao não pagamento da conta. Dessa forma os contatos das minhas interlocutoras estão salvos no meu celular como: Tina 3, Tina 4, Vitória 5, Vitória 6, Adriana marido, Adriana filha, etc.

Algumas características são importantes de ser relatadas aqui, apesar de não ter mergulhado profundamente para analisá-las. As minhas interlocutoras como seus filhos e vizinhos usam principalmente no *whatsapp* o envio de áudio. Pouquíssimas mensagens são por escrito, a grande maioria são mensagens de áudio. Pude constatar essa prática quando foi formado o grupo para organizar a manifestação em frente a prefeitura com cerca 30 ou 40 ex-moradores da IBGE. A manifestação tinha como objetivo exigir o pagamento do Auxílio Aluguel que estava atrasado.

Fui adicionado no grupo por Lorota e a minha intenção era ajudar na construção do ato, como também analisar as questões dos ex-moradores da ocupação. Contudo tal empreitada tornou-se impossível, porque as trocas mensagens eram praticamente todas feitas por mensagem de áudio, o que deixou impossível salvar e analisá-las. A minha participação nesse grupo por duas semanas evidenciou como áudio é um instrumento de utilização das camadas sociais mais baixas, mas não busquei respostas para estas.

Apesar de elas passarem às vezes três meses ou mais sem um celular, elas sempre davam um jeito de falar comigo, usando celular de um filho, parente ou vizinho. O que me fez atender números desconhecidos, pois antes ignorava tais números a priori acreditando ser mais uma ligação enfadonha de telemarketing. A troca constante por vezes atrapalhou a nossa interação, pois eu no começo eu não tinha o número dos familiares e amigos das minhas interlocutoras, o que eu passei a fazer ao longo da caminhada.

As mudanças constantes de casas era também uma questão que atrapalhava o desenvolvimento da pesquisa. Por vezes cheguei à casa das minhas interlocutoras e estava vazia ou com outra pessoa residindo no local. E em muitas das vezes eu não tinha o número de telefone atual ou elas estavam sem telefone naquele momento. O que produzia uma árdua busca pelos outros moradores da IBGE para saber onde a minha interlocutoras estavam morando.

As sucessivas mudanças de imóvel são resultado dos efeitos de diversos problemas e questões. O valor baixo do Auxílio Aluguel de apenas R\$ 400,00 faz com que as minhas interlocutoras entrem em conflito com seus locatários, que exigem aumentos. O valor insuficiente aluguel interfere diretamente na qualidade dos imóveis alugados, em sua maioria com graves problemas de infraestrutura como infiltração, falta de água, ausência de ventilação, excesso de umidade, goteiras, entre outros. Além dos sucessivos atrasos no benefício habitacional, que já chegou a dois meses de atraso, produzindo o despejo ou acirramento da

relação entre inquilinos e locatários. Apenas para exemplificar, ao longo dos 5 anos, a Selma mudou de casa 6 vezes.

As dificuldades de comunicação, devido as constantes trocas de celular como também as mudanças de casa eram sanadas a partir de uma rede de ex-moradores da IBGE que estão sempre em contato. Apesar da remoção e a consequente dispersão dos antigos moradores por diversas áreas da favela da Mangueira. Há uma relação ainda próxima entre eles, devido em especial ao uso de equipamentos públicos. Eles se encontram nas escolas onde os filhos estudam, na Clínica da Família, ou no CRAS. Então, conseguia saber o endereço novo a partir dessa rede de sociabilidade formada pela IBGE.

Apesar de a assistente social Beatriz ter me apresentado como pesquisador, a identificação das minhas interlocutoras sobre mim é diversa. Lorota anotou o meu número em seu celular me identificando pelo nome de ‘Jorge Universitário’. Tina em uma ocasião em que sua filha estava internada apresentou-me ao seu amigo como jornalista. Fátima um dia me ligou do telefone da sua irmã, quando a mesma perguntou com quem ela estava falando Fátima respondeu que eu era um rapaz da ONG. Enquanto Vitória colocou-me o apelido de Sorriso e chama de seu amigo. Portanto, são formas distintas de identificação da minha figura para cada uma delas.

O antropólogo se coloca como um pesquisador, que faz análises antropológicas sobre os sujeitos de sua pesquisa. Contudo, o antropólogo também é analisado e identificado pelos sujeitos pesquisados e foi nessa via de mão dupla que o Jorge adquiriu inúmeras identidades pelas minhas interlocutoras. Desde o Jorge que é compadre da Tina, o Jorge que consegue cesta básica, o Jorge que é jornalista, passando pelo Jorge dos gatos e o Jorge apelidado pelas interlocutoras de Sorriso. No início tentei combater essas identificações das minhas interlocutoras, mas cheguei a conclusão de que era uma tarefa além de árdua, impossível.

Porque suas identificações resultam diretamente das relações as quais estabelecemos no decorrer do desenvolvimento da interação. E querer me colocar como um pesquisador no condizia com as relações as quais mantive com elas ao longo do trabalho de campo. Pois, não foram limitadas a apenas uma pesquisa fria, mas uma pesquisa quente. Aqui me arvorio a uma definição o qual criei de pesquisa quente, refere-se uma pesquisa calcada em afetos, trocas, relações afetivas e acalento. Nesse sentido a pesquisa quente passa pelo envolvimento e pelo afeto, por situações ruins e alegres, e pelo dia a dia onde são cunhadas e construídas as relações pessoais.

Em 2019, me mudei de São Gonçalo para morar no Rio de Janeiro, especificamente em Vila Isabel para estar próximo do meu campo de pesquisa. Muita expectativa de fazer uma etnografia profunda, como também de aproveitar a Cidade Maravilhosa, morando sozinho no bairro de Noel. No caso de aproveitar a capital fluminense não deu muito certo, pois só consegui no primeiro ano. Porque nos dois anos seguintes veio à pandemia de Covid-19, em que passei a grande parte do tempo dentro de casa, angustiado, cabisbaixo e a espera da volta da normalidade.

Residir no Rio de Janeiro foi essencial para o desenvolvimento da minha pesquisa, estar próximo do campo e das minhas interlocutoras. Consegui ter uma frequência de ir a Mangueira pelo menos uma vez por semana. Apesar de o ano de 2019 ter sido muito produtivo no que tange a pesquisa, nos anos de 2020 e 2021 foi o período de consolidação do campo, de profundidade e formação de relações estáveis e de confiança com os sujeitos da pesquisa. Há um terceiro *turning point* a partir de 2020, quando deixei de buscar as histórias da IBGE e passei a ter como foco a vivências das minhas interlocutoras, o que elas apresentavam em nossas conversas.

O terceiro e último *turning point* da pesquisa foi apresentado pelas minhas interlocutoras. Enquanto, eu questionava sobre a vida na antiga ocupação, elas dissertavam sobre os desafios cotidianos de suas vidas no pós-ocupação. Eu questionava Vitória sobre a IBGE e ela respondia que no dia anterior ela tinha sido perseguida pelos agentes do Tijuca Presente. Eu questionava Fátima acerca da IBGE, mas ela elaborava sobre o filho que estava preso, que estava necessitando de dinheiro. Elas foram indicando os que lhe afligiam, mas eu demorei um tempo para compreender. Contudo, consegui despertar a tempo de refletir sobre essas questões e desenvolvê-las ao longo desta tese.

O campo de pesquisa é uma caixa de surpresas, a minha pesquisa partiu de uma etnografia de um espaço de moradia para temas os quais não poderia imaginar em março de 2018. É claro que a IBGE Mangueira, ocupação, ou melhor, invasão, expressão nativa é um fio condutor de toda essas 400 páginas deste trabalho de pesquisa qualitativa. Entretanto, a pesquisa passou a ser diante do fim da IBGE em uma etnografia acerca de seis mulheres removidas e a espera da casa própria. A tese de doutorado está dividida em quatro capítulos os quais abaixo um breve resumo a seguir.

No capítulo 1 “Mulheres nas dobras do informal, ilegal e ilícito”, analiso Selma, Fátima e Vitória em suas agências cotidianas envoltas em ilegalismos (TELLES, 2010). Como as três

interlocutoras desenvolvem atividades informais, ilegais e ilícitas em suas vidas. Compreendendo que tais práticas configuram resistências no sentido proposto por James C. Scott (2011), quando as mesmas estão enfrentando desafios do Estado, da economia e etc. para poder conseguir uma vida menos precária para elas como para suas famílias.

No capítulo 2 “Circular, resistir e trabalhar”, analiso especificamente Vitória Silva, também conhecida pelo apelido de Maria dos filhos. Minha interlocutora tem como atividade econômica vender balas e doces ou pedir dinheiro nas ruas da Tijuca e Vila Isabel. Contudo, sua atividade laboral tem a cada dia mais difícil, devido à ação dos agentes do Segurança Presente. Um programa de segurança que realiza patrulhamento nos bairros, com claro viés higienista e, portanto dificulta a permanência e circulação de pedintes, vendedores ambulantes e pessoas pobres nos territórios patrulhados.

Apesar de Maria dos filhos ter criado estratégias para conseguir trabalhar nas ruas, mesmo com a ostensividade do modelo de patrulhamento gerou imensas dificuldades em sua vida laboral. Por final, após tanto conseguir desvencilhar dos agentes, minha interlocutora acabou sendo presa, em 2022. O que revela ainda mais as estratégias das políticas públicas não apenas na incriminação de tecidos populares da sociedade, como para expulsão destes de determinados espaços da cidade, numa clara política de limpeza social.

O Capítulo 2 nasceu das diversas conversas com Vitória, em que o Tijuca Presente e o Vila Isabel Presente apareciam constantemente. Minha interlocutora revelava situações de abordagens truculentas e do impedimento do seu trabalho de pedir ou de vender balas nas ruas pelos agentes. Ao mesmo tempo, residindo em Vila Isabel e circulando pela região pude perceber como esse novo programa de patrulhamento das ruas da cidade cerceava a circulação e o trabalho de determinados estratos da população pela cidade.

O capítulo 3 “Mães, cárcere e filhos” tem como fio condutor as três interlocutoras da minha pesquisa que tiveram filhos em situação de privação de liberdade. A prisão era assunto recorrente no trabalho de campo. Nesse sentido, busco analisar como as mães realizam inúmeras ações para assistir seus filhos que estão presos. Essas ações não são apenas para os filhos, como também em relação aos netos, que com os pais presos necessitam da ajuda das avós em diversas demandas da vida cotidiana no cárcere.

Nesse capítulo analiso Fátima, que teve dois filhos presos, Selma, que teve três filhos presos e Vitória que teve um filho em situação de cárcere. Discuto o *encarceramento em massa*

e seus efeitos tenebrosos sobre a vida dos sujeitos da minha pesquisa, a partir da compreensão de que o aprisionamento produz efeitos sobre toda a família. Contudo, tendo as mães como protagonistas das ações em busca de prover uma vida menos penosa para os filhos privados de liberdade, para os netos aqui fora e também em todo esforço em acolher um filho quando sai do cárcere.

O capítulo 4 “ Trabalho, pandemia de risco e pandemia de Covid-19” tem como foco as minhas interlocutoras e suas atividades laborais em meio a pandemia de covid-19. Apesar de o período pandêmico ter sido de queda da economia e crescimento do desemprego, uma parte das minhas interlocutoras conseguiram empregos formais, porém que as colocavam em situação de risco de contaminação, pois trabalhavam na linha de frente de combate ao vírus.

Analiso Fátima, Verônica e Adriana em suas trajetórias laborais, as questões acerca de seus empregos, renda, relações familiares, entre outras. E mergulho em suas estratégias para conseguir aumentar a renda, devido a baixa remuneração dos seus empregos. Ao final do capítulo desenvolvo sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil a partir do *golpe parlamentar* de 2016. E o quanto as políticas econômicas e a redução dos direitos trabalhistas produziram efeitos sobre as minhas interlocutoras e para classe trabalhadora brasileira.

Dessa forma acredito ter feito uma pesquisa de doutorado quente. A pesquisa quente trouxe dificuldades, questões éticas e perguntas sobre até onde estava o pesquisador e estava um amigo. Principalmente, quando duas interlocutoras alegaram, que não tomariam vacina contra o vírus Covid-19 com base em *fake news*. Confesso que nessas duas situações em busca de convencê-las não apenas usei argumentos científicos e notícias de jornais consolidados e de confiança. Como apelei para questões sentimentais do tipo: “*Você não vai fazer isso comigo?*” e “ *Eu vou ficar muito triste com você?*”. No desespero, foram as armas que tive a mão e pelo menos com uma delas surtiu efeito.

A pesquisa quente, a qual tem orgulho de ter realizado ocorreu no aniversário dos filhos de Vitória, debaixo do viaduto da Mangueira. A pesquisa quente ocorreu nas três festas de aniversário de Ana Beatriz em que estive presente. E também quando as três filhas de Tina foram ao cinema pela primeira vez, quando assistimos ao filme “Turma da Mônica: Laços”, em 2019. A pesquisa quente ocorreu na ida junto de Maria dos filhos na VEP para conseguir seu alvará de soltura, quando fomos comemorar no MC Donalds. Entre outras inúmeras situações da pesquisa, quando as fronteiras de pesquisador, amigo, compadre, jornalista, antropólogo estavam claramente embaralhadas.

Esse tempo suspenso da pesquisa etnográfica é deveras difícil de determinar o seu fim. Quando uma pesquisa se encerra? Quando é a última ida ao trabalho de campo? Quando determinar qual é último evento a ser acompanhado? Como Bronislaw Malinowski decidiu que sua pesquisa nas Ilhas Trobriand chegou ao fim? No caso de uma pesquisa quente, quando as relações com os sujeitos não estão limitadas pela pesquisa, mas extrapolam essa barreira, os encontros são contínuos. Compreender, até quando ainda há pesquisa e até onde são encontros fruto das relações cunhadas ao longo da pesquisa é um desafio.

Foram dias e noites para conseguir chegar a essa reposta de onde acabava a minha pesquisa, o meu trabalho de campo. Cheguei a essa conclusão em uma festa, pois não há despedida melhor do que celebrando a vida. Foi no aniversário dos filhos de Maria dos filhos, em agosto de 2022. Aquela era uma celebração especial para minha interlocutora, pois era a primeira após 22 anos sem débito com a justiça, livre. Já pelo fim da festa, quando um pouco afetado pelas várias cervejas ingeridas, conclui que ali chegava ao fim o Jorge antropólogo, a pesquisa de campo do doutorado. Mas não chegava ao fim o Jorge compadre, o Jorge amigo e o Jorge Sorriso.

Não poderia deixar de falar dos desafios impostos de forma arbitrária pela pandemia do vírus Sars-cov-2. Escrever uma tese de doutorado já algo difícil, escrever em meio a maior pandemia dos últimos 100 anos tornou o que já era difícil ainda mais complexo. As relações com professores, colegas de pós-graduação e de grupo de pesquisa talvez seja um dos maiores ganhos na escrita de um trabalho acadêmico. A pandemia extinguiu essa possibilidade, da ideia de capítulo que surge no café, de uma indicação de livro que nasce no intervalo ou do comentário que abre uma nova possibilidade de caminhar da pesquisa.

Todas essas interações que são essenciais para construção do trabalho acadêmico não estavam mais a disposição. O fazer da tese de doutorado que já por si só algo tão solitário tornou-se mais ainda. Foi com ajuda de muitos que a escrevi, mas foi em meio a uma solidão, um isolamento e uma angústia enorme. Passar em frente a UERJ durante um 1 e meio e ver aquele colosso de ferro e concreto vazio, sem o barulho dos estudantes era de uma tristeza singular. Não quero dourar a pílula, mas as dissertações e teses construídas na pandemia são todas elas vitoriosas, muito resilientes, pois foi tudo muito difícil.

Chegando ao fim desta introdução retorno ao samba-enredo da Mangueira responsável pelo vigésimo título de campeão do carnaval carioca. Iniciei o campo acreditando etnografar uma ocupação e terminei realizando uma etnografia sobre seis mulheres. É nesse sentido que

o samba-enredo de 2019 tem todo o sentido, pois sua letra questiona a história do Brasil contada nos livros didáticos. Uma história repleta de heróis brancos, europeus, escravocratas, a história dos vencedores, dos ricos e da elite. O carnaval campeão da verde e rosa questionava tal história e trazendo para os holofotes mulheres, negros e indígenas que tanto construíram a história desse país. O que conecta a minha tese com o samba, são essas centenas de páginas abordando histórias, de resistências e luta de mulheres negras mangueirenses. Encerro com essa estrofe da letra: “*Brasil, chegou a vez/ De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês*”.

1 MULHERES NAS DOBRAS DO INFORMAL, ILEGAL E ILÍCITO

Por entre fotos e nomes
 Sem livros e sem fuzil
 Sem fome, sem telefone
 No coração do Brasil
 Ela nem sabe, até pensei
 Em cantar na televisão
 O sol é tão bonito
 Eu vou
 Sem lenço, sem documento
 Nada no bolso ou nas mãos
 Eu quero seguir vivendo, amor
 Eu vou
 Por que não, por que não?

Alegria, Alegria – Caetano Veloso

1.1 Introdução

A minha inspiração para a escrita deste capítulo veio através de uma situação no trabalho de campo com uma das minhas interlocutoras. Conversando com Selma sobre o problema do cartão bancário do seu filho, quando ela e sua nora estavam sem receber o Auxílio Aluguel, porque o cartão estava bloqueado e a única pessoa que poderia desbloquear era Júlio, o filho de Selma, mas ele estava preso. Selma pediu minha ajuda para resolver o problema e procurei um advogado para resolver pelos meios legais.

Contudo, pela via legal e burocrática Selma e sua nora teriam de aguardar no mínimo um ano para resolver o problema, o que faria com que elas ficassem sem receber aproximadamente doze pagamentos do benefício ou mais, o que produziria dificuldades econômicas. Nesse período, em que buscávamos a solução pela via legal Selma e sua nora resolveram o problema do cartão de uma forma rápida, inusitada e ilegal. Elas conseguiram um conhecido com uma aparência física semelhante ao Júlio para se passar pelo filho dela e desbloquear o cartão na agência bancária.

Nessa ação ousada elas evitaram passar meses sem receber o benefício, elas arriscaram-se, pois cometeram um crime, pelo qual poderia resultar na prisão das duas envolvidas. Entretanto, a iniciativa obteve sucesso e elas conseguiram sacar o dinheiro do benefício habitacional. A solução de Selma despertou-me para abordar os ilegalismos urbanos e populares das minhas interlocutoras.

A segunda inspiração veio a partir dos trabalhos etnográficos da socióloga e professora da USP, Vera Telles. A socióloga paulista há alguns anos pesquisa essa temática dos ilegalismos

populares, produzindo uma longa e sólida bibliografia sobre esse tema na capital paulista. Em especial o artigo: “ Nas Dobras do legal e ilegal: ilegalismo e jogos de poder nas tramas da cidade”, publicado em 2010. Nesse artigo, a socióloga paulista analisa as práticas ilegais de uma das suas interlocutoras, a Doralice moradora da periferia de São Paulo.

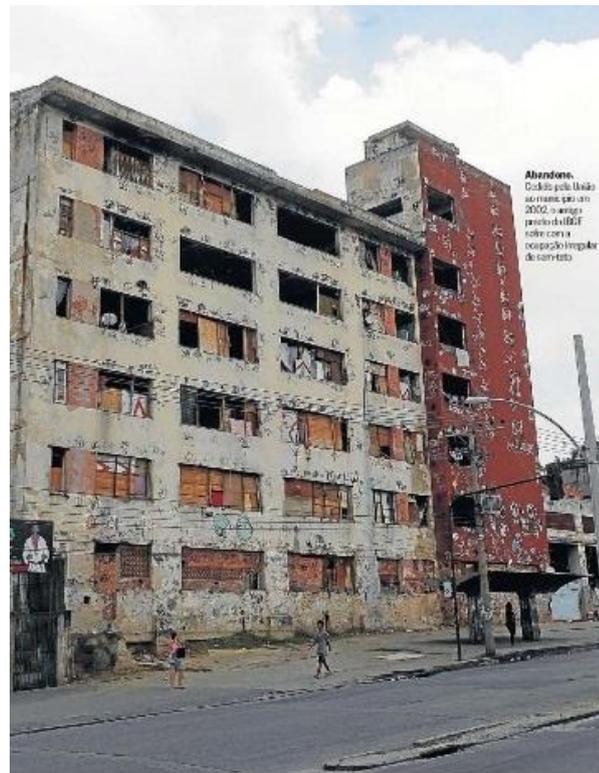
O artigo aborda a trajetória de Doralice em meio a uma vida precária e as dificuldades econômicas para sobreviver e criar seus filhos. Despertou-me a analisar neste capítulo três das minhas interlocutoras as quais realizam práticas nas dobras incertas informais, ilegais e ilícitas. Todas as três interlocutoras abordadas neste capítulo foram ex-moradoras, da ocupação IBGE Mangueira e hoje vivem de aluguel a espera da casa própria. Elas realizam práticas para resolver seus problemas cotidianos e especialmente conseguem atividades econômicas para sobreviverem, já que elas são as principais responsáveis pelo sustento de suas respectivas casas.

A ocupação IBGE na favela da Mangueira era “ilegal”, na verdade era considerado um lugar símbolo de todos os ilegalismos aos olhos do Estado e dos meios de comunicação em massa. Era um prédio público “invadido” por famílias sem-teto que viviam de maneira irregular, frequentado por usuários de drogas ilícitas, também um ponto de venda de drogas ilícitas no varejo e por último era um local em condições físicas deletérias para habitação. A captação de água do IBGE era ilegal, o fornecimento de energia elétrica para as casas era ilegal (gato)¹⁰, as antenas de TV a cabo eram ilegais (gato net), ou seja, quase tudo naquele antigo espaço de moradia estava ilegal.

Algumas fotos revelam bem como essa identificação da IBGE como um centro de toda sorte de ilegalismos. São fotos frontais do primeiro edifício que ficava de frente para Rua Visconde Niterói. Essas fotos apontam fios enrolados, embolados e desorganizados saindo do poste de luz na calçada para o edifício. Em algumas janelas era possível ver tapumes de obras públicas reutilizados como cortinas ou divisórias das casas e antenas de TV a cabo na fachada externa e uma água de esgoto que escorria permanentemente na principal entrada. Essas fotos contribuíram para fortalecimento do imaginário social daquele local, como um centro de ilegalismos. Um dos argumentos do poder municipal para a remoção dos moradores eram ilegalidades populares como conexão ilegal de água e de energia elétrica.

¹⁰ Gato é uma expressão popular utilizada para definir ligações clandestinas de água ou luz. É o furto de energia ou água das empresas públicas ou privadas responsáveis pelo fornecimento desses serviços.

Figura 1 - Jornal O Globo, 21 de março de 2005



Fonte: Jornal *O Globo*, 21 de março de 2005

A leitura produzida sobre a IBGE não poderia ser diferente, pois era uma ocupação de um prédio público e ainda mais localizado em um favela. Ou seja, a ocupação desfrutava de dois estigmas sobrepostos. O primeiro estigma por ser uma ocupação, uma ocupação “ilegal” de um prédio público e o segundo estigma por ser uma ocupação localizada, em uma favela. A favela reúne todos os estigmas de ser no Rio de Janeiro, um local que concentra todos os tipos e formas de atividades ilegais, ilícitas e informais, com destaque para o tráfico de drogas ilícitas no varejo (VALLADARES, 2005). Este último estigma assentou-se ainda mais nas últimas décadas. Desta forma, a IBGE era caracterizada como um núcleo duro de toda sorte de ilegalismos.

Portanto, a configuração do lugar de moradia das mulheres da minha pesquisa, como elas próprias, era permeado por uma definição, um lugar ilegal, informal e ilícito. Faz sentido a operação realizada pela polícia em janeiro de 2018, quando 30 pessoas foram presas, na IBGE. Um lugar ilegal ocupado por pessoas consideradas ilegais, para o Estado era certo o resultado, prender pessoas. Diante disso todas as práticas, ações e intervenções do Estado naquele local eram justificadas pelo mote do combate aos ilegalismos nas suas diversas modalidades.

Ao analisar essa caracterização da ocupação IBGE Mangueira pelo Estado e pelos meios de comunicação em massa, como um lugar em suma ilegal, pretendo neste capítulo me debruçar sobre as práticas, ações e estratégias ilegais ou ilícitas das minhas interlocutoras no período após a remoção. Defendo que os ilegalismos produzidos por elas quando residiam na IBGE não cessaram após a remoção. Assim, elas permanecem praticando os seus ilegalismos populares como forma de sobreviver aos percalços da vida precária.

Trarei como objeto de análise alguns dos ilegalismos praticados pelas minhas interlocutoras, desde quando foram removidas da ocupação, em abril de 2018. Portanto, a proposta é pensar quais são as estratégias e práticas acionadas por elas após serem removidas da ocupação. E como essas estratégias e práticas estão dentro das dobras do ilegal e legal como propôs a socióloga Vera Telles (2010). São essas dobras do ilegal que atravessam a vida das camadas populares nas grandes metrópoles brasileiras no século XXI.

O fato é que, hoje, a vida social parece atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas. É nesse ponto que a história de Doralice interessa. Trata-se de um jogo situado de escalas que se superpõem e se entrelaçam nas “mobilidades laterais”, para avançar uma discussão a ser feita nas páginas seguintes desse personagem urbano, cada vez mais comum em nossas cidades, que transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias. (TELLES, 2010, p. 156)

Não busco romantizar os ilegalismos das minhas interlocutoras. Pelo contrário, pretendo mergulhar nesses ilegalismos para compreender as estratégias e práticas de resistência dessas mulheres em face aos desafios de vida marcada por dificuldades econômicas e sociais. Como elas conseguem driblar as dificuldades da vida por meio dos seus métodos e práticas ancoradas nas fronteiras porosas do ilegal, informal e ilícito. São as práticas dos ilegalismos urbanos dessas mulheres que garantem uma renda pequena, porém importantíssima para comprar alimento, ou a possibilidade de prover um lazer para os filhos ou enviar um dinheiro para o filho que está privado de liberdade.

São práticas informais, ilegais e ilícitas do cotidiano dessas mulheres, que são inventadas e reinventadas a todo momento diante das ações de coerção e combate aos ilegalismos pelo Estado. As práticas ilegais e ilícitas do período em que viveram na IBGE foram reorganizadas e ressignificadas, no período pós-remoção. Porque surgiram novas condicionantes na vida das ex-moradoras que as obrigaram a forjar novas formas de viver e sobreviver diante da precariedade da vida.

A vida das minhas interlocutoras já era precária, quando moravam na ocupação e permanece precária após a remoção. Ao contrário, do que disse o ex-prefeito Marcelo Crivella (Republicanos), nada garante um salto de melhoria ao passarem a residir no futuro Condomínio de casas populares Dona Zica¹¹. Já que como apontarei no final deste capítulo existem outros problemas oriundos em morar em lugar onde água e energia elétrica não podem ser obtidos de forma ilegal. Como aponta Raquel Rolnik (2015) sobre as dificuldades de moradores de condomínios do Minha Casa Minha Vida em arcar com os custos de morar em um condomínio.

Nessas dificuldades da vida antes e depois da ocupação elas precisam criar engenhosas saídas, *viração* para sobreviver. Portanto, neste capítulo debruço-me sobre essas práticas de *viração* desenvolvidas pelas minhas interlocutoras no período pós ocupação IBGE Mangueira. As práticas não são apenas das três interlocutoras as quais desenvolvo e analiso neste capítulo, mas de todas as seis. Contudo, escolhi Selma, Fátima e Vitória, pois ao longo do trabalho de campo foram as que apresentaram em nossas conversas essas práticas dando-me material para analisa-las.

Analisarei as práticas nas dobras do informal, ilegal e ilícito das minhas interlocutoras a partir de cinco conceitos fundamentais, que são utilizados por Vera Telles (2009), Adriana Fernandes (2013), Camila Pierobon (2018) entre outros autores. Os conceitos com os quais trabalharei são: ilegalismos, *viração*, precariedade, *mobilidades laterais* e a *arte do contornamento*. São a partir deles que buscarei aprofundar as práticas das mulheres em precariedade produzindo ações para sobreviver em meio as adversidades sociais, econômicas e políticas.

A *viração* conceito que Adriana Fernandes (2013) utiliza muito bem para retratar os trabalhos e atividades econômicas dos interlocutores de sua pesquisa na antiga ocupação Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro. A *viração* é a chave para compreender como essas três interlocutoras agenciam seus trabalhos, bicos ou conseguir doações para conseguir manter suas casas. Portanto, a *viração* é por si só uma forma de prover o próprio sustento e de seus familiares.

A *viração* tem como característica a instabilidade de emprego ou atividade econômica por si só. É uma ausência de continuidade nas atividades porque essas atividades laborais estão imersas na informalidade ou a falta de estabilidade. Dessa forma, é comum que atividades

¹¹ O Condomínio Dona Zica é o nome do conjunto de casas populares onde serão reassentadas os ex-moradores da ocupação IBGE/Mangueira. Até janeiro de 2022 as obras ainda não foram iniciadas.

econômicas sejam sobrepostas produzindo jornadas extenuantes de trabalho para complementar a renda ou mesmo para obter uma pequena economia para tempos sem trabalho (TELLES, 2010).

A sobreposição de trabalho formal e informal alternado em jornadas de trabalho é comum, como assinala Vera Telles (2010). Pois mesmo o trabalho formal, de carteira assinada para as classes populares em muita das vezes é um trabalho precário. Com uma remuneração baixa, o que faz com que seja alternado com um bico para fortalecer a renda. O caso do marido de Suzana e genro de Selma, que trabalha como faxineiro na concessionária Metrô Rio, mas também trabalha como ambulante vendendo bebidas em dias de jogos no Maracanã. A conquista do emprego formal, não exclui a continuidade de atividades informais ou ilegais.

A *viração* é agência das camadas populares para enfrentar a vida precária. Ao contrário, do que foi falado no discurso do ex-prefeito as camadas populares não são passivas e buscam alternativas para sobreviver em meio as dificuldades sociais e econômicas. Agem de acordo com as suas possibilidades e desafios para fazer de suas vidas menos difíceis do que já são por si só. E agem sem crise moral, quando recorrem a atividades ilegais. Ao buscar a *viração* elas não se acomodam diante da condição em que se encontram enfrentando riscos, mas procurando a sobrevivência.

Observa-se nessa instabilidade não só a ausência de continuidade nos empregos, como uma pluralidade de atividades. Portanto, como analisarei uma interlocutora pode trabalhar vendendo doces, em seguida pedindo doações e depois como diarista realizando faxinas. Ou mesmo pode trabalhar fazendo bico como babá e na semana seguinte tentar a vida abrindo um pequeno comércio. Não há estabilidade e muito tempo atuando em uma área ou especialidade fixa de trabalho. É a necessidade de ganhar dinheiro que muda a todo o momento a área de atuação ou *viração*.

A *viração* tem como características atividades econômicas que sozinhas não conseguem arcar com os custos da vida, portanto são necessárias várias atividades de *viração* ao mesmo tempo para suprir as necessidades materiais da vida. Por isso, Fátima em um curto período trabalhou como cuidadora de idosos, vendeu ingressos e por último estava fazendo uma entrevista para trabalhar como faxineira. Baixa remuneração e instabilidade contribuem para essa diversidade de atividades sobrepostas e por vezes simultâneas.

Parte significativa dessas atividades estão dentro do escopo de *viração* são informais, ilegais ou ilícitas, elas são quase sempre passíveis de interrupções, coerções, extorsões, chantagem, etc. Como o caso de Vitória, que devido à extorsão de um dos segurancas da feira livre deixou de pedir doação de alimentos que sobravam das barracas dos feirantes na feira livre, pois era obrigada a entregar 50% do que conseguia para o segurança. Ou mesmo Selma que poderia ser denunciada a qualquer momento e perder a sua principal fonte de renda, o aluguel de um apartamento obtido através do programa Minha Casa Minha Vida.

A *viração* não é restrita as minhas interlocutoras que são as responsáveis econômicas em suas respectivas suas famílias. A *viração* também é estendida aos seus filhos, que desde pequenos são acostumados com a precariedade da vida e buscam ajudar suas mães nas atividades informais, ilegais e ilícitas. Caso de Pedro, filho de Vitória, que desde menino vende doces nas ruas. Ou mesmo Suzana, filha de Selma que faz bico vendendo bebidas nos arredores do Maracanã em dias de partidas de futebol. Ou Lucas Felipe, filho de Fátima que ao sair do cárcere foi trabalhar em um lava-jato informal.

As teses de doutorado de Adriana Fernandes (2013) e Camila Pierobon (2018) foram de grande importância para compreender como moradores de ocupação recorrem à *viração* para contornar a vida precária. Camila Pierobon (2018) em sua análise da trajetória de sua interlocutora Leonora e suas diversas atividades dentro do escopo de *viração* para conseguir dinheiro para sustentar sua casa. E Adriana Fernandes (2013) em sua etnografia sobre os moradores da ocupação Zumbi dos Palmares, em que ela aborda as inúmeras atividades de *viração* desenvolvidas pelos seus interlocutores no centro do Rio de Janeiro. O que ela nomeia como: “trabalhadores-viradores”.

A precariedade é o conceito para compreender a situação social, econômica e política das minhas interlocutoras. A precariedade atravessa suas vidas e produz efeitos. Morar em uma ocupação é um dos efeitos da precariedade, contudo a precariedade não é superada ao mudar para uma casa digna, em um condomínio popular. Porque o problema habitacional não é precariedade em sua totalidade, mas parte da mesma. Recorro a essa questão para afirmar como a precariedade em suas vidas permanece após a remoção ou mesmo do reassentamento.

Diante de uma vida precária que atravessa suas trajetórias, a necessidade de conseguir saídas para sobreviver em meio à precariedade. Portanto, afirmo que a busca é pela sobrevivência em meio a precariedade e não a superação da precariedade. Como mulheres, negras, pobres e moradores de favela a precariedade recai sobre suas vidas de maneira dura e

sólida. Esse cenário de precariedade acompanha a trajetória delas, elas estão convivendo e reinventando práticas para sobreviver.

A *arte do contornamento* (RUGGIERIO; SOUTH, 1997) é um conceito chave para compreender as práticas e as vivências dessas mulheres. Diante das precariedades da vida, elas precisam encontrar saídas para sobreviver. São essas práticas e saídas que permitem a essas mulheres amenizar as dificuldades da vida. Ou seja, as práticas realizadas por essas mulheres analisadas neste capítulo são para contornar, driblar ou superar as adversidades sociais e econômicas, mesmo que tais práticas sejam ilegais ou ilícitas.

As práticas das minhas interlocutoras são para contornar as precariedades e dificuldades da vida. Portanto, essas práticas necessitam de criatividade, engenhosidade e habilidade ou inteligência prática como definem Vera Telles e Daniel Hirata (2007). Pois, são práticas nas dobras do informal, ilegal e ilícita e portanto estão suscetíveis as ações do Estado de repressão, coerção, combate e vigilância.

Diante desses novos dispositivos de segurança as práticas nas dobras do informal, ilegal e ilícito precisam ser reatualizadas e passar por inovações. Como Vitória, que desenvolveu uma estratégia para não ser identificada e conseqüentemente presa pelos agentes do Segurança Presente. Ou como Selma, que resolveu o problema do cartão bancário em que é depositado o Auxílio Aluguel de uma forma inusitada e criativa para não ficar meses sem receber o benefício. As ruas são cada vez mais vigiadas e requerem práticas mais criativas e inovadoras para contornar esses obstáculos.

Os documentos são importantes para analisar como minhas interlocutoras agenciam os ilegalismos nas margens. Pois por meio deles que elas conseguem manipular, reformular e falsificar os documentos para agenciar necessidades da vida prática, diante das burocracias e das *assinaturas do Estado*. Se o Estado Moderno produz documentos que as excluem de políticas públicas e produz controle social, principalmente para os sujeitos nas margens. Esses sujeitos também agenciam e reformulam os documentos, resistindo por meio dos ilegalismos.

Não são todas as práticas ilegais e ilícitas, algumas são apenas práticas informais. Contudo, como esses novos dispositivos não buscam apenas combater o que é ilegal, mas como aquilo que está dentro de um escopo de atividades *indesejáveis* (FOUCAULT, 2008) pelo Estado, pelas camadas dominantes e demais atores. Dessa forma, uma prática que não é informal, muito menos ilegal como pedir doações na rua é alvo de repressão. Como abordo na

segunda parte deste capítulo, quando Vitória teve de sair correndo dos agentes pelo simples fato de pedir a uma transeunte uma mochila para o seu filho Lucas.

Apresento as práticas das minhas interlocutoras para viver em meio a precariedade como resistências. A partir da linha seguida pelo cientista político James C. Scott (2011), que analisa as ações de resistência cotidiana dos camponeses, trabalho com o conceito do pesquisador inglês para abordar as práticas das minhas interlocutoras no meio urbano e na contemporaneidade, pois concebo também como o autor as ações de resistência aos problemas impostos pelo neoliberalismo na atualidade.

Não é possível retirar os riscos quando esses sujeitos colocam essas práticas em atividade. Em uma vida cercada pela precariedade o risco de ser preso ou perder o benefício social é sempre cotidiano. E, é óbvio que elas ao se colocarem em risco para contornar suas adversidades fazem um cálculo. Sobre o que elas podem ganhar com a prática ilícita ou ilegal e o que elas podem perder caso algo dê errado. Quando eu sinalizei a Fátima da possibilidade dela perder o benefício social ao vender os ingressos para cambistas, fui extremamente ingênuo. Pois, é óbvio que desde a primeira vez em que ela operou tal prática ela sabia dos riscos. Fátima fez o cálculo e para ela o resultado foi de que valia a pena correr esse risco ou de que os riscos de perder a carteirinha são baixos.

O perfil socioeconômico das minhas interlocutoras são mulheres sem rendimentos fixos, exceto os benefícios sociais governamentais. As rendas delas são oriundas dos benefícios como Bolsa Família, Auxílio Aluguel, Família Carioca e atividades econômicas informais. Esse perfil aponta para as dificuldades econômicas e sociais que vivem diariamente e diante dessas dificuldades buscam agências e saídas para conseguir superar adversidades. E a situação delas torna-se ainda mais desafiadora, pois são elas as responsáveis por sustentar suas famílias, prover dinheiro e renda para os seus filhos e netos. O que exige ainda mais delas uma *expertise* e uma necessidade para contornar os problemas da vida precária.

As três interlocutoras estão em uma faixa etária crítica para conseguir emprego no mercado formal, todas as três tem mais de 45 anos de idade. Vitória, devido aos seus problemas com a justiça não pode concorrer a uma vaga de emprego formal, já que ao entregar os documentos poderia ser presa ou não contratada. Fátima é portadora do vírus da Aids e a doença pode ser um motivo relativamente forte para o empregador não contratá-la, pois uma queda de sua imunidade pode acarretar em doenças e afastamento do trabalho. Além disso os portadores do vírus são vítimas de um estigma social (GOFFMAN, 1980) E Selma está há anos fora do

mercado de trabalho e já não procura mais por emprego conforme ela revelou-me, ela busca conseguir a aposentadoria por idade, já que faltam apenas oito anos.

Antes elas eram moradoras de uma ocupação de sem tetos, em que eram vítimas de estigma por morar em um lugar ilegal, considerado insalubre e também por ali existir um ponto de venda de drogas ilícitas no varejo. Esse estigma não era fruto apenas dos que moravam fora da Mangueira, mas também dos próprios moradores da favela. Hoje, elas são moradoras da “favela”. Antes elas também eram do prisma geográfico, porém algumas moram na favela da Mangueira, Macacos e Borel e não são mais na ocupação IBGE. Deixaram de compartilhar em parte do estigma, apesar de serem identificadas como ex-moradoras do IBGE.

Ao acompanhar as seis mulheres, ex-moradoras da ocupação IBGE Mangueira, tenho deparei-me com diversas questões importantes para explorar. Uma questão tem saltado aos meus olhos, a questão da *viração* e dos ilegalismos. Todas as seis mulheres estavam desempregadas e sustentam suas famílias com os auxílios governamentais e com atividades econômicas informais e ilegais. São essas atividades que estão na miríade entre as fronteiras do ilegal e do informal, que elas enfrentam as duras penas no cotidiano de suas vidas. Portanto, busco me debruçar sobre a *viração* exercida por essas mulheres.

Em comum, todas as três têm filhos em situação de privação da liberdade, todos eles são homens. Das três, apenas Fátima visita o filho com frequência, as outras duas falam que não visitaram ou visitam os filhos, por que eles seguiram para o caminho “errado” porque quiseram. Apenas uma delas já teve passagem pela prisão, a Vitória. Apresento esse cenário de encarceramento presente na vida das minhas interlocutoras, para falar sobre algumas das características dessa vida precária, onde a prisão está sempre rondando o cotidiano dessas mulheres.

Neste capítulo apresentarei três interlocutoras da minha pesquisa, trazendo brevemente suas trajetórias na vida social após a remoção. E como as suas trajetórias estão marcadas pelo trânsito das fronteiras porosas do legal/ilegal, das dobras da informalidade, dos desafios que flertam com o ilícito e das suas práticas para conseguir prover renda para os seus lares em meio as dificuldades da vida, as perseguições do Estado e os desafios cotidianos da vida. São três interlocutoras os quais explorarei no presente capítulo: Vitória, Fátima e Selma.

A escolha dessas três interlocutoras deve-se ao fato de com elas o trabalho de campo ter avançado mais e delas terem me confiado revelar questões acerca dos ilegalismos. Isso não

significa que as demais interlocutoras não pratiquem ações nas fronteiras porosas do informal, ilegal e ilícito. Contudo, essas três apontaram práticas mais surpreendentes e engenhosas, as quais me despertaram a fazer a presente análise neste presente capítulo

1.2 Vitória circulando com documentos sujos e limpos

Vitória é uma das figuras mais conhecidas do antigo espaço de moradia. Ela é conhecida pelo apelido de “Maria dos filhos”. O apelido deve-se ao grande número de filhos os quais ela tem e cria. Nem todos os filhos de Vitória são biológicos, uma parte deles são filhos adotivos. Como é falado popularmente “pegou para criar” ou simplesmente deixou que eles morassem na sua casa. Vitória é negra e tem 51 anos, atualmente está desempregada e não é beneficiária do programa Bolsa Família, está divorciada e o ex-marido preso e atualmente mora com seis dos seus filhos, na favela do Borel.

A primeira vez que ouvi falar dela foi quando visitei a Clínica da Família conversar sobre a minha pesquisa, novamente ouvi as servidoras comentarem sobre a Maria dos filhos da IBGE. Depois quando visitei o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na favela da Mangueira e uma das assistentes sociais mencionou o seu nome, na verdade o seu apelido. Em especial, comentaram sobre o fato de Maria dos filhos ter tido um forte emagrecimento e ter ficado adoentada em 2018, chegaram a fazer exames nela, porém sem descobrir a real causa do emagrecimento repentino.

Conheci Vitória pessoalmente na reunião promovida pela Clínica da Família com as ex-moradoras da IBGE, na quadra da Mangueira. A Beatriz, assistente social da Clínica da Família convidou-me para participar da reunião como ouvinte e assim conhecer as ex-moradoras. A reunião tinha como propósito saber como estavam às antigas moradoras da IBGE, também saber por que elas não estavam frequentando o equipamento público de saúde e comunicar algumas informações sobre tratamentos médicos oferecidos¹².

Ao final da reunião realizada na quadra da Mangueira, Beatriz apresentou-me para o grupo como pesquisador da UERJ, que estava desenvolvendo uma pesquisa sobre as mulheres que residiram na ocupação. Nesse momento Vitória foi uma entre as presentes que me fizeram perguntas. O questionamento dela foi: “*Você vai escrever um livro sobre a gente?*”. Respondi que, sim. Ela sorriu e ficou animada. Em seguida ela disse conhecer a UERJ, pois ela morou

¹² Nesse dia foi anunciado que a Clínica da Família Dona Zica estava oferecendo a vacina anticoncepcional de 1 mês na clínica e o procedimento de introdução do DIU,

durante muitos anos embaixo do viaduto que liga a UERJ ao estádio do Maracanã e a estação do metrô. Fiquei surpreso e constrangido e respondi com um sorriso amarelo¹³. Ao final, tentei pegar o telefone de alguma delas, mas a maioria não tinha celular e a única maneira de manter contato era indo até suas casas.

Em um dado momento da reunião a pedido de suas antigas vizinhas Vitória cantou o rap da IBGE, de sua autoria, o qual a letra eu colocarei aqui.

Rap da IBGE

Aqui na I bê
 São tudo gente fina
 Vocês precisam ver
 A cara das meninas
 Uma santinhas,mas só que estão pegadas
 Outras são briguentas
 Cai logo na porrada
 Tem caolha
 Tem pé torto
 Tem fudecas e babacas
 Tem careca, porco espinho
 Cobra, punk e macacas
 Esqueleto e pereba
 Porca e chupa pau
 Só que de piranha
 Eu tou legal

Vitória Silva

A desenvoltura de Vitória para cantar o rap, sua animação e sua simpatia, com sua aura cativante destacaram-se nessa reunião. De fato, ela configura como uma das grandes lideranças da antiga ocupação. A Maria dos filhos, como é chamada por todo mundo é uma das mulheres proeminentes da antiga IBGE. O rap revela também a expressão nativa IBGE, no feminino, como os ex-moradores nomearam o antigo espaço de moradia. Portanto, ao longo da tese tratarei como a IBGE, assim como as minhas interlocutoras.

Passei a frequentar a casa de Vitória a partir da ida que fiz com Emilie Guréte na casa dela, no início de 2019. Emilie foi ao Borel para presentear com DVDs do documentário dirigido por ela “Muitos Rios” ex-moradoras que participaram do filme. E ela também aproveitou a visita para ajudar-me a entrar no campo de pesquisa. Assim, fui junto com a cineasta canadense nas favelas da Mangueira, Borel, Tuiuti e Macacos para ela apresentar-me as mulheres as quais foram moradoras da ocupação.

¹³ O motivo do meu constrangimento foi devido as referências distintas que tínhamos da UERJ. Enquanto para mim a universidade era uma referência afetiva de local de estudo e de encontro com amigos e colegas. Para Vitória a referência da UERJ, era o viaduto, onde ela morou embaixo em situação de rua por anos.

Nesse dia fomos às casas de quatro ex-moradoras, duas delas eu já mantinha relação, em cada casa Emilie entregava o DVD e passávamos algum tempo conversando com ex-moradoras da ocupação. A penúltima casa que visitamos nesse dia foi a casa de Vitória. Eu já tinha a conhecida na reunião realizada pela Clínica da família. Porém, naquele dia não consegui estabelecer um contato mais próximo, como não consegui também pegar seu número de telefone, pois ela não tem celular .

É uma residência simples com um quarto, uma sala, cozinha, um banheiro e um pequeno quintal. Contudo é uma casa encostada no paredão do morro, quando chove a água da chuva invade os cômodos. E do outro lado da casa tem um valão, o que gera problemas com ratos constantemente circulando pela casa. Em algumas vezes cheguei e à casa dela, a cozinha e parte da sala estavam alagadas. Vitória reside junto com os seus filhos: Lucas, Pedro, Kailane, Camila, Livia e Nanda¹⁴. Lohan não mora lá, mas está quase sempre presente.

Após esse dia, passei a visitar a casa dela cotidianamente para o desenvolvimento da pesquisa. Quando fico mais de duas semanas sem ir, ela sempre dá um jeito de me ligar do celular de algum amigo ou filho cobrando a minha visita. O seu ex-marido, Mais de Mil estava preso na época no presídio de Bangu, ela separou dele pouco tempo antes da remoção. O filho mais velho de Vitória, o Tico também estava preso no mesmo presídio, por tráfico de drogas, desde 2018.

Vitória ao longo do trabalho de campo me colocou um apelido. Ela me chama de “Sorriso”. Toda vez que chego a sua casa, ela diz: “ *Sorriso, eu estava falando em você esses dias* ”. E logo, me convida para entrar, sentar no sofá e me oferece uma xícara de café, pergunta sobre a minha mãe e como eu estou. Sempre tenho ido à casa dela na parte da manhã, pois em geral na parte da tarde ela está na Tijuca ou em alguma feira trabalhando.

A casa de Vitória está sempre cheia de gente. São vizinhos, amigos, filhos biológicos, filhos adotivos, etc. Ela gosta de ver sua casa cheia e tem orgulho de ser uma pessoa que reúne as pessoas. Ela é muito querida pelos seus vizinhos e muito generosa, sempre busca ajudar os seus familiares e vizinhos. Pude notar o quanto Vitória é querida no dia da morte do seu filho Tico. Ele foi assassinado na parte da manhã. Cheguei à casa de Vitória às 17h30, a casa estava cheia de pessoas para confortá-la naquele momento difícil, mesmo ela não estando em casa. Ela

¹⁴ Segundo Vitória suas filhas Luana e Ludmilla não estão sob sua guarda, devido aos seus problemas judiciais. Atualmente elas estão sob a guarda de outra pessoa que Vitória não me contou e também não a questionei sobre isso. Como as duas estão sob a guarda de uma outra pessoa as duas atualmente estão estudando, ao contrário de Pedro.

chegou mais tarde do IML, onde ela estava resolvendo as questões para liberar o corpo do seu filho.

O trabalho exercido por Vitória é vender de bala ou chocolate e pedir doações para os transeuntes, especialmente nas ruas mais movimentadas do bairro da Tijuca. No documentário uma das cenas retrata Vitória vendendo bala na estação Maracanã do metrô, em um dia de jogo no estádio durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Entretanto, ela não conseguiu passar muito tempo no local, logo foi impedida de vender na estação pelos seguranças da Supervia. Essa cena reflete um pouco dos desafios de Vitória em seu trabalho informal pela Grande Tijuca.

Além do trabalho de campo na casa de Vitoria também realizava às terças-feiras, quando nos encontrávamos na feira livre da Rua Jorge Rudge, em Vila Isabel. Eu ia as terças na feira para comprar algumas coisas, pois residi na mesma rua. E após conhecer Vitória passei a encontrá-la na feira, quando passávamos alguns minutos conversando. Ela frequenta quase toda a terça-feira. Pois, na feira livre ela trabalha pedindo aos clientes e aos feirantes verduras, frutas ou legumes¹⁵.

Vitória quase sempre está na feira acompanhada do seu filho mais novo, o Lucas de 2 anos¹⁶. Ela chega por volta de 11h e permanece até o final da feira. No final da feira é a chamada “xepa”¹⁷, quando os feirantes vendem os produtos que sobraram por um preço mais barato ou doam para pessoas em situação de vulnerabilidade. Às vezes, também encontro Selma na feira, porém com menos frequência. Uma vez acompanhando seu trabalho, Vitória pediu para um transeunte comprar uma fruta para o seu filho e a resposta foi negativa. Perguntei a ela qual fruta ela desejava que eu compraria. Ela respondeu: “*Não Sorriso, não precisa. Daqui a pouco eu consigo*”. Ela também tem uma boa relação com os feirantes, em um dos dias presenciei um feirante que já a conhecia dando pedaços de queijo para os seus filhos.

Vitória quando vai trabalhar na Tijuca também não vai sozinha. Quase sempre está acompanhada de seus filhos: Pedro, Lohan, Nanda, Camila e Lucas. Os dois últimos atualmente estão sem estudar, portanto ajudam Vitória na tarefa de vender balas ou chocolate

¹⁵ Um dia estava ao lado de Vitória quando ela pediu a uma cliente que comprava verduras para comprar verduras para ela. A cliente respondeu de maneira negativa. Então disse para Vitória que eu poderia comprar verduras para ela. Vitória disse para eu não se preocupar, porque ele conseguiria pedindo na feira.

¹⁶ Lucas está na matriculado na creche, porém acredito que Vitória leva Lucas para feira, pois acompanhada do seu filho é mais fácil conseguir doações dos feirantes e dos clientes.

¹⁷ Xepa é nome do alimento que sobra na venda diária das feiras-livres e que por ser perecível é dado ou vendido a baixo preço.

ou pedir dinheiro aos transeuntes. Em alguns dias em que Vitória está ocupada com os afazeres domésticos seu filho Pedro vai sozinho ou junto com Lohan.

No caso de Pedro, Vitória contou-me que ele está sem estudar, porque ela não tem documentos para matriculá-lo na escola. Ela já tentou e não conseguiu. Segundo ela pelo fato de estar em débito com a justiça ela não poder confeccionar novos documentos ou usar os velhos, o que lhe impede de matricular o seu filho na escola, como de ter sua guarda. No caso de Kailane¹⁸, que não é filha biológica dela, ela não estuda por preguiça mesmo, segundo minha interlocutora. A Kailane não tem carteira de identidade, após nascimento de sua filha ela está tentando tirar o documento para dar entrada no Bolsa Família, mas sem sucesso até agora devido a greve do Detran.

No início de 2020, participei de uma discussão com Kailane, Vitória e Bruna sobre Bolsa Família. Na discussão Kailane alegou que não tentaria o benefício, porque suas amigas e vizinhas tinham dado entrada há um ano e não conseguiram. E Lohan¹⁹ voltou a estudar em 2019, está estudando no turno da noite, em uma escola municipal, desde quando foi “preso” a juíza para soltá-lo determinou que ele retornasse aos estudos. Os demais filhos biológicos dela estão estudando, por que estão sob a guarda da cunhada de Vitória, que é a representante deles na escola.

A vida de Vitória está nessas lacunas das atividades informais as quais são as que provem renda para a sua família. O caso de Maria dos filhos é mais dramático, pois ela é a única das minhas interlocutoras sem acesso ao programa Bolsa Família e ao Família Carioca, é chefe de uma família monoparental feminina, responsável por prover sustento para ela e seus seis filhos e uma neta recém nascida. Devido aos problemas com a justiça, como citei acima.

A sua condição de “sem documentos” ou portadora de “documentos sujos”, devido aos problemas com a justiça impossibilitou minha interlocutora de ser cadastrada pela prefeitura. Excluída do cadastro ela ficou duas semanas acampada na calçada da ocupação, junto dos seus filhos e seus pertences. Ela não tinha para onde ir e não recebeu nenhum valor referente a remoção, por não estar cadastrada. A situação de Vitória foi resolvida a partir dos ilegalismos.

¹⁸ Kailane atualmente está grávida de 4 meses do namorado.

¹⁹ Lohan foi detido e teve de cumprir medida socioeducativo por alguns meses. Como ele saiu antes de terminar o prazo determinado da medida. No ano passado ele foi detido por agentes do Operação Tijuca Presente quando trabalhava na Gonçalves Ledo. Foi enviado para um abrigo para crianças e adolescentes de liberado depois de 4 dias. Desde então mensalmente tem ido até todo mês até a Vara da criança adolescente para assinar o termo.

Segundo Pastor Wagner foi realizada uma “operação” para conseguir incluir minha interlocutora no cadastramento, por meio de ilegalismos, reunindo servidores públicos, amigos, entre outros. A solução encontrada, segundo o líder religioso foi incluir a irmã (segundo Vitória foi sua cunhada) de Maria dos filhos como titular para ela repassar o valor do Auxílio Aluguel para a minha interlocutora, como o futuro apartamento no conjunto habitacional. Nas palavras de Pastor Wagner:

Diário de campo festa junina 13 de julho de 2019 (Festa Junina)

Segundo Wagner muitas pessoas de diversos lugares ao saberem do reassentamento foram para o IBGE para conseguir uma casa, mesmo sem morar lá. E que ele agiu para que não acontecessem injustiças, para que pessoas que realmente moravam lá ficassem sem casa. Eu citei o exemplo do Washigton, ex-presidente da associação de moradores. Wagner concordou e disse que deu no que deu, se referindo a maneira como o Washigton foi destituído da presidência da associação. Wagner contou que conversava com todo mundo com o tráfico, com a prefeitura e com associação de moradores, cada um no seu. Wagner também contou que quando falava com o Washigton quando os moradores precisavam de um comprovante de residência e outras questões. Wagner também contou sobre muitas pessoas que inclusive não sabiam onde ficava o IBGE e diziam que moravam no IBGE. Ele também contou sobre um rapaz que chegou em sua Igreja gritando com ele dizendo que não tinha conseguido uma casa por causa dele. Wagner disse que falou para o rapaz que como cristão ele nunca iria prejudicar alguém de propósito, então se Wagner tinha falado que ele não morava na IBGE é porque ele realmente não morava. Wagner seguiu dissertando falando como ele agiu para evitar injustiças. Segundo Wagner a primeira pessoa cadastrada e a primeira era uma mulher que morava na IBGE junto com o marido, mas na hora do cadastro a mulher colocou no nome do marido. Só que agora ele se encontram separados e o marido que recebe o auxílio aluguel. Ele foi até prefeitura para poder resolver o problema da mulher e conseguir inseri-la no cadastro. Mas segundo o pastor, a mulher da prefeitura respondeu que não poderia fazer isso, pois na lista de entrega das casas eles seriam os primeiros. Wagner falou que tinha avisado para a mulher que era para ela fazer o cadastro no nome dela, mas segundo Wagner ela não a escutou. Aí perguntei sobre o caso de Maria dos filhos que tinha ficado sem casa? Ele respondeu que o caso dela foi diferente, porque segundo o Wagner a Maria dos filhos tinha um problema na justiça e não podia colocar o benefício em seu nome, por isso ela colocou o benefício no nome da sua irmã. Mas ele diz que os filhos delas conseguiram a casa. Wagner fala que apenas um caso foi emblemático de uma mulher que morava no IBGE e ficou sem casa. Wagner apontou um menino e disse que a mãe daquele menino, quando ele foi na casa dela na IBGE, mas segundo Wagner devido ao efeito de drogas a mulher rasgou todos os documentos e ele ficou impossibilitada de conseguir receber o auxílio de aluguel.

A fala do líder religioso revela inúmeras questões que perpassam pelos documentos, desde minha interlocutora inabilitada para ser beneficiária da política pública de Auxílio Aluguel e reassentamento por questões de justiça e de outra ex-moradora usuária de crack que ao rasgar seus documentos não conseguiu ser cadastrada. O líder religioso aponta que a irmã de Vitória foi cadastrada no lugar dela, mas minha interlocutora me revelou que foi a cunhada. A segunda tem mais sentido, pois a cunhada é que detém a guarda dos filhos da minha interlocutora.

A partir dos caminhos ilegais, com ajuda da sua rede de apoio e solidariedade que incluiu também servidores públicos, ela passou a receber indiretamente o benefício. Não tem sido fácil, pois os conflitos cotidianos com sua cunhada, a demora em repassar o dinheiro, entre outros

problemas. Apesar de tudo, ela conseguiu em um arranjo ilegal receber o benefício como também garantir uma casa no futuro condomínio de casas populares.

Outros casos de pessoas que ficaram de fora do cadastro me foram revelados, mas apenas o de Vitória foi solucionado. Muitas pessoas que encontrei ao longo da pesquisa relatavam ter residido na IBGE, mas que por inúmeros motivos não foram cadastradas. A rede de apoio e solidariedade que ela conta e o reconhecimento de servidores do CRAS e da CF dela como uma moradora antiga da ocupação colaboraram para articulação do ilegalismo.

Em fevereiro de 2021, visitei Vitória, quando contou ter ido para as ruas da Tijuca para conseguir dinheiro ou doações para comprar o material escolar dos seus filhos. Vitória estava animada com o início do ano letivo escolar, pois seus filhos estavam há um ano sem estudar, devido a pandemia de Covid-19. Ela estava esperando uma senhora que compraria uma mochila para o seu filho, quando os agentes do Tijuca Presente vieram atrás dela e ela saiu correndo em fuga. Nesse dia ela disse uma frase marcante: “ *O governo não me ajuda e ainda me atrapalha*”, referindo-se ao fato de ter perdido a mochila, devido a perseguição dos agentes.

Vitória tem um mapa muito bem construído da região da Grande Tijuca, ela sabe onde tem feira livre, onde tem idosos generosos, onde é bom para vender bala e onde enfrentará problemas com seguranças ou policiais. Ela também possui uma sabedoria sobre os lugares onde tem segurança privada, onde têm milicianos, onde tem P2²⁰, onde pode ser perseguida por abordar transeuntes ou onde pode contar com ajuda de terceiros.

Quando ela disserta sobre estes lugares transmite muito confiança e sempre ela conta do fato de ter sido menina de rua naquela região e por isso conhecê-la com a palma de sua mão. Ouvir Vitória falando da Tijuca é escutá-la falando de cada rua, loja, referência e de cada delegacia pelo número²¹. Nas suas andanças esse circuito da coerção e prisão é muito conhecido por ela. Vitória conhece as três delegacias da Grande Tijuca pelo número, sabe a rua e ela diz conhecer até alguns policiais que trabalham em cada uma delas.

²⁰ P2 é o nome dos policiais militares que trabalham no serviço de inteligência nos batalhões da polícia. Em geral esses policiais militares ao contrário dos demais trabalham a paisana. Contudo, na expressão popular P2 são considerados os policiais militares responsáveis por homicídio, tortura, segurança e outras atividades ilegais

²¹ Vitória sabe o número de cada uma das delegacias da Tijuca e do centro da cidade. Quando ela contou-me ter sido presa, ela falou que foi presa na 19, na Tijuca. Em outra ocasião ela falou algo sobre 20ª, de Vila Isabel. Ainda penso em como analisar esse mapa que Vitória tem dessas instituições da segurança pública.

Ela atribui esse conhecimento e sabedoria a ter durante muitos anos vivido em situação de rua. Vitória é órfã e passou muito tempo da sua vida entre abrigos²² e a rua. E devido a esse período da sua vida entre a instituição e a rua, aprendeu muito sobre como conseguir dinheiro, como trabalhar e como até mesmo furtar. Ela admite ter no passado cometido furtos, mas desde que seus filhos nasceram ela parou, devido ao medo de ser presa e seus filhos ficarem ao relento.

No dia de São Sebastião²³, dia 20 de janeiro, Vitória vai para a Igreja de São Sebastião dos Capuchinhos. Ela sabe que na festa do padroeiro da cidade a igreja fica cheia, com várias missas e a presença de muitos fiéis e devotos. Ela consegue bons ganhos ao ficar na porta da paróquia pedindo dinheiro aos devotos. Em 2019, Vitória contou ter conseguido até uma cesta básica, na frente da paróquia. Tanto em 2019, como em 2020, Vitória foi junto dos filhos para a festa de São Sebastião. Ela fica na porta da igreja, que tem missas de hora em hora, devido à celebração do santo da paróquia.

Maria dos Filhos diz que tem de chegar cedo para conseguir um bom lugar na porta, onde fica sentada com as crianças munida de um copo, onde as pessoas depositam as doações em dinheiro. Segundo Vitória, ela conseguiu em 2019, somando todas as doações que ela e seus filhos receberam ao longo do dia R\$ 300,00. Nesse dia sua filha Nanda falou para mim com alegria que uma senhora colocou R\$50,00 em seu copo. Esse conhecimento da minha interlocutora demonstra para além de um saber do território, os locais onde ela pode conseguir recursos para superar as precariedades da vida.

O conhecimento da minha interlocutora também é sobre os dispositivos e agentes de segurança nessa região da cidade. Uma vez em sua casa ela estava alertando sua filha Livia. Segundo Vitória a Livia estavam enfrentando os seguranças da Rua Conde De Bonfim e um deles tinha jurado ela de morte. E Livia também teria entrado em conflito com os seguranças, mas que segundo Vitória são P2, na Rua dos Artistas, na divisa entre os bairros da Tijuca e Vila Isabel. A bronca de Vitória em Livia revela esse conhecimento da minha interlocutora sobre como é organizada a subterrânea cadeia de segurança informal e privada nas ruas da Tijuca.

A minha interlocutora possui uma *competência circulatória* (TARRIUS, 2002) e conhece bem os locais onde deve estar para conseguir determinada doação. Por exemplo, ela conhece os locais onde têm mais idosos, segundo ela mais generosos do que outros grupos

²² Na verdade, ela chama os abrigos em que morou de Febem.

²³ São Sebastião é o padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, inclusive a cidade tem duas datas de aniversário sendo uma delas a data em que se celebra o santo, o 20 de janeiro. A festa religiosa atrai público nas inúmeras missas celebradas nas paróquias de São Sebastião.

etários. Quando ela está com fome fica próximo de um restaurante para conseguir uma quentinha. Quando ela precisa de material escolar ela procurar pedir doações na frente de uma papelaria. Ou mesmo fica em pontos onde algumas pessoas já a conhecem e, em geral, dão algum dinheiro ou doam algum alimento. Na casa dela tem um número de celular anotado na parede, segundo Vitória é o número de um militar aposentado, que sempre quando ela está passando por dificuldades.

Em seguida, trago trecho do caderno de campo em que Vitória, em uma terça-feira, quando nos encontramos na feira. Nesse dia pouco antes do carnaval começamos a conversar em um canto da feira, pois Vitória estava sendo ameaçada pelo segurança da feira. O segurança disse que ela só poderia pedir para os feirantes e clientes a partir das 13h. E caso ela insistisse ele acionaria o Conselho Tutelar ou os agentes do Vila Isabel Presente para prendê-la.

Ao falar do seu trabalho Vitória não faz uma diferenciação entre pedir dinheiro ou vender bala. Ela considera as duas atividades como trabalho. Quando ela comenta comigo que irá para Saens Pena pedir dinheiro ela diz: “*Vou na Gonçalves Ledo trabalhar*”. Na concepção dela pedir dinheiro e vender bala são duas atividades laborais. Quando ela tem dinheiro ela compra uma caixa de bala para vender. Quando não tem, ela pede dinheiro. Assim também trabalham os seus filhos Pedro, Lohan e Kailane os quais também vão trabalhar com Vitória pelas ruas da Tijuca.

A circulação dela pelas ruas não é fácil, pois ela foi presa em 2004, por furto e aliciamento de menores. Nesta época ela encontrava-se em situação de rua e residia junto com outras pessoas na mesma condição. Vitória conta que sua prisão foi injusta e ocorreu, quando morava na rua, embaixo do viaduto do Maracanã. Segundo ela os meninos que moravam junto dela estavam furtando na região e foram presos. O que resultou na prisão dela e de todos que moravam do mesmo local.

A prisão acarretou na perda da guarda dos seus filhos. O menino foi para um abrigo e a sua filha foi enviada para adoção. Ela ainda lamenta a injustiça da sua prisão e especialmente da justiça ter enviado sua filha para adoção. Ela atribui o fato de sua filha ter sido adotada e seu filho não, ao racismo. Segundo Vitória, sua filha foi fruto de uma relação amorosa com um americano branco e de olhos claros, quando morava nas ruas de Copacabana. Sua filha tinha olhos claros e cabelo liso e por isso foi adotada. Já o seu filho, Tico era negro como ela e o pai, portanto não foi adotado. Ela conta essa história com muita mágoa e ressentimento, sempre dizendo ter ódio da justiça devido a filha perdida.

Vitória foi condenada a seis anos em regime fechado, em 2004. Ela cumpriu a prisão em regime fechado por três anos, mas quando migrou pro semiaberto evadiu. Desde então, a sua circulação, como trabalhar nas ruas é um desafio, já que pode ser presa ao ser abordada por um policial. Vitória não tem documentos, o que é uma estratégia para dificultar com que os policiais possam a identificar e resultar na sua prisão. Mais tarde ela me confessou que tem a identidade, mas não anda com ela, para evitar que seja identificada pela polícia.

E sua situação tornou-se ainda mais difícil a partir da inauguração da base Tijuca Presente, em que agentes patrulham as ruas do bairro abordando moradores de rua, ambulantes e pedintes para verificar se estes têm passagem pela polícia ou são procurados pela justiça. Em 2019, com a expansão da operação com a chegada da base Vila Isabel Presente. Nesse trecho do diário de campo Vitória revela suas práticas para circular pelas ruas da Zona Norte, do Rio de Janeiro.

Trabalho de campo, 14 de janeiro de 2020

(...) E emendou dizendo que nenhum dos filhos dela rouba, exceto o mais velho que segundo ela é revoltado e foi pro caminho do crime. Em seguida Vitória contou que se ela não estivesse com esse problema na justiça ela teria ido para os blocos para vender bala e água. Mas que ela não poderia ir, pois ela não tem documentos e está devendo a justiça. Porque se não ela iria. A sua amiga falou também que ela está tomando cuidados, porque ela também não tem documentos e está devendo a justiça, então por causa disso ela tem dificuldades em arrumar trabalho. Ela disse também que o único lugar em que ela consegue trabalhar é em uma firma de obra em que ela é cadastrada. Porque lá eles sabem do problema dela, mas mesmo assim eles a colocam para trabalhar. Ela emendou dizendo que trabalhava em obra e casa de bacana, mas eles não sabem da condição dela, que apenas a empresa sabe disso. Ela também comentou que agora com essas câmeras que reconhecem o rosto e de pessoas que são procuradas pela justiça está cada vez mais difícil e que ela tem medo de ir para outros lugares e ser reconhecida e presa. Perguntei a Vitória como ela fazia quando era abordada por um policial na rua? Ela respondeu que diz ao policial estar sem documentos e em seguida dá o nome e o número de identidade uma amiga sua que tem ficha limpa e assim ela não era reconhecida pelos policiais. (...)

Diante desse desafio de circular pelas ruas cada vez mais vigiadas e patrulhadas Vitória desenvolveu práticas da *arte do contornamento* para evitar ser presa. Quando ela é abordada por policiais militares ou pelos agentes do Tijuca Presente²⁴ apresenta um número de identidade e o nome completo de uma amiga. Segundo Vitória essa sua amiga tem ficha limpa, não tem passagem pela polícia e muito menos alguma condenação. Segundo Vitória a sua amiga tem

²⁴ Desde 2014 foram criadas no Rio de Janeiro as Operações de Segurança Presente. Essas operações tem como objetivo aumentar o efetivo de segurança em determinados bairros. Os agentes são policiais militares de folga e egressos das forças armadas que fazem o patrulhamento em veículos ou a pé. No ano de 2019 foi instalada a operação Vila Isabel Presente que tem produzido efeitos sobre trabalhadores informais que trabalham em volta do Maracanã ou da Uerj.

aproximadamente a sua idade o que contribui na construção de uma verossimilhança o qual o policial não consegue perceber que Vitória não é a mesma pessoa dos documentos.

Os agentes do programa consultam os dados e informações das pessoas abordadas pelo celular para descobrir se já foram presas, se possuem antecedentes criminais ou se há um mandato de prisão em aberto. Para essa pesquisa utilizam o aplicativo Sinesp Cidadão²⁵, que informa a situação a partir do número de documentos, do nome da mãe e do nome completo do consultado²⁶. O aplicativo foi criado pelo Ministério da Justiça, pela secretaria de Segurança Pública, em 2013. O aplicativo é aberto para todos os cidadãos e em seu banco de dados contem dados do BNMP (Banco Nacional de Mandatos de Prisão) e do DNT (Departamento Nacional de Trânsito).

Caso as informações sejam inconclusivas ou os policiais ainda suspeitem das informações, alguns agentes ligam para os P2, polícia de inteligência do batalhão para *sarquear*²⁷ nos dados internos da corporação. Ou os policiais encaminham a pessoa abordada para uma delegacia próxima, onde é possível fazer uma pesquisa mais profunda, com a possibilidade de acessar fotos e também do reconhecimento por meio da digital.

No caso de Pedro, filho de Vitória, a solução foi ser levado para ser sarqueado na delegacia da Tijuca, pois ao ser abordado ele por engano forneceu o nome errado e, portanto, a pesquisa por meio do aplicativo foi inconclusiva. Na delegacia, após a pesquisa mais profunda foi constatado que o adolescente não tinha passagem pelo sistema socioeducativo.

Em Vila Isabel presenciei os agentes realizando esse tipo de abordagem cotidianamente, em especial com pessoas em situação de rua, motoboys, adolescentes e principalmente pessoas negras. Após checarem no celular os dados, as pessoas são liberadas. Em algumas situações ao longo da Rua Vinte e Oito de setembro, os agentes acordam pessoas em situação de rua para conferir os dados por meio do aplicativo. Essa prática tem como propósito não apenas verificar os antecedentes de pessoas em situação de rua, como também retirá-los debaixo das marquises, onde incomodam os comerciantes.

²⁵ O Sinesp Cidadão é um aplicativo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, que permite acesso direto a serviços da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Por meio do aplicativo é possível consultar mandado de prisão em aberto, pessoas desaparecidas e carros roubados ou furtados.

²⁶ Consegui essa informação a partir de um amigo da época da graduação que foi tenente da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ele confirmou que o aplicativo não mostra a foto da pessoa consultada.

²⁷ Expressão nativa utilizada por agentes da segurança pública para designar a atividade de vasculhar os dados de uma pessoa com objetivo de encontrar alguma passagem pela polícia, mandado de prisão ou condenação.

A cena é comum, são dois agentes do Vila Isabel Presente parados, um mexendo no celular e outro vigiando os rapazes abordados, para evitar uma possível fuga. Uma cena constrangedora para os abordados, mas que já virou rotina para quem circular por esse território. Enquanto, os rapazes são abordados esperam o fim dos procedimento de checagem, com semblantes claros de constrangimento e indignação.

Essa prática de Vitória é mais segura do que utilizar uma identidade falsa, a qual pode ser facilmente descoberta por um policial mais experiente. Ao mesmo tempo se ela levasse a identidade física de sua amiga, a diferença física entre Vitória e a proprietária do documento poderia ser notada facilmente pela comparação entre a foto e minha interlocutora. Ao consultar pelo número da identidade ou do CPF, o sistema não mostra a foto para o policial, apenas dados e informações sobre a pessoa pesquisada.

Vitória já foi parada e revistada pelos agentes do Tijuca Presente algumas vezes, mas sempre conseguiu sair sem ser presa. Já o seu filho adotivo Lohan não teve a mesma sorte, ou melhor, a mesma *expertise* de sua mãe. Em dezembro de 2018, Lohan foi detido e internado para cumprir medida socioeducativa, mas evadiu. Por ter evadido estava em dívida com o sistema socioeducativo. Caso fosse abordado nas ruas e os policiais checassem seus documentos iriam constatar que ele não tinha cumprido a medida socioeducativo e ele seria reconduzido para o Degase²⁸.

Diferentemente de Vitória, Lohan não utilizava nome ou identidade de terceiros para contornar as sucessivas abordagens. Por esse motivo, quando estava pedindo dinheiro nas ruas da Tijuca, ele e Pedro foram abordados por agentes do Tijuca Presente. Lohan informou o seu nome e logo os policiais constataram através do sistema que ele não tinha cumprido a medida socioeducativa. Imediatamente, Lohan foi detido e encaminhando para um abrigo para jovens em conflito com a lei. Saiu do abrigo após passar quatro dias internado. A juíza determinou que Lohan retornasse para escola e que todo mês ele teria de ir à vara da criança e do adolescente para assinar um documento.

O caso de Lohan, filho adotivo de Maria dos filhos, detido por pedir dinheiro na rua revela a dificuldade de circular pelas ruas, ainda mais quando se está em dívida com o sistema de justiça. Como aponta a dificuldade em exercer uma atividade que não legal em determinados territórios. Para circular nas ruas da capital fluminense no atual contexto numa situação de

²⁸ Degase é o Departamento de ações socioeducativo do Rio de Janeiro. Nas unidades do Degase os jovens em conflito com lei cumprem as medidas socioeducativas.

“ilegalidade” é preciso desenvolver formas sofisticadas e para burlar a vigilância constante e conseguir desenvolver atividades econômicas nas fronteiras tênues do informal, ilegal e ilícito.

29

Não só Lohan, mas Alice, a amiga de Vitória, a qual estava presente com ela no dia da feira, a qual reproduzi fala no diário de campo também acabou sendo presa. No início de fevereiro de 2021, Vitória me ligou pedindo ajuda. Vitória revelou que Alice tinha ido para a favela do Jacarezinho e foi presa pelos policiais, mas já completava duas semanas e a família não conseguia saber onde ela estava presa. Peguei o nome completo de Alice e consultei uma amiga que é policial civil e me informou que a amiga tinha sido presa e estava no presídio de Benfica. Liguei para Benfica e fui informado por um funcionário que ela já tinha sido transferida para o presídio feminino Ismael Sirieiro, em Niterói.

Ao ligar para o presídio de Niterói não consegui mais informações. O servidor foi extremamente rude e me mandou ligar para o número da central informações sobre os detentos. Contudo, ao ligar nesse número a transferência de Alice ainda não tinha sido registrada no sistema, então constava como se ela ainda estivesse em Benfica. Ao final, informei a Vitória para ela avisar a família de Alice que ela estava no presídio feminino de Niterói. Não só os casos de Alice e Lohan, mas durante o trabalho de campo outros amigos e vizinhos de Vitória foram presos, em geral, quando estavam fora da favela do Borel.

Contudo, mesmo com essas agências e práticas da vida cotidiana, Vitória não está totalmente livre para circular pela capital fluminense. Uma semana antes do carnaval ela revelou ter vontade de ir para o centro do Rio de Janeiro vender água, cerveja e outros produtos nos cortejos dos blocos carnavalescos. Entretanto, ela contou que atualmente essa possibilidade não é viável, pois existe um mecanismo de reconhecimento facial, o que poderia fazer com que ela fosse reconhecida pelas câmeras e conseqüentemente presa³⁰. Diante desse

²⁹ Piteco é um amigo de Vitória que está sempre presente em sua casa. Piteco foi preso por roubo a mão armada. Cumpriu pena e migrou para o semiaberto e o hoje faz uso de tornozeleira. Piteco evita de sair da favela do Borel, pois sabe que a tornozeleira chama muita atenção dos policiais o que dificulta a sua circulação e também conseguir um emprego. Uma das estratégias os quais percebi é que invariavelmente Piteco usa uma tornozeleira no pé em que fica a tornozeleira eletrônica. Desta forma com a tornozeleira de elástica é possível cobrir a outra e evitar o estigma. Pretendo aprofundar sobre isso no capítulo sobre os efeitos do encarceramento em massa.

³⁰ Vitória estava nesse dia acompanhada de uma amiga. Essa amiga revelou-me também estranheza na mesma situação e temer ir para o centro do Rio de Janeiro, devido ao reconhecimento facial. A amiga Vitória contou trabalhar com obra e limpeza, e uma empresa que sabe da situação dela de débito com a justiça, mas mesmo assim contrata-a para alguns trabalhos.

risco, Vitória lamentou a ideia de não poder trabalhar nos blocos na região central, devido a essa nova tecnologia de monitoramento.

As câmeras de reconhecimento facial foram instaladas na região de Copacabana e no Centro do Rio de Janeiro, no início de 2019, com o objetivo de localizar pessoas foragidas da polícia. O equipamento monitora os rostos dos transeuntes e compara com as fotos de pessoas procuradas pela polícia em um banco de dados. Segundo a reportagem, em onze meses de funcionamento dessa nova tecnologia a polícia prendeu 63 pessoas que estavam com mandado de prisão aberto ou foragidas (PAIVA, 2019).

O desejo de Vitória de trabalhar no centro carioca durante o carnaval é pelo fato de ser o local da cidade onde ocorrem os maiores blocos carnavalescos, chamados de Mega Blocos chegam a reunir mais 500 mil e até 1 milhão de pessoas. Dessa maneira, trabalhar nessa região para quem é ambulante oferece maior lucratividade, do que na Zona Norte, do Rio de Janeiro. Na região de centro tem também a possibilidade de trabalhar nos arredores da Avenida Marquês de Sapucaí, onde acontecem os desfiles das escolas de samba.

A estratégia de Vitória em recusar trabalhar em lugar mais rentável como o centro da capital fluminense é *arte do contornamento*, ao risco do cárcere. Conscientemente ela abre mão de uma possibilidade boa de ganho para evitar uma possível prisão, devido ao seu conhecimento dos novos dispositivos de segurança do Estado naquele território. Portanto, é preciso *expertise* e conhecimento para circular pela cidade.

O trabalho informal de Vitória de pedir doações de alimentos na feira livre também é alvo de constantes ameaças. Na feira de Vila Isabel, ela foi advertida pelo segurança informal, que a ameaçou dizendo chamar os agentes do Vila Isabel Presente, como também usou como ameaça chamar o Conselho Tutelar. Devido ao fato de, naquele dia, ela estar acompanhado de seus filhos. Nas andanças de Vitória a ameaça e extorsão são constantes, devido a sua vulnerabilidade de trabalhar em um trabalho informal que dá margem para todo esses tipo de *mercadorias políticas*.

A “extorsão, como na chantagem e no sequestro, é um caso-limite de mercadoria política. Por um lado, desenvolve-se sob constrangimento de uma das partes, para quem troca é ilegítima. Na medida, porém, que, mesmo assim, a troca se realiza, seja porque esta parte a considera racionalmente vantajosa, seja por qualquer outro motivo, há mercadoria política (...) (MISSE, 2011, p.209)

Em outra feira livre da Tijuca, Vitória contou estar proibida de frequentar pelo segurança privado. Segundo ela me falou a rua em que essa feira acontece, mas disse acontecer às quintas-feiras, na Tijuca. Ainda revelou-me, o segurança da feira exige uma propina das pessoas e pedintes que ganham dos feirantes o alimentos da xepa. Ao final da feira, os feirantes distribuem alimentos que sobraram ou imperfeitos para a venda, mas Vitória revelou-me que o segurança exige daqueles que recebem os alimentos uma cota de 50% do que recebem. Como ela foi uma das pessoas que discordou em dar metade dos alimentos para o segurança, ele a ameaçou e, portanto, Vitória não está mais frequentando essa feira.

Vitória tem o seu trânsito pelos locais onde pode conseguir um alimento, vender bala ou pedir dinheiro cada vez mais restrito. Devido a todas essas ações de agentes estatais e não estatais que coagem os trabalhadores informais, pedintes, moradores em situação de rua e etc. Pois, são esses os desafios enfrentados pela minha interlocutora para conseguir doação de alimentos, vender balas ou simplesmente circular pelas ruas. Os ilegalismos que ela agencia, são fundamentais para sobreviver. Configuram agenciamentos práticos da vida cotidiana, desde o Auxílio Aluguel em nome da sua cunhada e passando pela prática dos documentos falsos para circular e trabalhar nas ruas.

1.3 Fátima, ingressos como uma das fontes de renda

Fátima foi moradora da IBGE durante alguns anos. Ela tem cinco filhos e o seu filho caçula, o Renzo. Ele estava preso por assalto à mão armada, no presídio de Bangu. Após a remoção ela passou a residir, junto da sua filha, em uma casa alugada, na favela da Mangueira. Desde o início do meu acompanhamento, ela já mudou de casa duas vezes, suas mudanças foram originadas devido a questões que envolvem seu filho mais novo. Muitas vezes devido à demora do pagamento do aluguel, resultado do atraso do pagamento do benefício habitacional.

Fátima é divorciada e naquela época sustentava-se com o dinheiro proveniente do Auxílio Aluguel, do programa Bolsa Família e outras atividades econômicas. Ela encontrava-se desempregada desde que foi demitida do último um emprego, devido a tuberculose, decorrente do vírus da Aids. Após a demissão ela não conseguiu mais trabalhar de carteira assinada. Em 2020, durante a pandemia ela trabalhou por alguns meses como cuidadora de idosos e como faxineira.

Fátima é uma interlocutora da minha pesquisa a qual conheci pela primeira vez na reunião realizada pela Clínica da Família Dona Zica. A reunião foi feita em um dos cantos da

quadra da escola de samba, as cadeiras foram colocadas em círculo. Como Fátima ficou sentada ao meu lado nós conversamos brevemente, ela falou da sua situação de dificuldade econômica e também contou-me do seu filho, que a época estava preso. Ao final da reunião também não consegui fazer um contato com Fátima, ela é mais uma das minhas interlocutoras que não tem telefone celular³¹.

Encontrei novamente Fátima em outubro de 2019, na manifestação (SANTANA, 2019) realizada na Prefeitura do Rio de Janeiro. A manifestação foi organizada pelas ex-moradoras da ocupação IBGE e da ocupação Amarelinho, pois, o Auxílio Aluguel estava atrasado há dois meses. Lorota convidou-me para ajudar na manifestação e participar da mesma. Por meio dele também fui adicionado em um grupo, com centenas de ex-moradores, no aplicativo de mensagem *whatsapp*. O objetivo do grupo era organizar a manifestação, mas devido alguns problemas entre Lorota e o presidente da associação de moradores o grupo foi desfeito alguns dias antes da manifestação.

No dia 12 de outubro de 2019 fui para manifestação na frente da sede do poder municipal. Na manifestação estavam presentes aproximadamente vinte mulheres, em sua maioria da IBGE³², mas também tinham algumas mulheres do Amarelinho e algumas crianças³³. Depois do início da manifestação chegaram dois rapazes da antiga ocupação da Telerj³⁴. A manifestação tinha duas reivindicações principais: o pagamento imediato do Auxílio Aluguel e uma posição da Prefeitura sobre o início das obras do Condomínio Minha Casa Minha

³¹ No final da reunião as ex-moradoras estavam com sede. O bebedouro da quadra ficava dentro de uma parte da administração, mas a secretária em um determinado momento proibiu a entrada das ex-moradoras e das crianças para encher o copo d'água. Diante dessa situação ao final da reunião fui comprar água no bar ao lado da quadra. Quando retornei a maioria das mulheres presentes tinham ido embora. A saída rápida das mulheres têm relação direta com horário de saída da escola e da creche. Pois a maioria delas iriam pegar filhos e netos na escola ou na creche.

³² Das minhas interlocutoras apenas Marta Caveirão e Fátima estavam presentes na manifestação.

³³ O prédio do Amarelinho é como é chamado pelos moradores da Mangueira, o antigo prédio do Ministério da Fazenda, demolido em 2018. O edifício estava vazio e foi ocupado por anos por famílias sem-teto. Em agosto de 2018 os moradores foram removidos, o prédio foi demolido. Hoje os ex-moradores recebem aluguel social assim como os moradores da IBGE.

³⁴ O antigo prédio da companhia estatal de telefonia no bairro de Benfica, na zona Norte, foi ocupado em 11 dias, por seis mil famílias sem-teto³⁴, em abril de 2014. A desocupação foi uma grande operação militar que envolveu oitenta militares, mil e seiscentos policiais militares e o batalhão de choque da Polícia Militar. Os moradores foram violentamente removidos, a polícia cometeu excesso de violência, truculência, provocando repercussão na mídia nacional e internacional, em especial por ter ocorrido 2 meses antes da Copa do Mundo de futebol, no Brasil. Os moradores da Telerj recebem auxílio aluguel e aguardam o reassentamento em um condomínio de casas populares.

Vida, onde elas serão reassentadas. O clima da manifestação era de revolta com a prefeitura, em especial críticas direcionadas ao então prefeito Marcelo Crivella.

Cheguei à frente da prefeitura às 14h. As ex-moradoras estavam sentadas em frente ao órgão municipal, aguardando os manifestantes que estavam a caminho. A manifestação adentrou no conjunto de prédios da administração municipal gritando palavras de ordem como: “ Ei, Crivella vai tomar no cu” e “ El, el, el Queremos o aluguel”. A manifestação parou em frente a um dos prédios. Depois da entrada do edifício ser bloqueada pelas manifestantes ocorreu um princípio de confusão com os guardas municipais. Apresento abaixo um trecho do caderno de campo do dia, da manifestação.

Diário de campo 3 de outubro de 2019

(..)Neste momento um dos guardas municipais que tentava convencer as manifestantes veio falar comigo que estava junto com as manifestantes. Ele me chamou para conversar a pouco metros da manifestação . Disse-me que ele estava reparando que eu estava junto da manifestação e que estava mais calmo, do que as mulheres. E me pediu ajuda para convencer as manifestantes da liberação da entrada do prédio, pois em troca ele conseguiria uma reunião com algum funcionário da Prefeitura, em que elas pudessem ter alguma resposta ou solução para as demandas reivindicadas. Compreendi a proposta do guarda municipal como objetiva e fui conversar com as manifestantes sobre a proposta sugerida. Neste momento saí da neutralidade e fui conversar com elas. Foi uma conversa difícil e cheia de tensão, pois enquanto tentava convencê-las de liberar a entrada do prédio para que em contrapartida uma comissão subisse para conversar com os representantes da prefeitura e cobrar as demandas e reivindicações. Marta, que é uma das seis mulheres da minha pesquisa dizia de maneira ríspida para mim: “ Você está com eles ou com a gente?”, “ A gente não vai liberar a entrada, não”, “ Eu não acredito neles, nós vamos ficar aqui até pagarem o aluguel social”. Para meu espanto Marta me acusava de estar do lado dos guardas municipais, de ser traidor e de não estar ao lado delas. Tentei explicar para Marta a proposta, mas foi em vão, ela não concordou comigo. O que foi para mim, uma situação extremamente constrangedora. A tensão continuou por alguns minutos até que Ana, uma das manifestantes conversou comigo e concordou que a melhor saída era liberar o prédio e organizar uma comissão para conversar com os agentes da prefeitura. A decisão de Ana não agradou Marta, mas mesmo a contragosto concordou. (...)

O entrevero entre os guardas municipais e as manifestantes resultou em uma negociação. A negociação encaminhou o seguinte acordo, os manifestantes liberavam a entrada do edifício e uma comissão formada por três membros seria recebida por servidores da Prefeitura, os quais responderiam as reivindicações do ato político. A comissão entrou no prédio e os demais manifestantes ficaram aguardando o resultado na entrada do edifício, na parte externa. Pipoca, ex-moradora defendeu a minha participação na comissão, mas eu recusei³⁵.

Fiquei do lado de fora aguardando o desfecho da reunião conversei com algumas manifestantes. Foi quando conversei com Fátima por um bom tempo e de imediato lembrei

³⁵ A minha recusa em participar da reunião se deveu ao fato de que eram os beneficiários que deveriam participar da mesma. E se alguém que não fosse morador, era o assessor do vereador Tarcísio Motta que deveria estar presente para contribuir no encaminhamento das reivindicações.

dela, do dia da reunião organizada pela Clínica da Família. Iniciamos uma longa conversa em que ela me falou sobre sua vida. Fátima revelou que residia numa casa na parte mais alta da Mangueira, quando após uma forte chuva sua casa foi condenada pela Defesa Civil. Nessa chuva casas próximas da dela sofreram com deslizamentos, com sua casa não aconteceu nada, mas ainda assim foi condenada.

Diante da condenação da estrutura física de sua casa pela Defesa Civil e o medo de um novo deslizamento, ela saiu da casa e teve como única alternativa ir morar na ocupação da IBGE. Passou anos residindo lá, onde sua filha e seu filho também residiram até o momento da remoção. Fátima e sua filha conseguiram o cadastramento para a casa no condomínio e o Auxílio Aluguel. Depois da remoção, Fátima e a filha foram morar juntas em uma casa alugada na favela da Mangueira.

O meu terceiro encontro com Fátima foi à casa de Selma na favela dos Macacos. Fui à casa da minha interlocutora, como tenho feito desde o início de 2019. Chegando à casa de Fátima, ela estava acompanhada de Fátima e sua filha na frente da casa. As três estavam conversando e me somei a conversa. Conversamos sobre a IBGE, da manifestação entre outros assuntos. Nesse dia, de fato eu e Fátima nos aproximamos. Selma falou para ela sobre a minha pesquisa e recomendou-me a sua amiga para participar, pois sua amiga foi moradora da ocupação.

Em seguida, no decorrer da conversa Fátima contou-me sobre sua situação, pois tinha sido demitida da empresa em que trabalhava, quando a mesma descobriu que ela estava com tuberculose. Após ser demitida, ela passou um período recebendo o Auxílio -doença. Porém, desde que o benefício acabou, ela passou por dificuldades financeiras. Ao ser curada da enfermidade, ela não foi reintegrada ao trabalho. Foi então quando me pediu ajuda para entrar na justiça do trabalho e processar a empresa que a demitiu devido à doença do qual ela sofria. Respondi que poderia ver algum amigo advogado que pudesse ajuda-la. Em seguida Fátima foi embora junto com sua filha Luciane e permaneci conversando com Selma. .

Passado aproximadamente vinte minutos, Fátima retornou sozinha e passou novamente a fazer parte da conversa. E em dado momento ela disse: *“Jorge, preciso lhe contar uma coisa, mas não contei porque minha filha estava aqui e ela não gosta que eu fale sobre isso com as pessoas”*. E completou dizendo que na verdade ela queria minha ajuda para ela conseguir sua aposentadoria, mas por um outro motivo o qual ela não tinha falado anteriormente. Foi quando

ela relatou ser portadora do vírus da Aids. Segundo Fátima, ela contraiu o vírus do seu ex-marido e descobriu de uma forma inusitada.

Quando Fátima estava doente e ainda trabalhando ela começou a sentir sintomas como desmaios e febre, mas fazia exames e não descobria o que era. Até que na UPA ela fez um exame de sangue, quando descobriu sofrer de tuberculose e também que era portadora do vírus da Aids. Contou estar tomando os remédios (coquetel) desde então e que o vírus estava estabilizado, como também está curada da tuberculose. Então, ela tinha retornado para me contar e dizer também se eu poderia ver como ela poderia se aposentar ou receber algum benefício por ser soropositivo.

Respondi para Fátima que portadores do vírus da Aids têm direito a aposentadoria ou ao BPC (Benefício de Prestação Continuada)³⁶. Confessei para ela não conhecer o processo para conseguir, mas que eu iria me esforçar para saber qual seria o caminho e que lhe ajudaria nesse processo. Combinei com Fátima sua participação em minha pesquisa e que iria pedir para Selma me ensinar aonde era a casa dela para iniciarmos as conversas acerca da minha pesquisa,

Nesse terceiro encontro com Fátima, ela contou-me mais sobre sua vida e sobre os seus desafios cotidianos e o ilegalismo para levar remédios para o seu filho no cárcere no diário de campo a seguir:

Diário de campo, 18 de outubro de 2019

(...) Depois disso entramos no assunto sobre prisão. Fátima estava falando sobre o seu filho que estava preso em Bangu. Que ela estava tendo dificuldades de ir na custódia para visitar o seu filho e levar para ele as coisas que ele precisa. Segundo Fátima ela tinha ido na primeira custódia e levou lençol, chinelo, roupa e outras coisas, pois até então seu filho estava sem nada. Mas ela não conseguiu ir da última vez, mas ela estava esperando sair o aluguel social para levar as coisas para ele. Segundo ela seu filho tinha sido ferido em uma perna por um tiro de 40 e na outra perna ele estava com o ferro, pois tinha sofrido o acidente de moto. Questionei se o filho dela estava sendo atendido pelo médico em Bangu. Ela respondeu que não, que seu filho só tinha recebido atendimento médico no Salgado Filho, porém desde que ele tinha sido encaminhado para Bangu não foi mais atendido. Ela que estava levando óleo de girassol, gases, soro, amoxicilina e todos os remédios e insumos para os ferimentos do filho. Em seguida ela disse que ela iria pegar um atestado com o rapaz para levar essas coisas. Eu a questionei por que ela precisava de um atestado? Ela respondeu que era preciso atestado para levar gases, remédios e outras coisas médicas e portanto ela compra por 30 reais com o rapaz da Mangueira que trabalha no posto de saúde o atestado. Pois, do contrário ela não consegue entrar. Em seguida ela contou como é caro ir em Bangu visitar o filho. Segundo Fátima para ir para Bangu ela tem que sair às 5h da manhã, para depois pegar o trem e a van para chegar no presídio de Bangu. Lá ela fala que fica muito tempo na fila, e aí tem que tomar um café, tem que comer alguma coisa,

³⁶ O Benefício de Prestação Continuada é um benefício no valor de um salário mínimo. O benefício é destinado para pessoas com mais de 65 anos, pessoas com deficiência física e pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Para conseguir o benefício é preciso ter uma renda familiar mensal de até ¼ do salário mínimo.

precisa gastar 3 reais para deixar a bolsa em um estabelecimento, precisa pagar 2 reais para ir no banheiro, quando a gente vê gasta por baixo 50 reais para ir visitar o filho. (...)

No relato acima, do caderno de campo, procuro analisar as ações, práticas e atividades mobilizadas por Fátima para contornar as precariedades da vida. Não pretendo neste capítulo abordar a questão do encarceramento de seus filhos, pois abordarei essa temática no Capítulo 3. Quando analisarei pensar sobre os efeitos do *encarceramento em massa* na vida das minhas interlocutoras e dos seus familiares. Entretanto, por hora pretendo explorar como Fátima utilizou da sua *expertise* e de ilegalismos urbanos para conseguir prover assistência para o seu filho privado de liberdade.

Fátima tem enfrentado diversos desafios para promover uma assistência ao seu filho Renzo, que estava preso em Bangu e agora está em liberdade. No ato da prisão Renzo foi alvejado por um projétil de pistola ponto 40 na perna, por um policial militar. O que fez com que ele entrasse na prisão ainda sem estar totalmente recuperado do ferimento. E dentro do presídio ele não recebeu tratamento médico adequado e muito menos, os remédios e insumos necessários para cicatrização do ferimento. Fátima mesmo desempregada e com um orçamento apertado fez um esforço para visitá-lo e levar remédios por meio dos ilegalismos.

No mesmo relato ela também teceu comentários sobre a dificuldade futura, quando o filho caçula viesse a sair do cárcere. Segundo Fátima, quando Renzo ganhar a liberdade não será possível continuar morando na favela da Mangueira. Porque Fátima contou, que o novo chefe do morro da Mangueira teria dado o recado de que não queria mais ladrões e assaltantes residindo na favela. Portanto, os ladrões que insistissem em permanecer seriam mortos³⁷.

Fátima sabendo que seu filho foi preso por roubo e já tinha cometido outros crimes dessa modalidade antes do cárcere, já estava planejando uma solução para evitar a morte do seu filho. Ela estava pensando em alugar uma casa na favela do Tuiuti para morar junto com seu filho e assim evitar que o mal possa acontecer a ele, quando ele for solto. O que de fato não aconteceu, após a soltura de Renzo ela permaneceu morando na favela da Mangueira.

Como Fátima relatou e está presente no caderno de campo, para entrar com remédios, gases e outros insumos de saúde no presídio é preciso uma receita médica, se não, mesmo com o preso doente não é permitido. É preciso também relatar a carência de assistência médica

³⁷ Apesar do temor de Fátima, quando Renzo foi solto ela não teve de mudar da Mangueira. Seu filho não sofreu nenhuma retaliação por ser assaltante.

dentro dos estabelecimentos prisionais. Diante da necessidade de prover assistência para o seu filho e da dificuldade em conseguir um médico que pudesse prover a receita.

Para conseguir a receita médica fraudulenta, Fátima necessitaria que o médico particular consultasse o seu filho, preso em Bangu ou ele ser levado sob escolta para um exame em uma unidade de saúde, também muito difícil. Ela também não poderia contar que seu filho fosse consultado por um dos médicos do sistema carcerário fluminense, apesar de existir Hospital penitenciário, no Complexo de presídios de Bangu. Fátima recorreu a uma amiga que trabalhava em um posto de saúde. A amiga vendeu a receita para ela pelo valor de R\$ 30,00, uma receita médica fraudada.

Desta maneira, de porte da receita médica fraudada, comprada com uma enfermeira, Fátima conseguiu na única visita, na qual conseguiu levar remédios e demais insumos para o seu filho, no presídio. Esse pequeno ilegalismo cometido pela minha interlocutora revela um pouco das práticas para contornar leis e regras as quais dificultam a vida dos mais pobres e concomitantemente a vida dos encarcerados.

Uma segunda prática nas dobras do ilegal é o comprovante de aluguel. Fátima também revelou como faz para conseguir comprovar o Auxílio Aluguel. A SMH (Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro) exige que de seis em seis meses os beneficiários do Auxílio Aluguel realizem o recadastramento, quando apresentam na prefeitura os comprovantes de que estão morando de aluguel. Os documentos necessários para o recadastramento são: comprovante de endereço, recibo dos aluguéis pagos e uma declaração preenchida pelo locatário.

Segundo minhas interlocutoras a prefeitura exige alguns documentos para comprovação: têm de levar o recibo de três meses de aluguel pago, um declaração assinada pelo proprietário do imóvel e um comprovante de residência. Caso o beneficiário não compareça na prefeitura para apresentar esses documentos, o benefício pode ser cortado. Ou seja, a prefeitura com essa medida busca fiscalizar se os beneficiários estão de fato utilizando o dinheiro do auxílio para alugar um imóvel. Segue o diário de campo.

Diário de campo, 5 de março de 2020

(...) No caminho Fátima contou que estava apertado de grana, porque teve de pedir dinheiro emprestado para enviar para o seu filho na cadeia antes dele sair. E no carnaval ela tinha também dado para ele uma graninha para ele fumar a maconha dele e ficar tranquilo sem se estressar. Mas para isso ela tinha pego dinheiro emprestado a juros e agora teria de pagar a mulher. Ao mesmo tempo Fátima disse que quando estava morando com sua filha tinha vendido os móveis, cama e botijão de gás para fazer um dinheiro para enviar para o seu filho. Porque segundo

Fátima todo mês ele pedia para ela mandar R\$ 200,00 na cadeia, para cigarro, maconha e materiais de higiene pessoal. Então, ela tinha de se virar para poder ajudar o filho que estava preso e foi tendo que vender algumas coisas. Mas agora que o filho saiu da cadeia ela precisava ver uma casa para alugar, porque não daria para ela morar junto com o filho na mesma casa da filha. Porém, Fátima contou que precisava comprar novamente os móveis para morar numa nova casa. Ela revelou também que naquele dia iria ver uma casa para alugar na região da fundição. Perguntei a Fátima como ela fazia para o cadastro do auxílio aluguel já que morava junto da filha. Ela me contou que tinha uma amiga o qual consegui falsificar os comprovantes de pagamento de aluguel social e assim ela conseguia fazer o recadastramento(...)

Fátima desde a remoção da IBGE morou junto com a sua filha, uma estratégia para economizar já que moravam apenas ela, a filha e o neto. Tanto Fátima como a filha são beneficiárias do Auxílio Aluguel. Fátima revelou como fazia para poder ter em mãos os documentos para comprovar o aluguel do imóvel, quando tinha de ir até a prefeitura. Ela relatou que sua amiga se passa por proprietária e assim falsifica os documentos de recibo dos alugueis pagos e também o segundo documento em que o proprietário precisa preencher. E Fátima solicita na Associação de Moradores da Mangueira o comprovante de residência, o comprovante de residência custa R\$ 8,00. Assim a partir da falsificação do comprovante e do documento do senhorio ela consegue apresentar na prefeitura e evitar que seu benefício seja cancelado.

Apesar de apenas Fátima ter me contado sobre sua estratégia para apresentar os comprovantes na prefeitura, acredito ser uma prática usual, pois, algumas ex-moradoras compartilham casa com filhos ou netos que também são beneficiários. Como a prefeitura exige para cada um beneficiário resida em uma casa e a comprovação do aluguel dessa casa, os demais ex-moradores da IBGE os quais compartilham devem ter a mesma prática ou prática similares a de Fátima.

Fátima dissertou sobre a dificuldade de ir visitar o filho no presídio de Bangu. Ela relatou o sacrifício que é acordar cedo, comprar produtos, comer na rua, esperar na fila, enfrentar a truculência dos guardas e o alto gasto para passar diversas horas para visitar o filho. Fátima disse que para poder visitar o filho uma segunda vez ela está esperando sair o dinheiro do benefício. O que aponta como o Auxílio Aluguel tornou-se para as minhas interlocutoras uma renda a qual é empregada em diferentes empreitadas da vida social.

Uma terceira prática ilegal relatada por Fátima é a venda de ingressos do Maracanã como uma atividade econômica no caderno de campo: *“Ela falou que devido a tuberculose e o benefício que ela tinha, ela conseguia pegar ingressos para ela e um acompanhante no Maracanã. E que ela vendia os ingressos e assim conseguia uma grana extra”*.

A primeira vez que ouvi sobre essa prática foi a partir de Lorota. Logo assim que iniciei o trabalho de campo ele contou-me ter pedido a sua carteira de portador de doença crônica, porque ele teria emprestado a carteira para um amigo, o qual comprou ingressos e os vendeu. Ao entrar no estádio um dos compradores foi pego, pois no ingresso constava o documento da pessoa registrada como acompanhante. Devido a isso, o rapaz que comprou o ingresso foi impedido de entrar no estádio e Lorota teve a sua carteira cancelada por ter vendido ou dado o ingresso em seu nome para um terceiro.

Emilie Gurette já tinha comentado comigo que Lorota era portador do vírus da Aids, porém ele não comentava abertamente sobre o assunto com ninguém, pois, tem vergonha da enfermidade. Portanto, concluí que a origem da carteira de portador de doença, que permitia a Lorota conseguir ingressos gratuitos no estádio do Maracanã era devido ao fato dele ser portador do vírus, no caso uma doença crônica. A mesma origem da carteira de Fátima.

Lorota nunca assumiu para mim que vendia os ingressos, a versão dele era ter emprestado a carteira para um amigo comprar ingressos e este amigo teria os vendido, sem que ele soubesse de nada ou tivesse alguma participação. Porém, por um azar do destino Lorota perdeu sua carteira de gratuidade ao ter o problema do rapaz pego entrando no estádio com o ingresso. E como consequência perdeu uma atividade econômica.

Até aquele momento não compreendia a tamanha revolta de Lorota com a perda da sua carteira de gratuidade. Apenas conversando com Fátima compreendi como a carteira e a compra de ingressos configurava uma oportunidade de uma atividade econômica. Consegui compreender melhor como funcionava esse ilegalismo da compra dos ingressos a partir de Fátima. Eu e a minha interlocutora passamos a nos encontrar com mais frequência e foi em um desses encontros em que ela falou sobre os ingressos.

Fátima contou-me ao ser diagnosticada como portadora do vírus da HIV e também ter tido tuberculose ela recebeu uma carteirinha na Clínica da Família. A carteirinha é de portadora de doença crônica. Fátima também recebeu um Rio Card³⁸, que dá direito a gratuidade em transportes públicos. Essa carteirinha garante ao usuário o direito de entrada gratuita em eventos culturais e esportivos, e também direito a levar a entrada gratuita para um acompanhante.

³⁸ RioCard é um sistema de bilhetagem eletrônica utilizado pelo usuários em diferentes meios de transporte público urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro. No caso de Fátima o RioCard dela garante a utilização gratuita do transporte urbano para ela e uma pessoa como acompanhante.

No mesmo dia em que minha interlocutora revelou sobre a questão dos ingressos, foi o dia em que a acompanhei até o CRAS. Fátima queria obter informações como ela poderia dar entrada no BPC, pelo fato de ser portadora do vírus da Aids. Nesse dia nos reunimos com uma das assistentes sociais do equipamento. A conversa foi um pouco tensa, pois, na sala não existe divisória e as demais pessoas podem escutar facilmente as conversas das mesas de atendimento ao lado. Fátima demorou um tempo para falar sobre a sua doença, visto que um familiar do seu ex-marido estava sendo atendido na mesa ao lado.

Após a saída do familiar do seu ex-marido, Fátima sentiu-se a vontade para falar abertamente sobre o tema delicado. A assistente social explicou que para ela dar entrada no BPC ela precisava primeiro fazer o Cadastro Único ou também chamado de “Cad único”, um cadastro para provar que ela não tem rendimentos e reunir laudos médicos provando a impossibilidade de trabalhar devido a doença crônica. E depois dar entrada no pedido do BPC por motivo de doença crônica.

Contudo, a assistente social nos informou de que seria muito difícil ela conseguir, porque segundo ela de alguns anos para cá o governo federal não tem concedido para quase ninguém. Ela citou casos de pessoas em situações de bastante debilidade, que não conseguiram. Emendou dizendo também que pessoas que deram entrada há um ano no Bolsa Família e governo não tinha liberado o benefício. Ela versou também sobre as dificuldades enfrentadas no governo Bolsonaro e asfixia de programas de assistência social.

Depois do CRAS, quando voltamos para casa dela, ela me falou sobre os ingressos. Fátima falou comigo abertamente sobre como funciona a venda de ingressos obtidos a partir da gratuidade. Ela acabou me revelando, pois, no mesmo dia mais cedo ela foi na bilheteria retirar os ingressos. Isso foi na véspera do jogo do Flamengo, na Copa Libertadores da América contra o time do Barcelona de Guayaquil³⁹. Diante dessa possibilidade ela me relatou que constantemente vai à bilheteria do Maracanã retirar ingressos para jogos com a sua carteirinha de portadora de doença crônica.

Na bilheteria do estádio ela solicita dois ingressos gratuitos um para ela e um para a pessoa que será a sua acompanhante, pois a carteirinha garante ingresso para um acompanhante. Os números do CPF da pessoa portadora de doença crônica e do acompanhante são impressos

³⁹ Esse jogo foi a estreia do Flamengo no campeonato internacional Copa Libertadores da América. O Flamengo é o atual campeão, portanto com a estreia do time no Maracanã era certeza de um estádio lotado e da venda dos ingressos pelos cambistas.

nos ingressos físicos. Essa medida tem como propósito dificultar que os ingressos oriundos de gratuidade sejam revendidos ou caiam nas mãos de cambistas. O portador de doença deve entrar no estádio no dia da partida junto com seu acompanhante e os documentos dos dois é teoricamente conferido pelos funcionários do estádio na entrada para certificar de que os números do ingresso são os mesmos dos documentos.

Para aumentar a quantidade dos ingressos, Fátima explicou que ao levar a pessoa que será sua acompanhante ela busca escolher uma pessoa com filhos. Entretanto, precisam ser no máximo três filhos com idade entre 3 até 12 anos. A pessoa acompanhante precisa levar a documentação dos filhos, mas não é preciso a presença física dos mesmos na bilheteria. Dessa forma é possível conseguir mais três ingressos para cada um dos filhos apresentados. Desta maneira, ao invés de dois ingressos ela consegue obter quatro ou cinco ingressos, em apenas um jogo para revender. Assim, aumentando o número de ingressos e a lucratividade da atividade. Selma disse que em geral leva sua filha junto como acompanhante na compra dos ingressos.

Em seguida Fátima continuou me explicando como faz para revender os ingressos obtidos por meio da gratuidade. Uma parte do dinheiro o qual ela consegue com a venda dos ingressos para os cambistas ela divide com a pessoa que foi com ela como acompanhante e maior parte fica com minha interlocutora.

Na partida daquele dia, Fátima vendeu três ingressos para um cambista logo na saída da bilheteria. Ela disse ter vendido pelo preço de R\$20,00, cada unidade. Ela relatou que os cambistas já ficam na saída da bilheteria, porque outras pessoas como ela fazem a mesma prática. Ela reconheceu que esse valor poderia ter sido maior, mas ela acabou vendendo mesmo assim. E os dois ingressos sobrantes ela vendeu pelo valor de R\$ 30,00 reais para um rapaz conhecido dela, que mora na região da Candelária, na favela da Mangueira. Segundo Fátima, o rapaz sempre compra ingressos, ela disse: *“Lá nesse rapaz é certo, sempre que eu levo ele compra”*.

Minha interlocutora conseguiu obter com a venda dos ingressos R\$100,00, na terça-feira, dia anterior ao jogo, o qual ela conseguiu os ingressos que foram revendidos. Fátima confessou saber que os cambistas os quais ela revende obtém o lucro bem maior, pois vendem os ingressos perto do horário do jogo nas imediações do Maracanã por um preço inflacionado. Contudo, ela disse não se importar com isso, comentou comigo que o importante era ela ter

conseguido um dinheiro a mais e que com aquele dinheiro ela fez compras, deu um dinheirinho para Renzo e conseguiu adiantar algumas coisas.

Como aborda Vera Telles (2010) sua interlocutora Doralice não consegue maximizar os lucros com a venda de CDs pirateados, pois para tanto ela teria que vender em áreas mais movimentadas. O que implicaria em ter contatos e “capital” para enfrentar e negociar a partir das *mercadorias políticas* com fiscais, guardas e policiais. Além da necessidade de uma rede de proteção para atuar nesses meios mais lucrativos, segundo a autora Doralice é está na base de sistema e se contenta com ganhos irrisórios da venda ilegal de CDs pirateados na periferia.

O mesmo aplica-se a Fátima, que também é desprovida de capital para atuar com mais solidez no mercado de venda de ingressos. Ela carece não só de capital para poder realizar as *mercadorias políticas* de suborno dos agentes do Estado. Como ela carece de uma rede apoio para viabilizar a venda de ingressos para torcedores ou turistas o que maximizaria os seus ganhos. Principalmente, após 2014, quando o Maracanã se tornou uma arena moderna, dando início a um processo de elitização resultado da redução da capacidade de público e encarecimento dos ingressos como aponta Gilmar Mascarenhas (2014)⁴⁰.

O mercado de venda de ingressos é um mercado ilegal e como todo mercado ilícito como afirma Michel Misse (2006) abre espaço para todo tipo de *mercadorias políticas*, além de disputas muitas vezes violentas. O processo de elitização das arenas (MASCARENHAS, 2014) de futebol e o aumento exponencial dos ingressos transformou o mercado de ingressos ainda mais perigoso e disputado para quem se arrisca nesse terreno. O que torna praticamente proibitivo para minha interlocutora, que atua no “chão de fábrica”, na base da rede hierárquica do ilegalismo, menos arriscado e conseqüentemente uma menor lucratividade.

A elitização das arenas como defende Gilmar Mascarenhas (2014) impacta o perfil socioeconômico dos frequentadores do estádio, mas produz outros efeitos. A modernização dos estádios, transformados em arenas, encarecimento dos ingressos vem acompanhado de uma política de “ordenamento do entorno dos estádios”. Dessa forma sendo responsável pela repressão a toda uma miríade de atividades informais que são combatidas: flanelinhas,

⁴⁰ Mascarenhas defende que o “Padrão Fifa”, uma série de regras e determinações exigidas pela Fifa para os estádios que vão sediar as partidas da Copa do Mundo. Esse “Padrão Fifa” produz estádios mais confortáveis, as chamadas arenas, porém resulta na elitização dos estádios com redução da capacidade e aumento exponencial dos preços dos ingressos. Ver mais em Gilmar Mascarenhas (2014)

vendedores de cervejas, ambulantes, entre outros. Para moradores da favela da Mangueira o Maracanã configura um ativo, que rende algum dinheiro nos dias de jogos.

Comentei com Fátima sobre o caso de Lorota, pois ele perdeu a sua carteirinha, porque uma pessoa foi pega entrando com ingresso comprado com o número do CPF dele carteira dele no Maracanã. Fiz esse comentário para alertá-la sobre os riscos da atividade, porque sabia caso ela perdesse sua carteirinha teria dificuldades, já que a carteirinha permite a ela andar de transporte público gratuito pela cidade.

Então, a questioneei se não haveria problema dela também perder, caso alguém que comprasse os ingressos retirados por ela no Maracanã. Ela respondeu que esse risco existe, mas é muito pequeno. Segundo Fátima na hora da entrada no estádio são muitas pessoas entrando ao mesmo tempo e os fiscais não conseguem ter tempo para conferir direito o ingresso e o documento da pessoa, o que dificulta a identificação da ilegalidade.

Esses ilegalismos cometidos por minha interlocutora fazem parte dos seus agenciamentos práticos da vida cotidiana, em especial depois de ficar desempregada. Desde a compra de uma receita médica fraudada, passando pela falsificação de documentos para ela realizar o cadastramento do benefício habitacional e a venda de ingressos ilícita a partir da sua carteirinha de portadora de doença que lhe dá direito a gratuidade.

1.4 Selma como resgatar a senha dos cartões

Selma morou no IBGE por 9 anos até a remoção, teve sete filhos e hoje reside em uma casa alugada na favela dos Macacos. Ela está desempregada e é beneficiária da Bolsa Família. Ela residia junto com sua filha filhas, seu genro e três netos. Uma neta está sob a sua guarda, pois uma de suas filhas faleceu. A neta de Selma é filha de Lorota, o que é motivo de vários atritos entre os dois, pois ele não paga a pensão e também não ajuda em nada a sua filha adolescente. E dois filhos de Selma estavam presos, mas Adriano foi solto no final de 2021. Em 2020, Selma se mudou para a favela dos Macacos, em Vila Isabel.

Em meados de 2020, no período da pandemia de Sars-cov-2, Selma e sua filha tentaram abrir novamente um comércio. As duas alugaram um bar no alto do morro da Mangueira, uma aposta no “empreendedorismo de guerrilha”. Presumo que as duas conseguiram abrir naquele período, devido ao impulso em suas rendas gerado pelas três parcelas do Auxílio Emergencial. Cheguei a ir duas vezes ao bar de Selma rapidamente. Em dezembro de 2020, encontrei com Selma e ela contou que infelizmente teve de fechar o bar, porque a proprietária queria aumentar

o valor do aluguel e elas acharam melhor entregar o estabelecimento. Selma está morando atualmente em uma casa alugada na região da Fundação, essa é a terceira casa que Selma mora desde comecei a acompanhá-la.

Como eu disse acima Selma encontra-se desempregada. O genro dela que morava na mesma casa também estava desempregado e vivia de bicos. No início de 2020, ele conseguiu emprego como faxineiro na concessionária Metrô Rio. A Suzana, filha de Selma também está desempregada. Em alguns dias de jogos ela trabalha junto com o seu marido e mãe vendendo cerveja, refrigerante e água nos arredores do Maracanã. Contudo, ela já perdeu um isopor cheio de cerveja para os guardas municipais do Choque de Ordem⁴¹.

Conheci Selma pela primeira vez em abril de 2018, quando visitei a antiga ocupação. Ela tinha um bar localizado embaixo do segundo prédio da IBGE, o chamado pelos ex-moradores de “Prédião”⁴². Na sua barraca comprei um refrigerante e um cigarro varejo. Era um bar de madeira, com geladeira, *frezzer*, *juke box* e uma prateleira repleta de biscoitos e toda sorte de outros produtos. Mas nesse dia mantivemos apenas uma conversa celére. Até porque a boca de fumo ficava muito próxima de seu estabelecimento, portanto fiquei apreensivo de que a minha chegada ali pela primeira vez, sem estar acompanhado de alguém poderia provocar alguma desconfiança.

Quando fui à exibição do filme “Um Outro Rio” realizada no CCJF (Centro Cultural da Justiça Federal), no centro da capital fluminense Selma estava presente junto com outros ex-moradores da IBGE. Ao final do filme algumas pessoas estavam reunidas falando com a cineasta canadense animadamente. Muitos deles assistiram ao filme pela primeira vez naquele dia. Pensei em fazer contato com Selma, mas acabei não fazendo, pois não senti abertura naquele momento para abordá-la. Dias depois marquei uma reunião com Emilie para conversar sobre a ocupação e sobre como ela poderia ajudar-me a entrar no campo de pesquisa. E a questioneei sobre a mulher negra que estava no dia exibição do filme. Emilie respondeu que era a Selma, mas as duas estavam com as relações rompidas.

Emilie explicou que Selma e sua filha tinham espalhado para os moradores da IBGE e da Mangueira, que ela teria ficado rica com o filme. Segundo os rumores, Emilie teria recebido

⁴¹ O Choque de Ordem proíbi a venda de cerveja em garrafa de vidro nos arredores do Maracanã. A filha de Selma falou: “ O problema é que os clientes só querem Heineken. E Heineken em garrafa de vidro, então a gente tem que comprar e correr o risco”.

⁴² Expressão nativa da ocupação IBGE Mangueira para designar o maior dos edifícios da antigo espaço de moradia.

rios de dinheiro com supostas premiações internacionais com o filme e não teria repassado nada para os moradores da IBGE, principalmente os que participaram do filme. Até chegaram a falar que o filme da canadense teria vencido o Oscar. Portanto, a polêmica teria até chegado aos rapazes do tráfico de drogas ilícitas, que estariam querendo conversar com Emilie sobre o assunto⁴³. Para Emilie, as duas grandes responsáveis por esses rumores mentirosos a seu respeito eram Selma e sua filha. Desta maneira Emilie desestimulou-me a procurar Selma para ser interlocutora da minha pesquisa.

Apesar dos conselhos de Emilie continuei a busca para entrar em contato com Selma, pois como ela foi comerciante dentro da ocupação ela seria uma interlocutora importante e traria contribuições pertinentes para a pesquisa. Nas minhas andanças pela favela da Mangueira acompanhado de Lorota um certo dia pedi para que ele levasse-me, na casa da sua ex-sogra. Lorota de início resistiu à ideia, pois sabia que ao ir à casa da ex-sogra receberia cobranças acerca do pagamento da pensão para sua filha. Insisti tanto na ideia até convencê-lo a levar-me na casa dela.

Antes de chegar à casa de Selma, Lorota disse-me para eu não me apresentar dizendo que era amigo da Emilie, pois como Selma estava indignada com cineasta canadense isso poderia provocar alguma irritação. Então, chegamos à casa de Selma próxima do lixão da Mangueira na área da Fundação. Lorota apresentou-me como um rapaz da UERJ que estava pesquisando sobre o IBGE e que eu gostaria da participação dela na pesquisa. Selma concordou e passamos alguns minutos conversando sobre assuntos diversos. Desde esse dia passei a ir à casa de Selma para conversar sobre o IBGE e sobre a sua vida na atualidade.

Assim a cada visita em sua casa fui desenvolvendo uma maior proximidade com ela. Eu a visitava geralmente na parte da manhã, quando a encontro em casa preparando o almoço para os seus netos. Selma às vezes faz um “bico” de babá cuidando dos seus netos⁴⁴. Os netos os quais Selma cuida às vezes são filhos de um seus filhos que está preso. Segundo ela a sua nora trabalha em uma padaria, não conseguiu vaga na creche para os filhos e com o marido preso a única solução é deixar os filhos com a avó.

Desde o primeiro dia que fui à casa de Selma sozinho, ela falava sobre o seu filho que tinha sido preso recentemente e o cartão bancário em que é depositado o Auxílio Aluguel. No

⁴³ Lorota teria garantido a Emilie que nada de mal aconteceria a ela. Pois ele iria conversar com os rapazes do tráfico para desmentir que a cineasta estaria rica com o filme.

⁴⁴ Os netos os quais Selma cuida são dois: um de 1 ano e meio e outro de 2 anos.

mês de maio de 2018, o filho Júlio foi preso quando estava indo de moto da Mangueira para favela do Jacarezinho. No meio do trajeto ele foi abordado em uma blitz policial e como ele estava foragido, devido a um assalto à mão armada cometido no pretérito foi imediatamente preso. O problema maior para minha interlocutora era o benefício que estava em nome do seu filho e com a prisão dele não estava sendo possível retirar o dinheiro da conta o que acarretava em problemas econômicos para ela.

Selma não pode ser cadastrada, pois já tem um apartamento em um condomínio do programa Minha Casa Minha Vida em seu nome. Minha interlocutora tem um apartamento no condomínio Mangueira II (CANDIDA, 2012), localizado na Candelária, na favela da Mangueira. Esse condomínio foi construído na gestão do governo do prefeito Eduardo Paes e nele foram reassentadas parte das famílias removidas da favela Metrô Mangueira. Selma foi uma das pessoas reassentadas, mesmo sem morar na favela Metrô Mangueira ela conseguiu o apartamento. Portanto por já ter uma casa própria ela teve a estratégia de colocar o filho em seu lugar no cadastramento da IBGE.

Diante desse impedimento ela colocou de forma ilegal no lugar dela o filho Júlio, que não residia na IBGE para ser cadastrado e para receber o benefício do Auxílio Aluguel. Mediante ao acordo de que o benefício no valor de R\$400,00 seria dividido, Selma ficava com R\$200,00. A prática ilegal de colocar seu filho como beneficiário é parecida, mas distinta da realizada por Vitória. Enquanto, Vitória era de fato moradora da ocupação e contou uma rede solidiedade. No caso de Selma foi uma ação que não contou com ajuda de servidores e rede de apoio, e sim, um agenciamento para que a família não perdesse o benefício como um imóvel no futuro condomínio de casas populares.

E o seu filho com a outra metade. Porém, antes de ser preso o filho dela tinha esquecido a senha, errou a senha por três vezes resultando no bloqueio do cartão. Com o cartão bancário bloqueado a única forma de sacar o dinheiro era o filho dela indo fisicamente até agência bancária em posse dos seus documentos. Selma e a nora ficaram sem uma fonte de renda. Na prisão o filho de Selma não podia ir ao banco desbloquear o cartão e fazer uma nova senha.

Dessa forma, o benefício estava sendo mensalmente depositado, porém Selma e sua nora não conseguiam sacar. Ela contou-me que sua nora foi até a agência bancária da Caixa Econômica, em que a conta bancária para o recebimento do benefício foi aberta. A nora de Selma explicou toda a situação da prisão marido e o bloqueio do cartão para o gerente e da condição financeira o qual ela passava e da urgência em desbloquear o cartão e sacar o dinheiro.

Segundo a nora, o gerente foi reticente em dizer que apenas o titular da conta bancária poderia desbloquear o cartão e redefinir a senha. E no caso de Júlio, por estar preso ele precisaria de uma procuração do preso registrada e autenticada em cartório para permitir o desbloqueio do cartão e redefinição da nova senha. A nora de Selma foi até o presídio de Água Santa tentar a procuração do seu marido para alterar a senha ou transferir o benefício para o nome dela. Ela chegou a falar com o diretor do presídio, mas sem sucesso. As orientações recebidas por ela apontavam para um caminho lento, difícil e burocrático.

Passados dois meses sem receber o Auxílio Aluguel, Selma pediu-me ajuda para ver um advogado que pudesse ajudá-la a resolver esse problema. Foi quando indiquei para Selma um advogado, o qual é meu amigo, o Carlos Eduardo. Cadu como eu chamo-o trabalha em uma ONG chamada Direito Legal, o qual oferece serviços de advocacia gratuitamente para instituições sociais e pessoas sem condições financeiras para arcar com os custos de um advogado.

Fomos eu e Selma até o escritório da ONG, no Centro do Rio de Janeiro. No encontro com Carlos Eduardo e Selma contou sobre o seu problema, o advogado escutou atentamente. Carlos Eduardo falou sobre alguns caminhos para resolver o problema, mas que consultaria seus companheiros de trabalho. E completou dizendo que entraria em contato em breve sobre quais caminhos possíveis para solucionar problema.

Após duas semanas Carlos Eduardo me enviou um áudio pelo aplicativo de mensagem explicando que Selma deveria procurar a defensoria pública para resolver o problema do cartão bloqueado. E explicou que se o processo fosse realizado pela ONG a Selma teria de arcar do próprio bolso com autenticações, gastos no cartório e outros documentos para transferir o benefício ou o cartão para sua nora. O advogado completou explicando que se fosse feito pela Defensoria todo esse gasto seria gratuito.

Junto com Selma agendamos pelo telefone uma reunião com o defensor público responsável por atender o filho dela. Conseguimos agendar a reunião apenas para abril de 2020. Ou seja, se Selma dependesse de resolver a questão do cartão pelo defensor público ela e a nora ficariam no mínimo um ano sem receber o benefício. Pela via ilegal, já que Selma e a nora utilizaram de um rapaz para passar-se por Júlio, o que configura como falsidade ideológica, elas conseguiram resolver o problema de imediato.

Retornei a casa de Selma para passar as explicações transmitidas por advogado. E também para ajudá-la a agendar com o defensor público responsável pelo caso do seu filho. Como Selma não tem telefone celular, fizemos o agendamento seguindo as indicações do advogado pelo meu celular para abril de 2020, a data mais próxima. Uma semana depois fui surpreendido por uma resolução inesperada do problema. Neste dia, como apresento no diário de campo minha interlocutora revelou-me como ela e sua nora tinham resolvido o problema e desbloqueado o cartão. Quando Selma relatou-me como conseguiu liberar o cartão me despertou a ideia de pensar como as minhas interlocutoras e os ilegalismos.

Diário de campo 17 de julho de 2019

(...) Falei para Selma que ao advogado tinha entrado em contato comigo. Falei também para Selma que o advogado tinha ido no banco e o gerente o tinha explicado que era necessário um documento feito em cartório para que pudesse ser alterada a senha do cartão do banco. E que esse procedimento era caro devido aos gastos com cartório e tudo mais, e diante disso a solução para o advogado era Selma acionar um defensor público, porque com o defensor público todo esse procedimento sairia de graça. Alertei a Selma também que ao advogado disse que se o auxílio aluguel fosse passado para outra pessoa, que ele perderia o dinheiro que já estava depositado no cartão do seu filho. Selma me respondeu que sua nora já tinha conseguido retirar o dinheiro que estava no banco, pois ela foi ao banco com um menino parecido com o seu filho. Eu perguntei, mas o banco não pediu a digital do rapaz? A filha de Selma respondeu que quando vai direito no caixa não precisa de digital, como o rapaz se parece com o filho de Selma e estava com o documento de identidade foi só sacar o dinheiro e assinar um papel. Respondi que tinha entendido o procedimento. Em seguida minha interlocutora falou que sua nora relatou que o papel para conseguir a troca de senha do cartão estava nas mãos do diretor da penitenciária. E que só faltava isso para conseguir alterar a senha do cartão (...)

A solução encontrada por Selma junto com a nora para o cartão foi levar um rapaz da Mangueira parecido fisicamente com o filho dela ao banco. No banco o rapaz portando os documentos de identidade e CPF do filho Selma e junto da nora, conseguiu se passar por Júlio. Sem gerar desconfiança na caixa do banco. Então, passando-se pelo filho de Selma ele primeiro conseguiu desbloquear o cartão, depois conseguiu criar uma nova senha e por final fez o saque dos três meses de Auxílio Aluguel que estavam na conta.

Fiquei surpreendido como elas conseguiram de uma maneira ilegal, porém rápida e simples resolver um problema que pelas vias legais e da justiça levaria meses. Ainda surpreendido questionei a Selma se a caixa do banco não solicitou para o rapaz a validação por meio da digital, dispositivo de segurança hoje amplamente utilizado pelas instituições bancárias. Ela respondeu que não, segundo ela a caixa só conferiu os documentos e pelo rapaz ser parecido com o seu filho não provocou desconfiança. Conseguiram alterar a senha do cartão sem nenhuma dificuldade.

Esse caso de Selma apresenta de maneira evidente como os ilegalismos são vias arriscadas, porém necessárias e importante para resolver problemas de urgência para as camadas populares. Elas dependiam do dinheiro do benefício habitacional para viver, apesar de um valor pequeno, era um valor essencial em suas vidas. O qual elas não poderiam aguardar um ano para uma reunião com o defensor público para a resolução do problema. Diante dessa demora pelas vias legais, para elas o ilegalismo foi uma via célere para resolver uma questão de urgência. São essas chaves de compreensão que nos dá uma dimensão da importância dos ilegalismos para os mais pobres.

Uma segunda prática nas dobras do informal, ilícito e ilegal da minha interlocutora é o aluguel do seu apartamento. Selma para prover uma renda para sua família aluga o imóvel que ela foi reassentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como compensação pela remoção dos moradores da favela Metrô Mangueira. Alguns motivos levaram Selma a desistir de morar no apartamento e retornar para a ocupação IBGE Mangueira. Fiquei alguns meses pensando o que levou a minha interlocutora a abrir mão de um apartamento novo para voltar a morar na ocupação. No decorrer da pesquisa fui compreendendo os motivos dessa opção.

O condomínio Mangueira II é bem localizado, pois fica na Rua Visconde de Niterói onde passam ônibus. O condomínio também fica em frente a estação de metrô e de trem do Maracanã. Bem próximo do Mangueira 2 têm 2 escolas, 1 uma creche, uma escola técnica estadual e o CRAS Adalberto Ismael Souza. Portanto é um local valorizado, por estar próximo de vários equipamentos urbanos, bem servido de transporte público e o condomínio ainda conta com atividades de lazer e espaço de convivência.

Contudo, para além dos motivos apontados por ela tal estratégia também é rentável para Selma. Pois morando no apartamento ela precisava arcar com as contas de energia elétrica e a água, contas os quais ela não precisava arcar residindo na favela da Mangueira ou quando morava na ocupação IBGE. E no apartamento o gás é encanado, o que comparado é mais caro do que o gás de botijão⁴⁵ o qual ela utiliza na Mangueira. E ainda tem o valor do condomínio configurando mais uma conta e encarecendo ainda mais.

É importante pensar que na favela os ilegalismos como gato de água e energia elétrica são amplamente disseminados pelo território. Os gastos com energia elétrica e água tomam

⁴⁵ Talvez o botijão de gás não seja tão mais barato do que o gás encanado nos Macacos. Porque nesta favela o tráfico de drogas controla a venda desse produto, segundo minhas interlocutoras hoje é mais barato comprar o botijão fora da favela do que dentro da favela. Uma diferença em torno de 10 e 15 reais no preço final.

uma parcela significativa da renda familiar das famílias mais pobres. Contudo, morando em favelas ou em outros territórios de pobreza esses gastos são evitados, diminuindo o impacto destes gastos na renda familiar. São ilegalismos urbanos os quais incidem diretamente na vida dessa parcela precária da população. Para Selma morar no condomínio era sentir os efeitos de um impacto econômico em sua vida com o pagamento de energia elétrica, água e condomínio. Gastos, os quais ela não tinha morando na IBGE e continua não tendo de arcar morando na favela dos Macacos, devido aos ilegalismos.

Compreender como esses gastos oneram o orçamento das famílias mais pobres é compreender a importância desses ilegalismos na vida econômica dessas famílias. Famílias os quais ao passarem a ter que arcar com as contas de água e energia elétrica veem suas rendas reduzidas, o que resulta em efeitos diretos em suas vidas. Portanto, desta maneira os ilegalismos urbanos não são apenas práticas de contornamento. Os ilegalismos urbanos são práticas que garantem a sobrevivência de parte da população mais pobre, onde o trabalho formal é quase raro e renda familiar é produzida através de diversos ilegalismos, *viração* e *arte do contornamento*.

Para além das despesas citadas como água, energia elétrica e gás. Minha interlocutora aluga o apartamento pelo valor de R\$ 800,00, o dobro do valor do Auxílio Aluguel da prefeitura do Rio de Janeiro. A casa onde Selma reside de aluguel, ela e a filha pagam o valor de R\$ 500,00. Desta maneira ela consegue pagar o aluguel e ainda ter de sobra para ajudar em sua renda mensalmente R\$ 300,00. Portanto, tenho pensado sobre essa equação matemática produzida por Selma para aumentar a sua renda mensal. E quando morava na ocupação e não tinha de pagar aluguel o valor era totalmente incorporado a sua renda.

O caso particular de Selma é singular, pois ela tem um apartamento desde 2015 no condomínio Minha Casa Minha Vida Mangueira II. Um condomínio que foi construído para reassentar as famílias removidas da favela Metrô Mangueiras, no bojo das remoções para os megaeventos esportivos no entorno do Maracanã. A favela Metrô Mangueira foi parcialmente removida, pois o projeto era construir um estacionamento para atender os torcedores e visitantes do estádio do Maracanã (MAGALHÃES, 2019) Selma recebeu um apartamento lá, pois teve sua casa demolida pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Portanto, Selma era a única ou uma das pouquíssimas moradoras da ocupação que tinha uma casa própria. Entretanto, ela morou pouco tempo no seu apartamento. Segundo, ela me contou, ela não se adaptou a vida no imóvel, somado aos gastos com água, condomínio e energia

elétrica e acabou alugando e voltando a residir na IBGE. Compreendo que o retorno de Selma não foi apenas uma decisão, devido apenas a sua inadaptação ao apartamento, mas também o aluguel do apartamento passou a constituir para ela uma razoável fonte de renda.

Por ela ser proprietária de um imóvel e ter sido agraciada com um apartamento pelo poder municipal em uma remoção. Selma na remoção da IBGE não pode se inscrever para receber o Auxílio Aluguel e também para receber a casa no Condomínio onde as famílias serão reassentadas. Selma contou-me nem ter tentado se inscrever, pois ela previa que se colocasse o nome provavelmente iria constar que ela já tinha recebido um apartamento anos atrás. Portanto, ela optou por colocar o seu filho no cadastro para ser o proprietário da futura casa no condomínio minha casa minha vida.

Dessa maneira, a família de Selma conseguiu aumentar a sua renda, pois ao todo são três benefícios habitacionais. O da filha de Selma, o do filho dela (Júlio) e o terceiro benefício, o qual elas passaram a receber pelo bar que tinham dentro da ocupação. Como Selma mora com a sua filha, o dinheiro do Auxílio Aluguel é apenas para pagar uma casa resultando em um dinheiro extra que acresce na renda mensal da família.

Ao pensar a vida econômica, quando residia na IBGE apresenta-se uma grande diferença, pois indica uma significativa diminuição da sua renda. Quando Selma morava na ocupação ela tinha um trabalho, o seu bar que constituía uma fonte de renda, somada ao benefício do Bolsa Família e com o dinheiro do aluguel do seu apartamento. Ela não tinha uma vida muito melhor, mas consideravelmente tinha uma renda mais robusta.

Após remoção Selma perdeu a renda o qual obtinha no seu pequeno bar. Ela não me falou sobre o quanto o bar rendia, mas presumo que era uma renda razoável, pois ela comprou o bar da antiga proprietária pelo valor de R\$ 3,000,00. A renda oriunda do Auxílio Aluguel para Selma ajuda muito pouco a complementar sua renda, mesmo dividindo a casa com sua filha. Juntas as duas recebem com benefício R\$ 600,00 (R\$ 400,00 da filha e mais R\$ 200,00 de Selma). Entretanto, o aluguel da casa custa R\$ 500,00, sobrando apenas R\$ 100,00 para ser aplicado em outros gastos familiares. Desta forma é nítido que ela teve uma perda significativa de renda, quando foi removida da ocupação.

O caso de Selma é bastante notório as estratégias e práticas da vida cotidiana dessas mulheres para sobreviver em uma vida marcada pela precariedade. Assim como Fátima e Vitoria, Selma também agencia suas práticas ilegais, desde o aluguel do seu apartamento que é

proibido, a tática de colocar seu filho no cadastramento da ocupação IBGE como beneficiário e passando pela surpreendente recuperação ilegal da senha cartão bancário de Julio.

1.5 Considerações finais

Iniciei este capítulo com o epílogo da letra da música “Alegria, Alegria” de Caetano Veloso. Um verso da música é o nome do artigo da pesquisadora Mariza Peirano (1986), que ela debruçou-se sobre os documentos e a cidadania no Brasil. A autora mergulha nas ações do Estado para incluir por meio da confecção de documentos as pessoas sem registros legais no período da redemocratização. Essas ações do Estado brasileiro como ela investigou são a partir do argumento da inclusão dessas pessoas, da garantia da cidadania que só poderia ser alcançada por meio dos documentos. Os documentos como um instrumento *sine qua non* para ser assistido por políticas públicas e reconhecido pelo Estado nação como cidadão.

A prática ilegal agenciada por Selma em alugar seu apartamento do Minha Casa Minha Vida e de Fátima que vende os ingressos obtidos a partir da sua gratuidade estão inseridos, dentro do escopo da *gestão diferencial dos ilegalismo* como definiu Michel Foucault (2013). O autor define imperfeições e lacunas nas leis e regulações, que o Estado não reprime ou não desprende energias para combatê-las, enquanto outras práticas ilegais são duramente reprimidas. Essa minha constatação é calcada em evidências que são práticas ilegais assentadas e amplamente conhecidas pelas autoridades, porém sem despertar nas mesmas ímpeto de repressão.

No caso do aluguel dos apartamentos, a professora da USP, Raquel Rolnik (2015) disserta sobre essa prática e a origem dos seus efeitos. Enquanto, a prática ilegal da venda de ingressos obtidos a partir da gratuidade em um ônibus escutei uma conversa sobre a mesma. O passageiro conversava com o motorista em voz alta, dizendo ter uma carteirinha de doença crônica e que poderia retirar ingressos gratuitamente para o motorista, apenas necessitava da presença do mesmo no ato da retirada na bilheteria. São evidências que apontam para práticas conhecidas e não reprimidas, dentro da *gestão diferencial dos ilegalismos* (FOUCAULT, 2013). A informalidade do aluguel, com base no acordo oral, sem contrato contribuiu para dificultar a caracterização jurídica para retomada do imóvel pela Caixa Econômica.

Já o ilegalismo de Vitória não está inserido dentro de uma *gestão diferencial dos ilegalismos*, em especial por ela resistir e afrontar o novo dispositivo securitário, o Segurança Presente, que tem como objetivo expulsar indesejáveis e promover controle social de

determinados territórios da capital fluminense. Minha interlocutora não foi presa por pedir dinheiro, o que não configura um crime ou uma prática ilegal e também não foi devido a sua prática de falsidade ideológica, praticada por ela para trabalhar. Ela foi presa sob acusação de exploração de menores. No capítulo 2 apresentarei uma análise melhor sobre essa questão. O que vale aqui é como já ilegibilidade do Estado brasileiro em criminalizar as pessoas indesejáveis operando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

E aqui busco em Veena Das e Deborah Poole (2004) a partir dos conceitos de margens como o Estado está produzindo essas margens que são móveis e fazem da ilegalidade uma produção da vida precária. O programa Segurança Presente diversas ilegalidades na sua atuação, como cerceamento da liberdade ir e vir, truculência, impedimento de atividades legais, abuso de autoridade, abordagens vexatórias entre muitas outras. Além da utilização de agentes egressos das Forças Armadas cumprindo a funções que são estritamente de atribuição das forças policiais (COELHO, 2017).

Todas essas violações cometidas pelo programa Segurança Presente são toleradas e reforçadas pelo Estado, já que o dispositivo securitário atender aos seus objetivos. São objetivos assentados, em uma zona cinzenta entre os interesses privados e estatais. Em que o propósito da operação não é combater a criminalidade e a violência urbana, mas expulsar a população pobre, moradores em situação de rua, sem-tetos, ambulantes de determinados territórios da cidade. Justamente como aponta Veena das e Deborah Poole (2004) são as ilegalidades praticadas e administradas pelo estado.

Os ilegalismos praticados por Selma, Vitória e Fátima têm os documentos como elemento central, todas três realizaram e realizam práticas em que agenciaram de alguma forma os documentos seja alterando ou fraudando. Nesse sentido, faz se importante analisar essas práticas a partir do conceito *assinaturas do Estado*, de Veena Das (2004). Como os documentos são um instrumento fundamental pelo qual o Estado exerce e agencia sua *governmentalidade* produz práticas nas margens que afetam em especial os mais pobres

Os documentos e seus agenciamentos são em relação, sobretudo ao Estado, porque é o Estado que os produz, os da credibilidade e institui códigos e regras que permeiam os documentos. A regulação produzida pelo Estado, em especial no que tange as políticas públicas impede o acesso de uma parcela da população a partir dos documentos, pois são portadores de “documentos sujos”. É através dos agenciamentos nas fronteiras do informal, ilegal e ilícito que minhas interlocutoras furam as regulações, leis e regras estabelecidas pelo Estado, fazem dos

“documentos sujos” documentos limpos, que as permitem avançar pelo emaranhado burocrático estatal.

Utilizo a expressão “ documentos sujos” para designar os documentos que não podem ser utilizados ou que são irregulares para o Estado e conseqüentemente para acessar as políticas públicas. Ou documentos que necessitam dos ilegalismos para serem utilizados nas burocracias do Estado. Os “documentos sujos” são permeados por situações irregulares com a justiça, ou por problemas adquiridos em tensões com o Estado e principalmente que tornam-se sujos devido as regras, as leis e todo emaranhado burocrático do Estado. Para sujeitos inseridos nas margens os “documentos sujos” são correntes.

Como assinalado acima os documentos são instrumentos de controle social e produção dos governos dos pobres, porém os pobres também agenciam os documentos, produzindo resistência, contornando os controles do Estado, manipulando-os em busca dos seus objetivos (DAS, 2004). Os documentos na minha etnografia são agenciados através dos ilegalismos para: agenciar uma atividade econômica, para evitar que um benefício social seja cortado, para acessar um novo benefício social e para poder circular e trabalhar. Em todas essas modalidades os documentos são agenciados a partir de práticas ilegais, seja falsificando, seja por falsidade ideológica, ou seja, para agenciar um direito à gratuidade para fazer do mesmo uma atividade rentável.

O Estado Moderno como defende Veena Das (2004) também reformula, forja e falsifica documentos ao seu bem prazer e ao sabor dos seus interesses, com ela aponta nos casos dos conflitos na Índia, após ao assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi. Em especial, quando os documentos são necessários para práticas nas margens ou com sujeitos inseridos nas margens. Nesse sentido nas margens os documentos são reformulados, falsificados e forjados tanto pelas práticas do Estado, como também pelos sujeitos nas margens. E esse capítulo tem como tema os ilegalismos praticados pelas minhas interlocutoras a partir dos documentos.

No caso de Vitória, sua ausência de documentos deve-se a sua situação de irregularidade com o sistema de justiça. Ela é uma figura cada vez mais presente do ex-presidiário nas grandes cidades descrito por Vera Telles (2010a). E o ex-presidiário ou pessoas recém-saídas do cárcere são exemplos fidedignos de portadoras de documentos sujos. Para circular e trabalhar é preciso agenciar um ilegalismo, devido a intensa vigilância do Segurança Presente. Nesse sentido os documentos configuram como instrumentos pelos quais o Estado faz se valer nas margens ou para com sujeitos margens. Por meio dos documentos é produzida a vigilância e controle.

Nos passos de Veena Das (2004) a vida é permeada por documentos, controlados e produzidos pelo Estado. Os documentos são *assinaturas do Estado*, que dão credibilidade, são instrumentos de comunicação do Estado, são chancelas produzidas pelo Estado para viver legalmente dentro de um Estado-nação. O Estado Moderno se constrói a partir de práticas escritas e os documentos também servem para implementação de controle social, de políticas de segurança e do exercício do poder. Não ter documentos ou porta “documentos sujos” é ser alguém marginal, alijado das políticas públicas, da legalidade tão defendida e produzida pelo Estado.

Os documentos já constituem instrumentos privilegiados de controle social, mas aqui no caso de Vitória e no contexto do Rio de Janeiro do programa Segurança Presente ainda mais. Trata-se de uma área intensamente vigiada por agentes de seguranças com objetivo de impedir a circulação de “indesejáveis”, sujeitos nas margens como a minha interlocutora. Dessa maneira, nesse contexto os documentos são ainda mais importantes e ainda mais potentes como instrumento de controle social.

Devido aos “documentos sujos” Maria dos filhos quase ficou desassistida após a remoção da IBGE, ela chegou a residir duas semanas na calçada do antigo espaço de moradia. Ela não pode ser cadastrada para ser beneficiária do Auxílio Aluguel e para ser agraciada com o futuro apartamento, por causa do seu débito com o sistema de justiça. O seu marido Mais de Mil também não poderia ser o titular, pois estava preso no Complexo de Bangu e Tico o único filho maior de idade também encontrava-se privado de liberdade.

A situação da minha interlocutora em meio ao relento com seus filhos, devido aos “documentos sujos” que lhe impediam de acessar um benefício social, consequentemente de ter uma casa. Aproxima-se do que descreve Mariza Peirano (1986) acerca dos invisíveis e como as políticas públicas exigem documentos para que o sujeito seja assistido. Contudo, ter em mãos essa gama de documentos não é tão fácil e simples para a parcela da população situada nas margens com difícil acesso ao equipamento público, com vidas cortadas pelo encarceramento e por demais precariedades.

Como contou o Pastor Wagner uma operação foi montada para conseguir incluir minha interlocutora no cadastramento, por meio de práticas ilegais, reunindo distintos atores como: servidores públicos, amigos, entre outros. A solução encontrada, segundo o líder religioso foi incluir a irmã de Mais de Mil, marido de Vitória como beneficiária. Assim evitando que minha interlocutora ficasse desassistida, na rua, sem casa e sem recursos para alugar uma moradia.

A solução encontrada para Maria dos filhos não ficar desassistida revela como nas margens é possível que as regras, regulações e legislações podem ser agenciadas de acordo com os agentes do Estado e os sujeitos envolvidos. É nesse sentido, que agentes do Estado solidários a minha interlocutora manipularam a burocracia para incluí-la. Como Isabelle Bachtold (2016) revela ações e práticas de servidores que atuam nas margens, na região Amazônica para incluir pessoas portadoras de “documentos sujos”, que não detém todos os pré-requisitos necessários, mas por meios dos pequenos desvios e ilegalismos conseguem inclui-los em programas sociais do governo federal.

Novamente retificando como apontam Das e Poole (2004) como o Estado não é um ser monolítico e que age de formas distintas em variados contextos. As práticas do Estado são recriadas, reinventadas e reformuladas tanto por seus agentes, como pela população. Nas margens, nas pontas é que as práticas são colonizadas por novas formas de regulação, que emanam das necessidades econômicas, políticas e sociais em jogo. Não só os sujeitos nas margens que reformulam as práticas, os documentos, mas também os próprios agentes do Estado.

No caso de Vitória, uma rede de servidoras, mulheres do CRAS e da Clínica da Família sempre demonstraram um carinho pessoal com a minha interlocutora e com seus filhos. A prática ilegal por eles agenciadas para incluir Vitória é permeada por sororidade, por laços de classe e solidariedade. Esses agentes do Estado que comumente seguem as regras e legislações que excluem os sujeitos nas margens de acessar políticas públicas, agenciaram para burlar as regras para incluir a cunhada de Vitória. É o Estado que nas múltiplas práticas exclui ou inclui e agentes do Estado que movimentam nas dobras do informal, ilegal e ilícito.

A fricção das práticas estatais nas margens são resultados dos agentes do Estado como da população, dos sujeitos nas margens que também as manipulam e as agenciam. No caso de Vitória, que tem uma inteligência ímpar, mas não conseguiu uma solução pelas dobras do informal, ilegal e ilícito. E teve de recorrer a rede de solidariedade e apoio para conseguir garantir seu benefício e o futuro apartamento.

Já Selma não pôde ser cadastrada, porque seus “documentos sujos” constariam que ela já era proprietária de um apartamento, a sua solução foi se antecipar e colocar seu filho Júlio como beneficiário. A remoção produziu esses arranjos de ilegalismos, de quem portava “documentos sujos” teve de conseguir uma forma pelas fronteiras incertas do informal, ilegal e ilícito para não deixar de ser assistido. Ela não precisou de ajuda dos agentes estatais, ela

dobrou as leis, as regras, as manipulou a seu favor. Sendo bem sucedida, colocando Júlio no seu lugar como morador da IBGE.

A prática ilegal de Selma demonstra como afirma Veena Das (2004) que não há vítimas puras e resistentes nobres. O que há são ações dos sujeitos nas margens, que são calcadas em sofrimento, mas os agenciamentos e práticas não ocorrem em um espaço moral de vítimas inocentes, mas na vida conturbada diária. As margens são espaços criativos, de engenhosidade onde tais práticas são forjadas, de acordo com as necessidades e sofrimentos em muitas vezes dobrando as leis, regras e regulações. Transformando a ordem, tensionado o Estado, produzindo fricções.

Os agentes do Estado contribuíram para ajudar Vitória com os ilegalismos dela portadora de “documentos sujos”. Em contrapartida, o Washington, presidente da Associação de Moradores da Mangueira incluiu segundo minhas interlocutoras e servidores do CRAS e da Clínica da Família inúmeras pessoas que não residiam no cadastramento⁴⁶, ilegalismos agenciados por meio da troca de *mercadorias políticas*. Nas margens múltiplos agenciamentos, tensionamentos fazem com que as práticas sejam colonizadas, reformuladas e transformadas.

O Auxílio Aluguel, pago pela prefeitura do Rio de Janeiro exige dois recadastramento por ano, e documentos como: comprovante do locatário, recibo dos alugueis pagos e o comprovante de endereço. São exigências a princípio parecem ser simples, mas não são para determinados estratos sociais. Principalmente, para os moradores de áreas consideradas como *territórios de pobreza*, situados nas margens, onde o a regulação fundiária inexistente e culturalmente contratos de compra e venda e de aluguel são constituídos na palavra e não nos papéis (contratos), documentos exigidos pelo Estado.

O Estado exige documentos, mas não está ou está atento para como os documentos não são de amplo uso corrente por uma parcela da população. Entretanto, mesmo assim a exigência permanece, fazendo com que os sujeitos, tais como minhas interlocutoras busquem caminhos fora da via legal, para atender as exigências estatais. Evitar perder uma renda de R\$ 400,00 requer diversos esforços, desde chegar às 5h da manhã na sede da SMH, que só atende 50 pessoas por dia gerando filas enormes (CORREA, 2022) e falsificar documentos.

⁴⁶ Uma das principais reclamações as quais escutei ao longo do trabalho de campo foi acerca de Whasigton, presidente da associação de moradores da favela da Mangueira. Segundo as reclamações ele foi o responsável por colocar pessoas que não eram moradoras para serem cadastradas.

O cadastramento e os documentos exigidos são operacionalizados pelo Estado e produzem medo, rumores e histeria nos beneficiários que tem medo de serem excluídos. Como defende Veena Das (2004) as *assinaturas do estado* tem como uma das características produzir medo, promover rumores e histeria na população que estão materializados nos documentos, nas regras, nas normas e nas leis. Que são enunciados sempre pelo Estado através da sua pretensa racionalidade, legalidade e crédulo público.

As exigências da prefeitura produzem dificuldades para os beneficiários, como Gesuína que não consegue os documentos necessários e se recusa a falsificá-los a partir do seu pertencimento religioso “*É pecado falsificar*”. E outros que partem para as práticas no campo dos ilegalismos para produzir os benditos documentos exigidos, pois caso contrário é perder o Auxílio Aluguel, é perder uma renda pequena, mas importante.

No caso de Fátima a questão especial é a renda extra, pois morando junto da filha poderia comprovar o aluguel da casa, já que as duas são beneficiárias. Não há outra saída que não seja a falsificação. A falsificação para Fátima é para fazer um dinheiro a partir do benefício, morar junto da filha também beneficiária lhe gerava uma pequena renda de R\$200,00. Um valor pequeno, mas não para quem vive na precariedade, para quem estava desempregada e quem tinha de arcar com mesmo valor todo mês para enviar ao filho, privado de liberdade.

Fátima está desempregada desde 2017, quando descobriu que sofria de tuberculose e estava infectada pelo vírus da Aids. Desde então não conseguiu mais voltar ao mercado formal de trabalho e tem receio em conseguir retornar devido ao estigma que sofrem as pessoas portadoras do vírus HIV. Portanto, para ela o BPC é uma saída para ter uma renda fixa mensal, o qual lhe daria alguma tranquilidade financeira. Em janeiro de 2021 estive com sua filha Luciane, ela contou que sua mãe estava numa seleção de emprego, para faxineira.

O ilegalismo praticado por Fátima em forjar e falsificar documentos para apresentar a prefeitura que reside em uma imóvel alugada por ela. Pois a regra do Auxílio Aluguel exige que cada beneficiário resida em uma casa. Portanto, Fátima necessita forjar documentos para conseguir fazer a sua comprovação do gasto do benefício com aluguel de seis em seis meses. Revela como o valor do benefício é insuficiente e como os ex-moradores da IBGE praticam ilegalismos para conseguir fazer com que sobre algum valor para incrementar a renda. Mesmo com o valor congelado há anos, ainda configura uma renda quando dois beneficiários alugam uma casa conjuntamente.

A política pública do Minha Casa Minha Vida foi uma dessas políticas sociais. Foi a maior política habitacional da história do Brasil, construiu milhares de imóveis e atendeu milhões brasileiros (ROLNIK, 2015). Com grande importância para os brasileiros da chamada Faixa 1, essa faixa que atendeu beneficiários sem rendimento e até famílias com um teto máximo de renda de R\$1800,00. Para essa parcela da população o programa garantiu casas dignas, a sonhada casa própria e condições de habitabilidade. Ao mesmo tempo essa política pública deixou lacunas, como evidencia minha interlocutora Selma e a pesquisadora Raquel Rolnik (2015).

Selma ao alugar o seu apartamento do programa Minha Casa Minha Vida infringiu o artigo 7º da Lei 1.977/2009⁴⁷ (BRASIL, 2009) que impede a locação a terceiros durante o período de financiamento dos imóveis adquiridos por programas sociais do governo. No caso dela, a Faixa 1 do programa estabelece um período de 10 anos de pagamento. Pelas regras do programa o imóvel não pode ser locado durante este período, em caso de infração o proprietário tem seu contrato rescindido e o imóvel tomado pela Caixa Econômica.

Esse é o risco o qual Selma está exposta ao alugar o seu apartamento. Um risco razoável, pois é sua única propriedade. Ao mesmo tempo o seu apartamento produz duas dificuldades para minha interlocutora. O primeiro é que residir no apartamento eleva os seus custos mensais, pois no condomínio ela não tem como recorrer aos ilegalismos característicos das favelas e periferias, como gato da água ou o gato da energia elétrica. Portanto, morar no apartamento é oneroso para sua renda apertada. Esse fenômeno já descrito por Raquel Rolnik (2015) em sua pesquisa sobre o programa Minha Casa Minha Vida.

Segundo Alexandre Magalhães (2019) o conjunto habitacional Mangueira I e II foi um dos poucos, nas políticas de remoções na década 2010, em que os moradores foram reassentados no mesmo bairro em que residiam. Em geral, defende Rolnik (2015) o MCMV construiu grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas, em terras baratas e carentes de infraestrutura. O que dificulta a valorização do imóvel, como também contribui para que alugar não seja uma atividade tão rentável, como o da minha interlocutora.

Dessa forma, mesmo sendo irregular a locação do apartamento é para Selma uma ótima oportunidade de aumentar sua renda. Por um lado Selma economiza residindo na favela e evitando os gastos citados acima. E ao mesmo tempo Selma consegue obter uma renda de

⁴⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Lei/L11977compilado.htm> Acessado em 16 de julho de 2020.

R\$800,00 alugando seu apartamento, o que configura grande valia quem a época estava desempregada e ainda tinha uma neta de 11 anos, a qual está em sua guarda. O valor do aluguel é a sua maior fonte de renda. Com esse ilegalismo Selma incorpora 80% do valor de um salário mínimo a sua renda.

Em comparação com o aluguel recebido por Selma a partir do seu apartamento, o Auxílio Aluguel constitui apenas 50%, talvez um valor pequeno, para o tamanho do risco. Contudo, a configuração da vida de Selma que tinha dois filhos em situação de cárcere e uma neta, que o pai não paga pensão alimentícia revela o quanto esse valor é pequeno é importante. A situação agravou-se ainda mais em 2020, quando a esposa do seu filho Júlio foi presa por furto e os dois netos passaram a viver integralmente na casa da minha interlocutora.

Ao praticar o ilegalismo Selma assume o risco de ter o seu imóvel retomado pelo banco estatal, pois a renda o qual ela obtém pela locação é de grande importância para sua sobrevivência. Novamente esse risco o qual ela está exposta foi escolhido a partir de um cálculo vitalista ou pragmatismo popular (GAGO, 2018) em que os prós e contra foram avaliados. Assim como a possibilidade de sua empreitada ser descoberta pelos órgãos de fiscalização.

Os ilegalismos conhecidos popularmente como “gatos” tanto o de energia elétrica como o de água são importantes para a manutenção do equilíbrio da renda das minhas interlocutoras. Como Selma revelou, ao passar a morar no condomínio do Minha Casa Minha Vida viu sua renda ser reduzida pelos gastos como água, luz e condomínio. Segundo Raquel Rolnik (2015) para Faixa 1, os gastos com manutenção e condomínio chegam a representar 17% da renda familiar. E somando os gastos com água, luz e taxas condominiais alcança até 77% da renda familiar da mesma faixa.

Raquel Rolnik (2015) revela em sua pesquisa que mais de um terço dos moradores não tinham despesas com água e luz nos locais onde moravam antes do reassentamento. Ou seja, elas tinham acesso a esses serviços por meio de ligações clandestinas. Diante desse cenário onde, a renda familiar pode ser comprometida em mais de 70% é que a prática mesmo ilegal de Selma em alugar faz muito sentido. Ao invés dela arcar com o pagamento desses gastos citados, ela aluga o seu imóvel gerando renda e evitando os gastos os quais morando na Mangueira são solucionados pelos ilegalismos.

No período pós-remoção o aluguel do seu apartamento passou a ser ainda mais importante na sua renda. Por que, após a remoção Selma e sua filha Suzana perderam uma fonte

de renda importante, o bar que elas administravam na ocupação. Não perderam apenas essa atividade econômica informal, como o patrimônio do bar o qual elas compraram do antigo dono, pelo valor de R\$3,000,00. Ou seja, elas tinham uma atividade econômica, tinham um patrimônio que era o bar e não tinham de arcar com o aluguel de uma casa. Após a remoção a vida a renda delas tornou-se ainda exígua pela perda da atividade do bar e ainda ter de arcar com o aluguel de uma residência, que não é coberto totalmente pelo Auxílio Aluguel.

Observando essas questões e essa mudança na renda de Selma a iniciativa de usar alguém para fazer o papel do seu filho preso para recuperar a senha do cartão e sacar o dinheiro do benefício habitacional. Foi uma empreitada ainda mais compreensível, diante das dificuldades econômicas produzidas na sua família no período após a remoção delas da IBGE Mangueira. E diante da dificuldade do emaranhado burocrático que era solução pela via legal. Novamente voltando à questão do cálculo das minhas interlocutoras ao praticarem ilegalismos. A vida precária e as perdas econômicas tornam-se ainda mais fortes.

Nesse sentido o risco o qual a nora de Selma esteve exposta ao usar um rapaz para passar-se pelo papel de Júlio. Foi um risco alto, pois poderia resultar em prisão pelo crime de falsidade ideológica, como o cancelamento do cartão bancário e a perda Auxílio Aluguel. Mesmo diante desse risco alto a possibilidade de resolver o problema era fundamental, pois o dinheiro do benefício é importante para a nora como para Selma. Ainda mais depois da prisão do Julio, o qual necessita de produtos e dinheiro para viver no cárcere. Na questão do aluguel os ilegalismos da água e luz são fundamentais para não onerar a renda de Selma, como no caso de cartão bancário o ilegalismo foi importante para não ficarem meses sem o benefício habitacional.

Os casos dos ilegalismos de Selma e Vitória são próximos, porém em vias contrárias. Enquanto a primeira tem documentos legítimos e legais em mãos, e faz uso dos mesmos para reaver a senha do cartão do filho privado de liberdade. A segunda tem documentos sujos, ilegítimos, os quais circular em posse deles resultariam em sua prisão. Já Selma, o filho estava preso, mas o Estado não lhe deu assistência para conseguir alterar a senha do cartão.

Selma e sua nora Fernanda buscaram primeiro pelas vias legais recuperar a senha do cartão, as duas realizaram todo um percurso penoso pelas instituições estatais, pela burocracia estatal para conseguir tal empreitada. Foram no presídio, foram na agência bancária, na assistência social do presídio, procuraram a ONG Direito Legal agendaram com o defensor

público, mas em conseguir a resolução. A burocracia estatal, a racionalidade e como só documentos não são legíveis (DAS, 2004) para os sujeitos estão imersa nessa batalha.

Esse emaranhado burocrático produzido pelo Estado produz vulnerabilidade a partir da crença no Estado como portador de uma racionalidade e os sujeitos como desregulados, que são incapazes de acessar por suas inadequações. O que Veena Das (2004) apresenta é uma produção e uma racionalidade e uma falsa crença no Estado racional e burocrático. Impedidos pela via legal, os sujeitos que buscam por meio das vias ilegais, reformulando regras e legislações para alcançar seus objetivos, como fizeram Selma e sua nora.

O que há é uma relação entre documentos e cárcere, a privação de liberdade impacta em um empobrecimento, ou no acesso a benefícios sociais ou na livre circulação. No caso de Vitória Silva ganha contornos ainda mais dramáticos, pois ela poderia estar em liberdade desde 2020, ou seja, com documentos limpos. O difícil acesso ao sistema judiciário e o medo de ser presa evitaram que ela pudesse resolver essa questão pela via legal. Entretanto, a inelegibilidade se faz presente porque não foi a sua dívida com a justiça que a levou a prisão, mas o método ilegal do Estado de promover a criminalização de pessoas indesejáveis, nos territórios de vigilância do Segurança Presente.

O cárcere atravessa a vida das três interlocutoras, no que tange os ilegalismos analisados aqui no Capítulo 1 direta e indiretamente. É Vitória Silva que praticava ilegalismo para circular devido a sua prisão no passado, é Selma que agenciou a falsidade ideológica para reaver o cartão bancário do filho que estava no cárcere e Fátima que envia uma parcela do dinheiro ganho pelo ilegalismos dos ingressos para Renzo, em situação de privação de liberdade. Nesse sentido não é que o cárcere produz ou motiva os ilegalismos, mas em um cenário em que o encarceramento é cotidiano e presente os ilegalismos estão direta ou indiretamente associados com efeitos do *encarceramento em massa*.

Pesquisei sobre o valor do Auxílio Aluguel nos últimos 20 anos, na capital fluminense. No ano de 2001, quando o prefeito na época era César Maia o valor do auxílio aluguel, era de R\$ 200,00, pago pela prefeitura do Rio de Janeiro. Após 20 anos o valor aumentou e está há alguns anos estagnado, em R\$400,00. Diante desses valores fiz dois cálculos⁴⁸ para averiguar qual seria o valor atual do benefício. Pelo índice de IPCA que mede a inflação em nosso país,

⁴⁸ Meu primo Luiz Felipe que é economista foi responsável pelo cálculo.

o valor em 2021 do auxílio aluguel deveria ser de R\$ 662, 27. E pelo IGPM índice utilizado para avaliar o reajuste do aluguel o valor seria de R\$ 979,48.

Portanto a partir desses cálculos é possível afirmar o quanto o valor do benefício municipal para além-desatualizado é abaixo dos valores correntes atuais no mercado imobiliário carioca. Mesmo com esse valor pequeno Fátima quando dividia a casa com a filha conseguia obter alguma renda através do benefício. Após Renzo ganhar a liberdade ela não conseguiu mais, pois teve de alugar uma casa no valor de R\$ 400,00 para residir junto do filho.

Nessa situação de desemprego, somada a dificuldade de conseguir emprego sendo soropositivo e a incerteza de conseguir o BPC⁴⁹. Fátima desenvolveu uma atividade econômica ilegal para conseguir um dinheiro para somar a sua renda, a venda de ingressos. A venda de ingressos como uma atividade econômica torna-se possível devido a ela sofrer de uma doença crônica, o que lhe dá alguns direitos como o cartão de gratuidade para o transporte público e a gratuidade de entrada em eventos culturais e esportivos. É a partir dessa gratuidade que ela transformou em um complemento a sua renda. Gratuidade, a partir da tragédia de ser contaminada pelo marido, a tragédia transforma-se em oportunidade de *viração*.

Como uma doença crônica pode tornar uma possibilidade de ganho extra? É a partir desse questionamento que abordarei o ilegalismo de Fátima. Ser portadora de uma doença crônica abre caminho para alguns benefícios, os quais são de grande valia para pessoas em meio a uma vida precária. Ao constatar que era soropositivo, Fátima passou a ter direito a ao RioCard e a carteirinha de gratuidade. Os dois benefícios acessados pela minha interlocutora pela doença são passíveis de “fazer renda” através do ilegalismos.

Fátima utiliza da sua carteirinha de doente crônica para conseguir ganhar dinheiro com a venda de ingressos. A gratuidade do Riocard pode ser uma fonte de ganho para algumas pessoas. Em São Gonçalo, cidade onde residi até 2019 e já presenciei essa prática algumas vezes. Pessoas com o Riocard de gratuidade e como o de Fátima em que a gratuidade é estendida para o acompanhante. Fui abordado e outros passageiros no ponto de ônibus. Os praticantes do ilegalismo buscam pessoas que iriam para o Rio de Janeiro e questionavam se pagaria passagem em dinheiro. Caso as pessoas respondessem que sim, eles ofereciam um

⁴⁹ No CRAS da Mangueira a assistente social aconselhou Fátima a dar entrada no BPC, porém disse que não seria tão fácil. A assistente social que seria difícil ela conseguir, pois está cada vez mais restrito. Ela disse: “Hoje em dia para conseguir o BPC a pessoa tem que estar muito mal de saúde, quase morrendo. Se não eles não dão o benefício”.

preço abaixo do preço da tarifa. A pessoa aceitando o autor do ilegalismo paga com seu cartão de gratuidade.

Cito essa modalidade de ilegalismo com o Riocard de originado devido a doença crônica para apresentar como existem outras possibilidades de ilegalismos a partir de uma gratuidade. E procuro como esse exemplo também chamar atenção de como as classes populares desenvolvem modos criativos, novos e diversos de sobrevivência a partir de pequenos benefícios, como a gratuidade. Benefícios que aos olhos de quem precisa inovar atividades para somar a renda apertada tornam-se possibilidades de ganho ou uma atividade laboral complementar.

Os documentos que muitas das vezes são agenciados pelo Estado para produzir exclusão e controle social sobre os sujeitos nas margens. No que tange a carteirinha de doença crônica abre portas para atividades de *viração*, da *arte do contornamento* e práticas ilegais que geram uma renda. É, sobretudo como os documentos do Estado são reformuladas, recriadas e agenciadas nas margens, por sujeitos nas margens. Se os documentos em geral fecham portas, aqui abrem portas.

Os documentos que para Maria dos filhos produzem um impedimento da livre circulação e que para Selma produz uma perda de uma renda importante. Para Fátima os documentos lhe abrem oportunidade de expedientes de sobrevivência, a partir da prática de ilegalismos. A enfermidade contraída sem seu conhecimento do seu marido, resultou na carteirinha e através dela que minha interlocutora promove uma das suas atividades econômicas, portanto os documentos de Fátima abrem oportunidades de ganho.

A condição de Fátima poderia ser menos precária, pois ela está incluída na categoria de pessoas habilitadas para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada. Direito este que tornou-se difícil de ser alcançado, devido as políticas ultra-liberal implementadas nos últimos seis anos. Se o Estado não garante o que lhe é de direito ou garante uma parcela. É a partir dessa parcela, a carteirinha de portadora de doença crônica, da possibilidade de ingressos gratuitos que ela agencia nas fronteiras porosas do informal, ilícito e ilegal.

A ilegitimidade do Estado operada como essas *assinaturas do Estado* (DAS, 2004), os documentos são como passaporte para os sujeitos circularem, não ter documentos é não poder circular, trabalhar é ser excluído de determinados espaços. A engenhosidade do ilegalismo de Maria dos filhos é o que lhe permite ainda circular, porém sempre correndo risco de ser presa.

Os documentos como *assinaturas do Estado* são tão pertinentes, que o simples fato de o filho da minha interlocutora errar seu nome foi suficiente para ser enviado para delegacia para uma identificação mais apurada.

A não identificação na abordagem requer novas etapas de identificação mais finais, em busca das *assinaturas do Estado*. Quem não tem documento ou não conhece seu nome completo, número da identidade ou do CPF torna-se de imediato um criminoso em potencial. O Estado opera assinaturas como modo de fazer política pública de segurança imbuída de racismo e racismo de classe. Como Estado opera é conhecido por minha interlocutora, que já de antemão reconhece como os documentos são de grande relevância para ela circular. O mesmo já não acontece com Pedro, menos atento as agruras das ruas e como deve estar atento e preparado para lidar com os agentes do Estado.

O dispositivo securitário estabelece os *checkpoints*, pontos fixos em que os agentes do Segurança Presente realizam abordagens de transeuntes, em que os documentos são checados. O objetivo desses *checkpoints* é não permitir que pessoas com problemas com o sistema de justiça adentrem no território. Essa operação que não apenas realizada por esse programa, mas é cotidiana dos agentes do Estado nos territórios situados nas margens estabelece os documentos como primordiais.

O que o Segurança Presente estabelece é que os documentos são uma espécie de passaporte, em que para transitar cidadãos brasileiros necessitam dos mesmos. Quando refiro-me a cidadãos brasileiros quero dizer dos indesejáveis de pessoas situadas nas margens. Essas necessitam de passaporte para circular nos territórios que são vigiados pelo programa de segurança presente, pois esse passaporte exigido (documentos limpos) são um atestado de que o sujeito não é um criminoso em potencial.

Um exemplo dessa ilegalidade do Estado é do filho de Vitória, o Pedro. O adolescente de 11 anos quando circulava pelas ruas da Tijuca pedindo dinheiro ficou detido por cinco horas na delegacia. Ao ser abordado por policiais militares Pedro deu o nome errado por descuido, como os policiais não encontraram o seu nome no sistema encaminharam-no para delegacia. Passou cinco horas aguardando na delegacia até que identificasse-o, constataram que ele não tinha passagem pelo sistema socioeducativo. Mas só o liberaram mediante a chegada de uma conselheira tutelar. A conselheira disse na delegacia que o levaria para o abrigo, mas no final acabou deixando Pedro na Mangueira, também produzindo um ato ilegal.

Mesmo Pedro sendo um adolescente, sem passagem pelo sistema socioeducativo e sem ter cometido nenhum ato que pudesse gerar desconfiança, o mesmo foi levado para delegacia para averiguação. Pedro é constantemente abordado pela polícia ou por agentes de segurança presente. Portanto a circulação e trabalho é um desafio para todos aqueles que encaixam no perfil social, racial e cultural dos “indesejáveis”. Sua mãe atribui que Pedro é visado por ser negro e por ser um menino, que aparenta uma idade mais avançada. E por estar vendendo doces ou pedindo dinheiro numa área nobre da cidade.

As margens se deslocam, mudam de local de atuação, são inventadas e reinventadas de acordo com os interesses vigentes. Portanto, temos uma nova alteração do foco da atuação estatal. Assim como também atuam para mudar leis, códigos e normas de acordo com a prioridade do momento. A frase de Vitória: “*O estado não me dá nada e ainda tira o que eu tenho*” ao perder a mochila que uma senhora estava comprando para o seu filho. Mas não conseguiu recebê-la, devido a perseguição dos agentes do Tijuca Presente ilustra essa ação do Estado nas Margens.

São pessoas negras, pobres, moradores de favela, pessoas em situação de rua, ambulantes, pedintes que trazem em seus corpos marcadores os quais são lidos pelos agentes estatais responsáveis pelo controle social são identificados como bandidos em potencial. Suas atividades informais assim como os marcadores são alvo do combate dos agentes. Portanto se a circulação é difícil para um jovem de 11 anos, ainda mais para Vitória a qual já teve algumas passagens pelo sistema socioeducativo, pelo sistema prisional e foragida da justiça. No caso de Vitória existe um estigma a mais, o fato de ser ex-presidiário e ainda em dívida com a justiça. Como aponta Vera Telles (2010) a figura do “ex-presidiário” é cada vez mais presente nas grandes cidades brasileiras.

Assim como aponta Vera Telles (2010) e Salla (2007) no Brasil o crescimento do número de presidiários. Loic Wacquant (2008) também aponta esse fenômeno em diversos países do mundo e na América Latina. E aponta para a correlação do *encarceramento em massa* e os sujeitos marcados por uma experiência prisional não conseguem em empregos formais, quando conseguem são empregos precários e tem como grande saída laboral a sorte na economia ilegal de rua, onde tem grande chances de voltarem novamente para o cárcere.

Desde Vitória com sua dificuldade em conseguir emprego e circular pela rua. Passando por Renzo filho de Fátima, após sair da prisão passou a trabalhar em um lava-jato informal, contudo teve problemas com o tráfico de drogas ilícitas na Mangueira. Desde a operação do

Choque de Ordem⁵⁰, que fechou os lava-jatos informais e que praticavam o “gato de água”. Os traficantes passaram a coibir tal prática. Contudo, como alertou Lorota em uma das nossas conversas. Os lava-jatos têm configurado uma opção de trabalho para os egressos do cárcere, sem essa opção de trabalho não sobre outra opção que não seja o retorno as atividades criminais. O que vai na linha do que apontam Vera Telles (2010) e Wacquant (2008) das atividades informais e ilegais como opções quase únicas para os ex-presidiário.

James C. Scott (2011) abordou a questão da resistência cotidiana em seu artigo intitulado “ Exploração normal, resistência normal”. No artigo o pesquisador inglês mergulha sobre as resistência de classe ao longo da história, especificamente nas resistências camponesas. Mesmo o autor tendo como foco o mundo rural ele traz questões importantes para pensar o cenário urbano. Scott defende que a grande parte das ações de resistência da classe camponesa não são conhecidos ou mesmo concebidos como resistências. Segundo ele a história durante muito tempo só teve olhos para as grandes revoltas e insurreições.

O cientista político inglês questiona e investiga as resistências banais do dia a dia, mas que são de grande importância para a sobrevivência daqueles que são explorados pelas classes superiores. Ele chama atenção para as pequenas corruptelas dos camponeses para não pagar impostos; das invasões de terras públicas ou privadas para produzir alimentos; das pequenas atividades ilegais acionadas pelos camponeses para conseguir incrementar a renda. Entre tantas outras atividades de resistências cotidianas, as quais não são interpretadas como resistência. Ele chama essas atividades de “ formas cotidianas de resistência” (SCOTT, 2011).

Scott (2011) advoga que as resistências são informais, dissimuladas e na maioria das vezes para atender necessidades imediatas. O que ele chama atenção é que necessariamente um ato de resistência a impostos exorbitantes que oneram um classe não serão combatidos através de uma revolta, de um ato político clássico ou de um boicote. Na maioria das vezes esses problemas serão resolvidos de maneiras simples e efetivas que atende a necessidade dos vitimados, mas que não soluciona de fato o problema.

Esse cenário desolador para as minhas interlocutoras no que tange a questão econômica restando como solução o caminho das fronteiras porosas do informal, ilegal e ilícito. Os quais não são soluções apenas para sobreviver em meio a uma vida precária, mas a únicas saídas.

⁵⁰ Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/conteudo/rio-de-janeiro/operacao-contra-lava-jatos-irregulares-na-mangueira/58caf8780ed0eab941001eb8.html#foto=1>> Acessado em 16 de julho de 2020.

Como elas resistem em meio a esse cenário difícil? Portanto, as atividades desenvolvidas por Selma, Fátima e Vitória são as formas de resistências cotidianas. Ou seja, cada uma das atividades informais, ilegais e ilícitas agenciadas pelas minhas interlocutoras são essas ações de classe citadas por Scott, mas que não são consideradas como ações políticas de resistência.

Quando Vitória recorre a prática do ilegalismo para conseguir trabalhar e circular pelas ruas da Zona Norte, mesmo com o maior aparato de segurança ela pratica um ato de resistência cotidiana. Quando Fátima recorre ao ato de vender ingresso a partir de sua carteirinha de gratuidade obtida por ser portadora de doença crônica ela pratica um ato de resistência. Quando Selma aluga ilegalmente seu apartamento para conseguir uma renda, ela também pratica um ato de resistência.

Aqui nessas primeiras páginas discorri sobre os ilegalismos agenciados pelas minhas interlocutoras em um período de desemprego. No capítulo 4 analisarei como os ilegalismos continuam sendo agenciados por elas até quando estão empregadas com carteira assinada. O que revela a bricolagem de agenciamentos que vão desde atividades informais, ilegais, o “empreendedorismo de guerrilha” e atividades nas dobras do ilegal e ilícito. O ilegalismo nesse sentido é uma prática corrente, devido a precariedade duradoura em que suas vidas estão imersas.

Os ilegalismos são agenciados pelos sujeitos nas margens produzindo reinvenções, recriações das práticas estatais na margem. Como defende Isabele Bachtold (2016):

O encontro do Estado com suas margens dá-se de modo constante para as pessoas que nelas habitam, mas seus efeitos não são possíveis de serem previstos. Por mais que se afaste do rio, é impossível evitá-lo. Nas margens, no entanto, constrói-se e recria-se a cada cheia, seja nas novas ilhas formadas ou nas áreas mais afastadas do rio. No encontro com o Estado, as margens se modificam, sejam elas as margens do rio, dos corpos, dos documentos, da comunidade. (BACHTOLD, 2016 p.297-298)

Como Isabele Bachtold (2016) afirmou na citação acima os efeitos nas margens são relacionais, tanto o Estado como os sujeitos sofrem efeitos. Minhas interlocutoras sofrem efeitos das práticas do Estado nas margens, mas elas também modificam as práticas a partir de seus agenciamentos e da prática dos ilegalismos. Não é apenas através dos ilegalismos, mas sendo os ilegalismos uma das mais importantes. E os documentos são uma chave de suma importância, pois são eles que as excluem de políticas sociais ou a partir deles que elas agenciam uma atividade econômica, um benefício ou conseguem circular. As resistências cotidianas são por elas praticadas não como vítimas puras, mas como atores que atuam dentro dessa racionalidade burocrática do Estado como afirma Veena Das (2004).

Neste Capítulo 1 discorri sobre as práticas ilegais agenciadas pelas minhas interlocutoras, em um período em que elas estavam desempregadas. No capítulo 4 analiso como elas também agenciam tais práticas mesmo estando em ocupações formais de trabalho. Dessa forma, evidenciando como os ilegalismos estão e são presentes de maneira duradoura em suas vidas, o que é um dos efeitos das alterações do mundo do trabalho nas últimas décadas.

Busco concluir o presente Capítulo apontando como o somatório de diversas estratégias, práticas e saberes são agenciados pelas classes populares para sobreviver em meio a uma vida precária. As minhas interlocutoras recorrem aos ilegalismos, elas praticam a arte do contornamento, elas trabalham na viração, agenciam as mobilidades laterais e usam e abusam da criatividade para conseguirem gerar uma renda, ganhar um dinheiro a mais ou pagar alguma dívida. E desta maneira resistem a todas as dificuldades e desafios de uma vida precária.

2 CIRCULAR, TRABALHAR E RESISTIR

O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar
 Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
 O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar
 Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
 Pelo Telefone- Donga

2.1 Introdução

Neste presente Capítulo busco mergulhar no universo de uma das minhas interlocutoras, a Vitória Silva. Durante o trabalho de campo ela sempre comentou comigo sobre a sua dificuldade em trabalhar e circular pelas ruas da Tijuca e Vila Isabel. E a maioria das suas reclamações eram acerca dos agentes do programa Segurança Presente. Um novo dispositivo de segurança pública que teve início atendendo a cidade do Rio de Janeiro e posteriormente se expandiu para outras cidades da região metropolitana, criado em 2014.

O samba “Pelo Telefone”, que consta na epígrafe foi um sucesso no carnaval carioca de 1917 e carrega o título de ser o primeiro samba gravado. A música é alvo de inúmeras discussões sobre sua autoria, apesar do sambista Donga ter a registrado. A letra do samba revela a repressão da polícia do Rio de Janeiro na época contra os jogos de azar e contra o samba. A Delegacia de Costumes, Tóxicos e Mistificações era responsável por reprimir rodas de samba, a vadiagem, os praticantes de religiões de matriz africana, o lenocínio e os jogos de azar. Um século depois, cidadãos pobres ainda são perseguidos por pedir dinheiro e por trabalhar nas ruas.

As recorrentes reclamações de Vitória me despertaram a analisar na minha pesquisa de doutorado como esse programa atinge a vida da minha interlocutora. As demais interlocutoras pouco ou quase nunca fizeram reclamações sobre os agentes do programa securitário. A minha hipótese é de que como elas não são foragidas da justiça e conseguem complementar suas rendas com o Bolsa Família, o Família Carioca e outras políticas de assistência social, elas não necessitam sair as ruas para pedir dinheiro ou vender balas. Porque é justamente nessa circulação que Vitória enfrenta os agentes de segurança. Sua *competência circulatória* (TARRIUS, 2002) é um ativo importante para conseguir realizar suas atividades de viração nas ruas da cidade.

Há também nessa hipótese de que tendo o “nome limpo” as demais interlocutoras podem buscar trabalho em atividades legais. Por mais difícil que seja o mercado de trabalho para mulheres negras, faveladas e com baixa instrução invariavelmente elas conseguem empregos, bicos mesmo que precários. Ao contrário de Vitória, devido ao fato de estar em débito com a justiça ela não pode concorrer a vagas de emprego formal, portanto tendo como única solução para obter renda circular pelas ruas da cidade.

Por último, não posso deixar de mencionar que há uma escolha por parte de Vitória nessa modalidade de trabalho. Após sair da prisão, em uma das nossas conversas me dirigi a ela dizendo que ela conseguindo os documentos poderia conquistar um emprego de carteira assinada. Ela na mesma hora me respondeu defendendo que não queria, pois ela não quer saber de patrão. E completou dizendo que trabalharia em qualquer coisa, mas não queria ter ninguém mandando nela. Dessa forma, ressalto a sua agência em trabalhar nas ruas da cidade.

Ao usar o termo trabalhar estou usando uma categoria nativa, cunhada pela própria interlocutora. E confesso, quando ela me disse pela primeira vez que seu trabalho consistia em pedir dinheiro nas ruas, recebi essa informação com certa surpresa, por ter uma ideia muito limitada de trabalho partir de sua conceituação clássica. E assim demorei alguns meses para compreender que não cabia a mim, o pesquisador definir o que é ou não trabalho, já que Vitória compreende sua ação de pedir dinheiro nas ruas como ato de trabalhar.

Abro o Capítulo dissertando um pouco sobre a história de Vitória nos últimos anos, em especial dos desafios enfrentados para pedir dinheiro e vender balas nas ruas da Tijuca e de Vila Isabel. Desde o seu medo em trabalhar nas ruas, as recorrentes fugas e abordagens dos agentes do programa de segurança. Dessa maneira aprofundando um pouco sobre o que é o trabalho cotidiano e os empecilhos. Até a sua prisão realizada pelos agentes em fevereiro de 2022.

Na segunda parte apresento o programa Segurança Presente, um novo dispositivo de segurança pública fluminense criada no bojo dos megaeventos esportivos sediados no Rio de Janeiro, na década de 2010. Procuro apresentar a estrutura, o objetivo, financiamento e a estratégia de policiamento da operação. E também apresento como o programa funciona no bairro de Vila Isabel, um dos bairros por onde Vitória circula e onde residi por três anos.

Dessa forma, compreendi como o novo dispositivo de segurança opera nas margens (DAS e POOLE, 2004). São as práticas e estratégias do Estado para fazer dos indesejáveis

sujeitos submetidos aos propósitos da cidade neoliberal. É a partir dos interesses dos agentes privados em associação com o Estado e com técnicas e tecnologias militares que as cidades periféricas vêm cada vez mais produzindo territórios de segurança e proibindo a circulação dos pobres. A prisão da minha interlocutora em 2022 revela como o Estado opera nas margens a partir da ilegibilidade para criminalizar os sujeitos nas margens (DAS; POOLE, 2004).

Por último, analiso as práticas e ações produzidas pela Operação Segurança Presente a partir da vivência e do trabalho de Vitória Silva, este dispositivo de segurança produz uma série de dificuldades e ilegibilidades que atingem não só a minha interlocutora, como a população pobre, em situação de rua e favelada do Rio de Janeiro. Realizo também uma comparação entre as práticas desse dispositivo de segurança em comparação e as da Operação Verão, apontando como há continuidade no *modus operandi* dessas políticas de segurança pública.

Apono as tecnologias de poder produzidas pelo Estado para produzir uma higienização de determinados territórios tanto através de *checkpoints* (JEGANATHAN, 2004), vigiar e disciplinar para controlar a entrada dos indesejáveis como incriminando aqueles que insistem em pedir dinheiro ou vender balas e doces dentro dos territórios de segurança. E como Maria dos filhos tem buscado sobreviver em meio a essa cidade cada vez mais militarizada por meio de seus ilegalismos, da *arte do contornamento* e da sua competência circulatória.

2.2 Vitória circula, Vitória foge, Vitória é pobre

Já apresentei Vitória, umas das minhas interlocutoras nessa pesquisa de doutorado no Capítulo 1, mas volto apresentá-la, pois sua circulação e trabalho pelas ruas da Tijuca e de Vila Isabel será o ponto central deste Capítulo. Analiso como as políticas públicas de segurança do estado do Rio de Janeiro produzem efeitos na vida da população pobre, preta, em situação de rua e favelada na capital fluminense, especialmente aprofundando sobre o programa Operação Segurança Presente. Trarei nessa primeira parte a vivência laboral da minha interlocutora.

Conheci Vitória pela primeira vez por intermédio de Émile Gurrete, quando ela foi entregar o DVD do seu documentário. E Encontrei-a novamente em uma reunião organizada pela Clínica da Família Dona Zica, em 2019. Desde então iniciamos uma relação de proximidade, carinho e confiança. Inclusive no natal de 2021 ganhei um perfume de presente da minha interlocutora. Ela foi a responsável por me apelidar de Sorriso, apelido pelo qual sou conhecido por seus filhos, vizinhos e demais moradores da favela do Borel.

Vitória era moradora da favela da Mangueira há pelo menos mais de 15 anos, mas antes ela morou por alguns anos na rua e passou por instituições socioeducativas. Ela residiu durante anos na ocupação IBGE Mangueira e foi removida como os demais moradores, em 2018. Antes da ocupação ela residiu embaixo do viaduto que liga a as estações do metrô e trem do Maracanã ao estádio de futebol e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi justamente, quando ela morava neste local, que acabou sendo presa, no ano de 2004. Foi acusada de furto e corrupção de menores, acabou sendo condenada a uma pena, em regime fechado por 6 anos.

No ato da prisão ela estava acompanhada de um casal de filhos dela, na época tinham menos de 5 anos de idade e foram enviados para instituições que recebem crianças e adolescentes. A menina, segundo Vitória, foi adotada enquanto ela estava no cárcere e sem o seu consentimento. Já o menino fugiu depois de algum tempo do abrigo e mais tarde reencontrou a mãe, com quem viveu junto durante anos até ser assassinado por policiais militares em uma operação na favela do Borel, em 2020. Uma das grandes mágoas dela é ter perdido sua filha e nutre até hoje uma grande ojeriza pela justiça. Vitória cumpriu três anos de prisão em regime fechado no presídio feminino de Bangu, depois progrediu para o semiaberto, quando não retornou mais ao cárcere. Foi viver na Mangueira, onde passou a residir na ocupação da IBGE. Por não ter cumprido de acordo com os termos da justiça a prisão no regime semiaberto, ela não quitou sua pena e, portanto estava na situação de foragida, podendo ser presa a qualquer momento. O que despertava nela medo, como também práticas engenhosas para poder driblar as blitzes e abordagens policiais cada vez mais frequentes nos bairros do Rio de Janeiro.

Atualmente minha interlocutora reside em uma casa de um cômodo, alugada na favela do Borel, na região do Esqueleto com sua família extensa. Com ela residem seus filhos biológicos Pedro de 12 anos, Camila de 11 anos, Nanda de 10 anos e Lucas de 3 anos. Todos são menores de idade, apenas Pedro já trabalha, assim como sua mãe vende balas nas ruas. Kailane, filha adotiva de 18 anos, também reside na casa junto da sua filha Lulu de apenas um ano, às vezes ela vai trabalhar com Vitória, mas não tem uma constância, o que é alvo de reclamações por parte da minha interlocutora. Dessa forma, a principal provedora de renda da casa é a Vitória.

Camila e Nanda às vezes vão para a quadra da escola de samba do Salgueiro pedir dinheiro, desacompanhadas da mãe, que repreende essa atitude. Quando elas não conseguem entrar pela porta principal, elas optam por um caminho chamado Telhadão, em que passam por

cima do palco e descem na quadra da escola de samba, evitando os seguranças. Camila revelou-me não pedir dinheiro quando sai com sua mãe, porque não gosta. Mas ela não nega se alguém colocar no seu copo. Em um ensaio da escola de samba em que fui encontrei com Lisa, prima delas que estava sozinho na quadra pedindo dinheiro.

Um dos apelidos da minha interlocutora é Maria dos filhos, devido aos vários filhos que ela pegou para criar. Essa solidariedade é uma de suas características, a Kailane que reside em sua casa é filha de criação. Também são filhos de criação Lohan de 18 anos, Piteco de 24 anos e Lívia de 14 anos. Os dois primeiros moram em suas respectivas casas, mas frequentam bastante a casa da mãe adotiva. Lívia passa tempos morando na casa de sua mãe de criação, mas às vezes devido a algumas brigas vai morar em outros lugares.

O marido de Vitória, Mais de Mil estava preso por envolvimento por roubo e receptação, porém conseguiu a liberdade em julho de 2021 e retornou a residir com a esposa e filhos, apesar de Vitória desejar a separação. Ele está trabalhando na fundação Santa Cabrini, que tem um programa para pessoas cumprindo pena em regime semiaberto ou condicional⁵¹. Contudo, Vitória reclama muito do fato de ele não contribuir com dinheiro em casa ou quando contribui é um valor insuficiente. Segundo ela seu marido gasta o dinheiro com amantes na rua e colabora em quase nada nas despesas em casa. A saída de Mais de Mil do cárcere pouco mudou a situação financeira do lar, Vitória continua sendo a provedora econômica.

Uma questão me chamou atenção em Vitória no documentário, lançado em 2018, pela cineasta canadense Emile B. Guerrete. O filme retrata a vida dos moradores da ocupação IBGE. Fazendo um contraste da vida precária dos ocupantes com a opulência dos Jogos Olímpicos que tinha como uma das sedes o Maracanã a menos de 2 quilômetros de distância. Uma das cenas retratadas é Vitória tentando vender chicletes na estação de metrô e trem do Maracanã e sendo expulsa pelos seguranças. A cena retrata também a grande movimentação de pessoas na estação, pois naquele dia acontecia uma das partidas de futebol da seleção brasileira no estádio, durante os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Uma das características marcantes de Vitória é a ironia e foi assim que ela reagiu ao ser expulsa da estação do Maracanã. Enquanto, os torcedores passavam trajados com as cores da bandeira do Brasil, quase todos brancos, apressados em direção ao estádio. Ela, que é negra, saía lentamente da estação sob o olhar furioso do segurança e perguntava aos que cruzavam

⁵¹ Mais de Mil está trabalhando pela Santa Cabrini, na secretaria estadual de Transporte, no bairro de Copacabana.

com ela em tom debochado: “*Quer bala? Para adoçar a vida depois que o Brasil perder*”. E é assim que termina a cena, Vitória proibida de trabalhar, mas saindo da estação com um ar deboche e um sorriso de afronta para a turba de cidadãos com a camisa da seleção. Praguejando que o Brasil perderia quase como uma vingança por não poder exercer o seu trabalho.

Essa cena é marcante, pois ela reflete muito do que Maria dos filhos tem enfrentado no seu dia a dia de trabalho pelas ruas da Tijuca e de Vila Isabel muito antes de nos conhecermos em 2019. Uma das cenas em que ela foi interpelada, abordada ou intimidada por trabalhar eu pude presenciar. Ocorreu em 2020, quando ela foi abordada por um segurança particular da feira livre da Rua Jorge Judge em Vila Isabel, pois este não permitiu que ela pedisse alimentos, legumes, ovos, dinheiro e frutas aos clientes. E ainda a ameaçou alegando chamar os agentes do Vila Isabel Presente ou o Conselho Tutelar caso ela insistisse em pedir na feira fora das condições por ele estipuladas.

Mais uma vez Vitória Silva recorreu à ironia, o que ela aciona quando está lidando com os agentes do Estado. Em uma das diversas situações de abordagem um policial a questionou sobre o uso de máscara, no período da pandemia de Covid-19 e ela respondeu de bate e pronto: “*Eu não tenho dinheiro para comer, como vou ter dinheiro para usar máscara? Se você quiser você pode comprar uma máscara para mim e para os meus filhos*”. É dessa forma que minha interlocutora enfrenta cotidianamente os agentes da lei, sempre com uma ironia ou uma frase invertida.

É importante sinalizar aqui que as dificuldades por ela enfrentadas não são apenas com os agentes públicos de segurança, como também com uma rede mais densa e cinzenta de seguranças que agem nas ruas do Rio de Janeiro. Como nesse evento da feira livre. O que quero dizer com isso é que ela enfrenta também segurança privados, seguranças informais, seguranças de loja e posso até mesmo chamar de milicianos que formam uma rede informal e ilegal de aparatos de segurança privada, que atuam não só contra supostos meliantes como também contra os indesejáveis que circulam pelas ruas cada vez mais vigiadas e com supostos “donos”.

Residi durante três anos no bairro de Vila Isabel durante o doutorado, circulando pelas ruas da Tijuca e do Grajaú, mesmo sendo negro e retinto nunca fui abordado pelos agentes do programa securitário. O que revela que a raça não é o único marcador para tornar alguém suspeito. Como muitos outros marcadores que passam por gênero, vestimenta, tatuagens, vocabulário e outros sinais. Portanto a raça é, um marcador importante, mas não absoluto o que

aponta para uma maior complexidade dos marcadores que fazem alguém suspeito nas ruas do Rio de Janeiro.

No caso de Vitória ela é mais velha do que eu, negra, porém de pele mais clara que seria a princípio características que reduziriam sua suspeição diante dos olhos dos agentes de segurança. Contudo, ela portadora de outros marcadores como tatuagens, vocabulário, roupas e especialmente por uma das suas características, a magreza. Por variadas vezes Vitória foi confundida como uma suposta *cracuda*. A magreza é popularmente associada com o uso abusivo de crack e a categoria *cracudo* na capital fluminense está associada a uma série de características negativas, criminalizantes e desabonadoras, configurando como um estigma.

A minha interlocutora, na verdade todas as minhas interlocutoras possuem marcadores que as incluem dentro desse escopo de pessoas tidas como “suspeitas” ou indesejáveis para o aparato de segurança pública e privada. Por Vitória ser a única delas que já foi presa e ainda em dívida com a justiça sua necessidade de circular em busca de fazer dinheiro para sustentar sua casa é ainda maior do que a das demais. Pois ela é a única que não recebe nenhum benefício ou política de assistência social do Estado.

Assim como as demais interlocutoras da minha pesquisa, ela está desempregada há muito anos, ela nunca disse ter trabalhado de carteira assinada. Ela sustenta sua casa a partir da venda de balas e doces ou de pedir alimentos e dinheiro pelas ruas da Tijuca e de Vila Isabel. O que torna a sua atividade laboral ainda mais exposta e suscetível a ser abordada por profissionais de segurança pública. E é justamente o que ela me descreve quando a encontro, das inevitáveis e cotidianas abordagens policiais quando ela está trabalhando, principalmente na rua mais movimentada da Tijuca.

O que me despertou para escrita deste presente Capítulo foram os constantes relatos de Vitória acerca de como ela era impedida de exercer o seu trabalho nas ruas da Zona Norte carioca. É importante salientar que tal impedimento não teve início apenas com o Segurança Presente, como já citado, no documentário uma cena retrata agentes de segurança da Supervia impedindo Vitória de vender balas. A partir do Segurança Presente houve um crescimento vertiginoso dessa vigilância pela cidade que não só atinge os vendedores ambulantes, mas também flanelinhas, pessoas em situação de rua e muitos outros atores sociais tidos como indesejáveis para o Estado.

Vitória sai de casa para trabalhar ainda na parte da manhã, às vezes ela vai sozinha, mas na maioria das vezes ela vai acompanhada dos seus filhos mais novos e de algumas amigas do Borel. O Lucas de 3 anos ou as outras duas filhas de 10 e 11 anos. Alguns vizinhos também por vezes vão junto com ela como o seu filho adotivo, o Lohan. Pedro, seu filho, em muitas ocasiões sai sozinho para vender balas e chocolates na Tijuca ou em Botafogo. Algumas vezes quando estava na casa de Vitória presenciei a cena dele saindo sozinho para trabalhar, munido de uma caixa de doce ou chocolate debaixo do braço - como ele não está estudando ele exerce essa atividade praticamente todos os dias.

Em geral, Vitória dá balão⁵², entrando pela porta de trás do ônibus que sai do Borel e faz ponto final na Praça Gonçalves Ledo. Como é habitual em diversos lugares, poucas pessoas pagam passagem quando pegam ônibus na favela do Borel. Ela desce no centro da Tijuca e tem dois lugares preferidos para trabalhar. O primeiro é próximo ao supermercado Preço Bom, um lugar movimentado, com muitos comércios e próximo de estação de metrô. O segundo lugar é no cruzamento de duas avenidas importante também de grande movimento, onde ela fica na frente da entrada do Supermercado Mais Você.

Em uma ocasião, quando fui fazer trabalho de campo na casa de Vitória dei carona no meu carro e os levei para Praça Gonçalves Ledo. Nesse dia levei Pedro, Lohan, Kailane e mais uma vizinha de Vitória, acompanhada do filho de 1 ano. Deixei-os na praça, estavam indo vender doces e pedir dinheiro. Nesse dia, enquanto estávamos no caminho, Lohan e Pedro contaram-me do dia em que foram abordados por estarem trabalhando e foram parar na delegacia. Lohan acabou sendo detido, por não ter cumprido uma medida socioeducativa até o final e Pedro acabou sendo liberado. Abordarei esse evento com maior profundidade na última parte.

Nessa situação é a rua a principal saída para Vitória ou como ela diz “descer para pista”⁵³, levantar um dinheiro para comprar comida, ajudar a pagar o aluguel da sua casa, comprar roupa e demais gastos domésticos e da vida cotidiana. A necessidade de circular e trabalhar cotidianamente faz dela uma pessoa em situação vulnerável, pois acaba se expondo e passando por recorrentes situações de acharque, de sarqueamento⁵⁴ e abordagem policial.

⁵² Dar balão é uma expressão nativa de entrar no ônibus sem pagar passagem. Em geral ocorre nas imediações da favela, dessa maneira o motorista não pode se opor, pois é passível de receber represália pelos traficantes.

⁵³ Expressão nativa que designa sair da favela e ir para o asfalto.

⁵⁴ Sarquear ou sarqueamento é uma expressão nativa dos policiais militares e civis para definir uma pesquisa sobre antecedentes criminais ou passagem pela polícia de uma determinada pessoa.

Em determinados dias ela atua na região do bairro de Vila Isabel, mas é na Tijuca o lugar em que ela mais atua seja vendendo, ou seja, pedindo dinheiro e alimentos. Pois este bairro é mais movimentado e tem mais lugares de comércio intenso e circulação de pessoas o que aumenta a possibilidade de faturamento. É um bairro de classe média, com muitas pessoas de poder aquisitivo mediano e alto que podem contribuir com uma doação generosa, seja uma fralda ou um saco de arroz. Em 2021, o Pedro deixou de trabalhar na Tijuca e agora está indo com maior frequência para Botafogo

Ao longo da Rua Barão de Itapema, especificamente no sentido do Clube Municipal até a Rua São Vicente estão distribuídas mais de 20 duplas de agentes do Tijuca Presente, realizando patrulhamento em especial na frente dos maiores e mais importantes comércios da região. É justamente nessa área que Maria dos filhos e seus rebentos atuam trabalhando, logo sendo habitualmente confrontada pelos agentes.

A situação precária da minha interlocutora como única provedora econômica da sua residência faz com que sua desenvoltura na pista para fazer renda, conseguir comida seja mais importante ainda. No ano de 2020, durante menos de três meses, ela até teve um reforço para pagar as contas, quando seu filho Tico saiu da prisão. Em liberdade ele voltou a trabalhar no tráfico do varejo de drogas ilícitas, variavelmente ajudava em casa, porém apenas a partir da insistência de sua mãe. Após sua morte, Vitória voltou novamente a sustentar a casa sozinha.

Até o pagamento do Auxílio Aluguel ela teve de colocar no nome da sua cunhada, pois se não ela não conseguiria receber. Com o nome “sujo” ela não pôde acessar as políticas públicas como Bolsa Família ou Família Carioca. E até mesmo o Auxílio Emergencial⁵⁵ que foi providenciado pelo governo federal durante o período da pandemia de Covid-19. Essa situação de não acesso as políticas públicas faz com que a situação já precária dela seja ainda mais aprofundada o que requer dela meios engenhosos para conseguir prover renda para sua família.

Mas segundo me consta ele pouco tem ajudado a pagar as despesas de casa. O cenário de precariedade da família de Vitória é ainda mais agravado por ela não poder recorrer a nenhuma das políticas públicas de assistência social. Faz com que sua batalha diária para conseguir levantar dinheiro nas ruas, feiras e demais lugares seja mais importante ainda. É nesse

⁵⁵ O auxílio emergencial foi uma política pública do governo federal aprovada pelo Congresso que concedeu um auxílio monetário para a população impedida de trabalhar devido a pandemia de covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Os beneficiários dos programas Bolsa Família também foram agraciados com o benefício pago em 8 parcelas.

cenário que abordo suas andanças pelas ruas e sua maneira de fazer dinheiro, desafiando os aparatos cada vez maiores de segurança.

As fraldas da sua neta Lulu, foi ela conseguiu grande parte pedindo para clientes na frente de farmácias. No único quarto da casa dezenas de pacotes de fraldas estavam empilhados ao lado da cama onde dorme sua filha Kailane e a neta. Mesmo em meio à pandemia, Vitória não deixou de fazer festas de aniversário para todos os seus filhos e netos. Tudo isso conseguido a partir do dinheiro do seu trabalho na pista. É dessa forma que ela tem tocado sua vida e seus filhos também invariavelmente aprendem a função da mãe. Pedro, que atualmente não estuda, trabalha vendendo balas.

Ela sai de casa por volta das 10h da manhã munida de sua caixa de guloseimas e vai para pista. As filhas menores às vezes vão com sua mãe para labuta. Em setembro de 2021 encontrei Nanda e Camila junto com outras crianças da favela do Borel, na feira da Rua Jorge Judge. Elas estavam pedindo aos frequentadores da feira livre. Camila estava com uma caixa de uvas doadas por alguma pessoa. Ela deixava o que conseguia com uma amiga da sua mãe no fim da feira e voltava para pedir novamente. Ela falou comigo, me pediu um real “*Sorriso, me dá um real?*”. Eu dei e comprei também dois cachos de bananas, um para ela entregar para sua mãe e outro para a nora de Vitória. Como contou-me a amiga de Vitória, a Morango:

Diário de campo, 31 de agosto de 2021 (Morango)

(...) Disse que ela estava certíssima, que estava correta em aproveitar. Ela concordou comigo e disse que ficaria mais um tempo para conseguir algumas coisinhas a mais. Falei com ela que tinha visto o barraco dela lá na nova invasão. Ela respondeu dizendo que está construindo as coisas lá, que está levantando aos poucos. Morango disse já ter colocado porta, janela, que depois colocando a luz ela já consegue se mudar para lá. Falei que Vitória e ela também estão fazendo o mesmo, que tinha comprado alguns fios, mas como os fios são caros ela não conseguiu comprar tudo. Morango concordou e completou dizendo que custava entorno de R\$400,00 os fios para puxar a luz. Eu respondi dizendo que assim que elas forem para lá ao invés de gastar o dinheiro pagando aluguel, elas poderiam colocar para melhorar o barraco, ela disse que sim. Comentou que a filha de Vitória tinha feito aniversário no domingo, que a festinha estava bonita, mas ela não foi. Me contou que ela tinha ficado no bingo do Fedoso. E disse que Maria dos filhos fez tudo sozinha, que ela leva a casa nas costas, que agora tem o Mais de Mil, mas que mesmo assim quem coloca dinheiro mesmo em casa é a Vitória. E completou dizendo que a festa só feita por causa de Vitória. Segundo ela Vitória que toca tudo, ela desce para pista com caixinha dela, levanta dinheiro e faz o corre. Concordei com ela, logo depois nos despedimos e fui embora .

Encontrei com Morango, amiga de Vitória na feira livre. Ela tinha ido no Hospital Pedro Hernesto pegar um exame de sua filha. Aproveitou que estava tendo feira para pedir algumas doações. Conversando sobre Vitória ela definiu em síntese o trabalho da minha interlocutora: “*Segundo ela Vitória que toca tudo, ela desce para pista com caixinha dela, levanta dinheiro e faz o corre. Concordei com ela, logo depois nos despedimos e fui embora*”. Pegar a caixinha e descer para pista, fazer o corre.

Essa cena na feira pedindo frutas e legumes, revela como os filhos de Vitória já estão familiarizados com a prática laboral da mãe. Estão acostumados desde cedo a estarem na pista, a pedir ou a vender. Apesar de outra ameaça que Vitória enfrenta nas ruas, as ameaças de perder seus filhos. Algumas vezes ela me revelou ameaças de agentes de segurança de chamarem o Conselho Tutelar, por ela estar com seus filhos na rua, em suposta situação de “vulnerabilidade para as crianças”. Apesar do medo, ela não deixa de levá-los, até porque a presença delas pode aumentar as possibilidades de ganho.

As reclamações de Vitória não versam apenas sobre os agentes da operação, como também sobre seguranças privados, policiais e seguranças de ruas da Tijuca. Contudo, o mais recorrente são reclamações do Tijuca Presente, justamente por eles estarem localizados nos pontos em que não só ela, mas os demais ambulantes e pedintes da região, podem conseguir rendimentos maiores. Nessa região a pedido dos comerciantes da região as abordagens são mais frequentes para impossibilitar a presença dos indesejáveis e garantir a “segurança” dos clientes. A Lívia, filha adotiva de Maria dos filhos, está jurada de morte pelos seguranças da Rua dos Artistas, por insistir em pedir dinheiro para os clientes, enquanto estes estão comendo.

Um dos lugares de trabalho preferidos de Vitória Silva é em frente ao supermercado Mias Você em uma das principais ruas da Tijuca próximo do mercado Preço Bom. Uma região por si só de grande movimento, circulação de pessoas, comércios e outras atividades. Quanto mais pessoas circulando maiores são as chances de Vitória conseguir mais doações ou até mesmo doações generosas. A região também é importante, porque na entrada do supermercado ela consegue pedir alimentos para os clientes e em alguns casos compram e doam para ela na saída. Ou trocados, ou até mesmo a doação de algum produto comprado pelo cliente.

Segundo minha interlocutora, ela trabalha naquela localidade há muitos anos, conhece muita gente, principalmente muitos idosos e seus doadores fixos, que ela chama de clientes. Ela sempre diz que os idosos são mais generosos e atenciosos, até a conhecem pelo nome e sabem até mesmo o nome dos seus filhos. Na parede da sala dela tem um número de telefone de um desses clientes conhecidos da Tijuca, a quem ela recorre em momentos de desespero. Segundo ela é o número de um senhor aposentado da Marinha que reside sozinho e anda com maços de dinheiro vivo no bolso. Sempre que ela o encontra na rua ganha generosas doações em dinheiro.

Ela anotou o número do telefone dele, porque uma vez ele disse se caso ela precisasse de alguma coisa ou não tivesse comida em casa que ele a ajudaria. Assim como esse senhor, ela conhece outros que sempre a ajudam e essa questão é uma das que contribuem para explicar

porque com ruas mais vigiadas e porque, mesmo com o risco real de ser presa, ela ainda se arrisca. Jesus é mais um dos seus clientes. Ela colocou esse apelido nele por ser branco e alto, parecido com a divindade cristã. E segundo minha interlocutora é irmão do ex-goleiro da Seleção Brasileira, o Taffarel⁵⁶. Ela conta que aos sábados ele passa lá e, de vez em quando, lhe dá uma nota de R\$100,00. Vitória chama todos esses conhecidos no local de trabalho de “clientes” e faz questão de manter uma relação de proximidade com essa rede de clientes estabelecidos. O círculo de amizade que ela já construiu na região faz valer a pena o risco da prisão.

Essa intensa movimentação é um ativo para ambulantes, pedintes e camelôs. Contudo, os últimos não são combatidos pelos agentes de segurança, pois é uma atribuição da Unidade de Ordem Pública ligada a prefeitura, que nos anos do governo do prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) pouco atuou no combate aos camelôs, ao contrário do governo anterior e do atual⁵⁷. Em compensação os agentes do Tijuca Presente destinam boa parte das suas ações a reprimir pedintes, pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes que circulam pela região.

O fato de ser uma região com grande fluxo de pedestres faz dela uma região preferida para atuação de pedintes e ambulantes provocando diversos conflitos como os narrados por Vitória. Como minha interlocutora lida com esse desafio diário de circular e trabalhar nessas ruas. A Vitória tem uma questão ainda maior, por ser foragida do sistema prisional ela corre o risco de ser presa novamente. Pois é uma prática corrente dos agentes ao abordarem os indesejáveis fazer o chamado “sarqueamento” - quando os dados do abordado são consultados para saber se estão em dívida com a justiça.

No Capítulo 1 explorei como a Vitória pratica um ilegalismo para não ser identificada e presa circulando pelas ruas. Ela usa o número de identidade de uma amiga sem problemas com a justiça, quando é abordada. É uma das estratégias de resistência e expressão de uma *arte do contornamento* para conseguir trabalhar e circular. Contudo, a mesma confessa ter mede de

⁵⁶ Cláudio Taffarel foi goleiro da seleção brasileira na década de 1990 e campeão da Copa do Mundo de 1994. Atualmente reside no Rio de Janeiro e é treinador de goleiros da seleção brasileira.

⁵⁷ O período anterior foi de 8 anos (2009-2016) do prefeito Eduardo Paes, responsável por criar o Choque de Ordem e por políticas duras de combate aos ambulantes e camelôs na capital fluminense. A criação da Secretaria Especial de Ordem Pública do Rio de Janeiro (SEOP) em 2009 que tem a “Operação Choque de Ordem” são operações realizadas por guardas municipais, policiais militares, secretaria de assistência social e servidores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) para reprimir o comércio informal praticado por ambulantes e camelôs. Em muitas vezes as operações são truculentas e arbitrárias constantemente resultando em episódio de violência e apreensão de produtos.

ser presa, pois ela sabe que caso seja levada para delegacia pode ser identificada por foto ou pela digital e ser consequentemente privada da liberdade.

O medo da prisão fez com que ela me pedisse para tentar resolver seu problema com a justiça. Desde 2019 tentei por meio de um amigo advogado e que trabalha na ONG Direito Legal, tentando arquivar o caso dela. Pois ela já cumpriu 3 anos de prisão por estar há mais de 13 anos foragida ela poderia já ter quitado sua pena. Mas como esse processo é vagaroso e complicado tivemos dificuldades em concluí-lo. Ao chegar a sua casa foram inúmeras vezes em que fui questionado por ela dessa forma: *“Sorriso, como está o meu processo? Eu quero trabalhar, não estou aguentado mais esse Tijuca Presente”*.

Segundo as informações do advogado⁵⁸ não havia mandato de prisão em aberto contra ela, porém em caso de consulta na delegacia poderia aparecer que ela não cumpriu totalmente a pena, resultando na sua prisão. O que de fato ocorreu em março de 2022. Eu falava isso com Vitória, mas mesmo assim ela continua temerosa e tinha muita razão. Em janeiro de 2020, o Wallace amigo da família e marido de Juliana foi preso, quando soltava pipa na rua principal da favela do Borel. Uma viatura com policiais militares simplesmente abordou os rapazes que estavam soltando pipa; constaram que ele não tinha cumprido a pena e ele foi preso.

A prisão é algo sempre presente nos mínimos trajetos ou circulação. Ir comprar um pão ou soltar pipa pode ser o que basta para terminar o dia atrás das grades. Todos esses casos tão próximos dela justificam o seu medo, mesmo sem um mandato de prisão expedido. Em alguns momentos de raiva Vitória já falou: *“Não me importo de ser presa, se for presa eu vou pro hotel tem comida e cama para dormir”*. Mas em outros momentos menos turbulentos ela diz *“Não posso ser presa, Sorriso. Porque se eu for presa, quem vai cuidar dos meu filhos?”*

Essa fala da minha interlocutora revela como esse programa de segurança pública tem afetado cotidianamente sua vida e seu trabalho. Para ela a proibição de trabalhar, ou melhor, o fato de trabalhar com o constante medo de ser presa produz uma série de efeitos. A diminuição de idas para pista trabalhar pode ser apontada como uma delas, assim como o medo constante de trabalhar. O que é agravado por diversos casos de amigas próximas que foram presas por estarem trabalhando ou circulando.

⁵⁸ Carlos Eduardo tentou uma estratégia para conseguir que Vitória ficasse em quitação com a justiça – pedir o arquivamento de seu processo e, assim, o alvará de quitação, a partir do acionamento de uma defensora pública que já trabalhou na Vara de Execuções Penais, mas sem sucesso. Segundo ele por esse caminho poderíamos conseguir de forma célere o objetivo.

Um desses casos foi o caso de Cássia, amiga e vizinha de Vitória. Foi presa em janeiro de 2021 quando estava na favela do Jacarezinho. Assim como Vitória ela também estava em débito com a justiça e, portanto, acabou sendo presa em uma abordagem policial. Minha interlocutora me ligou pedindo ajuda, porque duas semanas após a prisão a família ainda não tinha conseguido localizá-la em nenhuma instituição prisional. até conseguir localizar Cássia. Ela estava no Instituto Penal Ismael Pereira Sirieiro.

No site do programa Segurança Presente e em notícias veiculadas pela imprensa (LUCENA, 2019), a política pública de segurança os números de pessoas apreendidas são exaltados como grandes feitos. Não apenas pessoas presas em flagrante cometendo algum crime, mas também de pessoas foragidas do sistema prisional. Morando em Vila Isabel, pude notar como se dá essa abordagem cotidiana, sempre os agentes pedindo documentos ou de RG ou do CPF para consultar no sistema com o intuito de localizar alguma passagem pela polícia, prisão em aberto ou débito com o sistema socioeducativo.

Pedro, filho de Vitória, já passou algumas vezes por essas abordagens quando trabalhava na região da Tijuca. Chegou a parar na delegacia da Tijuca, para uma busca mais refinada sobre seu histórico. Ao ser abordado ficou nervoso, e errou o sobrenome, como os agentes não encontravam o seu registro no Detran ele foi levado para uma averiguação. Com apenas 12 anos passou horas na delegacia até que conseguissem encontrar o seu registro e só depois dessa varredura foi liberado⁵⁹. Segundo sua mãe o Pedro é muito visado pelos policiais por ser um

⁵⁹ **Diário de campo 4 de março de 2020:**

(...) Em seguida a amiga de Vitória disse para Lohan que ele poderia também poderia dar entrada no Bolsa Família e que ele iria ganhar R\$95,00 por mês. Lohan disse que tinha o problema, pois o pai dele já recebia o Bolsa Família no nome dele. Mas que daqui a pouco ele iria ficar de maior e conseguiria fazer o Bolsa Família por ele próprio. Vitória retornou da conversa com a mulher do Conselho Tutelar. Disse ter acertado com a mulher e iria lá ao Conselho para resolver isso. E que iria colocar Pedro na escola, pois Pedro estava muito tempo sem estudar, porque ela estava sem documentos e não podia ser a responsável legal dele. Lohan então falou que com ele, ele tinha conseguido uma escola, porque a juíza tinha dado um papel para ele, o qual ele levou na escola e fizeram a matrícula dele. Em seguida, a amiga de Vitória falou que ia para praça Gonçalves Ledo para trabalhar. Falei para ela que poderia dar uma carona, porque eu estava de carro. Pedro, Kaka e Lohan disseram que também iria para lá e iriam pegar carona de carro comigo. Mas antes de ir embora pedi para Vitória cantar o rap da IBGE para eu gravar no celular, porque eu usaria para a pesquisa. Vitória cantou o rap e gravei no meu celular. Fomos de carro para Gonçalves Ledo, eu, Kaka, Pedro, a amiga de Vitória e Lohan. No carro, Lohan contou como tinha sido preso pelo Tijuca Presente. Contou que ele estava na praça pedindo dinheiro, quando o policial abordou Pedro e pediu o nome dele para consultar no sistema se Pedro devia alguma coisa. Lohan foi junto com Pedro e o policial pediu o nome dele para também consultar. Lohan disse que de primeira não tinha dado nada no nome dele e que o policial o liberou. Porém 10 minutos depois o policial voltou e disse que ele estava devendo e o levou para o juizado. Lohan ficou 4 dias no abrigo e depois foi solto. E desde então ele conta que todo mês tem de ir ao juizado para assinar durante um ano e meio. Segundo Lohan, ele tem várias passagens, mas na verdade é apenas um processo, porque ele não cumpriu a medida estabelecida pela juíza e por isso foi internado e voltou várias vezes. Lohan contou também que na primeira vez ele tinha sido pego e ficou alguns meses no abrigo. Depois a juíza o liberou, mas determinou que ele voltasse no dia 24 de dezembro. Lohan não retornou e por isso ficou com o processo em aberto. Lohan contou não ter retornado, porque não queria

menino negro e grande, que todo mundo acredita que ele tem uma idade maior do que ele tem de fato. Dessa forma acaba sendo alvo de recorrentes abordagens.

O local de trabalho de Vitória não é só uma oportunidade para ela devido às doações e ao público mais também por outras possibilidades. Como de conseguir alimentos que passaram da validade na parte do depósito do supermercado. Isso ela me revelou em um dia em que cheguei a sua casa e todos esses filhos estavam com danones, iogurtes e outros tipos de guloseimas que não são baratos. Ela me contou que o depósito do mercado tinha descartado esses produtos, mas que ela e as outras conseguiram pegar algumas caixas. Como sempre de bom humor, Vitória contava a história em meio a gargalhadas.

Todo esse saber dela, a *competência circulatória*: os locais, as oportunidades e tudo mais foram apreendidos em anos de vivência pela região da Grande Tijuca como ela sempre gosta de falar. Um longo processo desde que ela foi interna na Febem⁶⁰, depois fugiu e virou moradora de rua. Ela se orgulha bastante de conhecer as ruas, lugares, feiras e outras coisas mais da região. Essa *competência circulatória* para além de ser fundamental para conseguir renda é também importante para explorar a cidade. O trecho do diário de campo.

Diário de campo, 09 de novembro de 2021

Nesse sábado eu tinha de ir até a Tijuca para comprar colchão. Como eu sabia que sábado e domingo são os dias mais certos para encontrar com Vitória trabalhando na região, peguei um uber por volta das 10h da manhã e desci na rua Oliveira. Fui andando pela principal rua em direção à praça Gonçalves Ledo. Comecei observando no supermercado Preço Bom para ver se a encontrava, pois é um dos pontos em que ela costuma ficar. Vi algumas pessoas pedindo dinheiro em frente ao mercado, mas nada de encontrar a minha interlocutora. Continuei andando em direção à parte central do bairro pela calçada da direita. Após passar pela Igreja Nossa Senhora Aparecida, avistei as duas filhas de Vitória, Nanda e Camila. As duas estavam em frente a uma loteria. Elas estavam sem máscara, segurando um copo plástico descartável e pedindo dinheiro para quem entrava e saía da loteria. Assim que elas me viram, correram para me abraçar dizendo “Sorriso, o que você está fazendo aqui?”. Respondi que

passar o natal no abrigo para menores. Depois, ainda no carro, Lohan disse que depois de ter sido detido pelos policiais do Tijuca Presente, os policiais não o estavam abordando mais. E contou que da última vez eles tinham abordado Pedro, porém Pedro não conseguia responder o seu nome completo corretamente e por isso foi levado para delegacia e Lohan foi junto com ele. Nesse momento Pedro contou ter confundido o seu nome, porque achava que seu nome era igual ao nome da irmã. Lohan continuou a contar a história e falou que ele e Pedro ficaram na delegacia, na décima nona das 12h até às 17h. Porque segundo Lohan era feriado e os conselhos tutelares estavam fechados. Perguntei a Lohan se eles tinham ficado todo esse tempo sem comer? Ele respondeu que sim, tinham até dado uma comida para eles lá, mas a comida estava velha e azeda. Lohan disse que a comida parecia ser de 3 dias. Depois de 5 horas na delegacia, ele contou que chegou uma mulher do Conselho Tutelar e ela teria dito que Pedro seria encaminhado para um abrigo. Saíram de carro com ela da delegacia, deram algumas voltas pela Tijuca e a mulher perguntou para Lohan se ele levaria Pedro em segurança direto para casa. Lohan respondeu que sim. Então o carro os deixou no Borel e eles retornaram para casa. Quando estávamos próximos da Gonçalves Ledo, Kaka avisou um homem, era um senhor de cabelos grisalhos e de colete. Kaka começou a contar que aquele senhor meses atrás tinha comprado para eles 3 mil reais em roupas na loja South. Pedro entrevistou dizendo que não tinha sido 3 mil, mas 7 mil reais. Lohan respondeu afirmando terem sido 3 mil reais. Deixei os quatro na Gonçalves Ledo e eles seguiram para pedir dinheiro.

⁶⁰ A FEBEM (Fundação Estadual Para o Bem Estar do Menor) era o sistema socioeducativo do estado de São Paulo para crianças e adolescentes em conflito com a lei.

tinha vindo vê-las e a mãe delas também, e questionei onde estava Vitória. Elas responderam apontando que a mãe estava do outro lado da rua. Olhei e estava Vitória sentada em um papelão, com seu filho Lucas no colo. Camila atravessou junto comigo e gritou para mãe: “Mãe olha quem está aqui”. Vitória me recebeu com alegria, Lucas estava brincando com um martelo grande de brinquedo. Pelo visto ele tinha ganhado aquele presente de alguém há pouco tempo. Camila atravessou novamente para continuar o seu trabalho na lotérica. Ao lado de Vitória tinha um senhor, um camelô que vendia artigos de plástico, Vitória estava bem próxima do supermercado Mais Você. A região é bem movimentada com diversos comércios como lojas de temperos, de eletrodomésticos, supermercado e também perto de uma igreja, um centro de Umbanda e de uma das saídas da estação de metrô. Começamos a conversar e falar sobre coisas triviais. Enquanto conversávamos alguns moradores da região passavam e cumprimentavam Vitória e também brincavam com Lucas. Uma senhora de cabelo branco saiu do supermercado e veio na direção de Vitória. Deu para ela uma lata de leite em pó, Vitória agradeceu. Continuamos conversando e veio um senhor que deu um pacote de arroz para Vitória e brincou um pouco com Lucas. Ela guardava ao lado, em cima do papelão as coisas que recebia das pessoas. Após o senhor sair de perto, Vitória disse: “Tá vendo, Sorriso, aqui é assim todo mundo me conhece, conhece as crianças e sempre me dão alguma coisa”. Concordei com ela, de como as pessoas ali tinha um carinho especial por ela e pelas crianças. Vitória comentou onde almoçava, pois o dono de um bar dava para ela e as crianças comida etc. Eu queria ficar mais tempo ali para observar o trabalho da minha interlocutora, porém achei que estando ali poderia atrapalhar o trabalho dela e consequentemente ela poderia receber um número menor de doações. Então disse que na semana seguinte passaria na casa dela para conversarmos e ela disse para passar sim. E emendou dizendo que tinha dois gatinhos para eu levar a Doutora lá, para ela levar os gatos para adoção. Nos despedimos e segui em direção à Gonçalves Ledo. No caminho fui observando para ver a localização dos agentes do Tijuca Presente nos arredores, mas surpreendente naquele dia só fui vê-los na altura do Clube Caiçara, cerca de 800 metros do local onde estava minha interlocutora.

Como revela o diário de campo, o local de trabalho de Vitória é de suma importância para conseguir doações e alimentos. Ela conhece muita gente na região, seus filhos também já são conhecidos. Como o senhor que passou e brincou com Lucas ou a senhora que deu para ela uma lata de leite em pó. Toda essa interação com as pessoas daquela região do bairro é para Vitória um ativo importante, por meio do qual consegue maximizar seus ganhos. Funciona tanto como proteção e como uma forma de ter uma “clientela”.

A localização próxima de um mercado ajuda, pois as pessoas geralmente podem comprar no mercado um alimento pedido por ela ou na padaria na mesma calçada. E do outro lado da rua tem uma casa lotérica, comércio de grande circulação em que muitas pessoas fazem pagamento em dinheiro. O famoso troco sempre rende alguma doação na saída e estrategicamente estão suas filhas Nanda e Camila na porta pedindo um trocado, um dinheiro e uma ajuda. O local onde Vitória está assentada contribui muito para um melhor desempenho do seu trabalho, mesmo sendo invariavelmente acossada pelos agentes de segurança.

Uma das ocasiões em que Maria dos filhos demonstrou esse conhecimento foi em janeiro de 2020, quando ela estava entusiasmada com a proximidade do dia de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro. Ela contou-me como estava se preparando para chegar cedo na porta da Igreja, na Tijuca, para conseguir doações dos féis. Pois nesse dia a igreja fica muito cheia devido aos devotos e as várias missas. Vitória foi junto com os filhos mais novos para ficar perto do portão de entrada com copos, para recolher as moedas doadas pelos

frequentadores. O que revela não só um conhecimento dos lugares, mas também sobre sazonalidade.

Quando converso sobre como foi a vida dela na ocupação IBGE, ela disserta sobre momentos felizes, casos engraçados, mas também revela situações de sofrimento: acerca de um filho seu ainda bebê que morreu, sobre as inúmeras brigas com seu filho já falecido e com seu marido Mais de Mil. Mas, dentro todas essas questões negativas, as que mais a incomodaram foram as operações policiais da UPP da Mangueira. Foram algumas vezes que ela relatou sobre invasões de dia e de noite, de tiroteio, de espancamento, truculência e outras mais.

Antes da remoção dos moradores da ocupação o programa das Unidades de Polícia Pacificadora já estava em plena decadência devido as diversas questões que não vêm ao caso aqui⁶¹. Com a decadência da UPP da Mangueira, a violência na ocupação como na favela arrefeceu, porém ela passou a sentir na pele o controle exercido por um novo dispositivo de segurança, agora nas ruas do asfalto, no local de trabalho dela. Se antes a violência estava no local de moradia, então passou para o local de trabalho.

Para os moradores de favela ocorreram algumas mudanças a partir da decadência das UPPs, contudo a opressão e violência antes concentradas nas favelas foram deslocadas para os bairros, o que configura uma das minhas hipóteses a partir dos relatos do trabalho de campo. Minhas interlocutoras revelam que agora sofrem menos no seu local de moradia, porém ainda sofrem com as ações violentas dos agentes de segurança do Estado, agora passam por essa situação de forma distinta nas ruas dos bairros da cidade. Apesar do programa Segurança Presente atuar em grande parte em bairros nobres e da Zona Sul da cidade, o programa hoje atende a bairros em todas as quatro zonas da cidade provocando múltiplos efeitos.

Não é uma coincidência entre o número de agentes na principal rua do bairro, pois é uma localidade repleta de comércios. Apesar de um dos motes da operação ser garantir supostamente uma maior segurança para as pessoas, na prática esse programa configura-se com um dispositivo para garantir uma maior segurança para os comerciantes, como demonstra sua distribuição do efetivo, dos carros, das motos e da própria base do programa localizada na Praça Gonçalves Ledo. A concentração dos policiais militares nessas regiões dificulta e impede a atuação de muitas pessoas “indesejáveis”. Trago, abaixo, um trecho do diário de campo em que minha interlocutora relata ter passado por mais uma das perseguições de agentes do programa:

⁶¹ Ver mais sobre o tema em: Márcia Leite (2014) e Marcia Leite (2020).

Diário de Campo 18 de fevereiro de 2020

Cheguei na casa de Vitória por volta das 10h da manhã. Ela estava em casa, as crianças também estavam, mas ainda estavam dormindo no quarto e na sala. Ela me convidou para entrar e ficamos sentados na sala conversando. Vitória gritou para uma das suas amigas que veio até a sala, e deu a ela uma quantidade de dinheiro para comprar três copos de café. Enquanto sua amiga foi comprar café, minha interlocutora foi contanto o quanto estava animada para as crianças voltarem logo para escola, porque ela não aguenta mais. Porque é o dia inteiro um brigando com outro, é um inferno geral. Vitória contava que ela não tinha sossego, pois o tempo todo era ela tendo que separar a briga entre os irmãos. E completou dizendo que a Nanda é muito implicante, que ela implica o tempo todo com o irmão Pedro e às vezes os dois saem na porrada e ela tem que bater em todo mundo ou separar a briga. E que ela já está cansada demais para isso. Perguntei a ela se o Pedro está matriculado? Ela respondeu que sim, o Pedro estava matriculado e que finalmente agora ele voltaria a estudar, pois já tinha passado da hora. E emendou dizendo que todo mundo vai estudar, que ela não quer mais filho na rua, filho sem fazer nada. E avisou que até mesmo a sua filha Kailane vai voltar para escola assim que a filha sair do peito. Disse que até já estava vendo e comprando o material escolar de cada um, para todos irem para escola cada um com seu material bonitinho. Mas então ela reclamou que no sábado estava na Tijuca e perdeu uma mochila que uma moça ia dar para o Lucas e que ela estava muito revoltada com aquilo. Perguntei a Vitória como isso tinha acontecido. Ela então me explicou o que ocorreu em um tom de muita revolta. Vitória contou que estava junto com o Lucas e Camila em frente às Lojas Americanas na praça Gonçalves Ledo. E estava pedindo as pessoas que entravam na loja para comprar uma mochila para o Lucas, porque ele começaria as aulas em poucos dias. E se pudesse ser uma mochila do homem aranha seria melhor ainda. Uma senhora topou comprar a mochila, pediu para ela esperar que voltaria com a mochila para dar para o Lucas. Enquanto, eles aguardavam do lado de fora a senhora voltar com a mochila tão desejada por Lucas, vieram os agentes do Tijuca Presente correndo e gritando. Vitória não pensou duas vezes, pois não sabia se eles estavam vindo em sua direção. Ela saiu correndo junto com os seus filhos fugindo dos agentes e nisso acabou perdendo a mochila do homem aranha. Ela ficou xingando e reclamando, pois ela queria muito dar a mochila para o seu filho caçula e disse: “o governo já não me dá nada, ainda me tira as coisas”. Mas ela disse que não desistiria que voltaria lá para encontrar a senhora, porque ela já tinha lembrado de vê-la em outras ocasiões passando nas ruas da Tijuca.

O diário de campo acima reflete um pouco das agruras enfrentadas pela minha interlocutora nas ruas da Zona Norte do Rio de Janeiro. Ao conseguir a doação de uma mochila para o seu filho, que começaria o ano letivo escolar em poucos dias. Vitória não conseguiu receber a mochila prometida pela mesma. Pois, a chegada de agentes do Tijuca Presente correndo foi o que bastou para ela fugir junto dos seus filhos e deixar para trás a tão sonhada mochila do homem aranha.

A situação de Vitória em dívida com a justiça faz com que sua condição ainda mais delicada, pois ela pode ser presa a qualquer momento. Ou pelo menos ela sentia esse perigo constantemente. Ao ver os agentes correndo em sua direção, por mais talvez não fosse ela a pessoa a qual eles estavam perseguindo, ela não pensou duas vezes e saiu em fuga. Mesmo deixando para trás um dos sonhos do seu filho, uma mochila do badalado super-herói, o homem aranha. Uma chance perdida, mais um bem perdido, devido ao dispositivo de segurança.

A frase da minha interlocutora é profundamente importante para pensar o Estado e suas práticas, quando ela diz “*O governo não me dá nada, só me tira*”, logo, após perder uma mochila muito desejada pelo seu filho. Reflete como o Estado tem sido duro para com os pobres

urbanos e especialmente para quem não tem acesso a nenhuma política pública. A primeira parte da frase é destinada ao fato de Vitória não receber nada do Estado, os benefícios sociais. Com o nome “sujo” ela está excluída de participar dos programas sociais. E a segunda parte da sentença reflete sobre aquilo que ela perde sendo impedida de trabalhar nas ruas. O caso da mochila não conseguida por ela em seus agenciamentos para sobreviver na adversidade e perdida pela intervenção dos agentes aponta de maneira fidedigna para essa conclusão.

A longa caminhada de Vitória desde que passou a ser uma foragida da justiça teve fim justamente pelos agentes do Tijuca Presente. Duas semanas antes de Vitória ser presa ela me ligou umas três vezes⁶². Apenas na terceira vez nós conseguimos nos falar e ela explicou que estava muito preocupada, porque os agentes estavam em busca dela. Estavam mostrando fotos dela junto dos seus filhos para as pessoas, perguntando se a conheciam, entre outros questionamentos. Ela queria saber se eu ou Carlos Eduadrdo tínhamos conhecimento da existência de um novo mandato de prisão contra ela. Respondi que não sabia, mas tentaria ver com o advogado se tinha alguma novidade no caso dela. E que iria visitá-la em breve.

Duas semanas depois, no domingo, 4 de fevereiro de 2022, por volta de meio-dia, recebi uma ligação de um número desconhecido. Era uma das amigas de Vitória, ela ainda estava muito nervosa ao telefone, me contou que minha interlocutora tinha acabado de ser presa naquela manhã. Recebi a notícia com muita tristeza e preocupação, pois sabia o quanto Vitória temia ser novamente encarcerada. Perguntei como tinha sido, se as crianças estavam bem e em que delegacia ela se encontrava. Ela respondeu apenas a uma parte das minhas questões, pois também ainda não tinha muitas informações.

Ao final, eu disse que estava em São Gonçalo, que terminaria de almoçar e partiria para encontrá-la na décima 9º delegacia da Tijuca⁶³. Quando acabei o almoço, recebi uma nova ligação de outra amiga de Vitória que estava na delegacia. Ela explicou que Mais de Mil já tinha chegado lá, que ele conseguiu pegar o Lucas e evitar que o menino fosse encaminhado para o Conselho Tutelar. Explicou-me também que na segunda-feira haveria uma audiência de

⁶² Vitória não tem celular, quando ela me liga é através do celular de alguma amiga ou da sua filha Kailane. Porém, Vitória sempre me liga através da ligação do *whatsapp*, em que é necessário que os dois estejam on-line. Como nas duas primeiras ligações eu não estava on-line nós não conseguimos nos falar.

⁶³ Ao receber a ligação com a triste notícia da prisão de Vitória me senti muito mal e especialmente culpado. Quando ela me ligou duas semanas antes foi para me pedir ajuda e também para saber se Carlos Eduardo tinha conseguido avançar em relação ao processo dela. Fora inúmeras vezes, ao longo dos três anos, em que ela me cobrou sobre o seu processo. Muitas das vezes eu não tinha o que fazer, pois dependia do advogado, que por sua vez dependia da justiça e demais amigos abrirem o pedido de anulação da pena de Vitória. Não pude contribuir de uma maneira mais sólida para evitar a sua prisão. Essa culpa só em parte foi aliviada quando Vitória conseguiu a liberdade.

custódia e que teria chances dela ser solta. Ela ficou de me dar mais informações e disse que eu não precisava ir até lá. Prometi que falaria com o advogado para ver o que ele poderia fazer e que no máximo na terça eu iria até a Mangueira.

Todas as estratégias de Vitória para escapar do cárcere e continuar trabalhando nas ruas não foram suficientes para driblar a vigilância e o controle excessivo implementados pelo dispositivo de segurança. Nesse período de vida da minha interlocutora, não consegui visitá-la, nem mandar produtos de limpeza ou alimentos. Ela ainda não tinha acesso a visitas. A única forma de ajudá-la era enviando dinheiro através do PIX⁶⁴, mas fiquei receoso e não enviei dinheiro para Vitória. Mas recebi uma foto pelo *whatsapp* dela na cadeia, em que ela estava sorridente ao lado de outras companheiras de cela e com a cabeça raspada.

Após 15 dias na prisão ela conseguiu a liberdade e me revelou que os agentes do Tijuca Presente já estavam a vigiando há algum tempo. Segundo Vitória, eles apresentaram na delegacia as fotos dela e de seus filhos pedindo dinheiro nas ruas da Tijuca em vários dias distintos. Segundo ela me contou a acusação apresentada pelos policiais na delegacia foi de exploração de menores.

Não foi apenas Vitória que foi vítima dessa investigação dos agentes, pois sua filha Kailane também foi fotografada com sua filha de 1 ano pedindo dinheiro na rua e também uma amiga dela, a Baldi, que também levava sua filha. Ao prenderem Vitória, os policiais avisaram que as duas também estavam sendo procuradas e que o Conselho Tutelar também estava no encalço delas. Ou seja, havia uma investigação realizada com profundidade para prender essas mulheres que trabalhavam nas ruas da Tijuca pedindo dinheiro acompanhadas de seus filhos.

Como pedir dinheiro não é uma atividade ilegal, a solução foi utilizar as crianças e adolescentes para tipificar sua circulação e seus expedientes de sobrevivência como uma atividade ilegal: exploração de menores. Foi a partir do crime previsto no artigo 232, da lei 8.069/1990 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (BRASIL, 1990) que os policiais agenciaram para efetuar a prisão de Vitória, que foi ainda mais agravada pois, ao chegar na delegacia, descobriram que ela tinha evadido do sistema prisional. Todo esse corolário resultou no retorno de Vitória para a cadeia.

⁶⁴ O PIX é um novo sistema de pagamentos bancários implementado pelo Banco Central do Brasil, em novembro de 2019. É um modo de transferência bancária, sem cobrança de impostos por meio de aplicativo bancário no celular ou no computador com acesso a internet. As transferências podem ser realizadas tanto por contas pessoais e como de pessoas jurídicas.

A prisão de Vitória não pode ser descontextualizada de uma das cenas que presenciei junto dela na Jorge Judge, em Vila Isabel no ano de 2019. Quando o segurança particular da feira a ameaçava. O segurança não queria que ela pedisse dinheiro na feira, pois dessa maneira ela incomodava os clientes. E utilizou de duas estratégias para ameaçá-la: a primeira de chamar os agentes do Vila Isabel Presente e a segunda de chamar o Conselho Tutelar, pois ela estava acompanhada dos seus filhos. Em busca de refúgio e proteção das ameaças Vitória ficou ao meu lado com seus filhos por um bom tempo, enquanto o segurança passava a encarava com um olhar ameaçador.

Retornando a essa cena do início de 2020, é possível pensar como o Conselho Tutelar é operado para criminalizar pessoas em situação de rua, pedintes, ambulantes, mães solas, entre outros. O fato de estarem acompanhadas de seus filhos configura um instrumento de criminalização, como também para ser um objeto de chantagem, uma *mercadoria política*, por parte dos agentes de segurança. De um lado, as mães sabem que levar os seus filhos tanto para vender uma bala ou para pedir dinheiro pode gerar um aumento das doações e ganhos, já que as crianças acabam sensibilizando os clientes e transeuntes que acabam dando uma gorjeta mais generosa, ou compram uma bala para ajudar.

Não posso deixar de citar que muitas são mães solo e por muitas vezes não tem um companheiro ou alguém para ficar com seus filhos enquanto elas saem para trabalhar. Como a própria Vitória expressou após a sua prisão: “*Se eu não trabalho eu não tenho o que comer.*” Acaba sendo uma encruzilhada difícil entre escolher o caminho de trabalhar e aumentar um pouco do ganho levando o filho em companhia ou não trabalhar e lidar com uma situação ainda mais aterradora de necessidade, fome e falta de dinheiro para as necessidades básicas.

Nessa mesma linha de análise, a possibilidade de deixar as crianças em casa e ir trabalhar sem elas também pode configurar uma ilegalidade. Já que o Conselho Tutelar também pode alegar que a mãe deixou os menores de idade em situação de abandono de incapaz, previsto no artigo 133 do Código Penal, o que pode resultar em perda da guarda e até prisão para o responsável. São algumas das mazelas expostas nessa relação entre as mulheres vulneráveis. No caso de Vitória tem ainda uma questão muito mais profunda: o trauma que ela sofreu há alguns anos.

Em 2004, quando ela foi presa por furto e aliciamento de menores. Vitória estava acompanhada do casal de seus filhos mais velhos. Maria dos filhos foi enviada para o presídio e seus filhos foram enviados para o abrigo. E, depois de algum tempo, a filha foi encaminhada

para adoção. Essa é uma dor ainda é grande para a minha interlocutora, que nunca se conformou de ter pedido sua filha. Em suas falas, ela direciona a culpa muito mais para juíza do que para o Conselho Tutelar. Contudo, não dá para retirar o papel que o Conselho Tutelar exerceu na adoção da sua filha.

O Conselho Tutelar na minha etnografia apresenta-se quase sempre como um instrumento de coerção e de violência e nunca como um lugar de acolhimento ou ajuda para mulheres vulneráveis e seus filhos. Em tese, para essas mulheres o Conselho Tutelar é o Estado interessado em “tomar” os seus filhos ou, no mínimo, processá-las por não terem condições financeiras de proporcionar aos seus filhos os padrões de vida estabelecidos pelo órgão público. Nesse sentido, o Conselho Tutelar é muito mais concebido como uma instituição com um caráter punitivista do que uma instituição de acolhimento e ajuda para as mulheres e mães solas

Vitória desde que foi presa não tem a guarda legal dos seus filhos, que primeiro sob a guarda do pai, responsável por registrá-los e assumir as demais responsabilidades pelas crianças. Em seguida, quando Mais de Mil foi preso a guarda das crianças passou para sua irmã. Contudo, as crianças nunca viveram com a tia e sempre com Vitória. Entretanto, ela enfrenta dificuldades para acessar determinados órgãos públicos em nome das crianças, em especial a escola. No caso da Clínica da Família, ela não enfrenta tais situações, pois as servidoras são compreensivas com a situação da minha interlocutora.

O contexto em que Maria dos filhos foi presa em 2004 é distinto do novo governo do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Este retornou à cadeira de alcaide da cidade em 2021. Os seus primeiros dois mandatos entre 2008 e 2016 ficaram marcados por operações, ações e políticas públicas de ordenamento da cidade. Muitas delas tinham como claro objetivo limpar o espaço urbano de pessoas consideradas como indesejáveis da cidade. Como revela Raquel Carriconde (2019) sobre as operações de recolhimento arbitrário de pessoas em situação de rua. Há anos não ocorriam casos de confrontos entre camelôs e guardas municipais devido a apreensão de produtos, mas isso também voltou a ocorrer a partir de 2022 na Tijuca (BOECKEL, 2022)

Na quarta-feira, 23 de fevereiro, recebi a notícia por meio de Nêga, amiga da minha interlocutora, que finalmente ela tinha saído da cadeia, “Lili cantou”. No dia seguinte fui até sua casa para visitá-la. Ela estava alegre pela liberdade e me contou como tudo tinha acontecido. Não só sobre o ato da prisão, mas também sobre o período de duas semanas que passou

encarcerada no presídio de Benfica e depois no presídio feminino do Complexo de Bangu. Sobre o período no cárcere não abordarei agora, pois aprofundarei no Capítulo seguinte. Agora me dedicarei apenas ao dia da prisão.

Como faz há alguns anos, Vitória estava em uma das principais ruas da Tijuca, próxima do mercado Preço Bom sentada com seu filho Lucas e sua neta no colo pedindo dinheiro. Enquanto suas duas filhas mais novas estavam em frente a ela do outro lado da rua também realizando a mesma atividade em frente a uma lotérica. E sua outra filha Kailane estava a poucos metros na mesma calçada também pedindo dinheiro por volta de 10h da manhã. Ela conta que foi tudo muito rápido e que não teve tempo de correr. Segundo Kailane até teria tempo de sua mãe fugir, mas ela disse: “*Minha mãe foi lerda*” e por isso não conseguiu escapar.

Vitória revela que quando deu por si os agentes do Tijuca Presente estavam vindo na calçada dos dois lados já gritando: “*Perdeu perdeu! Não corre ,não! Não corre!*”. Ela se levantou com sua neta no colo, pensando para onde poderia correr e fugir. E viu que suas outras duas filhas do outro lado da rua já estavam correndo. Em questão de segundos, Kailane veio correndo pegou a neta de seu colo e saiu em disparada. Maria dos filhos foi procurar pelo seu filho Lucas que estava atravessando a rua sozinho correndo, apavorado, em meio aos carros e ônibus. Quando viu seu filho em risco de ser atropelado ela desistiu de fugir, pois ficou com medo de acontecer uma tragédia.

Os agentes a prenderam e também detiveram o Lucas. Os demais conseguiram fugir e foi Kailane que, chegando em casa, avisou aos amigos de Vitória que ela tinha sido presa. Depois de ser presa, ela foi encaminhada na van da operação para 10º delegacia de polícia, na Tijuca. E lá ficou junto do Lucas. Ela conta também que, depois de um tempo, chegou à delegacia a conselheira tutelar para tratar dos trâmites em relação ao seu filho.

E na delegacia os agentes disseram já estavam há um bom tempo no encalço dela. Já tinham muitas fotos dela com as crianças na rua pedindo dinheiro, o que configuraria a acusação de exploração de menores e situação de vulnerabilidade. Os agentes também afirmaram que ela tinha sido denunciada, por exploração de crianças e adolescentes. E por isso teve início a investigação que resultou em sua prisão. Vitória revelou ter sido na delegacia que os policiais civis, ao checarem os seus dados constataram que ela era foragida.

Vitória contou que nesse tempo na delegacia ficou nervosa não em relação à sua situação em si, porque cadeia por cadeia ela já sabia o que era, mas a sua preocupação era devido a seu

filho Lucas. Ela não queria de forma alguma que ele acabasse em um abrigo para menores, pois foi assim que ela perdeu sua filha. Ela só se acalmou, quando sua amiga Marcilene e depois em seguida o seu marido chegaram.

Na delegacia, ela conta que o delegado avisou que Baldi e Kailane também estavam sendo procuradas pelo mesmo motivo de terem sido flagradas levando seus filhos para pedir dinheiro nas ruas da Tijuca. E que, em breve elas também seriam presas; que elas tinham conseguido fugir dessa vez, porém não conseguiriam fugir novamente. Vitória passou algumas horas na delegacia e só já na parte da noite foi levada para o Ponto Zero. O Ponto Zero é a cadeia de Benfica, onde é feita a triagem e depois os detentos são encaminhados para os presídios de acordo com sexo, idade, crime, território ou facção criminosa.

Esse é o relato de Vitória da sua prisão, que pode ser considerado como uma prisão esperada, devido a todo o aparato de segurança criado para não permitir a circulação de pessoas indesejáveis em determinadas áreas do bairro da zona Norte. No dia seguinte, Kailane revelou ter ido até o CRAS para resolver a sua situação em relação ao Conselho Tutelar e evitar que tivesse o mesmo destino da mãe. Brenda, que estava comigo, estava auxiliando ela tirar seus documentos para ficar em situação regular, pois ela não tinha título de eleitor e CPF.

A prisão de Maria dos filhos não demonstra ser o fim do seu trabalho ou da sua circulação pelas ruas do bairro de classe média, da Zona Norte, do Rio de Janeiro. Pois no mesmo dia ela disse para mim “*Se eu não trabalhar os meus filhos morrem de fome, eu tenho que descer*”. Essa frase aponta como circular e pedir é sim uma atividade econômica para Vitória e sua família. Ainda não tenho informações para analisar como ela vai driblar os agentes de segurança e continuar conseguindo seu sustento nas ruas. Contudo, posso apontar que novas estratégias da *arte do contornamento* serão desenvolvidas por ela para conseguir sobreviver e prover comida para os seus filhos.

Encerro essa parte com a prisão, pois de certa forma era algo esperado dentro do contexto carioca, desde 2014 em determinados bairros do Rio de Janeiro. A Operação Segurança Presente veio como um instrumento para manter as ruas livres de pedintes, pessoas em situação de rua, ambulantes e camelôs sem autorização ou alvará. Dessa forma dificultando ainda mais quem circula e quem trabalha nas ruas da capital fluminense, criando territórios proibidos, espaços de segurança ou de extrema vigilância em que é preciso ser muito criativo e muito habilidoso para não cair nas mãos dos agentes sempre prontos para efetuar abordagens e prender quem não é indesejado.

2.3 Segurança Presente: um novo dispositivo securitário

Para analisar a trajetória de minha interlocutora nos últimos anos, que encerrei como último episódio a sua prisão, em fevereiro de 2022, pelos agentes do novo dispositivo de segurança, criado na cidade do Rio de Janeiro em 2014, mas que se expandiu e cresceu vertiginosamente nos últimos anos: o Segurança Presente. A organização e funcionamento das bases Tijuca Presente e o Vila Isabel Presente são importantíssimas para compreender os desafios e efeitos na vida de Vitória Silva para trabalhar e prover renda para sua família, portanto discorrer sobre essa política pública de segurança é fundamental.

O programa securitário tem como uma das inspirações a política de segurança nova-iorquina Tolerância Zero, criada pelo ex-prefeito republicano Rudolph Giuliani na década de 1990. O mesmo esteve presente na inauguração das bases Méier Presente e Lagoa Presente, em 2015 (MAZZURANA, 2020). O dispositivo também é assentado na tese “Janelas Quebradas”⁶⁵ desenvolvida por pesquisadores James Q. Wilson e George L. Keeling, da Escola de Chicago. Essa teoria também serviu de base para as Unidades de Ordem Pública, como revela Pricila Loreti (2014).

A mensagem enviada pelo então governador Wilson Witzel (PSC) para a ALERJ, reivindicando a aprovação da Lei de Criação do Fundo estadual de Fomento ao Programa Segurança Presente traz alguns dos objetivos claros do dispositivo de segurança como: ações de ordenamento público, contribuição para o ambiente de negócios, serviço de assistência social as pessoas em vulnerabilidade social, policiamento de proximidade e atendimento hospitalareiro e respeitoso (MAZZURANA, 2020).

O Segurança Presente é um dos novos dispositivos de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. O programa nasceu na esteira dos megaeventos sediados pela metrópole fluminense na segunda década do século XXI. Cresceu em número de bases principalmente depois de 2019; hoje já conta mais de 35 bases espalhadas por 9 cidades da região

⁶⁵ A teoria das janelas quebradas "*broken windows theory*" nascida nos Estados Unidos no século XX. A teoria é fundada na metáfora de uma janela quebrada, que se não for de imediato reparada produzira novos danos, novas depredações.. A premissa é de que uma janela quebrada promove uma ampliação da destruição do local, portanto faz se necessário reparar o mais rápido, evitar que janela fique quebrada. Na política de segurança os pequenos delitos devem ser reprimidos, porque caso contrário crescerão e desenvolverão para crimes mais potentes.

metropolitana⁶⁶. O programa é menos badalado do que foram as Unidades de Polícia Pacificadora, mas é popular e bem aceito por parcela da sociedade carioca e das demais cidades fluminenses. A reportagem com o título “Comerciantes temem fim do Centro Presente” apontou em 2019 (DIÁRIO DO RIO, 2019), quando a base do Centro Presente foi ameaçada de encerramento, devido a falta de patrocinadores, o que gerou manifestações e mobilizações em defesa da continuidade⁶⁷.

Com a decadência das UPPs, o programa Operação Segurança Presente passou ser um dos carros chefes de propaganda do governo estadual na área da segurança pública, como demonstra a recente disputa em 2021, entre prefeitura de Niterói e o governo estadual para definir quem financiaria o novo contrato da base Niterói Presente (SODRÉ, 2021)⁶⁸. O sucesso do dispositivo, muito elogiado por moradores e comerciantes de Niterói, mas desde seu início integralmente financiado pela prefeitura. O governador Cláudio Castro (PL) não renovou o contrato com a prefeitura; assinou um novo contrato em que o governo estadual passou a financiar integralmente o programa. O que revela o quanto a política pública é um ativo para os políticos fluminenses.

O programa securitário nasceu em 2014, a partir da criação da base Lapa Presente, uma operação de vigilância, patrulhamento ostensivo e controle da região turística e de intensa vida noturna (G1 RIO, 2014). A criação do programa e da sua primeira base no bojo dos grandes eventos esportivos, pois naquele mesmo ano o Rio de Janeiro sediaria a Copa do Mundo de futebol e dois anos depois os Jogos Olímpicos Rio 2016 (SARDINHA, 2020). Portanto, é nessa esteira que vem essa nova política pública com foco em uma das regiões mais atrativas da cidade. No site oficial do programa ele é definido como:

A Operação Segurança Presente é um modelo de policiamento de proximidade que complementa a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de promover ações de segurança pública, cidadania e atendimento social, as operações visam um ambiente mais seguro e acolhedor aos moradores, comerciantes e turistas das regiões onde atua⁶⁹. (Site: <https://www.seguranca presente.rj.gov.br/>)

⁶⁶ São Gonçalo, Duque de Caxias, Itaguaí, Paracambi, Japeri, Queimados, Niterói, Nova Iguaçu, Belfort Roxo e São João de Meriti.

⁶⁷ Disponível em: < <https://diariodoporto.com.br/centro-presente/>>. Acessado em 14 de abril de 2022.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.seguranca presente.rj.gov.br/>. Acessado em 14 de abril de 2022.

O texto menciona que a equipe é formada por assistentes sociais, policiais militares e civis e egressos das Forças Armadas. E o texto também defende tratar-se de um policiamento de proximidade. O portal também exhibe, com bastante entusiasmo, estatísticas das ações realizadas pelo programa ao longo dos oito anos de sua existência: milhares de ações de assistência social, milhares de mandatos de prisão cumpridos, milhares de pessoas conduzidas para delegacias e milhares de desaparecidos encontrados. Além dos números, muitas mensagens positivas e de agradecimento pelo serviço de cidadãos fluminenses são exibidas.

Como apontam Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019) o programa de segurança pública é estritamente com foco na segurança patrimonial, ou seja, é voltado para proteção das lojas, comércios, shoppings e residências. E sua concepção é justificada a partir do crescimento do número de crimes contra o patrimônio, demanda agenciada pelo setor privado. Tem como principal financiadora uma instituição patronal: Fecomércio⁷⁰. O agenciamento das entidades patronais resultou no dispositivo de segurança⁷¹. Como definem Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019):

Trata-se de um programa de proteção patrimonial cujo objetivo é estimular o comércio carioca. Por isso, a sua atuação se concentra em áreas de apelo turístico, como o Aterro do Flamengo e a Lagoa Rodrigo de Freitas, ou de forte atividade comercial, como o Centro, a Lapa e o Méier. Logo no início do “segurança presente”, o então secretário de segurança pública, Jose Mariano Beltrame, se disse não informado sobre o programa e classificou a iniciativa como segurança privada semelhante à “vigilância de shopping”. Para Beltrame: “O problema desse tipo de patrulhamento é que eles (os agentes) não trabalham em cima da mancha criminal. Quem paga leva” (O GLOBO, 10/12/2015). Já o então secretário de governo do Estado, Paulo Melo, esclareceu, em defesa ao programa, que a escolha das áreas foi feita a pedido do cliente e que, “como em qualquer lugar do mundo, quem financia escolhe” (PÚBLICA, 19/02/2016). (HIRATA; GRILO, 2019 p.29)

O sucesso da base Lapa Presente abriu caminho para o surgimento de novas que foram se expandido nesses últimos anos por diversos bairros da antiga capital federal. E gradativamente foi consolidando como uma política de segurança pública relevante (o que não era até 2016, quando todos os esforços ainda estavam voltados para o combate ao tráfico de drogas ilícitas no varejo nas favelas através do programa das UPPs. A virada do eixo de combate

⁷⁰ Fecomércio é uma federação de sindicatos patronais, reúne 61 sindicatos patronais fluminenses de todo o comércio de bens, serviços e turismo.

⁷¹ O programa Segurança Presente possui distintas formas de financiamento de acordo com cada uma de suas unidades, mas os principais financiadores são o governo estadual, a Fecomércio-RJ⁷¹ e as prefeituras das respectivas cidades atendidas pelo programa. A proporção de cada um dos financiadores varia conforme o contrato firmado. Em geral são contratos de 2 anos, podendo ser renovados. No exemplo que citei acima, do Niterói Presente, ele era financiado em 60% pela prefeitura de Niterói e a parte restante pelo governo estadual

à criminalidade ocorreu por volta de 2016, ao fim da cadeia dos grandes eventos esportivos na metrópole fluminense.

A criação da primeira base com o objetivo de combater a criminalidade nos bairros e garantir a segurança para comerciantes, frequentadores e turistas. Um segundo propósito dessa política é a busca em combater supostamente crimes bárbaros que marcaram a cidade, como o trágico assassinato de um jovem estudante universitário, Conrado Chaves Paz, de 19 anos a facadas por um usuário de crack, em 30 de novembro de 2013 (SARDINHA, 2020). A criação da base Lapa Presente teria sido uma resposta ao crime e a partir de uma demanda de comerciantes para a solução da criminalidade corrente no bairro.

Crimes de grande repercussão na mídia foram gatilhos para o surgimento de outras bases de operação, como a base Lagoa Presente criada, em 2015. Esta base foi criada pouco tempo depois do assassinato do médico cardiologista Jaime Gold,⁷² a facadas, quando foi assaltado por três adolescentes na orla da Lagoa enquanto andava de bicicleta. O crime teve ampla repercussão não só estadual, como nacional, tendo como efeitos manifestações em defesa da paz⁷³, pelo fim da violência e especialmente em defesa da redução da maioridade penal.

Segundo as investigações iniciais, os autores do crime eram três adolescentes (o que suscitou mais uma vez a discussão na agenda pública por maior punição para jovens infratores e políticas de encarceramento para crimes violentos cometidos por crianças e adolescentes). Diversos foram os efeitos produzidos pelo crime, como leis de criminalização do roubo de bicicletas e a posse de armas brancas, todas aprovadas em tempo recorde na ALERJ. Contudo, por parte do Executivo estadual a solução foi a criação do Lagoa Presente, em dezembro de 2015. Nesse mesmo ato foram criadas também as bases: Méier Presente e o Aterro Presente.

No mesmo ano em que o governo estadual regulamentou o programa em forma de legislação. A partir dos decretos n. 45475/2015 e n. 45702/2015 (SARDINHA, 2020), foi regularizado o convênio reunindo governo estadual, Fecomércio-RJ (Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro), Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social e Prefeitura do Rio de Janeiro. A regulamentação do programa, além de definir a remuneração

⁷² Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/05/medico-e-esfaqueado-na-lagoa-rodrigo-de-freitas-rj.html> > Acessado em 14 de abril de 2022.

⁷³ Em 2015 foi colocado um mural em homenagem médico cardiologista Jaime Gold e policiais militares assassinados pela ONG Rio de Paz. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/ong-instala-placas-em-homenagem-a-criancas-e-pms-mortos-no-rio-07012021> >. Acessado em 14 de abril de 2022.

dos agentes, firmou o acordo de que as partes envolvidas financiariam a iniciativa, porém sendo a Fecomércio-RJ a principal financiadora.

O contexto de nascimento do novo dispositivo securitário era o dos preparativos para a cidade do Rio de Janeiro sediar grandes eventos esportivos. Muitas intervenções e políticas públicas surgiram nesse período com o propósito de transformar e modernizar a cidade em diversas áreas. Na área da segurança pública, a criação e expansão das Unidades de Polícia Pacificadora cumpriram esse papel. No que tange ao ordenamento dos espaços públicos o poder municipal, criou a SEOP (Secretaria Especial Municipal de Ordem Pública), que combateu intensamente ambulantes e camelôs.

A partir de 2015 uma profunda crise de endividamento do estado fluminense colocou em risco a implementação de inúmeras políticas públicas. O governo do estado teve uma queda de arrecadação e um crescimento agudo da dívida pública, o que resultou em um cenário de ausência de pagamentos aos servidores, aposentados e pensionistas. Uma das frases mais ditas naquele período era: “*O estado do Rio está quebrado*”⁷⁴. Nesse sentido, para continuar as transformações era necessária recursos financeiros do setor privado.

Foi nesse momento em que muitas novas bases da Operação Segurança Presente foram criadas, porém sem nenhum investimento direto por parte do governo estadual. A prefeitura do Rio de Janeiro e a Fecomércio-RJ foram essenciais para o financiamento e o crescimento do programa, já que o estado fluminense estava “falido”. De um lado, tinha uma prefeitura preocupada em “modernizar a cidade” (VAINER, 2011) para os grandes eventos e promover o turismo; de outro lado, um sindicato patronal interessado em defender uma antiga demanda dos comerciantes, lojistas e empresários a partir do mote de mais policiamento⁷⁵.

Essa demanda por mais segurança tinha uma lógica já disseminada no senso comum da população carioca. A de que as unidades de polícia pacificadora tinham retirado os policiais do

⁷⁴ No ano de 2016 o estado do Rio de Janeiro decretou o estado de calamidade pública. Em suma, uma profunda crise econômica, falta de orçamento para executar as despesas básicas como pagamento de servidores da ativa, de inativos e pensionistas. Além de uma dívida pública elevada.

⁷⁵ A participação da Fecomércio-RJ é muito importante especialmente nas unidades operacionais da capital fluminense. Essa instituição oriunda dos comerciantes tem um poder importante na escolha da implantação das unidades assim como no posicionamento das duplas de agentes como nas viaturas também. Na Tijuca e em Vila Isabel, os agentes estão posicionados nas regiões de comércio abundante e próximas de grandes comércios, bancos, entre outros. No caso da base Barra da Tijuca Presente, a Multiplan, administradora do Barra Shopping e do Village Mall, firmou um convênio com governo estadual em 2019 e doou 36 bicicletas, 16 motocicletas e 11 viaturas (SARDINHA, 2020).

patrulhamento nas ruas⁷⁶ (MIAGUSKO, 2013) e os transferido para as favelas. Portanto, as ruas da cidade estariam sem policiamento, abandonadas, lócus da criminalidade, o que teria resultado no crescimento de crimes como assalto e furto, prejudicando especialmente os comerciantes e a população. A demanda era: “Necessitamos de policiamento nas ruas”. Entretanto, estávamos em meio a uma das maiores crises do governo estadual sem dinheiro para atender a tal demanda. A solução veio a partir da Fecomércio.

A demanda de mais policiamento e atenção para a segurança pública no asfalto tornou-se uma agenda pública, como define Luiz Antonio Machado da Silva (2008). Naquele período a agenda pública relacionada ao combate à violência urbana era destinada a defender mais policiamento, recursos e esforços para combater os traficantes de drogas ilícitas no varejo, considerados pelo imaginário social como os principais responsáveis pelo cenário de violência carioca. Contudo, a partir da metade da década de 2010, a agenda pública passou demandar a necessidade de dispositivos de segurança, nos bairros para coibir a criminalidade.

Recorrentes notícias de assaltos e furtos, reclamações dos lojistas somadas a dos moradores pressionaram o poder público a dar uma resposta. Como aponta Elizabeth Rondelli (2000), a mídia veicula imagens e reportagens sobre violência que criam um imaginário social e uma demanda para o Estado. E a partir desse repertório discursivo dos meios de comunicação em massa, o Estado age no sentido de tomar medidas para combater a crescente violência.

O ano de 2018, com quatro anos de existência do programa Segurança Presente, que tinha iniciado com uma base e já tinha crescido para 8 bases espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro (todas elas financiadas pela Fecomércio-RJ e pela prefeitura municipal) como revela Sardinha (2020). Esse ano marca o fim do governo de Fernando Pezão (MDB - partido que governou o estado por 12 anos interrompidos) e lançou diversas relevantes políticas públicas na área de segurança pública. Contudo, o governo estadual assumido pelo sucessor de Pezão em meio ao regime de recuperação fiscal, crise abrupta nas Unidades de Polícia Pacificadora e demais problemas sociais.

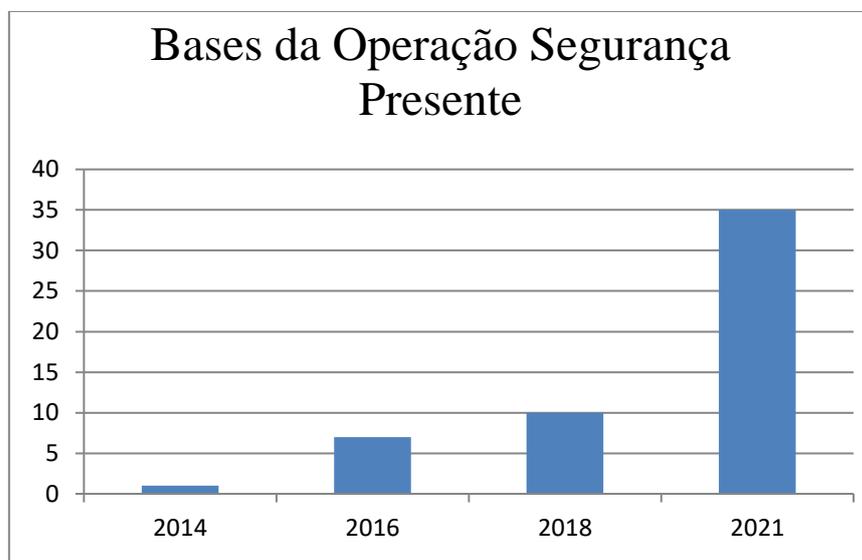
A eleição para o governo estadual em 2018, vencida pelo ex-magistrado federal Wilson Witzel (PSC) produziu uma inflexão vertiginosa no programa securitário que cresceu significativamente, tornando-se uma das políticas mais importantes no campo da segurança

⁷⁶ Na Baixada Fluminense, em São Gonçalo e Niterói também ocorreram muitas reclamações. Para o imaginário social a violência teria crescido depois da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, pois os criminosos teriam fugido das favelas cariocas, para as favelas nas regiões metropolitanas. Ver em Miagusko (2018).

pública. O governador foi eleito com base em um mote “Dar tiro na cabecinha de traficante”, defendendo ilegalmente a execução pela polícia de traficantes de drogas ilícitas armados com fuzis nas favelas. Foi também foi um entusiasta da criminalização do tráfico de drogas ilícitas no varejo, lançando o termo “narcoterrorista” para se referir ao varejo de drogas e colocar peso na criminalização e justificando uma política de repressão mais dura.

Apenas no governo de Wilson Witzel foram criadas 22 duas bases do programa não só na capital como em demais cidades da região metropolitana. Atualmente são 35 (Dados de 2021) bases, o vice-governador Cláudio Castro (PL), que assumiu o cargo após impeachment e em 2022. Ao assumir passou a também ter essa política pública como um dos carros chefes do seu governo. Os lançamentos das novas bases foram celebrados em grandes eventos com a participação do ex-governador e agora do atual, de senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. O gráfico abaixo apresenta o crescimento vertiginoso das bases do dispositivo securitário.

Gráfico 1 - Crescimento das bases do Segurança Presente



Fonte: Dados retirados do Site da Operação Segurança Presente

www.segurancapresente.rj.gov.br/

Um dos parlamentares entusiastas do programa é do ex-deputado estadual Alexandre Knoploch (PSL)⁷⁷, que é morador do bairro. Além de fotos com agentes do programa ele defende uma pauta. Sua pauta é o “Tijuca Presente 2”, que estenderia o patrulhamento para além do Largo da Segunda-Feira em direção a região do Estácio⁷⁸. O parlamentar defendeu o “Vila Isabel Presente 2” para monitorar e revitalizar a área deteriorada próxima da favela Metrô Mangueira e da UERJ. A primeira demanda foi atendida e atribuída pelos meios de comunicação e pelo próprio como fruto do seu esforço⁷⁹.

Esse evento, entre outros, apontam um sucesso do programa e a busca de políticos ligados à “bancada da bala” para se associarem ao dispositivo e fazer do mesmo uma forma de trampolim político. O atual governador Cláudio Castro (PL) também busca capitalizar o programa, como já foi citado na disputa entre prefeitura de Niterói e governo estadual pelo financiamento do Niterói Presente⁸⁰.

A participação da iniciativa privada nos programas de segurança no estado do Rio de Janeiro não configura uma novidade. A implantação das unidades de polícia pacificadora foi financiada por atores como: Coca Cola, Sousa Cruz, Bradesco Seguros, entre outras, que contribuíram com doações vultuosas de recursos, equipamentos e complementação salarial dos policiais.⁸¹ Sendo destas a mais proeminente a empresa EBX (Eike Batista X) do empresário Eike Batista⁸², a maior doadora entusiasta.

O processo de militarização do Rio de Janeiro não pode ser analisado sem um olhar clínico para os investimentos privados nessa solução para violência urbana. O título do artigo

⁷⁷ No site do próprio deputado estadual ele apresenta-se como o responsável por interceder junto ao Governo do Estado pela criação das unidades do programa Segurança Presente nos bairros da Tijuca, Vila Isabel e Grajaú. Disponível em : < <https://www.alexandrek.com.br/o-deputado>> Acessado em 14 de abril de 2022.

⁷⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/watch/?v=111176830990592>> Acessado em 14 de abril de 2022.

⁷⁹ Disponível em: < <https://www.ofluminense.com.br/cidades/rio-de-janeiro/2021/05/1187341-tijuca-ganha-expansao-do-programa-seguranca-presente-nesta-segunda.html>>. Acessado em 14 de abril de 2022.

⁸⁰ Muitos políticos fluminenses de direita e extrema-direita buscam associar suas imagens ao programa e com menções elogiosas ao mesmo, e até mesmo a promoção de candidatos através do Segurança Presente. Como o deputado estadual pelo PSL, Rodrigo Amorim⁸⁰, que nas eleições municipais de 2020 apoiou seu irmão pelo mesmo partido. Na ocasião, ele e o coordenador do Tijuca Presente Fábio Alvim realizaram o lançamento de um livro, com fortes características de um comício eleitoral⁸⁰. Ele foi denunciado por fazer uma atividade como agentes do programa supostamente para o lançamento de um livro, porém onde pedia voto no candidato a vereador Rogério Amorim. Apesar da denúncia, nada evoluiu para alguma punição aos envolvidos.

⁸² Eike Batista foi um multi empresário mineiro, radicado no Rio de Janeiro com grande sucesso no início dos anos 2000 na área de petróleo, gás, mineração, construção naval e outras atividades. Chegou a figurar na famosa lista da revista Forbes como homem mais rico do Brasil e oitava do mundo. No auge manteve estreitas relações com autoridades do poder Executivo fluminense. Na segunda década do século XXI suas empresas caíram de preço e ele acabou sendo preso por envolvimento em corrupção.

escrito por Daniel Hirata e Carolina Grillo (2020) traduz categoricamente essa relação: “A intervenção de interesses privados na segurança pública fluminense”⁸³. Pois, estes não são apenas defensores de uma segurança mais eficaz, mas são financiadores de tais iniciativas; são atores despejando dinheiro direto em diversos desses programas. No caso do Segurança Presente, verificou-se a demanda pelas unidades por parte dos comerciantes, que durante a égide das UPPs eram uma voz crítica pois alegavam um abandono do asfalto pelas forças de segurança.

O programa funciona utilizando policiais militares e civis da ativa em seus dias de folga, policiais reformados, policiais civis e egressos das Forças Armadas patrulhando as ruas dos bairros atendidos em geral em duplas⁸⁴. As duplas de patrulhamento são posicionadas ao longo das regiões de segunda a segunda, das 9h às 19h30. O policiamento não é feito apenas a pé como por meio de bicicletas, motocicletas e viaturas. Uma van distribui e recolhe os agentes, também auxilia no transporte de detidos e presos para delegacia ou para o Conselho Tutelar. A maioria é formada por um patrulhamento de duplas fixas em determinados locais estratégicos, mas há policiais em movimento pelas ruas do bairro.

O Segurança Presente conta com viaturas, motocicletas, bicicletas e vans próprias, devidamente adesivadas com a logomarca e com o nome da base operacional. A estrutura das operações é organizada e conta com uma boa infraestrutura. Cada uma das operações tem uma logomarca com o nome do bairro atendido e uma cor dos coletes para cada bairro. Nos coletes, além da logomarca, estão as logos do estado do Rio de Janeiro e da Fecomércio-RJ. No caso de Vila Isabel, os agentes utilizam um colete verde, do Grajaú um colete amarelo e na Tijuca um colete azul.

Classifiquei a Operação Segurança em três categorias: as turísticas, as comerciais e as híbridas. Essa classificação criada de minha autoria analisa a característica da função principal das bases operacionais. Como é publicamente dito pelo governo e por diretores do programa, o mesmo tem como propósito diminuir a criminalidade e garantir a segurança para os cidadãos

⁸³ Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/a-intervencao-de-interesses-privados-na-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro/> > Acessado em 14 de abril de 2022.

⁸⁴ Os policiais militares do Rio de Janeiro trabalham num regime de 24h de trabalho seguido por 48h de folga. Apenas nas folgas eles podem trabalhar no programa, e recebem um salário de R\$ 185,00 por dia de trabalho. Os civis, que são egressos das Forças Armadas, recebem R\$ 2400,00 reais de salário mensal e mais R\$ 700,00 de ajuda por realizarem o trabalho de patrulhamento. No trabalho os policiais usam um colete do programa e a farda policial por baixo, enquanto os civis usam em geral blusas e calças pretas por baixo do colete do programa.

cariocas. Contudo, a escolha dos bairros atendidos por essa política pública foi a partir das atividades econômicas, principalmente turismo e comércio e não da mancha de criminalidade ou indicadores e dados do Instituto de Segurança Pública, do Rio de Janeiro.

A primeira categoria das operações é turística. Essa categoria de bases do programa tem como principal objetivo patrulhar áreas da cidade de grande circulação de turistas e visitantes⁸⁵. Inclusive a primeira base, a Lapa Presente, foi criada com o intuito de garantir segurança para os turistas e frequentadores do bairro boêmio e de forte apelo turístico. Outras unidades com a mesma função são elas: Aterro Presente, Cristo Redentor, Centro Presente, Ipanema Presente, Copacabana Presente e Barra da Tijuca presente. Quase todas elas concentradas na Zona Sul, nos bairros contíguos à orla, muito procurados pelos turistas.

A segunda categoria é a comercial. Essas bases do programa têm como principal objetivo patrulhar áreas de grande concentração de comércio em determinados bairros cariocas. Não só para evitar assaltos às lojas, shoppings e comércios, como também coibir assaltos e furtos a pedestres nas suas imediações. Nesta categoria, as bases estão diretamente ligadas a quem financia o programa, a Fecomércio-RJ ou associação de lojistas de bairro. As duas responsáveis por financiar muitas das unidades no Rio de Janeiro acabam tendo o poder de escolha como de organização. Não é possível mencionar a velha máxima “*Quem paga a banda escolhe a música*”. As bases do programa nos bairros da cidade estão localizadas assim como os agentes nas regiões centrais e comerciais dos bairros, atendendo a demanda dessa categoria por mais segurança pública.

A terceira categoria é a híbrida. Essas são bases operacionais que têm como propósito patrulhar regiões da cidade de concentração de comércio, como também fornecer policiamento para os turistas. O principal exemplo de base híbrida do programa é o Centro Presente. Uma área histórica de forte concentração comercial, porém também uma área de grande atrativo turístico. Portanto, a definição é de uma base híbrida que atende a duas vertentes do dispositivo de segurança pública. Diante dessas categorias produzi uma tabela para apontar as bases inseridas nas três categorias as quais defini acima.

⁸⁵ Das três bases criadas até 2015, Lapa Presente, Lagoa Presente, Aterro Presente e Méier Presente, apenas a última era uma base comercial.

Tabela 1- Categorias das Bases do Segurança Presente

Turísticas	Comerciais	Híbridas
Aterro Presente	Tijuca Presente	Centro Presente
Cristo Redentor	Vila Isabel Presente	Ipanema Presente
Lapa Presente	Méier Presente	Barra da Tijuca Presente
Lagoa Presente	Bangu Presente	Copacabana Presente
Cristo Redentor Presente	Campo Grande Presente	Leblon Presente
	Santa Cruz Presente	Botafogo Presente
	Madureira Presente	
	Irajá Presente	
	Bonsucesso Presente	
	São Gonçalo Presente	
	Itaguaí Presente	
	Japeri Presente	
	Paracambi Presente	
	Magé Presente	
	Jacarepaguá Presente	
	Recreio dos Bandeirantes Presente	
	Belford Roxo Presente	
	Nova Iguaçu Presente	

Fonte: Acervo Pessoal

Na terceira parte do Capítulo discorro sobre as estratégias de patrulhamento realizadas pelos agentes do Vila Isabel Segurança Presente, que estão divididas em patrulhamento posicionados em frente aos grandes lojas ou locais de intenso comércio. E os *checkpoints*, localizados nas entradas e saídas dos territórios e bairros atendidos pelo programa.

2.4 Checkpoints: vigilância e controle dos indesejáveis na Zona Norte do Rio de Janeiro

No dia 12 de abril de 2021, pude acompanhar como é feito o trabalho de recolhimento dos agentes. A van número 5, que atua nas unidades de Vila Isabel e Grajaú iniciou seu circuito na estação de metrô do Maracanã e seguiu recolhendo os agentes nos pontos de patrulhamento ao final do bairro seguiu para o Grajaú. Parou na Praça Edmundo Rego, base central na operação no bairro. Depois da praça acabei perdendo o prosseguimento da van, mas acredito que ela foi

para o 6º Batalhão da Polícia Militar na Tijuca, onde provavelmente os policiais dão baixa⁸⁶ do serviço.

Através da observação direta pude anotar e mapear a localização dos agentes do programa segurança presente de Vila Isabel e Tijuca. No primeiro bairro por ter residido lá por 3 anos e no segundo devido as minhas constantes idas ao bairro. Dessa maneira, consegui constatar alguns padrões na distribuição dos agentes e as áreas prioritárias de vigilância. Apresentarei como funciona a lógica do patrulhamento nesses dos bairros, que talvez seja um padrão aplicado nas demais bases espalhadas pela capital fluminense.

Nos dois bairros os agentes estão localizados em áreas e ruas mais movimentadas, em especial aquelas onde há concentração de comércios. No caso de Vila Isabel grande parte do patrulhamento está concentrada na Rua Vinte Oito de Setembro, onde estão localizados bancos, mercados, lotéricas, lojas, galerias de comércio, entre outras lojas. Do início da Rua até o final tem duplas de agentes localizados nas calçadas. Contudo, essa distribuição está organizada de acordo com uma hierarquia dos comércios. Classifiquei em duas categorias de estratégia de policiamento: a primeira de agentes localizados nas imediações dos grandes comércios e a segunda a de agentes localizados nas divisas da área de patrulhamento.

A partir do *Google Maps* construí o mapa abaixo para demonstrar como estão distribuídos os agentes pelo bairro de Vila Isabel. De esta maneira apresentar melhor como o patrulhamento é executado⁸⁷. Os pontos redondos pretos são onde estão localizadas as duplas de agentes e os vermelhos as duplas de agentes nos pontos de *checkpoint*.

Figura 2 -Mapa do bairro de Vila Isabel



⁸⁶ Terminologia militar utilizada para designar quando um militar termina o seu serviço.

⁸⁷ Estou descrevendo a distribuição dos agentes a partir da Uerj seguindo em direção ao Sul do bairro, no sentido dos carros da rua Vinte e oito de setembro, na direção do Grajaú.

Fonte: acervo pessoal

A primeira categoria é de agentes localizados em áreas de grande relevância comercial. A primeira dupla está localizada na Praça Maracanã, próxima da UERJ onde encontram-se muitos restaurantes, o hospital universitário Pedro Ernesto, clínicas médicas e também uma agência da Caixa Econômica. A segunda dupla de agentes está localizada 50 metros depois da primeira, em frente às Lojas Americanas e a pouco passos de uma casa lotérica, no segundo quarteirão da rua. A terceira encontra-se no ponto mais movimentado da Rua Vinte Oito de Setembro, próxima da esquina com Rua Visconde de Abaeté. Uma localidade, onde têm 4 drogarias, 3 bancos, um supermercado, um pequeno shopping e uma casa lotérica. A última dupla está localizada no final da avenida, na Praça Barão de Drumond, onde existe um grande supermercado e próximo de uma das entradas da favela dos Macacos. Estes estão em geral com motocicletas ou com uma viatura.

Existe uma dupla localizada nas proximidades do Maracanã na Rua Silva Teles, mais uma localizada na Rua Teodoro da Silva, em frente à entrada do Shopping Boulevard, e uma terceira que fica na calçada da UERJ, bem próximo do restaurante universitário e uma agência bancária. Ao todo são 20 agentes em pontos fixos de patrulhamento no bairro de Vila Isabel. Contudo tem alguns agentes que circulam de moto pelo bairro sem ter um ponto fixo de patrulhamento.

Analisar como estão distribuídos os agentes na principal rua de comércio revela bastante sobre como o programa hierarquiza os locais de patrulhamento a partir da relevância dos comércios. A Rua Vinte Oito de Setembro é o coração comercial do bairro, apenas nela estão: 9 agências bancárias, 3 supermercados, 2 shoppings, 4 galerias comerciais, 3 casas lotéricas, 1 loja Americanas, além de outros comércios relevantes. Portanto, é de grande relevância para a região, e na última década, devido aos assaltos a diversos comércios fecharam na região, como um dos mais famosos o Petisco da Vila. Uma “onda de insegurança” foi a principal justificativa para a instalação do programa no bairro. A relevância da Rua 28 de setembro é que dos 20 agentes, metade está localizados ao longo dessa avenida.

A rua pelo grande número de comércios e movimento de pessoas é também uma concentração dos “indesejáveis”. Ao longo da rua têm muitos pedintes, ambulantes, pessoas em situação de rua, etc. Dessa forma a concentração de muitos agentes na região cumpre dois objetivos. O primeiro de garantir a segurança dos comerciantes e dos transeuntes e como

também impedir ou dificultar a ocupação do espaço pelos indesejáveis, atendendo ao propósito de higienismo da região.

O que pude constatar com esse mapa dos agentes no bairro carioca foi que eles estão localizados em duas categorias: a primeira é nos arredores de comércios importantes do bairro e a segunda em lugares estratégicos de trânsito de pessoas que entram e saem do bairro. No segundo caso, defendo que os agentes estabelecem pontos de *checkpoint*, onde eles podem controlar e vigiar quem entra e sai do bairro, criando de fato uma barreira ou uma triagem contra os indesejáveis.

A primeira categoria de localização dos agentes é de fácil observação, pois eles estão posicionados num padrão muito nítido. Por exemplo: estão sempre próximos de grandes comércios varejistas que movimentam muito dinheiro vivo e são alvos de assaltos como: bancos, mercados, lojas americanas e casas lotéricas. Esse padrão também pode ser facilmente verificado no que concerne à base Tijuca Presente. Os shoppings também ocupam esse lugar de comércio destacado e que tem o privilégio de contarem com duplas de agentes em suas imediações. Tanto no shopping Tijuca como shopping Boulevard. Nos dois os agentes ficam praticamente em frente a entrada principal.

Nota-se que a Rua Teodoro da Silva é tão comprida, quanto a Rua Vinte e Oito de Setembro. Apesar de ter um grande fluxo de ônibus e carros, pois é a principal rua do bairro em direção a Tijuca e ao Centro. É uma rua basicamente residencial, porém o único ponto em que há uma dupla de agentes do programa é em frente ao Shopping Boulevard. O que revela quanto a distribuição do policiamento é determinado a partir dos grandes comércios.

A segunda categoria é nos locais de acesso ao território prioritário de vigilância e controle social. Na UERJ os agentes estão localizados em dois pontos: o primeiro debaixo da passarela que liga a estação de metrô e trem ao bairro e no outro lado próximo da favela metrô Mangueira. No segundo ponto as abordagens aos pedestres são constantes, basicamente uma grande quantidade de pessoas que vem da direção da favela Metrô Mangueira em direção ao bairro de Vila Isabel acabam sendo abordadas pelos agentes. Dessa forma criando um eficiente *checkpoint* para controlar as pessoas que adentram no bairro.

Essa segunda categoria em que os agentes estão situados nas divisas do bairro é o que defino como *checkpoints* do conceito cunhado por Pradeep Jeganathan (2004). Seguindo sua definição de *checkpoints* como pontos de triagem, fiscalização e controle social promovido pelo

Estado. Existem centenas de exemplos de *checkpoints*, porém podem ser também rotineiros e arduos, como o exemplo das fronteiras que os trabalhadores palestinos são obrigados a passar todos dias para trabalhar no Estado de Israel.

Enquanto Nathália Padovani (2017) aplica o conceito de *checkpoint* para trabalhar como são realizados os fluxos de visitantes nas prisões do estado de São Paulo. No presente trabalho utilizo para analisar esses pontos de patrulhamento dos agentes do Segurança Presente nas bordas dos bairros de classe média com as favelas, em que rotineiramente os sujeitos considerados indesejados são revistados, abordados e tem seus dados checados em busca de algum delito ou passagem pelo sistema prisional no passado.

Um dos *checkpoints* foi aprimorado no ano de 2020 a base operacional no sentido de remover uma cena de uso de crack ao lado da UERJ e melhorar a estrutura do ponto de patrulhamento. Em uma pequena praça entre a Avenida Radial Oeste e a Rua São Francisco Xavier. Os agentes instalaram um *container*, limpam a praça e construíram uma rampa de acesso para as viaturas. Desde então, uma dupla de agentes fica diariamente fazendo o patrulhamento e uma viatura estacionada. A cena de crack foi expulsa e encontra-se atualmente nas ruínas⁸⁸ da favela Metrô Mangueira.

No *checkpoint* de Vila Isabel tem outra singularidade, pois na favela da Metrô Mangueira tem diversos depósitos de produtos reciclados. Onde muitos trabalhadores garimpam produtos reciclados nas ruas vão para vender o que eles conseguiram recolher durante a jornada de trabalho⁸⁹. O senso comum da população do bairro é de que todos esses trabalhadores são usuários de crack e, portanto representam um perigo. Portanto a instalação deste *checkpoint* também atende uma das reclamações recorrentes contra usuários de crack que são tidos como culpados por toda sorte de delitos na região.

Os agentes do Vila Isabel Presente não estão limitados apenas ao bairro em si, como também atuam entorno do estádio do Maracanã. São três duplas de profissionais da segurança espalhados nas três ruas que circulam o complexo esportivo. Uma dessas duplas está localizada diariamente na passarela que liga o bairro a São Cristóvão e a favela da Mangueira. Esta

⁸⁸ As ruínas é um espaço dentro da favela, de escombros, entulhos e lixo. É resultado das casas e pequenos prédios demolidos pela prefeitura do Rio de Janeiro, no período dos megaeventos. Quando a proposta era remover a favela para construção de um estacionamento para atender os frequentadores do Maracanã. Ver em Alexandre Guimarães (2019).

⁸⁹ Como aponta Taniele Rui é muito comum próximo de cenas de crack ter depósitos de produtos reciclados. Muitos usuários de crack vivem da garimpagem de produtos reciclados descartados

passarela foi construída no bojo das intervenções urbanas para os megaeventos esportivos. A dupla de agentes situada na descida na passarela do lado do estádio, dessa forma configurando mais um *checkpoint*. Em especial, porque do outro lado existe uma cena de uso de crack, portanto os agentes têm como objetivo evitar ou dificultar a chegada de usuários nas imediações do estádio.

Acima a partir do mapa, apontei como os agentes em seu patrulhamento estão posicionados estrategicamente nas imediações dos grandes comércios ou nos *checkpoints*. Entretanto, os pequenos comércios também agenciam por via das *mercadorias políticas*⁹⁰ a presença dos agentes nas suas proximidades, criando um circuito alternativo de circulação e patrulhamento dos agentes. É agenciando as *mercadorias políticas*, que os lojistas menores conseguem atrair para perto dos seus estabelecimentos a presença, mesmo que temporária dos agentes.

Uma cena que presenciei em 2019 me alertou como os agentes atendem pedidos dos comerciantes. No bar e restaurante Villa Chope na Rua Jorge Judge, em Vila Isabel, muito frequentado por estudantes e professores da UERJ. O gerente solicitou ajuda para os agentes para expulsar um morador em situação de rua, que dormia debaixo da marquise do comércio. O pedido foi atendido de imediato, o morador foi acordado e expulso do local. Essa cena diz muito de como os pequenos comerciantes agenciam os agentes e o caráter de proteção patrimonial do programa securitário.

Para adentrar sobre como é a relação entre grandes comerciantes, pequenos comerciantes e agentes do programa. Inicio por essa foto tirada na Tijuca em 2020.

Figura 3 - Foto Restaurante



⁹⁰ Se Michel Misse (2006) o conceito de mercadorias políticas é aplicado para negociações de mercados informais, ilegais e ilícitos entre os atores envolvidos que podem ser criminosos e agentes públicos. As mercadorias políticas configuram extorsão, corrupção, chantagem, pagamento de propina, entre outros.

Fonte: acervo pessoal – Restaurante na Rua Felipe Camarão, Tijuca.

Essa placa da foto pode ser encontrada facilmente em alguns comércios da Tijuca. O propósito é justamente oferecer pequenos confortos para os agentes do programa de segurança como água, banheiro, café, etc. Para além de buscar a presença dos agentes nos arredores do estabelecimento. A placa também tem objetivo de defender o dispositivo de segurança. Essas placas também estão presentes em outros comércios, o que aponta o grau de relação e apoio dos comerciantes e lojistas.

Essas placas são responsáveis por criar um circuito o qual nomeio de alternativo dos agentes. Como defendi, os agentes estão localizados nas proximidades das grandes lojas, bancos, lotéricas e shoppings. Dessa forma os comércios pequenos ou longe desses grandes comércios tem uma menor presença dos agentes nas suas proximidades. Ao colocar uma placa e estabelecendo a oferta pequenos serviços e “agrados” aos profissionais, os comerciantes criam um circuito dos agentes fora do previsto na estratégia desenhada de policiamento original da base.

O apoio dos mesmos dos grandes aos pequenos ao programa é notório. Nas ruas da Tijuca e de Vila Isabel vejo constantemente cartazes fixados na frente de lojas e lanchonetes com os dizeres “Agentes do Segurança Presente são bem-vindos água e banheiro”. Claramente, uma forma de reconhecimento do trabalho e de oferecer favores aos agentes. É comum vê-los almoçando e frequentando muitos dos comércios próximos aos pontos em que fazem patrulhamento.

O oferecimento de café, água ou outros mimos ou serviços aos agentes pode a princípio não configurar crime. Contudo, pode indicar como aponta Michel Misse (2011) uma troca de *mercadorias políticas*, o que não é novidade na relação entre policiais militares e comerciantes. O que configura a prática de pagamento para os policiais favorecem o patrulhamento em favor de determinada empresa, comércio ou de determinada área. Porém, se o programa segurança presente em tese já tem esse objetivo, portanto não configuraria um crime.

É nesse ponto que aparece uma questão central, o programa prevê sim um policiamento especial de uma região, no caso de um bairro. Mas dentro da área de atuação da base operacional ocorre uma disputa já que como demonstrei no mapa acima não há efetivo para patrulhar todo o bairro. Como a própria estratégia do programa privilegia os comércios mais importantes e lucrativos, os pequenos acabam partindo para a prática de troca de *mercadorias políticas*. Pois,

assim conseguem obter mesmo que por um período curto a presença de agentes na frente do estabelecimento e conseqüentemente de proteção e segurança.

Não apenas segurança, mas como outros favores como narrei na cena da Rua Jorge Judge, no restaurante Villa Chope. Quando o gerente do estabelecimento agenciou um agente do Vila Isabel Presente para expulsar um homem em situação de rua que dormia debaixo da marquise. O cenário é de uma disputa dos grandes comércios que com mais capital político pressionam o programa para ter na frente dos seus estabelecimentos agentes posicionados e do outro lado os pequenos comércios que através das *mercadorias políticas* agenciam os profissionais para patrulharem nas proximidades.

Uma disputa de múltiplos agenciamentos em busca da presença e do patrulhamento. E a cena em que Vitória está fugindo de um segurança informal da feira, quando este a ameaçou. E na ameaça mencionou chamar os agentes do Vila Isabel Presente para a prenderem. Aponta como os agenciamentos não estão apenas limitados aos comerciantes e lojistas, mas envolvem outras camadas que vão desde seguranças de rua, segurança informal e podendo chegar até nas milícias já estabelecidas nos bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro.

A localização dos agentes do Vila Isabel Presente revela os objetivos de higienismo social do programa. O padrão na distribuição dos agentes aponta, mas observar no dia a dia como eles atuam é fundamental. A minha vivência pelo bairro me deu um privilégio para realizar a observação contínua. E vou enumerar algumas das categorias os quais os agentes abordam e sarqueiam com grande preferência e um objetivo muito claro. E os alvos das abordagens estão distribuídos em quatro categorias: crianças, adolescentes e jovens negros; moradores em situação de rua; motoboys; vendedores ambulantes, flanelinhas, e trabalhadores da viração e mulheres pobres e negras.

Os agentes utilizam um aplicativo Sinesp Cidadão (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública) (AQUINO, 2014), lançado pelo Ministério da Justiça, que chama-se Sinesp, que pode ser baixado por qualquer pessoa munida de um celular. No aplicativo os agentes colocam dados e informações como nome, número de identidade ou CPF para acessar as informações sobre a pessoa abordada. A partir da consulta é possível ter vasto acesso de informações desde se a pessoa já foi presa, se cumpre alguma medida, se está em débito com a justiça, ou é foragida⁹¹. Quando o aplicativo por algum problema ou falta de dados para

⁹¹ Essas informações sobre o aplicativo e como ele é usado me foram passadas por um amigo e ex-major da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

realização da busca, os agentes conduzem a pessoa até a delegacia⁹², onde é possível fazer uma busca mais aprimorada.

Dessa forma, a cena de jovens aguardando enquanto os agentes utilizam o celular é cotidiana, pois faz parte da atividade consultar os dados na busca por descobrir algum antecedente criminal ou no sistema socioeducativo. E novos equipamentos estão sendo implementado por esse dispositivo em 2021, a Polícia Militar do Rio de Janeiro lançou a ferramenta digital, o Hórus (RODRUGUES, 2021), apelidado de “Big Brother do Segurança Presente”. Segundo a divulgação essa novo instrumento permite aos policiais verificar antecedentes criminais, ficha criminal e outras informações em até 3 minutos. Primeiro a ferramenta foi usada pelos agentes do Segurança Presente e passou por ajustes e agora está aos poucos sendo implementada nos batalhões da Polícia Militar.

As abordagens as quais presenciei não foram truculentas e violentas, elas produzem muito mais um efeito vexatório nos abordados, uma violência simbólica⁹³. Pois, desperta atenção de quem passa os jovens sendo abordados, revistados pelos policiais. Como em geral a procura no sistema de justiça demora então em alguns casos os jovens ficam mais de 20 minutos aguardando o fim do sarqueamento para serem liberados. Não excluo que devam ocorrer ações truculentas e violentas.

Karina de Paula (2019) pesquisou o trabalho diário na base operacional Centro Presente e produziu uma pesquisa sobre o dispositivo. A sua monografia revela uma abordagem e revista realizada em três adolescentes negros, que estavam sentados no meio-fio e com caixas de engraxate. Revelando o caráter racista e classista da ação. Após a identificação e o sarqueamentos os abordados foram liberados. O seu superior justificou a ação, pois segundo ele muitos cometem furtos e assaltos⁹⁴.

⁹² Pedro o filho de Vitória passou por essa situação. Ao ser abordado na praça Gonçalves Ledo por agentes do Tijuca Presente ele acabou se enrolando e dando o seu nome errado. Os agentes não conseguiam encontrar nenhuma informação sobre ele. Acabou sendo encaminhado para delegacia da Tijuca para uma pesquisa mais aprofundada, só assim acabou sendo liberado.

⁹³ Não quero defender que não ocorram abordagens violentas e truculentas, mas na minha observação não deparei com nenhuma. Mas algumas notícias apontam que há casos de abordagens violentas como essa reportagem, em que um agente assassinou um homem. Disponível em : < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policial-do-centro-presente-atira-mata-homem-desarmado-durante-confusao-na-presidente-vargas-22118445.html>> . Acessado em 14 de abril de 2022.

⁹⁴ O programa Segurança Presente conta com uma política de meritocracia de promoção e valorização os agentes que realizam abordagens resultando em prisão. Segundo Karina de Paula (2019) o agente ao realizar uma prisão de foragido, de uma pessoa com mandato de prisão em aberto ou prisão em flagrante é premiado com uma bonificação e também meritória, que se traduz em uma remuneração monetária ao agente e a segunda o policial

Usualmente 4 categorias de pessoas são alvos do programa de segurança, constantemente são abordadas e têm seus documentos checados pelos agentes. O poder discricionário que dita a prática da abordagem permite essa. As categorias são perfis sociais cobertos de sobrepostas camadas de estigma social, especialmente na conjuntura carioca. A suspeição que leva a abordagem é sempre com base em características sobrepostas de racismo, racismo de classe e discriminação contra moradores de favela, periferia e pessoas em situação de rua.

A categoria de moradores de favela, em especial os jovens. A partir dos marcadores de classe e raça, como também com um base em um preconceito que no vocabulário policial é conhecido como “ganso”⁹⁵. Os jovens negros, moradores de favela ou periferia e portadores de um *ethos* favelado⁹⁶ são alvos constantes das abordagens pelos agentes. Essa caracterização realizada pelos agentes dos moradores de favela ou “gansos” é profundamente assentada em racismo e racismo de classe.

A categoria dos moradores em situação de rua. Uma cena me marcou muito, pois foi no início de 2019, logo assim, que passei a morar no bairro. Na frente da agência da Caixa Econômica três pessoas em situação de rua dormiam, debaixo da marquise. Os agentes acordaram cada um deles e em seguida requisitavam o nome completo, número de CPF e RG para averiguar se eles tinham alguma passagem pela polícia ou se eram foragidos. A reportagem da Agência Pública revela essa categoria como público alvo, o título dela é: “Operação policial financiada por empresários cariocas mira moradores de rua” (VIGNA, 2016).

A categoria de vendedores ambulantes, flanelinhas, entre outros. Lohan, filho adotivo de Vitória abordado e acabou sendo detido pelo simples fato de estar vendendo balas na Praça Gonçalves Ledo. Ao ser levado para averiguação os agentes constaram que ele não tinha terminado de cumprir medida socioeducativa. Acabou sendo enviado para um abrigo de

militar é agraciado com um dia de folga. A pesquisadora (2019) aponta que é uma política norteadora em todas as bases do programa e tem como finalidade prestigiar o trabalho executado

⁹⁵ Ganso é uma expressão nativa de policiais fluminenses civis e militares, que designa pessoas que demonstram a partir de marcadores como raça, classe, gíria, entre outros alguma forma de envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas ou com a criminalidade. Para ver mais sobre em: Fernanda Novaes Cruz e Perla Alves Bento de Oliveira Costa (2021).

⁹⁶ O caso do militante do movimento negro, ator e *influencer* Julio Sá reflete como os marcadores objetivos e subjetivos são operados pelos agentes do Segurança Presente. Julio entrou e saiu de uma loja sem comprar nada e de forma célere, segundo os agentes. A vítima da abordagem registou boletim de ocorrência apontando a abordagem como discriminatória e com base em sua raça. (COELHO, 2021)

crianças e adolescentes. Saiu depois de uma semana e tem de voltar uma vez por mês para assinar na vara da criança e do adolescente.

A categoria de motoboys. A partir da pandemia de Sars-cov-2 os agentes passaram a abordar justamente em um dos *checkpoints* na Rua Belizário Santos, rua de saída de Vila Isabel em direção a Mangueira. No sinal de trânsito dois agentes ficam localizados ali estrategicamente abordando todos os motociclistas e entregadores. Muitas vezes até uma fila de motociclistas era formado aguardando terem seus documentos pessoais e do veículo checados pelos policiais e só depois eram liberados.

Essas abordagens específicas focadas nos motoboys também ocorre em outros pontos do bairro. Como tenho familiares em São Gonçalo e Niterói também observei o mesmo padrão de abordagens específicas para com os motoboys pelas operações Segurança Presente dessas duas cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que os no caso das cidades citadas os programas são financiados pelas respectivas prefeituras, diferentemente dos dois bairros da Zona Norte da capital fluminense em que o financiador é a Fecomércio-RJ.

O número de entregadores e motoboys cresceu substancialmente a partir da pandemia de Covid-19 iniciada em 2020. Principalmente depois do distanciamento social decretado, em que uma parte significativa da população passou assiduamente a fazer compras de supermercado e também pedidos de comida através do serviço de *delivery*. Dessa forma essas blitzes direcionadas a abordagem de motociclistas acabavam mobilizando um grande número de pessoas que acabavam sendo paradas como também provocando transtornos no trânsito do bairro.

Analisar o perfil dos alvos das abordagens revela quais são os objetivos do programa de segurança. E nesse sentido compreender os objetivos a partir de quem é abordado remete ao caráter de higienismo social que a política de segurança é planejada e direcionada. Ao constatar esses padrões tanto de quem é o perfil dos abordados como o de localização dos agentes no espaço traz a ideia de quem deve ser combatido e quem deve ser protegido. Portanto, existe uma lógica de posicionar agentes nas áreas de intenso comércio e principalmente nas imediações dos grandes comércios. E ao mesmo tempo um padrão de posicionamento dos agentes em locais de saída e entrada dos bairros, um claro controle social do espaço urbano.

Apresentei o dispositivo de segurança pública Segurança Presente nas bases da Tijuca e Vila Isabel, onde consegui acompanhar de perto como o programa securitário opera, tanto

através dos relatos da minha interlocutora como a partir da minha vivência nos dois bairros. Contudo, uma bibliografia nas Ciências Sociais apontam o Segurança Presente é essencial para o entender o fazer cidade, como são articuladas as práticas de controle social, higienização urbana, criminalização da pobreza e expulsão dos indesejados de terminadas áreas do Rio de Janeiro.

2.5 Considerações finais

Circular pela cidade não é uma ação equânime para todos cidadãos os marcadores de gênero, raça, classe e orientação sexual determinado pelo Estado definem por onde, quando e quem pode circular livremente. O dicionário Aurélio de língua portuguesa define o verbo Flanar como: andar ociosamente, sem rumo, nem sentido certo, passear, flanar e perambular. Andar livremente por uma metrópole contemporânea cada vez mais vigiada, controlada e militarizada como a de São Sebastião do Rio de Janeiro é um privilégio apenas para uma parcela da população. Ainda mais andar sem atrair olhares suspeitos, sem ser abordado ou revistado por agentes de segurança.

Sobretudo, ao pensarmos no flanar a partir do escritor francês Charles Baudelaire, do século XIX. Essa descrição de um homem caminhando livre e descompromissado pela principal metrópole francesa. Podendo admirar e sorver a cidade de Paris sem compromisso e sem estar preocupado está muito distante, do que é circular pela cidade para Maria dos filhos. Diria até mesmo que o andar da minha interlocutora é o avesso quase que total do flanar descrito na obra de Baudelaire (BAUDELAIRE, 1988). Cito o escritor simbolista francês para apontar um cenário de extrema distinção em comparação com a minha etnografia, em que andar é estar em perigo constante de voltar para prisão.

A cidade burguesa foi tão bem descrita Baudelaire, onde passeia sem compromisso, sem resistência, ausente de vigilância o burguês que não se cansa de observar e vivê-la em sua plenitude. Não é nada mais do que o burguês, em seu habitat por excelência, pois burgo, era o nome das cidades na Idade Média. Onde o cidadão gozando dos prazeres da liberdade, do sentir em meio a vida pujante. Essa cidade é talvez muito parecida da cidade que habita Vitória. São cidades burguesas e feitas para os burgueses mesmo separadas por quase 500 anos. Contudo, a diferença está no sujeito que circula, se o escritor francês é um burguês, Vitória é a indesejada. Respiram o mesmo ar, caminham pelas mesmas ruas, mas são muito diferentes aos olhos do Estado.

Caminhar pela cidade não é um desafio apenas para Vitória, mas como para toda sua família extensa. Em um período curto, de apenas quatro anos pude acompanhar mais de metade dos seus filhos sendo detidos, procurados ou presos. O Pedro de 12 anos foi detido e levado para delegacia para pesquisarem sua ficha no sistema socioeducativo, Lohan de 17 anos foi detido e enviado para um abrigo de crianças e adolescentes, Kailane de 18 anos está sendo procurada pelos agentes do Tijuca Presente e Lucas encaminhado para delegacia aos 3 anos junto de sua progenitora, quando a mesma foi presa. Ou seja, uma família quase inteira perseguida por trabalhar nas ruas.

A minha análise comparativa entre as políticas públicas de segurança: a Operação Segurança Presente e a Operação Verão. As duas políticas públicas foram criadas em contextos distintos e também por governos estaduais diferentes, porém suas práticas são muito semelhantes. Devido a essas semelhanças de práticas de policiamento e patrulhamento ostensivo, nessa comparação analisarei as semelhanças que contribuirão para compreender como Estado opera no Segurança Presente e suas estratégias ilegais para incriminar sujeitos inseridos nas margens.

A Operação Segurança Presente em termo de modelo de segurança, *modus operandi* similar a Operação Verão do que com a política de pacificação de favelas. Porque a pacificação tinha como objetivo “acabar” com tráfico de drogas ilícitas no varejo nas favelas ou no segundo momento a declaração do ex-secretário de Segurança retirar os fuzis das mãos dos traficantes de drogas ilícitas (LEITE, 2008). Entretanto, essa política tinha o propósito de ocupar territórios considerados pelo poder público como de domínio do tráfico de drogas ilícitas no varejo. Em suma ocupar o território “inimigo”.

A Operação Verão é realizada anualmente pela Polícia Militar, pela Guarda Municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Transportes. A operação tem início em novembro com início do verão e termina em março. E ocorre nos finais de semana e feriados, dias com maior fluxo de pessoas vão à praia. Um efetivo de aproximadamente 850 policiais militares e 380 guardas municipais efetuam o patrulhamento na orla carioca, em blitzes nas principais vias de acesso a praia, monitoramento por meio de câmeras, um helicóptero da polícia militar realizando sobrevoos e um caminhão com câmeras monitorando a praia⁹⁷ (SQUILLACE, 2020).

⁹⁷ No ano de 2015 a operação funcionava com 17 pontos estratégicos de blitzes, onde os ônibus eram parados, os policiais adentravam para fazer revistas e abordagens. Evitando, dessa forma que “delinquentes”, “marginais”,

No ano de 1992⁹⁸ os arrastões nas praias da Zona Sul ficaram famosos nacionalmente e até mesmo internacionalmente. As imagens de jovens negros supostamente roubando, furtando e agredindo banhistas, turistas e transeuntes rodaram o mundo e marcaram para sempre o imaginário social (COIMBRA, 2000). Uma forte demanda por mais segurança pública nas praias e nos bairros contíguos ao litoral carioca tomou conta da agenda pública carioca e resultou em políticas públicas para coibir, reprimir e controlar as ações dos jovens tidos como marginais e ameaçadores da ordem.

A época os jovens favelados foram eleitos como principais responsáveis pelo caos e violência nos balneários cariocas. Entretanto, as galeras funk, grupo formado por jovens funkeiros foram ainda mais criminalizados. Sobretudo, a partir de interpretações racistas, estigmatizantes e discriminatórias que associavam o gênero musical com violência, marginalidade e os arrastões (VIANNA, 1996). A partir da culpabilização dos jovens pobres que frequentam a praia e nos funkeiros resultaram em políticas de repressão tanto contra o funk, como assinala Hermano Vianna (1996) muitos bailes foram proibidos, dando início a uma criminalização do funk e também para de controle social dos frequentadores da praia que resultou no nascimento da Operação Verão.

A primeira prática comum é a estratégia das blitzes segue uma estratégia também similar com a do Segurança Presente, pois as viaturas e policiais são posicionadas nas grandes vias de acesso a Zona Sul para revistar e abordar ônibus que partem da Zona Norte e Oeste em direção a orla carioca. A intenção é clara, evitar a chegada às praias de jovens oriundos de favelas, do subúrbio e da periferia considerados como suspeitos (SQUILLACE, 2020). Dessa maneira, essas blitzes que tem apenas como objetivo revistar os ônibus é um *checkpoint*, um controle social de quem pode ou não frequentar as praias da capital fluminense.

A prática da Operação Segurança Presente recorre à mesma prática da Operação Verão de criar *checkpoints* no entorno dos territórios patrulhados. A Operação Verão realiza essa

entre outros cheguem a praia para cometer crimes. A operação também destina agentes que fazem o policiamento nas praias e nos pontos de ônibus da zona sul no período da tarde, a chamada volta da praia. O último com o objetivo de evitar que os jovens não deem balão no ônibus⁹⁷ ou cometam assaltos antes retornarem para suas residências. Nos últimos anos torres de vigilância foram instaladas nas praias, para que os profissionais da segurança munidos de binóculos possam ter uma melhor visão dos movimentos e acontecimentos na areia (SQUILLACE, 2020).

⁹⁸ Os arrastões tornaram-se um tema importante no debate político, ainda por ser um ano de eleições municipais. O segundo turno foi disputado entre a candidata do Partido dos Trabalhadores Benedita da Silva contra o político do Partido da Frente Liberal o economista César Maia. Enquanto a primeira defendia como solução para o problema mais investimento em políticas sociais e voltadas para os jovens de favela. O segundo defendia políticas no campo da segurança e da repressão.

prática apenas durante 4 meses do ano e apenas aos finais de semana e feriados. A segunda ocorre durante os 12 meses do ano e 7 dias por semana. Portanto, o dispositivo de segurança nascido em 2014, expandido por mais de 20 bairros cariocas e 8 cidades do estado tem um poder e uma abrangência muito maior do que o primeiro.

No sentido de fazer cidade, a Operação Segurança Presente está produzindo efeitos muito mais perversos e duradouros para a população pobre, negra e favelada do que a Operação Verão. O controle territorial, a vigilância e a higienização social produzidos pela Operação Segurança Presente estão desde o Aterro do Flamengo até Santa Cruz, do Méier até a Barra da Tijuca ou do Centro da cidade até Ipanema. E pelo andar da carruagem tende a ser expandir ainda mais⁹⁹.

Os dois dispositivos de segurança atentam especialmente contra o direito constitucional de ir e vir de determinados grupos concebidos dentro da categoria de *classes perigosas* (PERLMAN, 1977). Em suma é a proibição ou a tentativa de dificultar o acesso ou permanência da população pobre a determinadas regiões da cidade. Se na primeira o foco principal é impedir o acesso a orla da cidade, a segunda é de proibir o acesso a aos bairros de intenso comércio e turismo, àqueles atendidos nas três categorias do programa securitário.

A prática realizada pelos dois dispositivos, Segurança Presente e Operação Verão é a de *checkpoints* espalhados na área ao redor do território prioritário de vigilância e proteção. No caso do Segurança Presente, como demonstrei no mapa, os *checkpoints* estão espalhados pelas franjas dos bairros atendidos. Estão localizados justamente nos lugares por aonde chegam a pé, de transporte público e próximo das favelas. No caso de Vila Isabel um deles fica justamente a poucos metros da favela Metrô Mangueira. O segundo fica perto das imediações da estação de trem e metrô, que também da acesso a favela da Mangueira.

E nesses *checkpoints* é realizada a primeira triagem de quem pode ou não entrar no bairro e quem segue em frente pode novamente ser abordado. Uma prática de controle social do território e controle de fluxo populacional. Em que o aplicativo usado pelos agentes é a tecnologia que permite a pesquisa rápida sobre os antecedentes criminais. São realizadas pelas duplas de policiais incessantes revistas e consultas de documentos dos transeuntes “suspeitos”. Não apenas de transeuntes como também de motociclistas, outro grupo social que está inserido

⁹⁹ No início de 2022 foi anunciada a inauguração da primeira base da Operação Segurança Presente fora da região metropolitana do estado, a base em Volta Redonda. Disponível em: <<https://avozdacidade.com/wp/estado-confirma-projeto-seguranca-presente-em-volta-redonda/>> Acessado em 14 de abril de 2022.

no escopo de categorias inclusas no rol de indesejáveis. A lógica é proteger e controlar o território da gama de sujeitos considerados de antemão como perigosos.

Uma segunda prática comum são as abordagens cotidianas e incessantes das pessoas consideradas como suspeitas. Por mais, que não possam prendê-las ou detê-las a insistência tem como propósito enviar uma “mensagem” ao abordado que ele não bem-vindo naquela região. E que passará pelo procedimento em todas as vezes que insistir em circular por aquela região. Não impede os indesejáveis de adentrarem no território controlado, mas produz efeitos como cansaço, irritação, exposição vexatória e constrangimento.

O sociólogo Loic Wacquant (2008) aponta essa prática de revistas incessantes por parte dos policiais de Nova York a partir da política de “Tolerância Zero”. Uma política de segurança criada em 1994, pelo ex-prefeito republicano Rudolph Giuliani para combater a criminalidade, pequenos delitos, entre outros ilegalismos populares. Os policiais passaram a realizar a prática chamada de “parar e revistar” incessantemente os sujeitos considerados suspeitos. Em sua maioria negros e imigrantes, hispânicos, em situação de rua, revelando o critério racista da política de segurança pública norte-americana.

A terceira prática comum e a mais importante que analiso é em relação a crianças e adolescentes, pois nos dois dispositivos de segurança, crianças e adolescentes são instrumentalizados para criminalizar ou impedir a entrada dos indesejáveis nos territórios protegidos. Ao analisar essa prática é possível observar os meandros sinuosos dessa prática conseguirei como Vitória Silva foi criminalizada e presa, em fevereiro de 2022. A partir das *práticas de ilegitimidade do Estado* (DAS;POOLE, 2004).

Início por um evento importante e revelador ocorrido em setembro de 2015, em mais uma das blitzes da Operação Verão. Nesse final de semana a Operação Verão deteve 38 crianças e adolescentes em um dos *checkpoints* de acesso a praia (G1 RIO, 2015). Devido às críticas, Pezão saiu em defesa da ação tida como preventiva, pois, segundo o mesmo os adolescentes desacompanhados dos responsáveis, não podem frequentar a praia, sendo encaminhados para delegacia caso tentem chegar na orla. O ex-governador ainda reforçou o fato de na semana anterior ao fato, de 112 adolescentes detidos e apenas 5 responsáveis foram buscá-los na delegacia.

A operação provocou uma grande polêmica, quando em apenas um ônibus 38 jovens e adolescentes foram detidos em um dos *checkpoints*¹⁰⁰. Segundo a alegação dos policiais eles estavam sem documentos e desacompanhados de seus responsáveis. A maioria era negra e de moradores de favela o que provocou muitas críticas, além da abordagem não ter sido realizada com o devido acompanhamento de assistentes sociais. Foram encaminhados para delegacia para averiguar antecedentes criminais. Aqueles os quais os pais não foram buscar foram encaminhadas para abrigos. O então governador Luiz Fernando Pezão (MDB) deu essa declaração (TCHAO, 2015)¹⁰¹:

“Se tiver um ônibus com os adolescentes vindo que não pagaram passagem, que estão descalços, de bermuda, sem documento, leva pra delegacia e os pais vêm buscar. Da última vez nós prendemos 112, vieram cinco pais buscar. Isto não é normal. Então, se querem que o filho vai pra praia, acompanha o filho, dê condições de ele passar o dia na praia” (TCHAO, 2015),

A declaração assim como ação foi alvo de críticas de militantes dos movimentos de favela, dos movimentos de direitos humanos, dos movimentos negro, dos assistentes sociais e especialistas em Segurança Pública. Tanto pelo caráter discriminatório com a forma de vestir, em uma clara referência a um padrão de vestimenta das pessoas pobres e faveladas. Como pela defesa da proibição destes de frequentar a praia.

A polêmica levou diversos órgãos de defesa da criança e ao adolescente, direitos humanos e movimentos sociais a uma mobilização contra a operação. A defensoria pública estadual da infância entrou com uma ação em defesa da liberdade de ir e vir dos jovens e também que eles não devem ser tidos como suspeitos sem nenhuma justificativa ou acusação. Mesmo com essas ações na justiça as operações continuaram ocorrendo.

A declaração do então governador revelou publicamente como o Estado produz práticas ilegais para impedir a circulação de adolescentes considerados como potenciais criminosos pela cidade. Pezão declarou que não permitiria a livre circulação e que para tanto autoriza os agentes do Estado a realizar práticas ilegais para esse fim. Não é uma declaração banal, mas a afirmação do então governador fluminense, defendendo publicamente e incentivando agentes estatais a cometer práticas ilegais. Ao comparar o Segurança Presente com a Operação Verão são os

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/operacao-verao-38-menores-sao-encaminhados-para-abrigo-no-rio>> Acessado em 14 de abril de 2022.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/prefeitura-entrega-lista-com-nomes-de-menores-policia-do-rj-nesta-quarta.html>> Acessado em 14 de abril de 2022.

mecanismos operados pelo Estado, instrumentalizados através do ECA e que estabelecem pontos de interrupção da livre circulação de sujeitos indesejáveis por meio da ilegalidade.

Na impossibilidade de criminalizar os adolescentes pelo fato de ir à praia, o dispositivo de segurança precisou refinar suas práticas para produzir o controle social do território. E dessa forma passaram a utilizar a figura do “menor desacompanhado”. Ou seja, para o Estado praticar uma ilegalidade para impedir pessoas consideradas suspeitas em potencial de frequentar a praia o Estado opera o ECA para alegar que são jovens desacompanhados dos pais, portanto não podem frequentar a praia. E aqueles jovens que os pais não forem buscar na delegacia serão encaminhados para o abrigo.

Em uma só cartada, o Estado consegue evitar que centenas de pessoas não consigam frequentar a praia, criminalizar os pais por “abandono de incapaz” e evitar que “suspeitos em potencial” acessem a orla carioca. É uma estratégia *ad hoc* de criminalizar a pobreza e impedir a livre circulação das classes populares por alguns territórios. A partir de uma lógica muito simples de proteção do território da praia dos indesejáveis. Como o ex-governador reforçou, criminalizando os pais que não foram buscar, induzindo uma propensa irresponsabilidade e falta de cuidados dos pais. O Segurança Presente opera com os “indesejáveis” de forma muito semelhante, impedindo a circulação por meios ilegais.

O refinamento dessa prática é poderoso, pois o Estado ainda faz uso de argumentação de que está “agindo em proteção das crianças e adolescentes de perigos e riscos” em que podem ser expostos ao estarem desacompanhados de responsáveis. Valendo-se da atribuição do Estado como racional e legal para uma prática ilegal. Dessa forma o Estado direciona aos pais ou responsáveis a culpa por permitirem que seus filhos andem pela cidade sem a presença de um adulto ou responsável. O Estado, ou melhor, o *governo dos pobres* (FOUCAULT, 2008) adquire um papel de protetor dessas crianças e adolescentes, quando na verdade, o real objetivo é impedir o acesso desse grupo social à praia no Segurança Presente a áreas de determinados bairros.

No Segurança Presente, as crianças e adolescente também são agenciados como um instrumento para impedir a circulação e permanência dos indesejáveis pelo território protegido. A partir da acusação de que os adultos pedintes com crianças e adolescentes nas ruas promovem exploração de crianças e adolescentes. E os adolescentes sozinhos pedindo ou trabalhando como ambulante estão em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, conseguindo inserir

o indesejável em uma tipificação criminal o qual pode ser responsabilizado judicialmente e apenado não pode mais circular pelos territórios.

No dia 9 de fevereiro após a prisão de Vitória eu, Nega, Kailane e o pastor Wagner¹⁰² estávamos na ocupação da FAETEC¹⁰³. E o assunto da conversa era sobre Kailane ter conseguido fugir da prisão, mas ela estava ainda sendo procurada pelos agentes do Tijuca Presente. Segundo os rumores e o que foi falado pelos agentes na delegacia a filha da minha interlocutora também estava sendo processada por exploração de menores e mal cuidado com sua filha de 1 ano. Pastor Wagner disse: *“Os caras já avisaram, se você e a Baldi descerem novamente com as crianças vocês vão ser presas”*.

Essa conversa revela como as crianças e adolescente configuram como um instrumento de acusação criminalização e justificam a repressão dos agentes do Segurança Presente. É a partir dela que não apenas Vitória foi presa, como Kailane e Baldi passaram a ser procuradas. Ainda durante essa conversa citada acima a filha de Vitória foi aconselhada a ir ao Conselho Tutelar e apresentar que sua filha não sofre maus tratos, está com as vacinas em dia, para evitar uma possível prisão e consequente perda da guarda.

Devido à insistência e resiliência de Vitória, os agentes necessitaram fazer um robusto acervo de fotos para conseguirem incriminá-la. Como ela mesma me contou os policiais tinham tirado diversas fotos, em dias e horários distintos para caracterizar de maneira sólida a situação de uma situação de exploração de menores. E a partir do momento em que conseguiram um mandato de prisão, passaram a buscá-la para prender minha interlocutora. Como Kailane descreveu no dia da prisão, os agentes já vieram cercando e gritando para prender ela e sua mãe: *“Perdeu, Perdeu, Perdeu...”*.

O que os agentes não esperavam era a condição de Vitória de ser foragida da justiça. Como eles já a conheciam e por vezes ela os enganou por meio do ilegalismo de apresentar uma identidade falsa. Eles tiveram de partir para a incriminação sofisticada através da utilização dos filhos na atividade de pedir dinheiro ou alimentos. Não se pode criminalizar o ato de pedir,

¹⁰² Pastor Wagner é sacerdote da Igreja Batista do Tuiuti. Mas desenvolveu por anos um projeto social com as crianças da ocupação IBGE Mangueira onde distribuía café da manhã, roupas, almoço e reforço escolar. O seu projeto social é ligado ao projeto nacional Missões, que coordena e apoia diversos projetos sociais evangélicos no Brasil inteiro. Atualmente o pastor Wagner está recomeçando o mesmo projeto social na ocupação Faetec, que antes era realizado na IBGE>

¹⁰³ No final de 2020, moradores da favela da Mangueira ocuparam o antigo edifício da escola técnica Fatec, que fica ao lado do Museu do Samba e do terreno onde ficavam os edifícios da IBGE. Desde então estão ocupando e morando no espaço, algumas das minhas interlocutoras também está residindo na nova ocupação.

mas o Estado pode configurar e forjar outras ações permeadas de ilegalidades para criminalizar o sujeito que é pedinte.

A *ilegibilidade do Estado* (DAS; POOLE, 2004) na prática de configurar uma situação inexistente ou no mínimo exagerada de “exploração de menores” pode ser comparada ao “kit bandido”¹⁰⁴ o qual analisa Juliana Farias (2015). A antropóloga e pesquisadora Juliana Farias (2015) discorre sobre como o “kit-bandido” é comumente utilizado pelos policiais no Rio de Janeiro para forjar flagrantes e incriminar vítimas de “auto de resistência”¹⁰⁵. A fraude processual ocorre na implantação de drogas ilícitas e armas junto ao cadáver para incriminar a vítima. Uma prática ilegal operada para dar legalidade ao ilícito. Uma clara operação do Estado nas margens¹⁰⁶.

No caso específico as diversas fotos feitas pelos agentes do Segurança Presente, em dias diferente da minha interlocutora com seus filhos na rua. Configuram uma espécie de “kit bandido” do Segurança Presente, uma prática ilegal dos agentes do Estado para criminalizar sujeitos que resistem em circular pelos territórios vigiados pelo dispositivo securitário. Como defende Vera Telles (2015) aqui é uma busca da “Antropologia do Estado”, a procura de rastrear como o modo como “as práticas e políticas da vida nessas áreas modelam as práticas e políticas de regulação e disciplinamento”. Compreender como Vitória foi incriminada, em síntese é como o Estado age e produz suas práticas ilegais nas margens e para com sujeitos inseridos nas margens.

A incriminação Maria dos filhos a partir dos seus genitores constitui como defende Daniel Hirata (2012) uma legislação de exceção que amplifica os poderes discricionários da polícia na execução de formas de controle e os modos de incriminação. O “kit bandido” investigado por Juliana Farias (2015) operado por agentes de segurança pública para evitar a configuração o crime “execução sumária”. E para minha interlocutora as crianças e adolescentes como instrumento de incriminação revelam esses modos de controle, de incriminação e das transgressões produzidas pelo Estado e seus agentes. A polícia não é única

¹⁰⁴ O kit-bandido é um conjunto de drogas ilícitas e armas que são colocadas junto ao cadáver ou apresentadas na delegacia. O kit bandido serve para incriminar a vítima e justificar o homicídio como auto de resistência.

¹⁰⁵ O auto de resistência é o dispositivo legal, quando um policial em ação pratica homicídio contra um suspeito ou criminoso. O que preconiza o auto de resistência é a resistência do criminoso a prisão em flagrante ou quando o policial é atacado pelo criminoso e atua em legítima defesa.

¹⁰⁶ A prática do “kit-bandido” apesar de não aparentar se uma prática comum no meu campo de pesquisa. Nas pesquisa na internet encontrei um caso de um motoboy que foi vítima de agentes do Niterói Presente. Um vídeo mostra os agentes tentaram incriminá-lo colocando drogas ilícitas (REDAÇÃO, 2022)

instituição, mas ela torna-se relevante nas filigranas da etnografia por estar na ponta, no contato direto, nas margens.

O que une os dois casos é a prática ilegal do Estado para criminalizar sujeitos que não cometeram nenhum ato criminoso. É a partir das práticas de ilegitimidade do Estado (DAS; POLLE, 2004), da manipulação das normas, leis e regras que o poder atua nas margens, aqui incrimina sujeitos, fazendo valer os poderes do Estado soberano ao seu bel prazer e dos empresários financiadores. Essas *práticas de ilegitimidade* não são tão simples como aparentam ser, pois requerem refinamento, habilidades e sofisticação. A preparação de semanas das fotos da minha interlocutora e seus rebentos revela como a construção dessas práticas ilegais de incriminação são bem articuladas e complexas. O ilegalismo de Vitória conseguiu driblar as insistentes abordagens policiais, mas não foram suficientes para driblar a ilegitimidade.

O artigo 232 do ECA versa sobre: “Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos” (BRASIL, 1990). O artigo é subjetivo, podendo abarcar inúmeras situações, porém são as situações mais criminalizadas ou reprimidas ligadas aos pobres, aos sujeitos nas margens, ainda mais quando estes resistem às políticas arbitrárias do Estado. A discricionariedade da qual gozam agentes do Estado favorece a operação ilegal de configuração a situação de Vitória e seus filhos como uma categoria criminal.

O artigo 60 LPB (da Lei de Contravenções Penais Brasileiras) (BRASIL, 1941) estabelecia a contravenção de mendicância, que configura o ato de “mendigar por ociosidade ou cupidez”, com pena de até 3 meses. Contudo, essa contravenção têm três qualificadoras, uma delas é o crime previsto no artigo 232 do ECA. Segundo o emaranhado se torna ainda mais complexo, pois em 2009 (REDAÇÃO, 2009) o Congresso Brasileiro exclui esse artigo da LPB, porém a qualificadora continua em vigência no ECA.

Toda essa aparente confusão de contravenção penal abolida, mas que a qualificadora continua tendo validade em outra legislação é um prato cheio para as práticas ilegais do Estado nas margens. Na verdade, é um meio ideal de como o Estado Moderno pode reformular, manipular e agenciar essas leis de acordo com seus interesses como defende Veena Das (2004) ou no caso dos ambulantes em Buenos Aires analisado por Maria Pita (2012). Essas suspensão, complexidade, conflito de legislações e regulamentos sobrepostos os jogos de poder, as chantagens, as práticas de repressão que são em síntese operadas recorrentemente pelo Estado e seus agentes nas margens como defende Vera Telles (2015).

Nesse sentido, em que artigos do ECA são operados pelo Estado não tem como propósito a proteção dos menores de idade. Mas sim, a uma política de segurança pública a qual criminaliza a pobreza. Dessa maneira o ECA é operado para criminalizar os pais que levam os seus filhos para o trabalho nas ruas, como no Segurança Presente e para criminalizar jovens que buscam lazer no final de semana, como na Operação Verão. São as leis sendo operadas pelo Estado para proteção dos territórios dos indesejáveis, a ilegitimidade é regra das práticas de incriminação.

A ilegitimidade constitui-se na ação ilegal do Estado de deter crianças e adolescentes em trânsito pelas ruas da cidade, sem que estes tenham cometido alguma infração ou estejam em situação de vulnerabilidade, maus tratos, etc. Como denúncia a defensora pública fluminense Eufrásia Maria Souza das Virgens acerca da prática do Segurança Presente:

“Estamos recebendo inúmeras denúncias sobre a apreensão ilegal de adolescentes pela Polícia Militar e ainda não temos informações oficiais e claras sobre o teor desse convênio. Muitos estão sendo apreendidos simplesmente porque o policial acha se tratar de alguém que virá a cometer ato infracional, a partir de um julgamento subjetivo. Chegando lá, porém, verifica-se que não há fato a ser registrado e o adolescente é liberado.”(VIGNA, 2016)

É uma detenção ilegal, que opera acionando as leis do ECA para cobrir de legalidade, mas que na prática é ilegal. A busca pela legalidade na verdade apenas busca acobertar a real motivação da prática, que é a de apreender crianças e adolescentes, que para os agentes do dispositivo securitário são potenciais criminosos. É ilegal, mas o Estado consegue dobrar a legislação para torná-la legal.

A declaração do defensor público Rodrigo Azambuja na reportagem da Agência Pública (VIGNA, 2016) sobre a denúncia feita a ONU por diversos órgãos da área da criança e adolescente em 2016 a respeito das apreensões ilegais desses jovens a partir do argumento legal de vulnerabilidade social, abandono ou exploração. Traduz muito bem como o Estado tem usado esse artifício para promover uma política de higienização social e controle social determinados territórios. A denúncia versa sobre uma apreensão compulsória de crianças, adolescentes, pobres e negros num caráter preventivo, pois são considerados criminosos em potencial.

A ilegitimidade praticada pelo Estado nas margens, para fazer cidade, remover indesejáveis e higienizar o território já foi denunciado a ONU e foi alvo de diversas ações judiciais. Contudo, a prática continua sendo corrente na cidade do Rio de Janeiro. Os desafios do Estado-nação para se impor nas margens, ou seja, nos países periféricos e principalmente

em territórios considerados como sem Estado ou com grande ausência da presença do Estado (DAS e POOLE, 2004). E nesse esforço do Estado para fazer existir nas margens é onde são produzidas as práticas ilegais.

A ilegitimidade é uma prática corrente do Estado em determinados territórios e para com determinadas populações, todos inseridos nas margens. No caso do Segurança Presente é a partir do esforço estatal em construir *espaços de segurança*, que o Estado produz ilegalidades com determinados grupos sociais, tidos como perigosos, delinquentes e indesejáveis. A impossibilidade de impedir de forma escancarada a liberdade de ir e vir dessas populações o Estado recorre aos ilegalismos para fazer cidade, por exemplo, como abordei acima as crianças sendo agenciadas para legitimar uma política de higienização social.

O caso de Lohan e Pedro revelam essas apreensões compulsórias ilegais. Pedro, filho de Maria dos filhos foi conduzido para delegacia da Tijuca pelo simples fato de ir falar com seu amigo, que já estava sendo abordado por um agente. Pedro não tinha flagrante, não praticava uma atividade suspeita ou qualquer motivo para categorizado como suspeito. Apenas por errar o seu nome e os agentes não encontrarem informações ele foi conduzido para delegacia onde passou horas até ser liberado. Segundo o filho de Mãe Vitória ele seria encaminhado para um abrigo, mas conselheira optou por deixá-lo retornar para casa. Essa prática está dentro dos ilegalismos que tem como objetivo produzir um território inóspito para as pessoas indesejáveis.

Repetir procedimentos como este que Pedro passou faz parte de uma estratégia de produzir nos indesejáveis uma sensação de esgotamento, cansaço e para forçá-lo a desistir de tentar vender balas e chocolates, pedir dinheiro e de circular naquele território. Como foi preconizado pelo programa Tolerância Zero em Nova York o incessante “parar e revistar”. Se o Pedro não tem nenhuma passagem pela polícia que o impede de circular, é preciso produzir um incessante incômodo (abordagens repetitivas e incessantes) para ele desistir de continuar habitando aquele lugar ou conduzi-lo para um abrigo para menores por estar desacompanhados dos pais.

A Operação Segurança Presente se configura como uma tecnologia de poder no sentido como é proposto por Veena Das e Deborah Poole (2004). Pois é um instrumento pelo qual o Estado busca “gerir”, “controlar”, “colonizar” e “pacificar” os indesejáveis tanto através do uso da força como pelo uso de uma pedagogia para transformar “sujeitos sem lei”, em sujeitos do Estado. Nesse sentido as margens estão no âmbito das populações, que devem se manter fora da linha determinada dos *espaços de segurança* ou para adentrar nessas zonas não podem

ter atitudes desviantes como pedir dinheiro, vender bala e demais ações dentro desse escopo. Segundo Vera Telles (2015):

[...] Nos termos de Veena Das (2004), “assinaturas do Estado” impressas no modo como códigos, normas, leis circulam, são agenciados, negociados, postos em ação nos contextos situados desses territórios, redefinindo a distribuição do permitido, do tolerado e do reprimido, e também o jogo oscilante entre repressão e acordos negociados, entre legal e o extralegal. Alteram-se a cartografia política tanto quanto a distribuição dos lugares, das posições, das hierarquias na ocupação desses espaços.

Importante notar: as “assinaturas do Estado” são o registro da presença do Estado, sua face legal-burocrática, como diz a autora, incorporada nas regras e regulações desses espaços e dessas atividades, nos seus dispositivos, agentes e procedimentos pelos quais elas efetivam; operam como uma “força gravitacional” das práticas e modos como atores lidam com a situação e seus pontos de fricção, bem como dos recursos mobilizados para contornar, resistir, enfrentar e, no final das contas sobreviver nesses lugares (DAS, 2004). (TELLES, 2015 p.65)

Os territórios onde o Segurança Presente atua são privilegiados para observar como o Estado opera, como as regras, leis e procedimentos são agenciados para promover controle social, higienismo e o “fazer cidade”. A partir das demandas do setor privado, que mobiliza o Estado a agir em prol dos seus interesses a reboque das leis e produzindo práticas de ilegitimidade para os indesejáveis. Através dessa chave analítica compreender a criminalização de Maria dos filhos, dos seus filhos e milhares de pessoas que sofrem com os efeitos do dispositivo securitário.

Diante de todas essas práticas ilegais que produzem uma cidade hostil, a quem nela precisa circular para trabalhar na informalidade. É por meio de uma *competência circulatória* (TARRIUS, 2002), que configura passar pelas fronteiras, contornar as restrições, os *checkpoints* e demais controles (TELLES, 2010). É por meio dessa *competência circulatória* que minha interlocutora busca ganhar vida, prover renda e sobreviver em meio a precariedade.

A *competência circulatória* dos indesejáveis precisa se reatualizar e produzir novas estratégias para desviar das novas tecnologias de segurança. Como me apontou Maria dos filhos, em fevereiro de 2020, dizendo que desejava trabalhar vendendo água, refrigerantes e cerveja nos blocos de carnaval na região central da cidade. Contudo, ela desistiu da empreitada, pois tinha visto em uma reportagem sobre a instalação de câmeras de reconhecimento facial nas ruas do Centro da cidade e em Copacabana. Sendo ela uma procurada da justiça, ela não daria mole indo para essas regiões, podendo terminar na prisão.

É a partir da *competência circulatória* que Vitória também se faz presente em conseguir alimentação, enquanto exerce o seu trabalho nas ruas. Em uma determinada rua da Tijuca ela conhece um rapaz de um bar que lhe dá quentinhas. Na feira livre de Vila Isabel pude presenciar como os feirantes dão alimentos os seus filhos. Lucas e Nanda se fartavam de pedaços de queijo doado pelo dono da barraca que vende queijos e embutidos ou ganhando invariavelmente uma maçã ou banana do feirante da barraca de frutas.

Ou quando Vitória a partir do recurso aos ilegalismos fornecia números da identidade de uma amiga para sair ilesa das recorrentes abordagens dos agentes do Tijuca e Vila Isabel Presente. São todas ações dentro do escopo da *arte do contornamento* para andar e trabalhar pelas ruas da capital fluminense. E todas essas estratégias estão dentro do que elejo como *competência circulatória*, um saber forjado nos enfretamentos e desafios diário de sobreviver em meio a precariedade nas ruas cada vez mais vigiadas e militarizadas.

Vitória é uma insubmissa em todos os sentidos, em uma conversa com o pastor Wagner e Nêga após a sua prisão o primeiro dizia: “ *Eu avisei mais de mil vezes para Maria dos filhos não ir lá para baixo com as crianças, que o conselho ficaria em cima dela. Mas ela não me ouve. Ela não tem jeito*”. Ele estava referindo-se ao fato da insistência de Vitória mesmo com todas as abordagens, policiamento e tudo mais ela nunca deixou de ir trabalhar nas ruas, de buscar o seu sustento de não se acomodar diante da vigilância.

Não há adjetivo melhor para definir Vitória do que insubmissa, uma pessoa que não se submete ao poder do Estado em controlar, vigiar e determinar quem pode ou não trabalhar em certos lugares. De fato, ela é uma mulher que não abaixa a cabeça diante das dificuldades da vida precária. Mesmo sendo uma foragida da justiça, mesmo tendo medo de ser presa mais pelos seus filhos do que por ela. Maria dos filhos nunca deixou de ir na rua e criou a prática de dar nome e número de identidade falsos para circular pela cidade.

E ela conseguiu por alguns bons anos voar abaixo do radar, não ser pega por uma política pública de segurança produzida para prender pessoas como ela. Sujeitos favelados, com passagem pela polícia e que levam seus filhos para o trabalho na rua. Ela era toda, mas completamente em totalidade o perfil alvo do programa e mesmo assim conseguiu resistir a partir da sua engenhosidade de driblar os desafios da vida em uma cidade militarizada.

A mesma Maria dos filhos afrontosa, que manda o agente comprar máscara para ela e os filhos, porque ela não tinha dinheiro. É a mesma em que muitas vezes me questionou e pediu

para ver o seu processo na justiça. Portanto, busco dizer o medo de ser presa existia, mas ao mesmo tempo não a impedia de continuar a enfrentando os desafios de trabalhar na rua. Do “fazer a cidade” diante das barreiras que são colocadas a enfrentando e ao mesmo tempo tentando buscar saídas.

Nessas linhas tortuosas e difíceis a insubmissão é de fato uma de suas características. No dia do meu reencontro com ela após a prisão. Falei cheio de entusiasmo que agora ela poderia tirar o CPF, novos documentos ter acesso ao Auxílio Brasil e demais benefícios e ainda mais poder tirar a carteira de trabalho. E emendei citando o exemplo do seu marido, que conseguiu emprego logo após sair em condicional. Foi quando fui surpreso com a resposta dela: “Não, eu não quero ter patrão”¹⁰⁷.

Circular para Vitória não é só medo, mas também é observar as oportunidades que a cidade projeta para a sua sobrevivência. Desde um funcionário de um supermercado descartando alimentos vencidos, que ela pode levar para sua casa e alimentar seus filhos. Até se deparar com uma feira, onde ela pode pedir aos transeuntes para comprarem uma maçã, um arroz ou qualquer outro gênero alimentício para fortalecer a sua dispensa quase sempre vazia ou necessitada de comida. É esse o sentido mais apropriado de circulação para Vitória.

E pude ver *in loco*, como no asfalto, meio que de repente nasce uma oportunidade em meio ao ato de circular. Em março de 2022, uma semana depois de conquistar a liberdade “Lili cantou”, quando eu, ela e sua filha Camila retornávamos de uma reunião na defensoria pública estadual e prosseguida de uma ida na VEP (Vara de Expedições Penais), onde fomos ver os encaminhamentos do seu caso. Estávamos caminhando para pegar ônibus, elas iriam para o Borel e eu para São Gonçalo. Na Avenida Passos, próximo a região do mercado popular do Saara passamos em frente a sede da FEB (Federação Espírita Brasileira). Imediatamente, Vitória lembrou que quando ela residia nas ruas do centro da cidade ela pegava cestas básicas

¹⁰⁷Uma resposta negativa, ela emendou não querer saber de nada de emprego, de patrão e que preferia trabalhar em qualquer outra coisa. O que responde uma hipótese de inicial da distinção entre Mãe Grandona e as minhas outras interlocutoras de pesquisa. Ela rejeita o trabalho formal, por convicção, por experiência ou por trauma. E o que me remeteu a pesquisa de Sidney Chalboub sobre o cotidiano dos trabalhadores pobres e negros, nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro. No livro *Trabalho, Lar e Botequim*, Chalboub (2001) investiga as práticas de controle social para com a população negra da então capital federal. Em que o trabalho tinha um dever fundamental para amansar os corpos dessa camada da população. O historiador aponta a ação de uma parcela da população negra rejeitava o trabalho formal, devido a exploração, os baixos salários, a precariedade e as péssimas condições laborais. E, portanto, essa população buscava atividades laborais informais ou profissões autônomas para fugir do trabalho extasiante.

na instituição e ainda recebia um dinheiro para poder comprar o gás. O único problema era ter de assistir uma palestra sobre espíritos, reencarnação, etc. Segundo ela uma chatice total.

Em questões de segundos Vitória para em frente a porta da Federação Espírita e pergunta para recepcionista: “*Vocês ainda estão distribuindo cestas básicas?*”, a resposta negativa não a intimidou. Vitória argumentou novamente que anos atrás ela pegava cestas básicas ali, e logo emenda que estava precisando de comida para sua filha e mais alguns outros argumentos para reforçar seu estado de carência. A recepcionista repete não estava havendo distribuição e sem previsão de retorno. Vitória agradece e seguimos em direção ao ponto de ônibus.

Essa cena revela o circular como possibilidade de sobrevivência, um lugar, uma lembrança e uma tentativa. Vitória tentou uma possibilidade de conseguir uma cesta básica, infelizmente não conseguiu. Contudo, só estando em circulação ela pode intentar conseguir um dinheiro, um arroz ou como ela diz: “*Alguma coisa para ajudar na mistura*”. Essa ação da minha interlocutora em intentar uma cesta básica revela muito também sobre o sua *competência circulatória* em prol da sobrevivência. Conhecer lugares que dão quentinha, ou lugares em que é possível dormir, onde conseguir uma cesta básica, entre outros dentro da mesma categoria. Em resumo locais que oferecem ajuda para pessoas em vulnerabilidade.

É saber os locais onde é possível ganhar uma cesta básica, onde é possível receber uma quentinha, uma farmácia boa para pedir fraldas aos clientes que adentram e conhecer os locais onde o segurança privados ou profissionais da segurança permitem ela trabalhar. É a partir dos saberes forjados na rua, ou seja, em circulação que não só Vitória como muitas outras pessoas na mesma situação vivem e sobrevivem em meio a precariedade.

Esse conhecimento dela é também sobre a Zona Norte da cidade, nos bairros de Vila Isabel, Tijuca e Grajaú. Ela sabe onde tem uma instituição que ajuda crianças, onde é possível conseguir doações de dinheiro, de uma Igreja em que é bom para conseguir alimentos ou um centro de Umbanda ou Kardecista que distribui roupas usadas, porém boas. E a partir desse conhecimento circulatório que mesmo em meio ao risco de ser presa ou de perder os seus filhos para o Conselho Tutelar ela insiste em circular pela cidade militarizada e repleta de *checkpoints*.

Na reunião com a defensora pública, responsável pelo pedido de arquivamento da condenação dela questionei se a minha interlocutora já podia andar livremente pelas ruas, já que sempre há o temor de ser parada em alguma blitz e ser novamente presa. A defensora

respondeu que sim, mas para irmos à Vara de Expedições Prisionais para pedir a baixa no mandato de prisão de Maria dos filhos. Apenas em no início de mês de maio saiu processo de baixa do mandato de prisão do sistema. Mas na dúvida, enquanto isso Maria dos filhos tem andado com o alvará de soltura recebido na saída da prisão para evitar uma nova prisão.

Ainda é muito cedo para afirmar se ela voltará a trabalhar nas ruas, se preferirá apenas viver com os benefícios governamentais ou se buscará um emprego formal ou informal. O que posso afirmar com plena certeza é que Vitória Silva continuará insubmissa as barreiras impostas pelo Estado, continuará circulando e não deixará de criar novas práticas engenhosas para se livrar do Estado, dos seus agentes, do conselho tutelar que insistem cotidianamente em tentar modelar o seu modo de viver e trabalhar.

Em maio de 2022, fui a casa de Vitória para celebrar seu aniversário. A ideia de comprar um bolo e refrigerantes para fazer uma festinha surpresa partiu de Brenda. Combinei a surpresa com Nega para as 19h30. Apesar da chuva forte que castigava a cidade, mesmo assim conseguimos fazer a festa. Enquanto, esperávamos Nêga chegar do trabalho conversamos animadamente no quarto. Maria dos filhos nos ofereceu chicletes e balas. Antes de cantar parabéns Vitória reclamou com um dos seus filhos, ela disse: *“Lucas, para de pegar os meus chicletes, que eu vou ficar sem nada para trabalhar amanhã”*.

Foi quando despertei, que minha interlocutora já tinha retornado a sua tarefa de trabalhar nas ruas, agora não mais pedindo dinheiro junto dos seus filhos. Mas vendendo balas, chicletes e chocolates. O que revela o quanto Vitória Silva partiu para uma nova forma de trabalhar, contornando a questão dos filhos já que pode ser acusada de exploração de crianças, mas agora trabalhando novamente com a venda de guloseimas pelas ruas da Zona Norte do Rio de Janeiro. É um eterno reinventar e reexistir para sobreviver e prover uma renda para sua família em meio a cidade e os dispositivos de segurança.

3 MÃES, FILHOS E O CÁRCERE COTIDIANO

Chega estampado, manchete, retrato
 Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
 Eu não entendo essa gente, seu moço
 Fazendo alvoroço demais
 O guri no mato, acho que tá rindo
 Acho que tá lindo de papo pro are
 Desde o começo, eu não disse, seu moço
 Ele disse que chegava lá

Meu Guri- Chico Buarque

3.1 Introdução

O trabalho de campo é sempre uma caixa de surpresas, a tese pensada no projeto de doutorado nunca é aquela que terá lugar nos anais da biblioteca universitária, morada final de toda conclusão de curso de pós-graduação. Da mesma maneira, um homem nunca entra duas vezes no mesmo rio, a tese é uma eterna metamorfose que se altera ao longo da sua feitura. E é nesse sentido, que o cárcere tornou-se um objeto relevante na minha pesquisa, através do acompanhamento das minhas interlocutoras de pesquisa. O cotidiano da prisão fez-se do início ao fim. Em especial, a partir dos filhos de Fátima, Selma e Vitória.

E foi no trabalho de campo, onde cotidianamente escutei sobre um filho que saiu da prisão, um filho que foi preso ou uma vizinha em situação de cárcere. Esses relatos no dia a dia me remeteram a pensar sobre como o *hiper encarceramento* (GARLAND, 2001) atinge profundamente os sujeitos da minha etnografia. Inclusive uma das minhas interlocutoras, a Maria dos filhos com duas passagens pelo sistema prisional, sendo a última, em 2022. Contudo, a minha pretensão neste capítulo é abordar como Fátima, Maria dos filhos e Selma agem em relação aos efeitos produzidos pela prisão.

Para dar conta dos efeitos econômicos, sociais e políticos produzidos pelo encarceramento em massa as minhas interlocutoras têm mobilizado para prover dinheiro para mandar para o filho no cárcere, para cuidar dos netos, para conseguir acessar um benefício, entre outras questões. E em diversas dessas frentes das minhas interlocutoras os ilegalismos (TELLES, 2010), a *viração*, a *arte do contornamento* nas fronteiras porosas do informal, ilegal e ilícito.

Elas também atuam diante da violência estatal, da violência de gênero e da violência do tráfico de drogas ilícitas e da milícia. É salvar um filho de ser punido pelo traficantes ou mesmo

ficar feliz por um filho ser preso, pois estava sofrendo com as agressões do rebento. Essas trajetórias são atravessadas pela violência, assim como pelo cárcere. Não são famílias desestruturadas, devido ao cárcere, mas são famílias que sofrem pela precariedade econômica os quais os efeitos são latentes. Como os benefícios, que são bloqueados para os familiares presos e também a dificuldade em acessá-los no período pós-cárcere.

3.2 Fátima e os correos dos filhos no cárcere e fora do cárcere

Fátima Rodrigues atualmente trabalha em como auxiliar de serviços gerais em uma empresa terceirizada. Mas quando a conheci estava desempregada há dois anos. Ela foi residir na ocupação, depois de sua casa ser interditada pela Defesa Civil na década de 2000, após uma forte chuva quando duas casas vizinhas a sua deslizaram. Ela era moradora da ocupação IBGE Mangueira e foi removida em 2018, junto com os demais moradores. Hoje ela está morando em uma casa alugada no alto da favela da Mangueira com sua filha Luciane. Conheci Fátima através de Selma, uma das minhas primeiras interlocutoras.

Fátima Ferreira Rodrigues tem 5 filhos, dois homens e três mulheres. Apenas uma filha mora na Zona Oeste e os demais moram na favela da Mangueira. A filha mais próxima é Luciane, com quem ela divide a mesma casa atualmente. As duas também residiram durante anos na IBGE, apesar de alguns desentendimentos as duas tem uma boa relação. A outra filha de minha interlocutora mora na Mangueira, mais em uma localidade um pouco mais afastada. A terceira filha mora em uma favela na região de Jacarepaguá. Os dois filhos são Lucas Felipe e Renzo.

Lucas Felipe tem aproximadamente 36 anos, é o filho homem mais velho, é tido como um filho responsável e trabalhador. Ele é casado e mora também na favela. Lucas é proprietário de um lava-jato localizado na rua principal da Mangueira. Ele foi preso em janeiro de 2018, durante uma operação policial na ocupação IBGE que resultou em mais de uma dezena de detidos, todos eram homens. Segundo a sua mãe ele não tinha nenhuma passagem pela cadeia, mas acabou sendo preso. Após ganhar liberdade voltou a trabalhar lavando carros.

Renzo é o filho mais novo da minha interlocutora, tem aproximadamente 24 anos e também é o que dá mais trabalho, segundo a mãe. Ele foi preso em 2017 ou 2018 cometendo um assalto à mão armada e passou um tempo preso e conseguiu a liberdade em março de 2020. Quando retornou a morar em uma casa na favela junto de sua mãe. No entanto, voltou para a

chamada *vida errada*, cometendo novamente um assalto, que resultou em sua fuga da Mangueira para evitar um espancamento ou morte pelos traficantes de drogas ilícitas.

Assim como outras ex-moradoras da IBGE ela tem mudado de casa diversas vezes, só desde que a conheci está vivendo na terceira casa alugada. Atualmente reside junto da filha Luciane em uma casa alugada. As motivações para as sucessivas mudanças vão desde os atrasos recorrentes do Auxílio Aluguel, passando por casas em condições físicas precárias até a questão do seu filho Renzo, que saiu da cadeia no início de 2020 e foi residir junto com ela. E os efeitos da volta ao convívio da mãe com o filho que abordarei nessa primeira parte do capítulo.

Foi durante o trabalho de campo, quando estava na casa de Selma no Borel, que nos aproximamos mais. Ela foi tomar uma xícara de café com sua amiga de longa data. Mesmo após a remoção, quando muitos moradores se separaram elas ainda mantiveram os laços de amizade e encontros. Apesar da remoção algumas redes de solidariedade e amizade resistem aos efeitos da remoção. Assim, que Fátima chegou Selma entrevistei, para me apresentar como ex-moradora da IBGE e que eu podia entrevistá-la também para minha pesquisa.

Logo, assim que Selma nos apresentou desenvolvemos uma relação profícua e harmoniosa. Ela tinha sido também moradora da ocupação IBGE Mangueira e tinha uma grande amizade com Selma. Após a remoção elas continuaram próximas, mantendo os laços de amizade, companheirismo e ajuda. Apesar de morarem longe elas se encontram constantemente.

Logo, no terceiro encontro com Fátima ela me revelou sobre o seu filho em situação de cárcere e sua preocupação, pois ele poderia sair em pouco tempo. Segundo ela seu filho tinha sido preso por assalto à mão armada. Foi preso quando assaltava uma loja de departamentos acompanhado de um amigo. Quando saíam da loja com dinheiro e produtos roubados foram surpreendidos por policiais militares, resultando em um tiroteio. Renzo foi alvejado com um disparo de uma pistola na perna e terminou preso. Recebeu os primeiros socorros no hospital Salgado Filho e depois foi encaminhado para o Complexo prisional de Bangu. Acabou terminando o tratamento do ferimento em Bangu, sem as condições ideais, sem medicamentos e sem acompanhamento médico adequado.

E foi Fátima, a mãe que fez das tripas coração para providenciar os remédios, óleo de girassol, moxilina, ataduras e tudo mais necessário para cicatrizar a ferida. Renzo não apenas

tinha o ferimento de arma de fogo, mas também tinha “ferro”¹⁰⁸ na outra perna devido a um acidente de motocicleta. A mãe teve de recorrer aos *ilegalismos* para poder viabilizar a entrada dos medicamentos no Complexo Prisional de Bangu. Pois, no sistema carcerário brasileiro medicamentos só podem adentrar mediante a prescrição médica. Como era quase impossível o Renzo conseguir uma consulta no hospital penitenciário dentro de Bangu, a mãe deu um jeito.

Fátima recorreu a uma amiga, que trabalha como enfermeira em um posto de saúde e conseguiu uma receita médica falsa para permitir a entrada dos remédios pelo preço de R\$ 30,00. Assim, ela conseguiu viabilizar os cuidados com o ferimento de seu rebento dentro do presídio. Mas nessa conversa ela também me revelou uma preocupação com a possível saída de seu filho, pois como ele era ladrão não poderia voltar a morar na Mangueira. Pois, o chefe do tráfico na Mangueira tinha proibido ladrões na localidade. Fátima já fazia planos de quando seu filho ganhasse a liberdade de se mudar para algum outro lugar, a princípio ela planejava morar na favela do Tuiuti.

Minha interlocutora entre as três abordadas neste capítulo foi a mais dedicada a visitar e assistir o filho no que ela pudesse. Mas em nossas conversas, ela revelou que só conseguia ir, quando tinha dinheiro. Porque ela narrou ser dispendioso sair da Mangueira, pegar um trem até Bangu, depois uma van até o Complexo Prisional de Bangu. Além do gasto de transporte e alimentação ainda tinha de comprar os produtos para levar o jumbo¹⁰⁹ para Renzo, na cadeia. Ela também enviava mensalmente R\$ 200,00, para o filho preso.

Conheci Fátima é um momento difícil de sua vida, pois ela estava prestes a saída de Renzo da cadeia, o que gerou uma reviravolta em sua vida. Até então Fátima morava numa casa alugada com sua filha Luciane e sua neta. Mãe e filha recebem Auxílio Aluguel, mas para economizar e terem uma renda a mais, elas alugavam apenas um imóvel¹¹⁰. Viviam em relativa harmonia, apesar de algumas brigas banais do dia a dia. Mas o problema veio de vez, quando minha interlocutora recebeu notícia de que em uma semana seu filho receberia a liberdade. O que resultou em uma dura briga entre as duas.

¹⁰⁸ A expressão “ferro” significa uma prótese de metal implantada na perna.

¹⁰⁹ Jumbo é a expressão que designa o kit levado por familiares e amigos para pessoas em situação de cárcere. Em geral o jumbo é composto por produtos de higiene, alimentos, roupas, chinelos, cigarros, produtos de limpeza, entre outros.

¹¹⁰ No programa de auxílio aluguel configura como uma ilegalidade duas beneficiárias alugarem apenas uma casa. Pois, de 6 em 6 meses é preciso fazer o cadastramento na prefeitura e apresentar documentos como endereço, comprovante de pagamento de aluguel, recibos, etc. No caso de quem opta por morar junto e pagar apenas um auxílio aluguel é preciso forjar documentos para as duas pessoas apresentarem a comprovação de auxílio aluguel, em caso contrário o benefício é cortado pelo poder municipal.

Luciane não aceitava que seu irmão viesse morar na mesma casa que elas, portanto Fátima teve de procurar uma nova casa para viver com o filho. Na briga entre as duas tinha também uma questão de ciúmes e indignação, pois a filha defendia que a mãe se esforçava em demasia pelo irmão que nunca quis nada. Então, minha interlocutora teve de fazer das tripas coração para providenciar uma nova casa para morar, móveis, eletrodomésticos, cama e tudo. E ela teve de fazer um grande esforço para conseguir viabilizar essa nova casa, que alugou na Mangueira pelo valor de R\$350,00.

Foi nesse momento de mudança em que nossa relação ficou mais próxima, pois Fátima me pediu ajuda para conseguir montar a casa nova. Mas o primeiro desafio era o seu botijão de gás, pois ela tinha vendido o antigo. Assim, que soube que “Lili tinha cantado”¹¹¹ para o seu caçula, que pediu dinheiro para mãe para conseguir sair da cadeia com o mínimo de condições financeiras e pagar as dívidas contraídas com os companheiros de cela. Foi nesse desafio que Fátima partiu para fazer o corre¹¹², para levantar a grana para conseguir viabilizar a nova vida. Então, minha interlocutora também pegou dinheiro emprestado a juros com uma pessoa da Mangueira, que trabalha com essa atividade. Como está no diário de campo.

Diário de campo, 5 de março de 2020

(...) Fátima entrou no meu carro e seguimos para o CRAS. No carro Fátima contou sobre a saída do seu filho da prisão e ela sentia que ele estava mais calmo e que não voltaria a fazer assaltos. Ela falou: “*Ele não pode mais assaltar, ele tomou um tiro de 40 na perna e na outra perna ele tem parafuso e pino porque caiu de moto. Ele não consegue correr. Como alguém que não consegue correr vai assaltar?*”. Então Fátima se diz confiante de que seu filho não voltará mais para vida do crime, completa também dizendo que ela está procurando um curso de eletricista para ele fazer. Fátima confessa ser um pouco difícil, pois seu filho só estudou até quarta série e, portanto fica difícil agora para ele fazer um curso. Falei para Fátima para ela ver o EJA no CIEP Nação Mangueirense, que era pertinho para ele voltar a estudar. Wanda respondeu confirmando que iria ver isso. Fátima também comentou sobre os primos dela que moram na favela da Chatuba de Mesquita. Ela completou dizendo que seus primos e sobrinhos da Chatuba trabalham com obra e que nunca falta obra e serviço e ela tem falado com eles para arrumar um trabalho pro seu filho lá nas obras.

(..)No caminho Fátima contou que estava apertada de grana, porque teve de pedir dinheiro emprestado para enviar para o seu filho na cadeia antes dele sair. E no carnaval ela tinha também dado para ele uma graninha para ele fumar a maconha dele e ficar tranquilo sem se estressar. Mas para isso Fátima tinha pego dinheiro emprestado a juros e agora teria de pagar a mulher. Ao mesmo tempo Fátima disse que quando estava morando com sua filha tinha vendido os móveis, cama e botijão de gás para fazer um dinheiro para enviar para o seu filho. Porque segundo Fátima todo mês ele pedia para ela mandar 200 reais na cadeia, para cigarro, maconha e matérias de higiene. Então ela tinha de se virar para poder ajudar o filho que estava preso e foi tendo que vender algumas coisas. Mas agora que o filho saiu da cadeia ela precisava ver uma casa para alugar, porque não daria para ela morar junto com o

¹¹¹ A expressão “Lili cantou” é uma expressão popular no Rio de Janeiro que designa quando uma pessoa encarcerado conseguiu a liberdade.

¹¹² A gíria “corre” é uma redução da palavra correria, que é usada inicialmente pra dizer que a pessoa tá muito ocupada correndo atrás de tarefas que exigem muita agilidade e empenho. Mas logo “corre” virou sinônimo de qualquer situação que a pessoa esteja correndo atrás, geralmente no sentido de tarefas que ela realiza, com muito suor e pressa, pra conquistar determinados objetivos.

filho na mesma casa da filha. Porém, contou Fátima a que precisava comprar novamente os móveis para morar numa nova casa. Fátima contou também que naquele dia iria ver uma casa para alugar na fundição. Perguntei a Fátima como ela fazia para o cadastro do auxílio aluguel (...)

O diário apresenta Fátima Rodrigues em diversos agenciamentos em prol do seu filho. Desde mandar R\$200,00 por mês para ele na prisão, passando por vender os móveis para viabilizar a grana, ver uma nova casa para alugar para morar com o filho, sua busca por conseguir uma formação para Renzo, que só tinha estudado até a quarta série do Ensino Fundamental, uma esperança do caçula não se meter mais em assaltos depois de ter uma das pernas baleadas e arrumar um emprego para ele com seus familiares.

Minha interlocutora vendeu o botijão de gás no ano de 2018, pois precisava mandar dinheiro para se Renzo na prisão. Ele estava precisando de dinheiro para comprar materiais de higiene, de limpeza, a maconha, entre outros gêneros básicos. Sem dinheiro sobrando a Fátima decidiu vender o botijão de gás para ajudar o filho. Agora, tendo de mudar de casa ela necessita de um botijão de gás.

Os ingressos como abordei no Capítulo 1, ela conseguiu pegar gratuitamente e vender, ela fez o famoso corre, recorreu aos *ilegalismos* para conseguir levantar um dinheiro extra. Nessa semana em especial, minha interlocutora teve sorte, pois foi uma partida de grande demanda por ingressos, era a estreia do Flamengo na Copa Libertadores da América¹¹³, em março de 2020. Dessa forma ela conseguiu pegar os ingressos através da sua gratuidade por ser portadora de uma doença. E depois revendeu os ingressos para os cambistas e conseguiu levantar a parte do dinheiro que faltava para providenciar ao filho.

A minha interlocutora estava preocupada também em dar um mínimo de conforto para o seu filho assim, que ele saísse da cadeia. Segundo ela, Renzo estava sem roupa, sem chinelo e dinheiro para o cigarro. Ela estava fazendo os corres para conseguir esses itens e um pouco de dinheiro para se divertir na primeira semana em liberdade. Luciane, a irmã criticou sua mãe, pois estaria mimando em excesso o filho, mas não impediu Fátima de dar o planejado para seu filho.

¹¹³ O Clube de Regatas tinha sido campeão da Copa Libertadores, no ano de 2019. Ou seja, a partida Flamengo contra a equipe equatoriana do Barcelona de Guayaquil seria a primeira partida em casa, pela competição depois do triunfo. Logo, havia uma grande demanda por ingressos para o jogo.

Fiquei de ajudá-la, pois sabia que conseguiria atender essa demanda, apesar das questões éticas relativas ao pesquisador intervir na vida dos interlocutores. Na casa da minha mãe sempre teve três botijões que se revezam. Um no fogão, um segundo cheio de reserva e um terceiro vazio. Consegui convencer minha mãe a doar o botijão para minha interlocutora. A essa altura ela já tinha se mudado para nova casa, na parte alta da favela da Mangueira. Uma casa pequena, com um quarto, sala, cozinha e banheiro e um quintal.

Nesse corre junto com a minha interlocutora acabei conhecendo a outra filha de Fátima, a Vanessa que também mora no alto da favela. Vanessa mora em uma casa junto de seus dois filhos e o marido está preso, pois pertencia ao tráfico drogas ilícitas e fez um grande assalto a uma agência dos Correios¹¹⁴. Segundo minha interlocutora ele faturou um dinheiro grande, mas acabou preso posteriormente. A única filha da minha interlocutora que não conheço pessoalmente é a que reside na Zona Oeste.

Contudo, ainda faltava para ela um colchão para dormir. Como eu tinha um colchão de reserva na minha casa acabei dando para Fátima. Ela chegou a ir a minha casa para buscá-lo. E assim, aos poucos ela foi seguindo na sua nova vida ao lado do seu filho em sua nova moradia. Não questionei a ela sobre a proibição dos traficantes de seu filho voltar a residir na favela da Mangueira. Não posso afirmar se houve uma mudança no comando do tráfico de drogas na Mangueira ou se ela e o filho arriscaram mesmo com a proibição. O fato é o retorno de Renzo para a favela da Mangueira ou se conseguiram o tradicional *desenrolo* para o retorno de rapaz¹¹⁵.

O *desenrolo* como define Eliane Sousa Silva (2006) é um método de resolução de conflitos operado pelos traficantes de drogas ilícitas nas favelas do Rio de Janeiro para com os moradores. É a possibilidade de resolução de problema, os quais os envolvidos desde acusadores e vítimas apresentam suas narrativas, versões, provas, demandas para os traficantes de drogas ilícitas. E cabe aos últimos decidir qual será o método da resolução que pode variar de acordo com o fato, a moral dos envolvidos e a forma do chefe do tráfico de drogas no território em produzir encaminhamentos.

Enquanto, Renzo estava voltando a vida em liberdade o outro filho estava tentando sobreviver também após o cárcere. O Lucas Felipe, após sair da prisão em 2019 retornou a

¹¹⁴ Segundo minha interlocutora a casa de Vanessa é própria e foi comprada a partir do dinheiro do roubo da agência dos correios.

¹¹⁵ Desenrolo é uma expressão nativa nas favelas do Rio de Janeiro que designa uma conversa para apaziguar crises e conflitos e evitar uma briga, punição ou morte. Ver em : Carolina Grillo (2013) e Eliane Sousa (2009).

trabalhar com a mesma atividade de antes da prisão. O lava-jato o qual ele administrava e trabalhava, na Avenida Visconde de Niterói, onde funcionava diversos outros na mesma localidade. Inclusive em frente a antiga ocupação da IBGE tinha um lava-jato. Contudo, Lucas Felipe enfrentou um desafio grande, a política de repressão aos lava-jatos na região do Maracanã.

Lucas Felipe reiniciou em poucas semanas o empreendimento, ele foi trabalhar em um lava-jato na Avenida Visconde de Niterói, principal rua da Mangueira e via de ligação importante entre a Zona Norte e o Centro da cidade. Contudo, ele começou a trabalhar em um momento delicado para os lava-jatos da região, devido as constantes investidas da prefeitura do Rio de Janeiro e da Polícia Militar contra esses estabelecimentos informais, acusados de roubarem água e energia elétrica, além de ocuparem irregularmente vias públicas.

A cruzada contra os lava-jatos têm sido uma luta árdua especialmente da prefeitura municipal a partir da sua “tropa de choque”, o Choque de Ordem e conjuntamente com a Polícia Militar. A partir da ideia de “modernização da cidade”. A lógica de retirar camelôs, combater ambulantes, organizar a cidade, racionalizar o uso do espaço público, entre outras ações. As políticas de ordenamento da cidade e em especial dos trabalhadores informais no período de 2009-2016 foi vastamente pesquisado por Adriana Fernandes (2016) e Priscila Loretto (2015).

Essa política de repressão aos lava-jatos informais na Zona Norte, o que denomino como uma cruzada contra o uso popular da cidade ou uso da cidade pelos populares, contra as virações e contra o trabalho informal. A cruzada tem um alvo principal e são os mais pobres, os que não submetem seus corpos a postura racional da prefeitura ao modelo de cidade neoliberal. Há alguns anos, ao passar pela Avenida Radial Oeste no sentido do Méier dezenas de lava-jatos espalhados, ocupando a faixa da direita.

A grande maioria deles sem muitos recursos materiais, apenas um máquina de lavagem a jato ou apenas uma simples mangueira, uma tina cheia de água, esponja e detergente. Pelo módico preço de R\$5,00 uma ducha e por R\$ 15,00¹¹⁶ a lavagem geral (por dentro e por fora), mais a secagem. Um serviço relativamente bom diante das condições materiais, rápido e

¹¹⁶ Os preços dos lava-jatos formais circula em torno de 50% mais caro do que os lava-jatos da Mangueira ou de Manguinhos.

barato¹¹⁷. Uma grande clientela de carros, inclusive veículos da prefeitura eram vistos cotidianamente nesses estabelecimentos¹¹⁸.

E nesse ponto da favela Metrô Mangueira já existe uma oferta consolidada de variados serviços automotivos como mecânicos, lanterneiros, vidraceiros, borracheiros e muito outros. Esses pequenos comércios voltados para atender automóveis conseguiu resistir a ameaças e acharges de remoção da prefeitura na esteira dos preparativos para os grandes eventos esportivos (MAGALHÃES, 2019). Portanto, os lava-jatos aproveitam aquela região que já recebe muitos carros pelos serviços automotivos para oferecer também o serviço de lavagem de carros.

Contudo, a cruzada contra os *ilegalismos* populares foi interrompida em 2019, quando uma grande operação da Polícia Militar em conjunto com a prefeitura fechou os lava-jatos apreendeu os materiais de trabalho e selou os canos de água por onde os trabalhadores obtinha água ilegalmente para lavar os veículos¹¹⁹. As acusações eram de invasão de via pública, furto de água, furto de energia elétrica e não pagamento de tributos. A operação resultou também em quatro pessoas presas. A matéria intitulou os pequenos negócios informais como “Lava-jatos clandestinos” (MATTOS,2020)

Não apenas uma operação, porém diversas operações conseguiram primeiro acabar com os lava-jatos na Avenida Radial Oeste e depois, do outro lado da linha férrea, do lado da favela da Mangueira, na Avenida Visconde de Niterói. Lorota, um dos interlocutores da minha pesquisa chegou a participar de uma reunião com as autoridades municipais e estaduais. Em que ele e outras lideranças da Mangueira reivindicaram um espaço para os lava-jatos funcionarem, na favela Metrô Mangueira, mas nada foi para frente, os lava-jatos desapareceram quase integralmente da região do Maracanã.

Essa repressão ocorreu no mesmo período em que Lucas Felipe saiu do cárcere e estava tentando reerguer a vida. E foi no lava-jato que ele foi trabalhar logo assim que saiu da prisão. Mas, devido às operações para asfixiar os lava-jatos clandestinos e também um acordo do

¹¹⁷ A maior concentração de lava-jatos informais está na Rua Leopoldo Bulhões, começando na altura de Benfica e se estende até a Linha Amarela. São mais de 30 lava-jatos, especialmente concentrados na altura da favela de Manguinhos. Com preços baixos e em sua grande maioria comandados por jovens e adolescentes. Uma quantidade impressionante e também funciona na madrugada, como já pude constatar pessoalmente.

¹¹⁸ Uma reportagem do RJTV denunciando os lava-jatos flagrou carros da prefeitura, devidamente identificados sendo lavados nos lava-jatos clandestinos.

¹¹⁹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/lava-jatos-clandestinos-na-regiao-do-maracana-invadem-pista-e-atrapalham-o-transito.ghtml>> Acessado em 14 de abril de 2022.

tráfico de drogas ilícitas da Mangueira com a policiais militares ele teve de fechar provisoriamente seu pequeno negócio. Essa história do fim dos lava-jatos afetou sua mãe, pois ela estava muito feliz de seu filho ter conseguido um emprego, estar trabalhando e tocando a vida após o cárcere.

Lucas Felipe ao montar o lava-jato, não foi interpelado pelos policiais militares ou pelo Choque de Ordem da prefeitura. Ele e os demais donos receberam uma ordem expressa para fechar os estabelecimentos do chefe do tráfico de drogas na Mangueira. Segundo Fátima, o dono do morro teria proibido que instalassem lava-jatos na Avenida Visconde de Niterói, o que minha interlocutora também não me contou o porquê dessa decisão, mas apenas o ocorrido. E seu filho estava articulando com Chevette¹²⁰, ex-chefe do tráfico drogas ilícitas na favela, mas que estava preso para poder liberar o lava-jato dele.

De fato depois de mais uma operação da cruzada de combate aos lava-jatos, este desapareceram da região. Apenas três permaneceram e era um deles em Lucas Felipe trabalha e é proprietário. Como estes lava-jatos sobreviventes eram também irregulares, me suscitou de qual acordo eles tinham com as autoridades ou com o tráfico de drogas ilícitas para continuarem funcionando mesmo sendo usuários de água e energia furtadas da rede pública.

Após a intervenção de Chevette direto da cadeia, em que ligou para o dono do morro dando ordem para liberar o funcionamento do lava-jato do filho de Fátima. Desde então, o filho da minha interlocutora está tocando o seu pequeno negócio “sem problemas”. Dessa forma, algum acordo foi estabelecido entre as autoridades, os donos do lava-jato e o tráfico de drogas ilícitas da Mangueira. Diante disso, qual seria o acordo tráfico de drogas ilícitas para definir quem pode e quem não pode abrir lava-jato? Onde é permitido abrir lava-jato? O que o tráfico ganha ao também reprimir os lava-jatos?

Essas questões ficaram pairando pela minha cabeça de 2019 até 2022. E só consegui respostas a partir do marido de Vitória. Mais de Mil estava também cumprindo pena no presídio de Bangu na época da repressão contra os lava-jatos. No mesmo presídio que Chevette, ex-chefe do tráfico de drogas ilícitas na Mangueira, que comandava por meio de telefone as atividades do varejo de drogas na favela. Portanto, presumo que as informações que obtive com

¹²⁰ Chevette foi um importante membro do tráfico de drogas ilícitas na favela da Mangueira. Era responsável por dirigir o carro nos famosos bondes do traficante Tuchinha. Acabou sendo preso em 2009. Pelo o que foi citado por Fátima ele ainda tem um poder de influência no movimento do tráfico na Mangueira.

Mais de Mil provavelmente tem origem nessas relações dentro do presídio entre os detentos da Mangueira e do Comando Vermelho.

O esposo de Vitória foi quem me revelou o desfecho entre lava-jatos, tráfico de drogas ilícitas, Choque de Ordem e a Polícia Militar. Em 2022 estávamos reunidos na casa de Vitória Silva, pois naquele dia ela estávamos celebrando seu aniversário. Antes de cantar o “parabéns” ficamos conversando no quarto, pois estava chovendo e não era possível ficar no quintal. E o papo sobre diversas questões acabou passando por tráfico de drogas, assaltos, etc. Questionei a Mais de Mil sobre quem proibiu os lava-jatos na Mangueira. Ele respondeu: “*Rapaz, os polícia fizeram um acordo com a boca para fechar os lava-jatos, porque se não a polícia ia atrapalhar os caras*”.

Após essa resposta ele explicou o propósito de tal intenção pelos profissionais da segurança pública era: “*A polícia vinha aqui tirava os lava-jato e no dia seguinte os lava-jato estavam lá de novo. Então eles fizeram esse acordo com a boca, porque com a boca ninguém se atreve a colocar o lava-jato de novo*”. A narrativa de Mais de Mil encontra-se com o relato de Fátima sobre a luta do seu filho para manter seu negócio funcionando, após a proibição do traficante Chevette que comandava o tráfico na favela. O que aponta como nas miríades das pequenas políticas cotidianas o Estado age nas margens (VEENA; DAS, 2004) para poder valer o seu poder, mesmo recorrendo aos *ilegalismos* (TELLES, 2015) ou a agentes considerados dentro da *metáfora guerra* (LEITE, 2014) como inimigos do Estado. Portanto, o que encontramos são camadas mais densas e zonas cinzentas da ação do Estado e como o mesmo exerce o seu poder.

O que remete a como o Estado produz os seus poderes a partir de micropoderes, indo na linha desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault (2005). O que o Estado pode fazer para se fazer valer seu poder sobre as populações. Essa questão tão abordada por Michel Foucault uma materialidade no exemplo citado acima. Do Estado que recorre o tráfico de drogas ilícitas no varejo para implementar uma política pública de repressão aos ilegalismos populares. Ou seja, é o Estado a partir de uma esfera de poder ilegal, combatendo os ilegalismos.

O relato de Mais de Mil foi importante para compreender como Lucas Felipe conseguiu agenciar Chevette na cadeia para poder liberar o funcionamento do seu lava-jato através do *desenrolo*. E seu pequeno estabelecimento é importante para ter uma atividade econômica logo após ter saído do cárcere. Não é incomum passar pelos lava-jatos e ver rapazes trabalhando duro e portando uma tornozeleira na perna. Ou seja, estão em liberdade condicional e são

monitorados pelo sistema carcerária através da tornozeleira eletrônica com GPS (Global Positioning System)¹²¹. Um trabalho informal, algo menos burocrático para quem busca um emprego, mas sofre com estigma da prisão.

Lorota contou-me que na reunião com as autoridades, onde segundo ele até o então governador Luiz Fernando Pezão (MDB) estava presente, que argumentou justamente sobre essa questão. Segundo ele sua fala foi em defesa: “*Se os meninos não trabalhar no lava-jato ele vão voltar a assaltar ou pro tráfico*”. Seguindo uma linha em defesa dos lava-jatos como alternativa laboral para jovens recém-saídos da prisão ou do tráfico de drogas ilícitas. E emendou sua fala discorrendo sobre a proposta já até mesma aventada pela imprensa de que nos terrenos da favela Metrô Mangueira poderiam ser construídos espaços para o funcionamento dos lava-jatos. Lucas Felipe segue trabalhando com o seu lava-jato até hoje, mas os demais que foram fechados não retornaram, a proibição ainda está na ordem do dia para quem não conseguiu o *desenrolo*.

Retornando ao filho caçula de Fátima, o Renzo e uma nova situação de risco a partir do diário de campo.

Diário de campo, 23 de julho de 2021

(..)Quando Fátima entrou num assunto mais espinhoso, quando passou a falar do seu filho. Ela revelou que tinha saído da casa, onde morava com o seu filho, porque ele tinha se envolvido em problemas. Nessa hora ela começou a falar mais baixo para que não fosse ouvida pelos vizinhos. Segundo ela, o seu filho tinha se envolvido em um caso de roubo na favela da Mangueira e isso tinha feito com que ele saísse fugido da favela. Nesse momento Luciane também em voz baixa começou a falar sobre o que tinha ocorrido. Segundo ela um amigo do irmão dela tinha roubado a carteira de uma mulher com cartões de créditos e depois ele usou um desses cartões de créditos para fazer compras em uma loja, no buraco quente, na Mangueira. Luciane me explicou que o cartão era daqueles que não precisa de senha, que é só aproximar da máquina de cartão e o pagamento é aprovado. Como eles passaram o cartão em uma loja da Mangueira, a dona dos cartões foi lá no tráfico reclamar de que alguém tinha usado o cartão dela na favela. Os traficantes foram na loja, onde o cartão tinha sido usado e viram na câmera o amigo de Renzo. O menino foi pego pelos traficantes que o espancaram e nisso ele deu o nome de Renzo. Fátima falou que estava no trabalho, quando ficou sabendo de tudo e sua pressão subiu e ela foi dispensada e voltou para casa. Ela e sua filha ficaram como uma louca procurando onde Renzo estava para avisar do que tinha acontecido e que os traficantes estavam a procura dele. Fátima falou que o marido de sua outra filha que é do tráfico tentou intermediar, mas não sabia o que de fato aconteceria com Renzo caso ele fosse pego. Elas descobriram que ele estava dormindo na casa de uma prima, ligaram para ele e ele fugiu da favela. Vanda disse que foi uma confusão só e agora seu filho está morando com sua outra filha, numa favela em Jacarepaguá. Mas ela não está tranquila, porque tem medo de os traficantes descobrirem onde ele está e o pegarem. Mas ela disse que lá é uma favela de milícia, por isso o risco de isso acontecer é bem menor. Mas a preocupação dela é que ele fuma maconha e na favela de milícia não poder fumar. Fátima reclamou muito do filho e das merdas que ele tem feito, disse que ele estava bem, tinha até uma namorada, mas que estragou tudo. Ela estava para ir no centro para resolver um problema para ele poder ter os documentos para poder conseguir um serviço. Ela estava tentando resolver para Renzo tirar o CPF, o comprovante de reservista do exército e o título de eleitor. Foi quando Luciane interrompeu dizendo que o título

¹²¹ Sistema de Posicionamento Global é uma tecnologia de sistema de navegação tanto de objetos, pessoas e veículos em movimento ou paradas através da conexão via satélite com grande precisão. O sistema carcerário brasileiro tem utilizado essa tecnologia para monitorar presos e presidiários em semiliberdade, condicional ou prisão domiciliar.

de eleitor ele não pode tirar agora, porque o título de eleitor é só depois que ele deixar de assinar na justiça, porque ele está de condicional. Fátima me perguntou onde ficava a receita federal em Vila Isabel. Expliquei para ela que ficava na segunda rua a esquerda na 28 de setembro. Ela contou que estava tentando fazer isso para que o seu filho saísse dessa vida e pudesse arrumar um emprego. Ela falou que teve de vender quase tudo da sua casa, para ir morar com sua filha depois que seu filho passou a ser perseguido pelo tráfico devido ao problema relacionado aos cartões de créditos roubados. Ela pediu para ver se eu consegui alguém que tivesse uma geladeira para doar, porque ela estava precisando muito. Ela falou também do seu outro filho, que tinha tomado jeito depois da prisão e estava trabalhando direitinho em um lava-jato lá em baixo na Mangueira, mas Renzo continuava metido em merda e não a ajudando. Fátima precisava ir para chegar ao centro, antes de descermos o morro ela me levou na casa nova de Selma para eu aprender o caminho, depois descemos nós dois e deixei Fátima no ponto de ônibus e nos despedimos.

Pouco mais de um ano em liberdade, o filho de Fátima voltou a cometer um crime e provocou uma reviravolta na vida de ambos. Encontrei Fátima novamente morando com sua filha Luciane. A motivação de voltar a residir com sua filha foi o fato de Renzo estar foragido da Mangueira por ter se metido numa tremenda confusão. E devido a confusão teve de fugir da favela para não ser morto ou espancado pelos meninos do tráfico. E Fátima tendo de trabalhar para poder viabilizar uma saída segura para o seu filho.

Ao chegar à casa da filha Fátima, percebi logo de início que ela estava um pouco aflita e tensa. Apesar de estar em um novo emprego, como auxiliar de serviço geral de uma empresa terceirizada, com benefícios bons e carteira assinada. Ela não estava bem, pois o momento era de preocupação com a vida do seu caçula, que estava ameaçado de morte. Minha interlocutora começou a contar a história em voz baixa na sala, com um olhar desconfiado, ao lado estava o pai de Renzo e neta e Luciane estava na cozinha fazendo um café para tomarmos.

Fátima revelou que estava no trabalho, quando recebeu uma ligação e soube do acontecido e veio correndo para casa para tentar resolver as coisas. E descobriu que os traficantes da Mangueira estavam procurando o seu filho, porque ele teria assaltado uma mulher que denunciou o crime para a boca de fumo. Chegando em casa ela se juntou com Luciane e o seu ex-marido na missão de encontrar, onde estava o filho.

Passaram quase um dia procurando o paradeiro de Renzo, pois ela não estava atendendo as ligações, sua namorada também não atendia e não estavam na casa da namorada. A aflição era de ele chegar na favela e ser pego pelos meninos do tráfico. Era preciso encontrá-lo o mais rápido o possível para evitar o pior. Enquanto procuravam o paradeiro do rapaz, a família tentou uma nova saída para protegê-lo, o *desenrolo*. Através do marido de Vanessa, o Para-choque que estava preso, mas fez parte do tráfico de drogas na Mangueira e tem conceito com os meninos. Para-choque chegou a ligar para o pessoal para buscar o *desenrolo* e consegui, mas

segundo o que foi me revelado o *desenrolo* não surtiu efeito, a busca por Renzo continuava em risco eminente.

Como está no diário de campo, Renzo e um amigo assaltaram uma mulher na Mangueira ou nas proximidades da favela. E o cartão de crédito da vítima era um cartão de aproximação, que não precisa digitar a senha para ter a compra autorizada¹²². Contudo, eles usaram o cartão para comprar roupas em uma loja no Buraco Quente, na favela da Mangueira. A vítima ao receber a notificação por celular ou e-mail da compra realizada, com os dados da compra como: loja, horário e valor da compra ela apresentou aos traficantes para descobrirem quem eram os assaltantes.

Munidos das informações os traficantes iniciaram uma investigação para identificar os ladrões e a partir efetuar uma punição severa, pois é proibido roubar na favela e trazer para a favela objetos, carros e demais produtos oriundos de roubo. E foi dessa maneira que teve início o processo de fuga do filho de Fátima da favela, devido a busca dos traficantes por ele¹²³.

A partir das câmeras na loja, os traficantes de drogas ilícitas conseguiram identificar um dos assaltantes e que realizaram compras com o cartão roubado. A partir do horário em que o cartão foi usado e os produtos comprados. Mas por sorte Renzo não foi identificado logo de início, apenas o amigo dele¹²⁴. Este foi pego e punido com um espancamento severo, em meio a tortura acabou revelando o seu comparsa, o Renzo. Segundo a informação de Fátima o amigo de Renzo estava internado no hospital após a surra em uma situação crítica de saúde.

¹²² Há pouco tempo no Brasil tem se popularizado os cartões de crédito de aproximação. O método dispensa que o proprietário tenha de digitar a senha na hora de fazer o pagamento. É necessário apenas aproximar o cartão da máquina de cartão para efetuar o pagamento.

¹²³ Trago um trecho do livro *Falcão mulheres e o tráfico*, de Celso Athayde e MV Bill sobre a punição de assaltantes em favelas do Rio de Janeiro: “Cheguei no morro e o tratamento foi vip, mais do que no dia anterior. Troquei ideias e fui entregando os presentes, até que pedi para chamar os rapazes que tinham roubado o carro do meu parceiro. Daí o gerente disse:

- Já era!

- Como assim?

- Já era, Celso!

- Assim que você saiu, ele foram de ralo...

Fiquei puto, reclamei, xinguei e cobre a palavra que ele tinha empenhado comigo.

- Amigo, eu pedi para você não matar os malucos, porra! Sacanagem, eles são “ladrão”, eu falei e você disse que não ia fazer isso... Sacanagem!

Eu estava transtornado, realmente revoltado. Era a prova de que a razão era relativa, os caras só morreram porque entraram no meu caminho, sem saber. Isso tava errado Se crime é isso, então, isso não é crime, é creme. (...)

¹²⁴ Não consigo recorda-me se o filho de Fátima foi reconhecido pelas câmeras ou se o seu amigo ao ser espancado pelos traficantes revelou quem estava junto dele. Acredito mais na segunda hipótese, devido ao tempo que levou até os traficantes irem atrás de Renzo, o que viabilizou a sua fuga da favela da Mangueira. (MV BILL e ATHAYDE, 2007)

Com sorte minha interlocutora encontrou Renzo antes dos traficantes, evitando o pior. Fátima teve de fazer novamente das tripas o coração para mais uma vez evitar que o pior acontecesse à seu rebento. A solução encontrada pela mãe foi enviar Renzo para um lugar seguro, o destino acabou sendo a casa da sua filha Tereza, em uma favela da Zona Oeste. Fátima largou a casa alugada em que vivia com Renzo e voltou a morar com Luciane. Enquanto, planeja os novos passos. Ela pretende morar em outro lugar junto do filho, longe da favela da Mangueira.

Apesar de na casa da irmã Renzo estar seguro dos traficantes da Mangueira, ele continua em risco, segundo minha interlocutora. A favela, onde reside Tereza é dominada por um grupo de milicianos e aí mora o temor de minha interlocutora. Como ela disse no diário de campo: “*Ele gosta de fumar uma maconha e lá não pode fumar maconha lá, estou muito preocupada com isso*”. Fumar maconha resulta em uma quebra de regras em determinadas favelas dominadas pela milícia¹²⁵, passível de punição, podendo ir de espancamento, expulsão ou morte.

No caso de Renzo, um ex-presidiário, usuário de maconha e advindo de uma favela controlada pelo Comando Vermelho o coloca em uma situação muito complicada em um território dominada pela milícia. O filho de Fátima é detentor de uma identidade desabonadora para os milicianos, e portanto estar em uma favela de milícia é para Renzo uma situação de risco. Na última conversa que tive com Fátima, seu filho ainda estava morando com sua filha na Zona Oeste, porém a mãe está nervosa com medo do filho cometer alguma *mancada* e ser duramente punido pelos milicianos.

Como está no diário de campo, a mãe em desespero por ver seu filho nessa situação de risco e voltando a cometer assaltos. Ela estava mobilizada para poder arrumar um emprego para Renzo. No dia da nossa conversa descii com ela a favela até o ponto de ônibus, pois ela iria ao centro do Rio de Janeiro para viabilizar a emissão dos documentos para o filho, como CPF, comprovante de reservista das Forças Armadas e título de eleitor. A busca pela salvação do seu filho não foi só em relação aos documentos, mas também vendendo eletrodomésticos e outros bens para financiar a estadia do caçula na casa da filha.

¹²⁵ A milícia ou polícia mineira são grupos de paramilitares armados compostos por policiais militares, policiais civis bombeiros, militares das Forças Armadas, ex-policiais, ex-traficantes, entre outros. Esses grupos milicianos controlam através da força das armas favelas e bairros na região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial na Zona Oeste da capital fluminense. Exploram serviços como gás, água, internet, TV a cabo pirata, transporte alternativo, terrenos e imóveis. Além de cobrar taxas de segurança para os proprietários de comércio.

Ao retornar ao residir com a filha Fátima aproveitou para novamente vender eletrodomésticos e outros bens para poder financiar a fuga de seu filho e demais gastos dele na casa de Tereza. Em nosso encontro ela contou ter vendido a geladeira nessa empreitada e me pediu ajuda. Se caso eu conhecesse alguém com uma geladeira para doar para indicá-la, porque ela estava precisando muito de uma nova.

A minha interlocutora estava nesses múltiplos corres da vida consegui um lugar seguro para o filho, conseguir comprar ou arrumar eletrodomésticos para poder voltar a ter uma casa e conseguir os documentos do seu filho para ele poder conseguir um emprego e sair da vida errada. São diversos agenciamentos que ela tem enfrentado nos últimos anos para garantir uma vida digna para Renzo no período após o cárcere e longe dos caminhos tortuosos do crime.

3.3 Selma, não vou mais visitar ninguém na cadeia

Selma é mais uma das minhas interlocutoras que tem a vida dos seus progenitores atravessada pelo cárcere cotidiano. Atualmente ela trabalha como auxiliar de cozinha em um bar e restaurante no Morro dos Macacos, sem carteira assinada. Ela me chama carinhosamente de “Negô”, por exemplo: *“Ih, Negô você sabe o que minha neta aprontou na semana passada”*. Ela mora atualmente junto com seu ex-marido, com a sua neta de 14 anos na localidade do Becão. Ela tornou-se a responsável da Miriam, desde que sua filha morreu decorrentes problemas cardíacos há alguns anos. Selma tem mais 3 filhos: Suzana, Julio e Adriano.

Suzana é negra, tem por volta dos quase 30 anos, é casada e tem dois filhos e está desempregada. Ela é beneficiária do Auxílio Aluguel e atualmente está morando na favela dos Macacos. Até onde obtive informações ela não tinha passagem pelo cárcere, mas foi presa em abril de 2022, quando estava cometendo furto de ovos de páscoa na região da Tijuca. Passou três dias na prisão e ganhou a liberdade mediante ao pagamento de fiança e continua respondendo ao processo.

Suzana não tinha passado pela experiência do cárcere, mas acabou também sendo vitimada em abril de 2022. Ela foi à uma loja de rede para furtar ovos de chocolate, na semana santa. Acabou sendo pega em flagrante pelos seguranças e acabou presa. Ela passou três dias presa na cadeia de Benfica, mas Selma não ficou tão desesperada, pois sabia que ela sairia em pouco tempo. Mas o marido de Suzana ficou muito preocupado e acabou pagando R\$ 300,00 de fiança, assim libertando sua esposa. Mas, para Selma não precisava ter gasto esse dinheiro, porque sua filha seria solta em poucos dias.

Adriano é negro, é o filho mais novo da minha interlocutora e tem aproximadamente 25 anos. Atualmente está residindo na favela da Mangueira, na nova ocupação da antiga escola técnica FAETEC, em um quarto construído pela mãe. Ele tem um filho, mas não contribui financeiramente na criação e é um pai ausente. Foi preso em 2018, na operação policial que invadiu a IBGE e conseguiu sair do cárcere no final de 2021. Desde então está desempregado, mas ele conseguiu se cadastrar no Auxílio Brasil e tem recebido desde então o benefício.

Júlio é negro, é o filho mais velho de Selma e tem mais de 34 anos. Ele foi preso em 2019, em uma blitz policial, quando estava indo de motocicleta para a favela do Jacarezinho. Sob acusação de ter cometido um assalto a mão armada no pretérito. No momento da prisão ele residia no Macacos, junto de sua esposa, que estava grávida e seus dois filhos. Ainda está preso em Bangu, apesar de sua mãe defender que ele já deveria ter sido solto, porque já cumpriu tempo de cadeia suficiente para progredir para condicional ou regime semiaberto.

Selma está separada do ex-marido há bastante tempo, mas mantém com ele uma situação de convívio harmônica, inclusive o conheci na casa dela em 2020. Apesar de ter um apartamento no conjunto habitacional Mangueira I, porém residiu lá durante pouco tempo. Hoje está alugado por R\$ 800,00, o que configura sua maior fonte de renda. Segundo ela uma boa fonte de renda, pois morar no prédio, onde tinha de arcar com água e luz elevava em muito sua renda mensal, alugando ela transformou os custos em renda.

Lorota e Selma vivem uma relação conflituosa, pelo fato do mesmo não pagar pensão alimentícia e não ajudar na criação da filha. No que tange a renda a vida de Selma, quando residia na IBGE, pois lá ela e sua filha Suzana tinham duas barracas, onde vendiam cervejas, biscoitos, cigarros, miojos, salgadinhos e muitos outros produtos. Mas, com a remoção elas perderam a fonte de renda. No ano de 2020 as duas tentaram empreender novamente o “empreendedorismo de guerrilha”, aproveitando o dinheiro do Auxílio Emergencial chegaram a alugar um bar no alto do Morro dos Macacos. Mas como estava no meio da pandemia e o proprietário pediu um aumento do aluguel e elas acabaram fechando.

Conheci Selma através de Lorota como revelei no Capítulo 1, apesar da contrariedade do meu interlocutor, devido aos diversos atritos com sua ex-sogra. Desde o início ela me revelou questões importantes sobre a IBGE, pois como comerciante ela conseguia não só conhecer como ter uma visão privilegiada do dia a dia da vida na ocupação. E Selma gostava de dissertar sobre, tanto para fazer críticas aos seus desafetos como para falar sobre os inúmeros causos e histórias de tantos anos de vivência no local.

Atualmente ela tem apenas um filho encarcerado o Júlio, acusado de assalto à mão armada e ainda cumprindo pena e Adriano foi acusado de tráfico de drogas, mas já está em liberdade. O segundo foi preso na operação policial em janeiro de 2018 (3 meses antes da remoção) realizada na favela da Mangueira, que a princípio não tinha como foco a IBGE¹²⁶. O problema teria sido segundo os jornais a reação dos moradores da ocupação, que começaram a jogar pedras e madeiras contra os policiais. A resposta foi invasão truculenta da ocupação em retaliação e uma dura repressão, com uso indiscriminado de gás de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e muitos disparos efetuados.

A invasão dos policiais militares do Batalhão de Choque e do BOPE resultou em um grande caos nos prédios da IBGE, devido ao intenso uso de gás de pimenta. Minhas interlocutoras relatam que as crianças ficaram sufocadas e passaram mal. Tiveram de sair às pressas para rua, para fugir dos gases tóxicos em meio aos disparos de arma de fogo e armas não letais. O jornalista do vespertino *O Dia* denunciou a agressão de um policial, que deu uma rasteira em uma mulher gestante e os jornalistas próximos a agressão foram alvejados por jatos de spray de pimenta.

Como afirmou Martha Caveirão: *“Eles levaram todo mundo, quem tinha passagem e quem não tinha”*. Esse dia foi marcante para todas as minhas interlocutoras, pois de forma unânime elas lembram como o dia foi tão violento, duro e traumático. Considerado por alguns como um dos piores dias e eventos ocorridos na IBGE. Os efeitos foram perversos especialmente para Fátima e Selma, que acabaram tendo cada uma um filho preso nesse evento. A foto abaixo de uma das moradoras da IBGE a época e amiga de Vitória Silva revela o desespero dos moradores.

Figura 4 - Foto operação policial



¹²⁶ Disponível em: < <https://odia.ig.com.br/2018/01/rio-de-janeiro/5504727-bope-faz-operacao-na-mangueira-e-confronto-deixa-suspeito-baleado.html> >. Acessado em 14 de abril de 2022.

Fonte: *Folha de São Paulo*, 13 de janeiro de 2018¹²⁷

Segundo Selma, seu caçula foi preso nessa operação policial. Os policiais invadiram a IBGE e foram mandando todos os moradores para o lado de fora. Os homens ficavam sentados, de cabeça baixa e sem camisa¹²⁸. Eles foram revistando e sarqueando cada um deles em busca de antecedentes ou possíveis motivos para efetuar uma prisão. O Adriano estava em casa, usando droga e estava muito louco, segundo sua mãe. Acabou sendo o último a sair, pois acreditava que os policiais já tinham ido embora. Ao sair foi imediatamente preso.

A invasão dos policiais militares a ocupação resultou na prisão de 18 homens moradores da IBGE. E um dos presos foi o Adriano, pois ao ser abordado pelos agentes foi identificado como membro do tráfico de drogas ilícitas. A partir dessa operação teve início a vida de Adriano no cárcere. Apenas nesse *evento trágico* (VEENA DAS, 2004) foram presos o Adriano filho de Selma e o Lucas Felipe filho de Fátima. Ou seja, das minhas 6 interlocutoras, 30% delas foram afetadas diretamente por uma operação policial repleta de ilegalidades, violência e abusos de toda a sorte.

Primeiro falarei sobre o Adriano, o filho de Selma, que apesar de ter problemas com uso abusivo drogas ilícitas têm dado menos trabalho a mãe do que o Julio. O caçula foi preso em 2018, quando ocorreu o *evento trágico*, a operação policial na Mangueira. Ficou mais de três anos preso, só conseguindo sair da prisão em dezembro de 2021. Segundo sua mãe ele deveria ter saído antes, pois todos os que foram presos na invasão tinham sido libertados.

Desde 2020 Selma estava com esperança da liberdade dele, após ter recebido um documento pelos correios de que a libertação do Adriano estava próxima. E foi e fato acontecer apenas um ano depois. No contexto da saída de Adriano do cárcere a Selma tinha conseguido um espaço na nova ocupação da FAETEC¹²⁹ e construiu um quartinho lá, aonde chegou a morar por pouco tempo. Ela reclamou muito da dificuldade de residir lá, pois não tinha água e a faltava luz constantemente. Por esses motivos e pelo seu filho mais novo ela desistiu retornando pro Macacos.

¹²⁷ No canto inferior da foto tem a placa do “Fé lava-jato” que funcionava em frente a ocupação IBGE Mangueira.

¹²⁸ A narrativa dessa cena, me lembrou muito a cena do filme “Carandiru” de 2003, do cineasta argentino Héctor Babenco. A cena ocorre na parte final do filme, após o massacre de 111 presos. E os sobreviventes são colocados todos nus, com a mão para trás em um dos campos de futebol da Casa de Detenção do Carandiru.

¹²⁹ Quando os ocupantes entraram na antiga FAETEC da Mangueira. Os espaços foram sendo divididos e demarcados. Com tinta, giz, tijolo ou carvão o espaço de cada um dos ocupantes foi desenhado e o nome do proprietário foi escrito.

Configurou mais um motivo para deixar a ocupação foram as constantes “merdas” nas palavras da minha interlocutora, do seu filho lá na ocupação. Selma reclamou de Adriano estava usando muita droga e dando muito trabalho. Dessa maneira, ela preferiu deixar o quarto lá na FAETEC para ele e foi morar junto do seu ex-marido. Segundo Selma o Adriano não quer nada com a hora do Brasil e só vive drogado e ele estava recebendo os R\$400,00 do Auxílio Brasil¹³⁰ e gastava todo dinheiro em drogas e em farra. E não destinava nenhuma parte do dinheiro para o filho, que vive com a mãe.

Apesar de o filho ter atualmente uma fonte de renda, o dinheiro oriundo do Auxílio Brasil. Selma revelou não pedir dinheiro emprestado ao filho, pois segundo ela é um estresse depois, porque ele fica cobrando de maneira insistente. E em contrapartida Selma não o ajuda em nada, a única ação dela em prol do filho foi dar o barraco na ocupação da FAETEC. Porque segundo ela seu filho não merece nada.

Em nosso segundo encontro Selma me pediu ajuda para o seu filho mais velho. Ele estava preso por assalto à mão armada desde 2019. Foi enviado para o temido presídio de Água Santa, considerado por muitos como um lugar sombrio, muito quente e às vezes muito frio e especialmente porque é um “prédio para baixo”, em que as celas são no subsolo¹³¹. O que dá ao lugar uma sensação ainda mais assustadora do que as cadeias em geral já despertam. O pedido de ajuda era sobre o cartão bancário da caixa econômica.

Quando ocorreu a remoção dos moradores da ocupação em 2018, o Júlio também morava lá. Como os demais ele e sua esposa passaram a receber o Auxílio Aluguel, porém o nome cadastrado era o dele. O problema foi que um mês antes de ir para o cárcere ele tinha esquecido a senha do cartão e para fazer uma nova senha só com o proprietário do cartão pessoalmente indo até a agência bancária, onde foi aberta a conta para criar uma nova senha. Como ele estava preso isso se tornou um empecilho. A esposa de Julio e Selma tentaram resolver a celeuma com o gerente, mas foi em vão, ele recomendou que elas fossem no presídio e conseguissem uma procuração para poder criar uma nova senha.

¹³⁰ O Auxílio Brasil é novo benefício social criado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, em 2021. O programa social de transferência de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Contudo, o programa não tem um critério de destinar valores mais altos para mães, de acordo com a quantidade de filhos, como existe no programa social Bolsa Família.

¹³¹ Essa descrição do presídio de Água Santa me foi feita em uma conversa informal com um amigo da UFF. Esse meu amigo foi um dos 13 manifestantes presos, em 2011, nas manifestações contra a visita do presidente norte-americano Barack Obama, ao Brasil. Nessa manifestação a presidente Dilma Roussef decretou um estado de exceção de segurança pública.

Cheguei a levar Selma na sede da ONG Direito Legal para uma reunião para ver se os advogados poderiam impetrar alguma ação jurídica para reaver a senha do cartão bancário e elas poderem voltar a receber o benefício, mas acabou não indo para frente. Pois, os custos com cartório, entre outras questões seriam altíssimos. Dessa maneira a solução seria mesmo por via da defensoria pública o que poderia demorar mais de um ano ou mais. Ligamos para o número 129 da defensoria pública estadual para agendar uma reunião com o defensor dele, porém agendada para abril de 2020.

Foi quando Selma e sua nora por meio dos *ilegalismos* conseguiram viabilizar uma solução para o problema, como abordei com mais profundidade no capítulo 1. De maneira surpreendente e arriscada as duas levaram um rapaz muito semelhante com Julio até a agência bancária da Caixa Econômica. De posse dos documentos de identidade e CPF e ao lado da esposa do verdadeiro conseguiram enganar os funcionários do banco estatal e alterar a senha do cartão. Problema resolvido, Selma e sua nora voltaram a poder sacar o Auxílio Aluguel normalmente.

A resolução desse problema acabou levando a um novo pedido de minha interlocutora para resolver uma nova demanda judicial também relacionada a questão do cárcere. A moto do seu filho Julio que estava detida na delegacia do bairro de Bonsucesso. Ela queria me pedir para ver um advogado para impetrar uma ação para retirar da delegacia o veículo do seu filho. Pois a motocicleta era nova, estava com os documentos certinhos e renderia uma grana importante para ela e o filho.

Selma argumentava que se não tirasse à moto da delegacia ela se acabaria com o tempo e além de que a venda da moto renderia um dinheiro importante para eles, segundo ela moto estava mais ou menos no valor de R\$ 7,000,00. Segundo minha interlocutora a motocicleta não tinha sido utilizada como veículo de fuga do roubo, pois o assalto pelo que se filho foi preso tinha ocorrido anos antes da compra do veículo. Mas quando ele foi preso, ele estava andando de moto e portanto foi apreendida no ato.

Como Júlio estava em posse da moto à mesma foi apreendida e encaminhada para delegacia onde está desde então. Como Selma me relatou “*A moto é limpa não tem nada a ver com o roubo*”, portanto não haveria nenhum problema em tentar retirá-la da delegacia. Em seguida, ela me esclareceu a origem do dinheiro para compra do veículo. Selma tinha um dinheiro que recebeu ao vender um barraco na favela da Mangueira, a venda resultou em uma

renda de R\$ 18,000,00. Parte do dinheiro ela deu para a filha Suzana, que comprou uma casa e outra parte ela comprou uma moto para Júlio.

Diário de campo, 20 de setembro de 2019

(...) Selma nesse momento lembrou que tinha uma coisa para falar comigo. Selma me relatou que seu filho tinha ido para uma audiência com o juiz e ele tinha questionado sobre a moto dele, que tinha sido apreendida com um amigo dele, quando este fazia um assalto. Selma contou que o filho dela e amigo foram assaltar uma loja americanas, mas o filho dela conseguiu fugir e o amigo dele foi preso com a moto. Segundo Selma a moto está limpa e com os documentos em dia. Mas a moto foi encaminhada para delegacia e agora estava na cidade da polícia. Ela contou que seu filho falou com o juiz que respondeu que ele deveria procurar um defensor público para resolver a questão da moto. Então Selma gostaria de ver minha ajuda para conseguir tirar a moto de lá. Segundo Selma a moto vale 7 mil reais e esse dinheiro iria ajudar bastante. Selma contou que a moto foi comprada depois que ela tinha comprado uma casa de 14 mil reais para filha dela morar, mas Suzana não se adaptou a casa e voltou a morar no IBGE. Foi quando ela pegou um empréstimo e comprou uma moto para o seu filho. Respondi para Selma que iria ver como seria possível resgatar a moto do seu filho. Perguntei para ela se ela tinha os documentos da moto, ela respondeu que sim. Prometi para ela, que eu iria correr atrás de ver como seria possível resolver a questão da moto. Depois o papo mudou para o IBGE (...)

Portanto, minha interlocutora defende que a moto pertence a ela e está com tudo pago, IPVA, documento, etc. Ela queria a moto para vendê-la, mas não sabe ainda em que ela vai destinar o dinheiro do veículo, mas ela estava decidida em vender. Fiquei de tentar ajudá-la nesse desafio para resgatar a moto, mas precisava de um advogado para poder empreitar uma ação de pedido de devolução na justiça. Cheguei a falar com Carlos Eduardo sobre a demanda, mas acabou não indo muito a frente.

Segui um novo caminho para liberação da motocicleta ao consultar novamente uma amiga que é agente da Polícia Civil e trabalha em uma delegacia. Passei os dados de Júlio como nome, data de nascimento, ano em que foi preso, etc. Ela confirmou a prisão dele com a moto e a localização da mesma na delegacia. Revelou-me também que o filho da minha interlocutora foi preso por um assalto à mão armada junto outro rapaz. Ela disse que não haveria problema em pedir a liberação, mas necessitava de uma ação judicial para conseguir tal intento.

A saga da moto acabou não indo à frente, pois não consegui advogado para realização ação de pedido de devolução da moto. Contudo a moto é um ponto importante para pensar na agência de uma mãe com dois filhos encarcerados tanto para poder liberar o cartão da caixa bancário ou para tentar liberar a moto detida. São ações que estão dentro da busca de complementos de renda para a família, ações que necessitam de advogados. Mas não no sentido de libertação dos filhos da prisão, e sim, para prover renda para a família e os filhos fora do cárcere.

A liberdade de Júlio para a mãe é de suma importância por diversos motivos que não preciso discorrer aqui, porém existem outras questões relevantes que impulsionam ainda mais

a luta por sua liberdade. Em 2019, Fernanda, esposa do Julio estava trabalhando em uma padaria na Zona Norte da cidade. Enquanto, ela estava no trabalho as crianças ficavam na casa de Selma. Quando eu chegava a sua casa de manhã, em geral os dois netos estavam lá e a avó se virando nos trinta para conseguir fazer almoço, cuidar dos netos e ainda por cima realizar os afazeres domésticos.

As crianças retornavam para casa da mãe apenas no final da tarde. Selma chegou fazer algumas críticas de ter que dar conta das crianças, mas não tinha outra saída já que seu filho estava preso. E avó materna também moradora da Mangueira dava conta de cuidar integralmente do neto mais velho que é cadeirante. Nessa divisão das duas avós para cuidar das crianças a Selma ficava com dois filhos de Júlio no horário de trabalho de sua nora e avó paterna ficava o tempo todo com o neto cadeirante. E assim elas seguem durante esses anos. Essa tarefa de cuidar dos netos ficou mais complicada quando no início de 2022 a Fernanda foi presa.

No início de 2022, a Fernanda, esposa de Júlio que estava em prisão domiciliar voltou novamente a ser presa. Selma revelou-me sua prisão ocorreu no Shopping Boulevard, em Vila Isabel. A Fernanda estava furtando em uma famosa loja de brinquedos e acabou sendo pega em flagrante e conseqüentemente presa por furto. Sua situação foi ainda mais grave, pois ela estava em prisão domiciliar, não podia sequer sair de casa e foi flagrada furtando.

Com um ar de desânimo e revolta com a nora Selma contou que ela perdeu todos os benefícios, por não ter respeitado a sua prisão domiciliar e provavelmente vai passar um bom tempo na prisão. A revolta de Selma é porque ela recebeu a progressão de pena da justiça e gozando do mesmo voltou a praticar crimes, portanto passará um bom tempo no regime fechado até poder ter novamente direito a alguma progressão. Com o pai e a mãe presos a demanda para cuidar dos três netos ainda pequenos está sob os ombros de Selma e da avó materna, que revezam na dura tarefa de cuidar, prover dinheiro e tomar conta das crianças.

Diante dessas adversidades as duas avós têm cortado um dobrado para prover o melhor para os netos. No trabalho de campo presenciei esse esforço. Estava com Selma no restaurante e bar, onde ela está trabalhando atualmente na favela. A avó materna chegou com um dos netos, pois precisava da ajuda de Selma com os documentos para as crianças desfilarem, os três netos iriam desfilar na Vila Isabel e necessitava de documentos, fotocópias e foto 3x4. Como a avó materna estava com o pé imobilizado passou a tarefa para avó paterna. Selma foi até a *lan-house* para realizar as demandas.

Ao retornamos da *lan-house*, Selma teve de cortar um dobrado para tomar conta do neto e ao mesmo tempo trabalhar fazendo as quentinhas. Tentei ajudá-la, mas em vão, pois o menino não me atendia. Em um dado momento quando minha interlocutora estava cozinhando o menino saiu andando e desapareceu da minha visão. Selma muito calma disse que ele voltaria. Mas essa situação revelou um pouco de quanto é extenuante para ela dar conta dessa tarefa de cuidar das crianças e trabalhar.

No caminho de volta *lan-house* Selma foi me explicando como as duas têm feito das tripas o coração para dar conta das crianças. E nessa conversa foi quando me revelou sobre o novo drama do Auxílio Aluguel do filho mais velho. Pois, ela está já há alguns meses sem receber o benefício, porque não foi realizado o cadastramento semestral exigido pela prefeitura. O benefício está no nome de seu filho, mas como ele está preso ele não tem como ir até a SMH fazer o cadastramento. Então, Selma está tentando resolver esse imbróglio.

Ela já conseguiu com o diretor do presídio um documento em que ela foi designada como responsável por receber o Auxílio Aluguel. Selma contou ter tido uma boa ajuda da assistente social do presídio para obter essa declaração, mas não foi suficiente. O poder municipal não aceitou, porque no documento não está discriminado que ela reside junto do seu filho, portanto não adiantou de nada. Selma disse: “*Mas eu sou chata eu não vou desistir, vou lá novamente para conseguir outro documento*”.

A questioneei sobre o porquê de não passar o benefício para a esposa e ela respondeu não ter como, pois a Fernanda estava presa. E a possibilidade era passar para o seu neto, mas ele é menor de idade. Dessa forma a nova estratégia é ela conseguir uma declaração que afirme que os netos residem com ela e, portanto assim ela poderia voltar a receber o Auxílio Aluguel, mas agora em seu nome. Porque para ela e avó voltar a receber o benefício será fundamental para ajudar na criação dos três netos, enquanto os pais estão no cárcere. A primeira vez em que Selma falou sobre Fernanda e o cárcere foi quando estávamos no metrô a caminho do centro para reunião na ONG Direito Legal.

Diário de Campo 1 de julho de 2019

(...) Quando estávamos na bilheteria para comprar as passagens eu disse para Selma que eu não sabia andar de trem, porque eu me perdia nas plataformas e qual era o trem para pegar. Ela me respondeu que ela tem dificuldade é para andar de metrô, que ela anda bem de trem, mas se perde no metrô. Então, Selma me contou uma vez em que foi para Botafogo de metrô para visitar o seu neto que se encontrava em um abrigo lá. Ela falou que tinha ido junto com uma amiga, quando estava no metrô se confundiu e saiu na estação errada, antes da estação botafogo. Selma contou rindo que sua amiga lhe xingou muito, porque elas tiveram de pegar uma nova passagem para chegar no abrigo. Nisso eu perguntei a ela por que o neto dela tinha ido parar no abrigo. Foi quando ela me explicou que o neto era o filho do seu filho preso. Segundo Selma a sua nora tinha deixado o filho com uma amiga. Essa amiga

foi com o bebê de cerca de um ano para o supermercado para furtar produtos, mas os seguranças viram e correram atrás dela. A amiga da sua nora fugiu, mas o carrinho de bebê ficou no supermercado. Ela disse que ao chegar na casa do seu filho sua nora saiu chorando, Selma pensou “ Pronto, meu filho deve ter batido nela”, mas depois sua nora explicou o que tinha acontecido. Selma falou que a criança ainda estava no supermercado, mas todos ficaram com medo de ir lá e serem presos. Depois o neto de Selma foi levado para 20ª delegacia de polícia e de lá para o conselho tutelar e depois foi para um abrigo. Ela conta que no total o seu neto ficou 3 meses em abrigo para crianças e adolescentes. Selma contou que nos três meses ela e seus familiares revezavam para ir visitar o seu neto, no abrigo em Botafogo. Após 3 meses Selma contou que a juíza constatou que o neto dela não estava em péssimas condições e que era bem cuidado e então ele foi devolvido para ela. Selma não alivia sua nora, segundo ela sua nora sabia da real intenção da amiga dela de levar o neto para furtar no supermercado. Ela disse que não havia necessidade disso, pois o filho dela pagava aluguel, fazia as compras e ainda dava para ela 200 reais por mês. Mas segundo Selma depois do susto do neto ela tomou jeito, agora ela trabalha em uma padaria, sem carteira assinada. Selma falou que sua nora está grávida, foi quando eu questionei se ela não corria risco de ser demitida ou ficar sem emprego após a gravidez. Ela respondeu que o chefe de sua nora falou que ia segurar a vaga dela. Selma me contou que sabe andar bem pelo centro, pois aprendeu a andar lá quando o seu filho foi preso pela primeira vez. Ela disse que ficou vários dias indo e voltando na defensoria pública para conseguir a defesa do seu filho e que ele saiu em pouco tempo da cadeia. Mas agora iria demorar, porque seu filho tinha sido preso pela segunda vez e ainda estava com a cadeia aberta da primeira. (...)

O ensejo para o assunto sobre Fernanda foi irmos de metrô, pois esse meio de transporte não é muito utilizado por minha interlocutora, que diz ter medo de se perder. Inclusive me contou em meio a risadas de uma ocasião em que ela se perdeu junto de sua amiga quando soltaram na estação errada. Acabaram tendo de pagar mais uma passagem para chegar no destino final. O caso ocorreu há alguns anos, quando ela passou a usar muito o metrô, pois tinha de ir visitar o seu neto em um abrigo de crianças e adolescentes no bairro de Botafogo. Onde ela tinha de ir semanalmente para visitar o filho de Júlio, que passou alguns meses no local em decorrência de ter sido presa por furto.

Selma discorreu sobre Fernanda, pois ela tinha o hábito de sair para furtar junto com suas amigas da Mangueira em lojas de departamento, supermercados e em shoppings. Os filhos eram utilizados para ajudar no disfarce na hora de realizar os furtos. A princípio uma mãe com crianças de colo ou em um carrinho de bebê não seria alvo de suspeitas pelos seguranças e assim elas têm mais facilidade ou menos suspeição para cometer furtos. E foi em uma dessas ações, que acabou terminando na detenção do neto de Selma.

Segundo Selma sua nora sabendo da intenção de suas amigas, sair para cometer furtos deixou o filho ir com elas. As amigas foram com o neto no carrinho de bebê para o supermercado e cometeram furtos e acabaram sendo flagradas. Na correria para empreender fuga e não serem apreendida deixaram o carrinho de bebê com o neto ficou para trás e conseguiram escapar. O neto de Selma foi pego pelos seguranças e foi enviado para o Conselho Tutelar e em seguida para um abrigo de crianças e adolescentes.

O ato de Fernanda permitir que seu filho fosse levado para um ato criminoso foi alvo de muitas críticas de sua sogra. Porque segundo ela não havia necessidade disso, pois seu filho ainda em liberdade era responsável por arcar com o aluguel, fazia compras e ainda dava para esposa R\$ 200,00 mensalmente. Portanto, não faltava nada para ela, pois o filho providenciava. Mas, na época para Selma a sua nora teria tomado jeito, estava trabalhando e não se arriscava mais em fazer furtos em lojas e mercados.

A Fernanda, mãe da criança não podia visitá-lo, pois caso fizesse seria presa por ser responsável legal e ter exposto a criança em meio a prática de um crime e também pelo abandono dele no supermercado. Portanto, coube a Selma a missão de realizar as visitas para evitar a perda de vínculo com a criança e especialmente para evitar a possibilidade da criança ser enviada para o processo de adoção. Após os 3 meses no abrigo Selma o assumiu a guarda e levou o menino de volta para o convívio da família.

Mais uma vez devido aos problemas com crime, *illegalismos* e cárcere tanto do Julio como da Fernanda a avó quem teve intervir para ajudá-los como também aos netos. O cárcere em volta da vida do filho ou da nora é de certa forma até esperado dentro do contexto das camadas populares profundamente criminalizadas e vitimadas pela política de *encarceramento em massa*. Contudo, a detenção do neto de apenas 1 ano foi um fator muito surpreendente para mim e ao mesmo tempo revela o alto grau de criminalização da pobreza.

Selma nos últimos anos devido a *vida errada*, ao entra e sai dos seus filhos pelo cárcere tem exigido dela um esforço gigante para dar conta de suprir tanto economicamente como presencialmente os seus netos, os principais vitimados por essa situação complicada. Numa situação em que tanto a mãe e o pai estão encarcerados são as avós que dão o suporte necessários para os netos, mas não somente. Já que os filhos na cadeia também necessitam de assistência como envio de dinheiro, pasta de dente, sabonete, roupa, escova de dente, entre outros produtos. E são sobretudo as avós que se equilibram nessa linha tênue de cuidar dos netos, trabalhar, visitar e cuidar das crianças para conseguir prover uma vida minimamente razoável.

3.4 Luto e luta, quando o filho é assassinado pós-cárcere

Retorno a trazer minha interlocutora Vitória Silva, pois a questão do cárcere atravessa sua trajetória e de alguns dos seus filhos. Tanto devido ao período em que ela passou atrás das grades, como também por ter filhos e marido com passagens pelo sistema prisional. A princípio

a minha proposta era falar sobre sua experiência no cárcer e do triste desfecho do seu filho Tico logo após sair do Presídio de Bangu me fez trazê-lo para esse presente capítulo. Não apenas abordar o filho de Maria dos filhos, mas a relação entre os dois e as questões relativas a prisão.

Vitória têm muitos filhos, tanto biológicos como adotivos. Ela cria todos da mesma forma, sem distinção, tanto os que residem em sua casa como os que residem nas redondezas. Ela sempre buscou falar deles com orgulho, apesar de em determinadas situações fazer reclamações, lamentos e queixas, o que é muito característico de mães. Uma reclamação aqui, outra acolá intermediada por elogios a prole.

Apenas os filhos biológicos de Vitória foram sete ao todo, porém ela perdeu três deles. A sua segunda filha, a Roberta foi adotada, depois que Vitória foi presa em 2004, uma ferida profunda que minha interlocutora ainda tenta cicatrizar desse triste episódio. O filho mais velho, o Tico foi assassinado por policiais militares, em 2020. E o penúltimo filho dela, o Leonardo morreu ainda com poucos meses em 2017, segundo a mãe em decorrência de problemas respiratórios que foram agravados por incursões policiais na IBGE¹³². Hoje, ela reside com seus quatro filhos biológicos em uma casa alugada na favela do Borel.

De todos esses filhos é sobre o mais velho o Tico que busco abordar neste presente capítulo e sua relação com Vitória. Tico é o mais velho dos filhos da minha interlocutora e atravessou junto da mãe os momentos mais difíceis, como o período em que estavam em situação de rua. Depois residiu próximo de sua mãe na ocupação da IBGE e residiu também alguns meses na atual casa alugada no Borel. Apesar do tempo em que Tico passou no cárcere, ele conviveu um bom período junto de sua mãe e tem uma trajetória muito atrelada com a de Vitória.

Minha interlocutora passou por instituições públicas para crianças e adolescentes em conflito com a lei, as instituições socioeducativas¹³³. Como é órfã e viveu nas ruas, cometeu pequenos crimes entrou, saiu e fugiu de muitas dessas instituições. Caminhando pelo centro do Rio de Janeiro junto de Vitória ela me apontou duas dessas instituições em lugares por onde

¹³² Segundo minha interlocutora as sucessivas operações policiais da UPP da Mangueira com bombas de gás lacrimogênio e spray de pimenta potencializaram os problemas respiratórios do seu filho, que acabou falecendo. Não entrei com mais profundidade nesse assunto, devido ao trauma do evento e a dificuldade da minha interlocutora em falar sobre.

¹³³ No Rio de Janeiro é chamado de DEGASE (Departamento Geral de Ações Sócio Educativas).

passei diversas vezes, porém nunca tinha percebido esse detalhe¹³⁴. Esse conhecimento dela aponta como a sua vivência é marcada por essa relação com essas instituições estatais.

E a vida de Tico também é muito semelhante à de sua mãe nesse sentido. Pois, em 2004, ele foi separado abruptamente do convívio com a mãe. Maria dos filhos, Tico e Roberta estavam em situação de rua e dormiam debaixo do viaduto que liga o estádio do Maracanã a estação de trem e metrô homônimos. Segundo Vitória os meninos que dormiam junto deles furtaram pessoas e correram para debaixo do viaduto, atraindo os policiais e resultando na prisão de todos. Minha interlocutora foi presa e em seguida condenada a seis anos de prisão, em regime fechado por furto e aliciamento de menores. E seu casal de filhos foi enviado para abrigos para crianças e adolescentes.

A ruptura abrupta do convívio entre Vitória e seus filhos produziu efeitos psicológicos na relação entre os dois. A Roberta acabou sendo adotada, segundo minha interlocutora porque era muito bonita e portadora de traços caucasianos. E Tico passou algum tempo no abrigo e depois conseguiu fugir. Dando início a um entra e sai de instituições socioeducativas, pequenos delitos e uma vida nas fronteiras porosas do informal, ilícito e ilegal. Segundo Maria dos filhos, seu filho mais velho passou a cometer furtos, andar com demais meninos em situação de rua. Quando eles se reencontraram ele já tinha uma experiência de vida forjada nas dificuldades de viver nas ruas assim como a própria.

Algum tempo depois de sair do cárcere em 2007 mãe e filho se reencontraram e passaram viver juntos, no período em que Vitória foi residir na IBGE. Em seguida conheceu seu atual marido Mais de Mil. É no convívio de Tico com Maria dos filhos na IBGE que a relação ficou difícil. Sendo marcada por uma relação conflituosa, por brigas, discussões e agressões físicas por parte de Tico. A Vitória por algumas vezes relatou o quanto ficou magoada e entristecida com as atitudes raivosas e agressivas do seu filho.

Vitória me revelou que a origem da sua relação conflituosa com Tico teve início alguns anos antes da remoção da IBGE. Pois nesse período entre 2015 e 2017 seu filho vivia maritalmente com uma companheira. Nessa época ele já estava envolvido com o tráfico de drogas ilícitas no varejo. O casal residia em um barraco na IBGE próximo do barraco de Maria dos filhos. E devido a convivência próxima, Vitória e demais vizinhos acabaram descobrindo

¹³⁴ Estávamos caminhando de volta para pegar o ônibus na rua dos Passos. Quando passávamos pela rua da Carioca Vitória me apontou uma instituição socioeducativa localizada ao lado da sede do BNDES. Pude constatar, porque existe uma placa em cima do portão de entrada, mas que passei ali por anos e nunca reparei nesse detalhe.

sucessivos casos de infidelidade da companheira de Tico. Quando Vitória resolveu denunciar ao filho que ele estava sendo traído, em suas próprias palavras: *“Eu falei pro Tico que ele era corno e todo mundo sabia, mas ele não acreditou em mim”*. Essa revelação iniciou um ciclo de conflitos, discussões e brigas entre mãe e filho.

Vitória Silva reiterava diversas vezes que o filho era “corno”, que sua esposa era uma “piranha” e que estava o enganando. Minha interlocutora conta que não fazia isso para humilhar seu filho, mas para alertá-lo. Contudo, mesmo com todo esse esforço de Vitória para alertar o filho não surtiu efeito. Ou melhor, teve um efeito contrário, porque Tico não acreditava no que a mãe falava e ainda passou a agredi-la verbalmente e fisicamente. Vitória relata com muita indignação que seu filho a agredia e a-xingava e fazia coisas horrorosas por não aceitar o alerta que sua mãe fazia em relação a sua esposa.

Ao contar tais histórias minha interlocutora ficava muito exaltada com tais lembranças desse período, porque ela não admite apanhar de homem e muito menos apanhar do seu próprio filho. Essa situação de conflitos, discussões, agressões e violência foram afastando os dois, apesar de morarem na mesma localidade. Tico continuou vivendo maritalmente com sua companheira, mesmo depois dos avisos da traição. Na verdade, como Maria dos filhos conta que o filho se afastou dela depois de tantas discussões acaloradas e agressões. E ela passou a seguir a vida já que o filho não acreditava nela e ainda por cima a agredia.

Tico passou um bom tempo no tráfico de drogas ilícitas da Mangueira até acabar sendo preso em uma operação policial em 2017. Minha interlocutora revela não ter ficado triste ao saber da prisão do seu filho mais velho, pelo contrário. Segundo ela a prisão do filho a deixou até feliz, porque segundo ela serviu para seu rebento deixar de “ser otário” e aprender que não se bate em mãe de jeito algum. Tico cumpriu prisão em um dos presídios de Complexo Prisional de Bangu. Vitória revela que o tráfico chegou a lhe oferecer dinheiro, que seria referente a uma ajuda pelo filho preso, mas ela rejeitou, pois não queria nada que viesse do filho agressor.

Ela ficava sabendo de notícias sobre o seu filho por meio dos vizinhos, dos amigos e conhecidos. Dessa forma, ela sabia as questões as quais o filho passava no cárcere. Mas ela passou todo esse tempo resistente em não manter contato com Tico, ainda fruto das mágoas do que ocorreu no período anterior a prisão. É importante sinalizar que minha interlocutora teve uma atitude similar com o seu marido Mais de Mil, quando este também estava privado de liberdade. O marido da minha interlocutora foi preso em 2018, por receptação de roubo. Quando foi preso a sua relação com Vitória já estava estremecida, devido os diversos casos de

infidelidade. Ela sempre dizia, que quando ele saísse da prisão não queria saber dele nem “pintado de ouro”, pois queria seguir sua vida sozinha, sem homem nenhum.

Passou a ter uma relação muito distante do Tico ainda devido à mágoa das agressões. Segundo Vitória o seu filho a ligava em algumas ocasiões de dentro da cadeia, mas ela rejeitava atender suas ligações não queria conversa de maneira alguma. E foi assim, uma relação distante e ainda machucada pelos acontecimentos ocorridos nos 3 anos em que Tico cumpriu cadeia. Quando conheci Vitória em 2019, seu filho já estava no cárcere. Ela dissertou muitas vezes com críticas e revelando os dias em que apanhou do seu filho. Mas ao mesmo tempo às vezes ela falava com amor do filho mais velho e fazia questão de me mostrar suas fotos. Não podia ser diferente, apesar da violência sofrida o amor maternal por vezes desabrochava apesar das feridas.

Por mais que em hipótese nenhuma Maria dos filhos não quisesse visitar o filho em Bangu. Mesmo se ela desejasse não poderia fazer, pois ela teria que passar pela triagem da carteirinha. Quando para visitar uma pessoa em cárcere no sistema prisional fluminense é preciso fornecer informações, documentos e só depois de expedida a carteira de visitante é possível realizar uma visita em qualquer um das unidades prisionais¹³⁵, em geral demoram 2 meses para ficar prontas. E minha interlocutora como foragida do sistema prisional com certeza acabaria presa, portanto essa possibilidade era inviável. O que revela sobre famílias atravessadas pelo cárcere.

Após a prisão de Tico, segundo Vitória conta a mulher infiel o abandonou. O que para minha interlocutora era uma prova de que ela estava certa o tempo todo. Para minha interlocutora isso só confirmava o que ela vinha dizendo há muito tempo para o seu filho primogênito, de que sua esposa só estava interessada em dinheiro. Pois, segunda sua tese assim que o marido foi preso ela o abandonaria, não daria apoio ao Tico no período do cárcere. E segundo minha interlocutora ela arrumou logo um novo companheiro, que era um dos seus amantes pouco tempo de Tico ser preso.

Minha interlocutora revelou também que os próprios meninos do tráfico de drogas sabiam que a esposa de Tico era infiel, mas também não conseguiram convencê-lo desse fato.

¹³⁵ O banqueiro André Esteves foi preso em 2014 por corrupção. Sua esposa conseguiu uma carteirinha para visita-lo no Complexo de Bangu em apenas 2 dias. O que provocou um escândalo, já que as demais visitas só conseguem o documento em aproximadamente 2 meses. Disponível em : <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/12/beneficios-de-andre-esteves-na-prisao-levantam-discussao-no-rio.html> Acessado em 14 de abril de 2022.

E segundo Maria dos filhos quando ele foi preso os meninos do tráfico ofereceram para ela receber um dinheiro, devido a sua participação no tráfico. Mas ela rejeitou, porque ela alegou não querer nada que viesse do seu filho. Ainda muito indignada e magoada com as agressões de Tico contra ela. Mas para ela essa ação dos meninos da boca era um reconhecimento de quanto ela estava certa em tentar alertar o seu filho.

Em 2020, Tico saiu de maneira repentina da cadeia, escrevo repentina, pois a sua família não aguardava que ele conseguiria tão rápido uma progressão de pena. Ao retornar para casa foi recebido com felicidade, especialmente por seus irmãos mais novos. Já minha interlocutora recebeu o filho com cautela e permitiu que ele voltasse a residir na casa, mas ainda magoada e cheia de ressalvas pelas agressões do passado. Tico saiu da cadeia em agosto de 2020, ainda em meio a pandemia de Covid-19.

Vitória permitiu que ele residisse em sua casa, desde que fosse apenas até ele encontrar uma casa para viver, pois ela não o queria morando junto dela. Durante a estada de Tico residindo com sua mãe, eu só consegui vê-lo duas oportunidades. Pois, como ia costumeiramente a casa dela na parte da manhã era o horário em que ele voltava do plantão¹³⁶ na boca de fumo, em geral estava dormindo. Nas duas ocasiões o encontrei dormindo no sofá da casa. Apenas uma vez chegamos a ter uma breve conversa, foi tudo muito rápido e, além disso, eu estava indo pouco na casa da minha interlocutora devido a pandemia e as medidas sanitárias.

Tico em pouco tempo, após ter saído do cárcere retornou ao tráfico de drogas ilícitas no varejo no Borel. A sua mãe era contrária, mas mesmo assim ele voltou. Segundo sua progenitora ele tirava o plantão de noite em uma das bocas da favela, na proximidade do acesso ao morro perto do Colégio São José. O plantão do filho da minha interlocutora iniciava a noite e terminava no raiar do dia, por volta das 6h. E assim seguiu sua vida nos três meses em que ficou em liberdade.

Vitória ficou muito incomodada com o retorno do seu filho por alguns motivos. Uma das questões de grande incômodo dela era o desrespeito dele para com ela, pois não tardou muito aos dois voltarem a ter discussões acaloradas, quando Tico xingava a mãe e fazia ameaças. Segundo minha interlocutora ela era insultada dentro de sua casa o que era inadmissível e ela não estava mais disposta a aceitar esse tipo de sujeição. E ela tinha medo de

¹³⁶ Plantão é o regime de trabalho dos operadores do tráfico de drogas ilícitas no varejo. Em geral o dia é dividido em dois plantões de 12 horas.

que os filhos mais novos fossem influenciados pelas atitudes do irmão mais velho e também passassem a xingá-la e desrespeitá-la.

Uma segunda questão de grande incômodo para Maria dos filhos era o fato de após o plantão seu filho levar para sua casa drogas ilícitas e armas. O que para ela era um perigo imenso e uma casa com adolescentes e crianças. Ela ficava com medo de que uns dos seus filhos mais novos pudessem pegar a arma para brincar e também que ao verem cotidianamente armas em casa acabasse os influenciado a também entrar para a *vida errada*. Vitória pedia para seu filho deixar as armas e drogas na casa de algum amigo ou na própria boca de fumo, mas dificilmente isso acontecia. O que resultavam em discussões e brigas.

Por último, o que mais incomodava ela era o fato de em duas ocasiões em que ela discutiu de maneira exaltada com o filho e Tico a segurou com força e ameaçou agredi-la. Diante dessas situações cotidianas ela passou a pedir insistentemente para ele arrumasse um lugar para residir e saísse finalmente de sua residência. Vitória também estava preocupada, por que os filhos mais novos estavam envolvidos afetivamente ao irmão mais velho, mas para ela com o filho na *vida errada* era ruim, pois caso acontece algo (prisão ou morte) eles sofreriam ainda mais com a perda do irmão.

Nêga, grande amiga da minha interlocutora também me revelou atritos por motivos religiosos entre mãe e filho. Segundo Nega o Tico adorava provocar a mãe falando sobre entidades das religiões afro-brasileiras como Zé Pilintra, Ogum, Maria Padilha, etc. Quando ele mencionava tais nomes sua mãe ficava irritada e rebatia falando sobre Deus, Jesus e outras palavras do vocabulário evangélico e cristão. E recriminava para Tico não pronunciar essas palavras de “macumba” dentro da casa dela. O que não era seguido pelo seu filho mais velho.

Apesar de Vitória não frequentar continuamente uma igreja evangélica, ela se identifica bastante com essa fé. Em algumas ocasiões especiais ela chega até a participar de alguns cultos e determinadas atividades em uma igreja no Borel. Entretanto, ela tem uma forte identificação com esta doutrina religiosa, sempre falando expressões do vocabulário de fieis das igrejas neopentecostais. Além de manter uma grande proximidade com o Pastor Wagner que realiza um trabalho de ajuda de roupas, alimentos, entre outras iniciativas de caridade.

Apesar dos conflitos entre os dois e de Maria dos filhos alegar que o filho não contribuía com nada dentro de casa. Pude perceber algumas melhoras significativas na casa da minha interlocutora nesse curto período. Como a compra de um beliche, a compra de uma *Smart TV*

usada, um sofá novo, geladeira, fogão entre outros móveis e eletrodomésticos. Não posso afirmar que foram comprados por Tico, mas as aquisições desses bens ocorreram no período em que ele estava residindo lá.

Nesse curto período do Tico em liberdade minha interlocutora fazia reclamações e lamentos sobre o seu filho. Das ações que ele realizava em casa, a questão das armas e principalmente sobre sua atitude violenta tanto com palavras e tanto fisicamente com ela. Por vezes ela chegava a dizer que era melhor que estivesse preso do que em liberdade, porque ele não aprendeu a respeitar a mãe no cárcere. E desejava que o mais rápido o possível que ele fosse morar em outro lugar, pois em sua casa estava insuportável. Nesse período os conflitos dentro de casa tornaram-se mais agudos com as crianças dentro de casa por muito tempo, devido às escolas fechadas por causa da pandemia de Sars-cov-2.

Essa situação de sucessivos desentendimentos caminhou até o final de outubro de 2020, quando uma operação policial na favela do Borel vitimou o filho da minha interlocutora. O Tico acabou assassinado por volta das 5h40, quando estava no final do seu plantão, no dia 27 de outubro de 2020. Segundo seus amigos e familiares provavelmente ele estava dormindo na hora da morte, pois foi encontrado sentado na cadeira, na escadaria e o fuzil ainda estava em seus braços sem ter sido utilizado. O que segundo os rumores foi um disparo feito por um *sniper*¹³⁷ de longa distância.

Uma semana antes da operação policial que ceifou a vida do filho de Maria dos filhos tinha ocorrido apenas uma outra operação, que tinha resultado na morte de três homens que supostamente eram membros do tráfico de drogas ilícitas no varejo na favela da mangueira. É importante sinalizar, que aquela altura em junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal tinha restringido as operações policiais em favelas do estado do Rio de Janeiro através ADPF 635¹³⁸ operações policiais nas favelas do estado do Rio de Janeiro¹³⁹.

¹³⁷ Nome em inglês para atirados de longa distância tanto em forças policiais como em Forças armadas.

¹³⁸ A ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 635, foi uma ação apresentada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e construída coletivamente com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, ISER, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Mães de Manguinhos – entidades admitidas como *amicus curiae* –, e também o Observatório de Favelas, Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (Geni/UFF), Fogo Cruzado, Maré Vive, Instituto Marielle Franco, Conselho Nacional de Direitos Humanos e o CESeC.

¹³⁹ Disponível em : < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml>> Acessado em 14 de abril de 2022.

Da casa onde residia em Vila Isabel escutei o tiroteio no Borel, as sirenes das viaturas e mais tarde fiquei sabendo da operação pela internet e por meio de jornais. Foi por volta de meio dia que fui informado por meio do *whatsapp* que o filho da minha interlocutora tinha sido um dos vitimados na operação policial. Sem dúvidas, foi o momento mais triste e desesperador dos meus cinco anos de pesquisa de doutorado. Uma dor lancinante e uma situação de impotência.

Cheguei à casa de Vitória às 17h daquele dia e acompanhei um pouco os relatos da operação policial, enquanto esperava a chegada de minha interlocutora. Segundo os vizinhos e amigos ele teria sido assassinado no período final do plantão na boca de fumo, por volta de quase 6 horas da manhã. Ele estava sentado na cadeira ao lado da mesa, onde ficam expostos aos compradores as drogas ilícitas e o fuzil e no chão perto do corpo. Os relatos eram de que ele tinha recebido o disparo de fuzil¹⁴⁰, quando estava dormindo, pois não teve tempo sequer de levantar da cadeira para fugir ou reagir aos disparos dos policiais militares.

Os relatos eram ainda mais abundantes, devido ao fato de ter sido uma operação realizada pelo Batalhão de Operações Especiais, o temido Bope. Uma tropa de elite, da Polícia Militar do Rio de Janeiro¹⁴¹ muito presente no imaginário social da população carioca e de traumática para os moradores de favelas. Um dos rapazes contava um relato de que estava saindo para ir trabalhar, mas quando viu deu cara com os policiais. Levantou a camisa enquanto o policial o chamava para ser revistado. Ele fingiu ir em direção ao agente de segurança pública, mas deu meia volta e saiu correndo de volta para favela e se escondeu. Muitos relatos eram nesse sentido do pavor para com os policiais e de como fugiram de uma abordagem.

Os rumores de que um *sniper* do Bope teria feito um disparo de longa distância também circulou bastante nas rodas de conversa. Apesar de um consenso geral de que Tico não reagiu ao único disparo efetuado que o levou a morte. Não ouvi nenhum questionamento sobre ter sido uma execução, apesar de todas as características apontarem para esse desfecho. Ao contrário, do que alegou a Polícia Militar de ter sido uma morte decorrente de confronto, o *auto de*

¹⁴⁰ O fato de Tico está com outros membros do tráfico de drogas na boca do Escadão e ele ter sido o único alvejado. Reforça a minha hipótese de que ele era o gerente da carga, que naquele local e momento era o mais alto cargo. Ou a segunda hipótese de que Tico era um dos alvos da operação, que reforça essa teoria, o fato de os policiais terem ido na casa Vitória procurá-lo.

¹⁴¹ O Batalhão de Operações Especiais, da Polícia Militar do Rio de Janeiro já era uma tropa de elite conhecida principalmente pelos moradores de favelas e por traficantes de drogas, devido a truculência, abusos, torturas e principalmente execuções. A partir do filme *Tropa de Elite*, do diretor José Padilha lançado, em 2007 e um recordista de bilheteria. O Bope ficou ainda mais famoso por ser supostamente incorruptível e uma tropa temida por ações de excelência e grande letalidade em operações.

resistência. Entre amigos e familiares havia uma conformação de que estando no tráfico de drogas não há o que questionar ao ser assassinado pela polícia.

A boca de fumo onde estava o filho da minha interlocutora era na parte do Borel próximo do Largo da Coruja. A famosa boca de fumo do escadão, situada numa escada que dá acesso a favela do Borel e de fácil acesso para os clientes. Os demais membros da boca de fumo que estavam junto dele conseguiram fugir. Alguns relatos eram acerca das postagens de Tico na rede social *facebook*, pois ele teria postado mensagens bíblicas e relacionadas a Deus, o que seria indicativo de uma premonição da própria morte.

Os policiais invadiram o Borel e permaneceram por lá até às 11h. Os relatos dos amigos e vizinhos eram de uma invasão truculenta, em que muito tiveram de correr, se esconder e que não conseguiram ir ao trabalho. Existia uma convergência dos relatos de que a operação policial tinha recebido informações de um X-9¹⁴². Porque os policiais foram em casas de traficantes de drogas, de pessoas com problemas com a justiça e até mesmo na casa de Vitória.

Um dos amigos de Tico, que estava na casa da minha interlocutora fazia críticas ao amigo, pois ele tinha avisado que não era para ficar de boqueira na boca. Porque na semana anterior ocorreu uma operação policial no Borel em que quatro pessoas foram assassinadas. Portanto, dizia ele *“Eu falei que eles tinham que ficar na atividade, não pode dar mole, quando os canas vem, vem para matar. Não pode vacilar”*. Para além do pouco tempo de diferença entre a primeira operação policial, tinha também a questão de ter sido utilizada a estratégia de troia¹⁴³.

Na primeira operação policial, os policiais militares adentraram no Borel em motocicletas disfarçados de motoboys. Dessa maneira surpreenderam os traficantes que estavam na boca de fumo, que não tiveram tempo de reação e quatro deles acabaram vitimados fatalmente. Ao contrário, da segunda incursão policial não houve uma invasão da favela, após o tiroteio e os quatro mortos ocorreram outras ações. Essa operação com a estratégia de troia

¹⁴² X-9 é uma expressão nativa para designar acaguate, traidor, dedo-duro, delator e que passam informações para as forças de segurança.

¹⁴³ Troia é uma estratégia militar utilizadas pelas forças de segurança do Rio de Janeiro para adentrar em favelas. O nome tem origem a partir do livro *A Ilíada*, do escritor Homero na estratégia utilizada pelos gregos conseguem invadir a cidade-estado de Troia escondidos dentro de um cavalo de madeira e derrotar os inimigos e vencendo a Guerra de Troia. Os policiais entram escondidos ou disfarçados e aguardam no esconderijo até os traficantes de drogas ilícitas ficarem expostos ou distraídos e efetuam um ataque surpresa. Uma operação policial que utilizou essa estratégia de troia na favela do Vidigal e estão sendo investigados por homicídio. Disponível em: < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-acusados-de-quatro-homicidios-em-tocaia-no-vidigal-irao-juri-popular-25510447.html>>. Acessado em 14 de abril de 2022.

deixou os moradores em alerta, pois novas operações semelhantes poderiam acontecer novamente.

Vitória disse ter tomado ciência sabendo da morte do filho pelos policiais que invadiram sua casa por volta de 7 h. Os policiais bateram na casa da minha interlocutora a procura do seu filho mais velho. Vitória de forma astuta e inteligente respondeu que ali só haviam os seus filhos pequenos e que ninguém tinha envolvimento com a *vida errada*. O policial insistiu sobre o seu filho e ela respondeu que Tico estava preso, que ele não estava nem em casa e muito menos na favela. E o policial disse a ela: “*Minha senhora vai procurar o seu filho, vai ver se ele está bem*”.

A ação da minha interlocutora em busca de evitar a entrada do policial na sua casa e também em proteção ao seu filho, mentindo ao dizer que ele ainda estava preso. Remete ação da interlocutora Cristina em que deixou a toalha cair para evitar a entrada dos agentes de segurança pública em sua residência e a consequente prisão do seu filho traficante de drogas (BIRMAN; PIERBON, 2021). As ações como essa de mães/esposas/irmãs em defesa, proteção e solidariedade aos familiares envolvidos com o tráfico de drogas ilícitas são gestos de reconstrução da vida digna em meio relações atravessadas pela violência (BIRMAN; PIERBON, 2021).

Para Maria dos filhos os policiais tinham feito a operação tendo o nome do Tico como um dos alvos. E já sabiam de que ele estava solto e tinha voltado a trabalhar na boca de fumo. Portanto, procuram Tico tanto na casa, apesar de já saberem a essa altura de que ele tinha sido o primeiro a ser morto na operação. Ou talvez eles só quisessem conferir se havia na casa de Vitória os famosos espólios de guerra¹⁴⁴.

O que ficou marcado para Vitória Silva foi o aviso dado pelo policial para ela procurar o seu filho. Pois, para ela foi um aviso de que seu filho estaria morto, preso ou ferido. Contudo, ao saber da notícia da morte de Tico pouco tempo depois ela passou a ter certeza de que o policial não estava apenas avisando, mas realizando um ato de crueldade com ela. Por fazer questão de dar a notícia a uma mãe de que o filho tinha sido assassinado. Ela ficou sabendo por vizinhos pouco tempo depois de o policial ter invadido sua casa, que o seu filho mais velho tinha sido assassinado.

¹⁴⁴ A expressão espólios de guerra é uma expressão nativa utilizada nos meios policiais para designar armas, dinheiros e outros bens confiscados por policiais em operações em favelas.

O saldo da operação policial foi de três mortos, um ferido, um fuzil apreendido. No dia seguinte o ferido acabou morrendo, elevando o saldo final para 4 mortos. O único fuzil apreendido seria o que estava supostamente com Tico. A alegação oficial foi de que a operação policial foi realizada para apreender armas e drogas na localidade e teve início, porque policiais militares em patrulhamento foram atacados, dando origem a operação policial, o que não parece nenhum pouco verossímil¹⁴⁵.

Entre a morte de Tico e o enterro Vitória me pediu ajuda para viabilizar o enterro dele a partir da comissão de Direitos Humanos. Porque segundo minha interlocutora o enterro da filha de Verônica, uma das minhas interlocutoras foi realizada dessa forma. Eu cheguei a fazer alguns contatos com conhecidos na comissão de Direitos Humanos da ALERJ e da OAB, mas sem muito sucesso. Quando Maria dos filhos me informou que já tinha conseguido o dinheiro para fazer o enterro do seu filho.

As duas operações policiais em um espaço curto, resultando em um saldo de sete vítimas fatais revela um rompimento do acordo ou das relações entre as forças policiais e o tráfico de drogas ilícitas no Borel. Se em 2019, os dois atores estavam atuando conjuntamente para reprimir os lava-jatos, como apontei no caso do filho de Fátima, as *mercadorias políticas* entre tráfico e polícia estavam de vento em popa, algo interrompeu essa relação em 2020, que pode ter origem desde o não pagamento de arrego e outras motivações

Segundo Vitória e os rumores entre os moradores do Borel é que da origem das operações policiais na favela do Borel teria origem no Jacarezinho. Segundo ela os traficantes do Jacarezinho teriam se envolvido em um tiroteio com os policiais na semana anterior. Após o tiroteio os traficantes envolvidos fugiram para o Borel. Portanto, as operações policiais eram uma *vendeta* para atingir os traficantes responsáveis pelo confronto no Jacarezinho.

Retorno ao evento do lava-jato, em 2019 em que tráfico de drogas ilícitas do Borel e a Polícia Militar agenciaram *mercadorias políticas* para regularizar e reprimir os empreendimentos informais. Ou seja, era um período de relações estáveis, que devido a diversas variáveis podem ser rompidas, produzindo conflitos armados e episódios de violência (MISSE, 2006). Especulações a parte as *mercadorias políticas* como aponta Misse (2006) são sempre instáveis e suscetíveis a rompimentos e crises, que resultam em violência e mortes. Em 2020,

¹⁴⁵ É importante sinalizar que a decisão do Supremo Tribunal Federal que proibia operações policiais em favelas durante a pandemia de Covid-19 abria exceção, apenas em casos de extrema importância e com aviso prévio ao ministério público. O que não foi o caso da operação policial que resultou na morte de Tico Silva.

as duas operações policiais ilegais revelam uma crise entre os atores Tráfico e Estado, na favela da Zona Norte.

Como revela o estudo de Carolina Grillo, Daniel Hirata e Renato Dirk (2020) revelam que a ADPF 635 que a restrição as operações policiais nas favelas reduziu a letalidade policial, crimes contra a vida, redução do número de feridos e mortos em operações policiais. Os dados revelam uma ineficiência das operações policiais, pois o acontecimento das mesmas não resulta em uma redução das principais atividades criminais. Contudo, o que revela no caso das duas operações na Mangueira é uma estratégia das forças policiais para burlar a ADPF 635.

A ADPF 635 restringiu as operações policiais em favelas, porém as mesmas poderiam ocorrer em “hipóteses absolutamente excepcionais” e mediante a prévia justificção por escrito enviada ao Ministério Público. Para promover operações policiais, nos dois casos no Borel as forças policiais forjaram ataques aos agentes de segurança para justificar as operações. Na Mangueira as duas alegações foram de que os policiais foram atacados e reagiram aos “criminosos”, dando início a operação.

Essas alegações não se sustentam, pois as duas operações iniciaram ao amanhecer, com um grande efetivo de agentes e viaturas e a presença de distintos batalhões. O que apontam para uma organização prévia e não uma ação repentina de retaliação a partir de um ataque surpresa aos policiais. A visita dos policiais a casa de Vitória às 7h, perguntando onde estava seu filho revela a organização e o mapeamento dos alvos da intervenção policial. Nesse sentido apresenta-se uma prática ilegal das forças policiais em forjar ataques contra policiais para ensejar operações, descumprindo a ADPF. A arguição de descumprimento 625 produziu efeitos importantes como aponta o estudo de Carolina Grillo, Daniel Hirata e Renato Dirk (2020) , porém o meu campo revela as estratégias ilegais para descumprir as medidas de restrição as operações policiais.

Ao contrário de Fátima e Selma a Vitória não mobilizou esforços para assistir seu filho no período cárcere e também nos três meses em que ele estava em liberdade. Contudo foi após a sua violenta morte, que minha interlocutora mobilizou esforços em prol da memória do seu filho mais velhos. Dessa forma nas considerações finais analisarei o enterro de Tico, a partir de uma análise situacional (GLUCKMAN, 2000), apontando os agenciamentos e questões sobre esse momento.

3.5 Considerações finais

A pluralidade da forma como as três ex-moradoras abordadas neste capítulo lidaram e lidam com seus filhos em privados de liberdade para pensar sobre mães, cárcere e filhos. Mesmo tendo situações similares, cada uma das três interlocutoras manteve relações distintas com seus filhos encarcerados e depois em liberdade. O que analisarei nas considerações finais deste capítulo são os agenciamentos das minhas interlocutoras para com seus filhos no período do cárcere e no período pós-cárcere.

Fátima é a que tem dedicado-se imensamente ao seu filho mais novo, que ganhou a liberdade em 2020. Ela tem agenciado em algumas frentes acerca do seu filho tanto para salvá-lo da violência do tráfico de drogas ilícitas, por ele ser um assaltante. E ainda ter cometido um assalto com uma moradora da favela da Mangueira. E ela agenciou para evitar que ele possa ser punido pela milícia da favela na Zona Oeste, onde reside atualmente. Ela também agiu e age buscando recursos econômicos para poder evitar a morte ou espancamento de Renzo, como para o seu reestabelecimento na vida pós-cárcere.

Selma tem agenciado especialmente para cuidar do seu filho mais velho o Julio, que ainda está preso acusado de assalto à mão armada. Ela tem buscado desde o início recursos econômicos para auxiliar os filho dele, seus netos, que são três crianças com menos de 10 anos. Seus agenciamentos vão desde conseguir recuperar o cartão em que é pago o Auxílio Aluguel, atualmente a tentativa de recuperar ao auxílio transferindo a titularidade para o nome dela e também tentando vender a motocicleta do seu filho que está presa.

Vitória Silva dentre as três analisadas neste capítulo aquela que não mobilizou e muito menos atuou enquanto o seu filho Tico estava no cárcere. Contudo, a sua vida como a vida de Tico são atravessadas pelo cárcere, conflitos e pela violência. Os dois foram separados, quando a minha interlocutora foi presa e mais tarde quando Tico foi preso. O reencontro dos dois em 2020 durou menos de 3 meses, pois seu filho mais velho foi libertado e acabou sendo assassinado pouco tempo depois. Além de analisar como a minha interlocutora foi vítima tanto da violência estatal como da violência doméstica pelo seu próprio filho.

3.5.1 Famílias em meio cárcere

Entre as seis interlocutoras da minha pesquisa de doutorado a questão do cárcere é presente e contínua. De todas elas não há nenhuma delas, que no presente ou no passado não teve um familiar próximo seja filho ou cônjuge privado de liberdade. E desde primeiro dia de

trabalho de campo os relatos sobre a vida em cárcere foram presentes. Era um filho que a liberdade cantou um marido que foi preso, um irmão que progrediu para a condicional, entre muitos casos.

A Verônica teve a sua filha mais velha a Natasha presa por furto; a Tina teve sua irmã presa quando a mesma residia em São Paulo; Vitória teve o seu filho Tico preso por alguns anos como o seu marido Mais de Mil; a Adriana foi presa em junho de 2022 e o seu ex-marido já passou pelo cárcere por não pagamento de pensão alimentícia; Fátima os dois filhos presos e um deles por assalto à mão armada e Selma teve uma filha e uma nora presa por furto e dois filhos privados de liberdade, um por assalto e outro por tráfico de drogas ilícitas. Reforçando todas elas tiveram um familiar próximo privado de liberdade o que revela como essa questão é presente. Como aponta Gabriel Feltran (2020) a prisão é um fenômeno presente nas periferias, favelas e *territórios de pobreza*.

O caso de Vitória Silva e sua família revela muito bem como famílias são quase inteiramente devassadas pela experiência prisional. Maria dos filhos como abordei no capítulo anterior foi presa por duas vezes e cumpriu três anos de detenção em regime fechado em Bangu. Seu marido Mais de Mil passou alguns anos detido, cumprindo pena por receptação de produtos roubados. Seu filho mais velho, o Tico cumpriu pena por tráfico de drogas ilícitas. Sua filha Roberta foi enviada para um abrigo de crianças e adolescentes, posteriormente adotada, sem consentimento da mãe, após a prisão de Vitória Silva.

David Garland (2001) apresenta o *encarceramento em massa* tornou-se uma instituição social que estrutura a experiência de grupos sociais inteiros. A experiência da prisão é tão presente e cotidiana, que é alguns bairros não há família, residência ou rua que não tenha um filho, marido, primo sem ter experimentado o cárcere. Como revela Vera Telles (2010) os indivíduos com passagens pelos dispositivos jurídicos-carcerários são a cada dia mais presentes e notórios. A díade rua-prisão é um percurso cotidiano para alguns estratos da população brasileira, sobretudo pobre e moradora de periferia ou favela.

Na linha apontada por David Garland (2001) a notoriedade dos contextos econômicos, políticos e sociais distintos entre Brasil e os Estados Unidos, mas que apontam para o mesmo fenômeno, o *encarceramento em massa*. Contudo, são grupos sociais portadores dos mesmos marcadores de raça e classe, atingidos pelo processo de cárcere cotidiano. Justamente o grupo social da minha pesquisa de campo pode ser incluído no Brasil nesse grupo social que é mais vitimado pela privação de liberdade, com destaque para os jovens negros.

Em um universo de 50 pessoas, divididas em seis famílias extensas as quais pesquisei durante cinco anos, um pouco mais de 25% das pessoas já passaram em algum momento da vida atrás das grades, ainda estão em situação de cárcere ou pelo sistema socioeducativo¹⁴⁶. Um universo muito pequeno de pessoas para um número elevadíssimo de pessoas vitimadas pela política de *hiper encarceramento*. Essa alta concentração de pessoas com passagens pelo cárcere revela a produção de grupos sociais profundamente atravessados pelo cárcere. Como aponta Vera Telles (2010) :

O fato é que o ex-presidiário (ou o foragido) é hoje um personagem urbano presente (e cada vez mais presente) nas tramas da cidade: seja como operador dos vários ilegalismos da economia urbana; seja como componente importantíssima espécie de reprodução ampliada dos mercados ilícitos (e da criminalidade urbana) na própria medida em que se encontra cativo de formas de controle que o mantém no circuito fechado da “delinquência” – como diz Foucault, uma forma subordinada dos ilegalismos populares; seja ainda porque está presente, o tempo todo, nos agenciamentos da vida cotidiana e nas redes sociais que passam pela família, pelas relações de vizinhança e todas as cumplicidades tecidas no jogo das reciprocidades populares. É um personagem presente nesses territórios produzidos como “margem” e, no intrincamento das relações e circuitos que aí se superpõem, ele é também parte ativa dos ordenamentos sociais que aí também vão se fazendo, nos modos sempre situados, relacionais, contextuais pelo quais os critérios de ordem e seu inverso são negociados, “o lado certo da coisa errada” como se diz no “mundobandido” (HIRATA, 2006) ou o seu inverso quando é a própria experiência da lei que faz embaralhar, inverter e reverter os sentidos e direções do “certo” e “errado”. (TELLES, 2010 p. 121)

Como apontam os autores Alessandra Teixeira (2009), Canêdo, Carlos e Fonseca (2012) e Carvalho (2010), desde a década de 1990 o crescimento vertiginoso de pessoas encarceradas no Brasil é um fenômeno sociológico e político. Atualmente o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com o maior número de indivíduos privados de liberdade,¹⁴⁷ com um total de 682 mil¹⁴⁸ pessoas no sistema prisional. Um fenômeno que não é apenas brasileiro, porém que tem o nosso país como um dos seus principais expoentes com uma taxa 322 encarcerados para cada 100 mil habitantes (ARAÚJO; GODOI; MALLART, 2020)¹⁴⁹. Apenas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram 40% do número total de pessoas presas em todo o país (ARAÚJO; GODOI; MALLART, 2020).

¹⁴⁶ São eles: Natasha, Vitória, Suzana, Leandra, Julio, Lucas Felipe, Tico, Renzo, Bruno, Piteco, Kailane, Lohan.

¹⁴⁷ O Brasil atualmente está atrás no ranking de pessoas encarceradas do Estados Unidos que ocupa o primeiro lugar e da China que ocupa a segunda posição (ICPS, 2019).

¹⁴⁸ É importante sinalizar que segundo os dados do Monitor da Violência do Núcleo de Estudos da Violência da USP houve uma queda da população carcerária de 2020, quando era de 709 mil, para 682 mil pessoas. A queda tem como fator a pandemia de covid-19.

¹⁴⁹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml> > Acessado em 14 de abril de 2022.

Loic Wacquant (2008) tem pesquisado acerca do fenômeno crescimento da população carcerária na América do Norte. Apontando como esse fenômeno está diretamente em coadunação com o neoliberalismo, tendo como expoente e exportador desse modelo pelo mundo afora. Segundo o sociólogo francês (2008) radicado em Chicago à ideologia neoliberal tem produzido três alterações centrais no Estado: remoção do Estado econômico, desmantelamento do Estado social ou Estado de bem estar social e fortalecimento do Estado Penal (WACQUANT, 2008).

O sociólogo francês avança no sentido das transformações do Estado na esteira do avanço neoliberal. Para Wacquant (2008) a ideologia neoliberal tem gradativamente retirado com uma mão os serviços públicos na área da saúde, educação, previdência social, assistência social, entre outros setores. E na outra mão, que ele intitula de mão da direita do Estado avançado no processo de criminalização, encarceramento, criminalização da pobreza e produção de populações cada vez mais sob a égide do Estado Penal. E completa defendendo que o *encarceramento em massa* é uma defesa contra a insegurança social.

Enquanto o sociólogo francês (WACQUANT, 2008) defende ser um dos objetivos do processo de *encarceramento em massa* a busca por segurança para as camadas abastadas da sociedade. Para Zygmunt Bauman (1998) o punitivismo crescente tem como propósito a exclusão daqueles que se encontram fora da sociedade de mercado. A repressão e exclusão de parcela da população em prisões são porque os indivíduos que não consomem, são consumidores falhos e estão de fora da sociedade de mercado. São passíveis de ser encarcerados e excluídos, pois participar da sociedade consumo, ser uma gente ativo de consumo é um pré-requisito.

A autora norte-americana Michelle Alexander (2017) aponta como esse processo está em curso nos Estados Unidos nos últimos 40 anos. E a partir das estatísticas aponta como o perfil dos jovens negros encarcerados constitui a grande maioria da população carcerária do país da América do Norte. A professora e pesquisadora da Universidade Stanford advoga que a partir das *Guerras às Drogas*,¹⁵⁰ nos Estados Unidos criou-se uma *nova segregação racial*, dessa forma assumindo o papel de controle social da população negra antes produzido pelo *Jim*

¹⁵⁰ Guerra às Drogas é um conjunto de políticas públicas criadas pelo presidente republicano Ronald Reagan (1980-1988) para combater o tráfico, o uso e a produção de drogas ilícitas nos Estados Unidos da América no início da década de 1980. Essas políticas resultaram em prisões de usuários e pequenos traficantes, como também de ações nos países produtores de cocaína na América do Sul.

*Crow*¹⁵¹, que foi derrubada na década de 1960 pela atuação política movimento pelos direitos civis.

Michelle Alexander (2017) apresenta dados estatísticos alarmantes, como na cidade Chicago em que 4 a cada 9 homens negros estão em instituições prisionais ou estão em liberdade condicional. Os números apresentados pela autora remetem a números próximos da minha pesquisa de 25% de um universo de aproximadamente 40 pessoas (ALEXANDER, 2017). A primeira trata-se de uma pesquisa quantitativa e a minha pesquisa de doutorado de uma pesquisa qualitativa, portanto não podendo fazer um estudo comparativo, respeitando a objetividade científica.

Entretanto, o alto número de pessoas em situação de cárcere na minha etnografia desperta atenção e revela algumas questões pertinentes. Na minha pesquisa etnográfica em que pesquisei seis mulheres e suas famílias extensas. A cada 10 pessoas dentro de cada núcleo familiar o qual tive contato 3,5 já passaram pelo sistema prisional ou ainda estão cumprindo pena. Apenas uma das minhas interlocutoras já passou pela experiência do cárcere, no último mês de trabalho de campo uma segunda foi presa, a Adriana. Para compreender esse cenário busco as estatísticas e os marcadores para entender como o grupo social pesquisado é tão vulnerável ao cárcere¹⁵².

O crescimento da *Guerra aos Pobres*, travestida de *Guerras às Drogas* é um dos principais fatores de origem do crescimento do número de encarcerados no Brasil (CAMPOS, 2015b). Em especial a partir da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)¹⁵³, aprovada e sancionada, em 2006. O crescimento célere de pessoas presas não pode ser explicado apenas por essa legislação. O número de encarcerados envolvidos com crimes de tráfico de drogas ilícitas no varejo. Um segundo dispositivo responsável pelo crescimento da população carcerária segundo Nayalane Pinto (2008) é a Lei de Crimes Hediondos (8.072/90), na década de 1990. Segundo a

¹⁵¹ Nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, após abolição da escravidão (1863) os estados do Sul (antigos estados escravistas) criaram leis estaduais para segregar racialmente a população negra. As leis estaduais criaram segregação em transportes públicos, escolas, universidades, entre outros.

¹⁵² O estado fluminense tem 50 mil encarcerados, 7% dos presos nacionais e uma taxa de 301,9 presos por 100 mil habitantes (ARAÚJO;GODOI; MALART, 2020), média menor do que nacional e abaixo da taxa do estado de São Paulo e com um parque prisional concentrado quase em sua totalidade na região metropolitana da capital, tendo como principal presídio o Complexo Prisional de Gericinó, no bairro de Bangu, na Zona Oeste.

¹⁵³ A lei de drogas por um lado extinguiu as penas para usuários de drogas ilícitas, considerado um avanço progressista. Contudo, a lei aumentou as penas para traficantes, pessoas envolvidas ou associadas ao tráfico e portanto sendo considerada um dos fatores de crescimento da população carcerária no Brasil (CAMPOS, 2015b)

socióloga após essa lei observou um salto de 468% de encarcerados, em apenas 17 anos (PINTO, 2008).

Como já foi citado, o alto número de pessoas com passagem pela prisão na minha pesquisa de doutorado tem os marcadores de raça, gênero, idade e território. Analiso esses marcadores a partir das estatísticas e de autores que trabalham com essas temáticas. O número de encarcerados por crimes relativos às drogas ilícitas tem atingido profundamente os comerciantes no varejo de drogas ilícitas os números apontam após 2006 um crescimento de 34% dos encarcerados pelo crime de varejo de drogas (CAMPOS, 2015b). Entretanto, há um perfil de quem são os encarcerados pelo crime de tráfico de drogas ilícitas e esse perfil é de jovens, negros, moradores de favelas, periferias e bairros populares, uma criminalização seletiva.

Os dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apontam que a cada 4 presos, 2 cometeram crimes relacionados a drogas ilícitas ou crime contra o patrimônio (CNJ, 2017). Os dados também apontam que mais de 40% dos presos cometeram crimes contra o patrimônio e relacionados ao tráfico de drogas ilícitas. São justamente as modalidades de crimes cometidos pelos filhos das minhas interlocutoras: assalto à mão armada, tráfico de drogas ilícitas e furto. Esse perfil é o dos filhos das minhas interlocutoras abordados neste capítulo. São eles os mais vitimados pela política de *encarceramento em massa* em voga no Brasil.

A questão de raça é fundamental para compreender como o universo da minha pesquisa tem a cadeia como uma questão presente. Os números apontam que a cada 100 mil habitantes brancos, 191 estão em situação de privação de liberdade. E a cada 100 mil habitantes negros, 292 estão presos (SINHORETTO, 2018). A taxa de encarceramento da população negra é 1,5 vezes maior do que da população branca, inegavelmente a população negra é a mais atingida pelo crescimento das pessoas encarceradas, no Brasil. Os efeitos perversos do racismo estrutural como apontam Silvio Almeida (2020) fazem-se presente também na incriminação.

As estatísticas do Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2020 ratificam os números abordados acima, ou melhor, eles apontam um crescimento da prisão de negros na década de 2010. Em 2005 os dados apontavam que 58,4% dos detentos eram negros e em 2019, esse número cresceu para 66,7% de negros atrás das grades¹⁵⁴. O relatório revela que cada

¹⁵⁴ Disponível em : < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>> Acessado em 14 de abril de 2022.

pessoa não negra que adentra no sistema prisional brasileiro adentram duas pessoas negras no mesmo período. Segundo o IBGE a população negra brasileira é de 56%, ou seja, o que demonstra a desigualdade racial no que tange ao aprisionamento¹⁵⁵.

O Gênero é um marcador importante também nesse perfil de quem são os mais vitimados pelo *encarceramento em massa*. Apesar de ressaltar que na minha etnografia o número de mulheres com passagem pelo cárcere não é pequeno, são cinco ao todo. O número de encarceramento feminino tem crescido nos últimos anos na esteira do crescimento do número total de presos. Enquanto o número de homens atrás das grades cresceu 78% no período entre 2005 até 2012 (SINHORETTO, 2018). No mesmo período o crescimento de mulheres em situação de privação da liberdade foi de 153%.

Apesar do crescimento de mulheres encarceradas, segundo o Anuário Brasileiro da Segurança Pública os homens ainda são 95% da totalidade da população carcerária no Brasil (CNJ, 2017). As mulheres representam apenas 5%, porém esse número está em crescimento como já foi apontado e especialmente ligado a crimes relacionados a tráfico de drogas ilícitas.

A idade configura também um marcador de grande relevância, pois demarca um grupo exponencialmente atingido pela sujeição criminal, os jovens. A faixa etária da maioria dos detentos no Brasil é de 18 até 24 anos, que representam 26% da população carcerária. Na faixa etária de 25 até 29 anos corresponde a 24%, ou seja, 50% da população carcerária é composta por jovens. Segundo o IBGE (IBGE, 2020) o número da população considerada como jovem no Brasil é de 18 até 29 anos, ou seja, é de 23% da população brasileira, porém configura 50% da população carcerária.

Essas estatísticas não abordam o número de adolescentes em instituições socioeducativas, também muito criticadas por serem na prática “cadeias juvenis”¹⁵⁶ (FARIAS; VIANNA, 2011). O perfil da maioria dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas é o mesmo dos jovens em situação de cárcere. E na minha etnografia, presenciei o Lohan, filho

¹⁵⁵ O anuário também aponta que o perfil das vítimas de homicídio tem o mesmo perfil dos que são em sua maioria encarcerada, jovem e negra. O que remete a trajetória do filho de Vitória Silva, apenas três meses ao sair do cárcere foi assassinado por agentes do Estado. Há uma imbricação tênue e profunda entre encarceramento e genocídio da juventude negra.

¹⁵⁶ No Rio de Janeiro existem movimentos políticos formados por mães de adolescentes internos e egressos dos sistema socioeducativo fluminense e de vítimas da truculência, assassinatos, torturas e violência dos agentes do DEGASE. São os movimentos : Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência e o Movimento de Mães de Adolescentes Pelos Direitos Dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo, que denunciam as mazelas, violências e truculência.

adotivo de Vitória Silva passou cinco dias internado em um abrigo para crianças e adolescentes, era sua segunda vez em uma instituição socioeducativa. E Pedro, o filho biológico de Maria dos filhos, que quase foi enviado para uma instituição para adolescentes por vender balas na rua.

O território é um marcador importante, pois segundo o imaginário social e partilhado pelo Estado existem locais com mais incidência de crimes e mais criminosos no Rio de Janeiro. Esses são locais as favelas, periferias e bairros pobres (MACHADO, 2008) ou como aponta também Patrícia Birman (2008). Por esses locais serem identificados como epicentros da violência urbana que atinge a sociedade carioca, são eles os locais de repressão e de ações do Estado de combate a violência. Como aponta Misse (2006) o processo de sujeição criminal dos moradores os territórios de pobreza.

O que traduz a favela como território inimigo, dentro da *metáfora da guerra* (LEITE, 2014) a favela como um território inimigo e a ser combatido pelo Estado. Os seus moradores não são vitimados por diversos efeitos dessa lógica bélica. Um dos efeitos mais discutidos na contemporaneidade é sobre o genocídio dos jovens negros. No contexto fluminense nas últimas décadas, porém com um salto em 2019, quando as forças policiais do Rio de Janeiro alcançaram o número recorde de 1810 pessoas assassinadas. Um crescimento de 18% em comparação com o ano anterior e uma média 5 mortos por dia (POLÍCIA....2019).¹⁵⁷

Contudo, a política de combate à marginalidade nos considerados territórios inimigos produz mortes e chacinas, mas produz também *encarceramento em massa*. O número elevado de pessoas na minha etnografia com um histórico atravessado pela prisão tem como um marcador fundamental o território. Retorno à operação policial que invadiu violentamente a ocupação IBGE Mangueira em janeiro de 2018 e prendeu 18 moradores, todos os homens, negros e jovens. Entre os presos estavam o filho mais velho de Fátima, o filho mais novo de Selma e o esposo de Adriana. Essa operação policial aponta de maneira fidedigna como o território é um marcador determinante no *encarceramento em massa*.

Os filhos e filhas das minhas interlocutoras com ou sem passagem pelo cárcere são todos incluídos dentro do perfil mais atingido pelo *encarceramento em massa*: são negros, jovens, moradores de favela e homens. Portanto, o espanto que tive ao me deparar com o cárcere cotidiano no trabalho de campo não deveria ser uma surpresa a luz das estatísticas acerca da população carcerária brasileira. Porque tantas famílias no universo pequeno da minha pesquisa

¹⁵⁷ Disponível em: < <https://cesecseguranca.com.br/reportagens/policia-do-rio-de-janeiro-matou-1-810-pessoas-em-2019/>> Acessado em 14 de abril de 2022.

tinham tantos familiares, conhecidos, vizinhos, entre outros egressos do sistema prisional ou ainda privados de liberdade. Os marcadores abordados e as estatísticas apontam esse cenário de como apontam os autores Garland (2010), Alexander (2017), Teixeira (2009) e grupos sociais de famílias negras e faveladas atravessadas pelo cárcere cotidiano.

3.5.2 Mães e seus agenciamentos

Nas famílias das classes populares a questão econômica já configura um ponto importante num cenário de desemprego, empregos precários, bicos, *viração* e *arte do contornamento*. A questão econômica é ainda mais agravada quando um membro da família é encarcerado, produzindo efeitos deletérios para a família, em especial para as esposas e mães (GODOI, 2017). O membro da família atrás de grades deixa de contribuir para o rendimento da casa e ainda necessitam de comida, roupas e outros gêneros de necessidade dentro da cadeia.

São agenciamentos nas fronteiras do informal, ilegal e ilícito como aborda muito bem Vera Telles (2010), porém mães e esposas se desdobrando para ajudar economicamente filhos no cárcere ou os netos em liberdade. É um filho que estava em casa e ajudava com algum dinheiro no orçamento familiar. Mesmo que a origem do dinheiro seja ilícita o recurso financeiro complementa no orçamento apertado, marcado pelo trabalho precário, baixos salários e empregos instáveis (FELTRAN, 2020). O dinheiro por mais que seja de origem ilícita, mas o seu valor continua a ser o mesmo, pois o mercado ou a padaria não estabelece moralismo sobre de quem ou de onde vem o dinheiro. Ou um filho que tinha um benefício social e contribuía para a renda familiar.

Dessa forma as mães que tinham um filho que contribuía economicamente em casa com algum valor e deixam de contribuir a partir da prisão, resultando na queda da renda familiar. E não é só a perda de uma contribuição financeira, porque no mesmo momento nasce uma demanda para assistir o filho na prisão. É levar um chinelo, uma comida, uma escova dente ou o dinheiro para o cigarro. São inúmeras demandas que um detento necessita e é a família, o gênero, mães e esposas responsáveis por prover dinheiro e gêneros básicos, como aponta Nathália Padovani (2017). A perda econômica é dupla: um membro da família que deixa de contribuir com a renda familiar e um membro da família que passa a necessitar de dinheiro dentro da cadeia¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Há exceções, pois alguns presos conseguem trabalhar dentro da cadeia seja de forma legal, informal ou ilícita. Contudo, não configura a realidade para a maioria da população carcerária, que necessita da ajuda de familiares, amigos e vizinhos.

Como aponta Rafael Godoi (2017) a experiência da prisão não atinge apenas aqueles que vão parar atrás dos altos muros do presídio. Atinge também familiares, cônjuges, amigos, entre outros que estão do outro lado dos altos muros da penitenciária. Ou seja, pensar e analisar como esse processo atinge tanto os que estão privados de liberdade, como os que gozam da liberdade produzindo efeitos e aqui me debruço principalmente acerca dos efeitos econômicos produzidos nas mães.

Pensar os efeitos da prisão sobre a família é trabalhar com a questão de gênero. Como muitas pesquisas apontam são as mulheres as principais agentes em assistir, ajudar e acompanhar os presos. Tanto nos presídios masculinos como nos presídios femininos (PADOVANI, 2017). Ou como aponta também Dráuzio Varella (2017), no livro *Prisioneiras*, em que destaca a grande diferença de número de visitantes em presídios masculinos e femininos e apontando que nos dois a fila de visitantes é hegemonicamente composta por mulheres. Na minha pesquisa qualitativa apenas um dos pais faz visita regulares aos filhos, o ex-marido de Selma.

Como aponta Loic Wacquant (2008) os efeitos do *encarceramento em massa* atingem os mais pobres, as minorias raciais, os imigrantes, os desempregados e aqueles trabalhadores informais e os trabalhadores precarizados. Contudo, é também uma máquina de empobrecimento produzindo efeitos econômicos sobre os detentos, nos seus bairros, mas sobretudo sobre as suas famílias, pois produz ainda mais pobreza para todos que estão em volta.

Analisarei a questão econômica e do empobrecimento a partir dos casos de Selma e Fátima. A primeira em especial realiza agenciamentos para conseguir o Auxílio Aluguel do seu filho e a venda da moto detida, conseqüentemente um reforço no seu orçamento, pois ela atualmente é a responsável pelos dois netos. E Fátima, enquanto o filho estava privado de liberdade mobilizou esforços para enviar o jumbo e dinheiro mensalmente. No período pós-cárcere mobiliza esforços para sustentar o filho, para salvar sua vida e para tirá-lo da vida errada.

Apesar de Selma recusar visitar os filhos em situação de cárcere, ela tem ajudado tanto Adriano como Julio. A atitude de não visitar é uma ação que foge do arco da categoria essencializada de mãe, contudo Selma agenciou em prol dos seus filhos. O mais novo recebeu um barraco da mãe para morar na invasão FAETEC, apesar das sucessivas críticas dela a sua conduta. E o Júlio está sendo ajudado pela mãe de longa data em diversos agenciamentos, principalmente econômicos.

Uma dos agenciamentos econômicos foi atuar para conseguir resgatar o cartão bancário, da Caixa Econômica Federal, pelo qual era sacado o benefício. Sem a senha tanto a avó como a Fernanda, esposa do Júlio perderam a monta de R\$400,00, de grande importância para uma renda familiar estreita. Quando o filho mais velho foi preso, ele tinha perdido a senha do cartão, impossibilitando o saque do benefício social. E foi Selma a responsável por empenhar duros esforços em conseguir alterar a senha. Pois, não conseguiram durante alguns meses tentando pela via formal na agência bancária do banco público.

Um dos agenciamentos foi a recuperação por meio dos *ilegalismos*, que solucionou a questão, por algum tempo. Já que pelas vias legais a demora seria grande para resolução do problema. O segundo agenciamento de Selma foi por meio do defensor público, porém o tempo de espera para resolução seria grande, diante das necessidades. É a partir desses dois agenciamentos pelas vias institucionais e legais sem resultado, que a busca passou a ser pelo caminho ilícito, das fronteiras porosas como aponta Vera Telles (2010).

Ela e sua nora não podiam aguardar a lentidão do sistema judiciário. Foi a partir dos *ilegalismos*, que minha interlocutora conseguiu recuperar uma fonte econômica importante para a família do seu filho. Selma e sua nora se organizaram e levaram um rapaz do Morro dos Macacos muito parecido fisicamente com Júlio. O rapaz munido da identidade e do CPF do filho mais velho da minha interlocutora conseguiu recuperar a senha do cartão e a família voltou a receber o Auxílio Aluguel.

O caso de Júlio remete a um processo que ocorre com as distinções do contexto norte-americano para o brasileiro, analisado por Michelle Alexander (2017). A autora aponta como o *encarceramento em massa* na América do Norte tem como um dos efeitos a impossibilidade dos ex-presidiários de acessar benefícios e programas sociais. No cenário estadunidense os egressos do sistema prisional em dezenas de estados¹⁵⁹ não podem mais acessar auxílio de saúde, acessar o programa público de habitação e até mesmo benefícios sociais destinados aos mais pobres. Mesmo mulheres com filhos e pessoas com distúrbios mentais.

No contexto norte-americano é aplicada a regra das “três faltas” em muitas das unidades federativas que compõem os Estados Unidos da América (ALEXANDER, 2017).Essa

¹⁵⁹ O “*Three Strikes Law*” (Lei dos três ataques) tem o nome originado em uma das regras do *baseball*, quando um rebatedor não consegue em três tentativas rebater a bola lançada pelo arremessador e é punido com a exclusão da partida. Em vários estados norte-americanos pessoas quando são condenadas pela terceira vez são submetidas a penas mais longas, exclusão de acesso a programas sociais, de direito ao voto, ou são condenadas a prisão perpétua.

legislação estabelece que pessoas ao cometer três crimes são automaticamente proibidas de acessar os programas sociais. Ficam impedidos pela vida inteira de acessar programas sociais municipais, estaduais e federais. É uma exclusão direta, ao contrário do Brasil que é indireta¹⁶⁰. Ao estar atrás das grades não consegue cumprir as exigências do benefício e conseqüentemente é excluído.

E ela agenciou também uma nova iniciativa para prover renda para ela, como também para os seus netos. A partir da busca de recuperar a motocicleta do filho. O bem material poderia ser um ativo econômico para a família, assim como o botijão de gás foi para Fátima. O veículo de Júlio na delegacia poderia tornar-se um reforço no orçamento. Entretanto, o agenciamento não teve sucesso. A iniciativa de recuperação da motocicleta não foi à frente, mas um novo problema deixou a situação econômica da minha interlocutora ainda mais sensível. Nos primeiros meses de 2022 sua nora Fernanda foi presa. O que desorganizou ainda mais a vida de Selma, pois agora ela tem de cuidar integralmente dos filhos de Júlio e Fernanda, além da neta adolescente¹⁶¹.

Nessa difícil tarefa de dar conta de duas crianças integralmente, uma de 4 anos e a segunda de 3 anos. Ela conta parcialmente com a ajuda da avó materna em alguns períodos do dia, mas não pode contar mais porque a avó materna já cuida do neto cadeirante em período integral, também filho de Júlio e da Fernanda¹⁶². Dessa forma, Selma tem se desdobrado para dar conta de cuidar dos netos e trabalhar em uma pensão e bar ao mesmo tempo. Presenciei-a trabalhando e ao mesmo tempo cuidando de um dos netos, uma situação extremamente difícil. Como revela a pesquisa de Leda Fleury (2009) a maioria dos filhos de mulheres em situação de privação de liberdade ficam sob os cuidados das avós, principalmente as maternas.

¹⁶⁰ No Brasil os egressos do cárcere não são excluídos de acessar aos programas sociais, ao retornarem a liberdade, como aponta o caso de Ricardo, filho de Selma saiu da prisão em dezembro de 2021 e atualmente recebe o auxílio Brasil. Contudo, no caso do filho mais velho da minha interlocutora teve o seu auxílio aluguel cancelado por não realizar o recadastramento, o qual ele não poderia fazer por encontrar-se em situação de cárcere. O caso de Julio revela como de maneira indireta os presidiários são excluídos dos programas sociais na condição de prisão.

¹⁶¹ O filho mais velho de Júlio é criado pela avó materna.

¹⁶² O médico e escritor Drauzio Varella no seu livro *Prisioneiras* relata como quando as mães são presas os filhos são distribuídos nas casas de familiares ou enviados para abrigos de crianças. Segue o trecho: “Mães de muitos filhos, como é o caso da maioria, são forçadas a aceitar a solução de vê-los espalhados por casas de parentes ou vizinhos e, na falta de campos, em instituições públicas sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, condições em que podem passar anos sem vê-los ou até perde-los para sempre.” (VARELLA, 2017 p.45)

Nesse cenário o novo agenciamento da minha interlocutora é para transferir a titularidade do Auxílio Aluguel do filho em situação de cárcere para o nome dela. Pois a prefeitura do Rio de Janeiro tem como procedimento o recadastramento dos beneficiários de seis em seis meses. Os usuários têm de ir até a secretaria municipal de habitação, apresentar documentos, comprovantes de aluguel, comprovantes de residência e declaração do locatário para realizar o recadastramento. Aqueles que não fazem esse procedimento tem o benefício bloqueado.

No caso do filho de Selma, no presídio de Bangu, não tem como fazer o recadastramento, mesmo Selma e sua nora movendo esforços para explicar a situação dele. Apesar de todos esses problemas e dificuldades ela está muito determinada em conseguir reabilitar o Auxílio Aluguel. No trânsito entre instituições como presídio, prefeitura e CRAS a minha interlocutora mesmo narrando a situação do seu filho não conseguiu ainda encontrar uma solução .

O que revela o quanto o programa municipal de Auxílio Aluguel não tem na sua previsão questões como cárcere ou demais casos de institucionalização de beneficiários em sanatórios, clínicas de tratamento para usuários de drogas, prisões, entre outras. Mesmo sendo grande parte do público alvo da política pública um grupo social profundamente atravessado pelo cárcere ou pela institucionalização não há uma previsão de transferência de titularidade do benefício.

Ela me disse: *“Eu não vou desistir, eu sou chata, eu vou conseguir”*. Sua nova empreitada é conseguir reabilitar o benefício, mesmo ela tendo um impedimento legal. Como Selma foi reassentada com um apartamento do Minha Casa Minha Vida, por ter sido removida da favela Metrô Mangueira, na esteira das remoções para os megaeventos esportivos na capital fluminense (MAGALHÃES, 2019). Ao realizar esse novo agenciamento Selma coloca-se em risco, pois ela já foi beneficiada com um apartamento do MCMV, mas ela aluga o apartamento. Portanto, ao buscar esse agenciamento do benefício ela está novamente caminhando nas fronteiras porosas dos *ilegalismos*¹⁶³.

¹⁶³ Ela já corre o risco, pelo fato de alugar o apartamento, o que é proibido para os beneficiados da Faixa 1, do extinto programa da habitação social. Contudo, ao dar entrada no processo na prefeitura para transferir o benefício para o seu nome, ela corre o risco de ser descoberta e portanto penalizada com a perda do apartamento ou apenas receber a negativa.

Para além de os pais estarem privados de liberdade, fazendo com que Selma seja a uma das poucas pessoas com relação de parentesco possível para pleitear a titularidade do benefício. Uma segunda questão é o fato de Selma ter a guarda, do segundo filho, de Julio. Como abordei na segunda parte deste capítulo o segundo filho de Júlio foi encaminhado para um abrigo para crianças e adolescentes. Depois de ser abandonado pelas amigas de Fernanda, quando cometiam furtos em um supermercado para manter os laços com a família e evitar que ele fosse enviado para adoção.

A possibilidade de minha interlocutora reivindicar a titularidade do benefício é oriunda de um dos efeitos da incriminação de sua nora por abandono de incapaz. E devido à agência ativa de Selma para manter os laços parentais com o neto. Quando seu neto foi para em um abrigo, após ser abandonado em meio ao furto pelas amigas de Fernanda. Selma quem acompanhou o menino fazendo visitas semanais e evitar que ele fosse enviado para adoção. Dessa maneira, ela tornou-se tutora do neto, é como ela possui a guarda do neto, que ela reivindicará a titularidade do benefício social.

A busca novamente por receber o Auxílio Aluguel agora é ainda mais necessária, pois são duas crianças residindo na residência de Selma, elevando exponencialmente os gastos. Como sua nora era reincidente e o processo de Júlio está parado não é possível planejar, quando os dois sairão do cárcere, sendo necessário agenciar recursos econômicos para sustentar os netos sabe Deus até quando. É importante ressaltar, que durante três dias, em abril de 2022, Selma teve de se desdobrar em muitas, quando sua filha Suzana foi presa e os dois filhos delas também ficaram sob seus cuidados. Ou seja, minha interlocutora ficou responsável por cuidar de cinco netos, nesse curto período, com dois filhos em cárcere ao mesmo tempo.

No longo percurso em busca de justiça as mães de filhos assassinados por agentes do Estado precisam aprender a andar pelo emaranhado das instituições estatais como apontam Juliana Farias e Adriana Vianna (2011). No caso das minhas interlocutoras ocorre o mesmo processo de peregrinação pelas instituições estatais. É preciso percorrer e conhecer essas estruturas cinzentas do Estado, desde Defensoria Pública, assistência social do presídio, secretaria municipal de habitação, CRAS, entre outras. É esse percurso que Selma tem percorrido para conseguir transferir para o seu nome o benefício social.

Fátima tem agenciado em prol do seu filho Renzo tanto no período do cárcere como no pós-cárcere, uma agência ativa em diversos campos e camadas. Desde ir visita-lo na prisão, levar o jumbo, enviar dinheiro, entre outras ações. Como no período pós-cárcere, desde 2020

quando Renzo ganhou a liberdade. Como revela Padovani (2020) o período pós-cárcere requer uma rede solidariedade, podendo ser composta por familiares, militantes ou vicinal para o egresso conseguir reestabelecer fora das grades da prisão.

Os agenciamentos de minha interlocutora que vão desde busca por salvar a vida do rebento, a busca por um emprego e por recursos econômicos. Fátima estava desempregada desde 2018, nessa situação vivendo apenas com o dinheiro oriundo dos *ilegalismos*, dos benefícios sociais ela acabou recorrendo a um empréstimo para enviar dinheiro para o filho encarcerado. Ela tinha não só enviar dinheiro para o filho, como também os insumos médicos para o término do tratamento da ferida sofrida por Renzo durante o assalto em que foi preso. Dessa forma configurou um agenciamento em busca de dinheiro para viabilizar a manutenção da vida do filho.

Se não fossem os esforços da minha interlocutora a partir dos *ilegalismos* para enviar os medicamentos e insumos possivelmente à ferida de seu filho poderia deixar sequelas. Portanto, o seu agenciamento para levar os remédios foi um agenciamento pela vida do seu filho, pois o Estado não provê os cuidados médicos para a maioria das pessoas em situação de cárcere¹⁶⁴.

Como revela Rafael Godoi (2015) às famílias são responsabilizadas pela manutenção e a qualidade do período de reclusão dos seus familiares, que passa por diversas questões como: alimentos, roupas, artigos de higiene pessoal e até medicamentos. O Estado a partir do sistema carcerário não provê aos apenados condições materiais para a manutenção da vida digna, dessa forma os responsáveis por fornecer as necessidades cotidianas recaí sobre os familiares, principalmente esposas e mães, que para cumprir essa tarefa sofrem um empobrecimento material.

A vida de Fátima tem sido um monta e desmonta casa para poder prover dinheiro para ajudar o seu filho em situação de cárcere e no período pós-cárcere. Os bens materiais são liquidados para “fazer dinheiro” rápido, como se diz na linguagem popular. Os bens são liquidados como forma de fazer dinheiro para atender as emergências da vida precária. Podendo ir desde demandas de saúde, passando por períodos de desemprego ou para ajudar um filho, familiar ou vizinho em situação de cárcere ou dívidas contraídas por diversos motivos. E dessa

¹⁶⁴ No sistema prisional do Rio de Janeiro, com uma população de 50 mil pessoas em situação de cárcere, conta com quatro Hospitais Penais.

forma Fátima vendeu dois botijões de gás para dar conta de ajudar seu filho, a primeira quando ele estava preso e a segunda quando já estava em liberdade.

Tanto Fátima vendendo geladeira ou botijão, como Selma em busca de vender a motocicleta apreendida do filho apontam para o empobrecimento produzido pelo cárcere e pós-cárcere. Como revelam as estratégias das mães para fazer dinheiro rápido em momentos de dificuldade econômica. Desde o empréstimo a liquidação de bens materiais são estratégias de *viração* para conseguir dinheiro para ajudar filhos ou netos, devido aos efeitos do cárcere. Mesmo as duas estando atualmente empregadas, o trabalho precário somado a baixa remuneração não são suficientes para cobrir os gastos com filhos e netos.

Apesar de Fátima não dispor de familiares com cartão de créditos que possibilitam fazer grandes parcelamentos ou até mesmo pegar dinheiro emprestado¹⁶⁵. Ela tem um recurso, o de morar na casa de suas filhas, quando vende seus eletrodomésticos e móveis para ajudar Renzo. A soma da venda dos seus bens materiais, somado economia de não arcar com o aluguel produz uma renda extra a qual ela consegue aplicar na assistência ao filho. O que revela em parte a briga da filha Luciane com a mãe, devido ao excesso de gastos e zelo com o irmão. Como está no diário de campo, a minha interlocutora também pegou dinheiro emprestado para auxiliar o filho.

Fátima teve de vender os bens para subsidiar Renzo na prisão e refazer a casa, quando ele saiu. Em 2021, ela novamente desfez dos bens de casa para financiar a fuga do filho mais novo. Atualmente, ela está tentando montar uma nova casa para residir com filho longe da Mangueira, devido aos traficantes de drogas ilícitas e longe do atual local de moradia atual do filho para fugir dos milicianos. Minha interlocutora agenciou para conseguir um *desenrolo* a partir do seu genro Para-choque e evitar que Renzo fosse punido pelos traficantes de drogas da Mangueira através do *desenrolo*, mas foi em vão. Selma agenciou para salvar a vida do filho mais uma vez, conseguiu encontrá-lo antes e enviá-lo para Zona Oeste.

Sendo uma mãe atenta a ordem normativa imposta pela milícia ela sabe que o filho também é um alvo em potencial. Como ela relatou-me durante o trabalho de campo: “*Eu sei que meu filho fuma maconha, se pegarem ele lá fumando vai dar problema*”. Fátima não só reconhece a situação de perigo o qual seu filho está exposto, como sabe como ele pertence a

¹⁶⁵ Algumas operadoras de empréstimos permitem a possibilidade de empréstimo através do cartão de crédito. O dinheiro é emprestado para o cliente e as parcelas de pagamento são realizadas através do cartão de crédito com os juros embutidos. Essa modalidade é muito procurada por pessoas que tem cartão de crédito, porém não possuem os requisitos para solicitar empréstimo em bancos ou operadoras de empréstimo;

uma categoria desabonadora para os milicianos. Como os milicianos identificam os chamados “gansos¹⁶⁶”, como eles habitualmente chamam uma categoria vasta de pessoas tidas como problemáticas.

Heloísa Lobo (2015) em sua dissertação analisou a remoção de uma favela da Zona Norte, a favela Mundurucu. Os moradores foram reassentados pela prefeitura em um conjunto habitacional na Zona Oeste, controlada por uma milícia. Um dos filhos de uma de suas interlocutoras foi espancado e expulso do conjunto habitacional após ser flagrado fumando maconha dentro do apartamento em que residia com a mãe. O que aponta essas questões envoltas de diversas facetas da forma como opera a milícia e dos valores impostos nas favelas e favelados sob seu controle.

Segundo Belchior (2008) segundo os moradores de uma favela controlada pela milícia o controle sobre o consumo de drogas ilícitas tem diminuído com o passar dos anos, mas venda de drogas ilícitas permanece proibida em alguns territórios. Não é possível abordar milícia no singular, pois como apontam Ignácio Cano e Thaís Duarte (2012) há quase uma dezena de milícias na região metropolitana do Rio de Janeiro¹⁶⁷, com diferentes *modus operandi*, formas de atuação, gestão do território e controle normativo do território. Contudo, ladrões, usuários de drogas e ex-presidiários não atendem a ordem normativa da maioria dos ou parte milicianos, pois são portadores de uma conduta social condenável, são alvos em potencial, podendo ser expulso, espancados ou condenados a pena capital.

Segundo minha interlocutora na favela onde reside sua filha o uso de maconha é proibido e passível de punição. Portanto, essa interdição é um problema que atenta diretamente contra a vida de seu filho. Pois mesmo sabendo da interdição dos traficantes da Mangueira de assalto nas cercanias da favela ele cometeu um assalto. Sabendo de todos os riscos de suas práticas na fronteira das punições e das sanções que poderia ser condenado. E minha interlocutora também sabe que o dispositivo do *desenrolô* não poderá ser agenciado em caso de

¹⁶⁶ Ganso é uma expressão nativa pejorativa muito utilizada pelos policiais militares e civis do Rio de Janeiro para designar pessoas suspeitas de envolvimento com atividades criminosas, especial o tráfico de drogas ilícitas. Contudo, a expressão pode ser mais abrangente, referindo-se a pessoas que possuem marcadores e traços culturais típicos de moradores de favelas.

¹⁶⁷ Segundo um estudo “Governança Criminal em tempos de crise: evidência da pandemia e covid-19 no Rio de Janeiro” produzido por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade de Chicago e da Escola de Administração, Finanças e Instituto Tecnológico da Colômbia aponta que 30% das favelas da cidade do Rio de Janeiro comercializam drogas ilícitas. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policial/um-terco-das-favelas-dominadas-pela-milicia-ja-tem-venda-de-drogas-25533972.html>> Acessado em 14 de junho de 2022.

Renzo cometer algo contra a ordem normativa da milícia. É um território, onde minha interlocutora não têm trânsito, *conceito* para reivindicar um *desenrolo*.

Em uma favela controlada pelo tráfico de drogas ilícitas o filho caçula de minha interlocutora é portador do estigma de ser ladrão uma identidade desabonadora e perseguida em algumas facções (GRILLO, 2013). E em uma favela controlada por milícia ele é portador de múltiplos estigmas sobrepostos são outras identidades, que fazem com que Renzo seja portador de estigma (GOFFMAN, 1980), por ser um egresso do sistema penal, por ser um ladrão e por ser um usuário de maconha.

Ao refletir sobre esses múltiplos estigmas Renzo possui e o desafio de sua mãe para evitar que o pior possa acontecer com seu filho. Como Fátima pode evitar um espancamento, uma nova prisão ou mesmo o assassinato de seu filho sendo portador de variadas identidades desabonadoras e negativas. Identidades essas que produzem uma situação de *persona non grata* em favelas do Comando Vermelho, em favelas dominadas pela milícia e também no asfalto. Nesse sentido a atual agência de sua mãe é na busca de um emprego de carteira assinada para conseguir um rumo na vida do filho. Fátima e Selma têm mobilizado esforços e agenciado em busca de auxiliar os seus filhos e netos no período do cárcere e pós-cárcere.

Como apontam Camila Pierorbon e Patricia Birman (2021) no cenário de *guerra às drogas* do Rio de Janeiro, principalmente nas áreas periféricas, onde são homens e jovens negros vitimados pelo Estado, encerramento e execução sumária. São as mulheres mães/irmãs/esposas negras que lidam com o cotidiano de sofrimento, dor e têm de refazer suas vidas. As autoras chamam atenção para essa agência feminina e como esta é fundamental diante da violência e que produz mortes (BIRMAN; PIERBON, 2021). Nesse sentido a agência feminina é também de suma importância para o cárcere e pós-cárcere como atesta as duas interlocutoras, como na morte também pelas mãos do Estado no caso de Vitória Silva.

Acerca das mães em luta por justiça pelos seus filhos assassinados pelo Estado Juliana Faria e Adriana Vianna (2011) salientam a formação da díade mãe-filho, que configura como um sujeito político em luta contra o Estado nas suas distintas esferas. A luta é contra um “Estado que mata”, no caso de Selma e Fátima é uma luta contra um “Estado que prende”, tendo seus filhos vítimas do fenômeno do *encarceramento em massa* elas são atores que operam de inúmeras formas para agenciar a sobrevivência dos filhos e netos. Apesar de minhas interlocutoras não pertencerem a nenhum movimento em defesa de direitos de pessoas em

cárcere, elas agenciam e lutam cotidianamente contra os efeitos penosos nos encarcerados e em seus familiares.

3.5.3 Analizando um enterro de um traficante

Início a partir do diário de campo do enterro do filho de Vitória Silva:

Diário de campo 29 de outubro de 2020 (Enterro)

Na quarta-feira, Vitória me ligou pelo whatsapp do celular de uma amiga para avisar que o enterro do seu filho seria no dia seguinte, às 15h, no cemitério do caju. Avisou também, que às 14h sairia um ônibus levando o povo da comunidade para o enterro. O ponto de encontro seria em frente à Associação de Moradores do Borel. Respondi a Vitória que eu iria e nos despedimos. Na quinta-feira cheguei pontualmente às 14h. O ônibus que levaria as pessoas ao enterro, já estava parado em frente à Associação de Moradores do Borel. Era um veículo alugado de uma dessas empresas de transporte municipal. O motorista esperava do lado de fora, com máscara, o embarque de todos os passageiros. Já havia algumas pessoas dentro do ônibus, em especial crianças, outros esperavam do lado de fora. Falei com Vitória, que também aguardava do lado de fora a chegada das últimas pessoas, para seguirmos todos juntos no ônibus em direção ao cemitério do Caju. Ficamos ali esperando por cerca de 20 minutos até que todos chegassem, Vitória ligava para os atrasados. Algumas pessoas vestiam uma camisa branca, com duas fotos de Tico estampadas na frente e uma frase que não me recordo. Das pessoas que moraram na Ibge presentes só reconheci a Morango e a Natasha. O ônibus saiu lotado com todos os bancos ocupados e algumas pessoas em pé. A maioria absoluta das pessoas dentro do ônibus eram negras e mulheres, muitas crianças, apenas eu e mais dois homens. As crianças estavam um pouco eufóricas e os adultos mais reservados e tristes. O ônibus seguiu por Benfica em direção ao cemitério, por onde ele passava chamava atenção das pessoas e os olhares. Quando chegamos ao cemitério do Caju, na entrada estavam estacionados cinco carros de polícia. Dois carros da polícia militar, três carros da Força Nacional cada um em lado do pórtico de entrada. Fiquei logo preocupado, pois pensei que aquele aparato era devido ao filho de Vitória, assassinado pelo Bope e ligado ao tráfico de drogas. O ônibus parou em frente ao cemitério e todos desceram. A Vera, prima de Vitória combinou com o motorista do ônibus parar ali perto para pegar as pessoas na hora de voltar. Nós fomos entrando no cemitério e demos de cara com muitos policiais da Força Nacional, alguns segurando fuzis. Naquele momento compreendi que o aparato policial no local era devido ao enterro de um policial. Um clima tenso e pesado envolveu o ambiente, já que as pessoas que foram para o enterro do Tico, entraram no cemitério. Os agentes de segurança faziam cara de mal amigos para eles, que não se intimidavam. Logo na entrada um carrinho elétrico utilizado pelo cemitério para levar pessoas idosas e com dificuldade de locomoção até as covas, foi completamente ocupado pelas crianças, depois Vera pediu para saírem do veículo. Sob o olhar de desaprovação dos amigos e familiares do policial falecido. Depois de alguns minutos ali esperando para saber onde estava sendo velado o corpo do Tico, alguém conseguiu descobrir o local. Então seguimos pela avenida principal que divide o cemitério ao meio. Nessa avenida havia nove carros da Força Nacional estacionados e em cada um deles, três ou quatro policiais parados. Os olhares incriminadores continuaram sem que ocorresse algum tipo de preocupação ou conflito. No final da avenida, onde tinha um cruzamento, ao lado direito estava o corpo do Tico para ser velado. Era um suporte de mármore que segurava o caixão na horizontal e um toldo pequeno em cima. Como o dia estava muito quente e o sol era forte, o toldo não dava conta de proteger todas as pessoas que estavam ali. Logo assim que chegaram e se depararam com o corpo do Tico, uma comoção grande tomou conta de todos. Muitas meninas e mulheres começaram a chorar copiosamente, foi um momento de muita tristeza e pesar. As irmãs mais novas do Tico ficaram ao lado do caixão praticamente o tempo todo chorando e falando palavras de amor ao irmão. Vitória também ficou muito comovida e abalada. Chorava bastante e alguns minutos depois acabou desmaiando. Lohan e mais um menino tiraram-na de perto do caixão e a colocaram sentada numa calçada. Pediram água gelada, mas ninguém tinha. Foi quando eu fui lá fora comprar água para Vitória e pedir a cadeira de rodas para ela sentar. No caminho encontrei com Rejane e Beatriz, da clínica, que estavam chegando para o enterro. Indiquei para elas o local onde o corpo estava sendo velado e segui para a porta do cemitério. Comprei duas garrafas de água bem gelada e voltei para dar para Maria dos filhos. Quando retornei, Vitória estava um pouco melhor, mas ainda estava zonda devido ao desmaio. Entreguei as garrafas de água que havia comprado para alguém dar a ela. Algumas pessoas ainda continuavam chorando em volta do corpo de Tico e outras colocavam músicas no celular para homenageá-lo. Algumas eram músicas de pagode e outras eram músicas evangélicas. Uma enfermeira, funcionária do hospital chegou ao local para verificar se Vitória estava bem e para examinar a pressão dela. Nesse momento chegou ao enterro o pastor Wagner junto com a sua esposa. Pastor Wagner vestia uma camisa de alguma comunidade evangélica. Ele apertou minha mão e trocamos algumas palavras. Alguns minutos depois, uma segunda menina que também chorava bastante, desmaiou e foi colocada na cadeira de rodas. A comoção era grande, o pastor Wagner me disse que seria melhor adiantar o enterro, porque

quanto mais tempo ficasse ali, maior seria o sofrimento. Passados alguns minutos, Adriana que estava conversando com algumas meninas desoladas, disse-me que elas estavam comentando que em duas semanas no Borel ocorreram duas operações, as quais resultaram na morte de sete pessoas, sendo uma delas o Tico. As pessoas começaram a se reunir em volta do caixão para a oração final antes de seguir para o sepultamento. Formou-se um grande círculo em volta do caixão. Quem puxou a oração foi uma prima do Tico e sobrinha da Vitória. Ela começou falando que no passado ela também tinha feito parte da vida errada, que havia se envolvido com drogas e agora ela estava convertida e no caminho de Deus. Ela fez uma oração forte e com muita fé. Ela recitou todo o salmo 23 de cabeça. Depois dela, foi a vez do pastor Wagner fazer a oração e a despedida final a Tico. Após a despedida, a emoção continuou grande. O funcionário do cemitério se aproximou para colocar a tampa no caixão e depois colocou o caixão no carrinho. Vitória não quis seguir até a gaveta para o enterro. Algumas pessoas ficaram no local esperando as pessoas voltarem do sepultamento. Eu fui junto com os demais seguindo o corpo até a cova. Num determinado ponto do cemitério próximo a favela do Caju, que é controlada pela facção amigo dos amigos, alguns meninos e meninas falaram: “Olha lá os alemão!”, além de outras coisas do tipo e xingamentos. No caminho, algumas meninas acenderam cigarros de maconha e foram fumando. Natasha me deu uma rosa para depositar na cova na hora do sepultamento. Depois eu dei a rosa para Pedro, filho de Vitória, e irmão do Tico. Chegamos numa parte do cemitério onde apenas havia gavetas. Tico foi enterrado em uma delas, e antes que fosse fechada, foram depositadas as rosas. A prima do Tico fez um discurso em nome dele, disse que ele morreu no cumprimento do dever, citou o Comando Vermelho e falou que seu primo cumpriu o dever da facção. Completou seu discurso dizendo que a mídia não mostra o que os traficantes fazem de bom nas favelas, que só mostram as coisas ruins. Disse também, que ela tem ódio de farda e que foram eles que tiraram a vida do Tico; e finalizou dizendo que “polícia é bom é polícia morto”. Saldou o comando vermelho e terminou a sua fala. As pessoas um pouco tristes e abatidas, retornaram ao encontro de Vitória, e de lá rumaram para a saída do cemitério. Na saída, Rejane entregou a cadeira de rodas na portaria do cemitério e me entregou a minha identidade. Ficamos parados em frente ao cemitério novamente ao lado dos policiais aguardando a chegada do ônibus. O ônibus parou alguns metros antes da entrada principal do cemitério e nós entramos. Assim que íamos sair, Vera falou bem alto que não era para xingar nem provocar os policiais na hora que o ônibus saísse. De fato ninguém xingou ou provocou os policiais, contudo tanto os policiais ficaram nos encarando como os jovens do Borel também retribuíram a encarada (...)

O diário de campo acima apresentado acerca do enterro do Tico será analisado a partir de uma *análise situacional*. O enterro do filho de minha interlocutora aconteceu no mesmo dia que um enterro de um policial. Portanto, dois grupos sociais compartilharam o mesmo espaço, resultando em relações sociais permeadas por um conflito. Os antropólogos da Escola de Manchester, em especial o pesquisador Max Gluckman (2010), em seu texto clássico *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, no qual explora a situação social entre o povo Zulu e os colonizadores ingleses. A partir de uma observação detalhada, Gluckman (2010) analisa a inauguração de uma ponte no território localizado na África do Sul.

A situação social a qual fui observador direto ocorreu no Cemitério São Francisco Xavier¹⁶⁸, popularmente conhecido como Cemitério do Caju, na Zona Norte do Rio de Janeiro,

¹⁶⁸ O Cemitério São Francisco Xavier, mais conhecido como Cemitério do Caju, teve a sua construção iniciada em 1839, e foi finalizada em 1851. Na época era chamado de Cemitério da Praia de São Cristóvão. Ele é considerado o primeiro cemitério público do Brasil. A necrópole foi criada pela Santa Casa de Misericórdia, que tinha também um hospital na mesma região. No século XIX, o lugar era destinado para o sepultamento de indigentes, negros livres, doentes e escravizados. O primeiro sepultamento foi de uma criança negra, Vitória, filha de uma escravizada. A região abriga um conjunto de cemitérios: Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmo, Cemitério de São Francisco da Penitência e Cemitério dos Israelitas. O cemitério São Francisco Xavier foi alvo de sucessivos escândalos de corrupção, o que resultou na venda da necrópole, comprada pela empresa privada Reviver.

em outubro de 2020, em meio a pandemia da Sars-Cov-2. Apesar de ser um cemitério localizado em uma região considerada degradada da cidade, o mesmo foi durante anos um cemitério nobre da antiga capital brasileira. Lá estão sepultados notórios personagens e ídolos da História do Brasil como: Dolores Duran, Barão de Rio Branco, Deodoro da Fonseca, Ditador João Figueiredo, Tim Maia, Emilinha Borba, Noel Rosa, Cartola, entre muitos outros ilustres.

Apesar de atualmente o cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, figurar como a necrópole mais nobre da cidade, o Caju ainda tem o seu status, em especial para a classe média impossibilitada de arcar com os altíssimos valores de um sepultamento na Zona Sul. Desta maneira, o Cemitério do Caju¹⁶⁹ reúne tanto enterros de pessoas da classe alta, membros da classe média, como também de pessoas dos estratos sociais populares. Assim deu-se o encontro dos dois grupos sociais reunidos no cemitério.

O antropólogo Marc Augé escreveu o livro clássico *Não-Lugares* (1992), para abordar as questões dos espaços, lugares e localidades nas sociedades contemporâneas a partir de uma análise antropológica. O antropólogo francês cunhou o conceito de *lugares antropológicos* repletos de significados, identidades, apropriações, em que os sujeitos produzem e agenciam suas identidades, e onde as relações sociais são produzidas. Portanto, seguindo na esteira de Marc Augé (1992), os cemitérios são *lugares antropológicos*, pois neles são cunhadas relações sociais, são acionadas identidades, apropriações, disputas e conflitos. Portanto, neste caso, o cemitério da Zona Norte da capital fluminense é um *lugar antropológico* compartilhado por distintas classes sociais, o que possibilita a presente análise.

Nesta análise situacional do enterro, também recorro aos conceitos de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) desenvolvidos na obra clássica das Ciências Sociais, o livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Esse livro contribui para pensar e refletir, as questões de identidades e alteridades envoltos nos dois grupos sociais presentes dividindo o mesmo espaço. Abordo esta *análise situacional* a partir dos conceitos de Elias e Scotson (2000) *estabelecidos e outsiders*. Os *estabelecidos* são os familiares e amigos do policial falecido e os *outsiders* são os familiares e amigos de Tico.

¹⁶⁹ Em 2013, um escândalo da venda ilegal de sepulturas e fraudes nos 13 cemitérios públicos cariocas administrados pela Santa Casa de Misericórdia, resultou no rompimento do contrato. Em 2014, a prefeitura do Rio de Janeiro abriu um processo de concessão por 35 anos das necrópoles públicas da cidade. O Consórcio Reviver ganhou a concessão de seis cemitérios e o grupo Rio Pax com sete necrópoles.

Fonte: <https://jornalbalcao.com.br/>

Dividido a minha análise situacional em três momentos para uma melhor compreensão do leitor:

- a) Primeiro momento – chegada e entrada dos outsiders na necrópole;**
- b) Segundo momento – espera na entrada para saber onde seria o velório;**
- c) Terceiro momento – velório, sepultamento saída do cemitério e saída do ônibus das imediações da necrópole;**

a) Primeiro momento – saída, chegada e entrada dos outsiders na necrópole

Na saída do ônibus ainda na favela Borel em frente à Associação de Moradores do Borel, Vitória a partir da sua categoria de mãe determinava que horas o ônibus poderia sair, contabilizava quem ainda não havia chegado e fazia questão de ligar para os atrasados. Minha interlocutora buscava ter todos presentes no velório e no sepultamento do seu filho, mesmo sendo em outubro de 2020, em meio a pandemia. Se nos casos dos sepultamentos em São Paulo, como revelam Liliana Sanjurjo, Larissa Nadai e Desirée Azevedo (2020), era proibido aos familiares e amigos velar e prestar o último adeus, no caso da minha interlocutora não houve impedimento.

Quando o ônibus avançava pela Rua Monsenhor Manuel Gomes, em direção a entrada do cemitério, pudemos avistar viaturas estacionadas com policiais fardados ao lado e um ônibus de viagem preto, da Força Nacional¹⁷⁰. Quando nosso ônibus estacionou e desembarcamos, a partir desse momento, a troca de olhares, às leituras de ambos os grupos em relação um ao outro, estavam a pleno pulmões. Após todo mundo desembarcar, atravessamos a rua e adentramos no cemitério. No portão central estavam duas viaturas estacionadas, uma de cada

¹⁷⁰ A Diretoria de Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP) é uma força de segurança criada em 2004, composta por policiais militares oriundos dos 26 estados e do Distrito Federal. Inicialmente essa força de segurança tinha outra atribuição. De alguns anos para cá tornou-se uma força de intervenção nos estados, em situações graves de segurança pública.

lado, como leões de chácara¹⁷¹, em estado de sentinela. As viaturas posicionadas como guardiãs revelavam o domínio e controle do espaço pelos *estabelecidos*.

Os *estabelecidos* estavam na calçada e ao lado deles estavam as viaturas e uma dezena de policiais. Apesar das faces cerradas e olhares de desaprovação também partirem dos *outsiders*, estes não tinham armas e muito menos estavam em espaço confortável. Os vulneráveis naquela situação social, como na vida corrente, estavam fragilizados pela iminência de um possível conflito; seriam os *outsiders* os penalizados.

Assim que atravessamos o imponente pórtico esculpido e pedra da entrada nos deparamos com um aglomerado de mais policiais fardados. Uma revitimização para minha interlocutora, deparar com aqueles responsáveis pela morte de seu filho presentes na hora do enterro. Os policiais da Força Nacional estavam no local, devido ao enterro de um membro da corporação falecido. Esse cenário de invasores e invadidos aprofundou-se a partir da entrada no cemitério, pois lá estavam a maioria dos *estabelecidos* já posicionados nas imediações da capela, onde o policial falecido era velado. A entrada do grupo de favelados não atendendo as normas sociais, condutas de comportamento partilhada pelos *estabelecidos*, produziu incômodo¹⁷² nos *estabelecidos* que suas faces nem um pouco amigáveis expressavam.

Nesse sentido, naquele momento ocorreu uma inversão de papéis sociais. São comumente os *estabelecidos*, na figura dos policiais¹⁷³, que invadem o território dos *outsiders* nas operações policiais. Nesse momento era invasão dos favelados a um território no asfalto, concebido como pertencente aos “cidadãos de bem”. O descontentamento com aqueles que falavam alto, fumavam cigarros e bebiam cerveja¹⁷⁴ era visível. A reprovação subiu ainda mais,

¹⁷¹ A expressão “Leões de Chácara” designa indivíduos ou seguranças de casas noturnas responsáveis por revistar e inspecionar os clientes que adentram no local.

¹⁷² A entrada dos *outsiders* remonta ao ato realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no ano 2000, quando alugaram ônibus e levaram moradores de uma ocupação para passear em um shopping nobre do Rio, capital fluminense. Múltiplas questões produzidas pelo ato derivados do racismo e racismo de classe estão envoltas na situação social analisada no cemitério. Pois o Cemitério do Caju, assim como o Shopping Rio Sul são compreendidos como território dos *estabelecidos*, portanto os *outsiders* são tidos como invasores ou inapropriados. Devendo estes adaptar-se aos códigos, normas sociais e condutas, do contrário serão punidos. Esse ato político das famílias sem teto tornou-se um documentário chamado “Hiato”, dirigido por Wladimir Seixas, lançado em 2008.

¹⁷³ No ano de 2007, a Força Nacional foi responsável pela produção de uma das mais letais operações policiais em favelas. A chamada Chacina do Pan, quando 19 pessoas foram vitimadas, 9 delas sem antecedentes criminais, no Conjunto de Favelas do Alemão. Durante a realização do XV Jogos Pan-americanos tendo como sede o Rio de Janeiro.

¹⁷⁴ Segundo Nei Lopes (2004), o *gurufim* é uma cerimônia funerária tradicional nas comunidades negras do Rio de Janeiro e São Paulo. Em que o velório é embalado por música, dança, samba, comida, café e bebidas alcólicas. Costumeiramente o *gurufim* é realizado quando sambistas antigos falecem ou membros da velha

quando as crianças e adolescentes subiram no carrinho elétrico usado para transportar idosos e pessoas com dificuldade locomoção.

Em alguns segundos o carrinho elétrico estava repleto de crianças e adolescentes favelados que se divertiam em meio ao luto sob o olhar de reprovação dos *estabelecidos*. Estava ali uma comprovação cabal para os *estabelecidos* de que os *outsiders* eram mesmo *outsiders*, produzindo um comportamento inaceitável em um lugar de sofrimento, dor e recolhimento. As faces cerradas revelavam esse sentimento e acreditavam que poderiam censurar o comportamento dos *outsiders*, porém estavam redondamente enganados, continuaram a brincar com o veículo, apenas interrompido pelos gritos enérgicos de Vera (prima de Vitória), ordenando que saíssem do carrinho.

b) Segundo momento – espera na entrada para saber onde seria o velório e caminhada até o local do velório;

A espera para saber onde seria o velório do Tico produziu um encontro entre os dois grupos sociais, delimitação de fronteiras, reconhecimento de alteridade e auto identidade (BARTH, 2000). Esse foi o momento de conflito aberto, em que ambos os grupos sociais analisaram um ao outro por mais tempo. O nosso grupo espalhado pela entrada do cemitério, eu me encontrava junto de Natasha na parte descoberta e ao lado dos demais familiares de Tico. Enquanto, os entes queridos e colegas do policial falecido estavam na parte coberta, reunidos em pequenos grupos ou sentados em bancos. Enquanto, os *outsiders* estavam expostos ao sol e em pé. Os *estabelecidos* estavam gozando do conforto de estar sentados, na sombra e alguns dentro da capela¹⁷⁵.

De um lado policiais, familiares e amigos, quase todos brancos, vestindo roupas características de classe média, em sua maioria homens, alguns armados, outros fardados. As vestimentas eram camisas de manga curta ou longa, camisa social, calça, sapato ou tênis, óculos escuros e semblante de luto no rosto, demarcando a conduta social daquele momento e condizente com o lugar. Estavam já situados próximos da capela, reunidos em pequenos

guarda das escolas de samba. O sambista, compositor e mangueirense, Nelson Sargento, faleceu em 27 de maio e a cremação foi no dia seguinte. No dia 28 de maio, fui à favela da Mangueira fazer trabalho de campo e deparei com senhores e senhoras da velha guarda bebendo cerveja após a cerimônia funerária.

¹⁷⁵ A capela onde foi velado o policial tinha ar-condicionado, porém não sei dizer se estava ligado, devido às medidas sanitárias de combate a Covid-19.

grupos, conversando em voz baixa estavam os ‘cidadãos de bem’ para velar o agente da segurança pública.

Do outro lado os familiares e amigos do Tico, em sua maioria mulheres, adolescentes e crianças, em sua maioria negra, alguns trajados com camisas com a foto estampada do Tico. Em sua maioria usando vestimentas populares, calçando chinelos, roupas de uso cotidiano, bermudas, shorts, minissaias, tops. O que poderia ser considerado ao olhar da classe média ‘roupas de ficar em casa’ ou pelo machismo como ‘roupas indecentes’ comumente associadas de maneira negativa e estigmatizante ao funk e a favela. Entre os *outsiders* apenas eu e Pastor Wagner usávamos calça, e Rejeane estava uniformizada com o colete de agente comunitária de saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Durante aproximadamente 20 minutos, os dois grupos dividiram o mesmo espaço, enquanto Vitória consultava a administração da necrópole onde seria o velório de seu filho. Nessas duas dezenas de minutos a alteridade dos grupos sociais distintos por classe, raça e demais marcadores fizeram-se presente. Esse período em que os grupos dividiram o mesmo espaço foi fundamental para que ambos pudessem identificar com mais atenção um ao outro e fizessem cálculos e julgamentos.

O julgamento moral, os olhares discriminatórios, a condenação dos comportamentos compreendidos como inadequados, estavam expostos explícitos nos jogos de olhares, nas faces cerradas e no semblante pouco hostil. Era clivagem exposta entre familiares favelados de um bandido e familiares do asfalto de um agente do Estado. Todos em luto, mas um luto que seguia as condutas morais, códigos de conduta e regras de comportamento social característico com suas identidades e pertencimentos.

O conflito velado, em silêncio, encerrou-se quando Vitória retornou já em posse da localização do velório de seu filho e seguimos em direção ao local. Uma caminhada longa, em linha reta pela avenida central da necrópole. A caminhada sob o sol escaldante ficou mais tensa, com as viaturas estacionadas ao longo da avenida. O cenário dos grandes mausoléus estava envolto a viaturas, de cor preta, da Força Nacional, com agentes de segurança pública ao lado, portando seus fuzis que reluziam com o sol inclemente dos trópicos.

Fomos caminhando em conjunto pela via central da Necrópole onde ficam os maiores e mais nobres mausoléus embelezados com materiais como granito, mármore, mármore carrara, mármore negra e de variados estilos arquitetônicos: grego, romano, neoclássico, clássico,

egípcio, moderno, neomoderno, entre outros. Depois as sepulturas sem luxo, porém bem cuidadas com as fotos dos falecidos e mais para ao fundo sepulturas mais humildes. No final do cemitério, contíguos às covas rasas estão as gavetas. Ruas inteiras repletas de gavetas lado a lado. No final da via central, no cruzamento com uma via paralela era o local do velório do filho de Vitória.

No trajeto a cada uma das nove viaturas que os *outsiders* ultrapassavam, olhares, julgamentos e tensões eram lidas e mesmo respondidas por alguns dos *outsiders*. Seguimos nessas nove batalhas, ou nove estações da via *crucis* a partir de olhares secos e rostos ranzinhas dos policiais até chegarmos ao local onde foi velado o corpo do primogênito de Maria dos filhos. Os homens no cemitério usando fardas e portando fuzis representavam o Estado, assim como aponta Adriana Vianna (2015), a partir da fala de uma das mães em busca por justiça: o Estado antropomorfizado. Ou melhor, na expressão usada por Vitória Silva a “Justiça”, a partir da frase: “*A justiça não me dá nada, só me tira*”.

O Estado antropomorfizado que invadiu sua casa para avisar da morte do seu filho dois dias antes do enterro estava novamente à sua frente. Com seus símbolos de guerra, no momento de reificar a memória do filho, perdido por ação empreendida pelo mesmo. Como está no diário de campo, foram nove viaturas estacionadas dentro do cemitério no caminho até chegar o local onde Tico foi velado¹⁷⁶. O local do velório era no meio da rua, com um pequeno toldo de cobertura que cobria apenas o morto, embaixo uma mesa de mármore servindo de suporte para o caixão. Outras estruturas precárias similares seguiam lado a lado pela rua da necrópole. Ao chegarmos nesse espaço, pela primeira vez desde o desembarque, o grupo dos *outsiders* não estava em contato direto com os *estabelecidos*.

A segregação socioespacial entre os dois grupos também se estendeu aos locais, onde o “cidadão de bem” e o “bandido” foram velados. Enquanto o primeiro foi velado na entrada do cemitério, em uma capela de alvenaria, com estrutura confortável para familiares e amigos, banheiros, provavelmente foi pago a partir de um bom plano de funeral. O segundo foi velado no meio do cemitério, sem estrutura em meio ao sol impiedoso da primavera carioca, a partir

¹⁷⁶ A caminhada pela via central em meio a nove viaturas da Força Nacional também remeteu-me ao Corredor Polônês. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu uma divisão dos territórios na Europa. A Alemanha perdeu territórios no lado Oeste, onde nasceu a Polônia como país. Contudo, para a Polônia ter uma saída para um porto, uma saída para o Mar Báltico, um território estreito cercado por território alemão de ambos os lados até o porto. A expressão corredor polônês no Brasil foi ressignificada e é comumente usada em grupos em especial de homens jovens em que o novato do grupo tem de passar em um corredor, onde sofre tapas e chutes. É tido por esses grupos como um processo de iniciação.

de um enterro mais barato pago às pressas pelo tráfico de drogas ilícitas. Todas as clivagens e hierarquias sociais estavam expostas na situação social.

Após o funcionário abrir o caixão teve início o momento mais triste. Não só as crianças e adolescentes, mas principalmente eles foram os que ficaram mais emocionados e abalados. Muito choro, alguns gritos, outros faziam carinho no rosto do falecido, alguns sentaram no meio-fio em meio às lágrimas e uns consolavam os companheiros. Minha interlocutora, depois de conversar um pouco com seu filho mais velho, teve uma crise de choro compulsivo, que resultou em um desmaio. Foi amparada pelos presentes e colocada sentada no meio-fio, depois melhorou um pouco, enquanto fui pegar a cadeira de rodas na sala da administração na entrada da necrópole e comprar água gelada.

Vitória Silva não cedeu em nenhum momento até ver Tico, mas a mãe forte e resiliente, impávida, quando abriu o caixão em meio aos lamentos, choros e gritos de desespero, a mãe forte caiu. Pouco tempo depois da chegada do Pastor acompanhado de sua esposa, encaminhou para a oração final. A primeira oração foi feita por Cíntia, prima de Tico, seguida pelo líder religioso que fez uma oração e ao mesmo tempo deu recado. Sua fala tinha como objetivo confortar o coração dos presentes, mas também tinha o propósito de alertar os mais novos. Em tom pedagógico, com uma voz tranquila, ele dissertou sobre os perigos da *vida errada* e da necessidade de buscar uma vida em Cristo.

Ao fechar o caixão novamente um momento de choro e das últimas despedidas emocionadas, principalmente as irmãs mais novas do falecido estavam abaladas nesse momento. Depois de fechado o caixão foi levado até a morada final. Uma nova caminhada agora até o fundão do cemitério, onde ocorreu o sepultamento. Especialmente, os mais jovens seguiram, alguns escutavam funk no caminho, outros conversavam sobre assuntos banais e alguns fumavam e compartilhavam um baseado. Alguém passou distribuindo rosas vermelhas para serem depositadas na gaveta do falecido.

O local de sepultamento dos dois grupos revela novamente a segregação socioespacial até no momento final da vida. A parte mais nobre do cemitério é localizada nas proximidades da entrada, quanto mais para o fundão mais barato é o sepulcro. A organização a partir da classe social dos mortos também atende a lógica hierárquica dos tipos de sepultamento de baixo para cima são: covas, gavetas, jazigos e mausoléus¹⁷⁷. As gavetas são a modalidade de sepultamento

¹⁷⁷ Pesquisei os valores das distintas modalidades de sepultamento nos cemitérios do Rio de Janeiro. A resolução nº 003, da Secretaria de Conservação e Meio Ambiente de 2018 informa as tarifas de aluguel por três anos o

mais acessível, enquanto os mausoléus são os mais caros, em geral passados de geração para geração em famílias abastadas.

O traficante assassinado foi enterrado em uma das gavetas localizadas no fundo do cemitério, enquanto o policial foi enterrado em um jazigo na parte central. O mapa do cemitério expressa de maneira fidedigna como a hierarquia socioeconômica pode ser analisada a partir dos seus distintos setores, hierarquizados por classe. O enterro do segundo ocorreu após a nossa saída da necrópole. Contudo, a partir da localização das viaturas da Força Nacional e dos funcionários do cemitério pude localizar que ele seria enterrado na parte central, o que dentro da hierarquia seria na segunda parte mais valorizada. O mapa da necrópole revela a segregação socioespacial do cemitério São Francisco Xavier.

O clima de choro, lamento e desespero gradativamente foi recrudescendo ao longo caminho para o sepultamento. Na parte do fundo do cemitério do Caju, onde estão localizadas as gavetas, o tom de revolta foi crescendo, desde xingamentos contra a favela do Caju, controlada pelos “alemão” (Amigo dos Amigos)¹⁷⁸, até o discurso final antes do sepultamento. Novamente conduta transgressora e sem busca de *limpeza moral* voltou à tona e coube a Cintia, dar o tom final em celebração e com indignação ao primo e em ataque ao Estado.

Cintia, uma adolescente de 15 anos, ativa, confiante e empoderada, recém-convertida à fé evangélica, mas que ainda mantém na sua *performance*, nos seus trejeitos e no vocabulário tanto traços evangélicos como características do “mundo”¹⁷⁹ (MINA, 2004). Ela não teve medo de falar mesmo diante dos olhares condenadores dos coveiros. Como aponta Carly Machado (2013) em seu artigo “É muita mistura”¹⁸⁰, a oradora realizou uma performance de pregador neopentecostal, com um discurso acionando valores do *mundo do crime* e do vocabulário neopentecostal. Cintia assumiu o protagonismo a partir da categoria de prima do falecido e fez um discurso atravessado por emoção, revolta e celebração do *ethos* guerreiro do falecido.

sepultamento na modalidade jazigo social custa R\$123,98, na modalidade gaveta/carneiro R\$372,04 e na modalidade cova rasa custa R\$50,85. O valor mais barato do aluguel para cada uma das três modalidades é previsto gratuitamente, mediante a apresentação de documentação, que comprove hipossuficiência.

¹⁷⁸ A facção ADA (Amigo dos Amigos) é uma das facções criminosas do estado do Rio de Janeiro e inimiga da facção Comando Vermelho, que controla a favela do Borel.

¹⁷⁹ Algumas igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais produzem um discurso religioso que constrói uma alteridade entre mundo e Igreja. As coisas do mundo ou coisas mundanas são comportamentos, práticas e ações fora do escopo religioso e moral, portanto incompatíveis com a vida de um religioso e temente a Deus. Enquanto Igreja refere-se a comportamentos, práticas e ações de acordo com as diretrizes da igreja e de Deus (MINA, 2004).

No seu discurso inflamado, numa cadência e uma oratória típica de pregadores e pastores evangélicos neopentecostais, elevando às vezes o tom de voz e arrastando algumas palavras para explorar a potência destas. Ela fez duras críticas a Polícia Militar, que só iria até a favela para bater e para matar, fez uma exaltação do Comando Vermelho, enalteceu os traficantes de drogas ilícitas que para ela são os únicos que cuidam e fazem algo pelos moradores de favela e encerrou ressaltando que Tico morreu com um guerreiro na batalha, sem pestanejar na hora da guerra.

Nesse momento do sepultamento o *ethos* guerreiro do traficante assassinado emergiu no discurso de Cintia. Segundo ela e também para alguns presentes, o seu primo era um guerreiro do tráfico de drogas ilícitas assassinado pelos inimigos (policiais), em combate. Portanto, um guerreiro tombado no “campo de batalha” era digno de homenagem. Se na entrada do cemitério eram os policiais que perfomavam o *ethos* guerreiro, nessa hora era a vez dos *outsiders* acionarem a identidade do *ethos* do guerreiro para si, uma questão comum nas facções criminosas do Rio de Janeiro, como aponta Christina Vital da Cunha (2008).

Ao final do discurso alguns aplausos, lentamente os presentes foram colocando as rosas na gaveta, posteriormente fechada com a tampa e devidamente selada com cimento pelo coveiro. Fomos voltando caminhando lentamente, novamente os jovens acenderam o baseado, escutavam funk e conversavam sobre assuntos banais. Caminhamos na direção local onde estava Vitória e os demais que não seguiram até o local de sepultamento. No retorno fomos andando até o portal de entrada.

c) Terceiro momento – saída do cemitério, embarque no coletivo e saída do ônibus das imediações da necrópole.

Retornamos caminhando com uma aparente tensão mais amena, conversando sobre questões da vida e alguns jovens escutando músicas no celular, porém apenas no fundão, assim como o baseado. Ao passarmos novamente pelas nove viaturas os olhares permaneceram, mas na minha avaliação menos incisivos do que no primeiro encontro. Quando chegamos na entrada,

os *estabelecidos*¹⁸¹ continuavam posicionados praticamente na mesma configuração espacial. Novamente o conflito silencioso ocorreu, mas ficamos pouco tempo naquele espaço.

Pois nos situamos na calçada do cemitério aguardando a vinda do ônibus para o retorno. Ali ficamos lado a lado por alguns minutos com as viaturas policiais que estavam estacionadas na entrada do cemitério com policiais em volta. Novamente a tensão voltou a subir e os olhares incisivos dos policiais deixavam bem claro a reprovação moral e a discriminação contra os *outsiders*. Enquanto, esperávamos, alguns do nosso grupo compravam cervejas ou água nos ambulantes munidos de seus isopores na frente da necrópole. Cheguei a pensar em comprar um latão de cerveja, o dia estava quente e a situação delicada do enterro merecia uma cerveja. Contudo, a minha censura moral foi mais forte e não permitiu que comprasse cerveja naquele momento, para mim seria um comportamento desviante beber álcool em um cemitério.

A tensão voltou a subir, quando embarcamos no ônibus e a temperatura quente foi percebida de maneira perspicaz por Vera, que fez sua intervenção. Pediu silêncio a todos os presentes no veículo coletivo e bradou de forma dura e enérgica, ressaltando que não era para ninguém xingar ou insultar os policiais posicionados no muro frontal da necrópole. Mesmo com o aviso ainda permaneci com medo de que algum xingamento pudesse colocar toda aquela situação social em um grau de tensão que até então não havia alcançado.

O ato de xingar dentro do ônibus era uma estratégia importante, a qual eu não tinha refletido até a escrita deste capítulo. Se os *outsiders* eram o grupo mais vulnerável naquela situação social, logo qualquer possível conflito, seriam eles os mais prejudicados. Do outro lado estavam agentes da segurança pública, investidos de autoridade e podendo fazer uso legítimo da força. E podendo fazer uso da força agindo com base na discricionariedade, comumente usada de maneira ilegal e discriminatória contra os *outsiders* (MISSE, 2008).

O que revela as relações de poder imbricadas nessa situação social com agentes de segurança pública. O Estado detentor legítimo do monopólio da força, nas mãos dos agentes da segurança. Os quais não apenas poderiam fazer uso da força, como têm o poder da fé pública como servidores públicos. Portanto, durante todas as duas horas, desde a nossa chegada até a nossa saída, por parte do nosso grupo não ocorreu nenhuma provocação, xingamento, insulto

¹⁸¹ Presumo que a longa demora para o enterro do policial era devido alguma autoridade do alto escalão da Polícia Militar ou da Força Nacional que estava a caminho.

ou algo do gênero. Mas no momento de saída havia uma possibilidade, já que com o ônibus em movimento poderia insultar *os estabelecidos* sem sofrer uma retaliação.

Vera fazendo a leitura de que possivelmente alguém xingaria e tinham motivos para tal indignação, em especial os mais jovens poderiam realizar um ato de insulto aos agentes da lei, se antecipou para vaticinar que não queria ninguém insultando os policiais na hora em que o ônibus partisse. Se havia essa vontade ou não, o plano acabou sendo frustrado por Vera. Deixamos o Caju e seguimos até a favela do Borem sem nenhum incidente.

Busco analisar as relações sociais entre familiares e amigos de um traficante assassinado por agentes do Estado e amigos e familiares de um policial falecido, em interação social em um cemitério carioca. O evento analisado ocorreu na terceira década do século XX, durante a pandemia de Covid-19 e em uma conjuntura de tensão no Rio de Janeiro com sucessivas operações policiais resultantes em chacinas em favelas.

A conjuntura política no governo federal, pelo presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) a partir de uma postura negacionista¹⁸², que resistia em adotar medidas sanitárias recomendadas por especialistas e pela OMS (Organização Mundial da Saúde), tornando o contexto ainda mais tenso e complexo. Em outubro de 2020, o Brasil passava por redução do número de contaminados e de mortos diários em decorrência do vírus, o declínio da primeira onda de Covid-19. Quando algumas atividades passaram a ser flexibilizadas, contrariando as avaliações dos especialistas.

No momento, da situação social analisada, o Brasil já despontava como um dos países com maior número de vítimas ceifadas pelo vírus surgido no final de 2019. O presidente era também um mordaz crítico da ADPF 635 e defensor de operações policiais repressivas em *territórios de pobreza*. Em seu governo chegou a ser enviada a Medida provisória 456, que tinha como um dos pontos o excludente de ilicitude. Esse dispositivo estabelecia imputabilidade para homicídios cometidos por agentes da segurança pública em serviço e fora de serviço.

Na esfera estadual, o então governador Wilson Witzel (PSC) estimulava uma política bélica de operações policiais e a execução de traficantes de drogas ilícitas portando fuzil. Sua política tinha como mote “Tiro da cabecinha”. O mesmo popularizou a categoria

¹⁸²Negacionista é o termo que designa uma pessoa que nega as informações, dados e pesquisas científicas. No período da pandemia de Covid-19, o termo passou a ser usado como uma categoria de acusação contra aqueles que negavam as recomendações de especialistas, médicos e cientistas das medidas sanitárias para combater o vírus Sars-cov-2.

“narcoterrorista”, com o objetivo de criminalizar ainda mais os comerciantes de drogas ilícitas no varejo. Para além da defesa aberta da execução sumária de traficantes de drogas ilícitas no varejo por *snipers*. Após sua queda pelo impeachment, acusado de casos de corrupção na área da saúde em meio a pandemia de coronavírus, sua política foi continuada pelo seu vice-governador, Claudio Castro (PL).

Essa curta análise de conjuntura política brasileira e fluminense revela como no período do enterro havia uma atmosfera conturbada, porém que não destoava da história recente do Rio de Janeiro nos últimos 40 anos. Porém potencializada pela crise social, econômica e sanitária produzida pela pandemia. A construção da categoria de *violência urbana* nas últimas décadas na metrópole fluminense, como aponta Machado da Silva (2008), contribuiu de maneira exitosa para compreensão das clivagens sociais expostas da situação social analisada acima.

O processo histórico aponta para a construção das identidades de alteridade na metrópole fluminense, na atual conjuntura marcada pela *violência urbana* nos termos de Machado da Silva (2003), que estabelece uma cidade em risco pelos jovens, moradores de favela e traficantes. A partir da *metáfora da guerra* (LEITE, 2014), também se estabelece uma cidade dividida. De um lado traficantes de drogas ilícitas como inimigos do Estado e que devem ser violentamente combatidos custe o que custar. E na conjuntura política de 2020, quando o governador (Wilson Witzel) e o presidente da República (Jair Bolsonaro) eram partidários de uma política de extermínio dos bandidos (Witzel agenciou a nomenclatura “narcoterrorista” com o propósito de justificar a execução dos traficantes nas favelas. Do outro lado os “cidadãos de bem”, que deveriam ser defendidos e mantidos em segurança.

O crescimento da criminalidade urbana no Rio de Janeiro a partir da década de 1980 produziu uma *sociabilidade violenta*, produzindo múltiplos efeitos e representações. A *violência urbana* é uma categoria coletivamente construída para identificar um conjunto de práticas, atores na presente ordem social, segundo Machado da Silva (2008). A partir dela são identificados os traficantes de drogas ilícitas como principais responsáveis e atores principais da violência urbana que assola a cidade.

Nesse sentido a interpretação acerca da *violência urbana* na capital fluminense é de uma cidade clivada em duas: cidade legal *versus* cidade ilegal (LEITE; MACHADO, 2008). Enquanto a primeira é habitada por trabalhadores, “cidadãos de bem”, servidores públicos, entre outros, a segunda é habitada por bandidos, traficantes de drogas, entre outros. Devido a essa identificação, o território das favelas, onde estão situados a maioria dos traficantes de drogas

ilícitas, é também alvo dessa identificação, logo seus moradores são cúmplices ou convenientes com os criminosos (LEITE; MACHADO, 2008).

Nessa situação social é possível notar os efeitos das identidades construídas, essencializadas ao longo do tempo de uma tida como Cidade Partida, usando aqui o livro do jornalista e escritor Zuenir Ventura (1994), que materializa o imaginário social de uma cidade clivada. Assim como a *metáfora da guerra* de Márcia Leite (2014), que revela como os efeitos dessa ideia de cidade cindida produz efeitos deletérios aos *outsiders*, os moradores de favela, concebidos e representados historicamente como portadores de identidades negativas e desabonadoras como aponta Licia Valladares (2005).

Não existe identidade, comportamento e conduta no singular em um grupo social, mas sim múltiplas, como revela Gluckman (2010) no seu trabalho sobre a inauguração da ponte na Zululândia. O antropólogo aponta clivagens tanto entre o grupo dos negros como entre os brancos. Como também aborda Licia Valladares (2005), os favelados não são homogêneos, como muitas vezes são identificados por parte dos moradores do asfalto, pelo Estado, pela mídia e até mesmo pelos pesquisadores. O grupo que foi ao velório do Tico também era heterogêneo.

Assim como o grupo social dos familiares e amigos do Tico não era homogêneo, e sim heterogêneo. Eu estava ali como pesquisador e amigo, mas não era morador de favela e estava com uma vestimenta que me aproximava mais dos *estabelecidos* do que dos *outsiders*. Já Beatriz, assistência social da Clínica da Família também estava vestida com muito mais proximidade com outro grupo e também não residia na favela. E Rejeane, moradora da Mangueira, porém trajando o uniforme e crachá, dessa forma sendo lida como uma trabalhadora.

É importante problematizar sobre as minhas escolhas, de Rejeane e Beatriz para irmos ao enterro, pois as escolhas podem ter sido realizadas visando a busca de uma *limpeza moral*. Ou elas podem ter ocorrido por meras questões de estilo, de oferta de vestuário no momento ou por comodidade. Eu já fiz essa autoanálise algumas vezes sobre o que permeou a minha escolha de vestimenta, mas não consegui chegar a uma conclusão. Contudo, posso afirmar que no dia do assassinato de Tico, quando fui até a casa da minha interlocutora, busquei usar uma roupa que distinguisse ao máximo de uma estética favelada, pelo temor de uma nova operação policial ou blitz ao redor do Borel. Portanto, agi em busca de uma *limpeza moral* nos termos de Luiz Antônio Machado da Silva (2008).

As normas vigentes sobre um enterro, luto e cemitério podem atender as questões de classe social, território, faixa etária e religião. O comportamento padrão ou ideal para um enterro? Abordo um caso em particular, apenas para apontar a diversidade de rituais de luto, o *gurufim*. É um ritual fúnebre cada dia mais em desuso, mas ainda vigente no Brasil, nas regiões urbanas que revela as diferenças sociais de como o luto pode ser experimentado. O *gurufim* é um ritual de sepultamento comum em comunidades negras, pobres no Rio de Janeiro e em São Paulo que o velório é embalado por alegria, música, jogos, dança, comida e bebidas alcoólicas (ABREU, 2019). Muito famoso do público em geral nos enterros de grandes baluartes das escolas de samba.

Esse ritual, segundo os historiadores, teria origem em África entre os povos *bantos* escravizados e traficados para o Brasil. Na América o ritual foi ressignificado e passou por alterações e mudanças ao longo do tempo (ABREU, 2019). Busco o *gurufim* para constatar como não há um comportamento geral ou uma norma social universal, no Rio de Janeiro, que estabeleça regras, condutas e comportamentos no luto. Há distintas formas de se vivenciar o luto, as quais vão ser permeadas por território, classe, religião entre outros marcadores e formações indenitárias.

No enterro do Tico houve uma pluralidade de práticas sociais, culturais e religiosas acerca do ritual fúnebre. Havia o Pastor Wagner conduzindo o rito religioso a partir de diretrizes religiosas neopentecostais e pentecostais. E a senhora amiga de Vitória de aproximadamente 60 anos que bebia sua cerveja, possível que devido a sua idade a sua prática pode ser concebida como *sobrevivência* de um *gurufim* ou como também é chamado “Beber o morto”, de origem afro-brasileira. O que revela ainda mais heterogeneidade cultural e social do evento social analisado.

A heterogeneidade do nosso grupo revela múltiplas condutas, comportamentos e valores para um lugar de luto. Enquanto, o pesquisador se sentiu violando uma regra social e auto-censura em comprar um latão de cerveja, havia a amiga de Vitória de 60 anos que bebeu do início ao fim, os jovens que fizeram uso de maconha dentro do cemitério, o Pastor Wagner e sua esposa obreira que partilhavam de valores e condutas evangélicas e a Cíntia, que pregava em uma oratória rítmica característica dos evangélicos e ao mesmo tempo acionava traços do *mundo*. Desta forma, busco desconstruir a ideia simplista de um grupo homogêneo, essencializado, compartilhando as mesmas regras sociais e comportamentos culturais.

Contudo, em um espaço partilhado por distintos grupos sociais, a hierarquia social exerce um poder dominante, dessa forma busca impor aos subalternos um comportamento social. Na situação social analisada, a partir dos olhares discriminatórios dos *estabelecidos*, agenciaram uma censura contra os comportamentos desviantes dos *outsiders*. Comportamentos os quais, no imaginário social, é resultado das políticas de identificação (NORIEL, 2007), considerados inadequados, impróprios e inferiores. A agência da censura surtiu algum efeito, mas os *favelados* não se submeteram na integralidade.

Os efeitos de uma tentativa de censura esbarrou na leitura de cálculo por parte dos favelados, que agenciaram quando, onde e como poderiam agir a partir das suas concepções morais, sociais e culturais. Os *outsiders* não foram apenas identificados, como também identificaram o outro grupo social antagônico. Em especial os policiais, o que produziu uma leitura analítica de como manipular suas ações, suas condutas e seus comportamentos. A análise foi em síntese: Onde? Quando? E como? A entrada do cemitério era o lugar com mais controle e vigilância, enquanto o fundão era mais livre, permitindo o acionamento de práticas e comportamentos que poderiam resultar em repressão ou sanções. A partir dessa leitura os *outsiders* manipularam como agir na necrópole.

Seguindo os passos de Marcos Alvito (2006) , quando analisa a favela de Acari articulando macro e micro, recorrendo principalmente ao conceito de *microáreas* para compreender as vivências, identidades e relações entre os moradores da favela. Nessa análise situacional defino duas *microáreas* importantes para o caso estudado: Entrada e Fundão. Pois são essas duas *microáreas* em que os comportamentos foram manipulados de acordo com a presença ou ausência dos *estabelecidos*.

As antropólogas Camila Pierobon e Patricia Birman (2021) analisam um caso exemplar de como as classes populares conhecem as identidades e as manipulam de acordo com seus objetivos e da situação. No caso analisado moradores de uma ocupação buscavam expulsar os traficantes de drogas ilícitas que tinham tomado o poder do espaço de moradia popular, a partir de uma denúncia anônima as autoridades. Para sensibilizar as autoridades a carta denúncia agenciava um estereótipo de homem, comerciante e branco reclamando da atuação dos criminosos no bairro (BIRMAN; PIERBON, 2021).

A iniciativa não produziu efeito, foi ignorada, contudo os denunciantes sabiam que suas identidades sociais e suas representações não mobilizariam o Estado a intervir. Portanto, mobilizaram a identidade contraposta a deles, a de “cidadão de bem” (BIRMAN;

FERNANDES, PIERORBON, 2021). Essa leitura de como são identificados e como o Estado age para com os moradores favela atravessa toda situação social do enterro e produz efeitos na forma de agir e se comportar dos *outsiders*.

Talal Asad (2018) nos sugeriu uma chave de leitura interessante sobre o exercício da vigilância e controle no espaço público. Ao invés de figura e fundo como sugerimos, para Asad, a noção de máscara se opõe à noção de *self*, conforme a herança de Marcel Mauss. A oposição entre máscara e *self*, diz Asad, foi fundamental para as ciências humanas e sociais instituírem saberes e tecnologias que permitiriam desvendar as máscaras para alcançar a verdadeira natureza do *self*, bem como pensar as diferenças entre os espaços públicos e privados. Máscaras e *selfs* seriam inseparáveis nos saberes e práticas relativos aos espaços sociais e seus modelos normativos. O exercício da vigilância e dos poderes securitários do Estado exige que se conheça as faces ocultas de cada um, donde a coerção do *self*, moldado em seus comportamentos públicos é a contraface da sua autenticidade fadada a ser vigiada: “o pensamento aqui é que a convenção coage um *self* real a se comportar inautenticamente.” (2018:102, tradução nossa). No entanto, a oposição entre máscara e *self* ou entre figura e fundo, como sugerimos, ainda é insuficiente na medida em que o seu emprego supõe duas faces contrapostas: face e contraface. Não seria mais adequado pensar em faces e contrafaces múltiplas que se alimentam reciprocamente? Não seriam as pessoas um composto de relações, cujas apresentações e desvelamentos ao mesmo tempo visíveis e invisíveis potencializam certas posições e formas de circulação de poder, por mais instáveis que sejam? Estamos sugerindo que tanto a figura do Estado, e seu par o Tráfico, podem se apresentar encarnadas por meio de um aspecto, deixando à sombra o que as fazem múltiplas e relacionadas em muitos níveis entre si. (BIRMAN; PIERBON, 2021 p.7)

Em síntese, no cemitério o Estado representado pelos agentes de segurança exerceu uma vigilância securitária e moral sobre os *outsiders*. Estes identificaram a situação, compreendendo as assimetrias e identidades em alteridade e se comportaram de acordo com as faces e contra faces, buscando não serem coagidos, entretanto sem abrir mão de suas condutas autênticas. Em que a autenticidade desabrocharam nas *microáreas* distantes dos representantes do Estado.

O uso da maconha foi apenas feito na parte mais afastada sem a presença dos *estabelecidos*, pois por ser uma prática criminosa e facilmente reconhecida, devido ao cheiro singular. Eles não poderiam fumar maconha na entrada do cemitério ou na via central, onde os policiais estavam posicionados. Fumar ali seria uma exposição desnecessária ao risco de revista vexatória, violência policial ou até mesmo prisão. Contudo, no fundo poderiam fumar o baseado sem exposição a esses riscos.

Uma segunda prática, a de escutar funk no celular, também só ocorreu na parte do fundo da necrópole. Novamente quando estavam longe dos *estabelecidos*, pois poderia ser moralmente condenável escutar música em volume relativamente alto na entrada. Romperia uma barreira de comportamento moral ou poderiam correr uma situação de risco dependendo

da letra¹⁸³. O funk¹⁸⁴, como um estilo musical fortemente identificado com a favela e demais *território de pobreza*, foi em distintos contextos criminalizado no Rio de Janeiro. Como aponta a pesquisa das *galeras funks* e os arrastões no início da década de 1990 de Hermano Vianna (1996). Uma nova criminalização ressurgiu na década de 2010, nas unidades de polícia pacificadora os bailes funks foram proibidos pelos comandantes das mesmas, como argumentos preconceituosos e criminalizantes acerca do ritmo como revela Adriana Facina (2013).

O discurso de Cíntia em celebração ao primo guerreiro e em defesa do Comando Vermelho também foi calculado, pois só poderia acontecer quando estavam longe dos *estabelecidos*. A defesa de uma facção criminosa em diversos lugares fora das favelas controladas pela facção pode significar um risco real. O risco não só por confrontar os policiais, como também as facções inimigas do Comando Vermelho (O Caju era área de uma facção inimiga) e também a milícia nos últimos anos. E também foi na via contrária ao discurso de Pastor Wagner, condenatório do *mundo do crime* e da facção criminosa. Em múltiplos sentidos Cíntia transgrediu valores e normas, naquela situação social. Mesmo sendo ela uma evangélica, o que atenta para multiplicidades de ser evangélico, como revela a obra *Os evangélicos*, de Claudia Mafra (2001) e Christina Vital da Cunha (2019).

Contudo, se até chegarmos ao fundão do cemitério nenhuma menção tinha sido feita ao Comando Vermelho, lá foi abertamente falado e celebrado, com palmas ao final do forte discurso de despedida. Mesmo sob os olhares condenatórios dos coveiros. Os trabalhadores do cemitério reprovaram nitidamente o discurso da Cíntia, porém estão na mesma camada hierárquica, portanto sem uma relação assimétrica de poder. Não apenas a defesa da facção criminosa ocorreu nesse momento, como manifestações de xingamento e ojeriza a facção Amigos dos Amigos, que comanda o tráfico de drogas na favela do Caju, situada ao fundo da necrópole.

Todas essas condutas e práticas não ocorreram no fundão do cemitério a toa, pois foi o local e o momento dentro da situação social em que era possível abrochar sem nenhum risco de sanção. Pois na chegada e na entrada da necrópole, os *outsiders* compreendiam estar diante de

¹⁸³ O funk é um gênero musical nascido no Estados Unidos da América, na década de 1960, em comunidades negras. No Brasil, a partir da década de 1970 o estilo musical sofreu modificações a partir de jovens negros da favela e do subúrbio carioca, nascendo o gênero musical Funk Carioca.

¹⁸⁴ O risco em escutar funk pode ocorrer, quando o funk é proibido (criminalizado pela Polícia), ou faz menções a uma determinada facção criminosa ou é crítico ou profere xingamentos contra a milícia. No dia 31 de agosto, de 2022 um grupo de jovens realizava um churrasco foi violentamente atacado por disparos de arma de fogo. O motivo do ataque foi pelo fato de escutar funk que aludiam a uma determinada facção criminosa. O ataque resultou em dois mortos e sete feridos. (ATAQUE...2022)

um espaço onde estavam sendo vigiados por pessoas acima deles na hierarquia social, conheciam a estratificação da sociedade carioca e das relações de poder em jogo. Ao caminharmos de volta para a entrada, os baseados foram apagados, o funk sumiu de cena e não foi feita mais nenhuma menção a facção.

Nesse sentido, analiso a última questão da situação social: a estratégia de contra-ataque. Se durante as duas horas devido a assimetria dos grupos sociais, as hierarquias presentes, os *outsiders* quando estavam posicionados próximo dos *estabelecidos* buscavam não afrontar regras sociais, pois poderiam provocar um conflito que os prejudicaria. A resposta ocorreria na saída, onde a partir da estratégia de insultar os policiais, de dentro do ônibus em movimento eles poderiam não sofrer sanções. Esse sentimento e estratégia de resposta era compartilhado pelos mais jovens.

Contudo, a provável ação de resposta ao descontentamento, ao preconceito e aos olhares discriminatórios foi percebida, por Vera. E a mesma, estando ali como uma das autoridades e fazendo uso da sua posição de “mais velha” interviu para evitar os prováveis insultos aos policiais. Vera não compartilhava do sentimento de resposta aos algozes de Tico ou previa que mesmo com o ônibus em movimento seria alcançado pelos policiais, resultando em efeitos deletérios para todos. Vera analisou a situação e partir das experiências e vivências compreendia que no ônibus estavam corpos passíveis de sofrer violência do Estado, pois são identificados como “vidas sem valor” o qual o estatuto político está suspenso (FELTRAN; SANJURJO, 2015).

Não apenas Vera como outros entre os *outsiders* tinham e tem conhecimento pleno dos efeitos negativos que resultaria um confronto os policiais ou familiares do agente falecido. Nesse sentido, os *estabelecidos* representavam nessa situação social o Estado, que identifica moradores de favela, portanto são frutos de processos de categorização moral-espacial que os constroem como sujeitos, potencialmente perigosos ou suscetíveis a criminalidade urbana (VIANNA; FACUNDO, 2015). Logo, para a Vera o confronto não produziria violência física com efeitos criminalizantes para os favelados. Ao final seriam familiares de um ex-traficante em confronto com familiares de um agente da lei, uma clivagem essencializada de Estado/cidadãos de bem *versus* Tráfico/bandidos (BIRMAN; PIERBON, 2021).

É possível refletir que a resposta não poderia ser realizada apenas a partir de uma agressão verbal. A resposta também pode ser interpretada a partir de transgressões em um *lugar antropológico*, tido pelos *estabelecidos* como de seu domínio, impondo suas regras morais,

condutas e comportamentos sociais. E a posse de armas dos *estabelecidos* como seu poder estatal. Mesmo diante de relações de poder assimétricas ao longo da situação social, os favelados transgrediram as regras sociais e de comportamento em diversos momentos, desde a tomada do carrinho elétrico, bebendo cerveja, fumando maconha, escutando funk e celebrando o Comando Vermelho. Não se adequaram ao comportamento como desejavam os seus opositores, atuando a partir das *microáreas*.

Essa situação social revela como os favelados comportam-se, agem e calculam, quando estão diante de moradores do asfalto e de agentes da segurança pública. Como os favelados comportaram-se nesse caso não é universal, pois ela modifica-se de acordo com quem são os moradores do asfalto, o *lugar antropológico* onde ocorre a situação social e como também a presença ou não agentes do Estado. Retornando a minha interlocutora que estava presente o tempo todo, agenciando sua categoria de mãe para conduzir o enterro do seu filho, agenciar em prol da sua memória e da sua história. Conseguiu reunir um vasto grupo de familiares, amigos e uma rede de solidariedade para prestar o último adeus para o filho querido, vítima da violência de Estado. Selma e Fátima agenciaram e ainda agenciam diversas questões para poder ajudar os filhos e netos no cárcere e no pós-cárcere. Um agenciamento que passa em suma pela busca pela sobrevivência de seus rebentos, o que não foi possível no caso de Maria dos filhos.

Nos estudos para esse capítulo sobre prisão, cárcere e mães deparei-me a partir da leitura do artigo de Natália Lago (2020) com o conceito novo e utilizado pela mesma para abordar a luta de mães e companheiras de presidiários na pandemia de Covid-19. O conceito é um sinônimo para egressos do sistema carcerário, o conceito de *sobrevivente*. A pesquisadora defende que ao fazer uso do mesmo há uma intencionalidade de reforçar a sobrevivência das pessoas ao horror da prisão. Tico sobreviveu ao horror da prisão, mas não resistiu a *necropolítica* do Estado Fluminense.

O cárcere produz empobrecimento para as famílias, que tem de arcar com a manutenção, comida, remédios e demais gêneros de necessidade do detento. Ou seja, é um gasto a mais em orçamentos familiares já apertados. Ou ainda os benefícios sociais que indiretamente são cancelados, um dinheiro que faz falta ou mesmo o dinheiro que antes em liberdade o apenado contribuía para o rendimento de casa. Todos esses problemas que resultam em empobrecimento das famílias contribuem para que mães e esposas sejam responsáveis por buscar agenciamentos informais, ilegais ou ilícitos para prover aos entes presos uma vida menos indigna e para os netos.

4 TRABALHO DE RISCO E PANDEMIA DE COVID-19

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde de São Januário
Levai mais um operário
Sou eu que vou trabalhar

O Bonde de São Januário – Wilson Batista

4.1 Introdução

O contexto político e econômico brasileiro nos três primeiros meses de 2020 era de estagnação econômica, crescimento da inflação, mais de 13 milhões de brasileiros em situação de miséria, 9% da população desempregada, crescimento do PIB abaixo de 1%, entre outros dados socioeconômicos negativos (ANTUNES, 2021). A partir da instauração da pandemia de Covid-19, em março de 2020 esse contexto desabonador tornou-se ainda mais agudo. A pandemia de abrangência mundial produziu um cenário de crescimento da pobreza, aumento do desemprego, crise social, crise econômica, crise de sanitária e fechamento de empresas e uma profunda crise sanitária.

O cenário laboral dos sujeitos da minha etnografia desde o início em 2019 era integralmente composto por interlocutoras em situação de desemprego, em atividades informais, em atividades no campo *dos ilegalismos*, bicos, *viração* e empregos temporários. No início do trabalho de campo nenhuma das seis interlocutoras estava trabalhando no mercado formal, ou seja, de carteira assinada. Esse cenário não era incomum, tratando-se dos sujeitos da minha pesquisa: mulheres, negras, moradores de favela e com pouca formação acadêmica e profissional.

Contudo, a virada nesse cenário de desemprego contínuo foi alterado em 2020, a partir da pandemia de Covid-19, no Brasil. A partir desse momento de grave crise sanitária, conseqüentemente, potencializando a crise social e econômica, que já estava em curso, e, em meio, a um contexto de redução de vagas de emprego, recrudescimento das atividades econômicas, da circulação de pessoas, queda do comércio varejista e muito outras atividades estagnadas, as participantes da minha pesquisa de doutorado conseguiram empregos formais e informais.

Na primeira metade do ano 2021, metade das minhas interlocutoras estavam empregos de carteira assinada, em empresas terceirizadas de limpeza em hospitais ou condomínios. Verônica e Fátima conseguiram empregos como copeira e faxineira em hospitais e Adriana em uma empresa de limpeza de um condomínio residencial. Todas as três estavam em situação de desemprego desde 2018, mas foram empregadas em um período de fechamento de vagas de empregos, crise econômica e desemprego crescente. Demorei um tempo até despertar para o fenômeno em curso. Analiso três interlocutoras no presente capítulo: Verônica, Adriana e Fátima. São empregos do *novo proletariado urbano*, marcados por baixos salários e terceirização. Apesar das questões negativas dessas atividades laborais, o trabalho de carteira assinada produz um mínimo de garantia trabalhista.

A pandemia de coronavírus produziu uma clivagem de classe, entre àqueles que podiam proteger-se do vírus, realizando isolamento social ou trabalhando na modalidade *home office*. Entretanto, minhas interlocutoras conseguiram conquistar postos de trabalho no mercado formal. Justamente no trabalho essencial, ou seja, os trabalhadores que arriscaram suas vidas em meio à pandemia para que uma parcela da sociedade pudesse realizar as medidas sanitárias e de proteção ao vírus Sars-cov-2. A pandemia acentuou a clivagem de classe.

Nos últimos seis anos, a partir do *golpe parlamentar* de 2016 um corolário de medidas políticas e *contrarreformas* (ANTUNES, 2021) produziram um cenário deletério para os trabalhadores e a população mais pobre. O salário mínimo perdeu gradativamente o poder de compra, um arco de políticas de proteção social foi desmontado e a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Todo esse cenário requer com que as minhas interlocutoras busquem formas de acréscimo do salário cada vez mais exíguo e apostas no *empreendedorismo popular* ou “empreendedorismo de guerrilha”.

4.2 Verônica: trabalho, assédio e empreendedorismo de guerrilha

Verônica tem 47 anos, é negra e atualmente trabalha como copeira de serviços gerais em uma empresa terceirizada no Hospital Geral de Bonsucesso, na Zona Norte, do Rio de Janeiro. Este é seu segundo emprego desde o início da pandemia. Ela conseguiu o primeiro emprego no auge da primeira onda de pandemia de Covid-19, no ano de 2020. Minha interlocutora estava desempregada desde 2018, quando conseguiu uma nova oportunidade de trabalho formal em 2020.

Conheci Verônica através de Lorota, quando o mesmo me levou na Mangueira para apresentar-me as ex-moradoras da IBGE, em janeiro de 2019. Passamos na sua residência e ela recebeu-me bem e desde então, passamos a ter uma boa relação. Venho comunicando-me com ela especialmente pelo aplicativo de mensagens *whatsapp*. Ela envia constantemente muitos vídeos motivacionais, mensagens de “bom dia” e também algumas mensagens religiosas de cunho cristão.

Minha interlocutora teve 11 filhos ao todo, mas um dos seus filhos faleceu no início de 2019, de mal súbito. Minha interlocutora tem uma trajetória singular, pois teve quatro gêmeos, nascidos em duas gestações. Primeiro um casal de gêmeos João e Larissa e na sua última gestação mais dois gêmeos o Rafael e o Daniel. Resultando em um total de 11 filhos. Costumo brincar com ela de quem teve a sorte ou infortúnio de ter duas gestações de gêmeos tem guardada a sorte de um dia ganhar na Mega Sena. Sua casa é movimentada com crianças sempre brincando, agitadas e produzindo uma casa viva como apresento no diário de campo abaixo.

Diário de campo, 23 de maio de 2019

(...) Verônica também fez reclamações a respeito dos eu ex-marido pai dos gêmeos que não tem contribuído com nada para as crianças e que ela estava há tempos pedindo para que ele contribuísse com alguma coisa, especialmente para a alimentação das crianças. Mas que ele não está ajudando, então perguntei a ela se ela já acionou a justiça para reivindicar a pensão, mas ela disse que ainda não tinha feito isso, porém estava pensando em fazer. Em alguns momentos da conversa em que seus filhos gêmeos de 3 anos estavam fazendo muito bagunça e brigando Verônica virava para mim e dizia: “Quem inventou a palavra mãe? Me diz porque eu quero esganar essa pessoa”. Apesar do nervosismo e do trabalho que os filhos demandam de Verônica ela falava essa frase em um misto de ironia e reclamação de ser mãe (...)

Uma das dificuldades em acompanhar com mais proximidade Verônica é o grande número de crianças em sua residência (atualmente são 8 crianças e adolescentes) e a demanda que eles exigem dos adultos presentes. Não é porque as crianças atrapalhavam o exercício do meu trabalho de campo. Contudo, acabava me sentindo atrapalhando a vida da minha interlocutora e de seus filhos. A frase dita por Verônica “*Quem inventou a palavra mãe? Me diz porque eu quero esganar essa pessoa*” reflete os seus desafios em cuidar de tantos rebentos. Suas filhas mais velhas Natasha e Sara configuram uma importante rede de apoio e solidariedade nos cuidados da casa e com as crianças.

Verônica foi à interlocutora com quem mantive menos contato no período da pandemia, pois sua casa é no segundo andar e não tem quintal, o que seria uma grande exposição de contaminação passar muito tempo em um lugar fechado tanto para mim quanto para sua família. E era muito difícil conversarmos do lado de fora, devido à demanda que as crianças exigem

dela. Dessa maneira, só encontrava com ela na entrega das cestas básicas no estacionamento da UERJ, uma vez por mês. Depois ficou mais difícil ainda, devido ao seu trabalho no hospital.

Verônica cresceu no bairro da Pavuna, depois morou no bairro de Triagem e por fim no bairro do Grajaú na casa de sua cunhada. No último bairro ela teve alguns desentendimentos com sua cunhada e como não tinha para onde ir, foi quando foi morar na ocupação da IBGE Mangueira. Foram ela e seus cinco filhos mais velhos residir no espaço de moradia na favela da Mangueira. Como na época trabalhava na *viração*, no garimpo¹⁸⁵ conseguiu reunir algumas madeirites, material que ela usou para construir seus barracos na ocupação. Nessa época ela estava grávida do sexto filho.

Na ocupação, Verônica residia em um barraco no segundo andar, do segundo prédio da IBGE, chamado pelos moradores de “prédio mais alto”, de 13 andares. Na remoção em 2018 todas as três foram cadastradas para futuramente ser reassentadas no condomínio do Minha Casa Minha Vida e passaram a receber o Auxílio Aluguel. Minha interlocutora e Natasha foram residir juntas e Regina alugou uma casa na Mangueira, mas foi residir sozinha com seus filhos.

Em 2019, Verônica recebia o Bolsa Família pelos seus 5 filhos menores de 18 anos e mais os 3 netos, o que resulta no valor de R\$600,00. Ela beneficiária de outros como: o Auxílio Alimentação da prefeitura do Rio de Janeiro, o Família Carioca e o Auxílio Aluguel. Até conseguir um emprego a renda da casa era sustentada a por esses d benefícios, alguns bicos de faxina esporádicos. Somados aos mesmos benefícios recebidos também por sua filha Natasha, porém o Bolsa Família¹⁸⁶ dela é bem menor do que da mãe, por ter apenas um filho. Portanto, era uma casa habitada por 9 pessoas e mantida apenas pela renda de programas sociais e algumas ajudas de instituições de caridade.

Na residência da minha interlocutora moram os filhos: Natasha de 30 anos, Sara de 18 anos, João de 14 anos, Larissa de 14 anos, João de 13 anos, Daniel de 6 anos e Rafael de 6 anos. Também residem lá seus netos: Vitor de 10 anos, Bombom de 7 anos, Lucas de 6 anos e Ellen de 5 anos. Ao todo são 12 pessoas residindo na casa. No início da pesquisa o Leonardo, de 22

¹⁸⁵ Garimpo é uma categoria nativa para designar o trabalho de encontrar material reciclável e revender em depósitos que revendem para empresas de reciclagem.

¹⁸⁶ O programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O programa conta com alguns critérios, mães e responsáveis por crianças e adolescente até os 18 anos recebem o valor de 57 reais por cada filho ou criança. O Auxílio Brasil, novo programa social do governo federal criado em 2021 não prevê esses critérios, produzindo distorções.

anos residia também na casa, mas depois do nascimento do seu filho em 2020 foi morar junto de sua esposa e atualmente atua no tráfico de drogas ilícitas no varejo.

Minha interlocutora reside em uma casa alugada, na região do Buraco Quente, desde a remoção da ocupação IBGE. É uma casa de sobrado e tem dois quartos, com uma sala grande, cozinha e banheiro pelo valor mensal de R\$ 800,00. Ela paga o aluguel da casa com ajuda da sua filha Natasha, com o dinheiro proveniente do Auxílio Aluguel e são as únicas da minha etnografia que moram na mesma casa desde quando foram removidas. É também a residência em melhores condições estruturais, maior espaço, apesar de contar com um problema crônico de infestação de baratas francesas.

A residência não era só mantida a partir dos benefícios, pois minha interlocutora e sua filha realizam agenciamentos em busca de cestas básicas doadas por: organizações não governamentais, igrejas, centros kardecistas, associação de moradores, entre outras. É um trânsito comum, que não soluciona as demandas econômicas, mas configura um complemento, um reforço na renda apertada. Verônica revelou-me que o padrinho dos seus gêmeos mais novos que é proprietário de um comércio a ajuda. Ela não tem ajuda dos pais das crianças, que não colaboram em nada com a criação dos rebentos.

Após o falecimento de sua filha Regina, os netos passaram a residir com a avó são eles: Vitor, Bombom e Ellen. E Natasha que reside junto da mãe com seu filho Lucas. Não só Verônica, como as demais interlocutoras da minha pesquisa tecem reclamações recorrentes de o quanto às casas na IBGE eram maiores e melhores do que as atuais. Segundo ela não tem espaço para estender roupas e para as crianças brincarem.

Mesmo com tantas crianças em casa Verônica estava estudando na modalidade EJA¹⁸⁷(Educação de Jovens e Adultos) , no Colégio Estadual João Alfredo, na Avenida 28 de Setembro em Vila Isabel. Ela estava no nono ano do Ensino Fundamental, estudava no período noturno. Ela estava empenhada em terminar os estudos, apesar da rotina pesada de cuidar da casa, cuidar das crianças, fazer alguns bicos e ainda estudar. Em 2021, ela conseguiu concluir o Ensino Médio. Ela também fazia um curso para mães em uma instituição kardecista no mesmo bairro.

¹⁸⁷ O EJA (Educação de Jovens e Adultos) é a modalidade de educação para jovens e adultos, que não terminaram os estudos na idade adequada. Antigamente era conhecido como supletivo.

Natasha a filha mais velha tem cerca de 30 anos e é o braço direito na vida da minha interlocutora. Após a remoção elas foram morar juntas na casa alugada e ela quem ajuda a cuidar das crianças e afazeres da casa. Desde dar banho, colocar roupa, fazer comida e os demais afazeres domésticos. A figura de Natasha tornou-se ainda mais importante quando a minha interlocutora conseguiu emprego, pois a filha passou a coordenar a casa nos dias de plantão da minha interlocutora.

Durante a pandemia de Sars-cov-2 atuei junto do Centro Espírita Irmãos de Fé, um Centro de Umbanda, distribuímos cestas básicas para as antigas moradoras da IBGE¹⁸⁸ Mangueira, Tuiuti, Borel e Macocos. Uma vez por mês no estacionamento da UERJ¹⁸⁹. Após Verônica conseguir trabalho, quando ela está de plantão era Natasha quem buscava sozinha as duas cestas básicas pesadas. Ela levava um carinho de supermercado para dar conta de carregar as cestas básicas de volta para casa, um caminho de 1 quilometro e meio.

A sua filha Regina faleceu em março de 2019, na Mangueira, quando estava entrando em um ônibus. Segundo os rumores e fofocas (GOFFMAN, 2010) que circularam entre vizinhos e colegas, seu falecimento precoce foi resultado do uso indiscriminado da droga ilícita conhecida pelo nome Cheirinho da Loló¹⁹⁰. Contudo, a principal versão é que no dia fazia um implacável calor de verão carioca, ela acabou passando mal, chegou a ser encaminhada para o hospital, mas não resistiu. Regina vivia separada do marido, o que abriu uma disputa pela guarda dos três filhos.

Verônica passou a disputar guarda dos filhos de Regina com a avó paterna. Segundo os antigos moradores da IBGE, os rumores eram de que Verônica estaria interessada em assumir a guarda dos netos apenas porque receberia o Auxílio Aluguel da filha falecida e o Bolsa Família, mas principalmente o apartamento da filha no futuro condomínio. Como Regina era uma das ex-moradoras da IBGE, ela era detentora de um futuro apartamento, quando as famílias fossem reassentadas no conjunto habitacional.

¹⁸⁸ A ideia de distribuir cestas básicas para os moradores da Mangueira veio da minha amiga Viviane. Ela é membro do Centro de Umbanda, responsável por arrecadar doações, comprar as cestas básicas e distribuir tanto para os moradores da Mangueira como para os moradores do Morro do Andaraí. A iniciativa teve início em abril de 2020 e durou até maio de 2022.

¹⁸⁹ A segurança da Universidade do Estado do Rio de Janeiro permitiu a distribuição de cestas básicas no estacionamento.

¹⁹⁰ Cheirinho da Loló é uma droga ilícita produzida a partir da mistura de benzina, éter, clorofórmio e aromatizante. A droga é consumida por inalação pela boca. Segundo sites sobre saúde e uso de drogas uma das consequências é parada cardíaca.

Minha interlocutora alegava que quando Regina estava viva seus netos passavam dias na sua casa, tinham um vínculo muito forte com os seus filhos por terem idades aproximadas¹⁹¹. E a avó materna desejava levar os seus netos para morar em Minas Gerais, longe dos familiares. O entrevero também passou por ameaças, fofocas e o tradicional disse me disse. Verônica me apresentou um áudio enviado pelo *whatsapp* pela avó paterna fazendo ameaças contra ela e um relato de sua neta Bombom teria apanhado da mesma. Ela me questionou sobre o que deveria fazer a indiquei levar o caso e as ameaças para delegacia e o Conselho Tutelar.

Todos esses rumores e fofocas (GOFFMAN, 2010) são comuns entre grupos comunitários e vicinais como o dos ex-moradores da ocupação. Contudo, o que busco mergulhar é como ao assumir os três filhos de Regina a minha interlocutora acumulou mais funções e mais despesas econômicas. Numa residência que já não era fácil de ser mantida, pois eram 9 moradores, com a chegada dos 3 netos cresceu, chegando a 12 habitantes, sem até então nenhuma pessoa empregada.

Apesar de conseguir a guarda dos filhos de Regina após uma disputa judicial, minha interlocutora não conseguiu acumular dois benefícios de Auxílio Aluguel (o auxílio dela e da filha falecida). Pois, segundo a prefeitura municipal, o benefício é extinto quando o titular falece. Contudo, ela ainda não tem uma resposta sobre o futuro apartamento, se os filhos de Regina terão direito ou se os descendentes não têm direito ao futuro imóvel em caso de morte do titular. Apenas, o Bolsa Família relativos aos três netos foi o benefício que Verônica passou a receber.

Em 2018, Verônica trabalhou como faxineira por oito meses na Vila Olímpica da Mangueira. A vaga ocupada por Verônica, antes era exercido por Selma, que me contou ter pedido demissão, porque pagava muito mal e, além disso, o salário sempre atrasava. Selma dizia que o deputado estadual Chiquinho da Mangueira,¹⁹² era o grande responsável pelo espaço e culpado pelas péssimas condições de trabalho. Selma relatou ter avisado a Verônica de todos os problemas em trabalhar no local, mas mesmo com os avisos ela aceitou o cargo.

¹⁹¹ Em algumas vezes em que estive na casa de Tina, poucos metros da casa de Verônica os filhos de Regina estavam lá brincando com os filhos de Tina. De fato as crianças ficavam bastante com a avó materna.

¹⁹² Chiquinho da Mangueira é um político, professor de Educação Física e liderança de escola de samba. É considerado o fundador do projeto social Mangueira Olímpica, que deu origem a Vila Olímpica da Mangueira. Foi eleito por em 5 legislaturas como deputado estadual da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foi secretário estadual de Esportes e Lazer e exerceu o cargo de presidente da Estação Primeira de Mangueira. É o maior e mais famoso político da favela. Foi preso em 2018 na operação policial Furna da Onça, sob acusação de corrupção.

Dessa forma ela não quis mais trabalhar na Vila Olímpica¹⁹³ e foi quando Verônica assumiu sua vaga, por um salário mínimo e a carteira seria assinada.

Verônica reclamava do trabalho, segundo ela, era extenuante. Ela era a única responsável por fazer a limpeza das salas de aula, quadras poliesportivas, dos espaços de convivência, recepção, salas da administração e até mesmo da piscina. Toda essa limpeza fazia com que ela passasse horas trabalhando pesado e a carteira de trabalho nunca era assinada. E ainda tinha o problema de receber o pagamento, pois sempre atrasava e ainda era um salário baixo, para a quantidade de tarefas que ela exercia. As reclamações de Verônica são similares às de Selma, sua antecessora naquele emprego.

Diante das péssimas condições de trabalho, baixo salário, recorrentes atrasos no pagamento, a gota d'água foi uma reunião com os funcionários após o horário de trabalho, em que ela faltou, pois tinha de pegar os seus filhos na creche. Minha interlocutora foi demitida uma semana depois. Não recebeu os direitos trabalhistas e previdenciários. Ficou desempregada, fazendo alguns bicos e vivendo com os benefícios sociais. Segundo Verônica o problema estava na nova gestão da Vila Olímpica e no seu supervisor, o Samuel, mas ela defende que na época do Chiquinho da Mangueira a instituição era ótima.

Segundo minha interlocutora o Chiquinho da Mangueira roubou, mas ele fez muito em favor da população da Mangueira. Para ela as pessoas da favela reclamam dele, mas muita delas receberam ajuda do parlamentar. Ela advoga que tudo poderia ter sido diferente se o ex-presidente da escola de samba não tivesse sido preso, pois ela esteve com ele no dia das crianças de 2018. Nesse dia ela fez um pedido de uma vaga de emprego para o parlamentar que respondeu positivamente para ela ir em seu escritório na semana seguinte. Contudo, como ele foi preso pela Operação Furna da Onça¹⁹⁴ o encontro não ocorreu.

¹⁹³ A Vila Olímpica da Mangueira é um dos pontos famosos da favela e os moradores compartilham um orgulho da instituição. O centro de esportes e educação ganhou muita notoriedade principalmente, depois da visita do presidente norte-americano Bill Clinton junto de Pelé a época ministro dos esportes, em outubro de 1997. A instituição é uma ONG e recebe o patrocínio de empresas privadas e possui convênios com o Executivo municipal e estadual, oferece cursos profissionalizantes, escolinhas de esportes de distintas modalidades e outras atividades de lazer para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social da região.

¹⁹⁴ A operação Furna da Onça foi uma operação policial, da Polícia Federal contra parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Janeiro envolvidos em corrupção. Foram presos 5 deputados estaduais, entre eles o Chiquinho da Mangueira.

Nesse mesmo relato ela fez uma comparação entre Chiquinho da Mangueira com ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva¹⁹⁵. Segundo minha interlocutora o ex-presidente Lula também roubou, mas fez muitas coisas boas para as pessoas pobres. E concluiu que o ex-magistrado federal (Sérgio Moro)¹⁹⁶ o prendeu, porque sabia se ele fosse candidato ganharia as eleições presidenciais, em 2018. E completou que o na época presidente Jair Bolsonaro foi muito esperto, pois colocou o ex-juiz Sérgio Moro para ser seu ministro da justiça.

No início de 2019, depois de ter distribuído seu currículo ela conseguiu uma vaga para um emprego temporário como faxineira. Nesse período ela fazia um curso para mães em uma instituição kardecista. No nosso primeiro encontro ela estava reunindo os documentos para assumir a vaga, que surgiu devido à sazonalidade do carnaval¹⁹⁷. Em fevereiro de 2019, Verônica trabalhou como auxiliar de serviços gerais, em uma empresa de limpeza, na Marquês de Sapucaí, nos dias de desfile do grupo especial de escolas de samba do Rio de Janeiro.

Apesar de o trabalho ser temporário ela ficou feliz quando foi chamada para empreitada, pois nutria a esperança de ser o caminho para um futuro emprego fixo. O trabalho consistia em limpar as áreas das frisas¹⁹⁸, banheiros, corredores de acesso e demais espaços. Segundo ela, era um trabalho pesado, pois tinha de chegar ao sambódromo às 17h e tinha de trabalhar até 6h do dia seguinte, quando terminava o desfile das escolas de samba. Ela disse que só recebiam um lanche magro e ainda tinha um gerente exigente, que ficava o tempo todo fiscalizando e praticando assédio moral.

Sua vingança contra o gerente assediador veio quando a escola de samba verde e rosa entrou na passarela do samba. Ela largou os seus afazeres e passou os 52 minutos assistindo ao desfile, sem mover uma palha na execução do seu trabalho. Ela contou que largou mesmo o trabalho, porque ela merecia assistir a sua escola. Parece que minha interlocutora deu sorte,

¹⁹⁵ Luis Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil em dois mandatos (2002-2006) e (2006-2010), pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Luís Inácio foi preso, condenado pelo magistrado federal Sérgio Moro em primeira instância, depois em segunda instância no Tribunal Regional Federal 4 e foi preso no primeiro semestre de 2018. Dessa forma impedido de concorrer ao pleito eleitoral no mesmo ano.

¹⁹⁶ Sérgio Moro era magistrado federal da Vara de Curitiba. Ficou famoso por ser o juiz responsável por julgar os casos da Operação Lava-Jato, que prendeu inúmeras figuras do alto escalão da política nacional, sendo o mais notório o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A operação é criticada por parte dos especialistas em direito por ferir preceitos constitucionais e por métodos autoritários. Após 2018, o juiz Sérgio Moro aposentou-se para ocupar o cargo de Ministro da Justiça, no governo do presidente Jair Bolsonaro.

¹⁹⁷ Segundo a pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio) no Rio de Janeiro a sazonalidade do carnaval produz a abertura de 25 mil vagas de emprego temporário. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/economia/carnaval-deve-registrar-254-mil-contratacoes-de-vagas-temporarias-04022020>> Acessado em 14 de abril de 2022.

¹⁹⁸ A frisa é um dos espaços destinados aos espectadores dos desfiles das escolas de samba no sambódromo do Rio de Janeiro. É um espaço privilegiado e muito próximo da avenida, apenas inferior aos camarotes.

naquele ano, a escola de samba verde-rosa foi campeã do carnaval do Grupo Especial das escolas de samba Rio de Janeiro, com um enredo “História para Ninar Gente”, acerca dos personagens históricos mulheres, indígenas e negros silenciados pela historiografia tradicional e dos livros didáticos de História.

Uma das expectativas dela com esse emprego temporário era que a empresa pudesse lhe convidar para uma vaga em um emprego fixo, o que não se concretizou. Ela ficou de fevereiro de 2019 até meados de 2020 em situação de desemprego. É importante sinalizar que no início de 2019, sua filha Regina faleceu e com a ida dos três netos para morar na sua casa produziu um aumento dos gastos domésticos.

Após esse trabalho, ela voltou ao desemprego até o ano de 2020, quando em meio à primeira onda brasileira de Covid-19 ela conseguiu uma vaga de emprego, de copeira, em uma empresa terceirizada que presta serviços para o Hospital Central do Exército, em junho daquele ano. Até então, eu não tinha atentado sobre abertura de um campo de oportunidades de trabalho de risco para um grupo social atravessado por longos períodos de desemprego a partir da pandemia. Segue o diário de campo sobre esse período:

Diário de campo 13 de julho de 2022

(...) Verônica contou que trabalhou como copeira no Hospital central do Exército, começou trabalhando no quarto andar e depois em seguida foi para o quinto andar, onde eram tratados os pacientes com covid-19. O trabalho lá era bom, no início ela sofreu pois demorou muito para cair o salário e ela estava dependendo deste para conseguir fazer as compras do mês. E também contou sobre o vale-alimentação, que os funcionários não deveriam receber, porque eles comiam no hospital, mas a empresa dava o vale para os funcionários que não faltavam, trabalhavam bem, o que era uma forma de prêmio. Logo no primeiro mês ela pegou covid-19, mas teve sintomas leves, porém o medo dela foi outro. Porque ela tinha medo de ficar em casa fazendo quarentena e perder a vaga de emprego. Chegou a pedir para supervisora para voltar ao trabalho, mas a supervisora a tranquilizou que sua vaga estava garantida e para ela fazer a quarentena até o fim, sem problemas. Ela gostava muito de trabalhar lá, pois o ambiente de trabalho era bom, suas companheiras de trabalho também eram ótimas, exceto pelo capitão que costumava assediar e destratar as faxineiras e copeiras. Segundo Verônica o capitão estava no fundo interessado em conseguir romper o contrato para colocar uma nova empresa terceirizada, o qual ele teria vínculos ou seria de um amigo dele, a Control. Ela já colocou currículo nessa empresa, mas nunca foi chamada. Verônica conta que ele aprontou um monte com elas, desde gritar e persegui-la. O estopim foi quando na hora do almoço ela e as demais funcionárias de limpeza estavam na hora do almoço, descansando, com a luz apagada. Verônica disse que estava mexendo no celular, na hora que o capitão entrou batendo a porta, falando diversas grosserias e dizendo que elas estavam dormindo, que elas não trabalhavam e que estava de saco cheio delas. Verônica o respondeu dizendo que elas estavam no horário de almoço e que ninguém estava dormindo, mas de nada adiantou. O capitão fez queixa delas para a supervisora e uma semana depois elas foram mandadas embora. A empresa queria mandar por justa causa, mas elas reagiram e a companhia arcou com todos os direitos. Verônica revelou que no dia da demissão os outros funcionários ficaram tristes e alguns até choraram, porque gostavam muito delas e que ela ainda tem esperanças de voltar a trabalhar lá, porque o pessoal gostava muito dela. As recorrentes perseguições do capitão geraram em Verônica uma crise de ansiedade, em um dia ela até chegou a perder a voz, pois ficava nervosa com os ataques do capitão. Ela foi para clínica da família, que atestou a crise de ansiedade e foi medicada, nesse dia ela acabou faltando ao trabalho, mas levou prontamente o atestado médico. Ela e suas duas amigas demitidas chegaram a se organizar para processar o capitão pela perseguição, mas uma delas deu para trás. Depois de alguns meses desempregada, ela conseguiu um novo emprego como copeira em uma empresa terceirizada, no Hospital Geral de Bonsucesso, onde está atualmente trabalhando e tem gostado, mas prefere o trabalho no hospital do exército, pois em Bonsucesso ela está sobrecarregada de trabalho. A vantagem no atual emprego que ela pode trocar de

plantão, quando aparece para ela algum trabalho para atuar com diarista que não seja no seu dia de folga. Atualmente ela está tentando conseguir uma vaga de emprego para o seu filho Leonardo, que está na boca de fumo como soldado, mas ela antes tem que resolver o certificado de reservista dele para poder ver a questão do emprego (...)

Verônica contou-me com alegria sobre o seu novo emprego, pois era um emprego de carteira assinada, em uma grande instituição e muito próximo de sua casa. Contudo, apesar de ir a pé para o trabalho, ela também revelou no mesmo dia estar trabalhando no andar dos pacientes infectados pelo coronavírus. A minha interlocutora ao ser contaminada teve mais medo de perder seu emprego, do que da patologia em si. O que revela como a percepção dos perigos do vírus da Covid-19 foi distinta de acordo com os marcadores de raça, gênero e classe.

O trabalho de Verônica consistia em preparar e servir as refeições aos pacientes e acompanhantes nos quartos, no andar em que ficavam internados os pacientes acometidos pelo coronavírus. Ela trabalhava em regime laboral de plantão, muito característico de hospitais e outras atividades laborais do gênero. O plantão dela era de 12 horas de trabalho, ela entrava às 7h, e saía às 19h. O regime era de 12 horas de trabalho (plantão) e 36 horas de folga. Basicamente o esquema de trabalho é de um dia sim, um dia não.

Verônica recebia um salário mínimo como copeira, porém havia um adicional ao trabalho, o vale-refeição¹⁹⁹. O benefício, que não é obrigatório, porque os funcionários realizavam as refeições na própria instituição. Dessa forma, a empresa utilizava o vale-refeição a partir de uma lógica baseada na meritocracia e *gestão por metas* (ANTUNES, 2018). Segundo minha interlocutora a empresa usava o benefício para premiar os funcionários mais produtivos e que não faltavam, o vale-refeição funcionava como uma premiação por desempenho.

Para Verônica era um alento receber o vale-refeição, pois configurava importante acréscimo a sua remuneração, mas para isso ela tinha de manter uma eficiência em suas tarefas e principalmente não faltar. O benefício era pago através do cartão Alelo, que pode ser usado tanto em restaurantes como também em supermercados, lojas e outros estabelecimentos relacionados a comida e alimentos. A Verônica utilizava do benefício para fazer compras de mercado para sua casa.

A média do vale-refeição na região Sudeste era de R\$27,00, o que multiplicando por 22 dias úteis de trabalho, mensalmente resulta em um valor total de R\$594,00 (CAVALLINI,

¹⁹⁹ O vale-refeição também conhecido pela sigla VR não é um benefício de direito do trabalhador previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas. Contudo, o artigo 458 da CLT estabelece que alimentação fornecida pelo empregador ao empregado está inserida no salário. Apesar de não configurar como um benefício estabelecido em lei, devido a Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho torna-se um direito.

2022) uma quantia de grande importância. Ou seja, apenas o vale-refeição configurava 50% do salário mínimo na época, que minha interlocutora recebia como copeira. Essa questão do vale-refeição aponta como os benefícios e acréscimos através da carteira assinada engordam o salário, configurando adicionais importantes.

Um segundo ponto importante era a proximidade do Hospital Central do Exército no bairro de Benfica, cerca de 4 quilômetros de distância da favela da Mangueira, o que permitia a minha interlocutora ir e voltar a pé do local de trabalho. O que para ela era uma oportunidade para economizar com o gasto do seu RioCard e deixar as passagens acumuladas para serem usadas em atividades no dia de folga, ou para fazer um bico como faxineira ou para emprestar para algum familiar que precisasse locomover pela cidade.

Após o início do trabalho na instituição militar a minha interlocutora foi acometida pelo vírus Sars-cov-2 e foi obrigada a realizar a quarentena em sua casa por 15 dias, portanto ficou afastada do trabalho. A insegurança e o medo de Verônica em perder o emprego fez com que ela chegasse a pedir a sua supervisora para retornar ao trabalho, o que foi negado. A supervisora assegurou que sua vaga estava garantida e Verônica cumpriu o período quarentena em casa. É possível fazer uma quarentena em uma casa onde residem 12 pessoas?

Verônica não teve demais complicações decorrentes do Covid-19, também não me relatou se os seus filhos e netos foram contaminados (quarentena em uma casa com 12 pessoas). Ela retornou ao trabalho, mas o seu principal problema foram os sucessivos atos de assédio moral por parte de um capitão do Exército responsável pela supervisão do trabalho das funcionárias terceirizadas. Uma situação comum e já relatada em demais pesquisas, pois os empregados terceirizados estão submetidos hierarquicamente aos funcionários da empresa que os contrata, no caso uma instituição pública.

Como está no diário de campo minha interlocutora foi vítima de sucessivos assédios no trabalho, não só ela, como as suas companheiras de equipe. O capitão realizava uma fiscalização dura e implacável contra o pessoal da limpeza e da copa (trabalhadores terceirizados). O que não descarto que nessa perseguição fosse imersa em racismo e misoginia, tratando-se de um grupo de vítimas formado por mulheres, em sua maioria negra na base da hierarquia corporativa.

A perseguição e o assédio moral produzidos pelo militar deixaram marcas na minha interlocutora, como no dia em que ela acordou sem voz e não conseguiu trabalhar. Segundo ela

foi um efeito direto do assédio e da perseguição que ela sofria no trabalho. Ela foi até a Clínica da Família, onde foi atendida e medicada, sua voz retornou apenas no final do dia. A situação em seu trabalho estava ficando insustentável e acabou chegando ao estopim, quando foi demitida a partir de uma ação injusta do capitão assediador.

Segundo ela o militar gritava, perseguia, agia de maneira grosseira e o estopim foi um dia em que ele entrou na sala, onde elas descansavam após o almoço aos berros dizendo que estavam dormindo e não trabalhavam. O capitão prestou queixa a supervisora da empresa terceirizada e exigiu a demissão de Verônica e de suas companheiras. Ele chegou a pedir demissão por justa causa, o que não ocorreu. Verônica e as demais amigas foram demitidas, mas receberam os direitos trabalhistas e demais pecúlios garantidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Após a demissão Verônica tentou articular um processo judicial contra o militar devido ao assédio moral, mas uma das suas amigas desistiram por medo.

A avaliação da minha interlocutora é que o capitão segundo as fofocas (GOFFMAN, 2010) que circulavam no hospital estava interessado em romper o contrato com a companhia terceirizada em que ela trabalhava. Pois, ele estava articulando para conseguir colocar a empresa Control, a qual ele tinha relações próximas e promíscuas. Pois, segundo Verônica a sua equipe era bastante querida e era elogiada pelo bom trabalho executado, ou seja, o problema não era o trabalho, mas sim, outras questões espúrias que moveram as investidas abusivas do militar. De olho na possibilidade da Control assumir o serviço do HCE, minha interlocutora deixou currículos na sede da companhia.

Após a demissão Verônica passou novamente um tempo desempregada, mas recebeu o seguro-desemprego, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a indenização. É importante ressaltar que devido ao emprego ela não perdeu o Bolsa Família, pois há uma cláusula que mantém o pagamento do benefício para pessoas com emprego formal, desde que o salário não exceda o valor de 50% do salário mínimo *per capita*, portanto ela continuou recebendo o benefício social. Nesse período ela apostou no “empreendedorismo de guerrilha” como saída, abriu um pequeno comércio na favela da Mangueira com o dinheiro proveniente da demissão. É uma pequena loja, em que são vendidos guloseimas, doces, refrigerantes e outros lanches.

No início de 2021, Verônica conseguiu um novo emprego como copeira, em uma empresa terceirizada no Hospital Geral de Bonsucesso. O regime de trabalho é o mesmo do antigo emprego. O que permitiu a minha interlocutora conseguir bicos como diarista nos dias de

folga, o que ela tem realizado quando aparece uma oportunidade. Ela disse que a nova empresa não paga o vale-refeição e também não é possível economizar o RioCard indo a pé para o trabalho como ela fazia no HCE. Nos dias de folga ela também às vezes ela toca o seu pequeno comércio, que é de propriedade dela, mas quem está a frente é o seu genro, companheiro de Sara, que está grávida de 6 meses.

Ela ainda nutre esperanças de um dia retornar a trabalhar no HCE, pois era um local em que ela gostava de trabalhar. Atualmente ela tem agenciado para conseguir tirar o seu filho Leonardo do tráfico de drogas ilícitas, onde ele atua como soldado²⁰⁰. A iniciativa dela é conseguir um emprego para seu filho na companhia onde trabalha e assim convencê-lo a sair do tráfico de drogas ilícitas na Mangueira. Segundo Verônica ela já falou com os funcionários dos recursos humanos e existem vagas de emprego, mas ela tem de resolver primeiro os problemas de documentos do seu rebento. E também tem movido esforços para o nascimento da sua neta, pois a Sara está grávida.

A trajetória ocupacional de Verônica é permeada por atividades na *viração*, como o garimpo, depois um breve período trabalhando sem carteira assinada em condições precárias na Vila Olímpica e um breve trabalho temporário como faxineira no sambódromo. Até que em 2020, um novo cenário abriu para minha interlocutora a partir da pandemia de vírus Sars-cov-2. Quando ela conseguiu dois empregos formais, em empresas terceirizadas, em hospitais como copeira, a pandemia abriu oportunidades para quem estava um longo período desempregada. Mesmo sendo estes empregos precários, marcados por assédio moral, gestão por metas e baixa remuneração.

Atualmente a vida laboral de Verônica reflete um pouco do trabalhador urbano como descreve Vera Telles (2010) imerso em percursos incertos e que mobilizam distintas atividades laborais. No caso de Verônica sua jornada atual perpassa pelo emprego formal como copeira no HGB, alguns bicos como faxineira quando aparece e tocar nos dias de folga quando possível seu pequeno negócio.

²⁰⁰ Soldado é um cargo no tráfico de drogas ilícitas responsável por fazer a segurança de uma boca de fumo. Ou de alguns pontos de entrada da favela, para evitar uma invasão policial ou de uma facção inimiga.

4.3 Adriana: violência, emprego e separação

Adriana Santos tem 35 anos, é negra, tem 6 filhos²⁰¹ e uma neta e atualmente estava trabalhando como faxineira na quadra da escola de samba Tuiuti. Conheci Adriana também por meio de Lorota, quando fomos até a favela do Tuiuti para ele apresentar-me as ex-moradoras da IBGE. A princípio meu interlocutor não me levaria na casa de Adriana, mas a encontramos no Buracão, quando retornávamos da casa de Irene. Adriana estava na porta da loja de artigos para celulares, onde trabalhava. Passamos a ter uma relação de proximidade desde então.

Naquele momento ela estava separada do atual ex-marido, o André, pois ele estava lhe agredindo constantemente e ela estava cansada da relação conjugal abusiva. Fui alguns dias fazer trabalho de campo e ficava na frente da loja em que ela trabalhava conversando. Em duas ocasiões André passou na frente da loja e nos viu, gerando ciúmes. Tomei conhecimento do fato por Émilie Guérette, pois Adriana havia lhe contado. André tinha questionando Adriana sobre quem eu era, sobre o que estávamos falando, entre outras perguntas de cunho ciumento. Cheguei a temer continuar fazendo pesquisa com Adriana, pois poderia provocar mais desatendimentos entre os dois. Contudo, como alguns meses depois eles reataram o casamento continuei a- acompanhando e continuei o trabalho de campo.

Apesar dos sucessivos casos de agressões físicas de André contra sua esposa, eles acabaram reatando o relacionamento no primeiro semestre de 2019. Os dois mantinham uma relação conflituosa, abusiva e marcada por diversos episódios de violência de gênero. Esse repertório teve um novo fim no início de 2022, quando os dois separaram, a princípio definitivamente. Adriana não aguentava mais as situações de ser cotidianamente agredida e também o fato de seu marido não trabalhar e não realizar as tarefas domésticas.

Adriana é originalmente de Campo Grande, na Zona Oeste, onde foi casada pela primeira vez e teve duas filhas. Posteriormente, ela foi morar na favela da Mangueira depois de conhecer André, que é nascido e criado na favela. Ela passou a residir na Mangueira com o então marido, mas estavam sem condições financeiras para alugar uma casa e foram residir em um barraco na ocupação IBGE Mangueira. A vida na ocupação não era fácil, apesar das

²⁰¹ Mantenho uma relação e carinho com Pablo, o filho mais novo da minha interlocutora temos um carinho mútuo, sempre quando nos encontramos ele me dá um abraço apertado. É uma criança muito carinhosa, alegre e afetiva. As filhas dela também são carinhosas comigo, temos alguns fotos juntos, as famosas *selfies* em meu celular. São crianças boas e sempre estão alegres e fazem questão de falar comigo, de dar um abraço, de perguntar como estou entre outros gestos de carinho.

reclamações da situação e habitação no período após a remoção. Como também deixou marcas, pois Pablo o único filho homem, quando tinha apenas dois anos caiu do segundo andar do prédio em que residiam²⁰².

Pablo sofreu traumatismo craniano e foi parar no hospital, onde passou mais de um mês internado e ainda foi submetido a uma cirurgia. Conseguiu recuperar-se, mas segundo a sua mãe ainda sente fortes dores de cabeça, entre outros sintomas o que é para ela um indicativo de sequelas deixadas pela queda. No mesmo cenário das demais interlocutoras, Adriana mudou de casa diversas vezes, devido a problemas de condições estruturais, atraso do Auxílio Aluguel e problemas na relação com os proprietários.

Como foi removida junto das demais famílias ela foi morar de aluguel na favela do Tuiuti. Já mudou de casa três vezes pelos mesmos motivos das demais interlocutoras. Agora habita uma casa no Buracão, mas já faz planos para se mudar, pois ela reclama de questões precárias na casa, como a caixa d'água pequena, que não dá conta e causa constantes faltas de água.

Ela residia em um imóvel alugado de quarto, sala, cozinha e banheiro no Lajão, na favela do Tuiuti, onde pagava R\$ 600,00 por mês. É uma casa muito bem localizada, pois fica na avenida principal da favela, muito próxima dos comércios e dos pontos de ônibus. Habitam a casa Adriana e seus filhos Yasmin de 17 anos, Karina de 13 anos, Luana de 10 anos, Pablo de 6 anos e a caçula Gabriela de 1 ano e meio. A Débora, a filha mais velha saiu de casa em 2020, quando engravidou do namorado com quem reside atualmente. Apenas os quatro filhos mais novos são do seu segundo casamento com André.

No documentário da cineasta canadense Émilie Guérette, aparecem algumas imagens da minha interlocutora, que são de quando ela trabalhou de carteira assinada como entregadora de jornais em sinais de trânsito, no jornal Metro²⁰³, nos anos de 2016 e 2017. Ela foi demitida da empresa²⁰⁴, depois de sofrer um acidente de trabalho. Adriana revelou que estava entregando

²⁰² Na ação movida nº 0062624-53 2018.8.19 0001 pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra a prefeitura do Rio de Janeiro na justiça fluminense exigindo a imediata remoção dos moradores da ocupação IBGE Mangueira é citado como uma das motivações os sucessivos casos de crianças vitimadas por caírem dos andares dos três edifícios. Em especial o caso de uma menina 13 anos, que morreu na ocupação depois de cair de um dos edifícios em 2013.

²⁰³ O jornal Metro é uma empresa internacional de comunicação que publica diariamente o jornal Metro em várias cidades pelo mundo e distribui os exemplares gratuitamente em estações de metro, de trem, pontos de ônibus e sinais de trânsito.

²⁰⁴ Adriana não me esclareceu se ela trabalhava em uma empresa terceirizada ou se era funcionária do próprio jornal metro.

jornais no sinal de trânsito, quando foi atropelada por um automóvel e foi parar no hospital, o motorista não a socorreu. Sofreu escoriações e teve um osso da perna fraturado. Ficou de licença médica enquanto se recuperava e depois acabou sendo demitida.

Ela relata acerca do acidente de trabalho com muito desgosto, indignação e sentimento de revolta contra a empresa, pois não lhe deu a atenção e cuidados necessários e ainda foi demitida pouco tempo depois. Quando ela relatava esse acontecimento ela também me pediu ajuda para entrar com um processo contra a empresa pelos danos a ela causados pelo acidente de trabalho e a demissão injusta. Ela tinha em mãos os exames e demais documentos para provar as ilegalidades cometidas pela companhia.

Cheguei a pesquisar sobre a possibilidade da minha interlocutora mover uma ação judicial na justiça do trabalho, como ela poderia dar entrada na Defensoria Pública para reivindicar os direitos trabalhistas. Ou pelo menos tentar receber uma indenização pelos danos sofridos no exercício do antigo trabalho, mas havia um empecilho. As ações judiciais trabalhistas só podem ser movidas em um prazo máximo de dois anos²⁰⁵ (prescrição bienal), após o fim da relação laboral entre empresa e trabalhador.

Depois de trabalhar na companhia Metro ela não conseguiu mais um emprego de carteira assinada até o ano de 2021. Nesse período entre ficar desempregada até a conquista de um emprego como faxineira em um condomínio ela passou por distintas atividades laborais. O primeiro emprego foi em 2018, como vendedora e atendente de uma loja de artigos para celulares no Tuiuti. Ela trabalhava de manhã até o início da noite, quando o patrão assumia a loja, era uma ocupação sem carteira assinada. Mas ela ficou apenas alguns meses nessa atividade laboral, pois o salário era baixo e o dono era um enrolador. Como ela não recebia o salário ou quando recebia era com um longo atraso, ela acabou pedindo demissão.

Após essa experiência laboral, Adriana decidiu trabalhar por conta própria, migrou para o “empreendedorismo de guerrilha”. Em meados de 2019, minha interlocutora passou a vender empadões, bolos e tortas debaixo do viaduto da Feira dos Nordestinos, em frente ao Colégio Pedro II. Nessa época ela fazia alguns bicos como faxineira na quadra da agremiação de samba em dias de eventos. Não configurava como e uma atividade fixa, mas rendia algum dinheiro extra.

²⁰⁵ A CLT estabelece no seu artigo 11-A o prazo de até 2 anos para um trabalhador ingressar com uma ação contra sua ex-empresa. Também conhecido como a prescrição bienal.

Em seu pequeno negócio minha interlocutora comprava os ingredientes e a própria preparava os quitutes em sua casa, na parte da manhã. No fim da tarde ela montava uma mesa na calçada, um local movimentado e com outros comércios em volta. E ali mesmo ela vendia os seus produtos. O horário era importante para pegar o horário de saída das crianças da escola e o retorno dos trabalhadores de volta para casa. Ela vendia cada fatia de bolo e torta ou pedaço de empadão pelo preço de R\$ 5,00. Segundo ela os seus clientes elogiavam bastante os seus quitutes, mas acabou encerrando o negócio no início de 2020, creio um pouco antes do início da pandemia ou devido ao início da pandemia de Covid-19.

Novamente, ela ficou sem uma atividade econômica, é importante relatar, que durante todo esse período o seu marido não trabalhava ou apenas realizava alguns bicos²⁰⁶ esporádicos como ajudante de pedreiro. Nesses tempos em que Adriana não estava trabalhando a principal fonte de renda da casa eram os benefícios como Bolsa Família, Família Carioca e Auxílio Aluguel. Por ter na época cinco filhos com menos de 18 anos ela recebia cerca de R\$ 540,00 apenas do Bolsa Família.

Assim como as demais interlocutoras, Adriana também contava e ainda conta com ajuda de ONGs, igrejas e demais instituições que realizam distribuição de cestas básicas, produtos de higiene, roupas, entre outros para famílias em vulnerabilidade social. Contudo, uma das principais fontes de ajuda da minha interlocutora era o pastor Wagner²⁰⁷, pois sempre a ajudava quando ela estava precisando de alguma coisa. A última vez ela recorreu ao líder religioso, pois estava necessitando de remédios para a sua filha mais nova acometida pela otite²⁰⁸. Ela consegue transitar com facilidade por essas instituições de caridade, ela não só conhece como mantém boas relações com as lideranças e ativistas.

Nessa rede de instituições de ajuda as famílias em situação de pobreza, é possível também incluir o tráfico de drogas ilícitas. O tráfico de drogas ilícitas na favela do Tuiuti tem invariavelmente organizado a distribuição de pães franceses para os moradores. Como me

²⁰⁶ A expressão bico é uma gíria muito popular para designar trabalho temporário, não contínuo e sem vínculo empregatício.

²⁰⁷ Pastor Wagner como já abordei nos capítulos anteriores é uma figura importante para as ex-moradoras da IBGE. Pois as ajuda com remédios, roupas, comidas, entre outras necessidade. Contudo, não são todos as ex-moradores que tem uma relação amistosa com o líder religioso. A Martha Caveirão reclama bastante de o pastor Wagner privilegiar algumas famílias em detrimento de outras, como a dela.

²⁰⁸ Otite é a doença originada por inflamações ou infecções dos ouvidos. Essa patologia é muito comum em bebês e crianças pequenas.

revelou Adriana, um dia da semana eles decidem que qualquer família pode pegar pão gratuitamente nas padarias da favela. Ela contou-me acerca dessa questão quando brigava com sua filha, porque ela não tinha ido pegar o pão distribuído gratuitamente.

No ano de 2020, Adriana não conseguiu emprego, mas foi uma das beneficiadas com as três parcelas de R\$ 1200,00²⁰⁹ do Auxílio Emergencial, cheguei encontrá-la em uma fila enorme na agência da Caixa Econômica, em Vila Isabel. Já grávida, ela estava há horas, aguardando para regularizar as pendências para receber o benefício, por estar grávida ela se sentia ainda mais cansada. Uma parte do dinheiro do benefício ela usou para pagar dívidas e a outra parte para comprar as roupas e demais itens para enxoval do da sua futura filha. Nesse ano ela descobriu estar grávida de uma menina. Sua filha Débora também engravidou no mesmo período.

A filha da minha interlocutora nasceu no início de 2021, a Gabriela. Alguns meses depois de dar a luz ela conseguiu um emprego de carteira assinada em uma empresa terceirizada de limpeza, em um condomínio de prédios residenciais em Nova Iguaçu, condomínio residencial Nova Suíça. Esse período coincidiu com o fim do Auxílio Emergencial. Nesse emprego ela recebia um salário mínimo, carteira assinada, trabalhava 6 dias por semana e folgava um dia. Uma vez por mês ela tinha direito a uma folga no domingo. Segundo ela o trabalho era duro, mas ela dava conta da tarefa árdua. Ela fazia a limpeza dos elevadores, áreas de uso comum, corredores dos andares e recolhia o lixo dos blocos.

Apesar de a sua filha estar muito nova, com apenas 5 meses, Adriana decidiu trabalhar ainda mais sendo uma oportunidade de emprego com carteira assinada, que ela não tinha desde 2017, quando foi demitida do jornal Metro após sofrer um acidente de trabalho. É importante sinalizar que além de sua filha estar muito nova, o período em que ela começou no novo emprego era de crescimento vertiginoso dos números de contaminados e de mortes decorrente do coronavírus, a segunda onda brasileira de Covid-19.

Portanto, mesmo sendo um emprego em que a colocaria em exposição ao vírus, tendo de pegar transporte público por no mínimo 1 hora e meia para chegar ao local de trabalho e ainda com uma filha com menos de 1 ano, Adriana aceitou a proposta de emprego. E trabalhou durante 6 meses como faxineira, mas ainda conseguiu uma progressão para supervisora por executar bem o suas tarefas laborais. Segundo ela se não fossem os problemas com a

²⁰⁹ O Auxílio Emergencial estabelecia um critério para mães solteiras, que recebiam o valor de R\$1200,00.

proprietária da empresa terceirizada ela continuaria lá, apesar da insatisfação do seu então marido.

Tal como no caso de Verônica, a residência Adriana também não dispõe de estrutura e espaço adequado para que ela pudesse ficar isolada dos demais moradores ou fazer quarentena. Como também seria impossível ela não ter contato com sua filha ainda recém-nascida, ainda dependente do leite materno. Trago essa questão novamente, pois as medidas sanitárias recomendadas pelos médicos e especialistas eram impossíveis de serem cumpridas pelas minhas interlocutoras.

O transporte público no período da pandemia é um ponto crucial a ser analisado, pois a partir da decretação da pandemia as empresas de ônibus, concessionárias de trem e metrô reduziram o número de veículos e de viagens. Essas medidas sanitárias tinham como propósito contribuir com a redução do número de pessoas em circulação e consequentemente a redução da contaminação do vírus. Contudo, os trabalhadores de atividades essenciais, que continuaram trabalhando passaram a enfrentar um transporte público super-lotado, com menos viagens e ônibus, dessa forma aumentando as chances de contaminação.

No caso da minha interlocutora, que tinha de pegar dois ônibus, viajar aproximadamente 70 quilômetros de distância (ida e volta) e quase hora e meia de viagem. Ao passar todo esse tempo dentro de um ônibus com dezenas de pessoas muito próximas a colocava em uma situação de risco de contaminação iminente²¹⁰. Portanto é importante pensar não só na questão da exposição ao vírus no exercício do trabalho, como no percurso até o local de trabalho.

O trabalho no condomínio produziu problemas na relação entre Adriana e André. O marido da minha interlocutora era responsável pelos afazeres da casa e de cuidar dos cinco filhos, incluindo a Gabriela recém-nascida. Contudo, André não ajudava em nada, passando suas tarefas para os seus filhos ou sobrecarregando sua esposa. Quando Adriana chegava cansada, após uma jornada de 8 horas de trabalho, somadas a 3 horas de descolamento de ida e volta para Nova Iguaçu e ainda tinha de fazer tarefas domésticas, as quais não eram realizadas pelo seu esposo. O que gerava desentendimentos e discussões entre o casal.

²¹⁰ Apesar da obrigatoriedade do uso de máscaras nos ônibus não era difícil encontrar passageiros sem o equipamento no ônibus. Eu por algumas vezes me deparei dentro do ônibus com pessoas sem máscara. Uma segunda medida de contenção era a obrigatoriedade das janelas abertas, contudo alguns modelos de ônibus na frota fluminense não tem essa possibilidade de abrir as janelas, portanto continuaram a circular com janelas fechadas e o ar-condicionado ligado aumentando substancialmente a contaminação dos passageiros.

A *divisão sexual* do trabalho, em que os trabalhos domésticos não remunerados ou reprodutivos e de cuidado são principalmente realizados pelas mulheres, responsáveis pela limpeza, cozinhar, cuidar dos filhos e demais tarefas produz um excesso de trabalho (HIRATA, 2010). A chamada dupla jornada penaliza as mulheres e ainda mais aquelas que trabalham fora, pois além do trabalho formal ainda tem o trabalho não remunerado do lar. O que Adriana aponta no diário de campo é uma imensa sobrecarga de trabalho fruto da *divisão sexual* do trabalho, o qual estabelece um papel natural das atividades do lar.

Quando Adriana assumiu o trabalho em meados de 2021 foi no auge da segunda onda de Sars-cov-2 no Brasil, em que muitas atividades foram novamente proibidas, seguindo as medidas sanitárias de combate a enfermidade. Sendo uma delas as escolas, em especial as redes de educação pública. Dessa forma, a participação de André com os afazeres de casa era ainda maior, pois as crianças e adolescentes passavam o dia inteiro dentro de casa, o que requer um olhar mais atento e vigilante. O aumento das atividades dentro de casa sobrecarregando as mulheres (RIBEIRO; SILVA, 2020).

Durante o período do trabalho de Adriana no condomínio residencial quase não consegui encontrá-la, devido a jornada extenuante de trabalho. Nesse período cheguei a encontrar André na Rua 8 de dezembro, no bairro de Vila Isabel. André retornava do hospital infantil municipal Jesus e estava acompanhado de seu filho caçula. Cumprimentamo-nos e ele começou a falar e passou alguns minutos fazendo sucessivas reclamações da sua esposa. Percebi no momento, que ele estava querendo desabafar e que eu falasse com sua esposa para mudar os comportamentos dos quais ele tanto criticava.

As reclamações de André nessa conversa versavam sobre problemas com os filhos e nos cuidados com a casa. Contudo, ele reforçava muito a questão da filha mais velha de Adriana, a Yasmin. Filha do primeiro casamento da minha interlocutora. Segundo ele, a adolescente estava frequentando baile funk, estava andando na companhia de pessoas erradas, estava fazendo uma série de ações condenáveis e sua esposa passava a mão na cabeça. E reclamou também de não conseguir emprego e de ter perdido oportunidades de trabalho, devido a ter de ficar responsável pela casa, porque Adriana estava trabalhando longe e passava o dia inteiro fora.

Nessa conversa em tese, André desejava duas ações de sua esposa. A primeira era ela sair do trabalho e voltar a estar em casa em tempo integral para dar conta dos filhos e do lar, pois assim ele poderia trabalhar. A segunda era que ele defendia uma ação mais enérgica de sua esposa com a filha Yasmin, que colocasse a adolescente nos eixos para ela deixar de ser

abusada²¹¹ e estar indo no caminho errado na visão dele. O segundo desejo está diretamente atrelado ao primeiro, pois apenas largando o emprego minha interlocutora atenderia as vontades do marido. Na minha hipótese as reclamações de André sobre Yasmin era, porquê ele desejava que ela passasse o dia inteiro em casa, realizando as tarefas as quais eram de sua incumbência.

A desigualdade entre os sexos nas tarefas domésticas ou a divisão sexual do trabalho reprodutivo é uma questão que atravessa as vidas dos casais, que vem crescendo com o fenômeno da *feminização do trabalho*. Segundo Marcelo Medeiros e Luana Pinheiro (2018) o tempo destinado a tarefas domésticas entre os homens permaneceu exíguo, enquanto as mulheres dedicam-se quase exclusivamente a essas tarefas. Contudo, esses números que são anteriores a Covid-19, quando homens e mulheres não passavam longos períodos dentro de casa, como passaram a partir da pandemia.

Como revelam Ludmila Ribeiro e Bráulio Silva (2020) o advento da pandemia em 2020, com homens e mulheres passando mais horas em casa, a divisão do trabalho reprodutivo não remunerado não foi alterado. Os homens em casa continuaram não realizando as tarefas domésticas e as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas com as tarefas do lar, devido aos membros da família passarem mais tempo dentro de casa. No caso de Adriana, apesar de ela trabalhar fora, o trabalho doméstico continuou a sobrecarregar, pois André recusava-se a fazer tais tarefas. A recusa de André ocasionava em brigas entre o casal.

Segundo Helena Hirata (2010) existem quatro modelos clássicos de conciliação assentados sobre a assimetria do poder entre homens e mulheres: i) *tradicional*, em que o homem exerce o trabalho produtivo e a mulher cuida exclusivamente do trabalho reprodutivo não remunerado; ii) *conciliação*, as mulheres conciliam o trabalho produtivo remunerado e o trabalho produtivo não remunerado; iii) *parceria*, mulher e homem conciliam e dividem o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo e iv) *delegação*, a mulher delega para outras mulheres de forma remunerada ou não o trabalho reprodutivo.

No caso de Adriana e André o modelo funcionava o modelo de *conciliação*, a minha interlocutora era exclusivamente responsável pelo trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Era ela a provedora da casa e ao mesmo tempo responsável pelo trabalho não remunerado do lar. A partir do seu trabalho extenuante em Nova Iguaçu, passando 11 horas fora de casa, era quase impossível dar conta de trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo não remunerado de

²¹¹ Yasmin é a segunda filha de Adriana, do seu primeiro casamento. No relato André alegava não poder controlar a adolescente, pois não é o pai dela, portanto estaria destituído de autoridade.

maneira digna. E o marido imbuído de sexismo reclamava de ausência da esposa com cuidados da casa e especialmente dos filhos.

Segundo Luana Passos de Sousa e Dyego R. Guedes (2010) todos os três modelos de conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo entre homens e mulheres produzem tensões entre os casais. Entretanto, o modelo de conciliação em que a mulher arcar com o trabalho reprodutivo não remunerado e o trabalho produtivo é o mais deletério. Porque, além de trabalhar fora de casa ou dentro, a mulher ainda tem a tarefa de arcar com o trabalho doméstico não remunerado, configurando a dupla jornada de trabalho.

Em minha conversa com André a sua reclamação era em especial, por que sua esposa não estava dedicando-se o suficiente as tarefas do lar, como ele desejava, principalmente em relação a filha Yasmin. A cultura patriarcal pela qual André compartilha não compreende que o homem deva contribuir ou executar tarefas domésticas, essencializadas e naturalizadas como tarefas femininas. Ele deixou bem claro, em nossa conversa que seu desejo era a então esposa deixar o trabalho para resolver os “problemas” em casa.

O que a minha conversa com o marido de Adriana apontava era uma crise do casal, embebida por misoginia de André, pois o mesmo desejava que sua esposa ficasse em casa para controlar os filhos e realizar as tarefas domésticas. Essa crise foi melhor revelada por minha interlocutora no dia 2 de fevereiro de 2022.

Diário de campo, 2 de fevereiro de 2022

Eu tinha acabado de chegar na Tuiuti e estava esperando pela Cris que iria comigo na casa de Irene. Enquanto eu esperava a Cris chegar encontrei com Adriana. Começamos uma conversa depois de algum tempo que nos encontrávamos. Ela mencionou que estava trabalhando na quadra da escola Tuiuti. E emendou que tinha acabado de separar do seu marido. Adriana revelou que ele estava lhe batendo muito, que ela não aguentava mais essa situação e se separou dele. Ela chegou a ir nos meninos do tráfico para dizer que estava se separando dele, porque ele a batia. Revelou também que não queria manter nenhum contato com ele, porque ele estava a perturbando depois da separação. Contou que ele ficava ligando para ela de vários números diferentes e ela bloqueou todos e também no whatsapp. Adriana continuou falando a respeito do seu ex-marido, porque segundo ela, ele não a ajudava em nada, não trabalhava e não fazia nada em casa. Adriana reclamou da insistência dele em querer falar com ele, porque ela não quer ter mais nenhum contato com ele. E já reclamou com os meninos da boca sobre a perturbação dele e da insistência. Ela vinha do trabalho em Nova Iguaçu, chegava tarde e não tinha comida, não tinha nada. Ele estava fumando maconha na calçada com os amigos. Isso a deixava revoltada, porque só ela tinha que arcar com as contas de casa. Inclusive ela falou que não estava dando, que só de aluguel ela estava pagando R\$ 600,00 por mês. Respondi que o aluguel social cobria apenas R\$400,00 e ela ainda tinha que completar com mais R\$ 200,00. Foi quando ela revelou que inclusive o aluguel social estava atrasado, que não tinha caído ainda o valor do mês de fevereiro. Segundo ela, porque muitas pessoas não se cadastraram, com os dados exigidos pela prefeitura e por isso ainda não tinha caído o valor. Ela emendou dizendo que ela está cadastrada, está com tudo em dia, e ela não tem culpa se os outros não estão. E voltou a falar que quando estava trabalhando em nova Iguaçu, ela praticamente não tinha folga, que trabalhava de segunda a segunda e que mesmo assim o seu marido não ajudava em nada. Que não procurava um emprego e muito menos ajudava no trabalho em casa. Adriana revelou também que não colocaria ele na justiça, porque não valia a pena. Porque como ele não trabalha, ele não teria como pagar a pensão e acabaria preso. E ela que teria de arrumar dinheiro para mandar para ele na cadeia. E que

ele já tinha sido preso uma vez, porque a mãe do primeiro filho dele tinha o colocado na justiça por não ter pagado pensão. Ela reclamou também que ele pega o filho, não avisa ela e fica preocupada sem saber onde o filho está. Enquanto estamos falando o filho mais novo de Adriana parece e ela pergunta para onde ele está indo. Ele responde que está indo para casa do pai. Ela disse que ele não vai, o menino volta para casa. Adriana volta a repetir que ela foi criada na Zona Oeste, que sua mãe teve 8 filhos e cuidou de todos os filhos dando comida, educação e tudo. E ela disse que ela dá conta de cuidar dos seus filhos sem precisar da ajuda do pai. E emendou dizendo que não iria voltar para zona oeste, porque lá é longe de tudo, porque não tem emprego e que ela já conhece todo mundo ali na favela. E por isso ela não voltaria para Zona Oeste. E completei dizendo que a questão da violência do seu marido contra ela já tinha ocorrido em 2019, quando nós nos conhecemos. Ela confirmou que sim, mas ela não passaria mais por isso. E que ela já tinha 35 anos e não estava mais disposta a ser espancada pelo marido. Que já tinha acontecido algumas vezes e ele tinha sido perdoado, mas dessa vez ela não perdoaria mais. Agora estava tudo acabado e ela iria tocar a vida para frente. Ela comentou que estava recebendo ajuda do pastor Wagner que as vezes ela deixa os filhos dela lá para olhar eles, enquanto ela vai trabalhar. E assim ela vai tocando a vida dela (...)

Nesse encontro em frente a quadra da escola de samba, nesse dia eu estava indo na casa de Irene e acompanhado de Cristiane²¹². Foi nesse dia, quando tive conhecimento pela primeira vez da sua separação e esse tema permeou grande parte da nossa conversa. Ela estava muito revoltada com ex-marido, pois após o término do relacionamento ele não estava contribuindo financeiramente com nada para com os filhos. Tendo ela de arcar sozinha com todas as necessidades dos cinco filhos.

Uns dos motivos do fim do relacionamento foram às sucessivas agressões físicas praticadas por André contra ela. A situação chegou a um ponto tenso e perigoso, que Adriana teve de buscar ajuda dos traficantes de drogas ilícitas do Tuiuti. Minha interlocutora denunciou o seu marido por praticar agressões físicas para os meninos da boca de fumo. Um recurso utilizado pelos moradores de favelas controladas pelo tráfico de drogas ilícitas (SILVA, 2008), já que são impedidos ou desaconselhados ou a resolução na justiça é demorada.

A pandemia de Sars-cov-2 revelou uma epidemia de violência doméstica. Como aponta os números de crescimento vertiginoso dos casos de violência doméstica subiu 20% (VIOLÊNCIA...2021) possivelmente o número é maior devido a subnotificação. A ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas) também apontou um crescimento da violência de gênero na pandemia em diversos países, o que revela não ser apenas um problema brasileiro (VIOLÊNCIA, 2020) e também a ONU (ONU Mulheres, 2020).

As medidas protetivas colocaram as mulheres confinadas em isolamento social com seus agressores por muito mais tempo, produzindo ainda mais precariedade e resultando em casos

²¹² Cristiane ou Cris é uma amiga e militante da causa animal. Ela a partir do contato com minhas interlocutoras conseguiu castrar gatos da favela da Mangueira, Borel, Macacos e Tuiuti. E também pessoas para adotar filhotes de gato.

recorrentes de agressões e violências de gênero (LOBO, 2020). E somado ao fechamento de unidades e equipamentos públicos de suporte e assistência as mulheres vítimas de violência doméstica, devido a pandemia (OLIVEIRA, et. al., 2020). E muitas dessas instituições já passavam por dificuldades econômicas, resultado da austeridade fiscal (OLIVEIRA, et. al., 2020).

Como apontam Ludmila Ribeiro e Bráulio Silva (2020) em um artigo apontam inúmeras pesquisas quantitativas revelam o crescimento vertiginoso dos casos de violência doméstica, no período da pandemia de coronavírus. Desde casos de brigas entre casais, como de agressões de maridos contra suas companheiras. Os dados revelam também uma maior intensidade das agressões (RIBEIRO; SILVA, 2020). A partir do isolamento social, com homens e mulheres passando mais tempo em casa as agressões tornaram-se mais frequentes, mais violentas, como também a dificuldade das vítimas em denunciar as agressões com o agressor longo períodos dentro de casa.

Os episódios de violência doméstica no caso de Adriana não iniciaram com a pandemia, pois como afirmei no início da abertura deste subcapítulo, em fevereiro de 2019 ela já sofria com as ações violentas de seu então marido. Contudo, a pandemia pode ter potencializado a violência que já era corrente, chegando a uma situação insustentável para minha interlocutora, resultando no fim do relacionamento. Especialmente pela negativa da minha interlocutora em abandonar o emprego, como desejava André. As agressões de André cresceram no período em que minha interlocutora trabalhava fora de casa, o que somado ao relato do ex-marido têm uma relação direta com sua insatisfação com ausência da esposa em casa e ela não dedicar-se ao trabalho não remunerado doméstico.

No caso da minha interlocutora, ela conseguiu fazer a denúncia, seguida pela separação, as ações abusivas de André não cessaram. Ele passou a importuná-la e assediá-la pelo aplicativo de mensagens *whatsapp* e demais redes sociais, o que a levou a bloqueá-lo em todos esses meios de comunicação. E novamente recorreu ao tráfico de drogas ilícitas para fazer uma nova denúncia acerca da perseguição pelo qual ele estava praticando no pós-separação. Ela não chegou a dissertar quais foram às medidas tomadas pelos traficantes de drogas sobre as duas denúncias realizadas.

Um ponto relevante na fala da minha interlocutora é quando ela dirigiu-se pela primeira vez aos traficantes para denunciar as agressões físicas cometidas, como também para avisar que ela estava se separando dele. O que remete a um aviso de desligamento de uma tutela masculina,

um aviso ao tráfico de drogas de que ela não pertencia mais à André. Como uma segunda função de indicar que está livre dele, portanto qualquer ação dele daquele momento para frente com ela estaria configurada dentro do campo de um desvio, pois os dois não estão mais unidos maritalmente.

O tráfico de drogas ilícitas exerce uma função de mediador de conflitos, foi o ator a quem minha interlocutora recorreu para socorrê-la tanto das agressões do então marido, como das perseguições do ex-marido. Uma bibliografia nos campos da Sociologia e da Antropologia apontam como o tráfico de drogas ilícitas conduz os *desenrolos* ou media situações dentro da favela ou mesmo impõe regras e determina comportamentos como Machado da Silva (2008), Alba Zaluar (2002) Marcos Alvito (2001), entre outros autores.

Como apresento mais a frente, a minha interlocutora mobilizou esforços para denunciar aos traficantes de drogas as sucessivas agressões do seu marido. Contudo, ela relatou-me que não acionaria a justiça para exigir o pagamento de pensão alimentícia aos seus filhos. O acionamento dos traficantes e o descrédito em relação à justiça revelam sobre o imaginário social e as expectativas dos moradores de favela em distintos agentes de poder.

Desde então, ela está evitando contatos tanto pelos meios de comunicação virtuais, como também pessoalmente. Segundo minha interlocutora, quando ela tem de falar alguma coisa com o ex-marido, ela manda um recado pelos filhos ou por algum conhecido, em especial, o Pablo, o único filho homem, que tem uma forte ligação com o pai e está constantemente na nova residência dele. Enquanto, conversávamos o Pablo passou em direção à casa do pai, mas Adriana o repreendeu e o mandou de volta para casa.

Como ela descreve, quando estava trabalhando como faxineira na cidade da Baixada Fluminense, em que trabalhava praticamente de segunda a segunda o marido não procurava emprego. Muito menos fazia os afazeres domésticos ou tomava conta dos próprios filhos. O que a sobrecarregava muito, pois ao chegar do trabalho era ela quem tinha de fazer as tarefas domésticas, cansada depois de um dia de trabalho e de três horas dentro do transporte público.

No Tuiuti, Adriana não dispõe de uma rede familiar ou de apoio para ajudá-la com as questões domésticas ou cuidar das crianças, enquanto ela trabalha. Sua família toda está no distante no bairro de Campo Grande. Quem tem família na favela é seu ex-marido, porém seus familiares pouco a ajudam. Todo esse período em que Adriana estava trabalhando eram as duas filhas mais velhas que se revezavam cuidando dos irmãos mais novos desde dar banho,

cozinhar, colocar para escolas e demais afazeres. No período de pandemia a rede de solidariedade e apoio tornou-se ainda mais importante para as mães, com o advento das escolas fechadas, devido às medidas sanitárias. Bianca Briguuelio (2020) aponta em sua pesquisa a importância da rede de apoio especialmente formada por mulheres para dar conta da sobrecarga de trabalho reprodutivo, principalmente com a escolas fechadas e filhos integralmente em casa.

O fechamento das instituições educacionais, no caso as escolas públicas, produziu para as mães problemas de como trabalhar e permitir as crianças e adolescentes passarem oito horas ou mais em casa sem a supervisão de um adulto. Nesse sentido esse problema não é apenas da ordem do gênero feminino, contudo tem as mulheres como as principais vitimadas e sobrecarregadas. Uma escolha entre trabalhar ou ficar com as crianças. Aqui não é apenas um curto período de férias, mas de mais de 1 ano e meio de instituições educacionais fechadas²¹³.

Camila Fernandes (2017) em sua tese de doutorado analisou a questão de creches públicas e creches informais no Complexo de favelas da Mineira. Ela abordou em sua pesquisa como as dificuldades em ter acesso a creche pública atinge diretamente sobre as mães. Sem acesso a creche pública e impossibilitadas de arcar com os custos de uma creche particular ou pagar alguém para tomar conta, muitas delas ficam impedidas de conseguir uma atividade laboral.

E esse foi um dos elementos para a separação do casal no início de 2022, pois Adriana trabalhava fora e ainda tinha de cuidar das tarefas domésticas. Pois o seu marido não cuidava direito das crianças, não arrumava a casa, não fazia comida e outros afazeres domésticos. Ela passava seis dias da semana trabalhando pesado como faxineira no condomínio residencial e não tinha em contrapartida uma ajuda do marido em quase nada. Além de ele ainda continuar a agredindo verbalmente e fisicamente. E por último André estava recebendo o Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400,00 e não colaborava em nada com o orçamento casa, usava todo o dinheiro com gastos pessoais.

²¹³ Uma das demandas no período da pandemia nos anos de 2020 e 2021 era o retorno das aulas presenciais nas redes pública e privada. Muitos pais reclamavam da demora na reabertura das instituições educacionais, em especial muitas mães. A pressão no caso das escolas particulares surtiu efeito mais rápido, pois muitas delas retornaram ainda no segundo semestre de 2020. Enquanto muitas escolas da rede pública mantiveram apenas o funcionamento através de aulas remotas²¹³ além da mobilização dos profissionais da educação na “Greve pela vida”, alvo de críticas de políticos conservadores e negacionistas.

O que ela tem reclamou para mim é dele não ajudar os filhos com nada. Nas palavras da minha interlocutora: *“Não manda um leite, não compra um leite, uma arroz, não compra nada. Gasta todo seu dinheiro em bebida e outros gastos supérfluos e com a sua atual namorada”*. Até o Pablo muito ligado ao pai, que está sempre na casa dele não recebe nada do progenitor. Questionei-a se ela o colocaria na justiça para ser obrigado a pagar a pensão alimentícia. A resposta foi negativa como eu já esperava, pois ele já foi preso uma vez por não pagamento de pensão alimentícia e mesmo assim não passou a pagar quando ganhou a liberdade.

O seu emprego na companhia de limpeza em Nova Iguaçu não durou muito tempo. A proprietária da empresa de limpeza entrou em conflito com o síndico do condomínio. O síndico exigia alguns padrões da empresa de limpeza como uniformes, equipamentos de segurança individual, entre outras questões. A dona da empresa negava-se a cumprir tais exigências, gerando um impasse entre o condomínio e a companhia contratada. A disputa terminou com o rompimento do contrato da empresa com o condomínio e conseqüentemente demissão dos funcionários, entre eles a minha interlocutora. Ela estava buscando um advogado para poder reivindicar seus direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro, FGTS e indenização. Segundo ela a empresa não pagou a nenhum dos trabalhadores seus respectivos direitos e também não realizou o pagamento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) as contribuições para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Após perder o emprego no condomínio residencial, minha interlocutora não ficou desempregada por muito tempo e conseguiu novamente uma nova atividade laboral. A partir dos seus contatos e aproveitando o retorno das atividades culturais na quadra do Tuiuti ela conseguiu uma vaga para trabalhar como faxineira na quadra da escola de samba Unidos do Tuiuti. A partir dezembro de 2021 ela começou a trabalhar de segunda a sexta-feira limpando a quadra, os banheiros, cozinha, camarotes, salas de aula²¹⁴, salas da administração e demais espaços. O trabalho era de carteira assinada, ela recebia um salário mínimo. Para ela era interessante por ser um trabalho muito próximo de sua residência e poder almoçar em casa e dar uma olhada nas crianças.

Diário de campo 12 de abril de 2022

Fui à casa de Adriana, chamei no portão, mas ela estava na casa da sua vizinha embaixo da sua. Ela estava junto com sua filha e mais sua amiga conversando. Entrei na casa e fiquei na sala, enquanto elas estavam no quarto.

²¹⁴ Na quadra da escola de samba Unidos do Tuiuti funciona a FAETEC, onde são ministrados cursos de línguas estrangeiras para população.

Adriana falou estar trabalhando na quadra do Tuiuti, como faxineira, onde ela ganha apenas R\$1100,00, de segunda até sexta-feira e é um trabalho muito pesado e por isso ela não está aceitando os dias de trabalho extra, quando tem evento organizado na quadra pela própria escola de samba, que é de R\$70,00 para trabalhar o dia inteiro. Segundo ela o dinheiro não vale a pena, porque trabalha muito para um salário pequeno. Adriana reclamou também do seu ex-marido, porque ele não tem ajudado com nada. Apesar de ele ganhar o Auxílio Brasil de R\$400,00 ele gasta com cerveja e maconha, com outras coisas, mas não compra um arroz pros filhos, não compra um leite, não faz uma compra para as crianças, não compra uma fralda. Adriana contou que na semana passada o pai tinha cometido uma puta grosseria com ela, porque ela só tinha R\$ 20,00 e o chinelo de Pablo tinha arrebentado. Ela tinha uma escolha que era cortar o cabelo do filho ou comprar um chinelo novo. Ela pediu para o pai comprar o chinelo para o filho. Mas ele fez questão de ir na casa dela dizer que não compraria porra nenhuma, mandou a criança se fuder e que o menino andasse descalço. Nesse momento ela falou: “Se pudesse nascer de novo ela queria nascer homem, queria ser pai, porque pai não tem compromisso com nada”. Ela disse que o filho mais novo o vai para casa do pai e nem o cabelo da criança ele corta e que está muito difícil para ela dar conta do orçamento da casa. E disse que na semana passada o tráfico tinha liberado para os moradores pegarem pães na padaria, mas sua filha ficou com vergonha e não foi pegar. Quando ela saiu da quadra e foi na padaria, já tinha acabado o pão. Perguntei como era isso, ela respondeu que em alguns dias o tráfico resolve pagar pão para os moradores e é só chegar lá e pegar o pão. A revolta de Adriana era pelo fato de estar apertada de grana, porque seus filhos estão comendo muito e se sua filha tivesse pego o pão ela só precisava comprar o leite e para ela já era uma ajuda. Adriana disse que a filha mais velha teve otite e ela não tinha dinheiro para comprar os remédios da filha, porque davam mais de R\$100,00 e ela pediu ajuda ao pastor Wagner que comprou os remédios que no total deu R\$140,00. Adriana reclamou do seu antigo trabalho especialmente da dona, pois a dona culpava os funcionários por ter perdido o contrato o com o condomínio. Segundo Adriana a culpa da perda do contrato foi da dona da empresa, pois ela não quis se adaptar aos pedidos do síndico como uniforme, carteira assinada de todos os funcionários, ela chegou a taralhar seis meses nessa empresa. E após ser demitida a empresa não pagou indenização, FGTS e demais direitos trabalhistas. Adriana revelou que na sexta-feira passada teve um pico de pressão alta e foi parar na clínica da família, que nem conseguiu trabalhar naquele dia. O médico recomendou que ela não poderia se estressar, mas ela alegou ser impossível não se estressar tendo que alimentar cinco filhos. E agora ela está tomando remédio para pressão. Adriana reclamou do auxílio gás, porque ele recebeu apenas uma parcela do auxílio gás, porque é pago de dois em dois meses e disse como o gás dela duraria 2 meses com cinco crianças em casa (...)

O novo trabalho de Adriana requer também bastante energia e como o primeiro a remuneração é de apenas um salário mínimo. Minha interlocutora reclamava ser um trabalho muito extenuante, pois o outro faxineiro já é um senhor de idade que trabalha lá há muitos anos. Como ele não possuía mais vigor físico para realizar o trabalho mais pesado devido a idade é ela que tinha de realizar. O pior para ela era após dia de feijoada, quando ela tem de lavar a cozinha e demais espaços que ficam excessivamente sujos, devido a grande quantidade de comida produzida para o evento.

Nos eventos na quadra organizados pela Escola de Samba ela se recusava a trabalhar, por que é um trabalho extra, em que é remunerado por diária em que se trabalha no período do evento. Ela não gostava de trabalhar, porque nesses casos é um trabalho por fora e portanto não é obrigatório o pagamento não é convidativo para Adriana. Tanto nos ensaios da escola de samba como nos dias de feijoada. Segundo ela, o valor da diária pago nesses eventos é de apenas R\$ 70,00, o que ela julga como muito baixo para o trabalho exigido.

Adriana preferia trabalhar em eventos organizados pelas produtoras externas que alugam a quadra do Tuiuti, pois elas apenas alugam a quadra e realizam toda produção do show. Toda equipe de limpeza é montada e organizada pela produtora, nesse caso ela aceita trabalhar, porque a remuneração é bem melhor como as condições de trabalho. Ao mesmo tempo Adriana tinha um desafio de suprir a casa, alimentar os filhos, pagar o aluguel sem a ajuda do seu ex-marido. A sua filha Gabriela tomava um leite especial, que cada lata custava cerca de R\$70,00 e durava apenas uma semana. Nesse sentido havia por parte da minha interlocutora uma grande necessidade de conseguir a vaga de emprego para dar conta da renda familiar.

Como minha interlocutora afirmou no primeiro diário de campo dessa terceira parte desse presente capítulo: *“Eu já estou com 35 anos e não estou mais disposta a ser espancada”*. Apesar da separação, os atos de violência de André não cessaram. Como ela revelou no diário de campo acima, o mesmo foi até a frente de sua casa insultá-la e xingá-la de tudo quanto é nome na frente dos filhos. Isso, porque ela lhe pediu para comprar um chinelo para o filho, porque o velho tinha arrebitado.

Apesar de Adriana estar trabalhando em um emprego próximo de sua residência, ela está se sentindo sobrecarregada com as atividades domésticas não remuneradas e com o trabalho remunerado cansativo. Como no cuidado com os filhos, pois após a separação ela está tendo de dar conta dos cinco filhos sozinha, apesar de antes não receber ajuda de André nos afazeres domésticos.

A questão econômica também configurava uma das aflições dela, no diário de campo ela reclamou com a filha que não pegou o pão distribuído gratuitamente pelo tráfico de drogas, como também da falta de ajuda financeira de André com as crianças. Segundo ela, seu ex-marido não trabalha, mas recebe o Auxílio Brasil, porém não contribuía em nada com as crianças. Todos esses pressões produziram efeitos danosos na saúde da minha interlocutora. No dia 4 de janeiro de 2022, ela teve um pico de pressão alta, acabou desmaiando e foi parar na Clínica da Família.

O médico atestou que ela tem hipertensão, lhe recomendou descanso e não se estressar, o que minha interlocutora respondeu prontamente: *“Como não se estressar tendo que alimentar cinco crianças?”*. A separação encerrou os problemas no que tange a violência, contudo os problemas econômicos continuam presentes em sua vida. O trabalho de carteira assinada, o Auxílio Brasil e o Auxílio-Gás não dão conta de cobrir o orçamento do lar de Adriana.

Segundo Ludmila e Melo (2020) com bases em pesquisas realizadas com *survey* o estresse tem sido uma das consequências nocivas da sobrecarga de trabalho reprodutivo não remunerado e trabalho produtivo para as mulheres na pandemia. O acúmulo de funções e tarefas do lar somado ao trabalho produtivo remunerado ou profissional tanto exercido dentro ou fora de casa produzem efeitos para as mulheres. Um desses efeitos é estresse que segundo Ludmila e Melo (2020), teria origem correlata ao crescimento dos episódios de agressividade.

Os dados coletados por meio do painel on-line/ *survey* por Ludmila Ribeiro e Bráulio Melo (2020) revelam que os lares com pessoas mais estressadas são justamente os que passaram a ter frequentemente episódios de violência ou que os casos de violência se intensificaram. Não é possível afirmar que o estresse da minha interlocutora é apenas oriundo das violências praticadas por André contra ela. Contudo, a minha hipótese é de um somatório de questões que perpassam a violência, problemas econômicos, sobrecarga de trabalho (doméstico e profissional), contudo esta é uma das principais questões.

A jornada pesada de trabalho como faxineira na quadra da escola de samba (as vezes acrescida de bicos em eventos-extras), somada a sobrecarga de tarefas do lar e adicionada as violências físicas e verbais do ex-marido e após a separação os sucessivos assédios pelas redes sociais. São múltiplas as origens da pressão alta e estresse de Adriana, que resultou em seu desmaio. A socióloga Bianca Briguglio (2020) também aponta em sua pesquisa acerca das mulheres trabalhando na pandemia o problema do acúmulo de tarefas domésticas e do trabalho produtivo remunerado. Segundo a autora as mulheres que trabalham não apenas em casa perdem o tempo de descanso ou atividades voltadas a si. Pois acabam dedicando-se de modo integral as tarefas do lar ou do trabalho, o que aumenta o sofrimento psíquico e o stress.

A trajetória de Adriana era de um desemprego desde 2017, quando sofreu um acidente de trabalho, bicos como faxineira e uma tentativa no campo do *empreendedorismo*. Até o ano de 2021, quando a partir da pandemia de coronavírus ela conseguiu duas oportunidades laborais, a primeira como faxineira em condomínio residencial e a segunda como faxineira da escola de samba. No exercício do primeiro emprego enfrentou problemas de violência doméstica e sobrecarga de trabalho, por acumular os trabalhos produtivos e reprodutivos. No segundo emprego sofreu com as dificuldades econômicas e com a sobrecarga de trabalho resultando no pico de estresse e em seu adoecimento. Ela também tem conciliado o trabalho de faxineira e agenciado trabalhos extra em eventos na quadra da escola de samba.

4.4 Fátima Rodrigues: do BPC ao trabalho de carteira assinada

Fátima Rodrigues já foi apresentada no primeiro capítulo, é uma interlocutora a qual abordei em dois capítulos. Retomo abordá-la neste capítulo, pois ela foi uma das que conquistou três empregos distintos no período da pandemia, fato atípico para uma pessoa desempregada desde 2017. Além de estar dentro do grupo de pessoas com comorbidade, desta forma ao trabalhar em um hospital automaticamente colocava-se em alto risco. Entretanto, existem diversas questões sobre a escolha dela em trabalhar no *front* na pandemia de Covid-19.

Minha interlocutora atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais na empresa Nova Rio, mas quando a conheci estava desempregada. Ela foi residir na ocupação, depois de sua casa ser interditada pela Defesa Civil na década de 2000. Ela era moradora da ocupação IBGE Mangueira e foi removida em 2018.

Logo assim, que conheci Fátima, ela me pediu ajuda para conseguir receber o BPC (Benefício de Prestação Continuada). O motivo era pelo fato dela ser soropositivo, foi infectada pelo vírus pelo seu ex-marido. Casos como o da minha interlocutora de esposas, namoradas, companheiras infectadas pelo vírus, devido a infidelidade dos seus maridos, já foi abordado por pesquisadores no campo das Ciências Sociais como Aline Saldanha (2003).

Ela me contou sobre a doença que é portadora, escondido de sua filha Luciane, pois a filha não gosta que a mãe fale sobre a patologia. A atitude de Luciane em proibir a mãe de abordar o assunto revela sobre o estigma latente em ser portador do vírus HIV. Quando fui junto de Fátima ao CRAS da Mangueira para ela dar entrada no BPC, ela também tinha restrições de falar sobre o tema, pois na sala do CRAS havia vizinhos e conhecidos sendo atendidos em mesas próximas. Fátima só abordou o tema, quando um motoboy conhecido dela estava sendo atendido em uma mesa própria e ausentou-se do local.

Nessa época ela estava desempregada, estava procurando um emprego, como também tinha o benefício como uma saída para agruras econômicas da vida precária. Fátima, ao contrário, das duas primeiras interlocutoras não tinha filhos menores de 18 anos, portanto o valor do seu Bolsa Família era o mínimo no valor de R\$89,00, dessa forma o incremento dos benefícios sociais na sua renda era menor do que de Adriana e Verônica.

Naquele momento, ela tinha a despesa de enviar mensalmente R\$ 200,00, para o filho Renzo, preso por assalto à mão armada. E ainda nutria a expectativa do filho sair em liberdade,

o que demandava dela alugar uma casa e dinheiro para manter o filho fora do cárcere e demais custos cotidianos. Esse cenário da minha interlocutora contribuía ainda mais para a necessidade em ela conseguir uma atividade econômica seja um benefício ou mesmo um emprego, a prioridade era ter renda, dinheiro e recursos econômicos.

Na busca pelo BPC, fomos em março de 2020 para uma reunião com a assistente social do CRAS da Mangueira. Fátima apresentou sua história, o fato de ser portadora do vírus HIV, de ter sido mandado embora do emprego em decorrência da enfermidade e demais consequência resultantes da doença crônica. Ela tinha ali duas estratégias: sensibilizar a assistente social da sua necessidade e também tinha como propósito ter algum encaminhamento concreto para conseguir ter acesso ao benefício.

Minha interlocutora estava encorajada e esperançosa, pois um conhecido (nas palavras de Fátima “um gayzinho”) também morador da Mangueira, que fazia tratamento de HIV na mesma unidade de saúde em que ela, tinha recentemente conseguido o BPC, por ser soropositivo. Segundo ela, eles tinham ficado próximos no centro de tratamento para pessoa imune suprimida e ele a incentivou a também dar entrada no benefício social. Dessa forma a Fátima ficou motivada a intentar.

A assistente social escutou com muita atenção a história de Fátima para ao final dar sua avaliação acerca do caso. Segundo ela, a possibilidade de acesso da minha interlocutora ao benefício era imensamente difícil, praticamente apenas um milagre permitiria a Fátima conseguir acessá-lo. A assistente social dissertou sobre os inúmeros problemas os quais os CRAS do Brasil inteiro e as políticas de assistência social e previdenciária estavam enfrentando desde 2018. Pois, o governo federal desde então represou os pedidos de acesso ao Bolsa Família e completou que o CRAS tinha feito muitos pedidos para o benefício, mas não tinham nenhuma resposta²¹⁵.

E completou acerca do BPC, que passava pela mesma austeridade do governo federal e pela Caixa Econômica. Ela questionou se Fátima tinha os exames de saúde comprovando a sua doença crônica, se já tinha o CadÚnico²¹⁶ e minha interlocutora respondeu positivamente.

²¹⁵ No início de 2020 existiam 1,3 milhões de pessoas, com todos os requisitos aprovados para ser beneficiárias do Programa Bolsa Família como apontou a assistente social do CRAS. Disponível em : < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/fila-de-espera-do-bolsa-familia-volta-a-crescer-em-2019/>> Acessado em 14 de abril de 2022.

²¹⁶ O CadÚnico ou Cadastro Único é o cadastrado nacional de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. As informações são atualizadas anualmente pelo Governo Federal através dos Centros de Referência

Contudo, a servidora municipal acrescentou que naquele momento o governo federal estava apenas liberando o BPC para portadores de doenças crônicas em situação de saúde muito debilitada. Nas palavras da servidora municipal: *“Hoje em dia para conseguir o BPC tem que estar sem andar ou muito debilitado, se não eles não dão”*.

Ao final, ela passou as recomendações para Fátima ir à agência da Caixa Econômica, no bairro de São Cristóvão, para ela dar entrada ao processo para o benefício, mas deixando bem claro ser muito difícil obter sucesso. Nós saímos desanimados da reunião, mas mesmo assim ela estava disposta a tentar por mais difícil que fosse conseguir. Mais tarde ela não me falou se de fato deu e entrada no BPC, mas acredito não ter dado entrada porque poucos dias depois da nossa reunião no CRAS teve início a pandemia de Covid-19 no Brasil.

Fátima me revelou também sobre a sua última experiência laboral, quando trabalhou de carteira assinada até o ano de 2017. Ela atuou como faxineira em uma empresa terceirizada e nesse período começou a sentir mal estar e uma tosse incômoda, que não cessava por nada. Ela foi diversas vezes na UPA e na Clínica da Família, mas nunca descobria o que estava lhe acometendo. Até quando passou mal e foi novamente para UPA, quando descobriu estar com tuberculose e posteriormente também soube estar infectada pelo vírus HIV.

Foi um choque para ela, pois logo em seguida soube que seu ex-marido era soropositivo e foi ele quem transmitiu o vírus para ela. Minha interlocutora de início ao tratamento da tuberculose e ficou curada em alguns meses. E concomitante iniciou o tratamento para estabilização do vírus HIV, passando a tomar o coquetel de remédios, que estabiliza o vírus e impede a infecção de doenças responsáveis por acometer pessoas soropositivas. E ela tem se tratado em um centro público de saúde especializado em pacientes soropositivo desde então.

No emprego ela ficou afastada, pois teve acesso ao Auxílio-doença, mas quando acabou ela foi demitida. Recebeu a indenização e o Seguro-Desemprego por dez meses. E foi com esses recursos que ela manteve-se por quase dois anos, mas o dinheiro acabou em 2019. Durante esse período ela conseguiu viver bem e só fazia algumas vendas de ingressos, mas não precisava completar a renda com uma atividade laboral. Dessa maneira, ela voltou a procurar emprego e também passou a tentar conseguir o BPC, como revelei mais acima. Contudo, nesse período

em Assistência Social. É apenas a partir do Cadastro Único que é possível acessar programas sociais como Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil, Auxílio-Gás, entre outros.

sem emprego, sem BPC ela não ficou parada, passou a conseguir uma renda a partir dos *ilegalismos* (TELLES, 2010).

Como abordei no primeiro capítulo minha interlocutora conseguiu manter-se também durante um período através da venda de ingressos adquiridos a partir da sua carteirinha de portadora de doença crônica. A carteirinha de doença crônica permitiu a Fátima ter acesso a alguns direitos como passagem gratuita em diferentes modais de transporte público como: metrô, ônibus, trens e barcas. E ainda tem o direito a levar um acompanhante gratuitamente. A carteirinha também permitiu ao titular retirar ingressos de shows, eventos esportivos, entre outros gratuitamente para o titular e um acompanhante.

É a segunda questão a qual minha interlocutora consegue fazer de uma oportunidade de recursos financeiros. Ela retira os ingressos no estádio do Maracanã de forma gratuita a partir da sua carteirinha junto de um acompanhante e depois revende os ingressos para um cambista conhecido seu da favela da Mangueira. Com esse *ilegalismo* ela consegue por partida obter um rendimento de R\$ 150,00 em cada partida. Um valor importante para minha interlocutora, em especial em um período de desemprego como ela vivia, depois de ser demitida.

No dia 16 de março, de 2020 o ex-governador Wilson Witzel (PSC), então o governador do estado do Rio de Janeiro decretou o “Estado de Emergência” para conter a epidemia de Covid-19, a partir do decreto nº46.973/2020 (ESTADO...2020). O decreto determinou a suspensão de inúmeras atividades como shows, festas, bares, restaurantes e muitas outras, entre elas as partidas de futebol com público. As partidas de futebol no estado fluminense ficaram sem a presença de público até o início do ano de 2021. Com esse impedimento Fátima perdeu a atividade ilegal de vender ingressos adquiridos gratuitamente.

O cenário tornou-se ainda mais complicado para ela, desempregada, sem a possibilidade de prover uma renda extra através do *ilegalismos* do ingresso, o fim do Auxílio-doença e ainda mais com a saída do cárcere do seu filho Renzo. Em março de 2020 seu filho Renzo ganhou a liberdade. Para acolher o filho ela alugou uma casa, assim contraindo mais gastos, já que antes residia com sua filha Luciane com quem dividia as despesas domésticas. Naquele momento inicial ainda não havia o Auxílio Emergencial ou qualquer outra iniciativa de auxílio econômico para pessoas em vulnerabilidade social.

É nesse momento de dificuldades econômicas e incertezas, quando Fátima conseguiu seu primeiro emprego em um período agudo da pandemia de coronavírus, a primeira onda

brasileira do vírus. Minha interlocutora conseguiu o emprego de cuidadora de idosos para cuidar de um senhor idoso, no bairro de Padre Miguel. A ocupação não era de carteira assinada, mas era um emprego que a deixou feliz. Fátima trabalhava em uma organização de trabalho em que passava de segunda até sexta-feira na casa do idoso trabalhando e retornava para casa apenas nos finais de semana.

Um dos momentos mais difíceis da pandemia no Brasil em que ainda não havia a vacina, alto número de mortos e de pessoas contaminadas. Contudo, mesmo assim ela aceitou a vaga, mesmo sendo pertencente ao grupo de risco. Ela passou a ter o primeiro emprego, depois de dois anos desempregada e também seu primeiro emprego após ter descoberto ser portadora do vírus da aids.

É importante sinalizar que minha interlocutora como portadora do vírus HIV estava no conjunto de pessoas do chamado grupo de risco, ou seja, grupo de pessoas mais vulneráveis de saúde, em caso de contaminação ela teria maiores chances de ter complicações e até mesmo o risco de morte. A lista de pessoas pertencentes ao grupo de risco é extensa: idosos, pessoas com doenças crônicas, pessoas portadores de vírus HIV, pessoas que já tiveram tuberculose, cardiopatas, acometidos por doença renal, pessoas com hepatotia, pessoas já acometidas pro câncer, diabéticos, pessoas com hipertensão, e entre muitos outros casos²¹⁷.

No caso de Fátima Rodrigues ela estava incluída em três categorias dentro daquelas consideradas pelos profissionais saúde como grupo de risco. Fátima é fumante, vítima de tuberculose e portadora de vírus da HIV. Portanto, os riscos dela ao se expor ao trabalho não eram pequenos, pelo contrário, eram reais e preocupantes. Apesar do local do trabalho ser em uma residência e não em um hospital, como ele foi trabalhar no final de 2020, ela também corria risco no trajeto da favela da Mangueira até o bairro de Padre Miguel, na Zona Oeste. Um trajeto de aproximadamente 1 hora e 10 minutos²¹⁸.

O trajeto casa-trabalho era uma exposição, pois estar em um transporte público superlotado, devido a redução da oferta de viagens, com grande proximidade dos passageiros era uma exposição grande ao vírus. Portanto, ao trabalhar como cuidadora de idosos na Zona Oeste, minha interlocutora colocava-se em uma situação de risco iminente de contaminação. Sendo Fátima a única pertencente ao grupo de risco das interlocutoras.

²¹⁷ Pessoas do grupo de risco. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/progep/servicos/doencas-cronicas-enquadraveis-como-grupo-de-risco-ao-covid-19/> Acesso em 14 jun. 2022.

²¹⁸ A distância entre a favela da Mangueira e o bairro de Padre Miguel é de 25 quilômetros .

Nesse primeiro emprego de Fátima como cuidadora de idosos em 2020 não havia ainda a vacina, o que a colocava em um risco ainda maior caso fosse infectada pelo vírus. Das interlocutoras da minha pesquisa que conseguiram emprego no período pandêmico, ela era a que estava em situação mais vulnerável de saúde, caso fosse acometida pela Covid-19. Os riscos corridos por ela ao aceitar o trabalho são em parte compreensíveis devido às questões econômicas pelo qual passava e especialmente por causa do seu filho mais novo, recém-saído do cárcere.

No capítulo 3 abordei as diversas ações de Fátima para dar conta de levantar recursos financeiros para o bem estar do seu filho Renzo após sua saída da prisão. Ela tinha contraído uma dívida, devido a um empréstimo feito com uma pessoa da Mangueira que faz empréstimos de maneira informal. Dessa forma, a necessidade de auxiliar o seu filho caçula é uma das motivações dela para se expor ao risco de contaminação. Além das dificuldades econômicas ordinárias da vida precária.

O emprego de Fátima como cuidadora de idoso não durou muito tempo, apenas cerca de 5 meses. Ela não explicou muito bem por que saiu da atividade laboral, mas creio que devido ao retorno ao trabalho da antiga cuidadora. O que a colocou novamente em uma situação de desemprego, mas minha interlocutora voltou a procurar uma nova ocupação laboral. Pois, ela sabia ser aquele momento de oportunidades para conseguir um trabalho, devido à pandemia.

Em julho de 2021, ela conseguiu seu segundo emprego no período da pandemia, dessa vez uma oportunidade de trabalho de carteira assinada, em uma companhia terceirizada. Fátima foi empregada como faxineira de um hospital privado na Zona Norte da capital fluminense. O local de trabalho é relativamente próximo da sua residência, com um salário mínimo, demais encargos trabalhistas e uma jornada de trabalho em organização de plantão.

Ela trabalhava em regime de plantão 12 horas e tem folga de 36 horas, assume no trabalho às 7h e fica até às 19h. Uma jornada de trabalho muito similar a de Verônica. Ao contrário de Verônica, ela não trabalhava no andar dos pacientes com Covid-19, mas trabalhando em um hospital ela acabou tendo de circular por áreas onde estava pessoas contaminadas pelo vírus.

Diário de campo, 23 de julho de 2021

Cheguei na casa de Fátima estavam lá ela, o ex-marido, Luciane e o seu filhos. Ficamos na sala conversando, a Fátima estava se arrumando para pode sair, porque iria na rua resolver algumas coisas para o filho dela. Ela me contou estar trabalhando em um hospital como faxineira. No hospital Nova Espanha, no Rio Comprido. Ela falou

bem e mal do hospital, disse que o bom lá era que eles pagavam em dia, todo dia 5 do mês sem atraso. Mas, ela disse que no primeiro mês foi difícil, pois eles demoraram muito tempo para depositar o dinheiro da passagem e ela teve de colocar do próprio dinheiro. Segundo ela o que salvou foi o cartão que ela tem da passagem, cartão esse por ela ter uma doença crônica, porque se não ela não teria tido dinheiro para poder ir trabalhar. Ela completou dizendo que o hospital é velho e por isso é muito difícil deixar tudo limpo, porque como estava velho acaba sujando com muita facilidade. Ela alegou que as supervisoras são muito caxias e não a deixam um minuto em paz, estão sempre reclamando e cobrando de tudo estar muito limpo. Ela chegou a mencionar que a encarregada passa o dedo nos móveis para certificar se está tudo limpo mesmo, sem nenhuma poeira. Fátima contou, que por causa disso tem várias faxineiras e duas encarregadas que não querem mais trabalhar lá e devem pedir demissão, porque não aguentam a cobrança exagerada. Segundo Fátima ela pega lá no hospital de 7h da manhã até às 19h da noite. E que a comida servida lá é contada e sequer podem repetir. Mas ela disse que gosta dos médicos, dos enfermeiros e das demais pessoas com quem ela trabalha lá. E segundo ela mais um problema é o fato da empresa não pagar os 20% de insalubridade o que é obrigatório. Depois ela falou ter conseguido um bico de limpeza em uma clínica na barra, porque eles estavam abrindo e precisavam de mais pessoas para reforçar a limpeza. Fátima falou que a clínica era um luxo só, parecia mais um hotel do que uma clínica. Ela adorou trabalhar lá, falou que a comida era ótima, muito farta, com variedade e tinha até máquina de refrigerante para os funcionários se servirem a vontade. Ela falou também que estava pensando em sair desse trabalho, porque ela tinha recebido uma proposta para trabalhar na empresa Nova Rio. Ela estava pensando ainda se iria ou não, porque ela já estava há um mês e meio nessa empresa do hospital Nova Espanha. Segundo ela na Nova Rio as condições de trabalho eram melhores, a empresa paga 20% e, além disso, segundo ela é uma empresa maior com mais oportunidades e lugares para trabalhar. A Luciane sua filha me ofereceu um café e eu aceitei. Luciane estava na cozinha fazendo o café e conversando comigo e Fátima na sala. Perguntei se Fátima tinha se vacinado e ela respondeu que sim e já tinha até tomado a segunda dose da vacina na clínica da família (...)

A partir do diário de campo acima, busco abordar três questões apresentadas pela minha interlocutora: a primeira questão é sobre as condições do emprego de Fátima no hospital Nova Espanha; a segunda questão acerca das questões que motivaram minha interlocutora a buscar um novo emprego e os embates com a sua encarregada e por último os percalços passados por ela no novo emprego.

Já trabalhando no emprego formal, minha interlocutora conseguiu um bico em uma clínica de luxo na Barra da Tijuca. Fátima Rodrigues adorou trabalhar lá, porque a comida e remuneração eram satisfatórias. Sua função era trabalhar na arrumação e na limpeza, pois a clínica estava de mudança e precisava preparar o novo local para a inauguração. Foi apenas durante uma semana, mas faz parte dos bicos e das oportunidades temporárias.

Assim como Adriana e Verônica os bicos aparecem como oportunidades de conseguir complementar a renda. Não são atividades laborais fixas, muito menos de carteira assinada, mas são atividades que contribuem para um reforço no orçamento do mês, uma ajuda no rendimento apertado, uma ajuda que não pode ser dispensada. Dessa maneira, todas elas estão sempre prontas para essas oportunidades que aparecem invariavelmente e podem gerar não só uma renda, como uma possibilidade de um emprego fixo. Apesar de na maioria das vezes ficar apenas naquele período de emprego temporário.

Ela estava relativamente contente com o trabalho no hospital, mas ela reclamava da sua encarregada geral, devido às cobranças para um trabalho perfeito e irretocável, praticava

assédio moral. Segundo ela a encarregada cobrava o tempo todo manter o andar dela extremamente limpo, impecável. Fátima contou que: “*Ele passa a mão em cima dos lugares para ver se tem poeira*”. E quando encontrava sujeira fazia questão de chamar os faxineiros e questionar porque aquele local não está limpo como ele exige. E para ela isso é incômodo e a impede de fazer um trabalho a altura do que é cobrado.

Fátima também revelou o problema do álcool em gel. Segundo ela, nos corredores do hospital existem diversos aparelhos de álcool em gel acoplados na parede, onde pacientes, funcionários e visitantes podem higienizar as mãos. Contudo, o álcool gel acabava pingando no chão e nas paredes, produzindo manchas e sua encarregada a cobrava insistentemente para evitar as manchas produzidas pelo equipamento. O que para ela era impossível, já que o problema estava no equipamento e nas pessoas que não usavam com cuidado e resultava nas manchas.

Fátima reclamou também do Riocard²¹⁹, meio pelo qual é repassado o vale transporte para os trabalhadores. Segundo ela, seu Riocard não foi carregado, não só o dela como de outros funcionários. Uma de suas amigas não conseguiu ir ao trabalho, pois não tinha dinheiro para arcar com as passagens. Já Fátima recorreu ao seu Riocard de gratuidade²²⁰, o qual ela tem devido a ser portadora de doença crônica. Esse benefício é garantido para que os pacientes possam se locomover até os equipamentos públicos de saúde. E foi por meio dele que ela conseguiu ir ao trabalho.

Mais um dos problemas do trabalho no hospital Nova Espanha era o não pagamento do adicional de 20% de insalubridade²²¹. Esse benefício é um direito trabalhista garantido para todos os trabalhadores que atuam em locais de trabalho em que há o risco iminente de danos à saúde. A categoria profissional de faxineiro ou serviços gerais tem em sua regulação o direito de receber o adicional de 20% do salário, pois os trabalhadores são expostos a risco a saúde, devido a manipulação constante de agentes biológicos (limpeza de banheiros) e por manusear

²¹⁹ O RioCard é o sistema de bilhetagem da região metropolitana do Rio de Janeiro. O *smart card* é um cartão pelo qual a empresa ou o próprio proprietário do cartão pode colocar passagens através do pagamento em guichês e máquinas eletrônicas. As empresas pagam o direito trabalhista por meio do RioCard, depositando todo mês o valor das passagens de ida e volta do funcionário.

²²⁰ O RioCard gratuidade são os cartões pelos quais pessoas com direito a gratuidade no transporte público como estudantes, portadores de doenças crônicas, pessoas com deficiência física ou transtorno mental, pacientes de doenças crônicas e idosos acima de 65 anos. Em alguns casos específicos a gratuidade também é estendida a um acompanhante.

²²¹ O adicional de 20% de insalubridade é um direito trabalhista previsto nos artigos 188 a 197 da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). A legislação trabalhista prevê três níveis de adicional de insalubridade 10% nível baixo, 20% nível médio e 40% nível alto.

produtos químicos de risco a à saúde, como: cloro, limpador de pedras e demais produtos químicos (LIMPAR...2017). Segundo o site Conjur especializado em questões jurídicas, onde aparecem vários casos de trabalhadores que acionaram a justiça do trabalho para receber o adicional, é uma prática comum às empresas não pagarem o adicional. Apesar de a jurisprudência dar sucessivas decisões favoráveis aos trabalhadores (LIMPAR...2017).

A irregularidade da empresa em não pagar o adicional de insalubridade configura como uma ilegalidade trabalhista. Essa ilegalidade revela uma das origens para alta rotatividade de funcionários como contou minha interlocutora no diário de campo. Uma remuneração baixa, no caso um salário mínimo, assédio moral e ainda mais fragilizado pela ilegalidade do não pagamento de um direito trabalhista previsto em lei. O adicional de insalubridade não configura apenas um benefício, mas um reforço importante no orçamento, para quem ganha um salário mínimo. Fátima sabendo dos seus direitos não se submeteu e passou a procurar oportunidades melhores de salário.

Contudo, o não pagamento dos 20% de insalubridade, aproximadamente, R\$250,00 fazia falta para minha interlocutora. Em um emprego mal remunerado como em que ela atuava esses benefícios configuram um importante acréscimo ao salário magro. Portanto, não recebê-lo contribuiu ainda mais para insatisfação. Para as classes populares empregos que oferecem benefícios e adicionais como de insalubridade ou de trabalho noturno são importantes, pois conseguem completar em parte a baixa remuneração.

Trabalhos com oportunidades de hora-extra, adicional, entre outros podem produzir uma remuneração dobrada. Dessa forma, um salário mínimo pode ser transformado em dois salários mínimos. Em um cenário em que 50% da população brasileira recebe menos de um salário mínimo. Num contexto de inflação, com alta dos gêneros alimentícios, entre outras questões que deixaram a vida já precária ainda mais na pandemia.

No caso de minha interlocutora, o Riocard abre um leque de oportunidades econômicas no campo dos *ilegalismos* que podem gerar renda (TELLES, 2010), assim como ela faz com os ingressos de partidas de futebol adquiridos gratuitamente. Com o RioCard da empresa ela também pode obter recursos. É uma prática comum, porém ilegal a venda de passagens do

Riocard em empresas ilegais no centro do Rio de Janeiro²²². Ou a cobrança de um valor abaixo da tarifa de ônibus e o portador passa o Riocard para o pagante adentrar no ônibus.

As cobranças abusivas e assédio moral afetavam Fátima e sua equipe de trabalho, o que não apenas ocasionou na sua insatisfação como um enfermeiro e uma faxineira que pediram demissão. Esse cenário de assédio moral por parte dos encarregados somado com o não pagamento do adicional de insalubridade de 20% e mais o atraso no pagamento do vale-transporte contribuíram para que Fátima optasse por pedir demissão.

Como ela revela no diário de campo, sua decisão foi tomada não apenas pelas questões citadas acima, mas por que ela estava em meio a um processo seletivo para uma vaga de faxineira em uma nova empresa. Nesse dia ela ainda estava indecisa em sair do Hospital Nova Espanha para ir para empresa Nova Rio. Contudo, mais tarde ela revelou-me ter pedido demissão e deu entrada na nova empresa, que arca com os benefícios como o pagamento da insalubridade.

Fátima como Verônica constaram que era um período de oportunidades, mesmo empregadas continuaram enviando currículos em buscas de melhores vagas, com melhores salários ou benefícios importantes para engordar o salário. Ao mesmo tempo as duas estão observando essa abertura de vagas produzida pela pandemia como uma forma de tirar seus filhos da *vida errada*. No caso de Fátima tirar Renzo das atividades ilegais, os assaltos, atualmente ela está procurando acertar os documentos. E no caso de Verônica retirar o filho Leonardo do tráfico de drogas ilícitas, ela até já tinha sondado a possibilidade de emprego para filho na empresa dela, mas precisava resolver pendências na documentação do seu rebento.

Em nossa conversa, Fátima Rodrigues revelou não só a insatisfação com o hospital, mas sobre as vantagens da nova empresa. Uma das vantagens é o fato da companhia Nova Rio ser uma empresa terceirizada de grande porte na capital fluminense, com centenas de postos de trabalho. E, portanto, a minha interlocutora teria possibilidade de crescer na nova companhia com mais celeridade, alcançado um melhor salário e uma posição de mais destaque. Segunda

²²² Trabalhadores ou pessoas com direito a gratuidade vedem as passagens no RioCard de maneira ilegal para escritórios que compram, quem vende paga uma taxa de 18% por cada passagem vendida. Como por exemplo, esse escritório nessa reportagem de 2018 alvo de uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/policia-faz-operacao-contracompra-irregular-de-vales-no-rio-17012018>> Acessado em 14 de abril de 2022.

uma de suas amigas a empresa Nova Rio paga todos os direitos trabalhistas, o salário em dia, assim como depósito das passagens no RioCard.

A trajetória ocupacional de Fátima, que estava desempregada desde 2017 e a partir de então vivendo de bicos e de atividades no campo dos *ilegalismos*, com a eminência da pandemia de Covid-19 ela conseguiu obter empregos formais e informais. Primeiro como cuidadora de idosos, em Padre Miguel, depois como faxineira no Hospital Nova Espanha e por último como faxineira na empresa Nova Rio. O último paga o adicional de insalubridade que configura um acréscimo importante para o seu salário.

4.5 Considerações finais

4.5.1 O trabalho essencial e a reprodução da vida

A pandemia global do vírus Sars-cov-2 produziu uma série de efeitos profundos em diversas áreas e não poderia ser diferente com o mundo do trabalho. A nova patologia a princípio surgida na cidade de Wuhan, na China, em 2019 obrigou os países a adotar medidas drásticas para evitar uma hecatombe ainda maior do que a que ocorreu com milhões de mortos em todos os continentes. No Brasil, senão fossem as medidas sanitárias, especialmente empreendidas pelos governadores e prefeitos a despeito do presidente da República, o número poderia ser muito maior do que os 688 mil mortos pelo coronavírus até julho de 2022 (Dados de outubro de 2022).

Contudo, as medidas sanitárias de combate ao vírus para evitar um contágio maior produziu um interdício nunca antes visto em inúmeras atividades econômicas em escala global. Era preciso evitar aglomerações para reduzir a taxa de contaminação e conseqüentemente a redução do número de contaminados e de óbitos em decorrência do Covid-19. Tais medidas produziram uma interrupção drástica não apenas na economia brasileira, como na global, resultando em uma crise econômica, sanitária e social sem precedentes na história (HARVEY, 2020).²²³No Brasil não foi diferente, as crises produziram um cenário trágico com milhões de desempregados, famílias em situação de miséria e retorno do país ao mapa da fome da ONU²²⁴.

²²³Ao contrário do Brasil algumas nações realizaram medidas sanitárias para evitar a dispersão do vírus pela população, dessa forma conseguindo reduzir o número de contaminados e de óbitos. E na área econômica alguns países tomaram medidas como a renda básica, entre outras para mitigar os efeitos econômicos deletérios principalmente sobre a população mais pobre.

²²⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>> Acesso em 14 de abril de 2022.

É importante sinalizar que o agravamento das crises: sanitária, econômica e social têm grande parcela de responsabilidade do governo federal. Primeiramente, devido a condução negacionista em relação aos efeitos deletérios e perigosos da pandemia de Sars-cov-2²²⁵. Em segundo, devido à negativa em tomar medidas de amparo para alguns setores da economia paralisados pela crise sanitária, assim como a negativa de implementar uma renda básica universal²²⁶ para mitigar os efeitos das crises econômica e social. Como permitir que um maior número de pessoas pudesse realizar as medidas de protetivas em suas residências. Em terceiro lugar por uma defesa de manutenção das atividades econômicas, mesmo nos períodos mais agudos da pandemia, a partir do lema dito por Jair Bolsonaro²²⁷, presidente da República: “O Brasil não pode parar”²²⁸.

A necessidade do isolamento e distanciamento social como medidas para evitar o contágio pelo vírus, ao mesmo tempo estabeleceu que alguns poucos setores da economia continuassem a funcionar, para manter a reprodução da vida. O abastecimento de remédios, atendimento médico, alimentação, o transporte de mercadorias e pessoas, entre outros. Os chamados setores essenciais permaneceram atuando para que a população pudesse realizar as medidas sanitárias e de proteção. Os setores essenciais são uma miríade de setores que vão

²²⁵ O governo brasileiro e demais países do continente americano tiveram mais tempo para tomar medidas de combate ao coronavírus. Devido ao espaço de tempo, de aproximadamente um mês do auge da primeira onda na Europa até chegar ao Brasil. Portanto, o mundo já tinha presenciado a hecatombe no mês de fevereiro na Itália, quando chegou a marca de mil mortos por dias. Mesmo tendo em mãos todas essas informações o governo federal continuou com uma postura negacionista e ignorando os riscos da pandemia de SARS e inação em tomar medidas sanitárias.

²²⁶ Segundo Rodrigo Cantu (2020) a crise produzida pela pandemia de Covid-19 foi tão profundo, que mesmo os economistas ortodoxos contrários a programas de transferência de renda e crescimento dos gastos públicos passaram a defender a renda básica universal. Como solução para tanto proteger a população do coronavírus e para que a mesma pudesse ter renda para sobreviver. No Brasil, o economista ortodoxo Armínio Fraga defende a expansão do Bolsa Família e a criação de um programa de renda básica universal para 100 milhões de brasileiros.

²²⁷ O governo federal utilizou de um lema usado pelos nazistas no campo concentração e de extermínio de Auschwitz ‘O trabalho liberta’. A mensagem foi publicada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) em maio de 2020. A mensagem veiculada buscava defender a pauta negacionista em defesa do retorno ao trabalho e demais atividades econômicas paralisadas no período da pandemia, produzindo críticas e relações de entidades e movimentos judaicos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52626218>> Acesso em 14 de abr. de 2022.

²²⁸ O lema primeiramente foi utilizado pelo prefeito de Milão em fevereiro de 2020, que manteve a cidade em plena atividade e sem adotar medidas sanitárias. O que resultou em um cenário devastador com milhares de mortos. Uma parcela dos empresários brasileiros e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro eram defensores de pautas negacionistas. Em especial a defesa da manutenção das atividades econômicas a partir do lema “O Brasil não pode parar” tiveram empresários entusiasmados como Luciano Hang o proprietário da rede de lojas Havan e Junior Durski proprietário dos restaurantes Madero. O último foi responsável por declarar: ““O Brasil não pode parar dessa maneira. O Brasil não aguenta. Tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. O Brasil não tem que essa condição de ficar parado assim. As consequências que teremos economicamente no futuro vão ser muito maiores do que as pessoas que vão morrer agora com o coronavírus” Disponível em : <https://economia.ig.com.br/2020-03-24/consequencias-economicas-serao-maiores-que-5-ou-7-mil-mortes-diz-dono-do-madero.html> Acesso em 14 de abril de 2022.

desde o transporte público, passando pelos estabelecimentos hospitalares e médicos, farmácias, supermercados, restaurantes realizando entrega por *delivery*, trabalhadores de cemitérios, correios, entre muitos outros.

Como aponta David Harvey (2020) foram os trabalhadores dos serviços essenciais que atuaram no *front* de combate a pandemia de Covid-19. Eram os trabalhadores sem os quais grande parcela da população não poderia sobreviver ou realizar as medidas sanitárias de proteção ao vírus. Se as medidas eram para evitar expor a população ao contágio e consequentemente à morte. Os trabalhadores essenciais estavam expostos cotidianamente ao vírus e ao consequente risco de morte. É justamente no trabalho essencial que Fátima, Verônica e Luciana conquistaram postos de trabalho.

É sintomático, como apontam Ricardo Antunes (2021) e Louisa Acciari (2020), que a primeira pessoa vitimada pelo vírus Covid-19, no estado do Rio de Janeiro, tenha sido uma trabalhadora doméstica. A empregada doméstica Cleoníce Gonçalves, de 63 anos, diabética, foi contaminada quando trabalhou fazendo limpeza na casa da patroa, no bairro do Leblon, recém-chegada da Itália e contaminada pelo Covid-19. Ao retornar para sua casa na cidade interiorana de Miguel Pereira foi acometida por sintomas e terminou sendo vitimada fatalmente pela doença (a patroa sobreviveu).

A categoria de empregadas domésticas²²⁹, mesmo nos período mais agudos da pandemia, continuou trabalhando na casa de seus patrões. Em alguns casos, como foram revelados pelos meios de comunicação e por meio de denúncias estavam em situação de cárcere privado²³⁰. Alguns patrões não permitiram o retorno das profissionais para suas casas, pois temiam que elas pudessem trazer o vírus para suas residências quando retornassem ao local de trabalho. As empregadas domésticas como evidencia a reportagem (EMPREGADAS...2020)

²²⁹A socióloga, política e escritora negra Lélia Gonzalez (1983) aponta em sua obra sobre a exploração sexual e no trabalho da mulher negra. Uma das identidades construídas na sociedade brasileira acerca da mulher negra é a de doméstica. O qual Lélia traz que a origem do nome doméstica é “um bem, animal ou coisa”, ou seja, uma propriedade. E ela aponta como a figura da empregada doméstica é uma continuidade da mucama, a escravizada responsável por fazer as tarefas domésticas na Casa Grande e também submetida a exploração sexual pelo senhor branco (GONZALEZ, 1983). A categoria profissional de empregadas domésticas em sua maioria são negras e só tiveram seus direitos garantidos como os demais trabalhadores só conquistaram os direitos como os demais trabalhadores em 2015, quando foi aprovada a PEC das Domésticas (Projeto de Emenda Constitucional número 75).

²³⁰ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar/> Acesso em 14 de abril de 2022.

eram concebidas como “potenciais ameaças de contaminação”, dessa forma reproduzindo a ideia da entre pobreza e saúde como aponta o historiador Sidney Chalhoub (1994)²³¹.

Foram àqueles pertencentes às classes populares, moradores de periferia, imigrantes, refugiados, mulheres e a população negra os que mantiveram a economia minimamente ativa (ANTUNES, 2021). Para que as classes abastadas ou menos precarizadas pudessem realizar medidas de isolamento social, cuidados de proteção contra o vírus e trabalhar remotamente. Enquanto, uma parcela da população estava em casa, protegida do coronavírus, tinha um exército de entregadores, caixas de supermercado, repositores, motoristas de ônibus, motoristas e entregadores de aplicativos e muitos outros expostos ao contágio.

O caso da primeira vítima do coronavírus ser um trabalho incluso dentro do escopo de trabalhadores essenciais revela o quanto essas categorias profissionais foram acometidas de maneira diferencial pela pandemia²³². O privilégio de conseguir fazer isolamento social ou rejeitar uma oferta de trabalho no *front* da pandemia tem um critério de classe, gênero e raça. Em especial, foram as mulheres, em sua maioria negra e residentes em *territórios de pobreza* as que labutaram para manter o funcionamento da sociedade como revela Louisa Acciari (2020).

Os trabalhadores dos serviços essenciais como minhas interlocutoras estavam expostos a uma tríplice exposição ao contágio. A primeira exposição nos territórios de moradia, como muitos eram moradores de favelas, bairros periféricos e conjuntos habitacionais lugares em que devido às condições estruturais, a ausência de políticas públicas (APOENA;PALOMA, 2020). A segunda no transporte público no deslocamento de casa até os locais de trabalho, devido à redução de viagens e de ônibus, trens e metrô o transporte ficou hiper-lotado, potencializando os riscos de contaminação (ACCIARI, 2020). Em terceiro no exercício do trabalho, onde o contato com clientes, pacientes, mercadorias, colegas de trabalho e passageiros produzia uma situação de exposição ao vírus.

²³¹ Um caso notório das empregadas submetidas pelos seus patrões como vetores de transmissão do coronavírus é o do marido da famosa cantora Ivete Sangalo. Em uma *live* em abril de 2021 ele acusou a empregada doméstica de ser a responsável por contaminar a família com a enfermidade. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/celebridades/marido-de-ivete-se-desculpa-apos-acusar-empregada-de-transmitir-covid>> Acesso em 14 de abril de 2022.

²³² Como aponta a reportagem do Brasil de Fato, alguns estados (Maranhão, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul) as empregadas domésticas estavam incluída entre as categorias profissionais do trabalho essencial (SOBREIRA, 2020)

Essa tríplice exposição colocou os trabalhadores do *front* em uma situação de extrema vulnerabilidade e exposição ao vírus. Portanto, esses setores muito deles de grande rotatividade de trabalhadores antes do período pandêmico tornou-se ainda mais rotativo. São empregos em sua maioria do *novo proletariado urbano*, como aponta Ricardo Antunes (2021). Um número significativo dos trabalhadores acometidos pelo coronavírus, alguns vitimados fatalmente, outros com sequelas e outros ficaram afastados somente para cumprir quarentena de 15 dias em casa. Contudo, essa rotatividade produziu abertura de vagas para substituição de um serviço o qual não poderia parar, por mais que seus trabalhadores estivessem morrendo ou sentido os efeitos prolongados do Sars-cov-2²³³.

Como aponta Ricardo Antunes (2021) esses empregos são de alta rotatividade pelas longas jornadas de trabalho, pelas péssimas condições de trabalho, a baixa remuneração, entre outras condições laborais produzidas pela égide do neoliberalismo e pela reestruturação do mundo do trabalho nos últimos 50 anos. Desde contratos sem garantias trabalhistas, o processo de *uberização*²³⁴, o processo de *terceirização* entre muitas outras condições aviltantes para os trabalhadores como aponta Virginia Fontes (2019)²³⁵.

A substituição *ad hoc* dos trabalhadores essenciais vitimados fatalmente ou afastados para cumprir quarentena pelo vírus Sars-cov-2 em tempo recorde ou quase de imediato só é explicada a partir da formação desde a década de 1980, no Brasil como aponta Francisco Oliveira (2004) de uma classe trabalhadora destituída de direitos e quase sempre sem trabalho digno. Como revela Francisco Oliveira (2004), espoliada de renda, de emprego e de perspectivas de melhora de vida. É uma massa trabalhadora quase nunca empregada no mercado formal, com um histórico de grandes períodos de desemprego.

Como apontam Liliana Sanjurjo, Larissa Nadai e Desirée Azevedo (2020) sobre abertura de vagas em cemitérios em São Paulo, como aponta Viviane Saristi (2020) abertura de vagas para profissionais da saúde e como aponta Ricardo Antunes (2021) e abertura de vagas para trabalhadores de aplicativos. Todos estes trabalhos precários, mal remunerados e profundamente explorados no contexto de *capitalismo tardio*. No caso dos trabalhadores de

²³³ Como aponta Márcia Leite (2020) eram trabalhadores descartáveis, logo facilmente substituíveis.

²³⁴ O conceito de *uberização* define o novo modelo de trabalho, de prestação de serviços a partir de plataformas digitais, em tese mais flexível, em que trabalhador é parceiro da empresa, portanto sem vínculo empregatício.

²³⁵ Para mais questões acerca da *uberização* ver no livro *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*, organizado pelo sociólogo Ricardo Antunes. O livro é uma coletânea de artigos de importantes pesquisadores do tema no Brasil.

aplicativos ocorreram movimentos importantes como o “Breque dos Apps”,²³⁶ organizado pelo Movimento dos Entregadores Antifascistas (Meaf) em defesa de aumento da remuneração, melhores condições de trabalho e equipamentos de proteção contra a Covid-19 (LIMA, 2020).

A força de trabalho que manteve o funcionamento dos serviços essenciais, não só no Brasil, como nos Estados Unidos, é composta praticamente de grupos sociais similares. Como aponta o geógrafo David Harvey (2020), na América do Norte foram afro-americanos, latino-americanos e mulheres assalariadas, pois, segundo ele, são as que não podem escolher entre se proteger do vírus ou ter uma renda para sobreviver de maneira digna. David Harvey (2020) defende que assim como terremoto no México em 1995 foi um “terremoto de classes”, a eminência mundial do vírus Sars-cov-2 é também uma pandemia com características de uma pandemia de classe, gênero e de raça.

Como aponta Marcia Leite (2020) a clivagem entre os que podiam realizar o trabalho remoto ou *home office* definiu as fronteiras de quem poderia se proteger da Covid-19 e quem não poderia se proteger, trabalhando para manter a sobrevivência dos protegidos. Ou seja, os que trabalharam para manter a vida dos privilegiados em isolamento social, são vidas descartáveis, meras peças de reposição os quais não tiveram escolha no binômio: proteção *versus* ter renda para sobreviver. As “peças descartáveis” no caso os trabalhadores essenciais, quando vitimados abriam vagas de emprego, para novas “peças descartáveis” é nessa reposição que minhas interlocutoras conquistaram ocupação laboral no mercado formal de trabalho.

Dessa forma, a pandemia evidenciou ainda mais a *divisão sexual* do trabalho (LAUGIER; MOLINIER e PAPERMAN, 2020). O quanto o trabalho de *care*, ou seja, cuidar de pessoas idosas, de acamados, doentes em fase terminal, entre outros é um trabalho desempenhado por mulheres (LAUGIER; MOLINIER e PAPERMAN, 2020). As minhas interlocutoras conseguiram vagas de trabalho, todas elas dentro de categorias profissionais que estão dentro do campo do cuidado/*care*. A *divisão sexual* do trabalho estabelece o cuidado como uma atribuição natural do sexo feminino, portanto menos importante e de baixa remuneração ou não remunerado, pois seriam ocupações afetivas (SANSIONE, 1994).

²³⁶ O líder do movimento em defesa de melhores condições para os entregadores de aplicativos, o Galo de Luta, sofreu com uma campanha organizada pela empresa *Ifood*. A empresa que é o maior aplicativo no Brasil de entrega de comida, remédios, compras e supermercados e outros produtos criou uma campanha ilegal e criminosa para desmobilizar o movimento dos entregadores e atacar as lideranças. Disponível em <<https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>> Acesso em 14 de abril de 2022.

As pesquisadoras Laugier, Moliner e Paperman (2020) revelam como na França o trabalho de combate a Covid-19 era em grande parte protagonizado pelas mulheres, desde médicas, passando por cuidadoras e chegando até as faxineiras de unidades de saúde. E as autoras desenvolvem o quanto o *care* sempre foi fundamental para a produção da vida ordinária, contudo nunca valorizado e para uma alteração seria necessária uma revisão de um sistema valores vigentes na sociedade acerca do trabalho.

Segundo as autoras para uma mudança seria necessário uma inversão de valores, pois as profissões verdadeiramente úteis são na verdade mal remuneradas e desvalorizadas, as atividades laborais de *care*. Portanto defendem as autoras (LAUGIER, MOLINIER e PAPERMAN, 2020), que as atividades mais necessárias para a vida cotidiana são caminhoneiros, faxineiras, cuidadoras, catadores de lixo, caixas de supermercado, entre outros. Contudo, tais profissões são desvalorizadas e invisibilizadas.

Como Camila Pierobon (2018) questiona de maneira pertinente em sua tese de doutorado: “*Quem cuida das cuidadoras?*” Um pergunta feita pela mesma antes do período pandêmico, que ganha ainda mais sentido e força com a pandemia. Esse *exército de reserva* constituído especialmente por mulheres em atividades laborais de *care*, expostos aos vírus são cuidadas por quem, quando acometidas pelo coronavírus? Pois a grande maioria delas não tem plano de saúde privado e não tem acesso ao serviço de saúde de qualidade ou muitas vezes não tem carteira assinada, dessa forma desassistidas da proteção trabalhista o qual os trabalhadores têm direito (ACCIARI, 2020).

Como afirma David Harvey (2020), nos Estados Unidos à categoria dos trabalhadores essenciais acometidos pelo vírus Sars-cov-2 em sua maioria não tinham plano de saúde, ficando em situação ainda mais vulnerável, quando contaminados. O *Obamacare*²³⁷ foi desmontado no governo de Donald Trump (2016-2020). No caso brasileiro há a existência do SUS (Sistema Único de Saúde), onde todos os cidadãos têm acesso à saúde gratuitamente. Contudo, devido a todo processo de desmonte do SUS (EC n° 95/2016 congelou os gastos da Saúde), o ajuste fiscal e o colapso do sistema público de saúde nos momentos de pico da pandemia, os trabalhadores ficavam em situação de vulnerabilidade.

²³⁷*Obamacare* é nome popular da lei *Patient Protection and Affordable Care Act* (Lei de Proteção e Cuidado Acessível ao Paciente), aprovada em 23 de março de 2010, no primeiro mandato do presidente norte-americano Obama. Essa lei estabelece regras federais para tornar os planos de saúde mais baratos e acessíveis para a população pobre e trabalhadora norte-americana. Desde ascensão de Donald Trump ao poder foram realizadas medidas e leis para flexibilizar e inviabilizar o *Obamacare*.

Como apontam Ricardo Antunes (2021), Virgínia Fontes (2020) e David Harvey (2020) a classe foi uma categoria fundamental da divisão de quem poderia se proteger do vírus trabalhando em *home-office* ou trabalho remoto e quem foi responsável por estar no *front* ao trabalho exposto a contaminação. Foi a classe trabalhadora, em especial a parcela mais vilipendiada, precarizada e profundamente familiarizada a longos períodos de desemprego ou no mercado informal quem atuou no trabalho essencial. Em resumo, todas as minhas interlocutoras estão inseridas nessa classe, mas não foram todas que conseguiram ocupação laboral na pandemia.

Apesar de o *home-office* configurar como um privilégio para os profissionais pertencentes a um número reduzido de categorias profissionais. Principalmente as categorias do escopo de profissionais liberais, como: advogados, professores, engenheiros, administradores, contadores, etc. Contudo, como aponta Ricardo Antunes (2021), o trabalho remoto ou em casa produz outros problemas como individualização do trabalho, jornadas excessivas, inexistência de divisão entre vida social e da vida laboral e controle árduo da produção do trabalhador pelas empresas. Contudo, eram modalidades de trabalho em que os trabalhadores estavam protegidos da contaminação pelo vírus.

Como revela Louisa Acciari (2020), que acompanhou na pesquisa a situação laboral de empregadas domésticas de carteira assinada, diaristas e cuidadoras de idosos no período da pandemia, essas categorias são majoritariamente formadas por mulheres, negras, pobres, com renda média de um salário mínimo, chefes de família e muitas trabalhando na informalidade. Um perfil social semelhante a das interlocutoras da minha pesquisa. E o trabalho também muito próximo, podendo ser classificados dentro da categoria de *care*.

Louisa Acciari (2020) realiza uma abordagem pertinente acerca das empregadas domésticas, cuidadoras e diaristas eram obrigadas a trabalhar em meio à precariedade e ao risco de contaminação, para que seus patrões pudessem realizar o isolamento social e se protegerem do vírus. Enquanto, eram remunerados pelas suas empresas para fazer a quarentena (tanto trabalhadores do setor público quanto do privado). Não eram todos os estados em que as trabalhadoras domésticas estavam inclusas no trabalho essencial, mas devido às relações patriarcais, os patrões não a permitiam o exercício do isolamento social remunerado em suas casas, protegidas dos riscos.

Neste sentido, a partir dessas categorias profissionais, Louisa Acciari (2020) aborda a questão a partir do conceito de *necropolítica*, do camaronense Achille Mbembe (2016). E

argumenta a partir dos pressupostos do autor africano, que a pandemia abriu-se uma fratura social, uma clivagem entre os empregados no mercado formal, com proteção social e que poderiam ser remunerados para realizar a quarentena e salvar suas vidas e, do outro lado, os que têm de escolher entre a fome ou a doença, os trabalhadores essenciais.

4.5.2 Trabalho formal, acréscimos e precariedade

Os riscos iminentes às quais foram expostas minhas interlocutoras ao trabalhar em atividades durante a pandemia de Covid-19 serão analisadas a partir das suas condições econômicas e sociais. Portanto, iniciei a parte final deste capítulo abordando o cenário socioeconômico da classe trabalhadora no Brasil nos últimos seis anos, com foco nas nos efeitos dessas medidas para a vida social e laboral das minhas interlocutoras.

O cenário é de mulheres provedoras econômicas das suas residências, que têm filhos e netos que dependem economicamente da renda provida por elas. Portanto, a responsabilidade de prover alimentação, vestimentas e todas as demandas da casa cabem as minhas interlocutoras. São elas que têm de buscar seja em atividades econômicas no mercado informal e no mercado formal, pelo *empreendedorismo popular*, com os benefícios sociais ou por meio dos *ilegalismos populares*. Contudo, em nenhum destes é possível conseguir uma renda sólida e um conjunto de garantias e acréscimos apenas obtidos por meio do trabalho de carteira assinada.

Analiso um dos fatores que é a questão do trabalho de carteira assinada. Mesmo após todas as políticas de aviltamento do trabalho formal, como as leis e Emendas Constitucionais aprovadas nos últimos anos como a lei de terceirização (2017), a lei da Reforma Trabalhista (2016), e a Emenda Constitucional da Reforma da Previdência (2019). O emprego de carteira assinada ainda configura como uma segurança, garante ao trabalhador um leque de proteções sociais importantes.

Debruço-me algumas das principais medidas políticas e econômicas aprovadas nos últimos 6 anos (2016-2022), nos governos de Michel Temer e de Jair M. Bolsonaro, que impactaram a classe trabalhadora mais pauperizada, em que estão inseridas as interlocutoras da minha etnografia. Essas medidas apresentadas pelos dois governantes e aprovadas pela Câmara Federal e pelo Senado Federal produziram um cenário ainda mais desalentador.

A partir de 2016, ainda com o governo Michel Temer (2016-2018), a Petrobrás passou adotar a PPI (Preço de Paridade de Importação), política que estabeleceu o preço do barril de

petróleo a partir do preço de importação ou atrelado ao preço internacional (ANDRETTA, 2021). Essa política também é chamada de adoção do preço do petróleo em dólar. Ao contrário, da política de preços da empresa estatal no período dos governos do Partido dos Trabalhadores. A adoção da PPI resultou um aumento substancial do preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, e foi mantida pelo governo de Jair Bolsonaro. O aumento do preço do diesel impacta diretamente no aumento do preço dos alimentos (transportados via modal rodoviário) e demais produtos e o gás de cozinha impacta principalmente os mais pobres.

O aumento do preço do diesel impacta diretamente nos preços dos alimentos somado a inflação crescente encarecendo ainda mais a cesta básica. Para as minhas interlocutoras, o impacto no bolso é oriundo principalmente do gás de cozinha. Com quase 2 anos de rede pública municipal carioca sem aulas presenciais, com os filhos fazendo as três refeições diárias em casa todos os dias da semana, o gasto com o gás de cozinha cresceu, impactando o orçamento. Mesmo com a criação do Vale-Gás,²³⁸ no final de 2021, o benefício é pago bimestralmente no valor de R\$ 120,00. Como Adriana disse: “*Você acha que com 5 crianças em casa meu gás dura dois meses?*”, reclamando do benefício ser pago bimestralmente.

No Rio de Janeiro, existem singularidades territoriais responsáveis por encarecer ainda mais o preço do gás de cozinha para os moradores de favelas, periferias e *territórios de pobreza* controlados por facções do tráfico de drogas ilícitas no varejo ou milícias (PRETO, 2020). O comércio de gás de cozinha tornou-se um ativo valioso para os grupos armados que controlam esses territórios, que em geral cobram um preço acima do vigente no asfalto, assim obtendo uma vultosa margem de lucro (taxas que variam de 10% a 50%). E os moradores desses territórios são proibidos de comprar o botijão de gás, que não sejam nos pontos de venda controlados pelas facções e milícias.

Em 2016, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (intitulado pelos movimentos sociais e sindicatos de PEC do fim do mundo), no governo Michel Temer foi mais uma medida de austeridade fiscal (PEC...2016) A Emenda Constitucional estabeleceu um teto de gastos do governo federal, essa medida congelou por 20 anos os gastos públicos da União

²³⁸ O Auxílio Gás é o programa do Governo Federal criado pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021 e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021, para diminuir o efeito do preço do gás de cozinha sobre o orçamento das famílias de baixa renda. O benefício do Programa Auxílio Gás será pago no limite de 1 (um) benefício por família beneficiária, em meses alternados, no valor de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais), que representa 50% (cinquenta por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg (treze quilogramas) de gás liquefeito de petróleo (GLP).

com saúde, educação, cultura, e demais áreas. Desde então o reajuste do orçamento federal só ocorre a partir do IPCA (Índice de Preços do Consumidor Ampliado).

A legislação aprovada determinou o reajuste do salário mínimo apenas com base no IPCA, na inflação, impedindo um aumento maior o que resultaria em um ganho real para os trabalhadores. O que impactou também o congelamento de aposentadorias, pensões, benefícios, que são calculados a partir do reajuste do salário mínimo. Segundo a partir de 2020, com a desaceleração da economia e consequente retração da arrecadação fiscal o governo federal realizou cortes nas despesas obrigatórias, entre elas o Bolsa Família. Na maior crise econômica do país com um maior número de famílias na extrema pobreza, o programa Bolsa Família foi reduzido (DWECK, 2020).

Segundo Silvio de Almeida, Waleska Miguel Batista e Pedro Rossi (2020) a EC nº95 foi responsável por reforçar o racismo estrutural, ao cortar os gastos orçamentários de saúde, educação e assistencial social. As políticas econômicas de austeridade produzem mais desigualdade e mais desemprego, gerando efeitos penosos para população negra (ALMEIDA; BATISTA e ROSSI, 2020). E completam defendendo que as políticas econômicas neoliberais a partir de 2016 produziram fortes impactos na população negra, as mulheres negras não sofreram apenas com desemprego, mas chegaram a 50% em atividades informais (ALMEIDA; BATISTA e ROSSI, 2020).

No início de 2017 foi aprovada a lei nº13467, a Reforma Trabalhista (GRANATO, 2017). Essa reforma produziu uma série de alterações na CLT, em grande parte prejudicial aos trabalhadores. Alguns pontos aprovados foram: permissão para negociação direta entre trabalhador e empresa; permissão de jornada de 12 horas diárias de trabalho; justiça gratuita apenas para quem recebe 40% do piso salarial do teto do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social); aprovação da terceirização de atividade-fim; regularização do trabalho intermitente (passam a ser legais contratos de trabalho por hora); regulamentação do trabalho remoto (*home office*); aprovação do parcelamento de férias em até três períodos; aprovação do trabalho parcial em até 30 horas semanais e aprovação de contrato temporário antes de 90 dias para 180 dias, podendo ser prorrogado por até 90 dias.

Em 2017, foi aprovada pelo Congresso Nacional a lei nº 4.302/1998 (ALESSI; MENDONÇA, 2017) mais conhecida como “lei da terceirização”, responsável por regularizar a *terceirização* do trabalho no Brasil. A legislação permitiu não apenas a terceirização de

atividades meio, mas também a terceirização de atividades fim²³⁹, na prática todas as atividades laborais podem ser terceirizadas. Os trabalhadores de empresas terceirizadas só podem reivindicar o pagamento de direitos trabalhistas das empresas contratantes, depois de esgotado todos os recursos contra a empresa terceirizada. O último ponto foi a possibilidade de quarteirização²⁴⁰, ou seja, a empresa terceirizada pode contratar uma outra empresa para prestar serviço para o qual foi contratada.

A lei produziu para os trabalhadores de empresas terceirizadas uma situação ainda mais vulnerabilidade. Especialmente, na alteração da reivindicação do pagamento de direitos trabalhistas e a permissão da quarteirização. Na minha etnografia todas as interlocutoras, que conseguiram emprego a partir de 2020 foram em companhias terceirizadas. As categorias profissionais das minhas interlocutoras são em geral empregadas por meio de empresas terceirizadas tanto no setor público como no privado por ser atividade-meio.

No ano de 2019, já no governo do presidente Jair Bolsonaro, foi aprovada a Emenda Constitucional n° 6/2019 pelo Congresso, a Reforma da Previdência (MÁXIMO, 2019). Segundo Ricardo Antunes (2021), uma *contrarreforma* que aviltou ainda mais o direito dos trabalhadores. A reforma não só alterou e dificultou o regime de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado e servidores federais, mas produziu efeitos sobre políticas como BPC e a aposentadoria por idade. Analiso essas duas modalidades, pois são as que mais afetaram as minhas interlocutoras.

A proposta inicial da Reforma da Previdência enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional estabeleceu a redução do valor pago do BPC de um salário mínimo para o valor R\$400,00 para quem tivesse 60 anos e gradativamente crescendo até alcançar os 70 anos, chegando ao valor final do salário mínimo, na época era de R\$ 880,00. A proposta foi derrubada pelo Congresso Nacional, contudo foi aprovado o limite de 1,5 salário mínimo por membro da residência como critério para acessar o benefício.

A aposentadoria por idade, uma categoria importante principalmente para trabalhadores informais, autônomos, subempregados, empregadas domésticas tornou-se mais difícil com a reforma. As mulheres antes podiam pleitear aposentadoria por idade aos completar

²³⁹ Atividade fim é objeto central de produção da empresa. Por exemplo uma escola privada tem como objetivo prover educação, a atividade fim. Portanto os professores não poderiam ser terceirizados, pois exercem atividade fim. A partir da lei de terceirização até as atividades fim podem ser terceirizadas.

²⁴⁰ A quarteirização é quando uma empresa contrata uma empresa para prestar serviço (terceirização), e esta empresa contratada contrata outra empresa para realizar o serviço contratado.

55 anos. Após a reforma da previdência apenas ao completar 61 anos. Ou seja, a contrarreforma produziu dificuldades e mais tempo para alcançar um rendimento fixo. Como aponta na primeira parte, grande parte do proletariado urbano passa longos períodos afastado do mercado formal e o BPC era uma política de distribuição de renda e acesso a aposentadoria para essa parcela da população.

Como defende André Singer (2012) a aposentadoria por idade, sem outros critérios foi uma política pública de garantia de renda para trabalhadores rurais, empregadas domésticas, donas de casa, autônomos, subempregados, trabalhadores do mercado informal, entre outros. A partir dessa política pública a parcela da população por longos anos afastada do mercado formal de trabalho conseguia acessar a aposentadoria. As mulheres a partir dos 55 anos e os homens a partir dos 65 anos. Com a Reforma da Previdência de 2019, o critério de 180 meses de contribuição previdenciária dificultou o acesso universal a essa política. Aqueles que não alcançarem o critério de contribuição, só poderão acessar via BPC, ao completar 65 anos, ou seja, no caso mulheres uma espera de mais dez anos para o benefício.

Os novos critérios aprovados na Reforma da Previdência como: a cobrança de um mínimo de renda familiar para acesso ao BPC, com o critério de 15 anos de contribuição previdenciária para acesso a aposentadoria por idade e a elevação da idade mínima para aposentadoria por idade para mulheres de 55 anos para 60 anos atingem diretamente as minhas interlocutoras. No caso do BPC, como muitas delas residem conjuntamente com filhos e demais familiares podem ser impedidas de ter acesso ao benefício, devido o somatório da renda. E a aposentadoria por idade, como todas têm poucos anos de carteira assinada, não conseguirão mais aos 55 anos ter um tempo de contribuição de 180 meses. Dessa forma só conseguirão através do BPC ao completarem 65 anos.

No exercício do trabalho de campo a Reforma da Previdência como a política de austeridade fiscal produziram efeitos. Em 2019, quando fui com Fátima no CRAS da Mangueira para ela ver a possibilidade de acessar o BPC, por ser portadora de doença crônica, a resposta da assistente social foi taxativa: *“Hoje para conseguir o BPC tem que estar praticamente morrendo ou na cama se não eles não dão”*. Nessa mesma reunião a servidora municipal relatou o represamento de 1 milhão de pedidos para o benefício do Bolsa Família, que já estavam aprovados.

A política neoliberal do governo federal somada à inflação e os efeitos produzidos pela crise econômica mundial produziu um cenário desolador para os trabalhadores. O governo de

Jair Bolsonaro, segundo a corretora Tullet Prebon Brasil (LESNAU, 2022) foi o primeiro presidente desde 1994 que terminou o mandato com um salário mínimo com um poder de compra menor, do que quando iniciou seu mandato. Ou seja, nenhum presidente brasileiro nos últimos 28 anos entregou um salário mínimo mais desvalorizado do que quando assumiu o cargo.

Segundo a corretora, a perda do salário mínimo é de 1,7%, podendo crescer de acordo com a inflação até o final de 2022 (LESNAU, 2022). De acordo, com a análise da corretora Tullet Prebon Brasil, esse resultado é fruto de uma política de ajuste fiscal e de reajustes do salário mínimo abaixo da inflação como estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016. O salário mínimo é base de referência para outros proventos como o BPC, para as aposentados do INSS e o abono salarial, o reajuste abaixo da inflação produz uma precariedade para além dos trabalhadores do mercado formal de trabalho.

Em consonância no governo do presidente Jair Bolsonaro, guiado por uma política econômica neoliberal a queda do poder de compra do salário mínimo foi ainda maior. Além de, nos quatro anos o governo federal não ter aumentado o salário mínimo anualmente acima da inflação, nesses anos a inflação bateu recorde, sendo maior em 26 anos. Desde 2019 a inflação cresceu uma média anual de 12% (IPCA). Com a pandemia de Covid-19 e com a eclosão da Guerra Russo-Ucraniana²⁴¹ em 2021, a inflação subiu vertiginosamente, elevando o preço da cesta básica, afetando diretamente as famílias mais pobres e vulneráveis.

Como revela a pesquisa do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos) entre maio e junho de 2022, o preço da cesta básica cresceu 48% (EM TRÊS... 2022). Nesse cenário, apenas a cesta básica é responsável por consumir R\$ 715,65 do bolso do trabalhador, ou seja, a cesta básica onera 59% do salário mínimo, atualmente de R\$ 1212,00. Mais da metade do salário mínimo é destinado apenas para cesta básica, restando 40% para demais gastos fixos como aluguel, transporte, gastos médicos, vestuário e despesas fixas como: energia elétrica, água, gás, telefone, entre outros. Segundo o instituto o salário mínimo ideal para uma família pequena viver de forma digna é de R\$6527,00, um valor 5 vezes maior do que o piso salarial brasileiro (EM TRÊS... 2022).

²⁴¹ A guerra Russo-Ucraniana teve início em março de 2022, quando as tropas russas invadiram o território ucraniano. Até julho de 2022 o conflito ainda está em desenvolvimento, com avanço parcial das tropas russas. A eminência desse conflito produziu efeitos na economia global, como o aumento vertiginoso do barril de petróleo, do trigo e dos fertilizantes. O último, provocando aumento no preço dos alimentos.

Como já abordei acima o Auxílio Emergencial do governo federal durante a pandemia foi insuficiente como apontam autores como Ricardo Antunes (2021). O benefício foi pago primeiramente em cinco parcelas de R\$ 600,00, no ano de 2020. Em 2021 foram pagas mais três parcelas do benefício com valores entre R\$150,00 até R\$375,00, de acordo com características de cada família (MÁXIMO, 2021). O Auxílio Emergencial foi uma política de auxílio sem continuidade, sem uma previsão, sem constância e sem uma estabilidade. Ao contrário da renda básica universal aplicada em outros países e defendida como modelo para o Brasil por economistas ortodoxos e heterodoxos. As parcelas do ano de 2021 só foram confirmadas em cima da hora, produzindo uma insegurança além da redução pela metade do valor pago em 2020.

Em dezembro de 2021, o governo federal criou o Programa Auxílio Brasil com aprovação da lei 14.284/21 (LEI QUE...2021) instituiu um novo programa, com o objetivo de substituir o Programa Bolsa Família, com o valor de R\$ 400,00 mensal. Apesar de manter os mesmos critérios das pessoas que podem ser beneficiárias há um hiato no novo programa social. O novo programa não estabeleceu critérios como o antigo benefício, pois estabelece o mesmo valor pago universalmente para todos os beneficiários. Dessa forma, sem critérios progressivos como para pais e mães ou pessoas responsáveis por crianças e adolescentes. Em 2022, o Auxílio Brasil teve um aumento de R\$200,00, apenas para o segundo semestre de 2022 (período em que ocorrerão as eleições presidenciais e estaduais).

No programa Bolsa Família, um beneficiário, residindo sozinho e sem filhos ou crianças recebia o valor de R\$ 89,00 por mês. Enquanto, uma mãe ou responsável, por exemplo, com 5 filhos menores de 18 anos, como a minha interlocutora como Adriana recebe R\$538,00 (MADEIRO, 2022). Com o Auxílio Brasil, uma pessoa sem filhos passou a receber R\$ 400,00, enquanto uma mãe com cinco filhos um aumento de aproximadamente 10%. A distorção produzida tem explicação à falta de critérios progressivos, como o Bolsa Família tinha do cálculo de filhos menores de 18 anos a adição de R\$48,00. Em tese o reajuste só ocorreu para os que recebiam abaixo dos R\$ 400,00, os que recebiam um valor maior não foram agraciados pelo aumento²⁴². Apresento a tabela²⁴³ abaixo para exemplificar:

²⁴² Segundo a reportagem, o reajuste foi insuficiente, para os que recebiam mais de R\$400, pois o ganho pequeno foi consumido pela inflação²⁴² (MADEIRO, 2022).

²⁴³ A tabela foi criada a partir dos dados da reportagem de Carlos Madeiro, no portal UOL. Contudo, o meu trabalho de campo evidencia essa distorção a partir da criação do Auxílio Brasil.

Tabela 2- Bolsa Família x Auxílio Brasil

Tabela Auxílio Brasil x Bolsa Família (Valores de julho de 2022)			
Beneficiário	Bolsa Família	Auxílio Brasil	Auxílio Brasil (2º semestre 2022)
Mãe ou Pai com 5 filhos	R\$535,00	R\$558,00	R\$600,00
Adulto sem filhos	R\$89,00	R\$400,00	R\$600,00

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/07/04/auxilio-brasil-deixa-familias-com-mais-filho-sem-reajustes-e-cria-distorcao.htm>

No trabalho de campo essa distorção do Auxílio Brasil resultou em conflitos nas famílias. Selma reclamou do seu filho recém-saído do cárcere receber o Auxílio Brasil no valor total de R\$400,00, sem ser responsável por um filho ou menor de idade. Na verdade ele tem um filho, mas não contribui em nada. Já Adriana reclama do marido, também beneficiado, porém não contribui em casa ao menos paga pensão. Ela era responsável legal por seus 5 filhos e passou a receber apenas R\$600,00, enquanto o marido sem nenhum filho ou não sendo responsável legal recebia R\$ 600,00. Essas distorções apresentam um problema estrutural do novo programa social. As mães e responsáveis legais de crianças e adolescentes era os mais prejudicados pelas distorções do novo programa social.

Em meio a esse contexto citado acima de retirada de direitos, cortes massivos em Educação, Saúde e outras, retiradas de direitos trabalhistas, asfixia de políticas públicas assistenciais como o BPC e Bolsa Família, redução de direitos para os trabalhadores de empresas terceirizadas, aumento da idade mínima para aposentadoria, política de paridade de preços da Petrobrás, Auxílio Emergencial insuficiente, Auxílio Brasil distorcidos contribuem densamente para produção de uma vida mais precarizada.

As políticas públicas como a aposentadoria por idade sem o critério de contribuição previdenciária de 15 anos ou acesso ao BPC para todos os cidadãos que completem 65 anos, sem a exigência de renda per capita da residência, contribuía para correção no acesso aos direitos apenas para os incluídos no mercado formal. Segundo Ruy Braga (2017) a existência da CLT e da previdência social configuravam um acalento de um futuro menos precário, mesmo para milhões de brasileiros em condições precárias de trabalho, na informalidade e desempregados. A partir das *contrarreformas* e leis aprovadas a partir do *golpe parlamentar* de 2016, da égide da ideologia neoliberal o acalento desapareceu do horizonte.

O trabalho formal de carteira assinada produz uma segurança mínima, especialmente, para os mais pobres, direitos como décimo terceiro salário, irredutibilidade salarial, licença-maternidade, licença saúde, aviso prévio, vale-transporte, vale-refeição, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, férias remuneradas, um terço de férias. E o trabalho formal abre uma possibilidade de acréscimos e benefícios sociais que engordam o salário mínimo, no caso das minhas interlocutoras. E também a possibilidade de agenciamento de *ilegalismos populares*, como vender ou emprestar vale-transporte como apresento abaixo.

A asfixia dos programas de Previdência Social a partir do *golpe parlamentar* de 2016 restringiu o acesso para milhões de pessoas a uma renda básica. No caso de Fátima, minha interlocutora que é soropositiva, portanto portadora de uma doença crônica e que deveria ter acesso ao BPC. Contudo, devido à restrição dos últimos dois governos federais a esse benefício ela tem que buscar renda tanto no mercado de trabalho formal, no informal ou nos *ilegalismos populares* para poder sobreviver. A resposta desanimadora obtida por ela no CRAS revela a grande dificuldade de acesso a essas políticas sociais.

No caso de Fátima, o salário mínimo não dá conta de cobrir as despesas do seu orçamento familiar, por que ela tem de arcar com seu filho mais novo recém-saído do cárcere. Como aponta de maneira sólida a pesquisa do DIEESE, porém existem outras questões para além do salário mínimo. No caso de Fátima a possibilidade de trabalhar como faxineira de carteira assinada abre o caminho para receber o adicional de insalubridade de 20% do salário, dessa forma configura um reforço para o seu orçamento. O fato de a companhia terceirizada não pagar o adicional fez com que ela trocasse por uma empresa que viabiliza o benefício.

E Fátima tem o RioCard, por ser portadora de doença crônica, não necessita do RioCard da empresa, onde são depositadas as passagens que é obrigação do empregador fornecer aos empregados. O que abre para minha interlocutora uma possibilidade de emprestar o Riocard para um filho ou filha que esteja precisando se locomover pela cidade. Ou mesmo ter um ganho extra, vendendo as passagens em empresas ilegais ou mesmo alugando o RioCard para um vizinho ou conhecido. Apesar de minha interlocutora não ter revelado aderir a tal prática, a mesma configura uma prática comum dentro do escopo de *ilegalismos populares*. Um exemplo das distintas formas de uso do RioCard entre as classes populares:

Diário de campo 26 de junho 2019

[...] Eu fiquei no ponto de ônibus esperando pela chegada de alguém, enquanto isso passavam diversas crianças da Mangueira uniformizadas em direção as escolas municipais que ficam em Benfica em próximas do Tuiuti. Fiquei no ponto de ônibus por meia hora aguardando que alguém chegasse, como ninguém apareceu nesse tempo resolvi

ir na casa de Tina entregar o cartão do Rio card que amiga dela tinha emprestado, quando ela foi para UPA. Segui para casa de Tina.[...]

Nesse diário de campo do dia em fui entregar o RioCard de Tina, uma outra interlocutora que tinha esquecido o cartão de transporte público no meu carro. Ela tinha pego emprestado o RioCard com uma amiga para ir com sua filha Bia para UPA de Botafogo (A única UPA com vaga para internação de sua filha). A minha interlocutora estava sem dinheiro para as passagens, o empréstimo foi à solução por ela encontrada. O cartão de transporte de sua amiga pode ter diversas origens, porém esse empréstimo as inúmeras do RioCard como um ativo para uma atividade no campo dos *ilegalismos* ou para um simples empréstimo para um amigo em dificuldades.

E outra possibilidade é o regime de trabalho de plantão de 12 horas de trabalho e 36 horas de folga. O regime de um dia de trabalho e um dia de folga. Pois nesse regime de plantão abre possibilidade para Fátima nos dias de folga poder fazer faxinas como diarista ou trabalhar em qualquer outro bico que apareça. E foi dessa forma, que ela conseguiu um bico de faxineira em uma clínica médica na Barra da Tijuca, devido a possibilidade de ter por semana 3 ou 4 dias de folga. O que deveria ser descanso torna-se uma possibilidade de trabalho extra e uma renda a mais para reforço do orçamento.

Fátima também sofreu com assédio moral da supervisora no seu trabalho no hospital, uma das características do trabalho precário, em especial o trabalho terceirizado. As insistentes práticas de assédio moral, como também o não pagamento do adicional de insalubridade produziam um trabalho ainda mais precarizado. A solução da minha interlocutora foi buscar uma nova ocupação laboral, que também precária. Contudo, o pagamento de 20% de adicional de insalubridade com que ao menos a remuneração seja mais justa.

Nesse mesmo sentido, Verônica trabalhando de copeira no Hospital Geral de Bonsucesso no mesmo regime de plantão tem destinado esforços em fazer bicos de diarista, como Fátima. Minha interlocutora cita a possibilidade de ter facilidade de trocar o dia de plantão, caso apareça a oportunidade de fazer uma faxina. Assim como Fátima, o regime de 36 horas de folga permite a elas buscarem atividades como bico, para completar a renda.

As garantias trabalhistas as quais Verônica tinha como trabalhadora de carteira assinada, como indenização e seguro-desemprego a permitiu, quando foi demitida receber a indenização um pequeno capital para apostar no *empreendedorismo popular* ou “empreendedorismo de guerrilha”. Ela investiu o dinheiro para abrir uma barraca, na localidade do Buraco Quente, na

favela da Mangueira, onde ela vende guloseimas, biscoitos e demais produtos. No dia em que ela está trabalhando sua filha Sara toma conta da barraca, mas no seu dia de folga é ela quem fica a frente do pequeno comércio. É uma possibilidade de renda. Segundo Henrique Costa (2020) no Brasil pós-lulista marcado pela crise econômica e pelo esfacelamento das políticas públicas o *empreendedorismo popular* tornou-se uma saída para precariedade e para o desemprego.

O termo “empreendedorismo de guerrilha”²⁴⁴ foi um termo o qual criei para diferenciar o empreendedorismo operado pelos pobres urbanos, do empreendedorismo defendido pelo Estado e pelo neoliberalismo. Nesse sentido, o empreendedorismo de guerrilha configura como uma aposta sem capital e sem estrutura de competitividade, em que os pobres buscam como forma de ter uma atividade econômica para sobreviver em meio a vida precária, em geral pequenos negócios, no bairro de moradia e com baixo retorno econômico. É uma busca frágil e incerta para conseguir uma renda irrisória, contudo importante para sobreviver.

Verônica também revelou, quando trabalhava no Hospital Central do Exército ela não tinha direito a receber o vale-refeição, pois segundo a mesma os funcionários realizavam as refeições na própria instituição. Minha interlocutora revelou que o benefício era pago aos funcionários como forma de bônus, a partir da assiduidade e produtividade. Aqueles que não faltavam e cumpriam as tarefas laborais com eficiência eram premiados com pagamento do benefício.

O não pagamento do vale-refeição para trabalhadores que fazem as refeições no trabalho não configura uma ilegalidade. Contudo, a empresa utilizar o benefício como um instrumento para estimular o aumento da produção dos trabalhadores, uma das características da gestão das empresas no capitalismo, a *gestão por metas* (ANTUNES, 2010). A gestão por metas produz efeitos negativos como excesso de competitividade, individualismo e um ambiente de vigilância entre os trabalhadores. E utilizar vale-refeição para aumentar a produtividade dos trabalhadores configura uma ilegalidade.

²⁴⁴ Criei o termo “empreendedorismo de guerrilha” a partir da expressão “cinema de guerrilha” vastamente usada no mundo do cinema e do audiovisual. O cinema de guerrilha designa uma produção cinematográfica, sem grandes orçamentos, em países sem investimentos ou leis de fomento a produção audiovisual, sem apoio de grandes produtoras e estúdio e movido pela força e engajamento dos envolvidos. Nesse sentido, o empreendedorismo de guerrilha é importante para distinguir esse empreendedorismo mobilizados pelos pobres sem investimento, movido pelas dificuldades econômicas e o desemprego quase permanente.

Ricardo Antunes (2010) aponta também a *gestão por metas* como uma estratégia de controle e de ameaça. A ameaça é operacionalizada pelas empresas, a partir da lógica dos que não atingem as metas estabelecidas estão em risco de demissão, dessa forma angariando mais produtividade a partir da constante ameaça de demissão e ao mesmo tempo medo no trabalhador.

A baixa remuneração automaticamente faz do benefício acesso a partir do cumprimento das metas seja um complemento importante para os trabalhadores. Ou seja, uma baixa remuneração produz precariedade, que para ser amenizada é preciso uma produtividade excessiva do trabalhador para receber um acréscimo ao salário (vale-refeição), obtido apenas com o cumprimento das metas de produtividade. É a precariedade como mecanismo pra induzir uma maior produtividade do trabalhador.

Para ela, o benefício configurava um importante acréscimo de renda em seu orçamento, pois por meio do benefício ela conseguia fazer compras no supermercado, dessa maneira reduzindo as despesas com alimentos em seu orçamento. O que é aproximadamente 50% do atual salário mínimo, a remuneração recebida por minha interlocutora no seu antigo trabalho. Na minha hipótese o vale-refeição configurou um dos motivos que alimentaram o desejo da minha interlocutora de retornar para o antigo emprego.

Todas as três interlocutoras revelaram sofrer assédio moral dos seus supervisores ou gerentes acima na hierarquia do ambiente de trabalho. O caso mais notório e nocivo de assédio moral foi o de Verônica, por parte do capitão do HCE. O assédio moral é um dos mecanismos de controle, coerção e incentivo de produção intensiva. É também por meio do assédio moral que a figura do chefe produz uma pressão institucionalizada como aumento da produtividade ou para excluir àqueles que não se submetem as pressões e normas (ANTUNES, 2010).

A prática sucessiva de assédio moral contra Verônica produziu efeitos trágicos, como o desenvolvimento da crise de ansiedade. O adoecimento de Verônica, que afastou do trabalho por um dia revela o adoecimento produzido pela gestão empresarial com base no assédio moral. Os sucessivos assédios de seu superior na hierarquia produziu um corpo doente, um trabalhador devassado por um ambiente de trabalho com fortes características de violência de gênero, discriminação racial e opressão de classe. Segundo Ricardo Antunes (2018) são os empregos terceirizados que apresentam maior número de assédios, lesões e mortes. Portanto, os relatos de assédio de Verônica e Fátima revelam o que pesquisas já apontaram, do assédio como forma

de controle e dominação dissimulada, ainda mais presente nas empresas terceirizadas (ANTUNES, 2018).

Já para Adriana, o adoecimento também se fez presente, porém não foi devido ao assédio moral no ambiente de trabalho. Mas um somatório de questões: violências sofridas pelo marido, sobrecarga de trabalho (trabalho produtivo e reprodutivo) e as questões econômicas. Em janeiro de 2022, ela teve um pico de pressão alta e acabou sendo levada para a Clínica da Família do Tuiuti. Ela é a única das minhas interlocutoras que não conta como uma rede de apoio, fazendo com que o excesso de trabalho seja uma questão importante, ainda mais no período da pandemia sem a escola para amenizar o cuidado com os filhos. A frase de Adriana: *“Seu eu pudesse nascer de novo, eu queria nascer queria nascer homem, queria ser pai, porque pai não tem compromisso com nada”*. Sintetiza não apenas a opressão de gênero e também a pressão a qual ela sofre em ter de arcar com os cuidados dos filhos e prover renda para sua família sozinha e sem contar com uma rede de apoio.

A distorção do Auxílio Brasil e o não reajuste do valor do benefício de acordo com a inflação e a sucessivas perdas de valor afetam os mais pobres e principalmente as mães e responsáveis por crianças e adolescentes. Adriana sentiu os efeitos da distorção do Auxílio Brasil após divorciar-se do seu marido. Ela ficou responsável pelos cinco filhos e recebia atualmente R\$ 600,00, enquanto o seu ex-marido que não tem nenhum filho ou criança sob sua guarda e recebe o mesmo valor. André também não paga pensão alimentícia ou ajuda financeiramente os filhos, o que gera revolta em minha interlocutora.

Já Verônica sente a distorção do Auxílio Brasil dentro da sua própria residência, pois ela é responsável por 8 adolescentes e crianças, entre filhos e netos que estão sob sua guarda. Com o novo programa social federal ela recebe atualmente no total o valor de R\$ 600, 00. Enquanto, sua filha Natasha que tem apenas um filho e reside na mesma residência recebe o mesmo valor que a mãe. O que revela as profundas distorções produzidas pela falta de critério do Auxílio Brasil. É importante sinalizar, que o Auxílio Emergencial tinha um critério, enquanto pessoas sem filhos receberam R\$600,00, as mães solas receberam o valor de R\$1200,00.

A lei da terceirização impacta diretamente os trabalhadores dessa modalidade, no caso de Adriana é um problema tácito. Ao ser demitida de uma empresa terceirizada, a empresa de limpeza não pagou os direitos trabalhistas como aviso prévio, décimo terceiro proporcional, férias proporcional, pagamento da multa de 40% em cima do FGTS. Com as alterações

realizadas pela lei da terceirização ela tem agora uma grande insegurança em receber o que lhe é de direito. Pois, a partir da nova legislação acerca da terceirização o trabalhador só poderá mover ação judicial contra a empresa contratadora, apenas quando esgotar todas as tentativas de cobrança da empresa terceirizada. As chances de Adriana conseguir receber seus direitos trabalhistas tanto da companhia terceirizada como da contratadora tornou-se ainda mais difícil e morosa.

Já Adriana penou por não receber os seus direitos trabalhistas, quando sofreu um acidente de trabalho, o atropelamento. Em seguida apostou no *empreendedorismo popular*, que acabou sendo interrompido com a pandemia. Em seguida no trabalho com faxineira foi demitida, quando a empresa terceirizada onde trabalhava teve o contrato rompido. Até o nosso último encontro ela não tinha recebido a indenização e nem o seguro-desemprego.

O que analiso é um leque de oportunidades de bicos e acréscimos ao salário da classe trabalhadora, mesmo com toda retirada de direitos e garantias nos últimos anos. Ainda mesmo vilipendiado o trabalho assalariado, no mercado formal oferece benefícios e acréscimos importantes, em especial, para uma camada da população, como a que estão inclusas as minhas interlocutoras. É desde o adicional de 20%, passando pelo vale-refeição e o seguro-desemprego ou indenização que permitem abrir um pequeno negócio. Todas essas possibilidades só podem ser alcançadas mediante ao trabalho regularizado, mesmo precarizado.

No atual período, o trabalho formal está ainda mais precarizado devido à perda do poder de compra, desvalorização do salário, o não acesso aos benefícios ou a distorção dos mesmos, o enxugamento do BPC e a inflação alta. Resultando em um cenário desalentador que somado a retirada de direitos após o *golpe parlamentar* de 2016. Dessa forma, com um salário encolhido, os agenciamentos em outras atividades tornam-se ainda mais necessários, como empreendedorismo, bicos, atividades no campo da informalidade e os *ilegalismos populares*. Se elas necessitam desses agenciamentos, qual é a importância do trabalho de carteira assinada?

O que defendo é que o trabalho regulado, no mercado formal promove uma segurança mínima, que não resolve os problemas econômicos e muito menos altera a vida precária. E o trabalho formal em que elas podem a partir destes agenciar acréscimos de renda ao orçamento em uma miríade de possibilidades providas a partir desse platô de segurança.

A conquista do emprego formal não significa a solução dos problemas econômicos das minhas interlocutoras, ainda mais no cenário atual em que cada vez mais o salário perde poder

de compra. Contudo, o trabalho legal permite uma estabilidade, possibilidade de fazer bicos (empregos em jornada de plantão), de ter acréscimos ao salário a partir dos benefícios ou uma renda para investir em uma tentativa de *empreendedorismo popular*.

Para Ruy Braga (2017) o capitalismo de plataforma não pode e não consegue substituir as promessas de inclusão via trabalho subjacente. Nem a *uberização* e nem o *empreendedorismo popular* oferecem ao trabalhador o que era promovido pelo emprego formal. Dessa forma os trabalhadores precarizados tem que atuar em diversas frentes (bicos, uber, empreendedorismo) para conseguir uma renda necessária para sobreviver. Todas estas atividades laborais sem proteção trabalhista e, sobretudo precárias.

As *contrarreformas* aprovadas nos últimos 6 anos produziram efeitos danosos para as classes populares, no caso das minhas interlocutoras apresento algumas questões diretas observados no trabalho de campo. Fátima, portadora de uma doença crônica escutou da assistente social que seria praticamente impossível ela acessar o BPC. Um direito, o qual lhe é garantido por ser portadora de uma patologia crônica. Apontarei alguns exemplos dessas políticas e seus efeitos para cada uma das minhas interlocutoras. O asfixiamento do Benefício de Prestação Continuada é um efeito direto da *contrarreforma* da previdência social e da emenda constitucional do Teto de gastos. A última produziu dificuldades ainda maiores para o acesso ao benefício.

Adriana após sofrer sucessivos episódios de violência doméstica protagonizadas pelo seu ex-marido conseguiu a separação. Enquanto André, seu ex-marido foi morar sozinho, ela quem teve de dar conta dos 4 filhos do casal e mais uma filha de seu primeiro casamento. Nessa situação, com dificuldades econômicas em manter a casa ela recebe o Auxílio Brasil no valor R\$600,00 e André, o ex-marido sem ter nenhum filho sob a sua guarda recebe o mesmo valor. Mesmo ela trabalhando como faxineira, recebendo um salário mínimo a renda é exígua para 6 pessoas. Um efeito direto das novas políticas de renda (Auxílio Brasil) para os mais pobres, sem critérios objetivos que resultam em distorções prejudiciais, sobretudo para as mães.

E Verônica que trabalhou como copeira no HCE e sofreu com o assédio moral de um dos seus superiores hierárquicos. Mas mesmo assim ambiciona um dia retornar para o antigo trabalho. O que na minha análise explica-se por esse emprego arcar com o benefício do vale-refeição, que configura um acréscimo de meio do salário mínimo na sua remuneração. Ou seja, um incremento de grande valia e que acaba sendo um robusto adicional para amenizar a baixa remuneração. O que é um efeito direto da perda do poder de compra dos trabalhadores,

resultado direto da Emenda Constitucional n° 95/2016, com reajustes do salário mínimo abaixo da inflação, sem ganho real para os trabalhadores.

A pandemia abriu um leque de oportunidades de trabalho no mercado formal, porém são atividades laborais precárias, terceirizadas, no escopo do trabalho *care* e de na área de serviços. O trabalho permaneceu sendo precário, de baixa remuneração e em meio às práticas de gestão por metas, assédio moral e demais práticas lesivas para a classe trabalhadora. E ainda mais precário a partir das leis e reformas aprovadas após o *golpe parlamentar*, mas oferecem ainda o mínimo de garantia para a classe trabalhadora mais precarizada. Em tese os trabalhadores essenciais diante das agruras da vida precária não tiveram e não têm possibilidade de escolha entre o binômio: proteção contra o Covid-19 *versus* ter uma renda mínima para sobreviver. A pandemia de Sars-cov-2 é uma pandemia é sobretudo de classe.

CONCLUSÃO

Na parede de um botequim de Madri,
 um cartaz avisa: Proibido cantar.
 Na parede do aeroporto do Rio de Janeiro,
 um aviso informa:
 É proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem.
 Ou seja: Ainda existe gente que canta,
 ainda existe gente que brinca.

Eduardo Galeano

Concluir uma pesquisa de doutorado em cinco anos é um desafio hercúleo, pois foram tantos temas discutidos e abordados a partir da etnografia, que é desafiador apontar uma conclusão fidedigna. A vida social é tão multifacetada, com pequenas filigranas e repletas de questões transversais que atravessam que é árduo para determinar um ponto final, da pesquisa. Contudo, para todos os pesquisadores de Ciências Sociais, sobretudo na área da Antropologia Social, esse desafio é conhecido, porém é sempre um desafio tentar dar conta de tantas vidas, questões, desafios e experiências investigadas no campo.

Foi no campo, que uma interlocutora me fez uma questão, a qual talvez eu esteja respondendo nesta conclusão. A pergunta me foi realizada, em uma reunião em 2019, organizada pela Clínica de Família Dona Zica, por uma das ex-moradoras da IBGE. A iniciativa da reunião era tentar reaproximar as antigas moradoras da ocupação do equipamento público, as avaliações de Beatriz, assistente social, e Rejeane, agente de saúde, eram de que elas estavam pouco frequentando após a remoção. Segue o trecho do diário de campo dessa reunião:

Diário de campo 26 de junho 2019

(...) Após Maria dos filhos a foi Leila que se apresentou de maneira rápida. Depois foi Vitória que falou, morou 6 anos na IBGE. Por final a Beatriz falou que agora era minha vez de me apresentar. Então, me apresentei como professor de História e agora doutorando em Ciências Sociais/ Sociologia na UERJ e que eu estava estudando a ocupação IBGE, porém com a remoção delas eu passei a estudar as antigas moradoras. Algumas me deram os parabéns pela pesquisa. Maria dos filhos falou que morou debaixo do viaduto da UERJ por 15 anos antes de ir morar no IBGE. Ela falou também que o sonho dela era que o filho dela estudasse na UERJ e que ele já estava com 23 anos. Eu respondi para ela que seria muito legal ele estudar lá e que ainda dava tempo dele estudar na UERJ. Vitória me perguntou se eu ia escrever um livro sobre a IBGE, eu respondi que sim. Ela respondeu que queria estar no livro (...)

A pergunta feita por Maria dos filhos, se eu escreveria um livro sobre o seu antigo espaço de moradia mexeu comigo. O questionamento feito na frente de todos os presentes me

colocou em uma situação de responsabilidade, ali um laço foi amarrado, um compromisso foi selado. A minha resposta positiva a partir daquele momento tornou-se um comprometimento, olhos nos olhos, na frente de todos a escrever um livro sobre elas, sobre a ocupação IBGE e acerca de suas trajetórias.

No penúltimo dia do meu trabalho de campo, em julho de 2022, fui novamente questionado por Vitória acerca do livro. Dessa vez, já escrevendo o último capítulo não me senti tão pressionado. Pelo contrário, me senti feliz, em respondê-la positivamente, que estava concluindo o livro sobre a IBGE. Apesar das mudanças impostas pela remoção da ocupação em 2018, que obliteraram a minha investigação que, até então, seria uma etnografia sobre o espaço de moradia de famílias sem-teto na favela da Mangueira.

Entrei em campo para fazer uma pesquisa na área da Antropologia Urbana em uma ocupação de sem-teto, pois de 2014 até 2018 estudei e acompanhei de perto as pesquisas da minha então orientadora de mestrado Patrícia Birman (2016) e minhas companheiras de grupo de pesquisa Adriana Fernandes (2013) e Camila Pierobon (2018) sobre ocupações de sem-teto em edifícios na região portuária do Rio de Janeiro. Inspirados por essas excelentes pesquisadoras resolvi etnografar uma ocupação espontânea em uma favela, não dirigida por movimentos sociais e na Zona Norte da capital fluminense.

O projeto inicial era acompanhar a vida social da ocupação e analisar as diversas questões acerca dos seus moradores e, concomitante, debater sobre as políticas habitacionais. Em especial, a política de remoção, reassentamento e principalmente a possibilidade de readaptação dos edifícios para moradias populares, o qual já havia um projeto de uma arquiteta espanhola²⁴⁵. A ideia de discutir habitação social foi por água abaixo, dois meses depois do início da pesquisa. Em maio de 2018, a prefeitura do Rio de Janeiro demoliu os três prédios, após remover as famílias e prometeu a construção de um condomínio do Minha Casa Minha Vida, onde as famílias serão reassentadas. Desde então, as famílias estão vivendo com Auxílio Aluguel, no valor de R\$ 400,00.

²⁴⁵ Segundo esse Estudo, a reforma e readaptação dos prédios em habitações populares seria mais econômico e célere do que a demolição e a construção de moradias populares. Contudo, a escolha da prefeitura foi pela implosão. O projeto estava no *site* do Instituto de Arquitetos do Brasil, porém infelizmente não se encontra mais *on-line*.

A transformação da ocupação IBGE Mangueira em pó e ruínas transformou também o meu projeto de pesquisa inicial, que deixou de ser uma etnografia sobre um espaço de moradia para uma etnografia acerca de seis ex-moradoras do antigo órgão do governo federal. A minha pesquisa a partir do trabalho de campo, afastou-se da questão de habitação e concomitantemente aproximando de questões como: *ilegalismos*, *viração*, trabalho, *encarceramento em masa*, Segurança Presente, etc. Portanto, apesar de realizado um capítulo sobre habitação, que foi descartado após a qualificação, inicio a conclusão, abordando essa temática.

No campo, sempre ocorreram rumores (DAS, 2004) sobre as casinhas²⁴⁶ ou predinhos²⁴⁷, de diversos tipos, origens e histórias. Segundo Tina, ela tinha escutado falar que o Crivella não daria mais casas, mas cada um dos antigos moradores cadastrados receberia uma indenização em dinheiro. Segundo Verônica, a obra estaria embargada porque o terreno ainda não estava no nome do governo federal. Já Lorota era partidário do rumor de que o dinheiro já tinha saído e a prefeitura estava de má vontade e cabia ao povo da IBGE pressionar o poder Executivo municipal para a imediata construção do conjunto habitacional.

Por sua vez, o Pastor Wagner tinha informações privilegiadas a partir de membros da sua Igreja de São Paulo, de que todo o problema era advindo da extinção do Ministério das Cidades pelo governo Jair Bolsonaro²⁴⁸. Segundo sua versão, a Caixa Econômica já teria disponibilizado a verba para construção do condomínio do Minha Casa Minha Vida (MCMV) para reassentar as famílias, porém como não existia mais o Ministério responsável pelo programa habitacional, ficou paralisado. E completou dizendo que estava aguardando regularizar essas mudanças de início de governo para efetivar as obras de construção.

Os rumores são característicos dessas esperas por ações governamentais. Como aponta Adriana Fernandes (2013), sobre os rumores que circulavam na ocupação Zumbi dos Palmares²⁴⁹, em especial no período que antecedeu a remoção. O processo de remoções sempre

²⁴⁶ Casinhas é um termo nativo, como as ex-moradores da IBGE chamam o futuro condomínio de casas onde serão reassentados.

²⁴⁷ Predinhos é um termo nativo, como os ex-moradores da IBGE chamam o futuro condomínio de casas onde serão reassentadas.

²⁴⁸ O Ministério das Cidades foi criado no primeiro mandato presidencial de Luis Inácio Lula da Silva (2002-2006). Esse Ministério era responsável por concentrar a gestão de diversas políticas públicas, como mobilidade urbana, saneamento básico, habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida. Com a extinção desse Ministério em janeiro de 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, parte de suas atribuições foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento.

²⁴⁹ Após dois anos de ameaças, rumores e boatos, a ocupação Zumbi dos Palmares, na região Portuária do Rio de Janeiro, foi removida pela prefeitura municipal. Uma parte dos moradores recebeu uma indenização em dinheiro e outra parcela foi reassentada em apartamento de condomínios do Minha Casa Minha Vida na Zona Oeste

abre espaço para uma série de boatos, de disse-me-disse e que muitas vezes é despertado pelos próprios agentes do Estado (FERNANDES, 2013), quando estes se aproveitam das fragilidades e do medo dos moradores. O que ocorre é uma suspensão da vida, uma insegurança, pois o que os moradores construíram durante anos está aberto a diversas decisões nas mãos de um Estado frio, longínquo e impessoal.

Retornando ao caso da minha etnografia, já se passaram 5 anos desde a remoção dos/das ocupantes, mas até agora a obra não teve início. Segundo o prefeito Crivella, - formado em engenharia civil-, o condomínio onde seriam reassentadas as famílias estaria pronto em 1 ano meio após a demolição. Os escombros foram retirados e o terreno está vazio e uso do mesmo é feito por flanelinhas que o utilizam como estacionamento em dias de ensaios ou shows na quadra da Escola de Samba, por meninos soltando pipa em época de férias escolares e por um parque de diversões que de tempos em tempos se instala no local (DECISÃO...2019)²⁵⁰.

Ao longo da pesquisa constantemente alguém apareceria com uma informação quente: “*Fiquei sabendo que a obra vai começar*”, “*Tiveram uns caras aí da prefeitura vendo o terreno, dessa vez a obra começa de vez*” ou “*O Junior foi lá na prefeitura para resolver a questão das casinhas*²⁵¹”. Esses rumores vão e voltam como *boomerangues*²⁵² australianos ou como fogueiras que são acesas e apagadas ao sabor do vento, despertando uma confusão de sentimentos nos futuros beneficiários como: aflição, ansiedade, medo e muita esperança de que um dia elas possam conquistar a tão sonhada casa própria.

Nesse penoso processo de espera, minhas interlocutoras não tocaram em um assunto importante, que impactou diretamente a realização dos seus sonhos da casa própria, a extinção do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, em janeiro de 2021. O antigo programa habitacional foi substituído por um novo chamado Casa Verde e Amarela. O fim do programa criado no último ano do segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (PT), em

cidade. Ver na tese de doutorado “Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro”, de Adriana Fernandes.

²⁵⁰ A reportagem do jornal *Extra* estampa uma foto do terreno da IBGE na favela da Mangueira ocupado pelo parque de diversões.

²⁵¹ Junior é o presidente da Associação de moradores da favela da Mangueira desde 2019. Segundo rumores ele assumiu o cargo a partir de indicação dos traficantes de drogas ilícitas da favela. Para uma discussão mais aprofundada sobre Associação de moradores e tráfico de drogas ver: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: IBASE, p. 33-44, 2004.

²⁵² *Boomerangue* é uma arma dos povos originários da Austrália, os aborígenes. O objeto é feito de lâmina de madeira curvada, o seu formato faz com que quando lançado ao ar retorne para as mãos do lançador. Na atualidade é utilizado como um objeto de lazer por crianças e jovens.

2009, não foi uma surpresa para quem acompanhava a política habitacional da União. Desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência iniciou um desmonte do programa, que teve como a última pá de cal a extinção.

O programa Minha Casa Minha Vida vinha sendo asfixiado desde o *golpe parlamentar* de 2016, como aponta Ricardo Antunes (2021) que abriu as portas para a implantação de uma agenda neoliberal, ajuste fiscal e desmonte dos programas sociais. E o programa Minha Casa Minha Vida também foi vilipendiado, não só por uma ideologia do governo em defesa de uma política habitacional voltada para atender os empresários do ramo, como também pela PEC 95, que congelou os gastos da União por 20 anos. O programa já teve um orçamento de R\$ 11,9 bilhões, mas no primeiro ano do atual governo caiu para R\$ 4,6 bilhões e no ano seguinte para poucos R\$ 2,71 bilhões (TRISTE..2021).

O programa habitacional Casa Verde e Amarela prolongou ainda mais o sonho que as minhas interlocutoras de conquistar a casa própria. Ao contrário, do antigo programa, o novo exclui a construção de imóveis na “Faixa 1” de renda até R\$1.600,00, justamente a faixa de renda dos ex-moradores da IBGE (ROLNIK, 2015). O programa criado pelo governo Bolsonaro atendia a três grupos: Grupo 1- com renda até R\$ 2,000,00; Grupo 2- com renda até R\$4,000,00 e Grupo 3- com renda até R\$ 7,000,00. É importante recordar que os beneficiários da Faixa 1 do extinto MCMV não pagavam juros e a prestação tinha um teto máximo de R\$ 270,00, enquanto no Casa Verde e Amarela o Grupo 1, com pessoas com renda até R\$2,000,00 já arca com juros de 5% até 5,25% para cotistas e de 4,5% até 4,75% para não cotistas do FGTS²⁵³.

O estudo “Impactos Econômicos dos Cortes no Programa Casa Verde e Amarela” foi produzido pelo DIESSE pela Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM), Fundação Freidrich Ebert e demais entidades de classe do setor da construção civil, publicado em 2021 (IMPACTOS...2021). O Estudo revela que os mais pobres não foram excluídos do novo programa, pois ainda estão incluídos no Grupo 1, porém no MCMV não havia a imposição de juros e um limite do valor da mensalidade de até R\$ 270,00. No antigo programa os mais pobres pagavam parcelas no máximo até 10 anos, no atual até 30 anos. Segundo Raquel Rolnik (2015) o antigo programa o pagamento de parcelas na Faixa 1 era apenas simbólico, pois a União arcava com mais de 90% do valor do imóvel. Portanto, evitando

²⁵³ O programa Casa Verde e Amarela prevê juros menores para os habitantes das regiões Norte e Nordeste.

onerar em demasia os beneficiários mais pauperizados da política habitacional (IMPACTOS...2021).

A Medida Provisória 996/2020 (BRASIL, 2009) enviada pela União ao Congresso Nacional previa no artigo 6º, inciso 16, a remoção de famílias inadimplentes dos respectivos imóveis, inclusive na antiga Faixa 1, porém foi vetada pelos parlamentares. Antes da criação do novo programa, em 2019, o governo federal por meio do decreto 9.759/2019 excluiu o Conselho Nacional das Cidades (GOVERNO...2019), que era formado por especialistas, universidades, pesquisadores e movimentos sociais de luta por moradia. O Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida também foi extinto (BOLSONARO...2019). O Estudo também apontou uma redução de 98%, no orçamento do programa Casa Verde e Amarela para o ano de 2021, de R\$1,5 bilhão previsto e após o corte para meros R\$ 27 milhões.

O cenário em 2022, da política habitacional no Brasil era o mais desanimador possível. O meu acompanhamento acerca da construção do Minha Casa Minha Vida na favela da Mangueira aponta nesse sentido. Em janeiro de 2019, o então prefeito Marcelo Crivella assinou contratos com a Caixa Econômica, para a construção de 1140 unidades habitacionais, pelo programa Minha Casa Minha Vida (RIO...2019). Dentre as unidades, uma delas seria na favela da Mangueira, para reassentar os ex-moradores removidos em 2018.

Entretanto, os contratos assinados pelo ex-prefeito com a Caixa Econômica foram cancelados em novembro de 2019. O governo federal cancelou contratos para a construção de 17 mil moradias populares pelo programa MCVM em todo o país (DECISÃO...2019). No Rio de Janeiro foram cancelados seis conjuntos habitacionais com obras que estavam previstas para iniciar ainda no primeiro semestre de 2019. Um dos conjuntos habitacionais cancelados. A alegação da União para o cancelamento era que as construções foram aprovadas sem orçamento previsto pelo governo antecessor, o de Michel Temer (DECISÃO...2019)²⁵⁴.

Após essa última notícia do cancelamento, em novembro de 2019, não encontrei mais nenhuma notícia acerca do condomínio habitacional na favela da Mangueira. Apenas uma notícia sobre o terreno da antiga ocupação Jambalaia²⁵⁵, em Campo Grande, removida em 2018, pelo Marcelo Crivella. Naquele ano a prefeitura municipal removeu três ocupações, demoliu os

²⁵⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Econômico o Tribunal de Contas da União.

²⁵⁵ A ocupação Jambalia era uma ocupação de edifícios abandonados ainda inacabados por uma construtora, no bairro de Campo Grande, Onde residiam 280 famílias, removidas em 2018, e que atualmente recebem auxílio aluguel, enquanto aguardam pela construção do conjunto habitacional onde serão reassentadas.

edifícios, cadastrou os moradores e prometeu construir conjuntos habitacionais no mesmo local. O Jambalaia voltou a figurar nos meios de comunicação, pois o terreno estava sendo invadido pela milícia (MORADORES...2020), que estava vendendo lotes. Os antigos moradores com medo de perderem o terreno, onde serão construídas suas futuras casas, denunciaram a prática ilegal dos milicianos.

A resposta do Executivo municipal foi no sentido de atribuir integralmente à responsabilidade da construção das moradias populares à União. O Ministério do Desenvolvimento não respondeu a reportagem (MORADORES...2020). A resposta do Executivo municipal foi à mesma dada pelo mesmo órgão na manifestação em outubro de 2019, devido aos dois meses de atraso do pagamento do Auxílio Aluguel. Após muito barulho dos manifestantes e gritos de ordem: “Crivella, cadê você, eu vim aqui para receber” e “El, el, el, eu quero meu aluguel”. Uma comissão foi recebida pela prefeitura, que deu a mesma resposta: “Estamos esperando o dinheiro do governo federal para construir as casas”(SANTANA,2019).

A partir da resposta da União e da prefeitura é possível ter uma noção de quanto é difícil a construção do conjunto habitacional na favela da Mangueira na conjuntura política, econômica e social dos últimos 4 anos. Com o valor de R\$ 27 milhões (IMPACTOS...2021) destinados ao gasto com habitação do programa Casa Verde e Amarela em 2021, é possível ter uma noção de que em pouco tempo quase nenhuma habitação popular avançou no Brasil. A política ultraliberal, o ajuste fiscal, o teto de gastos do governo federal e desmonte da política habitacional com foco em combater o déficit habitacional, substituída por uma política apenas voltada para os lucros do mercado inviabilizam o sonho da casa própria para a população mais pobre.

A conjuntura desabonadora não apaga as esperanças das ex-moradoras da IBGE. Vitória faz planos para suas futuras casas, segundo ela é o único bem que deixará para os seus filhos. Ela quer deixar um apartamento para Mila e Nanda e outro apartamento para Pedro e Lucas, pois não quer saber de briga entre os filhos por causa de casa. Para Kailane - sua filha adotiva - ela construiu um barraco na invasão FAETEC. Por sua vez, Verônica está brigando para poder garantir um apartamento para os três netos, filhos de sua filha Regina, falecida em 2019. A prefeitura negou o acesso a minha interlocutora ao benefício habitacional que era de Regina, depois de que ela tornou-se responsável legal dos netos, mas ela está vendo com Lorota como reivindicar o apartamento para os filhos de Regina.

Tina, atualmente residindo na favela Nova Holanda- Maré, tem planos de alugar ou vender o seu futuro apartamento. Ela e suas filhas não querem retornar a residir na favela da Mangueira, pois são críticas da localidade, preferem alugar ou vender o futuro apartamento e continuar morando na Maré. Adriana, na última conversa, reclamou da escolha feita pelos ex-moradores. Segundo ela, a escolha foi “burra”, pois deveriam ter escolhido receber a indenização em dinheiro e não os apartamentos, já que, naquele momento, ela já alertava sobre a longa espera pela construção do conjunto habitacional.

Debates e opiniões à parte, o condomínio onde serão reassentadas ainda não saiu do papel. Apesar de em 2022 o cenário ser de desalento no que tange a conclusão do conjunto habitacional na Mangueira. o ano de 2023 abre uma nova esperança para os ex-moradores da IBGE, com eleição de Luís Inácio Lula da Silva²⁵⁶ para presidente da República. Ao longo da campanha eleitoral, o mesmo se comprometeu a recriar o programa Minha Casa Minha Vida e o Ministério das Cidades, retomar investimentos robustos no programa e a recriação da Faixa 1 que destina imóveis para famílias sem rendimentos até renda de R\$1,600,00 (excluído no governo Bolsonaro). O que acende a possibilidade de, finalmente, minhas interlocutoras receberem suas casas.

Enquanto isso, minhas interlocutoras vão vivendo com ínfimo valor de R\$400,00 do benefício habitacional, cada dia mais debilitado pela inflação galopante. Um Auxílio Aluguel insuficiente para arcar com um aluguel de uma casa espaçosa, ventilada e com um tamanho mínimo para uma vida saudável, nasceu uma nova ocupação na favela da Mangueira. Foi a Vitória que me revelou em meados de 2020 o início de uma nova invasão, a invasão da FAETEC²⁵⁷. Segundo rumores foram os traficantes de drogas ilícitas da favela que liberaram para invasão que está sendo rapidamente ocupado por diversas famílias, sendo muitas delas ex-moradores da IBGE. Das minhas interlocutoras Fátima, Selma e Vitória têm barracos na nova ocupação.

Maria dos filhos, por ser mãe do traficante assassinado Tico, ganhou um espaço no primeiro andar, segundo ela naquele perímetro do edifício era destinado apenas para mulheres e familiares do tráfico de drogas ilícitas da Mangueira. A identificação na madeira do barraco

²⁵⁶ Em 30 de outubro, Luis Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito no segundo para o terceiro mandato como presidente do Brasil.

²⁵⁷ O edifício da FAETEC estava abandonado há alguns anos, localizado na favela da Mangueira, na parte baixa, atrás do Centro Cultural Cartola e ao lado do terreno da IBGE. É um espaço amplo, com um edifício de três andares, onde funcionavam os cursos da antiga escola técnica. Os barracos foram construídos dentro do edifício e também na parte de fora.

de Vitória estava escrito “Mãe do Tico”, ou seja, uma identificação que a partir da sua vinculação maternal com o filho assassinado. Mesmo morando no Borel ela construiu um barraco na FAETEC. Apesar desses rumores, que não pude confirmar ainda, não há boca de fumo na invasão, mas já existem dois projetos sociais funcionando: um com aula de futebol para as crianças e, outro, de reforço escolar e demais atividades com o Pastor Wagner, tal como na IBGE.

A Fátima ainda não deu início à construção, apenas tem o espaço reservado com o seu nome, o plano dela é dar o espaço para sua filha morar lá. Vitória construiu com madeira o seu barraco, que está bastante adiantado e às vezes passa um tempo lá, porém sem morar definitivamente. Ainda tem alguns problemas de falta de água, apesar de já existir um gato de luz. Selma construiu um pequeno barraco, estava ensaiando morar lá, mas devido ao seu filho desistiu e deixou o barraco para o filho caçula.

As outras interlocutoras reclamam e dizem que não suportariam mais viver em uma invasão, depois de tudo que passaram na IBGE. Elas não querem mais passar por falta de água, conviver com lixo espalhado pelos espaços de conveniência e as confusões de viver em uma moradia coletiva. É um argumento retumbante “*O pessoal na IBGE era muito sujo, não quero mais viver desse jeito*”. O que oferece uma contradição, pois as narrativas muitas vezes são de uma avaliação positiva dos tempos do espaço de moradia.

Apenas Selma, no período de 2019 até 2022, mudou cinco vezes de casa, Fátima mudou 3 vezes. Exceto pela Verônica, todas as minhas interlocutoras mudaram de casa ao longo da minha pesquisa. Relatos como “*Eu gostava mais quando morava na IBGE*” ou “*A minha casa lá era mais espaçosa, tinha quintal para as crianças brincarem*” são recorrentes. Há um saudosismo na maioria delas, mas há também quem diga que odiava habitar no antigo espaço de moradia.

As contradições entre avaliações positivas e negativas do tempo da IBGE são comuns, inexistente uma homogeneidade entre as minhas interlocutoras sobre o antigo espaço onde habitaram por anos. Contudo, há agenciamentos em alterar a situação em que estão no atual momento. Seja buscando construir um barraco na nova invasão para morar, saindo da vida de aluguel e incorporando assim o valor do Auxílio Aluguel ao orçamento; construindo um barraco para dar para um filho ou até a esperança de que haja um mesmo destino do que a IBGE com a remoção e o reassentamento em um futuro conjunto habitacional. Encaminhando para a conclusão tratei um resumo conciso da atual situação de cada uma das minhas interlocutoras no

que tange as questões de suas vidas, no atual momento em que encerro o meu trabalho de campo (junho de 2022).

Início pelo caso mais doloroso, o de Adriana, pois ocorreu no final da minha pesquisa e foi muito delicado e me senti profundamente afetado emocionalmente. Portanto, não discorrerei com profundidade, apenas relatarei o que consegui apurar. Em julho de 2022 recebi uma mensagem via *whatsapp* da filha de Verônica, com um trecho de uma reportagem de um dos jornais televisivos do Rio de Janeiro, repleto de casos de violência escabrosos, no horário do almoço. No vídeo aparecia Adriana entrando algemada na delegacia, e na legenda da reportagem: “Mulher é presa por prostituir suas filhas menores de idade”.

É difícil até descrever meu sentimento quando assisti ao vídeo. Segundo os demais noticiários que assisti, ela foi presa depois de denunciar a tentativa de abuso de suas filhas por um homem. Em seguida, os policiais interrogaram o acusado, que revelou pagar para ter relações sexuais com as filhas da minha interlocutora de 17 anos e de 11 anos. Esse depoimento foi o que levou a prisão de Adriana, desde então, ela encontra-se presa. As filhas, segundo foi me revelado, estão com pai, o ex-marido da minha interlocutora. Como relatei anteriormente, desde então não tive mais contato com ela.

A Tina teve uma linda filhinha a Ana Olívia, que nasceu no final de 2022 e que também me tornei padrinho. O pai com quem ela namorava viajou para o Nordeste para trabalhar em uma obra. A princípio ele tinha se comprometido em arcar com o pagamento da pensão alimentícia e retornaria ao Rio de Janeiro no final do ano. Contudo, Tina disse que agora ele diz que a filha não é dele e não está mais enviando nenhuma ajuda financeira.

Em maio de 2022, Tina decidiu apostar no “empreendedorismo de guerrilha” abrindo uma barraca de venda de doces, biscoitos e demais guloseimas, na sala de sua casa. Ela está feliz, porque as vendas estão indo bem e suas filhas estão ajudando a tocar o pequeno negócio. Ela contraiu um empréstimo consignado, após a aprovação do Auxílio Brasil e está pagando, mas reclama dos juros e dos descontos. Atualmente, ela tem frequentado a igreja Universal aos domingos e em especial sua filha mais velha tem sido bastante assídua na caminhada religiosa, inclusive já se batizou. Na placa em cima da porta de entrada está escrito ‘Barraca da Tina’ e tem uma estrela de Davi²⁵⁸.

²⁵⁸ A estrela de Davi é um símbolo religioso de origem judaica, mas que nos últimos tem sido muito apropriado pelas igrejas evangélicas neopentecostais brasileiras, como também a bandeira do Estado de Israel. A estrela da Davi na placa da barraca de minha interlocutora me despertou a atenção, pois, no atual momento, estou

Selma está trabalhando em uma pensão no Buracão nos Macacos e morando atualmente com o seu ex-marido. Entretanto, ela tem cortado um dobrado para dar conta dos seus netos, os filhos do Julio. Com a prisão de sua nora por furto em uma loja, os netos estão sob a sua responsabilidade. Ela já cuidava da sua neta que, desde o falecimento de sua filha, que ela detém a guarda já há alguns anos. Agora mais dos dois netos, de 4 e 5 anos.

Fátima está trabalhando como faxineira na empresa Nova Rio, de carteira assinada. Na última vez em que nós nos encontramos ela estava buscando conseguir emprego para o seu filho Renzo e também uma nova casa para os dois morarem juntos. Um imóvel em outro lugar, pois seu filho está proibido de voltar à favela da Mangueira, depois de cometer um assalto.

Verônica está atualmente trabalhando como copeira no Hospital Geral de Bonsucesso, porém ela cultiva esperanças de voltar a trabalhar no Hospital Central do Exército, onde as condições de trabalho e remuneração eram melhores. Também está apostando suas fichas no “empreendedorismo de guerrilha”. Ela abriu no início de 2022 uma barraca para vender doces, biscoitos e demais guloseimas na parte baixa da favela da Mangueira. Nos dias em que ela está de plantão é o seu genro que fica à frente do comércio. Nos dias de folga, ela divide-se em fazer bicos como diarista ou tomar conta da sua barraca.

Em nosso último encontro, Verônica estava alegre, pois sua filha Keila, de 18 anos, estava grávida de 6 meses. As duas estavam no sofá discutindo os preparativos para o chá de bebê e a filha da minha interlocutora buscava convencer a mãe a comprar um carrinho de bebê moderno na internet, enquanto a mãe reclamava do preço elevado. Um segundo desafio é que minha interlocutora está tentando tirar o seu filho Leo do tráfico de drogas ilícita. Segundo Verônica, ele está propício a sair, mas ela quer também conseguir um emprego para o filho na empresa terceirizada em que ela trabalha.

Vitória Silva está em um processo de ida e volta com o marido, ela quer a separação, mas ele não quer sair de sua casa. Minha interlocutora sabe de casos extraconjugais dele, fala sobre isso abertamente, porém não consegue a separação. Os conflitos também tem origem por Mais de Mil recusar a destinar parte do dinheiro para minha interlocutora para os afazeres da casa. Segundo Maria dos filhos, ele gasta com as amantes, com drogas e com bebidas alcoólicas.

escrevendo um artigo acadêmico sobre os distintos usos da bandeira de Israel, no Brasil contemporâneo. No artigo discorro sobre os distintos usos e apropriações da bandeira de Israel pelas igrejas neopentecostais, o uso da bandeira também pelos movimentos de extrema-direita no Brasil e pelo *bolsonarismo* e por último pela facção do tráfico TCP, que fundou o Complexo de Israel e faz um uso da bandeira como marcador de território.

Ela agora está articulando uma estratégia de ir ao trabalho dele no dia de pagamento para pegar o dinheiro das crianças.

Segundo Vitória, seu marido também tem recebido o Auxílio Brasil no valor de R\$600,00, o qual ele repassa para ela R\$ 300,00. Contudo seu maior desafio no momento é conseguir regularizar seus documentos após ter sido presa e seguidamente liberta. Ela tem pelejado pelas burocracias do Estado e os desafios do mundo da internet para tirar CPF, identidade, título de eleitor e demais documentos necessários para acessar as políticas públicas. Até agora ela conseguiu uma parte, porém seu CPF tem constado como inválido. Por esse motivo ela não conseguiu ainda fazer o CadÚnico e, conseqüentemente, tornar-se beneficiária do Auxílio Brasil.

No dia 22 de julho, Vitória me ligou para falar sobre o seu CPF e que não estava conseguindo ser cadastrada para receber o benefício e me pediu ajuda. Contatei meu amigo contador, Gabriel, com muita expertise para investigar no labirinto complicado dos *sites* da Receita Federal, Caixa Econômica e demais órgãos federais. Ele conseguiu ver que o CPF da minha interlocutora está válido e mandou o documento em PDF para ela apresentar no CRAS e ela conseguir finalmente o cadastro. Mas a essa altura ela não falava de outra coisa que não fosse a festa de aniversário dos seus filhos mais novos .

Acabei ficando irritado com ela, pois insistia para ela ir o mais rápido possível no CRAS, pois como está sendo veiculado pelos meios de comunicação, a iminência do pagamento da primeira parcela do Auxílio Brasil, no novo valor de R\$ 600,00 seria paga nos próximos dias. De nada adiantou a minha insistência, pois Vitória só falava da festa, só resolvia as coisas para festa, só se dedicava a festa. O que me deixou chateado e irritado, o que na minha autocrítica posterior avalio como um excesso de racionalismo burguês, o *apolíneo*, nos termos de Friedrich Nietzsche (1992), de que a economia, o trabalho, o dinheiro devem vir antes de lazer, da festa, dos prazeres, etc. Enquanto, a minha interlocutora elegeu a celebração de mais um ano de vida dos filhos como prioridade naquele momento.

O que me fez refletir e chegar à frase do sambista e compositor Beto Sem Braço também órfão como minha interlocutora que dizia: “ *O que espanta a miséria é festa*”. A festa foi embaixo do viaduto, em frente à Associação de Moradores do Borel. Uma festa linda, com temática do Flamengo, com dezenas de crianças, muita delas ex-moradoras da IBGE, música, salgadinhos, cervejas, churros, danças de *Tik Tok* e tudo mais que tem direito uma boa festança. Saí da festa à 1h20min feliz - e levemente alcoolizado - em ver minha interlocutora alegre e

celebrando a vida dos seus filhos, diante de tantos desafios impostos em sua trajetória. Sim! Os pobres têm o direito de fazer festa mesmo em cenários de desalento.

Segundo o historiador e escritor Luiz Antônio Simas, fazendo coro com o compositor Beto Sem Braço: “*Não se faz festa porque a vida é boa, mas pela razão inversa*”. A partir desta afirmação, entende-se que há mais valor ainda a festa organizada pela Vitória com a presença de crianças, familiares, amigo antropólogo, amigo psicólogo, Professora da FioCruz e toda uma rede social de amigos do asfalto e da favela. Refletindo mais tarde, a celebração teve importância singular, pois também se comemorava sua liberdade após 22 anos entre os status de presa, condenada e foragida. Se a festa não espanta definitivamente a miséria, ela consegue por algumas horas ficar um pouco de lado, dando lugar a festa, alegria e ao *dionisíaco*, nos termos de Friedrich Nietzsche (1992).

Em suma, essas foram as últimas informações das minhas interlocutoras antes do término do trabalho de campo. Foi uma tarefa árdua decidir quando o trabalho de campo se encerraria. Ao final, revelarei como cheguei a essa dramática decisão. Escrever a conclusão dessa longa pesquisa configurou mais um dos desafios, tão grande como reelaborar o projeto de pesquisa após a remoção da IBGE Mangueira, tão trabalhoso como encontrar minhas interlocutoras após a remoção e tão árduo como abordar temas espinhosos ao longo da etnografia. A dificuldade em concluir é grande, devido a variedade de temas sociológicos, antropológicos e políticos abordados nos quatro capítulos. Como concluir e, ao mesmo tempo, dar conta de reunir a variadas questões. Após mais de 6 meses pensando em qual seria o fio condutor da minha tese de doutorado cheguei a conclusão, o que une todos temas abordados é agência das minhas interlocutoras.

O Capítulo 1 “Mulheres nas dobras do informal, do ilegal e ilícito” analisei as práticas agenciadas não são ações individuais, mas sim práticas compartilhadas por sujeitos que estão em conexão por território e classe, sujeitos nas margens. O caso da prática ilegal de venda de ingressos obtidos gratuitamente partir da gratuidade, o qual desconhecia completamente. Entretanto no meu campo a prática era realizada tanto por Fátima, como por Lorota, os dois portadores de doenças crônicas que os permitem adquirir ingressos gratuitos no estádio do Maracanã. Esses dois casos apontam como a prática é compartilhada e acionada por distintos atores, que residem em um mesmo território. Como defendem Daniel Hirata e Vera Telles (2007) são práticas e redes sociais que atravessam e compõem a vida nos bairros de periferia, favela e *territórios de pobreza*.

Os agenciamentos não são ações individuais, mas coletivas e amplamente disseminadas em determinados grupos sociais²⁵⁹. Dessa maneira defendo que as práticas são compartilhadas e coletivas, sem, contudo, serem acionadas em conjunto. São características das tramas urbanas, dos pobres urbanos, não como um grupo homogêneo, mas que compartilha dos mesmos *expedientes de sobrevivência*. Os ex-moradores da IBGE são um grupo heterogêneo, porém que compartilha de práticas similares, que são feitas, elaboradas e disseminadas entre o grupo social.

Em duas situações de campo me deparei com interlocutoras que rejeitavam essas práticas da vida cotidiana, a filha de Tina que recusou dar balão no BRT (Bus Rapid Transport “Ônibus de Transporte Rápido”). E Jesuína, ex-moradora da IBGE, que se negou a falsificar o comprovante de aluguel para comprovar na prefeitura e não perder o benefício habitacional, mediante a sua moral cristã neopetencostal . A importância de citar esses dois casos é para evitar homogeneizar e essencializar os ex-moradores da IBGE ou moradores de favela. Entretanto, há um claro *habitus* em suas redes sociais desses agenciamentos práticos da vida cotidiana e resistências cotidianas.

Configura uma prática compartilhada e ilegal entre os meus interlocutores é o documento. Os documentos como aponta Veena Das (2004) são instrumentos necessários para circular, acessar políticas públicas e demais ações do dia a dia. Selma recorreu à prática ilegal de acionar um conhecido a se passar pelo seu filho para conseguir recuperar a senha do cartão e voltar a receber o Auxílio Aluguel. Munida dos documentos do filho da minha interlocutora ele conseguiu no banco recriar a senha e o sonhado acesso ao benefício habitacional .

Maria dos filhos conseguiu circular por anos pelas ruas, mesmo enfrentando as blitzes cotidianas a partir do documento de uma de suas amigas. Quando era abordada por policiais ou agentes do Segurança Presente ela apresentava os números de documentos de sua amiga. Assim ela evitava ser presa, pois como foragida da justiça ela poderia se identificada e presa. Esses dois casos são exemplos de práticas compartilhadas entre os sujeitos da minha pesquisa.

²⁵⁹ Em novembro de 2022, peguei um ônibus do Centro do Rio de Janeiro. No ponto de ônibus da UERJ adentrou um senhor de meia idade com deficiência física. Ela começou a conversar com o motorista de assuntos banais e falou do próximo jogo do Fluminense. O motorista que era tricolor se entusiasmou com a partida, quando o rapaz ofereceu ingressos gratuitos para ele. Segundo o rapaz, o motorista teria que ir com ele na bilheteria para retirar os ingressos. Essa cena, que escutei da conversa alheia revela a prática não só da venda de ingressos obtidos a partir da gratuidade, como também são dadas a amigos, conhecidos, etc.

Os agenciamentos das minhas interlocutoras são construídos e reconstruídos não só a partir do compartilhamento coletivo das práticas, como também a partir de uma rede de apoio vasta, que inclui amigos, conhecidos, familiares, servidores públicos, entre outros. A rede constitui de formas variadas e inclui servidores públicos que, por diversas formas, ajudam ou auxiliam ou por meio de *mercadorias políticas* as práticas ilegais ou por redes de solidariedade.

Para Fátima enviar remédios para o seu filho Renzo no presídio ela acionou uma enfermeira conhecida que vende receitas médicas fraudulentas. A partir do pagamento, ela conseguiu a receita e assim enviou os medicamentos para o seu filho no presídio de Bangu . E Maria dos filhos

conseguiu, a partir de Pastor Wagner - um ator importante na rede de apoio das minhas interlocutoras e servidores públicos - conseguir o Auxílio Aluguel dela. Como foragida da justiça ela não poderia acessar o benefício.

As margens são espaços onde as leis, regras e regulamentações são constantemente reformuladas, agenciadas e tensionadas. O Estado produz essas reformulações nas margens, mas não é uma ação apenas dele. Os sujeitos nas margens também atuam, são atores ativos e alteram as margens como defende Isabelle Bachtold (2016). É nesse sentido que o corolário de práticas ilegais agenciadas por minhas interlocutoras também reformulam e tencionam as margens.

Discorro especialmente como o Estado opera nas margens por meio de um dispositivo de segurança, mas no Capítulo 1 em que o centro é como as minhas interlocutoras operam nas margens. Mesmo em uma posição subalterna em relação ao Estado elas por meio dos ilegalismos, dos pequenos ilegalismos cotidianos reformulam, agenciam e deslocam as margens. Evidenciando as agências delas e a potência de sujeitos ativos mesmo em contexto desfavorável.

Não busco essencializar os agenciamentos das minhas interlocutoras apenas inseridas no campo dos ilegalismos, apesar de parte delas serem. Contudo, as agências delas são tanto na legalidade como na ilegalidade, são as circunstâncias, possibilidades e experiências que as fazem acionar um caminho ou outro. Legalidade e a ilegalidade são fronteiras fluídas e porosas, especialmente para sujeitos inseridos nas margens. Nesse sentido, o caso de Selma e do Auxílio Aluguel de seus filhos é exemplar. Primeiro ela tentou meios institucionais e legais, indo à agência da Caixa Econômica, em seguida ao presídio onde estava seu filho, porém não

conseguiu a resolução do problema. A burocracia estatal, a racionalidade e impedem os sujeitos nas margens de caminhar pelas vias legais (DAS, 2004).

Posteriormente, ela acionou a rede de apoio- na qual estou incluso - na busca de um advogado para conseguir a resolução do problema, mas sem sucesso. Em seguida, sua última tentativa por meio da via legal foi a Defensoria Pública, mas o agendamento da audiência com defensor público era apenas no ano seguinte. Dessa forma, Selma partiu para via do ilegalismos acionando o vizinho, que se passou por ser filho e assim conseguiu reaver a senha do cartão e consequentemente o recebimento do benefício. Esse pequeno percurso da minha interlocutora revela que as vias legais não são descartadas, mas toda a morosidade do Estado faz com que as vias ilegais sejam uma possibilidade sempre em aberto.

Da mesma forma, a busca das minhas interlocutoras por empregos no mercado formal são ações no campo da legalidade. O trabalhador formal ainda estabelece um mínimo de garantia. Ao mesmo tempo esse emprego formal adquirida partir do trabalho formal está cada vez mais vilipendiada, devido à retirada de direitos trabalhista e previdenciária nos últimos 30 anos as *contrareformas* (ANTUNES,2018). Em especial nos últimos 6 anos a partir do *golpe parlamentar*, como analisei no capítulo 4.

As minhas interlocutoras não rejeitam o trabalho formal, porém, este é uma opção cada vez mais difícil e rarefeita. As trajetórias ocupacionais das interlocutoras revelam um cenário em que o trabalho de carteira assinada é uma exceção e o desemprego a regra. Um cenário que não é restrito a elas, mas muito comum em grande parte da população brasileira a partir da reestruturação produtiva e demais alterações no mundo do trabalho (HARVEY, 1992). O que faz com que elas busquem atividades econômicas nas fronteiras borradas e cinzentas do informal, ilegal e ilício.

O Estado não configura uma entidade estática, uníssona, estável, monolítica e coesa como na literatura clássica da Ciência Política. Aqui compreendo e analiso o Estado a partir das análises de Veena Das e Deborah Poole (2004), um estado com letras minúsculas que faz e se refaz nas margens de acordo com seus objetivos tácitos. Segundo Das e Poole (2004) o Estado não é monolítico movimenta-se e age nas margens de formas distintas do que em outros espaços ou, no caso específico, para com outros sujeitos. Nesse sentido, a ideia é pensar um Estado que produz suas ações e efeitos de maneira móvel de acordo como os atores envolvidos nas relações produzidas.

Essa concepção desenvolvida por Veena Das e Deborah Poole (2004), As margens, não se referem às margens apenas no prisma geográfico, mas também a partir dos sujeitos que são afetados. Essa concepção é de grande valia, pois aqui as margens não são concebidas apenas porque são minhas interlocutoras moradoras de favelas ou territórios nas margens, mas sim, porque são sujeitos favelados, mulheres, pobres e negras e, portanto, também inseridas nas margens por exclusão social, por pertencimento a um grupo social marginalizado e estigmatizado. Essas margens deslocam-se pela cidade a partir da circularidade desses sujeitos. E concomitantemente a maneira como o Estado e seus agentes atuam sobre elas como sujeitos inseridos nas margens.

Nas margens fluídas, os documentos são essenciais para os sujeitos nas margens produzirem tensões, agenciarem atividades econômicas ou conseguir limpar seus “documentos sujos” para conseguir um benefício social. Os ilegalismos analisados são principalmente a partir dos documentos que produzem controle social, rumores e histeria nas margens (DAS, 2004). Mas também podem ser agenciados pelos sujeitos nas margens, como minhas interlocutoras conseguem a partir dos ilegalismos, nas fronteiras porosas do informal, ilegal e ilícito.

O Capítulo 2 “Circular, Resistir e Trabalhar” analisei a trajetória de Vitória Silva em seu trabalho nas ruas da Zona Norte em meio ao dispositivo securitário Segurança Presente. Essa política pública de segurança tem como objetivo patrulhar determinados territórios e expulsar os indesejáveis que insistem em resistir. A minha interlocutora foi perseguida e presa pelo agentes dessa política pública após alguns anos resistindo.

Como defini no capítulo 2, o Segurança Presente constitui uma política de segurança pública financiada e demanda pelo capital privado (GRILLO; HIRATA, 2018). Em que o cerne da política é garantia de segurança para os grandes comércios e lojas. Ao mesmo tempo o programa implementa uma limpeza social nos territórios atendidos, impedindo a circulação dos indesejáveis, incriminando e reprimindo os que insistem em desbravar esses espaços urbanos repletos de *checkpoints* (JEGANATHAN, 2004) e patrulhamento ostensivo calcado no racismo e no racismo de classe. O caso de Vitória é emblemático dos laços que unem uma política penal dura para os mais pobres e a política de segurança em voga.

Como também para incriminação apenas do ex-presidiário, como dos indesejáveis pelo simples de fato de serem pobres circulando por determinados territórios. A estratégia desenvolvida pelos agentes do Segurança Presente para incriminar Maria dos filhos evidencia a sofisticação dos processos de criminalização da pobreza na contemporaneidade. A inovação

da criminalização de Vitória é uma evidência de como o Estado atua de maneira distinta com sujeitos inseridos nas margens. Nesse sentido com o crescimento dos indesejáveis é cada vez necessário que a criminalização desses seja construída por meio de estratégias sofisticadas, *práticas de ilegibilidade* (DAS;POOLE, 2004).

E foi por meio do ilegalismo de usar documentos de uma amiga que minha interlocutora conseguiu circular sem ser detida pelos agentes. Não apenas pelo ilegalismo, mas por uma *competência circulatória* única e vasta que lhe permitiu conhecer a rede de *micropoderes*, de segurança privada e obscura da região. Ao mesmo tempo também lidar com os jogos de poder, com as *mercadorias políticas* (MISSE, 2006) e demais práticas que envolvem chantagens, ameaças e coerções.

Os novos dispositivos securitários como o Segurança Presente e a política de *encarceramento em massa* evidenciam como o Estado em suas diversas esferas atua para com determinados sujeitos que são criminalizados e encarcerados. E essa seletividade do Estado penal é permeada por um perfil social, econômico e racial, justamente o mesmo perfil dos perseguidos pelos agentes do Segurança Presente. Há muitas interligações e conexões entre o dispositivo de segurança analisado e o *encarceramento em massa*, o site do programa estampa em sua página inicial o número de pessoas presas, o que é uma das suas bandeiras centrais de propaganda do sucesso desse modelo de patrulhamento.

Para criminalizar minha interlocutora, os agentes do Segurança Presente operando nas margens produziram *práticas de ilegibilidade* (DAS;POOLE, 2004). A partir da instrumentalização do ECA, conseguiram incriminar minha interlocutora, resultando em sua prisão, em 2022. O que revela como o Estado opera nas margens, manipula e reformula as leis e regras para poder controlar e operar os sujeitos inseridos nas margens. É nesse sentido que concludo como uma prática sofisticada de criminalização para impedir a liberdade ir e vir, forjando uma crime inexistente. Contudo essa prática de ilegibilidade a partir do ECA não configura uma novidade como evidencia as práticas da Operação Verão (SQUILACE, 2020).

Uma parcela dessas ações de pressão contra camelôs, pequenos comerciantes e empreendedores é no sentido de regularização e legalização dos seus comércios. Muitas delas vão no caminho de solução a criação de shoppings ou mercados de pequenos comerciantes (HIRATA, 2015) a partir da gestão dos grandes atores. Essas propostas produzem uma organização e regularização proibitiva para a maioria dos pequenos e microempreendedores

(TELLES, 2011). Quando realizadas empurram para o desemprego ou para a falência diversos empreendedores reduzem a livre competição tão defendida pelo neoliberalismo.

Na minha etnografia quase todas as interlocutoras em algum momento apostaram no pequeno negócio como atividade laboral. Algumas delas enfrentando repressão e perseguição não aquelas que apostaram em comércio na favela da Mangueira, mas as que apostaram no asfalto. No caso de Selma, que em algumas ocasiões vendia cervejas e demais bebidas no Maracanã que passou por uma situação de dificuldade, principalmente, devido a repressão do Choque de Ordem. Igualmente, Vitória sofreu ameaças de um segurança da feira em Vila Isabel e em outra feira na Tijuca foi chantageada pelo segurança lhe dar 50% do que conseguisse em dinheiro ou alimentos. Como ela negou não pode mais trabalhar nessa localidade.

Nesse sentido é importante relatar que essas ações de repressão envolvem uma gama de atores que estão também diante do informal, ilícito e ilegal. São redes de seguranças, policiais, milicianos, traficantes e atores de *micropoderes* que estão ligados informalmente às atores de maior porte. E a partir destas atividades informais e ilegais que são estabelecidas *mercadorias políticas* (MISSE, 2006) como extorsão, chantagem, ameaças, entre outras. Para reprimir ou para prover lucros e ganhos nesses espaços informais, ilícitos ilegais. Toda essa gama pune diretamente aqueles que buscam os *expedientes de sobrevivência* nesses territórios, os mais frágeis nessas cadeias de atividades econômicas.

A partir da circularidade e das atividades informais de Vitória, dos seus relatos e das minhas andanças pela região da Grande Tijuca é possível atestar que há uma rede sobrepostas de atores que buscam regular, prover segurança e explorar *mercadorias políticas*. As regulações desses espaços no asfalto são mais subterrâneas do que no espaço da favela, são mais camufladas, contudo estão lá. Quando segurança ameaçou minha interlocutora na feira, a partir da alegação de chamar os agentes do Segurança Presente e o Conselho Tutelar revela as conexões entre essa rede de atores que exercem *micropoderes*.

No Rio de Janeiro na última década, alguns exemplos são importantes no que tange a repressão e criminalização dos pequenos empreendedores ou trabalhadores em busca de sobrevivência. Como Priscila Loretto (2015) e Adriana Fernandes (2014) destrincham ações do Choque de Ordem contra os camelões e vendedores ambulantes, no centro da cidade²⁶⁰, Como

²⁶⁰ Na cidade do Rio de Janeiro, o MUCA (Movimento Unido dos Camelôs), fundado em 2003 tem configurado um importante movimento em defesa do trabalhadores ambulantes e camelôs. Não só no enfrentamento a repressão como também reivindicando direitos para a categoria. O MUCA reflete não só a luta dessa categoria como o crescimento da mesma nos últimos anos.

Daniel Hirata (2015) aponta sobre os pequenos comerciantes são vítimas dos poderes nefastos e *mercadorias políticas* no camelódromo da Uruguaiana e na Feira da Madrugada, em São Paulo.

É o que Veronica Gago (2018) aponta nas diversas ações do Estado e de empresários contra a feira de La Salada, na Grande Buenos Aires. Ou pode ser também Vitória, na sua tentativa de trabalhar pedindo dinheiro ou alimentos, na feira da rua Jorge Judge, em Vila Isabel e Selma e sua filha cada vez enfrentando mais dificuldades para vender cervejas e demais bebidas em dias de jogos, nos arredores do estádio do Maracanã. Ou mesmo a feira da madrugada na região da Rua 25 de março, analisada por Vera Telles (2012) e Daniel Hirata (2009). O que unem todos esses casos são pequenos negócios, o auto empreendedorismo, atividades informais agenciadas pelos trabalhadores urbanos que tentam uma sobrevivência nesses circuitos do “bazar metropolitano”.

No capítulo 3 “Mães, filhos e cárcere cotidiano” analisei as mães em agências e práticas de auxílio e assistência social para com seus filhos em situação de privação de liberdade e pós-cárcere. Os efeitos do *encarceramento em massa* não afetam apenas os apenados, como também suas famílias. E são as mães, não só elas, mas principalmente elas, que têm que agir para prover ajuda para os filhos, netos e noras.

Os agenciamentos das minhas interlocutoras são múltiplos em relação aos seus filhos em situação de cárcere e no pós cárcere. Elas têm que se desdobrar em muitas para poder dar conta dos netos, dos pais em situação de cárcere e também conseguir reaver os benefícios sociais dos pais para obter renda para cuidar dos netos. No caso de Selma ela encontra-se até hoje tentando transferir o Auxílio Aluguel do filho preso para o seu nome, pois esse recurso econômico será fundamental para ela cuidar dos netos que estão sob sua guarda.

Por sua vez, Fátima, quando o seu filho Renzo estava preso fez inúmeros agenciamentos para conseguir assistir seu filho privado de liberdade. Não só enviando mantimentos e dinheiro, como também para o envio de remédios devido à ferida na perna. Essa última agência ela recorreu ao ilegalismo para conseguir uma receita médica fraudulenta e assim enviar os remédios e insumos. No período pós-cárcere ela continuou tendo de prover renda para dar conta de manter o filho até ele conseguir um emprego. Entretanto, todo esse esforço foi por água abaixo, quando Renzo voltou a cometer um assalto, retornou a atuar na *vida errada* e passou a ser perseguido pelos traficantes de drogas ilícitas da favela da Mangueira. Fazendo com que Fátima novamente moveu céus e terras para evitar a morte do seu filho mais novo.

No caso de Maria dos filhos o seu filho Tico recém-saído do cárcere e que voltou a residir na sua casa. Mesmo com um histórico de agressões contra ela, Vitória aceitou o retorno do filho para sua casa. O que revela como assistência das mães não é restrito ao período do cárcere, como no pós-cárcere assistência se faz necessária. Ela foi a única das três que não agenciou para ajudar o filho enquanto este estava atrás das grades. Contudo, o aceitou - mesmo magoada - em sua resistência quando ele ganhou a liberdade. E agenciou principalmente, quando Tico foi assassinado por agentes do Estado ela agiu de corpo e alma para dar um enterro digno ao seu rebento.

O enterro de Tico foi um momento em Vitória dedicou-se integralmente em prestar a assistência ao seu filho. Ela fez de tudo para promover um enterro digno e exaltar a memória do seu filho, o enterro foi um agenciamento da minha interlocutora em prol da memória do seu primogênito. Dessa forma atuando tal com Selma e Fátima em favor dos seus filhos, todos marcados pela instituição do cárcere.

O enterro foi analisado por meio de uma *análise situacional* partir do método fundado pelo antropólogo Max Gluckman (2010) da Escola de Manchester. O enterro no cemitério de Caju produziu uma cena etnográfica, em que o encontro de familiares de um policial falecido e os familiares de Tico em que busquei investigar como os atores agem, diante de um grupo *estalecidos* e o *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). Essa cena contribuiu para analisar condutas, comportamentos, traços culturais e os estigmas sobrepostos, no contexto carioca, densamente marcado pela *metáfora da guerra* (LEITE, 2014). Sobre um grupo de favelados, negros, reunidos em um enterro de um traficante. A presença dos familiares dos policiais e de policiais armados produziu uma alteridade essencial para compreender como os favelados agem, comportam-se nessa situação social.

A prisão produz efeitos penosos para todos os familiares e são sobre as mães que recaem a tarefa de prover as necessidades produzidas pelo cárcere como aponta Rafael Godoi (2017). No âmbito de quando os filhos estão não cárcere o Estado que não prove os insumos e necessidades básicas para os encarcerados sobreviver. São os agenciamentos das mães que são primordiais para os filhos resistirem, viverem e sobreviverem atrás das grades. Nesse sentido os filhos são *sobreviventes* do sistema carcerário Nathália Lago (2020) e tal sobrevivência é promovida pelas mães que se esforçam para prover o mínimo de recursos e assistência. O *encarceramento em massa* produz ainda mais empobrecimento nas famílias atingidas pelo

encarceramento e sobrecarregando ainda mais as mães pobres que tem de agir em múltiplas ações para dar conta de amenizar esses efeitos.

O conceito de margens de Veena Das e Deborah Poole (2004) novamente é de grande valia para analisar porque determinados estratos da sociedade brasileira são profundamente atravessados pelo cárcere. Os sujeitos nas margens e marginalizados socialmente são frutos de uma política de segurança *ad hoc*, que pune e prende de forma seletiva. O Estado brasileiro produz uma política de *encarceramento em massa* com focalizada nos negros, pobres, favelados e moradores de periferia. Justamente os marcadores sociais, raciais e de classe dos filhos das minhas interlocutoras. Como defende Vera Telles (2010) é impossível em pesquisa na periferia não conhecer famílias que ao menos tiveram um familiar ou vizinho que não passou pela experiência da prisão.

Faz-se necessário novamente atentar para esse fenômeno do encarceramento nas margens, apesar de a minha pesquisa ser qualitativa, 25% dos sujeitos da pesquisa, incluindo filhos, netos e cônjuges já lograram passagem pelo cárcere. Das seis interlocutoras, todas elas tiveram um familiar próximo que foi preso ou ainda encontra-se privado da liberdade. E das minhas interlocutoras, duas delas, Vitória e Adriana já amargaram um período de suas vidas atrás das grades, a segunda está presa no exato momento em que escrevo essas páginas. Cito esse cenário do meu campo novamente para reforçar como o Estado produz a política de *encarceramento em massas* nas margens.

Segundo Vera Telles (2010) há uma necessidade de investigar nas tramas urbanas o papel da figura do ex-presidiário na contemporaneidade, pois ele compõe de maneira densa a cena urbana das metrópoles brasileiras. A socióloga também defende que há um descolamento das fronteiras do formal-informal, legal-ilegal, lícito-ilícito em relação às mudanças da *gestão diferencial dos ilegalismos* nos termos de Michel Foucault (2013). Para isso ela pontua que há uma chave fundamental, a trabalhada por Wacquant (2008) a do lugar redefinido da prisão na sociedade pós-fordista, como instrumento de gestão da pobreza.

Esse constatação de Vera Telles (2010), que é também abordado pelo sociólogo francês Wacquant (2008), abre ainda mais a associação entre neoliberalismo e Estado. Apesar de não querer ser redundante em minha escrita,. Entretanto, vale a pena, porque seguindo os passos de Wacquant (2008) a sociedade pós-fordista, em que cada vez mais parcelas maiores da população jazem em situação de pobreza e desemprego. Faz-se necessário um incremento ainda maior da punição, do Estado Penal e do controle social. Que não mais numa perspectiva de

disciplinamento do sujeito delinquente, mas como controle dos pobres e demais categorias espoliadas pelas agruras econômicas.

Essa *polis* contemporânea é lócus da figura do ex-presidiário (TELLES, 2010) necessita de tecnologias, gestões estatais para controlar a movimentação desse personagem urbano. Prover segurança e privatização de determinados territórios da circulação dos indesejáveis, que são cada vez em números maiores e mais presentes. Toda parafernália e câmeras reconhecimentos faciais e demais tecnologias estão a serviço dessa gestão do território para produzir a exclusão muitos e segurança para poucos.

Nesse sentido, Wacquant (2008) defende que há uma política de Estado Mínimo evidente, para a mão esquerda do Estado, não para mão direita. Na minha etnografia esses efeitos são notados claramente, novamente retorno para o caso de Fátima. Ela como portadora de doença crônica e impedida de acessar o BPC, devido aos efeitos da redução da mão esquerda do Estado, as contrarreformas aprovadas desde o *golpe parlamentar* de 2016 (ANTUNES, 2021). Ao mesmo tempo duramente atingida pela mão direita do Estado com dois filhos encarcerados, um deles de maneira injusta e arbitrária. Em sua vida a minha interlocutora não tem acesso ao seu direito previdenciário e seus filhos sofrem com o Estado Penal punitivista.

Fátima não só tem que lidar com o impedimento de não conseguir o BPC, no valor de salário mínimo que lhe daria uma mínima segurança econômica. Ao mesmo tempo é responsável por agenciar atividades econômicas para poder prover ajuda ao filho Renzo na prisão e pós-cárcere. Não há por parte do Estado política para prover os insumos necessários para os detentos. Portanto, essa tarefa recai sobre os familiares, que são responsáveis por arcar com os custos dos itens básicos de sobrevivência, o chamado *jumbo*. O que revela como o *encarceramento em massa* não pune apenas os detentos como suas famílias em liberdade.

Aqui apenas tratei do caso de Fátima, mas outras interlocutoras enfrentam situações semelhantes. Em situações de desemprego quase que permanentes são nas agências e práticas informais, ilegais e ilícitas que elas buscam soluções para tais efeitos em suas vidas e de seus familiares. Selma recorre ao aluguel do seu apartamento, o qual recebeu pela remoção da favela Metrô Mangueira, prática esta que é proibida e pode acarretar na perda do imóvel. Vitória trabalha vendendo balas e pedindo dinheiro nas ruas da Tijuca, prática que nos últimos anos, vem sendo reprimida e criminalizada por meios ilegais e questionáveis pelo agentes do Segurança Presente

As famílias na minha pesquisa de doutorado são profundamente atravessadas pelo cárcere e são as mães, as figuras proeminentes para prover auxílio, ajuda e renda para cuidar de filhos no cárcere, filhos fora do cárcere e dos netos. São elas que agenciam em múltiplas atividades para uma vida menos precária, que tem o cárcere como elemento potencializador ou catalisador das precariedades dos sujeitos nas margens.

No capítulo 4 “Trabalho, pandemia de risco e pandemia de covid-19” as agências e práticas das minhas interlocutoras são anteriores ao período dos governos ultraliberais (Temer e Bolsonaro), o que apontam como suas necessidades econômicas e sociais vêm de longo tempo. Contudo, não poderia deixar de apontar que no período entre 2003 e 2016 houve um corolário de políticas públicas e crescimento econômico importante, que amenizou a precariedade dos mais pobres como afirma André Singer (2012). Entretanto, os mais pobres continuaram em uma vida precária e seu aprofundamento ocorreu com a nova imposição de políticas públicas de asfixiamento, congelamento de salários e benefícios sociais e desmantelamento de direitos trabalhistas e previdenciário, conforme apresentado no capítulo 4 deste trabalho.

O fim do ciclo de governos progressistas no Brasil teve um impacto significativo para os mais pobres somada a crise econômica iniciada em 2016, porém não se pode atestar que o período anterior era de plena comodidade. Como foi abordado, a limitação do acesso a aposentadoria por meio do BPC para pessoas portadoras de doenças crônicas é uma exemplo evidente. Fátima ao tentar acessar um benefício social que lhe é de direito não foi assistida, devido a política de austeridade que criou critérios mais duros e penosos para o acesso as políticas de assistência social e previdência social, em especial às aposentadorias.

A negativa em acessar a aposentadoria produz efeitos que contribuem para minha interlocutora buscar renda, dinheiro e sobreviver por outros caminhos que tanto podem ser por via legal pelas vias ilegais e informais. Após ter negado o acesso ao BPC ela continuou realizando sua atividade de venda de ingressos adquiridos ilegalmente, atividade esta que é ilícita. Em seguida, a partir das oportunidades de emprego gerada pela pandemia de Covid-19, ela conseguiu uma vaga de trabalho informal como cuidadora. Mesmo pertencendo ao grupo de risco, ela se expôs a esse perigo. E posteriormente uma vaga de trabalho formal como faxineira em um hospital.

A trajetória de Fátima contribuiu para ilustrar os efeitos do produzidos pelo Estado em sua lógica neoliberal. Como também para revelar que tais práticas da vida cotidiana e agências

não são individuais, mas sim, coletivas. O *habitus* de classe é compartilhado entre os antigos moradores da IBGE, como também da favela da Mangueira, Borel, Tuiuti e Macacos. A prática da venda de ingressos a partir da gratuidade era também praticada por Lorota. O que revela práticas compartilhadas entre diversos sujeitos da minha etnografia.

Esse debate macroeconômico não é apenas um debate em si, mas necessário para pensar as agências das minhas interlocutoras nos últimos 20 anos. Novamente retorno a Verónica Gago (2018) que em sua etnografia colocou uma lupa assertiva sobre como os pobres urbanos ensinaram atividades e agências em resistência aos efeitos econômicos penosos e duradouros. Essas ações dos pobres, moradores de favelas na Argentina são similares as das minhas interlocutoras no Brasil. E é sobre elas que discorrerei a seguir.

Os efeitos produzidos pelo Estado sobre as minhas interlocutoras e analisados ao longo da tese: a política de criminalização e *encarceramento em massa*, a política de austeridade fiscal, guiada pela matriz neoliberal em especial o asfixiamento das políticas de assistência social e a política de segurança pública. Essas três macropolíticas do Estado brasileiro nas suas três esferas de poder e nos seus três níveis do poder Executivo. Portanto, são essas políticas as quais os sujeitos da minha pesquisa enfrentam e criam ações e práticas cotidianas da vida.

A opção pelo empreendedorismo é uma busca quase em desespero, resultado da reestruturação produtiva, desemprego e crises econômicas sucessivas como defende Ricardo Antunes (2018). E não uma saída racional ou por vocação pela qual faz coro o capital, agentes do Estado e outros atores defensores da mesma, usando uma expressão minha é: “empreendedorismo de guerrilha”. Verónica Gago (2018) aponta o nascimento da feira de La Salada como efeito direto das crises econômicas de 2001 e das medidas neoliberais implementadas em seu país ao longo da década de 1990.

Portanto, finalizo que os pequenos empreendedores como as minhas interlocutoras buscam essa saída, como um dos recursos dentro da bricolagem de agenciamentos e práticas da vida cotidiana, do que uma vocação ou solução para situação de pobreza. A bricolagem configura um conceito essencial, pois traduz de forma assertiva a colcha de retalhos de agenciamentos e práticas cotidianas da vida pelas minhas interlocutoras de forma cotidiana em suas vidas. Portanto, recorro a esse conceito para reforçar a multiplicidade de *resistências cotidianas*, tal como compreendo essas práticas e ações.

No capítulo 4 a minha análise foi acerca das trajetórias laborais de três interlocutoras que conseguiram empregos formais a partir da pandemia de Sars-cov-2. As trajetórias laborais delas são marcadas por longos períodos de desemprego, curtos períodos de emprego formal. E vastamente constituídas por longas temporadas em empregos informais, atividades econômicas no campo da *viração* e apostas no micro empreendedorismo. São trajetórias muitas similares as descritas por Verónica Gago (2018) na Argentina, por Adriana Fernandes (2013) na ocupação no centro do Rio de Janeiro e por Vera Telles (2010), em São Paulo.

A pandemia desencadeada pelo vírus Sarscov-2 abriu oportunidades de emprego formal em atividades de cuidado ou *care* e limpeza, incluídos na categoria de serviços essenciais. Nessa categoria de atividades laborais em que Fátima, Adriana e Verônica conseguiram empregos. Além do risco de contágio, do risco real de morte elas ainda estavam em empregos precários e aviltados pelas reformas guiadas pelo neoliberalismo nos últimos anos no Brasil, como argumenta Ricardo Antunes (2021). As condições eram de salários irrisórios, gestão por metas, terceirização, assédio moral e o não pagamento de direitos trabalhistas garantidos constitucionalmente.

Segundo David Harvey (2020) nos Estados Unidos foram os afro-americanos, latino-americanos, mulheres que não puderam realizar as medidas sanitárias de proteção ao vírus e se exporem ao risco de contaminação para trabalhar nos serviços essenciais. No Brasil foram as mulheres, negros, desempregados, subempregados e trabalhadores informais que assumiram vagas de emprego nos serviços essenciais, em meio ao risco de contágios. São aqueles que não tiveram opção de escolher entre a proteção e a vida, pois trabalhar era imperativo para sobreviver. Como defende David Harvey (2020) a pandemia é, sobretudo, uma pandemia de classe, gênero e raça.

Diante dessas condições adversas as minhas interlocutoras mantiveram em atividades suas agências e práticas de resistências cotidianas para conseguir uma renda mínima. Fátima continuou buscando em suas folgas bicos de faxina para complementar o seu orçamento; Adriana quando trabalhava como faxineira na quadra da Mangueira conseguia bicos em eventos no final de semana na escola de samba e Verônica também realizava bicos como diarista. A última após ser demitida depois de ter sofrido sucessivos episódios de assédio moral apostou no “empreendedorismo de guerrilha”, abrindo um pequeno comércio, na Mangueira. O trabalho formal aviltado pelas *contrarreformas* requer dos trabalhadores aposta em outras atividades

econômicas para reduzir a precariedade e completar o salário irrisório, expedientes de sobrevivência.

No que tange as atividades laborais mesmo quando conquistam um emprego formal as atividades econômicas informais, ilegais e do empreendedorismo não são abandonadas. Pois, a situação produzida pelo Estado a partir da lógica neoliberal faz com que seus empregos não produzam uma estabilidade econômica e um salário digno. Portanto, toda gama extensa de atividades de *viração*, da *arte do contornamento* e de *resistências cotidianas* permanecem de forma duradoura, mesmo quando estão em ocupações de carteira assinada.

O cenário que já era desalentador para grande parcela dos trabalhadores urbanos antes de 2016, acirrou-se ainda mais com o *golpe parlamentar* de 2016. Quando uma agenda ultraliberal passou a ser colocada em prática. A PEC dos gastos públicos, reforma da previdência, a reforma trabalhista e a lei das terceirizações aviltaram ainda mais os direitos trabalhistas, os direitos previdenciários e os programas de assistência social, tão importantes para os estratos sociais mais pauperizados. A crítica do sociólogo Francisco de Oliveira (2003) de que os programas sociais de inserção para os mais pobres são meramente uma administração da exceção, que na prática não alteram de fato a vida dos seus beneficiários. Entretanto, tais programas sociais são um alento para os estratos mais pobres e a partir de 2016 o congelamento dos valores e a redução dos programas sociais produziram maior precariedade.

Mesmo com todo esse esfacelamento do arco de proteção aos trabalhadores o emprego formal nos últimos anos, ainda configura um alento. Dessa forma é essa a explicação para compreender por que Adriana pouco tempo após o parto se arriscou em um emprego em meio à pandemia de Covid-19, por que Fátima portadora do vírus da Aids aceitou o trabalho meio à pandemia de Sarscov-2 e porquê Verônica residindo em uma casa com 12 pessoas aceitou um trabalho em meio à pandemia de corona vírus.

O trabalho formal ainda oferece um mínimo de garantia que garante alguns direitos importantes, apesar de aviltado. O *pragmatismo popular*, o cálculo apurado das possibilidades que o emprego formal fazem com que o trabalho formal. O regime de plantão que possibilita dias de folga em que é possível fazer um bico, um benefício como auxílio refeição usado para fazer compras, entre outras possibilidades de aumentar a renda, a partir da *viração* e do olhar sempre atento as oportunidades.

As minhas interlocutoras no capítulo 1 recorrem às práticas informais e ilegais que são comuns, cotidianas e que variam de acordo com a conjuntura. São dobraduras do informal, ilegal e ilícito que é característicos das grandes cidades, que é uma superposição e entrelaçamento de múltiplas ilegalidades como afirmam Vera Telles e Daniel Hirata (2007). Esse trânsito dos sujeitos pelas “mobilidade laterais” entre as fronteiras borradas do informal, ilegal e ilícito são perpassados sem que acabem engajados em “carreiras delinquentes” (TELLES; HIRATA, 2007). Dessa forma como ocorreu uma interlocutora que cometi ilegalismo, apenas alguns meses depois estava em um emprego formal, as circunstâncias do momento e as oportunidades ditam as práticas agenciadas.

Essa composição heterogênea pode ser tanto concebida como “bazar metropolitano” ou como economia barroca. Vera Telles (2010) trabalha com o conceito de “bazar metropolitano” para definir essa trama urbana e Verónica Gago (2018) utiliza o conceito de *economia barroca* da antropóloga Aihwa Ong (2006). O conceito de *economia barroca* concebe a cidade como um ecossistema, uma especialidade que reúne a interação de distintos elementos globais-saberes, práticas e atores. Gago (2018) ressalta do princípios importantes da *economia barroca*: o informal como fonte instituinte da vida laboral dos pobres.

A socióloga e professora da USP (2010) recorre ao conceito de “bazar metropolitano” cunhado por Ruggiero e South (1997), porque foi criado para atender as zona cinzenta entre atividades informais, ilegais e ilícitas nas grandes cidades dos países centrais do capitalismo. O que os autores defendem é um cenário urbano, em que o coloca o trabalhador em uma zona cinzenta permeada por trabalho precário, emprego temporário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais e ilícitas.

A alteração do mundo do trabalho nos países centrais teve início na década de 1980, quando os governos conservadores e neoliberais ascenderam ao poder e promoveram as reformas que reduziram direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. E também aplicaram novas regulamentações do trabalho, que resultaram em um trabalhador menos protegido e mais vulnerável a empregos temporários e mal remunerados. Esse contexto histórico dos países centrais ocorreu na América do Sul, na década de 1990, como analisa Verónica Gago (2018)²⁶¹.

²⁶¹ Verónica Gago (2018) trabalha a trama social dos moradores da periferia de Buenos Aires, em sua maioria imigrantes ou migrantes, filhos de imigrantes, ambulantes, desempregados, pequenos empreendedores, empregados de pequenas confecções, beneficiários de programas sociais. São moradores de villas, favelas argentinas e que muitos trabalham ou desenvolvem atividades econômicas no próprio território de moradia ou na feira de La Salada, considerada a maior feira de produtos ilícitos da América Latina.

A ascensão do neoliberalismo seja no Norte ou no Sul é em grande parte responsável por essa trama social dos trabalhadores urbanos na contemporaneidade.

Se no Capítulo 1 o foco são os ilegalismos, já no capítulo 4 as atividades informais emergem de maneira substancial, porque fazem parte sólida das trajetórias ocupacionais das minhas interlocutoras. Todas as demais ao longo da pesquisa desenvolveram uma atividade informal ou tiveram um posto de trabalho informal. Vitória vendendo balas, Selma trabalhando em uma pensão informalmente, Fátima trabalhou como cuidadora de maneira informal, Adriana foi empregada informal de uma pequena loja de artigos de celulares e Verônica trabalha fazendo bicos de faxina. A informalidade atravessa a vida das minhas interlocutoras.

A contribuição do conceito de *economia barroca* é olhar como, em grandes cidades na América Latina, há uma nova configuração de trabalho, da vida, dos *expedientes de sobrevivência*, etc (GAGO,2018). Em que o informal é uma via acionada por uma parcela grande dos cidadãos e esse informal contribui vigorosamente para transformação das dinâmicas sociais e das agências dos atores. Nesse sentido, o informal é uma condição de precariedade e insegurança dos trabalhadores, mas configura como atividades duradouras e que abarcam mais de 50 % da população economicamente ativa.

O *barroco* pode ser definida como uma condição latino-americana, a arte da resistência e da sobrevivência desde os tempos coloniais. Para Verónica Gago (2018) o barroco ao Sul do Equador persiste como um conjunto de modos de fazer pensar, pensar, perceber, lutar e trabalhar em constante recriação. Na contemporaneidade é o que a autora define como *economia barroca*, uma composição estratégica de elementos microempresariais, fórmulas de progresso popular, com capacidade de negociação na sobreposição de vínculos de parentesco e como formatos contratuais e não-contratuais.

Os efeitos econômicos já vindos desde o final do século XX a partir da égide do neoliberalismo já constituíam o desafio permanente e cotidiano. O desemprego, subemprego, informalidade, etc. Os efeitos do Estado Penal só agravam e potencializam ainda mais a situação econômica e social não apenas dos seus filhos, como das minhas interlocutoras como de suas famílias extensas. É nesse sentido, observando essa trama social que advoga ser o Estado e o neoliberalismo, os grandes atores enfrentados pelas minhas interlocutoras.

É nesse lugar, de um sujeito atingido por um Estado que prende e por uma política estatal, guiada pela matriz neoliberal de asfixiamento da previdência social, que ela busca

agenciamentos e práticas de estratégia vital. A minha interlocutora desenvolveu e desenvolve uma série de práticas de resistência cotidiana para sobreviver aos efeitos deletérios das políticas econômicas e sociais nos seis anos últimos anos,. São múltiplas práticas que intitulo como *bricolagem de práticas cotidianas da vida*.

Essa rápida trajetória de Fátima - que abordei melhor no Capítulo 1 e retomo no capítulo 4 - apresenta os circuitos mobilizados e agenciados pelos sujeitos da minha pesquisa, trânsitos pelo formal, informal e ilícito. A única diferença é que no primeiro capítulo Fátima está desempregada e no capítulo 4 ela está em emprego formal, mas permanece agenciando atividades nas dobras do informal, ilegal e ilícito. Nesse sentido, o conceito de bricolagem de Claude Lévi-Struass (1976) é um importante categoria de análise para configurar as agências das minhas interlocutoras. O termo *bricolage, bricoleur ou bricoler* que tem origem na língua francesa e designa um trabalho manual realizado de forma improvisada e com destinos materiais.

O antropólogo Claude Lèvi-Strauss em sua obra clássica *O Pensamento Selvagem* (1976) cunha o termo bricolagem para definir a possibilidade de trabalhar como distintos objetos ou partes de objetos. Dessa forma criando uma colcha de retalhos, uma heterogeneidade. O conceito de bricolagem aqui é de grande valia para definir os agenciamentos das minhas interlocutoras, em meio à pluralidade, distinções e singularidades. A amálgama construída de atividades informais, legais e ilícitas, formando uma colcha de retalhos, tal como a bricolagem. Entretanto, é a partir da associação dos distintos agenciamentos é que se torna possível a vida das minhas interlocutoras.

Os sujeitos da minha pesquisa desenvolvem uma série de agências e práticas cotidianas da vida variadas e que são informais, legais e ilícitas. Dessa forma defino esse corolário de agências e práticas como uma bricolagem, pela reunião de muitas práticas, distintas e engenhosas. São práticas compartilhadas e que tem algumas peculiaridades a partir das possibilidades que cada uma delas tem em mãos no momento e dos seus julgamentos morais acerca das mesmas.

As *resistências cotidianas* é o conceito do cientista social James Scott (2011) para analisar as ações de resistências de camponeses e trabalhadores rurais. O cientista social inglês parte das influências e produções dos historiadores da New Left Review (Nova Esquerda

Revisada)²⁶², tendo como em especial Edward Thompson. A nova escola de historiadores neomarxistas ingleses²⁶³ também chamada de História Social trouxe entre muitas contribuições a busca pela investigação das classes trabalhadora a partir da cultura. Edward Thompson produziu obras no campo da História em dialogo com a Antropologia antropologia compreender como os trabalhadores se articulam, cooperam e fazem lutas de classe.

James Scott (2011) não apenas investiga tais práticas de resistência na história como também nas suas pesquisas com segmentos rurais no Sudeste asiático. O que o autor defende é a resistência dos trabalhadores, explorados no campo não por meio de grandes revoltas, greves e insurreições. Essas formas clássicas de resistência, segundo Scott (2011) são exceções e não a regra. As práticas mais mobilizadas são das pequenas resistências cotidianas como trabalho lento, sabotagem, furtos, entre outros.

Para Scott (2011) as grandes ações de resistência produzem punições severas e na maioria das vezes acabam sendo contra produtivas para os trabalhadores rurais. Dessa forma, as resistências cotidianas são mais acionadas e correntes, pois são mais produtivas, apesar de não terem como objetivo a ruptura ou derrubada do sistema econômico ou político que produz a exploração. Segundo Scott (2011) as resistências cotidianas só podem ser compreendidas pelo pesquisador a partir de um acompanhamento cotidiano e próximo.

Nesse sentido, os cinco anos de pesquisa e quatros anos efetivamente imerso no campo de trabalho me permitiram ter um acompanhamento próximo das minhas interlocutoras e conseguir perceber as inúmeras práticas e agências acionadas e mobilizadas por elas nas diversas situações. Tais agências e práticas são de fato *resistências cotidianas*, que não rompe com o sistema, não configuram como revoltas ou práticas de resistência de maior impacto. Entretanto são fundamentais para sobreviver em meio às adversidades de uma vida precária.

As *resistências cotidianas* não são especiais ou mesmo paradigmáticas, diante das alterações do mundo do trabalho, das alterações econômicas, das sucessivas crises e das ações do Estado nas últimas décadas. Ao defender que não são especial ou mirabolantes busco

²⁶² A *New Left Review* é uma revista acadêmica do Reino Unido. A revista foi fundada na década de 1960 e congregou grandes historiadores marxistas e neomarxistas como: Edward Thompson, Eric Hobsbawn, Perry Anderson, entre outros. A revista ficou marcada por suas importantes publicações, mas também porque reunia uma “nova esquerda”, rompida com Stalinismo e produzido pesquisas e análises sob o viés marxista não ortodoxo.

defender que são práticas assentadas em uma sociabilidade popular, competências circulatórias, sociabilidade vicinal e *habitus* de classe dos pobres urbanos, que lidam com essas situações e necessitam de estratégias para driblá-las. São práticas amplamente compartilhadas, disseminadas em especial entre os sujeitos nas margens ou margens de sujeitos na contemporaneidade.

Á guisa de exemplo, a prática ilegal de Selma de alugar seu apartamento no Condomínio Minha Casa Minha Vida é amplamente conhecida dos pesquisadores como dos agentes do Estado, como revela Raquel Rolnik (2015). O aumento exponencial dos gastos quando famílias pobres passam a residir nos condomínios faz com que parte delas opte pelo aluguel dos seus apartamentos para residir em locais mais baratos ou onde não têm de arcar com pagamento de condomínio, água e luz. Não configura uma grande novidade essa prática da minha interlocutora, como é menos repreendida dentro da chave foucaultiana de *gestão diferencial dos ilegalismos*.

Se o aluguel do apartamento não chama tanta atenção, já recuperação da senha do cartão do seu filho Júlio em situação de cárcere é inovadora, engenhosa e ousada. Quando Selma e sua nora levaram um conhecido na agência da Caixa Econômica para se passar pelo seu filho e assim conseguir registrar novas senhas para o cartão. Dessa forma correndo risco de prisão elas conseguiram recuperar a senha e voltaram a receber o Auxílio Aluguel. Nesse sentido de fato desperta atenção como às saídas são buscadas e realizadas. A inteligência prática, combinada com senso de oportunidade e *arte do contornamento* em situações árdias (TELLES; HIRATA, 2007)

Seguindo os passos de Adriana Fernandes (2013) e Vera Telles (2010) a viração é um conceito chave para analisar os pobres nas grandes cidades na contemporaneidade. Adriana Fernandes (2013) pensa viração como um modo de existência e de subjetividade que não se constitui como referência no trabalho fabril, mas em elementos da informalidade e da ordem dos ilegalismos, em um espaço que embaralha essas fronteiras. E Vera Telles (2010) como pontos de tensão, resistência, dobras e redefinições do mundo fordista estilhaçada a partir das reestruturação do mundo do trabalho.

Nesse sentido a viração é uma gama de atividades econômicas imbricadas entre informal, ilegal e ilícito agenciadas por uma parcela cada vez maior de pobres nas grandes cidades. As minhas interlocutoras agenciam e produzem essas atividades de viração de forma ininterrupta, mobilizando suas redes de apoio, seus saberes e conhecimentos sobre o leque de

oportunidades expostos. Nessa pluralidade conseguir um benefício social, arriscar uma pequena banca de venda de doces, tentar conseguir algumas faxinas para fazer de maneira informal ou vender um botijão de gás para conseguir uma renda extra.

Quando Maria dos filhos revelou-me que sua atividade laboral era pedir dinheiro nas ruas e vender doces, tive como primeira reação não conceber tais atividades como trabalho. Ainda afeito à uma concepção clássica e limitada de trabalho parecia muito estranho a concepção de “pedir dinheiro”, atividade laboral. É apenas pensando a partir do conceito de *viração* para abarcar todas essas atividades econômicas e laborais que não tem como referência o trabalho clássico fabril.

A *arte do contornamento* é outra chave conceitual importante utilizada por Vera Telles (2010) e Adriana Fernandes (2013) para analisar suas cenas etnográficas. E nesse presente trabalho também se faz necessário. O conceito é oriundo da pesquisadora Fresia Marion (2001), que ela utiliza em sua pesquisa sobre os imigrantes ilegais mauritanos, no Senegal. Para Telles (2010) a *arte do contornamento* é importante para destrinchar como os atores conseguem circular nas fronteiras porosas do informal, ilegal e ilícitos e nesses espaços onde a violência e o risco de vida são presentes.

Na minha cena etnográfica a *arte do contornamento* pode ser compreendido como a forma de escapar, burlar e driblar as precariedades da vida, principalmente a partir da práticas e agências ancoradas nos informal, ilegal e ilícito. As precariedades da vida cotidiana são superadas pelas práticas cotidianas da vida cotidianas mobilizadas que são múltiplas, mas sempre acionadas.

Essa *arte do contornamento* contínua e distintas formas de viver na precariedade, sempre ativamente, produzindo pequenos focos de resistência. As precariedades não são apenas no que tange aos problemas econômicos, ao filho encarcerado, entre outros, mas também das violências advindas de distintos atores, desde cônjuges, filhos, traficantes de drogas ilícitas, seguranças de rua, entre outros. Essas violências que atingem as minhas interlocutoras são combatidas pela *arte do contornamento*, são suas práticas e agências.

É no caso de Fátima que recorre ao genro que tem conceito no tráfico de drogas ilícitas para salvar sua vida, mas que não deu certo. Então ela consegue mobilizar para levar seu filho para casa da sua filha, em região de milícia conseguindo salvar sua vida. É Vitória que enfrenta de frente o seu filho que lhe agredia e também não baixa a cabeça para o segurança de feira,

que lhe ameaça denunciar para Conselho Tutelar. É a Adriana que sofrendo agressões do marido o denuncia no tráfico de drogas ilícitas.

A *arte do contornamento* pode também ser contemplada todas essas possibilidades podem e são agenciadas, o que Verónica Gago (2018) conceitua como taticismo popular, cálculo vitalista e estratégia vital. Em todas essas práticas e agências analisadas nessas páginas o pragmatismo popular das minhas interlocutoras se faz presente. A pesquisa foi iniciada para pesquisar uma ocupação de sem tetos na favela da Mangueira, que a partir da remoção alterou de maneira profunda. A pesquisa deixou de ser sobre um espaço de moradia popular, para se tornar acerca das vivências e experiências de seis mulheres, ex-moradoras de uma ocupação. A remoção produziu efeitos nas minhas interlocutoras os quais poderia mergulhar, porém outras questões me moveram, a partir dos relatos das minhas interlocutoras. No dia a dia da pesquisa a moradia era um tema abordado, mas os desafios cotidianos e suas agências apareciam com muita frequência. É nesse sentido que a tese segue: pelas questões cotidianas de suas vidas.

O que chamou atenção não foram às precariedades produzidas pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais, mas como elas agem diante desses desafios. É nesse sentido, que procurei analisar as práticas e agências das minhas interlocutoras, pois são paradigmáticas como elas conseguem realizar *resistências cotidianas* e contornar uma parte significativa dos problemas cotidianos de suas vidas. Não são todas e nem sempre que as práticas conseguem sucesso.

As práticas e agências são *resistências cotidianas* justamente por não romperem com os efeitos produzidos pelo Estado e pelo neoliberalismo, mas por amenizam as situações correntes e dificuldade da vida precária cotidiana. Essa tese tem como lócus esse olhar apurado e a análise sobre as trajetórias dessas seis mulheres, suas experiências e vivências no período entre 2019 e 2022, após a remoção delas da ocupação IBGE Mangueira. A espera pela tão sonhada casa própria ainda continua, enquanto não chega a vida continua, conduzida pela agência ativa em um fluxo contínuo de *viração*, *arte de contornamento* e *resistências cotidianas* ou *sobrevivendo na adversidade* como defende Daniel Hirata (2007). São as *bricolagem de práticas cotidianas da vida* das minhas interlocutoras e também de muitos pobres urbanos. Em meios às agruras da vida como diz Eduardo Galeano: “*Ainda existe gente que canta/ Ainda existe gente que brinca*”, o que faz mais sentido ainda, pois encerrei o trabalho de campo, em uma farta festa de aniversário dos filhos de Maria dos filhos.

REFERÊNCIAS

- ACCIARI, L. . 'A trabalhadora doméstica também é um ser humano': O direito a quarentena remunerada como novo privilégio social?. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ* , v. Especial, p. 1-8, 2020.
- ALEXANDER, Michele. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução de Pedro Davoglio; Revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVITO, Marcos. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 181-208.
- ANDREATTA, Filipi. Combustível caro e lucro recorde: política de preço da Petrobras faz 5 anos. São Paulo, UOL, 25 nov. de 2021. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/25/gasolina-diesel-gas-de-cozinha-preco-ppi-paridade-internacional-petrobras.htm>> Acesso em 2 dez. 2022.
- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo ;SILVA, Maria A. Moraes. (org). *O avesso ao trabalho*. São Paulo: Expressão Popular,2004,p.13-28.
- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022
- ATHAYDE, Celso; MV Bill. *Falcão: mulheres e o tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 1992.
- BACHTOLD, ISABELE VILLWOCK . Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará. *Horizontes antropológicos* (UFRGS. IMPRESSO) , v. 22, p. 273-301, 2016.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAUDELAIRE, C. O pintor da vida moderna. In: BAUDELAIRE, C. *A modernidade de Baudelaire*. Apresentação de Teixeira Coelho. Tradução Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BLANC, Nathalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. Seção Excepcional Reflexões na Pandemia. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ*, v. 1, p. 1-13, 2020.

BRIGUGLIO, BIANCA. *Cozinha é lugar de mulher? A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais*. 1. ed. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2022. v. 1.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 99-114.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. “Um emaranhado de casos: Tráfico de drogas, Estado e precariedade em moradias populares”. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, vol.20, no3, pp.431-460, 2014.

BIRMAN, Patrícia ; PIEROBON, Camila. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*, v. 64(2), p. e186647, 2021.

BIRMAN, P.(2014). “Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns”. In: P.Birman, M. Leite, C. Machado e S. Carneiro (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. RJ: FGV.

BIRMAN, P.(2008). “Favela é comunidade?”. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). *Das Vida sob cerco*. RJ: Faperj/Nova Fronteira.

BIRMAN, P.(; FERNANDES, A. e PIEROBON, C. (2014). “Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, Estado e precariedade em moradias populares”, *Mana*, 20 (3).

CAMPOS, Marcelo. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*, São Paulo, IBCCRIM,2010.

CANÊDO, Carlos; FONSECA, David S. *Ambivalência, Contradição e Volatilidade no Sistema Penal: leituras contemporâneas dasociologia da punição*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

CANO, Ignacio; DUARTE, Ísis Lemos. *No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

COELHO, Letícia Rocha Vicente. *Operação Segurança Presente: uma análise do programa implementado na cidade do Rio de Janeiro*. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, Henrique . *Entre o "home office" e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia*. Revista Dilemas IFCS-UFRJ , v. 1, p. 1-19, 2020.

CRUZ, Fernanda Novaes ; COSTA, Perla Alves Bento de Oliveira . *É tudo "ganso"? A (in)distinção entre usuários e traficantes de drogas e seus limites na perspectiva dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Revista Dilemas IFCS-UFRJ , v. 14, p. 243-261, 2021.

CUNHA, C. V. da. *Traficantes evangélicos?": novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas*. *Plural*, 15, 13-46., 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (ed.) *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe, NM: School of American Research Press; Oxford: James Currey 2004.

DAS, Veena. 2004. "The signature of the state". In: Veena Das & Deborah Poole (org.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press. pp. 225-252.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FACINA, Adriana . *Quem tem medo do "proibidão"?*. In: Carlos Bruce Batista. (Org.). *Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk*. 1aed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, v. , p. 51-71.

FAGNANI, Eduardo . *Austeridade e Seguridade: a destruição do marco civilizatório brasileiro (Capítulo 3)..* In: Pedro Rossi; Esther Dweck; Ana Luíza Matos de Oliveira;. (Org.). *ECONOMIA PARA POUCOS: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil..* 1ed. São Paulo: Autonomia Literária, v. 1, p. 57-82, 2018.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FELTRAN, Gabriel. 2020. Das Prisões às Periferias: coexistência de regimes normativos na ‘Era PCC’. *Revista Brasileira de Execução Penal*, v. 1: 45-71. <http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/dossie2>

FERNANDES, Adriana. Escuta Ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013

FERNANDES, Camila. Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FLEURY M, Leda. Mães em situação de encarceramento e a relação com seus familiares: um estudo de unidades prisionais na cidade de S. Paulo. São Paulo, 2017. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Revista de Estudos Galegos*, nº 2, junho de 2017. Disponível em: <<<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/search>>. Acesso em: 04 jan.2023.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008a

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRESIA, Marion. “Frauder” lorsqu'on est réfugié. *Politique Africaine*. Dossier “Globalisation et illicite en Afrique”, n. 93, p. 59, 2004

GAGO, Verônica. A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. Trad. Igor Peres. 372 p. São Paulo: Elefante, 2018.

GARLAND, David (org.). *Mass Imprisonment: Social Causes and Consequences*. Londres: Sage, 2001.

GONZALEZ, Lélia . “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: Silva, Luiz Antônio Machado et alii. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, p. 223-44, 1983.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GODOI, Rafael . Vasos comunicantes, fluxos penitenciário: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. Vivencia (UFRN) , v. 1, p. 131-142, 2015.

GODOI, Rafael. Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GODOI, Rafael . Experiência da pena e gestão de populações nas penitenciárias de São Paulo, Brasil. ETNOGRÁFICA (LISBOA , v. 21, p. 27-48, 2017.

GODOI, RAFAEL ; ARAÚJO, FÁBIO ; MALLART, FÁBIO . Espacializando a prisão: a conformação dos parques penitenciários em São Paulo e Rio de Janeiro. Novos Estudos. CEBRAP , v. 38, p. 591-611, 2019.

GOFFMAN, Erving. Comportamento em lugares públicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRILLO, Carolina Christoph. Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRILLO, C. C. ; HIRATA, D.V. . A Intervenção de interesses privados na segurança pública do Rio de Janeiro. Le Monde Diplomatique Brasil, Brasília, p. 4 - 5, 18 maio 2018.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. David Harvey: política anticapitalista em tempos de coronavírus. Blog da Boitempo 2020; 24 mar. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em 12 dez. de 2022.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. Revista Feminista, Recife, n.2, 2010.

HIRATA, D. (2012). HIRATA, D. . legalismos, controle social e mercadorias políticas no Rio de Janeiro e São Paulo: Uma pesquisa comparativa.

HIRATA, D. . Comércio Ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. In: Patricia Birman; Márcia Pereira Leite; Carly Machado; Sandra Sá Carneiro. (Org.). Dispositivos Urbanos e Trama dos Videntes. 1ed.Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015, v. , p. 95-.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. Novos Estudos,no86,pp. 93-103, 2010.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint: anthropology, identity, and the state. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (ed.). Anthropology in the margins of the state. Santa Fe, School of American Research Press, pp.67-80, 2004.

LAGO, N. B. . Na linha de frente?: Atuação política e solidariedade entre familiares de presos em meio à Covid-19. *DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL* , v. 1, p. 1, 2020.

LEITE, Márcia Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contextos de “pacificação”. In: Birman, P.; Leite, M.; Machado, C.; Carneiro, S. (Eds.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015

LEITE, M. P. “De territórios de pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de ‘pacificação’”. P. Birman, M. Leite, C. Machado e S. Carneiro (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. RJ: FGV, 2015.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL* , v. 7, p. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia Pereira. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia, Seção Excepcional Reflexões na Pandemia. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ* , v. 1, p. 1-16, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional, 1976.

LIMA, L.M. 'Não estamos todos no mesmo barco': pensando trabalho, precariedade e vulnerabilidade em tempos de pandemia. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ* , v. 13, p. 1-9, 2020.

LIMA, Sérgio Prates. *Uma ética protestante tropical: José Luiz Fernandes Braga e a Fábrica de Chapéus Mangueira (1858 a 1920)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOBO, Heloísa. 2015. *Processos de remoções e seus desdobramentos: tramas e percursos em busca de uma casa*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACHADO, CARLY . 'É muita mistura': projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade* , v. 33, p. 13-36, 2013.

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. -1ed. Curitiba: Appris, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre. Transformações no “problema favela” e a reatualização da remoção no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MAZZURANA, Leonardo. *Segurança Presente, passado e futuro: potencialidades e limitações de uma iniciativa no campo da Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2020*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MBEMBE, Achille. 2011. *Necropolítica*, seguido de, *Sobre el Gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina.

MINA, Andreia Mendes de Souza. Pentecostalismo e alteridade: a demonização do outro no discurso da Assembléia de Deus. *Revista Esboços*, v. 11, p. 73-82, 2004.

MEDEIROS, Marcelo ; PINHEIRO, Luana Simões . Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado* , v. 33, p. 159-185, 2018.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. “ ‘Tranquilidade’ sob uma ordem violenta: o controle social da ‘mineira’ em uma favela carioca”, em Luiz Antônio Machado da Silva (org.), *Vida sob Cerco*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 227-248, 2008.

MENEZES, P. V. ; MANO, A. D. . Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para 'cuidar dos nossos': Entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro - Seção Excepcional Reflexões na Pandemia. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ* , v. 1, p. 1-17, 2020.

MIAGUSKO, Edson . 'Chatuba não é favela': margens, representações sociais e UPP's no Rio de Janeiro. In: 37. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. 37. Encontro Anual da ANPOCS: Programa e Resumos. São Paulo: ANPOCS, 2013. p. 224-224.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2008. p. 13-38.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ONG, Aihwa. *Neoliberalism as Exception, Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Durham & London: Duke University Press, 2006.

PINTO, Nalayne Mendonça . Recrudescimento Penal no Brasil: Simbolismo e Punitivismo. In: Michel Misse. (Org.). *Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan e Faperj, 2008.

NERI, Marcelo. *A nova classe média Rio de Janeiro*: FGV/Ibre, CPS, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia e Letras, 1992.

NOGUEIRA, C. M. . A Feminização no Mundo do Trabalho: entre a Emancipação e a Precarização. In: Ricardo Antunes; Maria Moraes. (Org.). *O Avesso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, v. , p. 243-284.

NOIRIEL, Gérard (éd.). *L'identification: genèse d'un travail d'État*. Paris: Belin, 2007.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. "O ornitorrinco". In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PADOVANI, Natália Corazza . Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das classes perigosas. *Cadernos Pagu* , v. 51, p. 175103, 2017.

PALERMO, L. C. (2014). "Unidades de polícia pacificadora: uma genealogia da principal política de segurança do governo do estado do Rio de Janeiro". Texto de qualificação (doutorado em ciências sociais).PPCIS/UERJ.

PAULA, Karina. PROGRAMA CENTRO PRESENTE: Um olhar sobre as intersecções entre público e privado em serviços de segurança pública no centro da cidade do Rio de Janeiro. TCC (Graduação) - Curso de Segurança Pública , Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PEIRANO, M. *Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 1, p. 49-64, 1986.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. 2018. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO,Ludmila;SILVA,Bráulio. "O coronavírus, as mulheres e o lar: Uma combinação explosiva?".Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-86>

ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela "diferente das outras"? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj, 2013.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *et al.* (org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 144-162.

RUGGIERO, V.; SOUTH N. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. *The British Journal of Sociology*, v.48, n.1, p.54-70, 1997.

RUI, Taniele . Fronteiras, espaços e usos do crack. In: Neiva Vieira da Cunha; Gabriel de Santis Feltran.. (Org.). *Sobre Periferias: novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, v. , p. 17-33, 2013.

SALLUM Jr., Brasílio. ; GOULART, J. O. . O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Revista de Sociologia e Política*, p. 115-135, 2016.

SANJURJO, L ; NADAI, L. ; AZEVEDO, D. L. . Corpos, tempo e instituições: Um olhar sobre os cemitérios na pandemia de Covid-19. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ* , v. Especial, p. 1-16, 2020.

SANJURJO, L ; FELTRAN, G. S. . Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e cultura* , v. 67, p. 40-45, 2015.

SARDINHA, THIAGO . O Projeto Segurança Presente e a Militarização do Espaço Urbano do Rio de JaneiroThe Segurança Presente Project and the Militarization of the Urban Space of Rio de JaneiroLe projet Segurança Presente et la militarisation de l'espace urbain de Rio de JaneiroEl proyecto Seguridad Presente y la militarización del espacio urbano de Río de Janeiro. *Espaço e economia* , v. 9, p. 1-16, 2020.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.5 Brasília Jan./July 2011

SILVA, Eliana Sousa. *O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=15620@1>. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. *In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b. p. 35-45.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 47-76.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 85, p. 83-104, 2009.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINHORETTO, J. . Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. *Novos olhares sociais* , v. 1, p. 4-20, 2018.

SOUZA, L. P. ; GUEDES, D. R . A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados (Online)* , v. 30, p. 123-139, 2016.

SQUILLACE, LAURA . Juventude e controle social: a Operação Verão no Rio de Janeiro através do olhar de agentes de segurançaYouth and Social Control: Rio de Janeiro's Operação Verão through the Eyes of Security AgentsJeunesse et contrôle social: l-Opération Verão à Rio

de Janeiro sous le regard des agents de sécurité. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 121/20, p. 25-48, 2020.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VARELLA, Dráuzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELHO, Yvonne M. A. *Guerra de orixá; um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

VIANNA, A. R. B. ; FARIAS, J. . A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso) , v. 37, p. 79-116, 2011.

VIANNA, A. R. B. ; FACUNDO, A. . Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre 'moradores de favelas' e 'refugiados'.. *Ciência e Cultura* , v. 67, p. 46-50, 2015.

VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca, In: Velho, Gilberto & Alvito, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ;FGV, 1996.

VIGNA, Anne. Operação policial financiada por empresários cariocas mira moradores de rua. *Apública*, Brasil, 19 fev. de 2022. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/02/operacao-policial-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/>> Acesso em: 2 dez. de 2022.

TARRIUS,Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.

TELLES, Vera. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum.

TELLES, Vera. 2010a. “Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade”. *Dilemas*, 2(5-6): 97-126

TELLES, Vera da Silva. “Cidade: Produção de espaços, formas de controle e conflitos”.*Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, n1, pp. 15-41, 2015.

TELLES, Vera da Silva ; HIRATA, D. . Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados* (USP. Impresso) , v. 21, p. 173-192, 2007.

TEIXEIRA, Alessandra. *Prisões da exceção: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo*. Curitiba, Juruá, 2009.

WACQUANT, Loic J. D. *As duas faces do gueto*; tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. Castanheira- São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT Loïc. "O lugar da prisão na nova administração da pobreza". *Novos Estudos Cebrap*, 80, mar,2008.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2002.